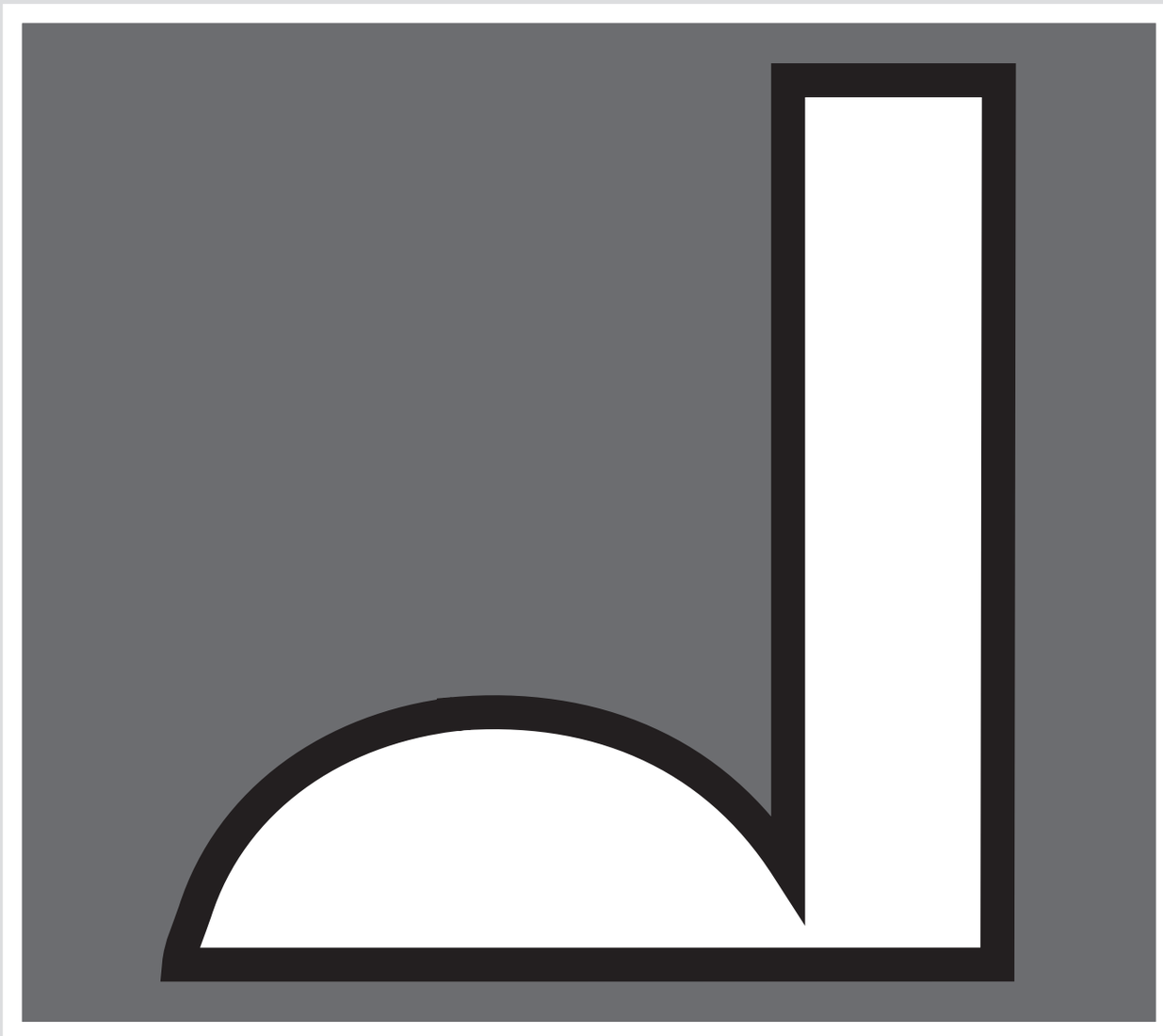
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 132 - QUARTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24	**Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15**
Líder **Humberto Costa - PT** ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann (11) Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias **Líder do PDT - 5** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque **Líder do PSB - 3** **Antonio Carlos Valadares** Vice-Líder do PSB Lídice da Mata **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**Líder** **Renan Calheiros - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 20** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** **Líder do PMN - 1** **Sérgio Petecão** **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Mário Couto - PSDB** (8) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda ..... **Líder do PSDB - 10** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (9) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) **Líder do DEM - 5** **Demóstenes Torres** (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
		PTB - 6 **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 **Líder** **Marinor Brito - PSOL**	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	**PR - 6** **Líder** **Magno Malta - PR** (12) Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
12. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 136ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE AGOSTO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão para comemorar o centenário de emancipação do Município de Juazeiro do Norte, nos termos dos Requerimentos nºs 802 e 878, de 2011, do Senador Inácio Arruda e outros Senadores. 33490

1.2.2 – Apresentação das músicas "Pedido de Matuto" e "Hino e Voltando", de Luiz Fidélis, executadas pelo acordeonista Vicente Fábio Carneiro da Silva

1.2.3 – Oradores

Senador Inácio Arruda 33490

Senador José Pimentel 33493

Senador Eunício Oliveira 33496

Senador Geovani Borges 33498

Senador Wilson Santiago (art. 203, do Regimento Interno) 33499

1.2.4 – Apresentação da música "Asa Branca", executada pelo acordeonista Vicente Fábio Carneiro da Silva

1.2.5 – Suspensão da sessão às 15 horas e 47 minutos e reabertura às 15 horas e 55 minutos

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 1.001, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2011. 33501

Nº 1.002, de 2011, de autoria dos Senadores Geovani Borges e José Sarney, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Amapá, Annibal Barcellos. 33501

Nº 1.003, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2011. **Deferido**..... 33502

1.2.7 – Mensagens da Presidente da República

Nº 117, de 2011 (nº 315/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *João de Mendonça Lima Neto*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos. 33502

Nº 118, de 2011 (nº 316/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Sérgio de Souza Fontes Arruda, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão. 33527

Nº 119, de 2011 (nº 317/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde. 33552

Nº 120, de 2011 (nº 318/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Marcelo Baumbach, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname..... 33580

Nº 121, de 2011 (nº 319/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Igor Kipman, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça, e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein..... 33614

Nº 122, de 2011 (nº 320/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. José Luiz Machado e Costa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti... 33656

Nº 123, de 2011 (nº 321/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Roberto Colin, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coréia. 33686

Nº 124, de 2011 (nº 322/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação

do Sr. Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia. 33706

Nº 125, de 2011 (nº 323/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Joaquim Augusto Whitaker Salles*, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia. 33728

1.2.8 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.254, de 2011, encaminhando o **Ofício nº 295, de 2011**, da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL. *Designação do Deputado Augusto Coutinho, como suplente, para compor a referida Representação.* 33748

1.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2011-Complementar, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que *altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão "perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos".* 33748

Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que *revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014.* 33749

Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2011, de autoria do Senador Cyro Miranda, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para autorizar o poder público a definir padrões mínimos de salubridade e conforto nos voos comerciais.* 33750

Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que *altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a adoção prévia, pelo edital de licitação, de variação de índices de preços como critério de reajuste de valores referentes a despesas estabelecidas nos contratos.* 33752

Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre os crimes de constrangimento e de ameaça praticados por meio das redes sociais presentes na rede mundial de computadores – Internet*..... 33754

Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo.* 33755

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Homenagem pelo transcurso dos 62 anos de fundação da Escola Oswaldo Cruz, em Boa Vista, Roraima; e outro assunto. 33758

SENADOR *GEOVANI BORGES* – Voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado do Amapá, Annibal Barcellos 33761

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 4 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário; em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 801, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 (nº 29/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Bornhausen), que *dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.* **Aprovado**, com a **Emenda nº 1-PLEN, de redação**, com voto contrário do Senador Demóstenes Torres, após **Pareceres nºs 769, de 2011-PLEN**, em substituição à CCJ, CAE, CE, CMA e CCT, e **770 e 771, de 2011-PLEN**, proferidos pelo Senador Walter Pinheiro (Relator), tendo usado da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Mário Couto, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Humberto Costa, Romero Jucá e José Agripino. (Votação nominal) 33765

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 **(Parecer nº 772, de 2011-CDIR)**. **Aprovada**. À sanção..... 33813

1.3.2 – Item 5 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.* **Aprovada, em primeiro turno**, **a Submenda nº 1-CCJ (Substitutivo),** tendo usado da palavra o Senador Aécio Neves (Relator). (Votação nominal) (Prejudicada a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011) 33827

Redação, para o segundo turno, da Subemenda nº 1-CCJ (Substitutivo) à Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011 **(Parecer nº 773, de 2011-CDIR)**. 33835

1.3.3 – Item 9 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007 (nº 7.711/2007, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República, que *acresce o art.*

19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. **Aprovado**. À sanção. 33836

1.3.4 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.008, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senadores, solicitando seja alterada a data da celebração dos 33 anos da fundação da comunidade Caução Nova, em aditamento ao Requerimento nº 901, de 2011. 33839

Nº 1.009, de 2011, de autoria do Senador Paulo Davim, solicitando voto de aplauso à Associação Médica Brasileira pelos seus sessenta anos de fundação. 33840

Nº 1.010, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Amapá Anibal Barcelos. 33840

Nº 1.011, de 2011, de autoria do Senador Armando Monteiro, solicitando oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2009. 33840

1.4.2 – Discursos

SENADOR *ALFREDO NASCIMENTO*, como Líder – Divulgação da decisão da bancada do Partido Republicano de se tornar independente da base de sustentação ao Governo Dilma Rousseff no Congresso Nacional. 33841

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Destaque ao anúncio da Presidente Dilma Rousseff de criação de universidades federais, *campi* universitários e unidades dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia..... 33843

SENADOR *MÁRIO COUTO*, como Líder – Críticas ao veto da Presidente Dilma Rousseff sobre a emenda ao Orçamento que garantia o aumento real, superior à inflação de 2012, para os aposentados; e outros assuntos..... 33851

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Relato da participação de S. Exª no III Encontro dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado do Amazonas; e outros assuntos. 33853

SENADOR *PAULO DAVIM*, como Líder – Declaração de apoio à Presidente Dilma Rousseff no combate à corrupção, com destaque ao projeto de lei, de autoria de S. Exª, que acrescenta ao rol dos crimes hediondos aqueles envolvendo patrimônio, bens, valores e recursos públicos destinados à saúde. 33858

1.4.3 – Apreciação de matéria

Nº 1.008, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senadores. **Aprovado**. 33860

1.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR *WALTER PINHEIRO* – Regozijo pelo anúncio, que fez a Presidente Dilma Rousseff de que criará novas escolas técnicas e universidades. 33861

1.4.5 – Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se dia 18 do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciar projetos de lei e projeto de resolução do Congresso Nacional. 33864

1.4.6 – Discursos (continuação)

SENADOR *PAULO PAIM* – Críticas ao veto da Presidente Dilma Rousseff sobre a emenda ao orçamento que previa aumento aos aposentados; e outros assuntos. 33864

SENADOR *LINDBERGH FARIAS* – Manifestação de pesar pelo assassinato da juíza Patricia Acioli, ocorrido no Rio de Janeiro. 33871

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro do anúncio da criação de mais uma universidade federal no Estado do Pará. 33876

1.4.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer a obrigatoriedade de apresentação de atestado de acuidade visual para a efetivação de matrícula no ensino fundamental*. 33878

Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre os crimes de calúnia, difamação e injúria praticados na rede mundial de computadores – Internet*. 33879

1.4.8 – Comunicação da Presidência

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 12 de agosto de 2011 e publicação em 15 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 542, de 2011, que *dispõe sobre alterações nos limites do Parque Nacional Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque Nacional da Mapinguari e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista. Estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.* 33881

1.4.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Cumprimentos aos organizadores e participantes da Festa Literária Internacional de Paraty de 2011. 33882

1.4.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 17, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 33882

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

2.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

2.1.1 – Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

2.2 – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL.

3 – ATAS

3.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRÁFICO DE PESSOAS

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião realizada em 1º de julho de 2011..... 33885

3.2 – COMISSÃO TEMPORÁRIA DE INQUÉRITO DO ECAD

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 12 de julho de 2011..... 33932

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 2 de agosto de 2011..... 33940

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 16-8-2011

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 136ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 16 de agosto de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Srª Marta Suplicy, e dos Srs. Inácio Arruda, José Pimentel, Eunício Oliveira, Acir Gurgacz, Cyro Miranda, Pedro Taques e Flexa Ribeiro

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 28 minutos e encerra-se às 22 horas e 26 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

136ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 16/8/2011 07:34:39 até 16/8/2011 22:26:41

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	X	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	

Compareceram: 76 Senadores

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Emissão: 16/8/2011 22:3

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão será destinado a comemorar o Centenário de Emancipação do Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, nos termos dos **Requerimentos nºs 802 e 878, de 2011**, dos Senadores Inácio Arruda, José Pimentel, Eunício Oliveira e outros.

Convido para compor a Mesa conosco o Senador Eunício Oliveira, que já está aqui do meu lado; o Senador José Pimentel; convido o Coordenador da Bancada Parlamentar do Estado do Ceará, nosso colega Arnon Bezerra, Deputado Federal do Estado do Ceará; convido o Vice-Prefeito da cidade de Juazeiro do Norte, José Roberto Barreto Celestino; convido o Sr. Procurador Regional da República da 1ª Região, Sr. José Adonis Callou de Araújo Sá; convido o Padre José Venturelli, em nome do Clero de Juazeiro do Norte. *(Palmas.)*

Ouviremos, agora, para dar início aos nossos trabalhos, ao mesmo tempo à nossa homenagem e festa popular, as músicas: *Pedido de um Matuto* e *Hino e voltando*, ambas de Luiz Fidélis, que serão executadas por Vicente Fábio Carneiro da Silva, o Vicente Carneirinho, em homenagem ao Centenário de Juazeiro do Norte.

(Procede-se à execução das músicas.)

O Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Quero convidar para fazer parte da Mesa o nosso Prefeito de Juazeiro do Norte, Sr. Manoel Raimundo de Santana Neto. Aproveito para registrar também a presença da Srª Luciana Dummar, aqui representando o Grupo de Comunicação *O Povo*.

Passo a palavra ao Senador Inácio Arruda como primeiro subscritor do requerimento desta sessão solene.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores; Senador Eunício Oliveira; Senador Pimentel, nosso colega de bancada e coordenador da nossa bancada do Estado do Ceará; futuro Senador da República e Deputado Federal Arnon Bezerra; nosso representante da cidade de Juazeiro, diretamente, Prefeito Manoel Santana; nosso Vice-Prefeito José Roberto Celestino; nosso Procurador da República da 1ª Região Adonis Callou, aqui representando todo o Judiciário do nosso País; cumprimento também o Padre Venturelli, representando o clero de Juazeiro do Norte especialmente; cumprimento os nossos colegas Deputados Federais Manoel Salviano, Raimundo Gomes de Matos, que acompanham esta sessão; os homens da história que aqui estão presentes. Há pouco aprendi um pouco mais sobre Juazeiro. O primeiro também distrito a fazer a alforria dos seus escravos, que a conquistavam à medida que trabalhavam na construção da capela de Nossa Senhora das Dores, antigo distrito de Tabuleiro Grande, naquela grande região caririense do Crato; nossos artistas do povo, escritores que aqui estão, os homens da arte, do cinema; homenageio todos os que fazem a construção da arte, da história, da música popular brasileira, da música dos sertões nordestinos, na pessoa desta figura extraordinária, B. de Paiva, que aqui está entre nós. Grande cearense, já com uma carreira brilhante no Planalto Central.

Esta é uma sessão conjunta, digamos assim, porque é uma sessão dos nossos três Senadores. Uma sessão do Senado Federal, articulada pelos Senadores cearenses e com apoio de todos os Senadores, que olharam e disseram: não é possível que esta data centenária passe sem a nossa presença, sem a nossa homenagem, sem que a mídia brasileira, através do Senado da República, minha cara Luciana Dummar, Presidente do Grupo de Comunicação *O Povo*, possa registrar este movimento feito pelo Congresso Nacional, meu caro professor Antônio, Vereador da cidade de Juazeiro – aqui eu o cumprimento em nome de todos os Vereadores do nosso Ceará, especialmente dos de Juazeiro do Norte.

Quero homenagear o centenário de Juazeiro do Norte e, ao mesmo tempo, fazer uma homenagem ao Padre Cícero Romão Batista, que se estende também a todo o Cariri cearense, terra do artesanato, em couro e ferro; dos cordéis; das xilogravuras; dos sanfoneiros de oito baixos, feito Januário; dos reisados; dos tocadores de pífanos; dos mestres rabequeiros; das romarias em devoção a Padre Cícero; da força do simbolismo do beato José Lourenço, na luta do caldeirão e dos encantos da Floresta Nacional do Araripe, a primeira floresta nacional instituída pelo governo brasileiro no Segundo Império. E não podemos deixar de falar do Padre Ibiapina, precursor de todos esses.

Esta data em que homenageamos Juazeiro também é uma data histórica para Juazeiro, para o Cariri, para o Ceará e para o Brasil, porque nasce, exatamente hoje, a Universidade Federal da região do Cariri. (*Palmas.*)

Parabéns, Juazeiro! Parabéns, Cariri! Grande conquista, marco de um centenário.

Juazeiro é, hoje, a terceira cidade mais populosa do Ceará e a maior do interior do Estado, um dos maiores centros urbanos do semiárido. Segundo dados do IBGE, a população de Juazeiro saiu de 179.566 habitantes, em 1991, para 249.939, em 2010. Calçados, confecção, artesanato e ourivesaria são atividades fortes na economia do Município. Hoje, o Cariri é o maior polo calçadista do Norte/Nordeste e o terceiro maior do Brasil, conquistas feitas ao longo desse centenário. É um dos mais importantes polos de desenvolvimento do Nordeste, onde se mostram com clareza as potencialidades de nossa região, onde podemos contemplar tudo o que já construímos e tudo o que ainda nos falta construir.

O nome da cidade é uma homenagem a uma das árvores mais imponentes da caatinga, o juazeiro, o nosso pé de juá ou joá, como é conhecido no linguajar popular.

Quando comemoramos o seu primeiro centenário, quero lembrar aqueles tempos primordiais, em que a história e o mito se confundem, e onde avultam figuras, que registramos, como o Padre Ibiapina, o Padre Cícero, o beato José Lourenço, Frei Damião, o Padre Peixoto, Floro Bartolomeu... Luís Carlos Prestes e Lampião também passaram por lá, naqueles tempos.

Juazeiro constitui um caso raro de Município que alcança a sua emancipação política unindo a força das armas e a força da fé. É isso mesmo. A fé se organiza em torno da figura do Padre Cícero. Foi em consequência das notícias dos milagres que eram atribuídos ao sacerdote que a antiga vila de Tabuleiro Grande, distrito de Crato, transformou-se, em tempo relativamente curto – basicamente, entre a última década do séc. XIX e a primeira do séc. XX –, em agrupamento urbano mais populoso do que muitas cidades tradicionais do sertão cearense.

Sua economia, igualmente, havia crescido de forma impressionante. Nas palavras do magnífico historiador e jornalista Lira Neto, em seu livro *Padre Cícero – Poder, fé e guerra no sertão:* "Já existiam vinte lojas funcionando em Juazeiro, além de outras vinte bodegas, dez armazéns, duas escolas públicas..."

Abro um parêntese aqui, no citado do Lira, para dizer que é também das primeiras cidades dos sertões nordestinos a abrir escolas para as mulheres, porque, antes, o ensino era basicamente para os homens. Então, os salesianos tinham como obrigação abrir suas portas para as mulheres.

> (...) Mas o que realmente chamava a atenção na paisagem e no burburinho econômico de Juazeiro eram as 138 oficinas dos mais diversos tipos de artes e ofícios. Havia de alfaiates a fogueteiros, de marceneiros a modistas, de ourives a ferreiros, de funileiros a pintores, de fundidores a sapateiros.

Meu caro J. Alcides, você também me ensinava há pouco que Juazeiro não é só a romaria, não é só a fé em torno do Padre Cícero Romão Batista. Juazeiro é a indústria, é o negócio, é o comércio, que funciona desde os primeiros dias, inspirado no Padre Cícero.

> Juazeiro, além do comércio religioso de imagens de santos, medalhinhas e fitinhas coloridas, descobrira a vocação para a manufatura. Cícero incentivava ao máximo a abertura desses pequenos negócios que traziam novas perspectivas de vida para os sertanejos, antes limitados ao trabalho como meeiros nas terras dos tradicionais coronéis. 'Em cada casa um santuário, em cada quintal uma oficina', pregava o padre.

Assim, hoje, nós vemos o advento do pequeno negócio em nosso País, da micro e da pequena empresa sendo incentivada diretamente pelo Presidente Lula e, agora, pela Presidente Dilma.

A demanda por emancipação foi consequência natural desse crescimento, mas encontrou forte resistência das forças políticas e econômicas que dominavam, então, o Município de Crato; e não conseguiu, em seus primórdios, sensibilizar o governo estadual. Os defensores da emancipação, entretanto, não estavam dispostos a desistir.

Além das pregações e das articulações políticas desenvolvidas, principalmente pelo Padre Cícero, e das grandes mobilizações populares, passava-se a utilizar, cada vez com maior veemência, o poder da imprensa – nas páginas do jornal *O Rebate,* artigos inflamados, escritos pelo Padre Peixoto e pelo médico e político Floro Bartolomeu. Com as bênçãos do Padre Cícero, convocam a população da vila a lutar por sua independência.

Essa chegou a ser anunciada em praça pública, pelo Dr. Floro, em 30 de julho de 1910, num dos muitos comícios então realizados, mas só viria a se efetivar quase um ano depois. Diante da ameaça de ocupação armada da vila, ordenada pelo intendente do Crato, a população de Juazeiro se arma e prepara a resistência. Após meses de tensão e com a intervenção do então Presidente do Ceará, a emancipação é, enfim, alcançada. Com a publicação da Lei nº 1.028, de 22 de julho de 1911, o novo Município recebe sua certidão de nascimento. O Padre Cícero foi seu primeiro prefeito.

Alcançada a independência, o povo de Juazeiro depôs as armas, para voltar a empunhá-las em 1914, três anos depois, no episódio que ficou conhecido como "a sedição de Juazeiro". Essa foi uma das mais

marcantes entre as inúmeras disputas de poder que abalaram a República Velha. De um lado, o Município de Juazeiro, sob a liderança de Padre Cícero e de Floro Bartolomeu; do outro, o então Presidente do Ceará, Franco Rabelo, que tinha sob seu comando a força pública do Estado. A tropa, liderada pelo coronel do Exército Alípio Lopes de Lima Barros, partiu em direção a Juazeiro, com ordens de arrasar o exército sertanejo arregimentado por Padre Cícero e Floro, composto por camponeses, beatos e cangaceiros. Eles não sabiam que o Padre Cícero era muito mais sabido e não ia deixar acontecer o que aconteceu exatamente em Canudos. As armas modernas da tropa estadual foram derrotadas pelas espingardas, facas e foices dos sertanejos. Passando ao ataque, as forças de Juazeiro ocupam os Municípios de Crato, Barbalha, Estação Afonso Pena, Messejana, Maracanaú e Maranguape, isolando a capital, Fortaleza. Ao final, Franco Rabelo é deposto, eleições são convocadas e Padre Cícero é eleito Vice-Presidente do Ceará.

A população de Juazeiro seria mobilizada mais uma vez, em 1926, a mando do então Presidente Arthur Bernardes, desta vez para auxiliar o Governo Federal na luta travada contra a Coluna Prestes, que, desde o ano anterior, percorria o interior do Brasil, enfrentando as forças federais e defendendo, já naquela época, um projeto nacional de desenvolvimento. Era o auge das revoltas tenentistas que antecederam a Revolução de 1930. Atendendo à convocação do Presidente, Floro Bartolomeu cria o chamado Batalhão Patriótico, formado pelos mesmos sertanejos que o acompanhavam há tanto tempo. Aquele, entretanto, não era um inimigo comum. Os homens da Coluna e o seu líder, o capitão Luís Carlos Prestes, haviam assumido ares de seres fantásticos na imaginação do povo brasileiro. As lendas sobre a invencibilidade da Coluna se espalhavam, principalmente entre as populações do interior. Não se sabe ao certo se a ideia partiu de Floro Bartolomeu ou do Padre Cícero, ou de ambos. O fato é que se resolve invocar, para combater aquela lenda, outra lenda dos sertões nordestinos. É assim que Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, recebe uma convocação, assinada pelo Padre Cícero, para juntar suas forças ao Batalhão Patriótico, sob a promessa de receber pagamento em dinheiro, anistia para si e seus homens e o título de Capitão.

O restante da história é conhecido: o bando de Lampião e a Coluna não chegaram a se enfrentar, tendo a Coluna Invicta seguido seu caminho rumo à Paraíba.

Não quero encerrar esta invocação dos tempos heróicos de Juazeiro sem me referir a outro personagem já citado no início do meu pronunciamento: o Beato José Lourenço.

Devoto do Padre Cícero, José Lourenço havia arrendado terras no sítio chamado Baixa Dantas. Abro um parêntese para evocar novamente um mestre da história que está ali, ao lado do B. de Paiva. Ele também nos ensinava que Juazeiro é um assentamento feito nas terras de Nossa Senhora das Dores. E o povo que para ali foi não precisou comprar o terreno. Eles foram assentados nas terras que eram de Nossa Senhora das Dores e que, segundo Padre Cícero, se era de Nossa Senhora das Dores, sendo de Deus, todo mundo que pudesse chegar ao tempo e à hora poderia ter o seu lugar. E assim foi feito. O sítio Baixa Dantas se distinguia das demais fazendas por um importante detalhe: a produção era dividida de forma igualitária por todos os membros da comunidade. Isso, obviamente, desagradava enormemente os fazendeiros e coronéis da região, que traziam muito viva na memória a lembrança de Canudos.

Mais tarde, José Lourenço transferiu-se com seus homens para outra fazenda, dando continuidade à sua experiência comunitária, que encontraria um fim trágico: a fazenda do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto.

Em 1937, como resultado de uma ação conjunta do Exército Brasileiro e da Polícia Militar do Estado do Ceará, por terra e por ar – conta-se que foi o primeiro ataque aéreo da história do Brasil –, a comunidade do Caldeirão foi completamente destruída. Pelos números oficiais, foram 400 mortos, mas chega-se a falar em 700 vítimas da ação governamental. Enterrados em vala comum, em local não sabido, os corpos nunca foram encontrados. O beato José Lourenço conseguiu escapar, fugindo para Pernambuco. Retornaria a Juazeiro em 1946, já morto, para ser enterrado no Cemitério do Socorro. A Fazenda Caldeirão ficará guardada na memória do povo brasileiro como marco imorredouro em sua longa luta por igualdade e justiça.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, convidados, existem momentos privilegiados na vida dos povos; momentos que resumem em um pequeno nódulo de tempo a totalidade de um processo histórico de longo prazo, retomando aspectos do passado, convulsionando o presente e permitindo que se vislumbre a face do futuro. Os anos que assistiram à criação e consolidação do Município de Juazeiro do Norte trazem essa marca.

A história da fundação de Juazeiro reúne e revela, para quem sabe ver, os vários momentos da história do Brasil. Recolhe os resquícios do nosso passado tão desigual. Traz à luz a luta constante de nosso povo para construir seus próprios caminhos, frente a um poder central dominado, desde sempre, pelos poderosos de dentro ou de fora. Anuncia os novos tempos, em que a voz desse povo se fará ouvir cada vez mais forte.

Meu caro Professor Jesualdo, Reitor da Universidade Federal do Ceará, citamos aqui a criação desta nova Universidade, que, em sua implantação, digamos, está ao encargo de V. Sª, que, tenho certeza, conduzirá a bom termo, mas ela nasce com a presença já de um cenário acadêmico na região do Cariri. Ali, já estava a Universidade Federal, o Instituto Tecnológico, a Universidade Estadual (Urca); ali, assentado naquele solo, já estão inúmeras outras faculdades particulares. Há uma efervescência em todo o Juazeiro; há uma efervescência em todo o Cariri. Podemos dizer que este povo, bravo, que lutou àquele tempo, tem parte nisso. Eles são parte deste momento que vivemos agora.

Invocamos aqui muitos nomes que ainda hoje acendem a imaginação dos historiadores e cientistas sociais, dos romancistas e poetas. Cito uma vez mais: Padre Cícero, Floro Bartolomeu, José Lourenço, Lampião, Luís Carlos Prestes. São homens que deixaram sua marca na história; e só puderam fazê-lo porque souberam resumir e representar em suas próprias vidas, cada um a seu modo, a vida e os anseios do povo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no Cariri, há cem anos, quando ninguém falava em ecologia, o Padre Cícero, como extraordinário homem de vanguarda que foi, antecipava-se e ensinava preceitos ecológicos aos romeiros. Eram coisas simples, como:

> Não derrube o mato nem mesmo um só pé de pau.
>
> Não toque fogo no roçado nem na caatinga.
>
> Não cace mais e deixe os bichos viverem.
>
> Não crie o boi nem o bode soltos.
>
> Faça cercados e deixe o pasto descansar para se refazer.
>
> Não plante em serra acima nem faça roçado em ladeira muito em pé; deixe o mato protegendo a terra para que a água não a arraste e não se perca a sua riqueza.
>
> Faça uma cisterna no oitão de sua casa para guardar água de chuva; represe os riachos de cem em cem metros, ainda que seja com pedra solta;
>
> Plante cada dia pelo menos em pé de algaroba, de caju, de sabiá ou outra árvore qualquer, até que o sertão todo seja uma mata só;
>
> Aprenda a tirar proveito das plantas da caatinga, como a maniçoba, a favela e a jurema; elas podem ajudar a conviver com a seca.

O cineasta Rosemberg Cariri nos assegura que:

> A grande contribuição do Cariri, ao Brasil e ao mundo, não se dá apenas pela cultura letrada e erudita, nem mesmo pelo vigor de sua economia ou da sua importância política regional. Os tesouros mais valiosos dessa região são as culturas populares, que possibilitam um verdadeiro renascimento artístico, síntese e ensaio de uma brasilidade aberta para o universal.

É esse povo que quero homenagear ao final do meu pronunciamento. Foi esse povo lutador que, ao longo dos anos, vem pagando com sangue e suor a construção de sua própria história; quem concedeu substância aos grandes nomes aqui citados. Foi ele que construiu Juazeiro do Norte e a trouxe até os dias atuais, até o séc. XXI, quando novas conquistas e novos desafios nos esperam.

Só venceremos esses desafios, só alcançaremos essas conquistas se soubermos manter viva, dentro de nós, a força tantas vezes demonstrada por esse povo, por esses beatos e cangaceiros, camponeses e artesãos, alfaiates e fogueteiros, marceneiros e ourives, pintores e sapateiros. São eles que fizeram e que fazem a verdadeira riqueza de Juazeiro do Norte, do Ceará, do Brasil.

Para finalizar, recorro ao mestre do Assaré, em sua **Saudação ao Juazeiro do Norte**.

Diz o poeta, meu caro Machado, historiador, livro magnífico. Diz Patativa:

> Mesmo sem eu ter estudo
> Sem ter do colégio o bafejo,
> Juazeiro, eu te saúdo
> Com o meu verso sertanejo.
> Cidade de grande sorte,
> De Juazeiro do Norte
> Tens a denominação,
> Mas teu nome verdadeiro
> Será sempre Juazeiro
> Do Padre Cícero Romão.

Muito obrigado.

Parabéns a Juazeiro e ao seu povo. (*Palmas.*)

O Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Eunício Oliveira, Presidente da nossa sessão; Exmºs Senadores companheiros do Ceará, que subscrevem o requerimento para a realização desta sessão solene; nosso Prefeito de Juazeiro do Norte, companheiro Santana – a este nome grande Raimundo

Santana a gente nunca se habitua, Santana. Só queremos chamá-lo sempre pela intimidade que a gente tem, pela amizade que a gente cativa, de Dr. Santana –; quero dar um forte abraço no senhor, nosso companheiro Deputado Federal e Coordenador de todos nós do Estado do Ceará, Deputado Arnon Bezerra.

Um forte abraço também no Sr. José Adonis Callou de Araújo Sá, nosso Procurador da República – gosto de falar Procurador da República pelo que representa a palavra e pelo que fazem por este País; um forte abraço no nosso José Roberto Celestino, Vice-Prefeito que tem feito um trabalho significativo, particularmente em torno do aeroporto daquela região; um forte abraço no meu amigo Padre José Venturelli, nosso pastor, nosso padre que acompanha todo aquele setor fundamental das nossas igrejas do Cariri; um abraço na amiga de todos nós, a nossa Presidenta do Grupo de Comunicação O Povo Luciana Dummar, que muito envaidece todos nós aqui no Congresso Nacional e no Senado Federal pela presença, pelo que representa na formação da opinião pública no nosso Estado, na nossa região; um forte abraço no Sr. Fábio Campos e Arlen Medina, dois jornalistas de muita expressão e credibilidade do nosso Estado, o Ceará – sejam bem-vindos.

Quero dar um abraço no nosso Reitor Jesualdo Farias, que hoje premia todo o Ceará, todo o Nordeste, todo o Brasil com mais uma universidade, ao lado de três outras, totalizando quatro – a nossa Presidenta Dilma Rousseff assinou um decreto criando essa universidade. Um abraço nos nossos vereadores. Quero saudar também todas as mulheres aqui presentes no nome da Dona Sônia, que é quem tem mais juventude acumulada de todos nós, por isso, representa muito bem as bravas mulheres do Cariri e do nosso Ceará.

Queria começar registrando que Juazeiro do Norte, ao completar seus 100 anos de criação, de emancipação no último dia 22 de julho, não teria uma data melhor, nosso Prefeito Santana, para fazer a comemoração do que nesta sessão solene, neste dia 16 de agosto, quando o Brasil, a República resolve ampliar a oferta de universidades públicas gratuitas e de qualidade para o nosso povo e uma delas está exatamente sediada na nossa cidade de Juazeiro do Norte, contemplando todo o nosso Cariri, como resultado do *campus* avançado de Barbalha, do Crato e de Juazeiro. Portanto, a criação dessa universidade, que era um sonho acalentado há muito tempo por todos nós, se torna realidade, não esquecendo de que, ao longo dos últimos cinquenta anos, o nosso Estado, o Estado do Ceará, tinha apenas uma universidade federal em Fortaleza, muito importante.

Eu mesmo sou formado em Direito e devo isso à nossa UFC. Se a gente observar os nossos pares, grande parte da nossa bancada de Deputados Federais e Senadores, todos passaram pelos bancos, como a gente diz, da nossa Universidade Federal do Ceará. E o nosso Jesualdo, ao lado de tantos outros que ali geriram aquela casa, teve o cuidado, a partir do início deste século, ou seja, do século XXI, de criar o processo de expansão.

O Presidente Lula criou a Unilab, uma universidade voltada para o resgate da cultura dos irmãos que também falam a língua portuguesa, em especial aqueles de cor preta; uma universidade que visa a resgatar a dívida que o Brasil tem para com os povos africanos, os afrodescendentes, e que funciona em Redenção. Agora estamos tendo a terceira universidade no Ceará, exatamente no nosso Cariri, sem esquecer que, junto com essa universidade que nós estamos criando no Estado do Ceará, foram também autorizadas três outras: duas na Bahia e uma no Pará, ou seja, exatamente onde o Estado nacional tinha pouca presença.

Além disso, estamos também criando mais 120 escolas profissionalizantes, ou seja, nossos Institutos Federais de Tecnologia. Desses, 6 no Estado do Ceará: 1, em Itapipoca; outro em Paracuru, outro em Maranguape, em Horizonte, Boa Viagem e lá em Acopiara. Nós, que tínhamos apenas 5 escolas técnicas federais, em 2003, no Estado do Ceará, estamos indo agora, com mais essas 6, para 28 escolas técnicas federais, no Estado do Ceará, os atuais Institutos Federais de Tecnologia.

Lembramos que o nosso Governador Cid Ferreira Gomes está construindo 128 escolas profissionalizantes, e o nosso Cariri é uma região bastante premiada pela presença do governo estadual, do Governo Federal e do poder local no ensino, dando continuidade ao antigo ensinamento do Padre Cícero, que dizia: "Em cada sala, um altar; em cada quintal, uma oficina". E o binômio fé e trabalho é a base de toda a formação política e cultural daquela região. É essa a forma de fazer, como muito bem o nosso Senador Inácio Arruda aqui já fez referência.

Criamos ali no Cariri e naquela região, em Juazeiro do Norte em especial, um forte polo de pequenos negócios, de pequenos empreendedores. A criação do Simples Nacional é exatamente o forte instrumento que temos tido para enfrentar as grandes crises econômicas que a humanidade está passando, a segunda maior crise econômica. Tivemos uma em 2008. O Brasil sofreu um pouco, mas com os ensinamentos do Padre Cícero junto aos pequenos negócios, ao empreendedorismo individual, à micro e à pequena empresa e à formação do mercado nacional, nós sofremos um pouco com essa segunda grande crise econômi-

ca, mas fomos também um dos primeiros países do mundo a superá-la.

Já no ano seguinte, em 2010, nós gerávamos 2,5 milhões de novos empregos com carteira assinada, empregos de verdade, sobre o saldo que tínhamos em 2009. Quando você analisa esses 2,5 milhões de empregos gerados em 2010, verifica que 80% deles estão nas empresas que têm até 99 empregados. E quando a gente analisa a economia da cidade de Juazeiro do Norte, percebe que são poucos os estabelecimentos que têm mais de 99 empregados. Não é diferente do Estado do Ceará nem do resto do território nacional. Se fizermos outro corte nas empresas que têm apenas quatro empregados, daqueles 2,5 milhões de empregos, 52% dos empregos gerados em 2010 estão nas empresas que têm até 4 empregados, que é exatamente a base da economia de Juazeiro do Norte. É por isso que, quando você abre a geração de emprego no Estado do Ceará, verifica que é exatamente esse setor da economia, seja em Fortaleza, seja em Juazeiro ou nas outras cidades do Ceará, que mais emprega e mais gera emprego.

Nesses sete primeiros meses de 2011, já geramos 1,570 milhão novos empregos com carteira assinada sobre o saldo que tínhamos em dezembro de 2010. E neste 2011, a meta do Estado nacional é gerar novamente 2,5 milhões de empregos a mais. E essa distribuição, até 99 empregados, continua sendo responsável por 80% deste 1,570 milhão empregos que geramos em 2011.

Quando a gente analisa a economia do nosso Juazeiro do Norte, eu não esqueço nunca os atos praticados na década de 1990, em que foi preciso desativar a metade da agência do Banco do Brasil naquela cidade, porque não havia negócios, não tinha quem quisesse tomar dinheiro emprestado. Foi preciso tirar dali dois terços dos bancários naquela cidade porque não tinha negócio a ser firmado no Cariri.

A partir de 2003 houve a decisão política de acreditar nas famílias brasileiras, nos pequenos negócios, no povo brasileiro e nesse grande projeto que o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva abraçou. Nós terminamos de inaugurar, no mês de julho, a terceira agência do Banco do Brasil na cidade de Juazeiro do Norte. Ou seja, em um curto de espaço de tempo, uma cidade que, em 1997, teve que vender, desativar, a metade do prédio que tinha, porque era ociosa – e vendemos para o Poder Judiciário –, agora, em 2011, passa a ter três agências exatamente em face da pujança, do crescimento econômico daquela região.

Temos ali outros bancos públicos, a exemplo do BNB, da Caixa Econômica Federal, um conjunto de bancos privados, como o Bradesco, o Itaú e tantos outros que ali têm seus negócios. Isso mostra exatamente, nosso Prefeito Santana, a Fortaleza o que V. Exª está fazendo por aquele Município, porque não tem investimento público e privado onde não haja também uma gestão voltada para esse processo. Foi isto que o nosso Padre Cícero sempre desejou de todos nós: que fôssemos capazes de desenvolver a região, aglutinar, gerar trabalho e melhorar a qualidade de vida.

Quando a gente analisa a construção de um complexo de saúde pública como aquele que o nosso Governador Cid Ferreira Gomes fez em Juazeiro, um grande hospital de referência regional que inauguramos – parte está começando a entrar em funcionamento enquanto que, ao mesmo tempo, estamos contratando os trabalhadores do setor da saúde para ali exercerem suas atividades –, fica demonstrada a preocupação do Poder Público para com a saúde dos mais pobres, dos mais sofridos. Como muito bem sabe V. Sª, nosso Prefeito, aquele público tinha que se deslocar ora para Recife ora para Fortaleza, aproximadamente 550 km à procura de saúde de média e alta complexidade, quando não conseguia ser atendido nas nossas fundações ali de Barbalha.

Agora, com aquele grande complexo de saúde pública, também é possível oferecer boas condições para a formação da mão de obra dos nossos profissionais de saúde, em especial de medicina, dos dois cursos muito importantes que temos na região: um na nossa Universidade Federal do Ceará e outro em uma universidade particular que ministra, que forma mão de obra e ajuda muito na saúde do nosso povo.

Quando a gente vai para o mundo da agricultura familiar, que é a base da agricultura no Cariri, verifica que está sendo construída uma Ceasa para aglutinar toda a produção, agregar valor à agricultura familiar e diminuir o preço para as famílias que precisam daqueles produtos.

Quanto à moradia, afinal todos querem ter um local para morar, Juazeiro do Norte é uma cidade que recebe centenas de milhares de homens, mulheres e famílias. Especialmente aqueles que chegam à terceira idade e se aposentam, após receberem o benefício da nossa Previdência Social, têm o grande desejo de estar próximos da imagem do Padre Cícero, da sua estátua, de receber as suas bênçãos, ter a sua casa própria e esperar que o nosso Criador os possa levar.

Exatamente por isso, através do Programa Minha Casa, Minha Vida, que a nossa Prefeitura se preparou. Mais de 1.000 moradias estão sendo construídas e um conjunto de outras sendo agendadas, contratadas, exatamente para que possamos gerar emprego, gerar riqueza e, acima de tudo, fazer com que quem tenha uma sala tenha um altar, quem tenha um quintal, tenha

um negócio, mas que tenha uma casa maior também para morar, porque hoje as exigências são outras.

Exatamente por isso, nosso Senador Inácio Arruda, nosso Senador Eunício Oliveira, acredito que já fizemos muitas sessões solenes, mas reputo uma das mais importante exatamente esta em que estamos referenciando uma cidade que nasceu da fé, nasceu na teimosia, cresceu e hoje é um orgulho de todos nós.

Para finalizar, queria registrar que o Grupo O Povo, nesse Anuário de 2011, resolveu homenagear exatamente os 100 anos da nossa Juazeiro do Norte. Por isso, nossa Presidente Luciana Dummar, não teria momento melhor para entregar, pedir ao Senado Federal para que o leve para a Biblioteca desta Casa, a fim de que, daqui a 100 anos, quando outros cearenses Senadores aqui estiverem, possam lembrar dos 100 anos em que comemoramos o aniversário de Juazeiro e que Inácio Arruda, Eunício Oliveira e José Pimentel eram Senadores. Com as bênçãos de Deus, queremos estar aqui cada um com uma bengalinha dizendo: "Duzentos anos, também presentes."

Muito obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª será atendido, Senador José Pimentel, na forma regimental.

Com muito prazer, encaminharemos à Biblioteca do Senado Federal esse importante almanaque sobre Juazeiro feito pela Fundação Demócrito Rocha, nosso saudoso Demócrito Rocha, que tanto contribuiu para a cultura e para o desenvolvimento do Estado do Ceará. Está aqui hoje representando a todos nós do Estado do Ceará a nossa querida Presidente do Grupo de Comunicação O Povo e da Fundação Demócrito Rocha Dummar.

Passo a Presidência para o primeiro subscritor desse requerimento, Senador Inácio Arruda.

O Sr. Eunício Oliveira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira.

Antes, faço o registro das presenças do Sr. Arlen Medina, jornalista do jornal **O Povo**; de Cliff Villar, da Fundação Demócrito Rocha; de Fábio Campos, da Fundação Demócrito Rocha e jornalista do jornal **O Povo**, que conduziu com brilhantismo durante muitos anos a coluna política do jornal; de Adriana Joca, que trabalha também na Fundação Demócrito Rocha; de Donizete Almeida, Diretor de conteúdo do **Jornal do Cariri**; de Luzenor de Oliveira, Presidente do Jornal do Cariri.

Quero também registrar aqui o Bezerrinha, nosso amigo de muitos anos, jornalista, radialista, escritor, que conduz uma revista muito interessante que é a **Nordeste VinteUm**.

Com a palavra, o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Inácio Arruda, Presidente desta sessão solene, primeiro signatário do requerimento em que se solicita a realização desta sessão.

Cumprimento o Exmº Sr. Senador José Pimentel; o Exmº Sr. José Arnon Bezerra, coordenador de todos nós, da bancada cearense; o Exmº Sr. Deputado Federal João Ananias; o Deputado Federal Raimundo Macedo, o Raimundão; o Senador Mozarildo Cavalcanti, que também nos homenageia com sua presença; o Senador Geovani Borges.

Eu queria registrar, com prazer, a presença do Magnífico Reitor Jesualdo Farias, que também está aqui conosco.

Cumprimento ainda o Sr. José Adonis Callou de Araújo Sá; o nosso Prefeito de Juazeiro do Norte, Manoel Santana; o Reverendíssimo Sr. Padre José Venturelli; a Presidente do Grupo de Comunicação O Povo, Luciana Dummar, que prestigia esta homenagem aos cem anos de Juazeiro no dia de hoje, aqui acompanhada dos editores Arlen Medina, Fábio Campos e da minha amiga Adriana Joca.

Cumprimento também todos os Deputados Federais do Estado do Ceará aqui presentes e os Prefeitos. Vejo ali o Prefeito Nezinho, que também veio aqui, nesta tarde.

Eu queria registrar a presença dos diretores do **Jornal do Cariri** Luzenor de Oliveira e Donizete Arruda.

Agradeço ao nosso famoso artista Fábio Carneirinho, que nos brindou com músicas em homenagem a Juazeiro e, por sentimento, ao nosso Padre Cícero Romão Batista.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que, na manhã de hoje, participamos de um evento extremamente importante para o Ceará, para o Brasil e, especialmente, para a nossa região do Cariri: no Palácio do Planalto, foi anunciada a criação de quatro novas universidades federais, sendo a Bahia contemplada com duas universidades, e o Estado do Ceará, com uma universidade. Assim, teremos mais uma universidade. Tínhamos apenas uma universidade federal, mas, com a Unilab e, agora, com a Universidade Federal do Cariri, haverá três universidades federais no Estado do Ceará.

Portanto, a cidade de Juazeiro do Norte, que recebe, hoje, esta justa homenagem, tem mais um motivo para comemorar esse centenário com a criação da Universidade Federal do Cariri. A sede da instituição será localizada em Juazeiro do Norte, com **campi** avançados nas cidades de Barbalha, de Crato, de Brejo

Santo e de Icó. É mais uma iniciativa importante de valorização dessa região, que se tem destacado pelo seu desenvolvimento socioeconômico. É mais uma grande oportunidade de oferecer aos nossos jovens e à população não apenas do Cariri, mas também de outras regiões e – por que não dizer? – de outros Estados vizinhos, como, por exemplo, Pernambuco, acesso a um ensino de qualidade, o que é essencial para que este Brasil continue avançando como um País de oportunidade para todos.

No mês passado, Sr. Presidente, registrei, desta mesma tribuna, o centenário de emancipação da cidade de Juazeiro do Norte, comemorado no dia 22 de julho. Esta data se torna, ainda hoje, muito mais significativa quando lembramos aqui quem foi o Padre Cícero Romão Batista, o nosso Padim Ciço, o primeiro Prefeito a emancipar a cidade.

As vidas da comunidade e do sacerdote mudaram com a comoção causada em 1889 por um milagre acontecido no nosso Juazeiro. Durante uma missa, a hóstia ministrada pelo Padre à beata Maria de Araújo, conhecida como Beata Mocinha, teria se transformado em sangue na boca daquela religiosa.

Padre Cícero era um homem à frente do seu tempo, e muitos não entenderam o que ele significava para o povo do Ceará, para o povo do Cariri, para o povo do Nordeste brasileiro.

A própria Igreja Católica está revendo sua visão sobre esse personagem tão popular da fé, que era o Padre Cícero Romão Batista. O Bispo diocesano de Crato, Dom Fernando Pânico, reconhece as romarias à Juazeiro do Norte como uma expressão autêntica da fé católica. Mas um dossiê com onze volumes é que pode mudar a história do Cariri, a história do Juazeiro e – por que não dizer, meu caro Chico Lopes? – a história do Padre Cícero Romão Batista. O processo de reabilitação eclesial do Padre tramita no Vaticano desde 2006. Esse é o primeiro passo que pode levar um sacerdote banido a se tornar um sacerdote santo. O processo está sendo analisado pela Congregação para a Doutrina da Fé, e todos nós, nesta tarde de hoje, estamos homenageando Juazeiro do Norte. Todos nós, cearenses; todos nós, nordestinos; e – por que não dizer? – todos nós, brasileiros, estamos na torcida para que nosso Padim, o Padre Cícero, seja beatificado e, por fim, canonizado.

Juazeiro do Norte é, atualmente, um dos maiores centros de peregrinação da América Latina graças à figura do Padre Cícero. São cerca de 250 mil habitantes naquela cidade, mas a população flutuante dos visitantes e fiéis do sacerdote que, todos os dias, encontram-se na cidade para visitar e reverenciar os principais centros de peregrinação cresce, a cada dia, em Juazeiro do Norte.

Por ano, em pelo menos quatro ocasiões, Juazeiro do Norte se torna o centro da religiosidade popular: 24 de março, data de nascimento do Padre Cícero; 20 de julho, falecimento de Padre Cícero; primeira quinzena de setembro, Festa da Padroeira, Nossa Senhora das Dores; e 2 de novembro, Dia de Finados, oportunidade em que todos vão ali reverenciar o túmulo do Padre Cícero Romão Batista. Nessas datas, a cidade é tomada por imensas caravanas de romeiros. Os festejos atraem mais de dois milhões de romeiros por ano, fazendo de Juazeiro do Norte o terceiro maior polo de peregrinação religiosa do Brasil.

Por tudo isso, Juazeiro do Norte deixa muito orgulhosos todos nós, cearenses. Todos nós, o Senador Inácio Arruda, o Senador José Pimentel, o Coordenador José Arnon, os meus companheiros de bancada federal e eu, reverenciamos essa data.

Eu disse que tinha muita honra em encaminhar à Biblioteca do Senado Federal o Almanaque feito pela Fundação Demócrito Rocha, porque sabemos do conteúdo desse Almanaque, ao homenagear uma terra que cresce na fé, na esperança, na vontade e na coragem de seu povo.

Por tudo isso, todos nós, cearenses – sou da região do Cariri, toda a minha família é do Cariri, nascida em Barbalha e no Sítio Roncador –, temos muito orgulho em destacar os filhos ilustres dessa terra de Padre Cícero, como o ator José Wilker e o craque Ronaldo Angelim, que, apesar de paulista, cresceu em Juazeiro, onde foi revelado pelo Icasa, e que, atualmente, joga no Flamengo. Todos nós estamos de parabéns pelos cem anos de Juazeiro do Norte!

Todos nós, que somos do Cariri, que somos do Ceará, temos a obrigação de representar bem o nosso povo e o nosso Estado, buscando o desenvolvimento e o crescimento em todas as regiões do Estado e, principalmente, do Nordeste brasileiro, para minorarmos o fosso que ainda existe do ponto de vista da integração nacional. Ali, grande parte da população, quase 60% dos quase 16 milhões de brasileiros, ainda vivem na miséria absoluta.

Esse é o nosso compromisso, essa é a nossa luta, no dia em que homenageamos esta cidade importante da região do Cariri e do nosso Estado, o Ceará, Juazeiro do Norte.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Parabéns, Senador Eunício Oliveira, pelas palavras em homenagem a Juazeiro do Norte.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Geovani Borges, do PMDB do Amapá, lá onde o Patativa foi cantar.

Antes, registro a presença dos Srs. Deputados Anibal Ferreira Gomes, Vicente Arruda, Raimundo Macedo – o Raimundão –, João Ananias, Chico Lopes e Manoel Salviano; dos Prefeitos de Maranguape, Jorge Valentim, e de Horizonte, Nezinho; e da Vereadora Rose Sales, de São Luis do Maranhão.

Também quero fazer menção, porque já citei várias vezes, ao historiador Geová Sobreira e à sua coleção de 368 cordéis sobre Juazeiro, Padre Cícero e companhia, que brevemente farão parte dos Anais do Senado Federal.

O escritor Paulo Machado também já fez menção – ele e sua senhora estão acompanhando a sessão – de que tem um fabuloso livro sobre Juazeiro do Norte.

Com a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; primeiro signatário da presente sessão, Senador Inácio Arruda; Exmº Sr. Senador Eunício Oliveira; Senador José Pimentel; Coordenador da Bancada do Ceará na Câmara dos Deputados, Deputado Arnon Bezerra; Procurador Regional da República da 1ª Região, Sr. José Adônis Callou de Araújo Sá; Prefeito do Município de Juazeiro do Norte, Sr. Manoel Raimundo de Santana Neto; Vice-Prefeito de Juazeiro do Norte, Sr. José Roberto Barreto Celestino; Padre de Juazeiro do Norte, Reverendíssimo Sr. José Venturelli; Srªs e Srs. Senadores, eu queria, primeiro, pedir permissão...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Permissão concedida.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – ...ao Senador Inácio Arruda, primeiro signatário, para poder fazer parte desta sessão solene, e também ao Senador Eunício Oliveira, ao Senador José Pimentel e à bancada federal do Estado do Ceará, porque sou filho de nordestino, nascido lá no Amapá, meu querido Estado do Amapá. Minha mãe leva o nome de D. Cícera Pinheiro Borges, esposa de Miguel Pinheiros Borges. Meu pai – essa é uma característica nordestina – levou para mais de mil famílias nordestinas para lá.

Então, eu também quero que os senhores me permitam, peço vênia, para homenagear a colônia nordestina lá do meu querido Estado do Amapá, nesta sessão, de iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Especialmente o povo de Santana.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Também. Fui Prefeito lá. Exato. E o Senador Inácio teve essa brilhante iniciativa, é um Senador atuante na Casa, um poeta, um repentista; o Senador Eunício, que preside a Comissão com muita competência; o Senador José Pimentel, um homem das estatísticas aqui nesta Casa, dos números.

Mas, nessa feliz intersecção do Paralelo 7 sul com o meridiano 39 oeste, está Juazeiro do Norte, a mística cidade brasileira de 250 mil habitantes, que, em pleno Vale do Cariri, viu florescer uma das figuras mais extraordinárias e emblemáticas da história brasileira, de todos os recantos do País, extrapolando as fronteiras do País: Cícero Romão Batista, Padre Cícero ou, ainda, Padim Ciço. quantas panificadoras e outros comércios existem lá no Amapá com o nome Padre Cícero! Ele foi o primeiro prefeito de Juazeiro, quando de sua emancipação, em 22 de julho de 1911.

É o centenário dessa cidade referencial, palco sempre renovado da continuada expressão da alta espiritualidade do povo brasileiro, que o Senado Federal registra e celebra, com muita emoção e alegria, no dia de hoje. Eu gostei do sanfoneiro. Fez a diferença nesta Casa, quebrou aquele rito, não é, Senador Inácio? Mas é uma de suas características também.

O povoado de Tabuleiro Grande, que dá origem a Juazeiro do Norte, tem seus primeiros registros históricos no ano de 1827, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da capela de Nossa Senhora das Dores, a padroeira do lugarejo.

Fé e trabalho sempre embalaram o cotidiano dos habitantes da região, que, em alguns poucos anos, conseguiram viabilizar Juazeiro como uma das maiores cidades do Ceará. Heterogênea, repleta de romeiros, que ampliam e enriquecem seu patrimônio humano e cultural. Muitos de seus habitantes, ciosos da tradição que se construiu em torno da principal personagem da região, ajuntam ao próprio nome Cícero ou Cícera em devota homenagem ao fundador da cidade.

Além das romarias, que em vários momentos do ano tomam conta e animam a cidade, Juazeiro dispõe de um considerável parque industrial, que produz calçados, bebidas, refrigerantes, alumínio, alimentos, roupas, jóias e laticínios, Senador. Agregue-se ainda uma rica e multifacetada produção artesanal, muito apreciada pelos visitantes, que acaba circulando pelo País e pelo exterior.

Vale registrar, Sr. Presidente, que a cidade é sede anual de grandes festas, majoritariamente religiosas, que monopolizam a atenção não só de seus habitantes e vizinhos do Cariri, mas de todo o Brasil e de um sempre crescente número de turistas estrangeiros.

Em 02 de fevereiro têm início as atividades com a Festa de Nossa Senhora das Candeias. No mês seguinte, é comemorado o aniversário do Padre Cícero.

Em julho, como sabemos, é o aniversário do Município. O mês de setembro abriga...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Geovani.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Deixe-me registrar, antes que eles nos deixem, a presença dos alunos do 4º ano do Colégio Militar Dom Pedro II, da Asa Sul, aqui no Distrito Federal.

Obrigado pela visita. Um grande abraço à estudantada brasileira! *(Palmas.)*

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Eu vi umas crianças que devem ser descendentes de nordestino.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Com certeza.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – O mês de setembro abriga a romaria dedicada à Festa da Padroeira, Nossa Senhora das Dores, enquanto no dia 02 de novembro tem-se a culminância com a grande romaria do Padre Cícero.

Como se vê, é um calendário respeitável, que confere grande visibilidade e intenso movimento turístico em direção a Juazeiro do Norte. O grande fluxo de visitantes beneficia igualmente toda a região, já que o Vale do Cariri, que abriga um conglomerado de centros urbanos, oferece uma admirável combinação de múltiplas manifestações culturais e admiráveis atrações ecológicas.

Em seu centenário, Juazeiro do Norte pode igualmente orgulhar-se de sua condição de verdadeiro polo de ensino superior. A cidade abriga mais de 40 cursos universitários, que ministram educação avançada para seus habitantes e estudantes dos Municípios vizinhos.

A área de cultura, como não poderia deixar de ser, haja vista a tradição construída ao longo dos anos, é muito prestigiada e valorizada pelos juazeirenses-do-norte. A cidade mantém nada menos que três grandes centros culturais, que fomentam atividades como teatro, cinema, dança e folclore. Mostras de pintura e xilogravura, espetáculos teatrais e musicais e oficinas artísticas são constantes na agenda da cidade.

Antes de encerrar esta homenagem, quero congratular-me, em nome do Amapá, com os habitantes de Juazeiro do Norte. Senador Inácio Arruda, autor do requerimento desta sessão, está dando esta chance de me pronunciar em nome dos nordestinos do meu Estado, e o Senador Eunício é daquela região do Cariri, e com a administração municipal – aqui está o nosso Prefeito, que eu não poderia deixar de homenagear, amigo do Inácio – ilustre Prefeito Dr. Manuel Raimundo de Santana, que tem o privilégio de dirigir os destinos da cidade em seu centenário.

Peço a devida licença e valho-me de algumas estrofes do belíssimo Hino do Centenário de Juazeiro do Norte, de autoria de Paulo de Souza, para concluir esta intervenção:

> Sob o manto de Maria tu nasceste
> E o amor do Padre Cícero Romão
> Haverá lugar bendito como este?
>
> Quanta honra, luz e glória neste chão!
> Dos pequenos e dos grandes és guarida.
> Acolher é tua nobre vocação.
> És refúgio para os náufragos da vida,
> Que da Virgem buscam amparo e proteção.
>
> Nesta terra, cada lar é uma oficina,
> Oratório de labor e devoção
> A semente que se lança aqui germina,
> Multiplica, gera fruto em profusão.
> Maravilha!, celebrar teu Centenário.

Parabéns, Juazeiro do Norte!

Muito obrigado a Deus por me proporcionar este momento de usar da palavra nesta tribuna. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Nós que agradecemos as palavras do Senador Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – O Sr. Senador Wilson Santiago enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, impossível faltar a uma homenagem à cidade de Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte, na verdade, é uma das cidades símbolos do Nordeste. Terra em que Padre Cícero pregou, como pároco, a cidade carrega um imenso significado cultural e religioso que atrai romeiro de todos os recantos da região. Neste particular, a Paraíba é o estado que contribui com um elevado número de devotos de Padre Cícero. Por toda essa importância, parabenizo o senador Inácio Arruda, primeiro signatário desta sessão, e também os senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, todos do Ceará, responsáveis pela realização deste evento.

Juazeiro do Norte e Padre Cícero são figuras permanentes de minha infância e juventude. Sertanejo, do Alto Sertão da Paraíba, pude conviver durante toda a minha criação e início da vida adulta com a presença constante do prestígio de Juazeiro e da força espiritual de Padre Cícero a alimentar as esperanças e os

sonhos dos meus conterrâneos. Juazeiro do Norte, junto com o Padre Cícero, povoaram, e ainda se fazem presentes com muita força, na minha vida de nordestino de nascimento, e de devoto do santo de todos os meus conterrâneos.

Para entender o significado de Juazeiro do Norte, iniciemos pelo próprio nome, Juazeiro, árvore forte que mesmo diante das intempéries é forte e resistente e além destas características tem diversas propriedades medicinais. Assim é o povo de Juazeiro, forte, bravo e resistente, povo trabalhador e religioso. Com sua força de trabalho, este povo fez de seu município uma das maiores cidades do Nordeste brasileiro, recebendo muitas pessoas que procuram e encontram a cura para seus males físicos e espirituais.

Juazeiro do Norte era inicialmente um distrito da cidade vizinha Crato, até que o jovem Padre Cícero Romão Batista resolveu se fixar como pároco no lugarejo, até então sem capelão e, portanto, sem os serviços religiosos. Padre Cícero foi um dos responsáveis, tempos depois, pela emancipação e independência da cidade. Por conta do chamado "milagre de Juazeiro" (quando Padre Cícero deu hóstia sagrada à beata Maria de Araújo, a hóstia se transformou em sangue), a figura do padre assumiu características místicas e passou a ser venerado pelo povo como um santo. Hoje a cidade é a segunda do estado e referência no nordeste graças ao padre.

Mas, Juazeiro é ainda um grande pólo de ensino superior com vários cursos universitários em funcionamento. Possui grandes centros culturais onde são desenvolvidas atividades de teatro, cinema, dança e folclore. É um município que se desenvolve de forma progressiva. A cidade exerce forte influência sobre todo o Sul do Ceará, e áreas dos estados de Pernambuco, Piauí, Paraíba, e Rio Grande do Norte, sendo um importante centro de compras e serviços regionais. Todo este desenvolvimento resultou em uma grande integração com os municípios de Crato e Barbalha, que juntas formam a chamada conurbação Crajubar.

Em 9 de junho de 2009, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará aprovou a criação da Região Metropolitana do Cariri, sendo a lei sancionada pelo Governador Cid Gomes em 29 de junho de 2009. A Região Metropolitana do Cariri é composta por nove municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Missão Velha, Cariaçu, Farias Brito, Nova olinda, Santana do Cariri e Jardim.

Enfim, parabenizo a todos os cearenses, e por extensão, a todos os nordestinos, por esta data de tanto significado para toda a região. A cidade de Juazeiro do Norte, e a figura de Padre Cícero, representam muito para todos nós. Por isto, torna-se tão importante esta manifestação de júbilo que está sendo realizada pelo Senado Federal. Da qual nós participamos com a maior felicidade e com o mesmo entusiasmo que nos moveram, bem recentemente, a comemorar neste plenário a data de aniversário da fundação do meu estado, a Paraíba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Registramos as presenças dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Clésio Andrade.

Convido a Sª Luciana Duma para que faça a entrega do belíssimo **Almanaque Juazeiro** aos nossos colegas que estão participando da Mesa dos trabalhos de homenagem ao centenário de Juazeiro do Norte. *(Palmas.)*

Queremos agradecer à jornalista e dirigente, presidente da Fundação Demócrito Rocha, primeiro pelo belíssimo almanaque do centenário de Juazeiro. Espero que tenha mais alguns, para que a gente possa também entregar aos nossos colegas Deputados Federais e ao nosso Reitor da Universidade Federal, ao nosso B. de Paiva, ao Jeová, aos nossos colegas, ao nosso procurador – quem sabe, daqui a pouco, ministro também –, saído daquelas plagas; nascido aqui, mas saído do Ceará, com a sua família.

Então, quero agradecer esta oportunidade e gostaria que a gente pudesse encerrar a nossa sessão de homenagem – porque vamos começar a Ordem do Dia do Senado Federal – lembrando que Juazeiro inspira muitos artistas populares, todos os homens da arte, todas as mulheres das artes têm ali inspiração. Quando passam por ali, quando veem ali nas feiras as sanfonas de oito baixos, de Januário, todo mundo sente prazer, alegria, satisfação em poder homenagear com música, cordel fabuloso, desses que estão na coleção do Jeová; ou com livros, contando a história e a saga daquele povo, que é parte significativa do povo cearense, meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, que também tem um pé naquela região do Nordeste brasileiro e que representa aqui o Estado de Roraima.

Eu pediria ao nosso Carneirinho que a gente encerrasse a nossa sessão de homenagem com uma música que conta um pouco essa história do povo nordestino, cearense: Asa Branca, de Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga, gente lá da nossa região. Ali, o Iguatu e Exu estão num eixo só e, estando num eixo só, lembro que, quando faleceu Luiz Gonzaga, determinou-se que o velório dele começasse em Juazeiro do Norte. Então, em homenagem a mais esse nordestino que adotou Juazeiro, Luiz Gonzaga, cearense velho de guerra, e Humberto Teixeira, vamos ouvir, para encerrar a nossa sessão, Asa Branca.

(Procede-se à execução da música Asa Branca.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Maravilha! Parabéns! (*Palmas.*)

Registro a presença do Sr. Marcelo Antônio Ceará Serra Azul, Procurador Regional da República; do Sr. João Henrique Serra Azul, Subprocurador Regional, já aposentado; de sua esposa, Raimunda Ceará Serra Azul; do Sr. Régis Soares, Presidente da Federação das Artes do Ceará; do Sr. José Colombo de Souza Filho, membro da Casa do Ceará; do Sr. Wanderley Girão, ex-membro da Casa do Ceará, que nos honraram com sua presença.

A Presidência agradece às personalidades que compõem a Mesa de honra desta homenagem a Juazeiro, especialmente ao Prefeito de Juazeiro, Santana, a quem agradecemos pela presença e homenageamos pela conquista de hoje de mais uma universidade para o Ceará, com sede em Juazeiro, que vai alastrar-se por todo o Cariri; ao nosso Procurador Adônis Callou, que nos honra com sua presença e com seu brilhantismo como membro do Conselho Nacional de Justiça, muito significativa a sua participação; ao coordenador da bancada, nosso colega Deputado Arnon Bezerra; ao nosso Senador Pimentel, que deu uma carreira ali no Ministério para ver mais alguns números, para dar uma atualizada, mas conosco participou desta solenidade fazendo nosso convite; ao Senador Walter Pinheiro, baiano, que ganhou duas universidades de uma lapada só; ao nosso colega Eunício Oliveira; ao nosso vice-prefeito Celestino, parabéns mais uma vez pelo centenário de Juazeiro e mais uma universidade, você sabe da responsabilidade que a região assume com o nosso Estado; e ao padre de Juazeiro, Venturelli, que tem uma grande responsabilidade com a trajetória dessa cidade.

Cumprimento todos e suspendo a sessão por cinco minutos para que os senhores possam se confraternizar, uma vez mais, com o centenário de Juazeiro.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 47 minutos; e é reaberta às 15 horas e 55 minutos, sob a Presidência da Srª Marta Suplicy.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.001, DE 2011

Requer, nos termos do disposto no art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2011, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição.

Justificação

O Projeto de Lei nº 169, de 2011, que modifica a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que 'dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal', para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências", no sentido de vedar a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos e nas condições que especifica, trata de matéria que envolve comércio.

De forma que pelas repercussões que o projeto pode acarretar para a economia, requeiro aos meus pares a justa apreciação do projeto pela CAE, nos termos do art. 99 do RISF.

Sala as Sessões, – Senador **Francisco Dornelles.**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.002, DE 2011

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento, no dia 14 de agosto último, do Senhor Annibal Barcellos, ex-Governador do Amapá, que também ocupou o cargo de deputado federal constituinte, prefeito e vereador:

a) inserção em ata de Voto de profundo Pesar; e

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Amapá.

Sala das Sessões, de agosto de 2011.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.003, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada do PLS nº 297, de 2011, de minha autoria, que "proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear os brinquedos conhecidos como 'pipas' ou 'papagaios'".

Sala das Sessões, de agosto de 2011. – Senador **Vital do Rêgo.**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu as Mensagens nºs 117 a 125, de 2011, da Presidência da República.

São as seguintes as Mensagens:

MENSAGEM
Nº 117, DE 2011
(nº 315/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.

Os méritos do Senhor João de Mendonça Lima Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de agosto de 2011.

EM No 00316 MRE

Brasília, 27 de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 316 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

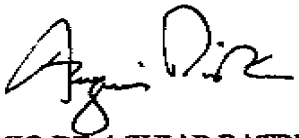
Brasília, 27 de junho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO*
CPF.: 425.065.577-68
ID.: 7486 MRE

1952	Filho de Alcides Brandão de Mendonça Lima e Angela de Mendonça Lima, nasce em 3 de outubro em Roma/Itália (brasileiro nato de acordo com o artigo 129, alínea II, 1a. parte da Constituição de 18 de setembro de 1946)
Dados Acadêmicos:	
1976	Filosofia e Economia pela Sophia University International College, Tóquio
1997	Curso de Diplomacia Pública
2000	CAE - IRBr, Promoção do Brasil como Destino Turístico
Cargos:	
1977	IRBr, concurso direto
1977	Terceiro-Secretário
1980	Segundo-Secretário
1987	Primeiro-Secretário, por merecimento
1993	Conselheiro, por merecimento
2001	Ministro de Segunda Classe
2009	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1977-80	Divisão da América Meridional II, assistente
1980-83	Embaixada em Paris, Terceiro e Segundo-Secretário
1983-87	Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
1987-88	Divisão da América Meridional I, assistente
1988-90	Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, assessor
1990-91	Secretaria de Imprensa do Gabinete, assessor
1991	Divisão de Assuntos Previdenciários e Sociais, assessor
1991-93	Centro de Processamento de Dados, Chefe, substituto
1993-98	Embaixada em Tóquio, Conselheiro
1998-01	Embaixada em Londres, Conselheiro
2001	Fórum da Indústria de Turismo, Coordenador Nacional
2001-03	Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Assessoria Internacional, Chefe
2003-08	Consulado-Geral em Xangai, Cônsul-Geral
2008	Embaixada em Hanói, Embaixador
Condecorações:	
1980	Ordem El Sol de Perú, Peru, Cavaleiro
1984	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
2008	Medalha "Mérito Santos-Dumont "
2009	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã Cruz
2010	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
2010	Ordem do Mérito Aeronáutico,Grande-Oficial
Publicações:	
2002	Promoção do Brasil como Destino Turístico, Ed. IRBr/FUNAG
2004	Programas de Geração de Emprego na China, em Mundo Afora - Programas de Geração de Emprego, Publicação da Coordenação de Divulgação do MRE, Ideal Gráfica e Editora
2005	Programa de Combate à Violência Urbana ,em Mundo Afora - Programas de Combate à Violência Urbana, Publicação da Coordenação de Divulgação do MRE, Gráfica Vera Cruz Ltda.

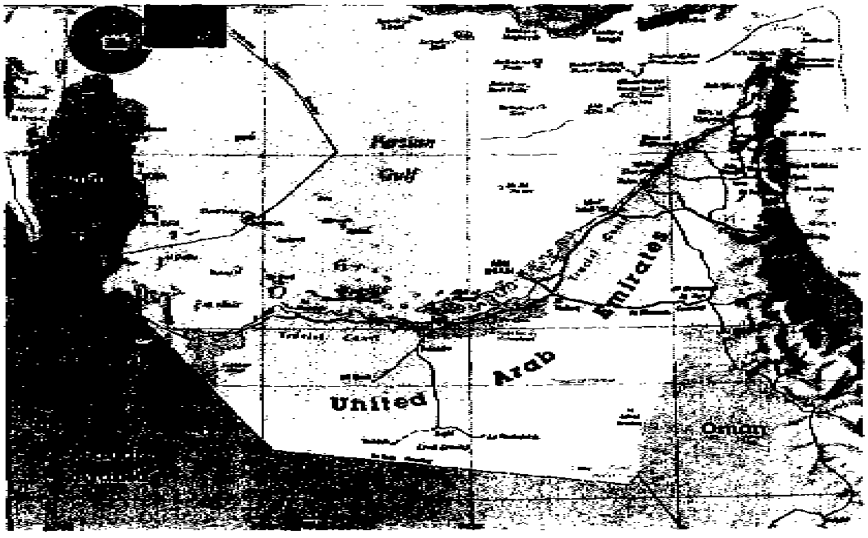
JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS





JUNHO DE 2011

INDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

IMPACTO DA "PRIMAVERA ÁRABE" .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA .....

ANEXOS .....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Emirados Árabes Unidos
CAPITAL:	Abu Dhabi
ÁREA:	83.600 km² (pouco menor que o Estado de Santa Catarina)
POPULAÇÃO: (est. CIA jul. 2009):	4,8 milhões habitantes
IDIOMA:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo 96%, outros 4% (cristãos e hinduístas)
SISTEMA DE GOVERNO:	Federação de Emirados
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Khalifa Bin Zayed al Nahyan
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Mohammed bin Rashid al Maktoum
MNE:	Xeque Abdallah bin Zayed al Nahyan
MINISTRO DE ESTADO PARA NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Anwar Mohammed Gargash
PIB real (2008, CIA):	US$ 260,1 bilhões
PIB PPP (2008, ibid.)	US$ 184,3 bilhões
PIB *per capita* (2008, ibid.)	US$ 54.200
PIB *per capita* PPP (2008, ibid.)	US$ 39.900
UNIDADE MONETÁRIA:	Dirham emirático (AED)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Yousuf Ali Abdulrahman al Usaimi
EMBAIXADOR EM ABU DHABI:	Raul Campos e Castro

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões fob) – *Fonte: MDIC*

BRASIL → EAU	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-mar)
Intercâmbio	**771,3**	**804,7**	**1.391,8**	**1.516,7**	**1.915,8**	**1.882,4**	**2.032,3**	**479**
Exportações	706,9	727,8	1.044,8	1.196,7	1.323,1	1.772,0	1.855,0	373,6
Importações	64,4	76,9	347,0	319,9	592,7	110,4	177,3	105,4
Saldo	642,4	650,8	697,7	876,8	730,4	1.661,6	1.678,7	268,2

PERFIS BIOGRÁFICOS

SUA ALTEZA O EMIR XEQUE KHALIFA BIN ZAYED BIN SULTAN AL NAHYAN

PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS E EMIR DE ABU DHABI

CHEFE DE ESTADO

Nascido em 1948, na cidade de Al Ain (Emirado de Abu Dhabi).
Estudou em Al Ain e na Academia Militar de Sandhurst, no Reino Unido.

Carreira Política e Profissional:

- Representante do Governante de Abu Dhabi, Xeque Zayed (seu pai), a partir de 18 de setembro de 1966, para a região oriental do Emirado e Chefe do Departamento encarregado de supervisionar as atividades das Cortes de Justiça em Al Ain;
- Príncipe Herdeiro do Emirado de Abu Dhabi e Chefe do Departamento de Defesa do Emirado (que posteriormente constituiu o núcleo das Forças Armadas dos Emirados Árabes Unidos), nomeado em 1° de fevereiro de 1969;
- Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa e das Finanças do Emirado de Abu Dhabi, nomeado em 10 de julho de 1971;
- Vice-Primeiro-Ministro do país, nomeado em 2 de dezembro de 1971, após a independência dos Emirados Árabes Unidos, permanecendo no cargo após reforma ministerial em 23 de dezembro de 1973;
- Vice-Comandante-em-Chefe das Forças Armadas dos Emirados Árabes Unidos e Presidente do Supremo Conselho do Petróleo (maio de 1976);
- Em virtude do precário estado de saúde de seu pai, Xeque Zayed, substituiu-o, desde 2000, em diversas cerimônias oficiais, recebendo ainda visitas de dignitários estrangeiros e participando de inúmeras visitas oficiais ao exterior;
- Eleito, em 3 de novembro de 2004, Presidente dos Emirados Árabes Unidos, após o falecimento de seu pai um dia antes; guardou ainda para si o cargo de dirigente máximo do Emirado de Abu Dhabi.

Como líder da família Nahyan, o Xeque Khalifa herdou de seu pai, Xeque Zayed, papel relevante no sistema de poder vigente na Península Arábica. A Presidência dos Emirados Árabes Unidos qualifica-o como um dos principais interlocutores político-diplomáticos da região do Golfo, sobretudo em vista da importância estratégica e das reservas petrolíferas do Emirado de Abu Dhabi.

Nas relações exteriores, o Presidente Khalifa busca cultivar boas relações com os EUA, o Reino Unido, a Rússia e a Arábia Saudita, bem como com Japão e China, dois grandes compradores de petróleo dos Emirados. Recebe visitas constantes dos líderes do Conselho de Cooperação do Golfo, que reúne, além dos Emirados, Arábia Saudita, Catar, Kuaite, Omã e Bareine.

No plano interno, busca seguir a política de seu antecessor de partilhar os cargos oficiais entre familiares e assessores dos Sete Emires. Manteve o Ministério nomeado às vésperas do falecimento de seu pai, onde é digna de nota a nomeação da primeira mulher emirática para posição ministerial, a Xeica Lubna Al Qasimi (hoje Ministra do Comércio Exterior), em lugar do Ministro anterior, também da família Qasimi, do Emirado de Sharjah. Nesse novo Ministério, outro irmão do Presidente, o Major General Saeef bin Zayed assumiu a pasta de Ministro do Interior, a cargo do policiamento emirático e do combate ao terrorismo.

SUA ALTEZA O XEQUE MOHAMMED BIN RASHID AL MAKTOUM

PRIMEIRO-MINISTRO E VICE-PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS E EMIR DE DUBAI

Nascido em 1949, Xeque Mohammed é o terceiro filho do Xeque Rashid bin Saeed Al Maktoum.

Iniciou sua educação formal aos quatro anos, com preceptores particulares de Estudos Árabes e Islâmicos. Em 1955, passou a freqüentar o sistema de educação secundária de seu país. Em agosto de 1966, Xeque Mohammed e seu primo, Xeque Mohammed bin Khalifa Al Maktoum, ingressaram na *Bell School of Languages*, em Cambridge, uma das escolas de línguas mais importantes da Europa.

Sua primeira esposa é a Xeica Hind bint Maktoum bin Juma Al Maktoum, com quem se casou em 1979. Sua segunda esposa é a Princesa Haya bint Al Hussein, filha do Rei Hussein da Jordânia e meia-irmã do atual Rei Abdullah II, também da Jordânia. Eles se casaram em 10 de abril de 2004. Ele tem 7 filhos e 9 filhas.

Carreira Política e Profissional

Em 3 de janeiro de 1995, o então Emir Maktoum bin Rashid Al Maktoum assinou dois decretos indicando Xeque Mohammed para Príncipe-Herdeiro do Emirado de Dubai.

Xeque Mohammed supervisionou o desenvolvimento de numerosos projetos em Dubai, incluindo a criação das Ilhas Palm e do luxuoso hotel Burj Al Arab. O Xeque também promoveu a construção do Burj Dubai, o maior edifício do mundo, com 828 metros de altura, inaugurado no dia 4 de janeiro de 2010. A torre foi renomeada Khalifa Bin Zayed al Nahyan (emir de Abu Dhabi), depois que este emprestou USD 10 bilhões para evitar que a empresa Dubai World entrasse em défault.

Ele também possui negócios na área eqüestre, mais precisamente, em corrida de cavalos. O Xeque é o patrocinador do torneio de corridas de cavalos mais caro do mundo, a *Dubai World Cup*, e dos estábulos *Godolphin*, que estão entre os melhores do planeta.

Ele se tornou o Emir de Dubai em 4 de janeiro de 2006, por ocasião do falecimento do seu irmão mais velho, o Xeque Maktoum bin Rashid Al Maktoum. Xeque Mohammed foi também nomeado Primeiro-Ministro e Vice-Presidente dos Emirados, em 5 de janeiro de 2006, pelo Presidente dos Emirados Árabes.

SUA ALTEZA O XEQUE ABDALLAH BIN ZAYED AL NAHYAN
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Irmão do Presidente dos Emirados Árabes Unidos, Abdallah bin Zayed al Nahyan nasceu em 1973.

Bacharel em Ciências Políticas pela Universidade dos Emirados, iniciou sua vida pública como Subsecretário do Ministério de Informação e Cultura, em 1995. No ano seguinte, foi nomeado Ministro de Informação e Cultura, título que manteria pelos 10 anos seguintes. Em diferentes ocasiões, defendeu a necessidade de maior liberdade de imprensa e de modernização da legislação aplicável ao setor.

Em fevereiro de 2006, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi presidente da Associação de Futebol dos Emirados Árabes Unidos, de 1993 a 2001. Desde 1999, preside o Board of the Emirates Media.

Visitou o Brasil em caráter oficial no período de 16 a 20 de outubro de 2009. A viagem – que incluiu visitas em caráter privado a Manaus e Rio de Janeiro e encontros com os Governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro – teve por objetivo diversificar os laços econômicos dos EAU com a região. Em Brasília, Nahyan encontrou-se com o Ministro Celso Amorim e com o Ministro das Minas e Energia, Édison Lobão. Na ocasião, manifestou o interesse de seu Governo em desenvolver parcerias com o Brasil na área energética, especialmente em projetos de pesquisa de fontes renováveis de energia. Nahyan também revelou ser intenção da Abu Dhabi Investment Authority (ADIA), que conta com recursos estimados entre US$ 600 bilhões e US$ 800 bilhões, redirecionar investimentos de longo prazo para os BRICs. O Chanceler emirático discorreu, ainda, sobre a conveniência de o Brasil e os EAU celebrarem acordo para evitar a bitributação.

Encontrou-se com o então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em 23 de setembro de 2010 em Nova York, à margem da 65ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Veio a Foz do Iguaçu para participar da XL Cúpula do MERCOSUL, como representante da presidência de turno do Conselho de Cooperação do Golfo, em 16 de dezembro de 2010.

Anwar Mohammed Gargash formou-se em Ciências Políticas pela Universidade de George Washington, onde também concluiu mestrado na área. É doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Cambridge. Foi professor da Universidade dos EAU (1990-95), membro do Conselho de Assuntos Econômicos de Dubai (2003) e presidente do Grupo Gargash (1995-2006), grande *holding* privada com atuação nos setores financeiro e imobiliário.

Além de ocupar, desde 2008, o posto de Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Gargash detém postos-chave na administração emirática, atuando como Ministro de Estado para Assuntos do Conselho Federal Nacional (2006), Secretário do Comitê Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2007) e Secretário-Adjunto do Comitê Nacional Permanente para Estrutura Demográfica.

Segundo na hierarquia da diplomacia dos EAU, vocaliza com ênfase as posições do Governo da Federação, num país cuja diplomacia procura manter perfil discreto e cauteloso de exposição midiática. Foi ele, por exemplo, quem, em reunião de âmbito islâmico em território iraniano, no início de 2009, explicitou o inconformismo de seu Governo com a continuada recusa do regime de Teerã em discutir a questão da soberania sobre as três ilhas no Estreito de Ormuz, que os EAU alegam serem suas e que foram ocupadas pelas tropas do então Xá Reza Pahlevi em 1971, por ocasião da retirada das tropas britânicas dos Emirados e da independência do novo país.

Gargash tem, também, tecido as mais importantes críticas ao programa nuclear iraniano e às supostas ameaças que este traria ao equilíbrio geopolítico na região do Golfo. A imprensa local frequentemente publica declarações do Ministro acerca de diferentes temas de política interna – inclusive assuntos sensíveis, como direitos humanos, tratamento de trabalhadores estrangeiros nos EAU, transparência na mídia local e críticas dos membros do Conselho Federal Nacional.

Em maio de 2009, Gargash, visitou o Brasil para solicitar o apoio do Brasil à candidatura de Masdar, cidade em construção localizada em área adjacente a Abu Dhabi, à sede da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA). À época, os Emirados empreenderam um intenso esforço diplomático para obter votos em favor de sua candidatura – que, vitoriosa, fez da IRENA a primeira organização mundial a ter sua sede em país do Oriente Médio (Em junho de 2009, durante a segunda reunião preparatória da organização, decidiu-se que a IRENA terá sua sede em Abu Dhabi). Gargash foi recebido em pelo Chanceler brasileiro em 28 de maio de 2009. Assegurou-se ao Ministro emirático que o Brasil, ainda que não fosse membro da IRENA (por considerar discriminatório o tratamento conferido pela agência a fontes de energia como a hidroeletricidade e a bioenergia), procuraria influenciar o voto de outros países sul-americanos. As duas autoridades discutiram sobre a problemática no Oriente Médio, Palestina, Irã, projeto nuclear dos Emirados e cooperação militar com a França.

No que tange ao relacionamento bilateral, Gargash expressou seu desejo de uma mudança de patamar, o que definiu como a construção de uma parceria estratégica. Para tanto, afirmou, seria necessário identificar duas ou três iniciativas centrais, que servissem de alicerce para uma maior integração entre os dois Governos. Sobre o assunto, comentou seu encontro com o Ministro de Minas e Energia, Édison Lobão, em que foi levantada a hipótese de cooperação na área de refino de petróleo. O Chanceler brasileiro, de seu lado, sugeriu que fossem estudadas possibilidades de maior número de encontros de negócios entre a comunidade empresarial dos dois países e parcerias conjuntas para atuação em terceiros países.

IMPACTO DA PRIMAVERA ÁRABE

Nos Emirados Árabes Unidos, a tranqüilidade tem predominado diante da onda de protestos que varre amplas regiões do Mundo Árabe. Tal situação sugere o acerto da política de longo prazo de Abu Dhabi de distribuir fartamente dividendos oriundos da exploração de seus hidrocarbonetos aos demais emirados da federação, em especial Dubai, gravemente atingido pela crise financeira de 2008.

Por meio do Conselho de Cooperação do Golfo, os EAU responderam a pedido do Governo do Bareine e enviaram contingente de 500 militares ao Bareine, em 15 de março de 2011.

No que se refere à Líbia, Abu Dhabi acusou o regime de Khadaffi de usar sua força aérea para atacar civis em Benghazi, apoiou o estabelecimento de "no-fly zone" sobre a Líbia no seio da Liga Árabe e, a exemplo do Catar, participou de encontro organizado pelo mandatário francês Sarkozy, em Paris, para tratar das medidas de implementação da resolução do CSNU 1973. Em seguimento a tais iniciativas, o Governo emirático enviou 14 aviões de caça para integrarem a equipe de vigilância da zona de exclusão aérea sobre território líbio.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e os EAU foram estabelecidas formalmente em 1974, com a abertura da Embaixada do Brasil em Abu Dhabi tendo ocorrido em 1978. Em 1991, os Emirados instalaram sua Embaixada em Brasília, a primeira na América Latina.

Em dezembro de 2003, o Senhor Presidente da República realizou visita oficial aos EAU. O Presidente Lula manteve entrevistas com o então Presidente Zayed, com o hoje Presidente Khalifa e com o Ministro da Defesa Xeque Mohammed, de Dubai. Inaugurou, também, grande mostra de produtos brasileiros em Dubai. A comitiva oficial brasileira foi composta por vários ministros, governadores, senadores, deputados, o presidente da PETROBRAS e cerca de 200 empresários.

A partir da visita presidencial, a Embaixada do Brasil em Abu Dhabi registrou nítido aumento do interesse governamental e empresarial dos Emirados para com o Brasil. O mercado local passou a mostrar grande variedade de produtos brasileiros de consumo e estabeleceram-se vários escritórios de empresas brasileiras.

No setor da aviação civil, a Emirates Airlines voa para o Brasil desde outubro de 2007, com freqüência diária. Espera-se que um segundo vôo diário da Emirates passe a operar em janeiro de 2012, ligando Dubai ao Rio

de Janeiro. Outras empresas emiráticas cogitaram, a partir do êxito da Emirates, a também operar para o Brasil (Ettihad Airways, Air Arabia e RAK Airways), até o momento sem qualquer desdobramento significativo.

Da parte emirática, registram-se quatro visitas ao Brasil. A primeira, do então Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Emirados, Rashid Abdullah al Nuaimi, ocorreu em maio de 2005, por ocasião da I Cúpula ASPA, em Brasília. A segunda ocorreu em maio de 2009, quando o Ministro de Estado para Negócios Estrangeiros, Anwar Mohammed Gargash, visitou o país com o objetivo de obter o apoio brasileiro à candidatura de Abu Dhabi a sede da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA). A terceira se deu em outubro de 2009, quando o Chanceler Abdallah Bin Zayed al Nahyan visitou Brasília, oportunidade em que foi homenageado com jantar no Palácio do Itamaraty oferecido pelo Ministro das Relações Exteriores. A quarta ocorreu em 16 de dezembro de 2010, quando o mesmo Chanceler veio a Foz do Iguaçu para participar da XL Cúpula do MERCOSUL, como representante da presidência de turno do Conselho de Cooperação do Golfo.

Até recentemente, o único ato bilateral em vigor era o Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira, de 1988. Em julho de 2009, Brasil e EAU celebraram, por troca de notas, o Acordo para a Isenção Recíproca de Imposto de Renda de Empresas de Transporte Aéreo, com o objetivo de promover o intercâmbio comercial e turístico entre os dois países.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e os EAU é crescente. A partir de 2008, os EAU substituíram o Irã como o segundo principal destino das exportações brasileiras para o Oriente Médio. O comércio total com os EAU (2010) superou US$ 1,8 bilhão (em 2002, somara US$ 743 milhões).

O comércio bilateral é, historicamente, desequilibrado em favor da parte brasileira. Combustíveis e óleos minerais dominam a pauta das importações brasileiras. As exportações do Brasil para os Emirados são dominadas por produtos agrícolas, sobretudo carnes e açúcares, minérios e aços e produtos de maior valor agregado, como aeronaves e máquinas.

Devido a sua característica de entreposto comercial, várias empresas brasileiras contam com escritórios comerciais no país, utilizando-o como plataforma para suas exportações na região. A Agência de Promoção das Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) mantém um centro de distribuição em Jebel Ali, zona franca de Dubai, para auxiliar empresas brasileiras que pretendem estabelecer-se nos Emirados.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição dos EAU define o país como uma união federal de sete emirados (principados – criada em 02.12.1971): Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Ajman, Fujairah, Ras al Khaimah e Umm al Qaiwan. A autoridade maior do

país é o Conselho Nacional Federal, integrado pelos sete emires. O conselho elege o Presidente da União e seu Vice. O Islã é a religião oficial e a Xariá a principal fonte de Direito. Os Emirados representam, na região, o país de maior estabilidade interna.

O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da União e pelo Conselho de Ministros, chefiado pelo Primeiro-Ministro, escolhido pelo Presidente e pelo Conselho Nacional Federal. O Legislativo é competência do Conselho Nacional Federal, composto por 20 membros escolhidos pelo presidente e outros 20 sufragados por um restrito eleitorado. A primeira eleição para o Conselho ocorreu em dezembro de 2006. O Judiciário é exercido pela Suprema Corte, igualmente nomeada pelo Conselho Supremo. Apesar de a Constituição estabelecer a Xariá como principal fonte da legislação (predominante no direito de família), o quadro jurídico dos EAU utiliza, em grande medida, o direito continental europeu, baseando-se no Código Napoleônico. A legislação comercial, trabalhista, marítima e securitária não se dissocia das legislações ocidentais.

O atual presidente, Xeque Khalifa, chegou ao poder em 2004, após a morte de seu pai, o Xeque Zayed. Este último foi o primeiro presidente dos EAU, tendo sido reeleito para a função por seis vezes consecutivas.

A vantagem econômico-financeira do petróleo e a hábil liderança do Presidente Zayed relegaram as rivalidades internas a um segundo plano. Seguindo os moldes da organização social tribal e familiar beduína, o poder é altamente concentrado. A família do Presidente controla as Forças Armadas e as corporações policiais, cabendo a membros da família Nahyan as organizações estatais ligadas à produção e processamento do petróleo, os Ministérios do Exterior, Comunicações e Educação, a chefia do Gabinete Presidencial e os dois postos de Vice-Primeiro-Ministro. Os Maktoum (família do Emir de Dubai) guardam os cargos de Vice-Presidente, Primeiro-Ministro, Ministros da Defesa e da Economia. Os demais ministérios e cargos dividem-se entre as famílias dos demais emires.

Apesar do enorme sucesso econômico, os EAU pouco avançaram no campo das reformas políticas substantivas. Muito embora as autoridades locais garantam que se encontra em marcha a adoção gradual de uma reforma política nas instituições nacionais, não foi ainda estabelecido um cronograma para a ampliação dessas reformas. Há promessas de conferir ao Conselho Federal Nacional mais poderes e um aumento em sua composição. Há previsões de que isso possa ocorrer num prazo de quatro anos, sob a advertência de que os partidos políticos continuariam proibidos no país. Não há pressão da sociedade local para o estabelecimento de um regime democrático.

POLÍTICA EXTERNA

Os EAU não contam com uma política externa engajada e de forte protagonismo na região. Em muitos aspectos, a política exterior dos EAU assemelha-se àquela dos demais países-membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). É, em suas linhas mestras, determinada pelos seguintes fatores:

a) a identidade árabe – por aderir ao arabismo, os EAU têm seguido a posição da Arábia Saudita e da Liga Árabe, de apoio à unidade árabe, não como uma federação, mas como um conjunto de nações independentes, cooperando para a consecução de objetivos comuns, em que pesem eventuais – e mesmo naturais – discordâncias e disputas de poder hegemônico regional. Nessa linha de pensamento, apóiam a busca de uma solução definitiva para a questão palestina, defendem a idéia de um Oriente Médio livre de armas nucleares e procuram coordenar posições junto à Liga Árabe;

b) os valores islâmicos – os EAU prestam solidariedade e apoio financeiro às demais nações muçulmanas, em especial na África, e ao povo palestino;

c) os vastos recursos petrolíferos – concedem aos Emirados papel determinante na fixação dos preços internacionais do produto, além de importância estratégica para o Ocidente e demais nações desenvolvidas;

d) a grande liquidez financeira – a riqueza decorrente do petróleo propiciou aos EAU transformarem-se não somente em doadores assistenciais regionais e internacionais, mas também em grandes investidores, nos mercados ocidentais, dos seus volumosos excedentes monetários. Nesse contexto, insere-se o exercício da chamada "diplomacia do talão de cheques", baseada no entendimento de que apoio internacional, quando necessário, poderá ser obtido por intermédio da aplicação de recursos e empréstimos financeiros; e

e) a falta de confiança nos demais países da região e a busca por segurança e estabilidade de regime - o que tem levado ao alinhamento estratégico com os Estados Unidos, característica que permeia inúmeros aspectos de sua política externa.

Desde a criação da federação dos Emirados Árabes Unidos, o país tem investido na construção de um sofisticado dispositivo de segurança nacional, mediante a assinatura de acordos de defesa – Estados Unidos (1994), França (1995) e Grã-Bretanha (1996) – e de cooperação militar – Holanda (1994), Paquistão (1995) e Itália (2003). Em decorrência dessa estratégia, o país é fortemente dependente do apoio norte-americano, o que leva os Emirados a disputarem a "preferência" dos Estados Unidos com Bareine, Catar e Kuaite. Um dos principais responsáveis pela manutenção do dispositivo é o príncipe-herdeiro e próximo emir de Abu Dhabi, Xeque Mohammed bin Zayed al Nahyan, Vice-Comandante Supremo das Forças Armadas emiráticas.

Em maio de 2009, por ocasião da visita aos Emirados do presidente da França, Nicolas Sarkozy, foi inaugurada em Abu Dhabi a primeira base militar francesa no Golfo Pérsico. A base, apelidada de "Camp Peace", funcionará inicialmente como ponto de apoio logístico e de comunicações para unidades das forças armadas da França em circulação no Golfo e no Índico, passando, mais tarde, a contar com *staff* de 500 militares franceses.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

Os Emirados mantêm, desde 1994, um acordo de segurança envolvendo cooperação em dispositivos militares e de inteligência norte-americanos, o que confere a Washington a responsabilidade pela defesa do país frente a ameaças externas. Os EAU abrigam, em seu território, pessoal de serviço e equipamento militar estadunidense.

As autoridades emiráticas investiram, nas últimas décadas, grande volume de recursos financeiros em material militar sofisticado e atribuíram menor ênfase ao desenvolvimento de forças militares nacionais. Essa estratégia de defesa, intensiva em capital, foi orientada pelos seguintes elementos: a) a população de pequeno número, aliada à dificuldade de se implantar serviço militar obrigatório, em função dos inúmeros benefícios do sistema de bem-estar social vigente; e b) o entendimento de que a compra de armas representa um meio de consolidar o compromisso do vendedor com a segurança do comprador.

No plano político, a orientação pró-Estados Unidos dos Emirados não deverá sofrer alterações, embora o Governo central mantenha-se preocupado com alguns aspectos da política norte-americana na região, em particular o envolvimento estadunidense no Iraque, a questão palestina e as tensões, que potencialmente podem degenerar num conflito militar, entre Washington e Teerã.

RELAÇÕES COM O IRÃ

Vizinhos pelo Golfo Arábico, os EAU e o Irã partilham historicamente intensas atividades sociais e comerciais, inclusive com a presença de importante comunidade iraniana, de aproximadamente 400 mil pessoas, há muito estabelecida nos Emirados.

Existe um contencioso entre os dois países em torno da soberania sobre as ilhas de Abu Musa, Grande Tunb e Pequena Tunb (no estreito de Ormuz), ocupadas pelo Irã ainda à época do Xá Reza Pahlevi (1953-79). A controvérsia tende a se perpetuar, mas, ao que tudo indica, não parece impedir que os Emirados mantenham, pragmaticamente, importante relação com o Irã, em todos os setores.

Paradoxalmente, a Revolução Iraniana atuou como elemento catalisador para o desenvolvimento econômico dos EAU. Após a Revolução, maciços investimentos norte-americanos e europeus foram desviados para os países da Península Arábica, assim como milhares de iranianos fugitivos do regime revolucionário levaram seus capitais para os Emirados.

Em decorrência do isolamento econômico que o regime de Teerã passou a enfrentar, Dubai tornou-se peça-chave para a economia iraniana. Bens de consumo e de capital que não podem ser vendidos diretamente aos importadores iranianos chegam a seu destino, legalmente ou por via do contrabando e do descaminho, reexportados pelos portos emiráticos. De seu lado, empresas iranianas impedidas de atuar no mercado internacional instalam-se frequentemente em Dubai, favorecendo-se do status de "quase-zona franca" do Emirado.

Em maio de 2007, o Presidente Mahmoud Ahmadinejad visitou os EAU, no que se constituiu na primeira visita de um chefe de Estado iraniano àquele país. Não houve, durante o encontro, referência à questão das três ilhas. A visita foi anunciada pelos dois Governos como de caráter "econômico e comercial", uma vez que os EAU são o 5º maior exportador de bens para o Irã. Na ocasião, foi criado um Comitê Conjunto Ministerial para fomentar os programas de cooperação nas áreas de comércio, energia e investimentos.

CONFLITO ISRAELO-PALESTINO

A posição do Governo emirático em relação a Israel segue as resoluções da Liga Árabe. Nesse sentido, condena a "política intransigente e arrogante" de Tel Aviv. Declarações de autoridades locais e noticiários da imprensa deixam clara, entretanto, a sua predisposição a reconhecer o direito de Israel de existir dentro das fronteiras de 1947, mas no contexto de um acordo geral de paz com todos os países vizinhos, inclusive a Síria e o Líbano. Atos de terrorismo contra Israel são condenados, mas sempre com a observação de que uma solução para a questão reside no estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região, e não em violentos atos de represália.

REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS

Os Emirados Árabes Unidos defendem a ampliação do número de assentos permanentes e não-permanentes. Para o país, a sub-representação atual dos Estados pequenos e em desenvolvimento deve ser levada em consideração. Manifestou-se a favor de um assento permanente para os Estados árabes no Conselho.

O país não se manifestou sobre a candidatura brasileira a assento permanente no CSNU e também não se manifestou durante as negociações intergovernamentais sobre reforma do órgão, iniciadas em fevereiro de 2009.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (IRENA)

Em 2008, com o relançamento da iniciativa alemã de criação da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), os Emirados engajaram-se em um intenso esforço diplomático em favor da escolha de Masdar, cidade em construção localizada em área adjacente a Abu Dhabi, como sede da nova organização.

Como parte desse esforço, o Ministro de Estado para os Negócios Estrangeiros, Anwar Mohammed Gargash, visitou o Brasil em maio de 2009.

Na ocasião, enfatizou a importância que seu país atribuía ao pleito e solicitou o apoio brasileiro. Foi-lhe assegurado que o Brasil, ainda que não fosse membro da IRENA (por considerar discriminatório o tratamento conferido pela agência a fontes de energia como a hidroeletricidade e a bioenergia), procuraria influenciar o voto de outros países sul-americanos.

Em junho de 2010, durante a segunda reunião preparatória da IRENA, decidiu-se que a agência terá sua sede em Abu Dhabi, tornando-se, assim, a primeira organização internacional com sede em país do Oriente Médio.

ECONOMIA

A pequena dimensão territorial e populacional dos EAU tende a mascarar a sua verdadeira importância como mercado importador, centro reexportador e mercado financeiro. O petróleo constitui a base e a estrutura da economia, especialmente no Emirado de Abu Dhabi, que aplica parcela da renda estatal do petróleo em projetos em todos os demais emirados, estimulando a coesão federal. Os dirigentes dos EAU promovem política econômica de distribuição de renda à escassa população nativa, além de política de emiratização do emprego, com quotas para nacionais em cada ramo de atividade. Não há impostos, nem sistemas arrecadadores de receitas de ordem alguma.

Os Emirados são altamente dependentes da renda dos hidrocarbonetos (cerca de um terço do PIB). O país apresenta altas taxas de crescimento (7% ao ano praticamente desde o início da presente década) o que pode ser explicado, em boa parte, pela alta dos preços do petróleo no período. Os EAU são o terceiro maior exportador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

O país detém a quinta maior reserva comprovada de petróleo do Oriente Médio (97,8 bilhões de barris) e a quinta maior reserva comprovada de gás do mundo (6,1 trilhões de metros cúbicos). Em 2008, a produção de petróleo foi a oitava maior do mundo, acima de 3 milhões de barris por dia. Os principais destinos das exportações de petróleo são países asiáticos, tendo o Japão importado 54% do total em 2007. No mesmo ano, os Emirados produziram 49,2 bilhões de metros cúbicos de gás. A matriz energética dos EAU apresenta a seguinte composição (dados de 2006): 72% de gás e 28% de petróleo.A receita anual oriunda do petróleo foi de US$ 208 bilhões em 2008.

O Conselho Supremo do Petróleo define a política energética dos EAU. A produção de hidrocarbonetos é organizada em modelo de partilha entre empresas estatais e investidores estrangeiros, estes tendo papel limitado fora da fase de exploração. A estatal Abu Dhabi National Oil Company (ADNOC) opera 17 subsidiárias nos setores de petróleo e gás e detém direitos sobre até 60% de todos os novos campos descobertos.

Desde 2004, os emiráticos investem parte de suas reservas financeiras em empresas. Adquiriram, naquele ano, 10% das ações da Volkswagen alemã, por meio da Abu Dhabi Investment Authority (ADIA) – fundo soberano de Abu Dhabi –, e montante igualmente expressivo da Daimler-Chrysler pela autoridade de investimento de Dubai.

Em novembro de 2007, a ADIA adquiriu 4,9% das ações do Citigroup ao preço de US$ 7,5 bilhões. Com isso, tornou-se um dos maiores acionistas do grupo, ultrapassando o capital acionário do príncipe saudita Alwaleed bin Talal. No mesmo mês, o Dubai International Capital (DIC), fundo de propriedade do Emir de Dubai, adquiriu um percentual de ações não-revelado da empresa japonesa Sony. O fundo de Dubai também possui posições acionárias no banco britânico HSBC.

Os EAU realizaram, nos últimos anos, inúmeros investimentos em infraestrutura, em especial nos setores petroquímico e de turismo. Em Abu Dhabi, grandes projetos estão em andamento, entre eles a construção de torres de petróleo, uma extensa e sofisticada malha rodoviária e a ampliação do aeroporto da capital, realizada pelo consórcio árabe-brasileiro Odebrecht-al Jaber.

Dubai, que se tornou o maior porto do Golfo Pérsico, desenvolve projetos em hotéis, restaurantes e malha de transportes, embora muitos deles tenham sido suspensos ou cancelados em razão dos efeitos da crise sobre esse emirado. O porto e a zona franca de Jebel Ali (anexo a Dubai), além de unidades semelhantes em Abu Dhabi, Sharjah e Ras El Rhaimah, constituem importantes vetores de reexportação para a região, sendo superado apenas por Hong Kong e Cingapura.

A crise financeira internacional deflagrada em 2008 atingiu com intensidade a economia de Dubai, o segundo emirado mais importante da federação. As empresas mais afetadas foram os bancos e as construtoras, em particular aquelas que integravam o grupo pertencente ao governante de Dubai. As construtoras foram duplamente atingidas: suas ações despencaram, em alguns casos, quase 70% desde janeiro de 2008; e seus ativos, representados principalmente por projetos imobiliários de grande monta, desvalorizaram-se com a dramática queda da demanda. Estima-se que o mercado imobiliário de Dubai, que viveu *boom* especulativo antes da crise, tenha perdido 50% de seu valor. Metade dos projetos de construção dos EAU, totalizando US$582 bilhões, foram paralisados ou cancelados.

A desvalorização imobiliária levou à perda de riqueza e comprometeu a qualidade dos ativos dos bancos. Alguns credores de Dubai são os bancos de Abu Dhabi, o Credit Suisse e os britânicos HSBC, Barclays, Lloyds e RBS; afora o HSBC, os britânicos foram severamente atingidos durante a crise. Para proteger o sistema bancário, o Banco Central dos EAU deixou claro que proveria liquidez aos bancos – nacionais ou estrangeiros – operando no país.

Dubai recorreu ao Banco Central dos EAU, que o autorizou a emitir títulos internacionais no valor de US$20 bilhões, dos quais metade foi arrematada pelo governo de Abu Dhabi. Posteriormente, dois bancos estatais abudadenses forneceram empréstimo adicional de US$5 bilhões. A injeção de capitais foi transferida às empresas do governo de Dubai, que passaram a pagar parte de seus débitos.

ANEXOS

ACORDOS BILATERAIS

Nome	Data da entrada em vigor
Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira	07/12/1992
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo dos Emirados Árabes Unidos e o Governo da República Federativa do Brasil com o Objetivo de Promover o Intercâmbio Comercial e Turístico entre os Dois Países por meio da Isenção Recíproca de Imposto de Renda de Empresas de Transporte Aéreo	20/07/2009

Foi, ademais, aprovada pelas chancelarias de ambos os países uma minuta de memorando de entendimento para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas. O texto está à espera de uma oportunidade para ser assinado oficialmente pelas autoridades competentes.

ASSUNTOS CONSULARES

Aproximadamente 1.200 nacionais brasileiros residem nos EAU, entre empresários, desportistas, profissionais liberais e da aviação civil. Segundo o escritório de São Paulo da Emirates Airlines, o número de pilotos brasileiros trabalhando para a companhia nos EAU é de aproximadamente 60 e o de comissários e aeromoças, da ordem de 300 (dados de agosto de 2010).

Não há rede consular brasileira, consulados honorários e tampouco Conselho de Representantes do Brasil nos EAU. Os assuntos consulares são tratados pela Embaixada do Brasil em Abu Dhabi.

O aumento do fluxo de turistas brasileiros aos EAU, bem como o incremento no número de cidadãos residentes naquele país árabe, tem provocado uma substancial elevação na ocorrência de incidentes de natureza policial envolvendo brasileiros em território emirático. Pouco afeitos ao conservadorismo vigente nos EAU, um número crescente de brasileiros têm sido detidos e mesmo processados criminalmente naquela nação pelos mais diversos delitos (roubo, furto, consumo ilegal de álcool, agressão física,

contrabando, tráfico de drogas, danos materiais, comportamento considerado imoral e sexo fora de relações conjugais).

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há empréstimos e financiamentos oficiais entre os Governos do Brasil e dos Emirados Árabes Unidos.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Emirados Árabes Unidos
Superfície	83.600 Km²
Localização	Oriente Médio
Capital	Abu Dhabi
Principais cidades	Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Ras al-Khaimah, Ajman, Fujairah, Umm al-Qaiwain
Idioma oficial	Árabe
PIB Nominal (2010 - estimativa EIU)	US$ 294,7 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2010)	US$ 43.961
PIB PPP (2010 - estimativa EIU)	US$ 380,3 bilhões
PIB PPP "per capita" (2010)	US$ 56.767
Moeda	UEA Dirham

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report June 2011.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 (1)
População (em milhões de habitantes)	222,1	258,2	314,8	270,3	294,7
Densidade demográfica (hab/Km²)	2,7	3,1	3,8	3,2	3,5
PIB Nominal (US$ bilhões)	222,1	258,2	314,8	270,3	294,7
Crescimento real do PIB (%)	9,9	3,2	3,3	-1,6	2,1
Variação anual do índice de preços ao consumidor(%) (1)	13,5	11,1	12,3	1,6	0,9
Reservas internacionais (US$ bilhões)	27,6	77,2	31,7	36,1	42,8
Dívida Externa Total (US$ bilhões) (1)	75,8	112,4	140,6	150,0	152,3
Câmbio (Dh / US$) (2)	3,67	3,67	3,67	3,67	3,67

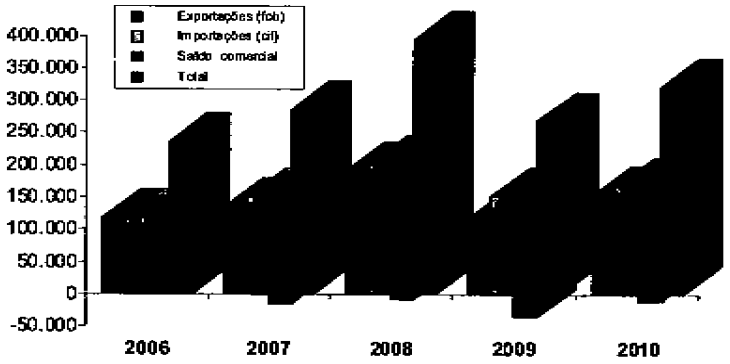
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report June 2011.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2009 e 2010: dados reais.

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	118.550	136.245	193.193	117.789	155.759
Importações (cif)	118.571	150.081	201.586	152.040	166.568
Saldo comercial	-21	-13.836	-8.393	-34.251	-10.809
Total	237.121	286.326	394.779	269.829	322.327

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, June 2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES:						
Japão	42.512	22,0%	20.658	17,5%	26.615	17,1%
Índia	22.254	11,5%	14.016	11,9%	21.211	13,6%
Irã	11.999	6,2%	8.157	6,9%	10.686	6,9%
República da Coréia	17.499	9,1%	8.464	7,2%	9.479	6,1%
Tailândia	9.759	5,1%	6.109	5,2%	7.959	5,1%
Cingapura	5.736	3,0%	3.875	3,3%	5.792	3,7%
Omã	5.668	2,9%	3.859	3,3%	5.055	3,2%
Paquistão	4.748	2,5%	3.140	2,7%	4.114	2,6%
China	4.206	2,2%	2.351	2,0%	3.967	2,5%
Arábia Saudita	2.630	1,4%	1.788	1,5%	2.342	1,5%
Malásia	2.293	1,2%	1.583	1,3%	2.073	1,3%
Austrália	2.026	1,0%	1.728	1,5%	2.057	1,3%
Hong Kong	1.527	0,8%	1.612	1,4%	2.016	1,3%
Bélgica	1.987	1,0%	1.176	1,0%	1.832	1,2%
Catar	1.680	0,9%	1.142	1,0%	1.496	1,0%
Iêmen	1.523	0,8%	1.036	0,9%	1.357	0,9%
Síria	1.492	0,8%	1.015	0,9%	1.329	0,9%
Quênia	1.402	0,7%	976	0,8%	1.279	0,8%
Estados Unidos	1.225	0,6%	1.423	1,2%	1.087	0,7%
Filipinas	1.253	0,6%	734	0,6%	983	0,6%
França	1.238	0,6%	761	0,6%	921	0,6%
Nigéria	980	0,5%	666	0,6%	873	0,6%
Países Baixos	1.206	0,6%	543	0,5%	866	0,6%
Reino Unido	1.215	0,6%	888	0,8%	737	0,5%
Kuaite	816	0,4%	555	0,5%	727	0,5%
Suíça	369	0,2%	453	0,4%	660	0,4%
Brasil	593	0,3%	112	0,1%	177	0,1%
SUBTOTAL	149.835	77,6%	88.619	75,4%	117.690	75,6%
DEMAIS PAÍSES	43.358	22,4%	28.970	24,6%	38.069	24,4%
TOTAL GERAL	193.193	100,0%	117.789	100,0%	155.759	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, June 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES:						
Índia	26.887	13,3%	22.733	15,0%	29.122	17,5%
China	25.920	12,9%	20.502	13,5%	23.362	14,0%
Estados Unidos	17.324	8,6%	13.318	8,8%	12.802	7,7%
Alemanha	12.855	6,4%	9.258	6,1%	9.385	5,6%
Japão	11.977	5,9%	7.142	4,7%	8.063	4,8%
República da Coréia	6.323	3,1%	5.476	3,6%	5.530	3,3%
Itália	8.397	4,2%	5.742	3,8%	5.255	3,2%
França	5.589	2,8%	5.277	3,5%	4.965	3,0%
Reino Unido	7.372	3,7%	6.050	4,0%	4.664	2,8%
Cingapura	4.563	2,3%	4.074	2,7%	4.189	2,5%
Omã	4.524	2,2%	3.076	2,0%	4.029	2,4%
Turquia	8.773	4,4%	3.189	2,1%	3.671	2,2%
Malásia	4.126	2,0%	3.135	2,1%	3.605	2,2%
Arábia Saudita	3.839	1,9%	2.610	1,7%	3.419	2,1%
Países Baixos	3.862	1,9%	3.161	2,1%	3.344	2,0%
Tailândia	3.020	1,5%	2.696	1,8%	3.128	1,9%
Hong Kong	2.989	1,5%	2.801	1,8%	2.859	1,7%
Suíça	2.880	1,4%	2.260	1,5%	2.380	1,4%
Bélgica	3.036	1,5%	2.221	1,5%	2.249	1,4%
Austrália	3.597	1,8%	1.817	1,2%	2.171	1,3%
Brasil	*1.455*	*0,7%*	*1.840*	*1,2%*	*2.041*	*1,2%*
SUBTOTAL	**169.308**	**84,0%**	**128.379**	**84,4%**	**140.215**	**84,2%**
DEMAIS PAÍSES	**32.278**	**16,0%**	**23.661**	**15,6%**	**26.353**	**15,8%**
TOTAL GERAL	**201.586**	**100,0%**	**152.040**	**100,0%**	**166.568**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, June 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010[1]	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	76.774	79,6%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	5.399	5,6%
Alumínio e suas obras	2.351	2,4%
Plásticos e suas obras	1.626	1,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.534	1,6%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	1.260	1,3%
Subtotal	**88.944**	**92,2%**
Demais Produtos	**7.541**	**7,8%**
Total Geral	**96.485**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	18.997	16,6%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	16.034	14,0%
Veículos automóveis, tratores, suas partes	9.935	8,7%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	9.175	8,0%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	4.209	3,7%
Ferro fundido, ferro e aço	3.565	3,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	3.208	2,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	3.121	2,7%
Plásticos e suas obras	2.277	2,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	2.259	2,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha	2.020	1,8%
Borracha e suas obras	1.866	1,6%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	1.765	1,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.604	1,4%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	1.478	1,3%
Produtos farmacêuticos	1.322	1,2%
Subtotal	**82.835**	**72,3%**
Demais Produtos	**31.721**	**27,7%**
Total Geral	**114.556**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Os Emirados Árabes Unidos não informaram seus dados comerciais ao Trademap. Portanto, as informações foram obtidas pelos parceiros, o que pode causar divergências.

(1) Última posição disponível em 21/06/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EMIRADOS ÁRABES UNIDOS[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	1.046.056	1.196.799	1.323.149	1.771.988	1.855.028
Variação em relação ao ano anterior	43,6%	14,4%	10,6%	33,9%	4,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Oriente Médio	18,2%	18,7%	16,4%	23,5%	17,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,8%	0,7%	0,7%	1,2%	0,9%
Importações (fob)	347.240	319.996	592.742	110.409	177.372
Variação em relação ao ano anterior	351,3%	-7,8%	85,2%	-81,4%	60,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Oriente Médio	11,0%	10,0%	9,5%	3,5%	3,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,4%	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%
Total	1.393.296	1.516.795	1.915.891	1.882.397	2.032.400
Variação em relação ao ano anterior	73,0%	8,9%	26,3%	-1,7%	8,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro para o Oriente Médio	15,6%	15,8%	13,4%	17,6%	13,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,6%	0,5%	0,5%	0,7%	0,5%
Saldo Comercial	698.816	876.803	730.407	1.661.579	1.677.656

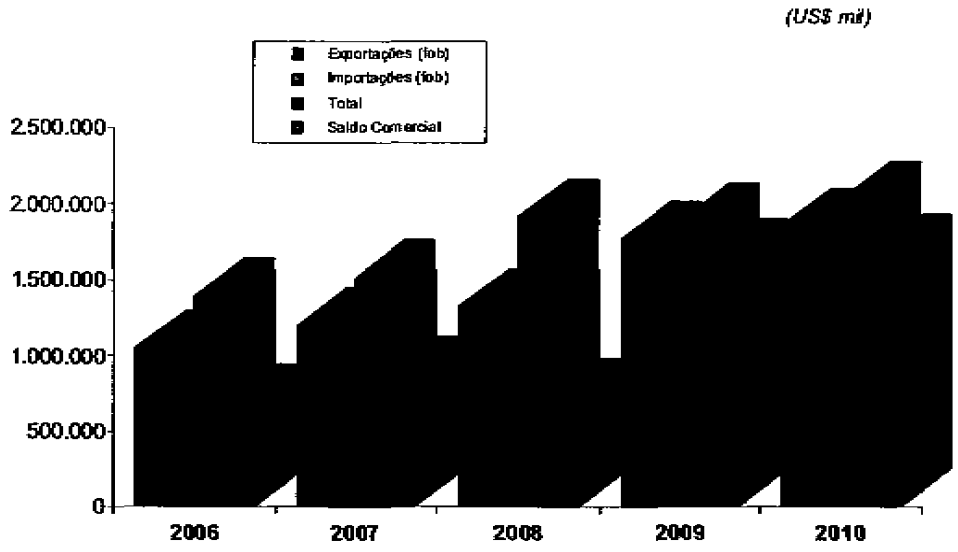
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país x vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EMIRADOS ÁRABES UNIDOS [1] (US$ mil, fob)	2010 (jan-mai)	2011 (jan-mai)
Exportações	565.114	665.394
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	16,8%	17,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Oriente Médio	0,8%	0,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,8%	0,7%
Importações	96.168	163.587
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	172,6%	70,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Oriente Médio	0,1%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,2%
Intercâmbio Comercial	661.282	828.981
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	27,4%	25,4%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Oriente Médio	0,5%	0,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,5%	0,5%
Saldo Comercial	468.946	501.807

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país x vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EMIRADOS ÁRABES UNIDOS (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)					
Açúcares e produtos de confeitaria	173.120	13,1%	591.696	33,4%	637.878
Carnes e miudezas comestíveis	452.779	34,2%	373.139	21,1%	410.240
Minérios, escórias e cinzas	0	0,0%	17.832	1,0%	149.042
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	4.134	0,3%	125.245	7,1%	147.851
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	83.956	6,3%	56.664	3,2%	60.728
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	20.179	1,5%	27.405	1,5%	30.170
Combustíveis, óleos e ceras minerais	9.500	0,7%	26.414	1,5%	25.703
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	22.680	1,7%	62.710	3,5%	25.432
Cereais	3.415	0,3%	15.929	0,9%	22.455
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	29.136	2,2%	26.167	1,5%	21.327
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	20	0,0%	16.468	0,9%	18.849
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	20.158	1,5%	21.493	1,2%	17.347
Veículos automóveis, tratores, ciclos	111.882	8,5%	14.412	0,8%	14.408
Subtotal	**930.959**	**70,4%**	**1.375.594**	**77,6%**	**1.581.428**
Demais Produtos	**392.190**	**29,6%**	**396.394**	**22,4%**	**273.580**
TOTAL GERAL	**1.323.149**	**100,0%**	**1.771.988**	**100,0%**	**1.855.826**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EMIRADOS ÁRABES UNIDOS (US$ mil- fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)					
Combustíveis, óleos e ceras minerais	492.484	83,1%	58.172	50,9%	70.366
Caldeiras, máquinas, aparelhos e material elétricos	496	0,1%	23.213	21,0%	27.539
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	34.420	5,8%	6.703	6,1%	22.827
Adubos ou fertilizantes	1.109	0,2%	0	0,0%	22.525
Plásticos e suas obras	15.167	2,6%	14.439	13,1%	16.823
Tecidos impregnados, revestidos, recobertos	0	0,0%	1.254	1,1%	6.166
Subtotal	**543.676**	**91,7%**	**101.781**	**92,2%**	**166.246**
Demais Produtos	**49.066**	**8,3%**	**8.628**	**7,8%**	**11.126**
TOTAL GERAL	**592.742**	**100,0%**	**110.409**	**100,0%**	**177.372**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EMIRADOS ÁRABES UNIDOS (US$ mil - fob)	2010 (jan-mai)	% no total	2011 (jan-mai)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas comestíveis	163.948	29,0%	216.652	32,6%
Açúcares e produtos de confeitaria	106.071	18,8%	175.542	26,4%
Minérios, escórias e cinzas	25.180	4,5%	60.989	9,2%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas	106.662	18,9%	27.948	4,2%
Produtos químicos inorgânicos	6.133	1,1%	24.958	3,8%
Ferro fundido, ferro e aço	2.784	0,5%	24.181	3,6%
Cereais	12.033	2,1%	19.130	2,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	22.174	3,9%	16.612	2,5%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	4.674	0,8%	9.601	1,4%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	13.804	2,4%	7.265	1,1%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	6.916	1,2%	6.959	1,0%
Café, chá, mate e especiarias	2.774	0,5%	6.229	0,9%
Subtotal	**473.153**	**83,7%**	**596.866**	**89,6%**
Demais Produtos	**91.961**	**16,3%**	**69.328**	**10,4%**
TOTAL GERAL	**565.114**	**100,0%**	**665.394**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Combustíveis, óleos e ceras minerais	37.072	38,5%	116.961	71,5%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	15.612	16,2%	21.588	13,2%
Plásticos e suas obras	5.686	5,9%	8.523	5,2%
Vidro e suas obras	1.036	1,1%	4.222	2,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	24.596	25,6%	4.191	2,6%
Tecidos impregnados, revestidos, recobertos	1.941	2,0%	3.811	2,3%
Subtotal	**85.943**	**89,4%**	**159.297**	**97,4%**
Demais Produtos	**10.225**	**10,6%**	**4.290**	**2,6%**
TOTAL GERAL	**96.168**	**100,0%**	**163.587**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-mai/2011.

Aviso nº 458 - C. Civil.

Em 12 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 118, DE 2011
(nº 316/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Os méritos do Senhor Sérgio de Souza Fontes Arruda que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de agosto de 2011.

EM No 00319 MRE

Brasília, 30 de junho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00318 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 30 de junho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA*
CPF.: 128.612.351-87
ID.: 308 MRE

1943	Filho de Archimedes de Andrade Arruda e Lea de Souza Fontes Arruda, nasce em 15 de abril, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1963	CPCD - IRBr
1966	Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade Nacional de Direito, Universidade do Brasil/RJ
1983	CAE - IRBr, Divulgação e Diplomacia Cultural
Cargos:	
1965	Terceiro-Secretário
1967	Segundo-Secretário, por merecimento
1973	Primeiro Secretário, por merecimento
1986	Conselheiro, por merecimento
2001	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2008	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1965-66	Divisão de Organização, Assistente
1966-68	Departamento Geral de Administração, Assessor

1968-71	Embaixada em Madri, Segundo-Secretário
1971-75	Embaixada em Ottawa, Segundo e Primeiro-Secretário
1975-77	Assessoria de Imprensa do Gabinete, Assistente
1977	*Departamento de Cooperação Cultural, Técnica, Científica e Tecnológica, assessor*
1978	Divisão de Divulgação, Chefe
1983-87	Embaixada em Luanda, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
1987-90	Missão junto à ONU, Viena, Ministro-Conselheiro
1990-93	Embaixada em Pequim, Ministro-Conselheiro
1993-94	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessor
1994-95	Agência Brasileira de Cooperação, Diretor-Geral
1995-2001	Embaixada em Kingston, Embaixador
1996	Embaixada nas Bahamas, Embaixador cumulativo
1996	Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) em Kingston, Representante Permanente
1996-2000	II a VI Período de Sessões da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, Kingston, Chefe de delegação
2001-02	Ministério da Cultura, Gabinete do Ministro de Estado, Chefe
2003	Fundação Visconde de Cabo Frio, Presidente do Conselho de Administração
2006	Consulado-Geral em Rotterdam, Cônsul-Geral
2008	Embaixada em Kuala Lumpur, Embaixador

Condecorações:

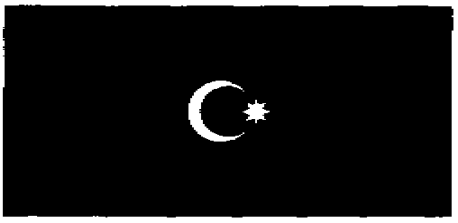
1994 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

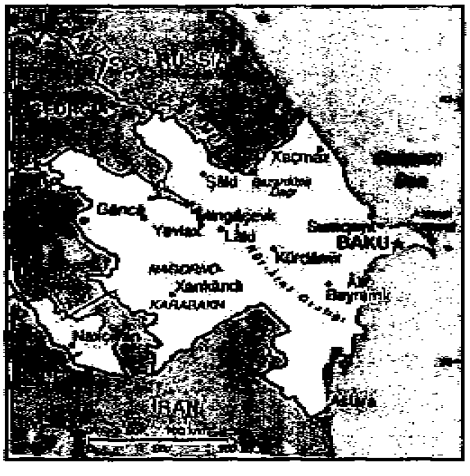
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Informação ao Senado Federal

REPÚBLICA DO AZERBAIJÃO







Brasília, maio de 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....
INTERCÂMBIO BILATERAL .....
PERFIS BIOGRÁFICOS.....
RELAÇÕES BILATERAIS.....
Comércio, Empréstimos e Financiamentos .....
Agricultura.....
Cultura e Desporto.....
Direitos Humanos.....
POLÍTICA INTERNA.....
POLÍTICA EXTERNA .....
Nagorno-Karabakh.....
Rússia .....
EUA, OTAN e UE.....
Turquia.....
Mar Cáspio .....
Irã .....
GUAM.....
Reforma do Conselho de Segurança.....
ECONOMIA.....
CRONOLOGIA HISTÓRICA .....
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....
ATOS BILATERAIS.....
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Azerbaijão (*Azərbaycan Respublikası*)
CAPITAL	Baku
ÁREA	86.600 km² (equivalente a duas vezes o Estado do RJ)
POPULAÇÃO	8.781.100 habitantes (equivalente ao Estado de PE)
IDIOMAS	Azeri (oficial; 90,3%), *lezgi*, russo e armênio
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (93,4%), Igrejas Ortodoxas Russa e Armênia
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ilham Aliyev
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Artur Rasizade
PIB	US$ 43,019 bilhões (equivalente ao Estado do AM)
PIB PPP	US$ 79,195 bilhões
PIB "per capita"	US$ 4.899,00 (Brasil: US$ 8.230,00)
PIB PPP "per capita"	US$ 9.020,00 (Brasil: US$ 10.160,00)
UNIDADE MONETÁRIA	Manat
IDH	0,713 - 67º lugar (Brasil: 0,699 - 73º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA (ANOS H & M)	63,2 H e 72 M (Brasil: 68,9 H e 76,2 M)
ALFABETIZAÇÃO	99,5% (Brasil: 90%)
EMBAIXADOR NO BRASIL	*A ser designado*
EMBAIXADOR DO BRASIL	Paulo Antonio Pereira Pinto (residente)
COMUNIDADE BRASILEIRA	*c.* 40 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) - Fonte: MDIC								
BRASIL x AZERBAIJÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Abr)
Intercâmbio	12,830	16,036	98,243	314,556	28,725	17,094	22,264	7,641
Exportações	12,825	16,036	20,615	36,426	28,531	16,985	22,070	7,639
Importações	0,005	-	77,627	278,129	0,194	0,109	0,194	0,002
Saldo	*12,820*	*16,036*	*-57,012*	*-214,703*	*-165,469*	*16,876*	*21,876*	*7,637*

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte: MDIC

[illegible]	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Janeiro-Abril)
[illegible]	2.952	6.303	12.830	16.036	98.244	314.556	28.726	17.094	22.264	10.105
[illegible]	2.952	6.202	12.826	16.036	20.616	36.426	28.532	16.985	22.070	10.102
[illegible]	0	101	4	0	77.628	278.130	194	109	194	3
[illegible]	2.952	6.101	12.822	16.036	-57.012	-241.704	28.338	16.876	21.876	10.099

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alicenet.

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte de Azerbaijão

[illegible]	2007	2008	2009	2010	2011
[illegible]	9.896	85.317	186.730	278.436	115.626
[illegible]	7	29	69.175	182.709	86
[illegible]	9.889	85.288	117.555	95.721	115.540
[illegible]	-9.882	-85.259	-48.380	86.988	-115.454

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados da UNCTAD/RTC/trademap.
(1) Dados fornecidos ao Trademap pelo COMTRADE.
(2) Última posição disponível em 16/05/2010.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Ilham Aliyev

Presidente da República do Azerbaijão

Filho do ex-Presidente Heydar Aliyev, sucedeu-o no poder.
Nascimento: 24 de dezembro de 1961, em Baku.
Educação: Universidade Estatal de Relações Internacionais de Moscou (MSUIR), 1977-1982. PhD em História, Ciências Políticas, MSUIR, 1982-1985
Responsável por estudos sobre os aspectos geopolíticos da estratégia petrolífera do Azerbaijão independente.

Atividades profissionais:

1985-1990: Leitor em História, MSUIR.
1991-1994: setor privado.
1994-2003: Vice-Presidente adjunto e Vice-Presidente da "State Oil Company of the Republic of Azerbaijan" (SOCAR), estatal que controla a exploração de petróleo no país.
1995: eleito para o parlamento.
1997: Presidente do Comitê Olímpico Nacional do Azerbaijão.
1999: Presidente adjunto do Partido do Novo Azerbaijão (YAP)

2000-2003: reeleito para segundo mandato parlamentar.
2001: Primeiro Vice-Presidente do Partido do Novo Azerbaijão (YAP)
4 de agosto de 2003: nomeado Primeiro-Ministro.
Em 15 de outubro de 2003, eleito Presidente da República com 76% dos votos válidos *em eleição realizada após a morte do pai.*
Línguas: russo, inglês, francês e turco; Estado civil: casado, com três filhos

Embaixador Elmar Mammadyarov
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascimento: 2 de julho de 1960, em Baku.
Educação: Universidade Estatal de Kiev, Escola de Relações Internacionais e Direito Internacional, 1977-1982. Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, 1988-1991, PhD em História.
Acadêmico Visitante no Centro para Desenvolvimento de Política Exterior, Brown University, 1989-1992

Atividades profissionais:

1982-1988: Segundo e Primeiro Secretário no Ministério dos Negócios Estrangeiros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
1991-1992: Diretor da Divisão de Protocolo do Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão.
1992-1995: Primeiro Secretário, Missão Permanente da República do Azerbaijão junto às Nações Unidas, Nova York.
1995-1998: Diretor Adjunto, Departamento de Organizações Internacionais.
1998-2003: Conselheiro, Embaixada da República do Azerbaijão em Washington.
2003-2004: Embaixador da República do Azerbaijão junto à Roma.
Desde 2 de abril de 2004, Ministro dos Negócios Estrangeiros.
Línguas: inglês, russo e turco; Estado civil: casado, com dois filhos

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Azerbaijão estabeleceram relações diplomáticas em 21 de outubro de 1993. As relações bilaterais, embora amistosas, carecem de conteúdo mais denso, em razão, em larga medida, da distância geográfica e cultural que separa os dois países e dos objetivos limitados da política externa azeri, concentrada em seu problemático entorno imediato, e que não vislumbra, na América Latina, horizonte a ser explorado no curto prazo.

Em janeiro de 1995, representante azeri compareceu à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, em setembro daquele mesmo ano, por ocasião do 50º aniversário da ONU, os Presidentes Heydar Aliyev e Fernando Henrique Cardoso mantiveram breve encontro bilateral, em Nova York. Em dezembro de 1995, o Diretor-

Executivo da Brasoil UK Ltda., Dr. Jorge de Toledo Camargo, na qualidade de representante da BRASPETRO, e o Embaixador Vilar de Queiroz visitaram Baku, a convite de autoridades do Governo azeri, com objetivo de iniciar negociações para cooperação entre Brasil e Azerbaijão na área de petróleo e derivados.

No período de 7 a 19 de junho de 1997, foi a vez do Ex-Presidente do Conselho Supremo do Azerbaijão (então o segundo cargo na hierarquia do Governo azeri), Rasul Guliyev viajar ao Brasil, onde visitou Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus. Na Capital Federal, Guliyev foi recebido pelo Vice-Presidente da República, Marco Maciel, pelo Vice-Presidente do Senado, Senador Geraldo Melo, e pelo Chanceler, interino, Embaixador Sebastião do Rego Barros. Durante os encontros, discutiram-se possibilidades de formação de *"joint ventures"* no setor petroleiro do Mar Cáspio; a compra de equipamentos agrícolas brasileiros, além de açúcar e frango; a participação de bancos brasileiros em financiamento de projetos no Azerbaijão, bem como a presença de construtoras brasileiras em grandes projetos de obras públicas naquele país.

Como indicativa das expectativas que as autoridades azeris nutrem com relação ao Brasil, cite-se a carta do então-Chanceler azeri, Viliyat Guliyev, ao Chanceler Celso Amorim, por ocasião do 10° aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, em 2003, na qual, além de propor o adensamento da cooperação bilateral, solicitava o apoio brasileiro na mediação de uma solução pacífica para Nagorno-Karabakh, com base nas Resoluções da ONU de 1993.

Em 4 e 5 de abril de 2006, visitou o Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros azeri, Elmar Mammadyarov. Em Brasília, o Ministro azeri manteve encontros com os Ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e Minas e Energia, Silas Rondeau; com o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ivan Ramalho; e com o Presidente da PETROBRAS, José Gabrielli.

Em suas entrevistas com autoridades brasileiras, Mammadyarov enfatizou as oportunidades de cooperação bilateral entre seu país e o Brasil. Ao destacar a área de energia, sugeriu possível participação da PETROBRAS na exploração de petróleo no Mar Cáspio e parceria com o Governo brasileiro para a construção de oleodutos ou gasodutos entre o Azerbaijão e países vizinhos (Cazaquistão e Turcomenistão, especificamente). No Itamaraty, o Chanceler azeri concentrou-se na questão de Nagorno-Karabakh e de sua ocupação por forças militares armênias. Na ocasião, foram assinados "Protocolo sobre Consultas Políticas Bilaterais" e "Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais".

Em 2009, o Brasil instalou Embaixada residente em Baku, capital do Azerbaijão. O primeiro Embaixador, Paulo Antônio Pereira Pinto, apresentou credenciais ao Presidente Ilham Aliyev em 22 de junho daquele ano. Em maio de 2011, o Governo azeri afirmou estar "finalizando o processo administrativo" para instalação de Embaixada em Brasília.

Em janeiro de 2010, realizou-se a primeira reunião de consultas políticas bilaterais, em nível de Diretor de Departamento das respectivas Chancelarias. Na ocasião, foram abordados temas da agenda bilateral (cooperação em agricultura e

energia) e multilateral (questão nuclear iraniana, reforma do Conselho de Segurança da ONU, crise financeira global, Cáucaso meridional, Nagorno-Karabakh).

No plano multilateral, delegações brasileiras e azeris vêm mantendo bom entendimento, refletido, não raro, na troca de apoio mútuo em candidaturas em organizações internacionais.

Comércio Bilateral

As interações comerciais entre Brasil e Azerbaijão são tímidas e inconstantes. Não há, verdadeiramente, um fluxo consolidado de exportações e importações, em larga medida em função da posição geográfica do país, sem acessos diretos a oceanos e dependente, portanto, de rotas de escoamento através da Geórgia (Mar Negro) ou Irã (Golfo Pérsico).

Com referência à demanda potencial azeri por produtos brasileiros, podem ser citados açúcar, produtos de soja, produtos de carne, óleos vegetais e margarina, além de certos produtos industriais e manufaturados. Em 2010, 91,2% das exportações brasileiras constituíram-se de carnes (86,8%) e derivados e fumo. No Brasil, por sua parte, há demanda potencial por produtos químicos (responsáveis por 73,7% das importações brasileiras daquele país em 2010), algodão, tapetes e petróleo bruto.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessão de créditos oficiais pelo Governo brasileiro ao Azerbaijão.

Agricultura

As duas partes têm trabalhado sobre a possibilidade de que o Brasil participe de projeto de cooperação técnica agrícola no Azerbaijão, através de tecnologia de plantio e comercialização na área da agricultura familiar. A proposta agregaria, também, possibilidades adicionais para o estabelecimento de parcerias semelhantes entre nosso País e regiões da Ásia Central e do Cáucaso, que apresentam as mesmas condições de solo.

Nesse sentido, a Embaixada do Brasil em Baku obteve a confirmação, por escrito, do Ministério da Agricultura do Azerbaijão, manifestação de interesse em contar, com base nas experiências brasileiras de combate a fome e miséria, com cooperação técnica na área de agricultura de conservação na região localizada entre Nagorno-Karabakh e os territórios ocupados pela Armênia, onde vive a maioria dos azeris deslocados daquela área. A FAO já desempenha importante função na região, onde aquela organização tem apoiado os refugiados com financiamento de materiais, sobretudo fertilizantes, sistemas de irrigação e lonas plásticas para proteção do solo. De acordo com as autoridades

azeris, a experiência brasileira na área de agricultura de conservação de solo e comercialização da produção seria de grande proveito para alavancar as atividades econômicas dos refugiados que vivem na conturbada região, dando-lhes, assim, trabalho, alimentos e renda.

A cooperação técnica teria como objetivo: a) aumentar a capacidade tecnológica local na área de agricultura de conservação; b) facilitar a disseminação de sistemas de plantios sustentáveis com mínima perturbação do solo; c) dotar instituições locais com plataforma de conhecimentos capaz de atrair novos parceiros; e d) monitorar a eficiência técnica e econômica dos projetos de agricultura de conservação.

Em março de 2011, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) encaminhou ao Governo azeri proposta de Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola e de Certificado Oficial para exportação de produtos cárneos. A parte brasileira aguarda reação do lado azeri.

Cultura e Desporto

A Embaixada em Baku tem sugerido medidas de aproximação cultural com o Azerbaijão, tendo em vista a simpatia despertada pelo Brasil naquele país. Maior ênfase tem sido dada à promoção da capoeira, por meio do Projeto de Consolidação da Capoeira no Azerbaijão, e de atividades futebolísticas.

Em 2009, foram concluídas, por parte da Universidade Eslávica de Baku, a tradução, do russo para o azeri, das obras literárias "Capitães de Areia" e "Tenda dos Milagres", de Jorge Amado. Trata-se das primeiras obras de autor brasileiro publicadas no idioma azeri.

Em novembro de 2010 a Escola de Danças da Orquestra Filarmônica de Baku apresentou coreografias de danças brasileiras.

Direitos Humanos

O Azerbaijão propôs ao Brasil assinatura de Memorando de Entendimento na Área de Direitos das Mulheres, Crianças e Família, em fevereiro de 2011. Após sua independência, em 1918, foi o primeiro país do mundo muçulmano a instaurar um regime republicano parlamentar e a conceder o direito de sufrágio às mulheres (inclusive precedendo o Brasil, os EUA e o Reino Unido).

Entre as propostas constantes do referido memorando, a parte azeri sugere assistência no estabelecimento de cooperação entre estruturas relevantes em ambos os países, apoio à pesquisa sobre a eliminação de estereótipos de gênero, preparação de publicações na área de igualdade de gênero e sobre o direito de crianças, criação de oportunidades para conhecimento mútuo sobre a legislação de cada país na área de igualdade de gênero e direito de crianças e esforços conjuntos para a prevenção da evasão escolar de meninas em ambos os países.

Comunidade brasileira

A comunidade brasileira estimada no Azerbaijão é de cerca de 40 pessoas. A Embaixada em Baku é responsável por prestar serviços consulares. Não há Consulados brasileiros no país, sejam de carreira ou honorários.

POLÍTICA INTERNA

O Azerbaijão é, oficialmente, uma República Presidencialista fundada na divisão de poderes. O Presidente da República, eleito por sufrágio universal para mandato de cinco anos, encabeça o Poder Executivo, com o auxílio de um Gabinete, chefiado pelo Primeiro-Ministro – este é nomeado livremente pelo Presidente e confirmado pela Assembleia Nacional. O Poder Legislativo é investido na Assembleia Nacional, unicameral, formada por 125 deputados. O Poder Judiciário, que tem à frente a Corte Constitucional, é independente apenas nominalmente – na prática, o Poder Executivo exerce forte influência sobre suas decisões e posições.

Outrora território túrquico e persa desde a antiguidade, o Azerbaijão foi incorporado pelo Império Russo em 1813. Após a derrota russa na I Guerra Mundial, em 1917, o país recuperou sua independência e estabeleceu, juntamente com Armênia e Geórgia, a efêmera República Federativa Democrática Transcaucasiana, que duraria apenas três meses, entre fevereiro e maio de 1918.

A vida independente do Azerbaijão seria, no entanto, breve. No contexto da Revolução Bolchevique que se desenrolava na Rússia, o Cáucaso ganhava importância estratégica cada vez maior na guerra civil entre o Exército Vermelho e o Exército Branco. Vladimir Lênin chegou a declarar que a invasão da região pelas forças comunistas era questão de tempo, já que a Rússia Soviética não poderia resistir "sem o petróleo de Baku". Em 28 de abril de 1920, o 11º batalhão do Exército Vermelho tomou Baku e incorporou o Azerbaijão à URSS, como República Socialista Soviética Azeri.

Após 70 anos de dominação soviética, o Azerbaijão recobrou sua independência em 30 de agosto de em 1991. Os anos que se seguiram foram, no entanto, de grande instabilidade política e institucional. O novo país nascia sob a sombra de conflito armado que travava, desde 1988, com a vizinha Armênia, pela posse da região de Nagorno-Karabakh.

As primeiras eleições relativamente livres após o período soviético, em 1992, levaram à Presidência Albüfaz Elçibay, dissidente soviético e líder da Frente Popular Azeri, que desempenhou importante papel nos movimentos que levaram à independência do país em 1991. Elçibay foi derrubado por golpe militar em 1993, orquestrado por membros da "velha guarda" comunista. Em eleições descritas como seguindo o "modelo soviético", Heydar Aliyev foi eleito Presidente e governou o país até 2003.

Antigo Primeiro-Secretário do Partido Comunista Azeri, entre 1969-1981, membro do Politburo soviético e da KGB e Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Ministros da URSS (equivalente, na prática, a vice-primeiro-ministro), até 1987, Aliyev dominou a cena política azeri por mais de três décadas. Seu último gesto político apenas

confirmou a preponderância de sua figura no Azerbaijão: dois meses antes de morrer, assegurou a eleição de seu filho Ilham Aliyev à presidência.

Observadores da OCDE apontaram diversas irregularidades no processo eleitoral que deu a vitória a Ilham Aliyev, como intimidação e condições desiguais de campanha. Apesar da onda de protestos que se seguiu a sua eleição, Ilham Aliyev foi reeleito em 2008, em eleições boicotadas pela oposição e consideradas "não inteiramente democráticas" pela OCDE.

O culto à "dinastia Aliyev" permanece mais forte do que nunca, em grande parte impulsionado pelas riquezas advindas do petróleo, que são administradas pelo Fundo Estatal do Petróleo (SOFAZ). Tal fundo – que possui recursos no valor de US$ 25 bilhões – foi criado para que a renda obtida com a exploração petrolífera beneficiasse a população azeri.

Grande parte das críticas direcionadas ao modelo de governo azeri é justificada pelo discurso oficial em razão da "necessidade de emancipação total da influência russa e do modelo soviético", bem como pelo fato de 20% do território do Azerbaijão estar ocupado por tropas armênias desde 1993. Tais fatores, segundo a administração azeri, impediriam o país de desfrutar de instituições democráticas aos moldes ocidentais.

POLÍTICA EXTERNA

O interesse do Brasil pela inserção internacional do Azerbaijão passa por uma compreensão da crescente importância estratégica das margens do Mar Cáspio. Há até pouco tempo, a maioria das avaliações disponíveis sobre o papel do Azerbaijão no cenário mundial o reduziam ao grupo de três pequenos estados do Cáucaso. O país, no entanto, tem merecido, em épocas recentes, atenção diferenciada do exterior, pelas conhecidas e revalorizadas riquezas energéticas que compartilha na área ribeirinha ao Cáspio e pelo multiculturalismo da região, que o país exemplifica tão bem.

O Cáucaso situa-se, é sabido, na confluência de conflitos étnicos, religiosos, nacionais e extrarregionais históricos. Durante o século XIX, foi alvo de disputas por conquistas territoriais e acesso a mercados e recursos naturais entre o Império Russo e a Grã-Bretanha, conhecida como "Grande Jogo", que terminou com a predominância de Moscou, que, embora quebrantada com o final da Guerra Fria e a dissolução da URSS, permanece como eixo determinante da geopolítica caucasiana.

Com o término da Guerra Fria, a vizinhança do Cáspio ressurge como espaço a ser cobiçado em novo "Grande Jogo", em virtude agora, principalmente, de suas reservas de petróleo e gás, por EUA, Europa Ocidental e Rússia, além da China. Essas e outras potências extrarregionais, cujos interesses, no Mar Cáspio, são a um só tempo complementares e competitivos, compartilham, por um lado, da preocupação quanto à estabilidade da região e, por outro, disputam condições mais favoráveis para garantir o fornecimento de petróleo e gás, bem como o acesso a seus mercados para seus produtos, em particular no Azerbaijão, cujo crescimento econômico nos últimos anos. Coloca-se, nesse contexto, o desafio da adoção de perspectiva estratégica para o mapeamento de tendências e estruturas regionais em construção e identificação de principais atores regionais.

Nesse contexto, para o Azerbaijão importa estruturar uma política externa em torno de três vertentes fundamentais: a manutenção de sua integridade territorial (leia-se questão de Nagorno-Karabakh); as relações com os países ribeirinhos do Mar Cáspio e a consequente disputa pelo controle de jazidas de petróleo e gás; e as nem sempre fáceis relações com a Rússia.

Nagorno-Karabakh

A política externa do Azerbaijão é dominada pela questão de Nagorno-Karabakh (NK). O cessar-fogo acordado em 1994 manteve tropas armênias em grande parte do território azeri. O processo de paz iniciado após o cessar-fogo é dificultado pela "demonização" do inimigo que ocorre em ambos os países, o que faz com que a opinião pública tanto no Azerbaijão quanto na Armênia seja contrária a cessões que poderiam facilitar um eventual acordo.

O Nagorno-Karabakh é uma região montanhosa de 8.223 km^2, situada dentro da República do Azerbaijão. A região conta com uma população de cerca 140 mil habitantes, composta em sua maioria de armênios étnicos.

Armênia e Azerbaijão contestam a propriedade do território desde a dissolução da efêmera República Federativa Democrática Transcaucasiana, em maio de 1918. A partir daquele ano, os dois países se envolveram em um conflito armado pela posse do NK e regiões adjacentes, que seria interrompido pela ocupação britânica do Cáucaso Meridional, ao final da I Guerra Mundial. Dois meses depois, no entanto, em abril de 1920, o Exército Vermelho invadiu o Azerbaijão e proclamou a constituição da República Socialista Soviética Azeri.

Em 1921, Moscou deu sua cartada final para a solução da crise entre suas agora novas repúblicas quanto à posse do NK. O recentemente criado Bureau Soviético para o Cáucaso (*Kavburo*), sob a supervisão do então Comissário para as Nacionalidades, Josif Stalin, determinou que a posse da região deveria ser concedida ao Azerbaijão.

A partir da *perestroika* levada a cabo por Mikhail Gorbachev no final da década de 80, as reivindicações armênias de anexação do NK se intensificaram. Em fevereiro de 1988, mais de um milhão de armênios participaram de manifestações públicas em favor da anexação da região, constituindo a primeira demonstração de cunho nacionalista durante o período. O Parlamento do NK aprovou, na oportunidade, resolução em que determinava a união com a Armênia. Muitos refugiados deixaram a Armênia e o Azerbaijão à medida que atos de violência começaram a ser praticados contra as minorias dos respectivos países. Estima-se que 130 mil azeris partiram da Armênia e 160 mil armênios deixaram o Azerbaijão.

O quadro de instabilidade política em todo o território soviético favorecia o redesenho de fronteiras mantidas intactas por 70 anos graças à mão de ferro de Moscou. A independência do Azerbaijão, em 30 de agosto de 1991, e da Armênia, em 21 de setembro de 1991, apenas concorreu para fortalecer as reivindicações mútuas pela posse do NK, na medida em que tirara de cena a capacidade de solução do conflito pela intervenção direta de Moscou.

Conflito armado eclodiu, em 1992, entre forças azeris e os separatistas de NK, apoiados pela Armênia. Em uma série de vitórias rápidas, a Armênia logrou ingressar em território azeri e, em 1993, já controlava a maior parte do NK e aproximadamente 9% da área ao redor de Karabakh, buscando criar uma estreita faixa que ligasse o território armênio à província separatista do NK – o chamado "Corredor Lachin".

Desde os conflitos do início da década, diversas tentativas de solucionar a questão foram empreendidas no âmbito da ONU e do chamado Grupo de Minsk (GM). Criado em 1992 pela OSCE com o objetivo de encorajar uma solução pacífica e negociada para o conflito, o Grupo, copresidido por EUA, França e Rússia, logrou avanços

consideráveis, restando basicamente a questão do *status* final da região do Karabakh: independência, como defende a Armênia, ou o mais alto grau de autonomia dentro do Azerbaijão, como defende o governo azeri.

Nenhuma das partes parece disposta a fazer concessões: o Azerbaijão exige a retirada das forças armênias da região antes de discutir o *status* final da província; a Armênia afirma que retirará suas tropas apenas após uma decisão final; NK por sua vez, quer a independência oficialmente reconhecida antes de qualquer outra negociação.

Em anos recentes, o Azerbaijão tem assumido uma postura crescentemente agressiva na questão, em grande medida devido ao forte crescimento econômico verificado desde 2005, o que permitiu ao país empreender programas de rearmamento e modernização militar. Sua ofensiva é, também, diplomática. Em 2008, o Azerbaijão conseguiu aprovar (com 39 votos a favor, 7 contra e 100 abstenções, incluindo a do Brasil), a Resolução 243 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que reafirma sua soberania e integridade territorial; demanda a retirada completa e incondicional de todas as forças armênias dos territórios ocupados; e sublinha a necessidade de se criar, em NK, um sistema democrático de autogoverno dentro do Azerbaijão.

Em novembro de 2010, Declaração da Cúpula de Lisboa da OTAN recordou os conflitos no Cáucaso meridional, "fonte de preocupação para a Aliança". Reiterou seu compromisso com a integridade territorial de Armênia, Azerbaijão e Geórgia, mas não avançou qualquer solução prática para o conflito. Em encontro com a Embaixadora do Brasil em Ierevan, em dezembro de 2010, o Ministro dos Negócios Estrangeiros armênio, Edward Nalbandian, deixou entrever que o Azerbaijão se sentira fortalecido politicamente com o teor da Declaração de Lisboa. Asseverou que a Armênia estaria pronta a fazer concessões para a solução do conflito, mas ponderou que o Azerbaijão "não estaria pronto" para resolver o diferendo.

O Brasil tem defendido uma solução negociada para a questão, e tem-se abstido nas votações sobre a matéria na ONU, em posição compartilhada com os demais países da América Latina e Caribe.

Rússia

A questão de Nagorno-Karabakh é, também, um dos motivos pelos quais o Azerbaijão busca, desde sua independência, se desvencilhar, ou, ao menos, reduzir, a influência que a Rússia exerce sobre o país. O vizinho do norte é visto como aliado da Armênia, mesmo tendo buscado se manter oficialmente neutro na questão. Apesar do projeto de afastamento em relação à Rússia, a política externa azeri tem-se preocupado em manter boas relações com o vizinho do norte.

Na perspectiva do Azerbaijão, é objetivo permanente russo a ocupação do Cáucaso, percepção que se fortaleceu com a guerra russo-georgiana em 2008. Enquanto

na vizinha Geórgia isto poderia acontecer militarmente, no Azerbaijão, especula-se, Moscou buscaria manter sua hegemonia pelo controle econômico do país.

Na tentativa de equilibrar a proeminência russa, Baku busca fortalecer seus laços com o Ocidente, particularmente nas áreas de segurança e energia. A estratégia, no entanto, tem-se revelado controvertida: quanto mais se abre ao Ocidente, mais pressão o país sofre da União Europeia (UE) para aderir a novos projetos energéticos – em especial o gasoduto Nabucco – e, ao mesmo tempo, da Rússia para rejeitá-los.

O Nabucco, concebido em 2002, em conversações preliminares entre companhias de Áustria e Turquia, destina-se a transportar gás natural diretamente do Azerbaijão, bem como da Ásia Central, para a Europa, percorrendo 3.300 km pelos territórios da Turquia, Geórgia, Bulgária, Romênia e Hungria. O objetivo fundamental do Nabucco – embora não oficialmente reconhecido – é romper o monopólio russo de abastecimento de gás à Europa. O projeto conta com apoio político e financeiro da UE. Deverá estar pronto em 2015 e custar cerca de € 8 bi.

O Azerbaijão parece valer-se de um trunfo em relação a Moscou, lançando mão de seus recursos energéticos como moeda de troca no conflito com a Armênia pela região de Nagorno-Karabakh. Na perspectiva de alguns analistas, o compromisso de Baku em vender gás natural apenas para a Rússia – que tornaria comercialmente inviável o projeto Nabucco – depende de uma inclinação positiva de Moscou em favor do Azerbaijão e contra a Armênia.

O mercado russo ainda é o principal consumidor das exportações do Azerbaijão; em solo russo encontra-se a maior parte das rotas terrestres do país para o exterior. Ademais, a Rússia abriga grande comunidade azeri.

EUA, OTAN e EU

Desde sua independência, em 1991, o Azerbaijão tem procurado aproximar-se, progressivamente, do Ocidente, especialmente dos EUA. O país tem buscado atrair investimentos norte-americanos e europeus e, militarmente, busca aproximar-se da OTAN. Em 1994, Baku celebrou com a Aliança Atlântica acordo-quadro para sua participação na Parceria para a Paz (programa da OTAN que busca institucionalizar o diálogo político com países não-membros, particularmente na Europa oriental, em áreas como participação em operações militares da OTAN e reforma de políticas de defesa). O Azerbaijão participou da Força de Paz para o Kosovo (KFOR) até 2008 e, desde 2003, participa da Força Internacional de Assistência para a Segurança (ISAF) no Afeganistão – ambas lideradas pela OTAN.

Azerbaijão e UE celebraram, em 1996, Acordo de Parceria e Cooperação. O país participa da Parceria para o Leste, programa da UE que busca incentivar reformas políticas e apoiar processo de desenvolvimento social e econômico nos países do leste do continente. O Azerbaijão não pretende, no médio prazo, ingressar na UE.

Turquia

O Azerbaijão mantém relações estreitas com a Turquia, com quem compartilha laços culturais profundos (os azeris são povo de origem túrquica). O país é membro do Conselho Túrquico, organização internacional sediada em Istambul que reúne os países de etnia e língua túrquica (Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguízia e Turquia).

O relacionamento bilateral é, ademais, fortalecido pela inimizade compartilhada em relação à Armênia. Para Baku, Ancara é importante aliado no sustento de suas posições em relação ao conflito de Nagorno-Karabakh.

Mar Cáspio

O aproveitamento dos recursos provenientes do Mar Cáspio também é outra questão de grande importância para a política externa azeri. Esse país defende, juntamente com a Rússia e o Cazaquistão, que a utilização dos recursos seja feita de forma proporcional às costas marítimas de cada país. Já Irã e Turcomenistão desejam que cada país banhado pelo Mar Cáspio tenha direito a 20% de seus recursos. Não há, no presente, acordo celebrado entre os cinco países que defina o status do Mar Cáspio e de seus recursos naturais, o que, não raro, tem dado vazões a atritos periódicos entre o Azerbaijão, de um lado, e Irã e Turcomenistão, de outro.

Irã

As relações com o Irã são amistosas, em razão de abrigar este país a maior diáspora azeri em todo o mundo, além de oferecer acesso rodoviários e suprimento de gás ao exclave azeri de Nakchevan, o que permite ao Azerbaijão ultrapassar o bloqueio imposto pela Armênia em sua fronteira comum. A emergência da questão nuclear iraniana, a questão do status do Mar Cáspio e a suspeita de que o Irã esteja financiando o Partido Islâmico do Azerbaijão, que faz oposição ao Governo Aliyev, constituem, no entanto, importantes irritantes na agenda diplomática bilateral.

GUAM

Em 2001, Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldova celebraram em Yalta, Ucrânia, acordo que instituiu a Organização para Democracia e Desenvolvimento Econômico dos Países GUAM. Trata-se, para muitos analistas, de agrupamento político destinado a concertar posições entre os quatro países em relação a questões que envolvem a Rússia, com vistas a conter a influência política, militar e econômica do poderoso vizinho.

Os objetivos fundamentais da organização, presentes em sua carta constitutiva, são promover os valores democráticos, assegurando a observância do estado de direito e os direitos humanos; assegurar o desenvolvimento sustentável; fortalecer

internacionalmente e regionalmente a segurança e a estabilidade; aprofundar a integração européia; o desenvolvimento social e econômico, de transportes, energético, científico, técnico e humanitário; o aumento da política de interação e cooperação prática nos campos de interesse mútuo.

Há, ao mesmo tempo, cooperação intensa com os EUA em temas como combate ao terrorismo, narcotráfico e crimes internacionais. Juntamente com esse alinhamento com Washington, os países membros têm o claro objetivo de maior integração com outros organismos regionais europeus e asiáticos, destacando-se a vontade explícita de maior vinculação à UE.

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

A posição do Azerbaijão sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas tem como eixos centrais a necessidade de garantir uma segunda vaga não-permanente para o grupo da Europa Oriental, já que a Chancelaria azeri considera inadequado que países da União Europeia ou a Rússia representem o leste europeu. Com relação ao pleito brasileiro, autoridades de Baku têm dito reiteradas vezes que não há dificuldade em apoiar a candidatura do Brasil a assento permanente individualmente.

ECONOMIA

A economia azeri é fortemente dependente da produção e exportação de petróleo e derivados. Embora tenha iniciado seu processo de industrialização há mais de cem anos e tenha-se mantido, ao longo de todo o período soviético, como a mais rica dentre as nações do Cáucaso meridional, o Azerbaijão não logrou diversificar suas atividades econômicas, que somente agora começam a florescer, de forma lenta, para além do setor energético.

O país ostentou taxas invejáveis de crescimento econômico nos primeiros anos do século XXI. Em 2006, o crescimento do PIB atingiu inacreditáveis 34,5%, seguido, em 2007, por uma taxa relativamente mais modesta de 25%. O "milagre econômico" azeri foi possível graças à conjunção de dois fatores particularmente propícios: o aumento das exportações de petróleo, em particular após a inauguração, em 2005, do oleoduto Baku-Tbilissi-Ceyhan (BTC), e a manutenção do preço do óleo bruto em patamares elevados.

A ideia de se construir um oleoduto que escoasse o petróleo extraído na região do Mar Cáspio diretamente para o Mar Mediterrâneo foi aventada por primeira vez em 1992, por iniciativa do Governo turco. Um ano mais tarde, Azerbaijão e Turquia celebravam o primeiro acordo para a construção de um oleoduto entre os dois países, que passaria necessariamente pela Geórgia, o que, embora aumentasse significativamente os custos do projeto, representava a única opção politicamente viável, na medida em que Ancara e Baku buscavam evitar os territórios iraniano e, particularmente, armênio. Para o Azerbaijão, tratava-se de oportunidade singular para impulsionar suas exportações de petróleo para o mercado europeu e norte-americano e romper a dependência em relação à Rússia para o escoamento da produção e exportação de sua maior riqueza.

O Governo azeri fundou, em 1999, o Fundo Estatal do Petróleo (SOFAZ), cujos recursos, em 2011, ascendiam a US$ 25,796 bilhões. O SOFAZ tem com o intuito de financiar o processo de transformação da estrutura econômica e a recuperação da infraestrutura do país, de modo a fazer com que a riqueza petrolífera possa beneficiar a maior parte da população e a preparar o país para o momento inevitável em que a produção se reduzir. A administração do Fundo é, no entanto, considerada pouco transparente.

O impacto da crise financeira global de 2008-2009 foi menos severo no Azerbaijão do que em outros países da região. A retração da demanda global por energia e o consequente rebaixamento do preço do petróleo levou à desaceleração do espantoso ritmo de crescimento. Em 2008, o PIB cresceu 10,8%; em 2009, 9,3%; e em 2010, 5,0%, aproximando-se, assim, de taxas realistas e sustentáveis. Nota-se, no período, ademais, uma tendência tênue de aumento da participação das atividades não-energéticas no crescimento econômico do país. Em 2010, o setor petrolífero expandiu-se 1,8%, ao passo que os demais setores da economia cresceram 7,9%.

Em março de 2011, o Governo aprovou legislação destinada a apoiar a diversificação da economia do país. O novo pacote deverá concentrar-se na promoção de atividades agropecuárias e prevê medidas como a isenção fiscal para produtores rurais e exportadores de máquinas e insumos agrícolas.

Embora tenha adotado medidas importantes, como a privatização de terras agrárias e indústrias, o Governo azeri não logrou completar a transição econômica do modelo soviético para uma economia de mercado. Corrupção endêmica nos setores públicos e privados, ineficiências estruturais, carência de investimentos externos em áreas não afeitas ao setor energético e a persistência do conflito com a Armênia continuam a impor sérios obstáculos ao crescimento sustentado e ao desenvolvimento social no país.

O setor externo reflete fielmente a dependência do país em relação ao petróleo. Em 2010, combustíveis e outros óleos minerais responderam por 92,9% das exportações azeris. As importações, por sua vez, concentram-se em maquinários, veículos, cereais, produtos metalúrgicos e fumo. Itália, EUA, Alemanha, França e República Tcheca foram, em 2010, os maiores compradores de exportações azeris, o que denota o relativo êxito do país em lograr libertar-se da dependência do mercado russo, outrora o maior consumidor de suas exportações. A Rússia, no entanto, continua a ser importante fornecedor para o Azerbaijão, particularmente de máquinas. Em 2010, foi o segundo maior exportador para o país, atrás da Turquia, e seguido de perto por Alemanha, China e Reino Unido.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. VI a. C.: C conquistado por Ciro, o Grande, Rei da Pérsia, e por Alexandre, o Grande, Rei da Macedônia. Integra o reino da Albânia Caucasiana

Séc. I a. C.: Albânia Caucasiana conquistada pelo Império Romano

Séc. IV d. C.: Albânia Caucasiana se converte ao Cristianismo

667: Conquistado por povos árabes, na primeira onda de expansão do Islamismo
861: Início do reinado da dinastia Shirvanshah, até 1539
c. 1030: Conquistado por povos de origem túrquica da Ásia Central. Integra o Império Seljúcida
1231: Conquistado por povos mongóis
c. 1380: Conquistado por Tamerlão. Integra o Império Timurida
1501: Baku conquistada por Ismail I, Imperador Safávida
1722: Petr I, Imperador da Rússia, controla Baku até 1735
c. 1740: Desintegração do Império Seljúcida. Constituição de diversos *canatos* em território azeri.
1812-3: "Campanha Persa". A Rússia invade o Cáucaso e celebra com a Pérsia o Tratado de Gulistão, que consolida a incorporação do Azerbaijão ao Império Russo
1828: Império Russo força à Pérsia assinatura do Tratado de Turkmenchay, que define as atuais fronteiras entre Azerbaijão e Irã
c. 1870: Descoberta e início da exploração de petróleo nas cercanias de Baku
1905: Greve geral de trabalhadores da indústria petrolífera contra a crise política e econômica desencadeada pela Guerra Russo-Japonesa. Choques entre azeris muçulmanos e armênios cristãos em Baku e outras cidades
1917: Revolução Bolchevique triunfa na Rússia
1918: Proclamação da Independência. Criação e dissolução da República Federativa Democrática Transcaucasiana. Criação da Proclamação da República Democrática Azeri. Forças britânicas ocupam Baku até 1919. Início da Guerra Armênio-Azeri, até 1920
1920: Conferência de Versailles reconhece a independência do Azerbaijão. Invasão do Exército Vermelho. Incorporação à Rússia Soviética. Formada a República Socialista Soviética do Azerbaijão (RSSA)
1922: Formação da URSS. Azerbaijão incorporado à URSS, juntamente com Armênia e Geórgia, constituindo a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana (RSFST), dissolvida em 1936
1969: Heydar Aliyev nomeado Primeiro-Secretário do Partido Comunista do Azerbaijão
1988: Eclosão de conflitos entre armênios e azeris pela unificação de Nagorno-Karabakh, território azeri, à Armênia
1990: "Janeiro Negro": Moscou impõe estado de emergência no Azerbaijão, face a sublevações de caráter nacionalistas. Massacre de 132 manifestantes em Baku por forças soviéticas
1991: Proclamação da Independência em relação à URSS
1993: Golpe militar derruba Presidente Albüfaz Elçibay. Heydar Aliyev eleito Presidente; governa até 2003
1994: Cessar-fogo no conflito com a Armênia pela posse de Nagorno-Karabakh. Tropas armênias, com apoio russo, conquistam 20% do território azeri
2003: Ilham Aliyev eleito Presidente. Morre Heydar Aliyev.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1993: Brasil e Azerbaijão estabelecem relações diplomáticas
1995: Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Heydar Aliyev mantêm encontro às margens da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, o primeiro entre Chefes de Estado de ambos os países
1997: Visita ao Brasil do Ex-Presidente do Conselho Supremo do Azerbaijão, Rasul Guliyev
2006: Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Elmar Mammadyarov
2009: Instalação da Embaixada residente do Brasil em Baku
2010: Primeira reunião de Consultas Políticas Brasil-Azerbaijão, em Baku

ATOS BILATERAIS

Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão - assinado em 4/4/2006, em vigor desde a mesma data.

Acordo, por troca de Notas, sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço - assinado em 4/4/2006, em vigor desde 6/3/2010

DADOS SOCIOECONÔMICOS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS AZERBAIJÃO

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República do Azerbaijão
Superfície	86.600 Km²
Localização	Sudeste da Ásia
Capital	Baku
Principais cidades	Baku, Ganja, Sumgait
Idiomas oficiais	Azeri
PIB Nominal (2010 - estimativa EIU)	US$ 51,7 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2010)	US$ 5.755
PIB PPP (2010 - estimativa EIU)	US$ 116,7 bilhões
PIB PPP "per capita" (2009)	US$ 12.970
Moeda	Manat Azerbaijão

Elaborado pela MDIC/SECEX/DEINC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report May 2010.

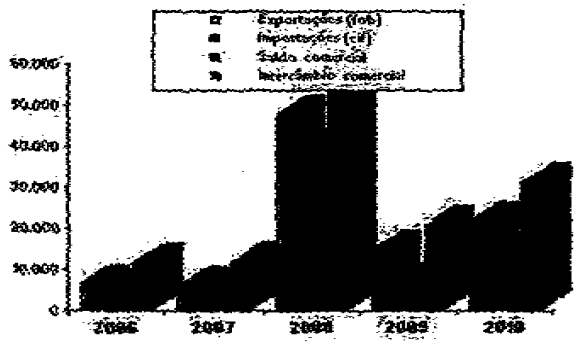
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010
População (em milhões de habitantes)	8,5	8,6	8,8	8,9	9,0
Densidade demográfica (hab/Km²)	98,2	99,3	101,6	102,8	103,9
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	20,9	33,0	48,9	43,0	51,8
Crescimento real do PIB (%)	34,5	25,0	10,8	9,3	5,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	11,4	19,7	15,5	0,6	7,8
Reservas internacionais (US$ milhões)	2.500	4.273	6.467	5.364	6.409
Dívida Externa Total (US$ bilhões)	2,5	3,4	4,1	3,4	3,3
Câmbio (Manat / US$)(1)	0,87	0,85	0,80	0,80	0,80

Elaborado pela MDIC/SECEX/DEINC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report May 2010.
(1) Estimativa EIU.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS AZERBAIJÃO

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	6.372	6.058	47.758	14.700	21.618
Importações (cif)	5.266	5.714	7.169	6.126	9.461
Saldo comercial	1.106	344	40.567	8.574	12.157
Intercâmbio comercial	11.638	11.772	54.925	20.826	31.079

[illegible]



DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS AZERBAIJÃO

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES						
Itália	19.220	40,2%	3.788	25,8%	5.900	27,3%
Estados Unidos	6.014	12,6%	1.747	11,9%	1.856	8,6%
Alemanha	205	0,4%	87	0,6%	1.556	7,2%
França	2.323	4,9%	1.326	9,0%	1.488	6,9%
República Techa	0	0,0%	1	0,0%	1.086	5,0%
Rússia	583	1,2%	745	5,1%	930	4,3%
Suíça	1	0,0%	13	0,1%	830	3,8%
Indonésia	1.411	3,0%	661	4,5%	815	3,8%
Turquia	626	1,3%	108	0,7%	786	3,6%
Tailândia	77	0,2%	0	0,0%	714	3,3%
Ucrânia	172	0,4%	184	1,3%	646	3,0%
Canadá	567	1,2%	587	4,0%	525	2,4%
Georgia	491	1,0%	395	2,7%	406	1,9%
Malásia	0	0,0%	388	2,6%	398	1,8%
Croácia	543	1,1%	194	1,3%	385	1,8%
Índia	2.433	5,1%	267	1,8%	355	1,6%
Espanha	1.498	3,1%	317	2,2%	355	1,6%
Portugal	261	0,5%	28	0,2%	304	1,4%
Cazaquistão	290	0,6%	142	1,0%	177	0,8%
Líbia	34	0,1%	129	0,9%	161	0,7%
República da Coréia	697	1,5%	148	1,0%	159	0,7%
Austrália	0	0,0%	0	0,0%	135	0,6%
Brasil	**183**	**0,4%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
SUBTOTAL	**37.628**	**78,8%**	**11.255**	**76,6%**	**19.967**	**92,4%**
DEMAIS PAÍSES	**10.128**	**21,2%**	**3.445**	**23,4%**	**1.651**	**7,6%**
TOTAL GERAL	**47.756**	**100,0%**	**14.700**	**100,0%**	**21.618**	**100,0%**

[illegible]

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES						
Turquia	807	11,3%	907	14,6%	1.706	18,0%
Rússia	1.350	18,8%	1.072	17,5%	1.338	14,1%
Alemanha	599	8,4%	554	9,0%	958	10,1%
China	479	6,7%	486	7,9%	929	9,8%
Reino Unido	386	5,4%	275	4,5%	700	7,4%
Ucrânia	567	7,9%	512	8,4%	621	6,6%
Itália	191	2,7%	128	2,1%	302	3,2%
Estados Unidos	267	3,7%	265	4,3%	279	2,9%
Belarus	90	1,3%	137	2,2%	166	1,8%
Suíça	80	1,1%	92	1,5%	152	1,6%
França	133	1,9%	142	2,3%	150	1,6%
Polônia	32	0,4%	26	0,4%	144	1,5%
Países Baixos	80	1,1%	55	0,9%	142	1,5%
República da Coréia	163	2,3%	125	2,0%	117	1,2%
República Theca	21	0,3%	28	0,5%	112	1,2%
Israel	80	1,1%	81	1,3%	105	1,1%
Austrália	71	1,0%	63	1,0%	104	1,1%
Luxemburgo	1	0,0%	3	0,0%	102	1,1%
Brasil	**96**	**1,3%**	**116**	**1,9%**	**24**	**0,3%**
SUBTOTAL	**5.493**	**76,6%**	**5.064**	**82,7%**	**8.151**	**86,2%**
DEMAIS PAÍSES	**1.676**	**23,4%**	**1.062**	**17,3%**	**1.310**	**13,8%**
TOTAL GERAL	**7.169**	**100,0%**	**6.126**	**100,0%**	**9.461**	**100,0%**

Elaborado pela MRE/DEPV/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da FMI - Direction of Trade Statistics, May 2011

Países listados em ordem de crescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Última posição disponível em 16/05/2011.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS AZERBAIJÃO

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009(1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ mil)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	13.639.469	92,9%
Navios e embarcações flutuantes	167.718	1,1%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	142.242	1,0%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	128.868	0,9%
Subtotal	**14.078.297**	**95,8%**
Demais Produtos	**610.431**	**4,2%**
Total Geral	**14.688.728**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ mil)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.160.261	19,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	968.729	15,8%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	570.635	9,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	393.863	6,4%
Cereais	222.997	3,6%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	222.712	3,6%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	187.259	3,1%
Aeronaves e aparelhos espaciais	163.019	2,7%
Ferro fundido, ferro e aço	162.121	2,6%
Produtos farmacêuticos	142.132	2,3%
Açúcares e produtos de confeitaria	133.197	2,2%
Plásticos e suas obras	128.756	2,1%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	103.107	1,7%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	86.084	1,4%
Subtotal	**4.644.872**	**75,9%**
Demais Produtos	**1.474.188**	**24,1%**
Total Geral	**6.119.060**	**100,0%**

Elaborado pela MRE/DEPV/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição envol disponível em 16/05/2011

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS AZERBAIJÃO

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AZERBAIJÃO[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	20.616	36.426	28.532	16.985	22.070
Variação em relação ao ano anterior	28,6%	76,7%	-21,7%	-40,5%	29,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Europa Oriental	0,5%	0,8%	0,5%	0,5%	0,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	77.628	278.130	194	189	194
Variação em relação ao ano anterior	n.a.	258,3%	-99,9%	-43,8%	78,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Europa Oriental	5,4%	10,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	98.244	314.556	28.726	17.894	22.264
Variação em relação ao ano anterior	512,6%	220,2%	-90,9%	-40,5%	30,2%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Europa Oriental	1,8%	4,4%	0,3%	0,3%	0,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	-57.012	-241.704	28.338	16.876	21.876

Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEPLA/DIVEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

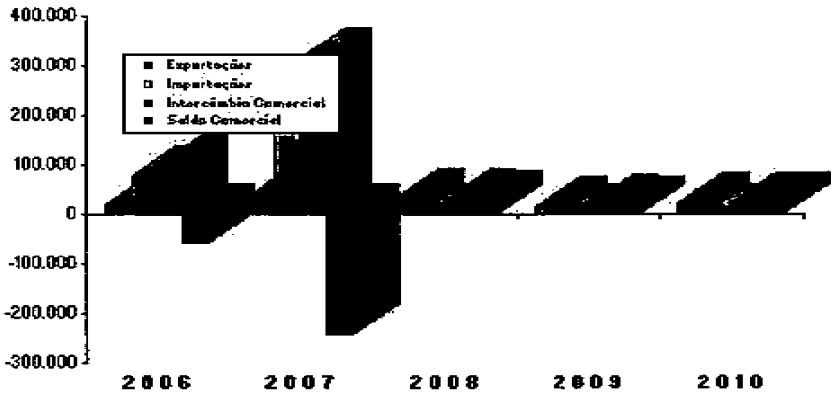
(1) As divergências observadas nos dados estatísticos de exportação brasileiro e de importação daquele país estão sendo estudadas pelos técnicos de ambos os países e serão dirimidas oportunamente mediante ajustes.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AZERBAIJÃO[1] (US$ mil, fob)	2010 (jan-abr)	2011 (jan-abr)
Exportações	4.946	10.102
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	261,8%	104,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Europa Oriental	0,3%	0,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	36	3
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-75,2%	-92,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Europa Oriental	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	4.982	10.105
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	42,8%	102,8%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Europa Oriental	0,5%	0,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	4.910	10.099

Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEPLA/DIVEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-AZERBAIJÃO
2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEPLA/DIVEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS AZERBAIJÃO

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AZERBAIJÃO (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Carnes e miudezas, comestíveis	24.822	87,0%	15.238	89,7%	19.153	86,8%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	477	1,7%	806	4,7%	977	4,4%
Caldeiras, máquinas e equipamento mecânicos	1.381	4,8%	10	0,1%	513	2,3%
Cacau e suas preparações	349	1,2%	227	1,3%	421	1,9%
Açúcares e produtos de confeitaria	100	0,4%	32	0,2%	379	1,7%
Subtotal	**27.129**	**95,1%**	**16.313**	**96,0%**	**21.443**	**97,2%**
Demais Produtos	**1.403**	**4,9%**	**672**	**4,0%**	**627**	**2,8%**
TOTAL GERAL	**28.532**	**100,0%**	**16.985**	**100,0%**	**22.070**	**100,0%**

Elaborado pela MSE/DPIS/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da MDIC/SECEX/Nicosub.

Grupos de produtos listados em ordem de crescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS AZERBAIJÃO

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AZERBAIJÃO (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Produtos diversos das indústrias químicas	193	99,5%	109	100,0%	143	73,7%
Caldeiras, máquinas e equipamentos mecânicos	1	0,5%	0	0,0%	31	16,0%
Subtotal	**194**	**100,0%**	**109**	**100,0%**	**174**	**89,7%**
Demais Produtos	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**20**	**10,3%**
TOTAL GERAL	**194**	**100,0%**	**109**	**100,0%**	**194**	**100,0%**

Elaborado pela MSE/DPIS/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da MDIC/SECEX/Nicosub.

Grupos de produtos listados em ordem de crescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS AZERBAIJÃO

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-AZERBAIJÃO (US$ mil - fob)	2010 (jan-abr)	% no total	2011 (jan-abr)	% no total
EXPORTAÇÕES (principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas, comestíveis	4.324	87,4%	9.277	91,8%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	0	0,0%	260	2,6%
Fumo e seus sucedâneos	90	1,8%	235	2,3%
Açúcares e produtos de confeitaria	288	5,8%	84	0,8%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	75	1,5%	78	0,8%
Subtotal	**4.777**	**96,6%**	**9.934**	**98,3%**
Demais Produtos	**169**	**3,4%**	**168**	**1,7%**
TOTAL GERAL	**4.946**	**100,0%**	**10.102**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (principais grupos de produtos)				
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	0	0,0%	3	100,0%
Produtos químicos orgânicos	19	52,5%	0	0,0%
Produtos diversos das ind químicas	17	47,0%	0	0,0%
Subtotal	**36**	**99,4%**	**3**	**100,0%**
Demais Produtos	**0**	**0,6%**	**0**	**0,0%**
TOTAL GERAL	**36**	**100,0%**	**3**	**100,0%**

Elaborado pela MSE/DPIS/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da MDIC/SECEX/Nicosub.

Grupos de produtos listados em ordem de crescente, tendo como base os valores apresentados em jan-abr/2011.

Aviso nº 459 - C. Civil.

Em 12 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 119, DE 2011
(nº 317/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde.

Os méritos do Senhor João Inácio Oswald Padilha que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de agosto de 2011.

EM No 00320-MRE

Brasília, 30 de junho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 0320/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 30 de junho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA*
CPF.: 259.091.507-15
ID.: 7957 MRE

1950	Filho de Moacyr Meirelles Padilha e Maria Thereza Oswald Padilha, nasce em 11 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1978	CPCD - IRBr
1984	CAD - IRBr
2003	CAE - IRBr, A projeção internacional do Chile: condicionamentos políticos internos. Implicações para a atuação diplomática do Brasil
Cargos:	
1979	Terceiro-Secretário
1981	Segundo-Secretário
1987	Primeiro Secretário, por merecimento
1997	Conselheiro, por merecimento
2003	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2004	Ministro de Segunda Classe, no Quadro Especial
Funções:	
1979-81	Divisão de Difusão Cultural, Assistente
1980	Embaixada em Moscou, Terceiro-Secretário em missão transitória
1981-83	Embaixada em Pequim, Terceiro e Segundo-Secretário
1983	Embaixada em Lisboa, Segundo-Secretário
1985-86	Embaixada em Bissau, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios
1986-89	Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Adjunto
1989-90	Departamento de Promoção Comercial, assessor
1990	Divisão de Informação Comercial, Chefe, substituto
1991-93	Presidência da República, Secretaria de Documentação Histórica, Adjunto
1993	Embaixada em Maputo, Primeiro Secretário em missão transitória

1993-96	Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral
1994	Embaixada em Dacar, Encarregado de Negócios em missão transitória
1996-99	Consulado em Ciudad Guayana, Cônsul
1999-2003	Embaixada em Santiago, Conselheiro e Encarregado de Negócios
2003	Ministério da Assistência e Promoção Social, Assessoria Internacional, Chefe
2003-04	Divisão da Europa-I, Chefe
2004-07	Divisão da África-II, Chefe
2004	Embaixada em Bissau, Encarregado de Negócios em missão transitória
2007	Embaixada em Gaborone, Embaixador
2007	Representante Especial junto à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Condecorações:

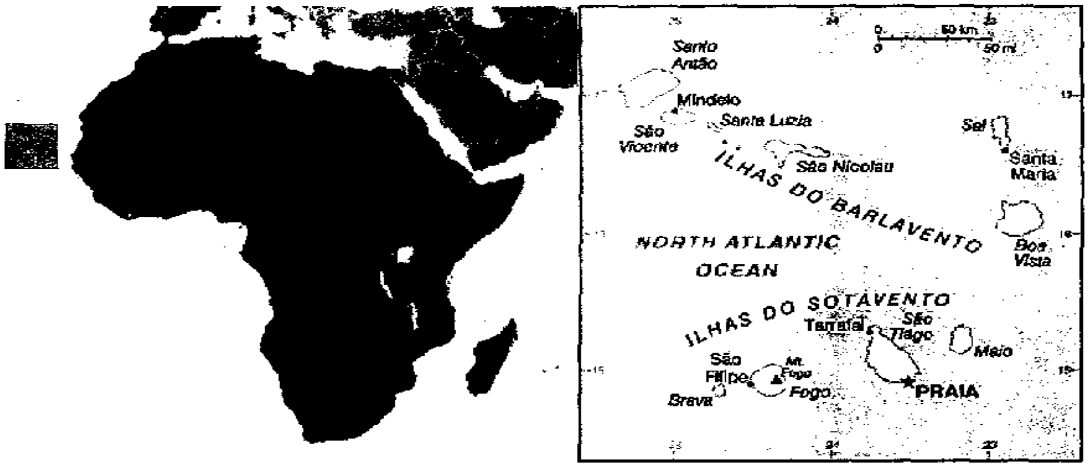
2003	Real Ordem Norueguesa do Mérito, Noruega, Oficial
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

República de Cabo Verde





MAIO DE 2011

ÍNDICE

1. DADOS BÁSICOS.....

2. PERFIS BIOGRÁFICOS.....

3. RELAÇÕES BILATERAIS.....

4. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS.....

5. ASSISTÊNCIA CONSULAR.....

6. POLÍTICA INTERNA.....

7. POLÍTICA EXTERNA.....

8. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....

9. ANEXOS.....

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....
CRONOLOGIA DO PAÍS.....
ATOS BILATERAIS.....
INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS.....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Cabo Verde
CAPITAL	Praia
ÁREA	4.033 km²
POPULAÇÃO	546 mil (51º na África)
IDIOMAS	Português e crioulo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católica e protestante
SISTEMA DE GOVERNO	Semi-presidencialismo
CHEFE DE ESTADO	Presidente Pedro Verona Rodrigues Pires (desde 2001)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro José Maria Pereira Neves (desde 2001)
CHANCELER	Ministro Jorge Borges (desde mar/2011)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Daniel António Pereira
EMBAIXADOR EM PRAIA	Maria Dulce Silva Barros
PIB (2010, BM)	US$ 1, 573 bilhão
PIB PPP (2010, BM)	US$ 1, 864 bilhão
PIB *per capita* (2010, BM)	US$ 3.007
PIB *per capita* PPP (2010, BM)	US$ 3.562
CRESCIMENTO DO PIB (2010, est. FMI)	4 %
UNIDADE MONETÁRIA	Escudo de Cabo Verde
IDH (2010, PNUD)	0,534 (118º lugar)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2010, PNUD)	84,1%
EXPECTATIVA DE VIDA (2010, PNUD)	71,9 anos
COMUNIDADE BRASILEIRA	350 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US$ MILHÕES FOB)

BRASIL ⇒ CABO VERDE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (até abril)
Intercâmbio	5,6	9,01	16,76	24,04	28,12	36,1	39,66	29,65	27,30	8,9
Exportações	5,4	8,99	16,74	24,02	28,1	36,04	39,62	29,62	27,25	8,9
Importações	0,18	0,02	0,02	0,02	0,02	0,06	0,04	0,02	0,04	0
Saldo	5,2	8,97	16,72	24	28,1	35,9	39,6	29,6	27,21	8,9

Fonte: MDIC

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte: MDIC

BRASIL - CABO VERDE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-abr)
Intercambio	5.597	9.013	16.771	24.043	28.124	36.112	39.667	29.658	27.308	8.935
Exportações(fob)	5.448	8.991	16.748	24.020	28.101	36.048	39.623	29.629	27.259	8.934
Importações(fob)	149	22	23	23	23	64	44	29	49	1
Saldo	5.299	8.969	16.725	23.997	28.078	35.984	39.579	29.600	27.210	8.933

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte de Cabo Verde

BRASIL - CABO VERDE (1)	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercambio	37.537	35.811	46.904	n.d	32.305	n.d
Exportações de Cabo Verde para o Brasil (fob)	544	904	1.120	n.d	n.d	n.d
Importações de Cabo Verde procedentes do Brasil (cif)	36.993	34.707	45.784	n.d	32.305	n.d
Saldo	-36.449	-33.803	-44.664	n.d	32.305	n.d

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.
(1) Dados fornecidos ao Trademap pelo INECV - Instituto Nacional de Estatísticas do Cabo Verde, COMTRADE.
n.d.: dados não disponíveis (última posição em 19/05/2011).

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE
PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES

Nasceu em 29 de abril de 1934, na Ilha do Fogo. Liderou a delegação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que negociou o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau com Portugal, após a Revolução dos Cravos (abril de 1974).

Em 1975, foi eleito deputado e escolhido para chefiar o primeiro Governo independente de Cabo Verde, ficando à frente do Executivo caboverdiano por três mandatos sucessivos. Nas primeiras eleições pluralistas do país, em janeiro de 1991, foi eleito deputado por Praia, mas o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) foi derrotado no pleito presidencial. Eleito Presidente em fevereiro de 2001 e reeleito em fevereiro de 2006.

PRIMEIRO-MINISTRO
JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES

Nasceu em 28 de março de 1960, em Assomada, Santa Catarina, Ilha de Santiago. Graduou-se em Administração Pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1986. De 1987 a 1990, trabalhou como técnico superior na Direção Geral de Estudos e Reforma Administrativa, da Secretaria de Estado da Administração Pública.

Foi eleito Deputado em 1996. Foi eleito, em 2000, Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina e, posteriormente, Presidente do PAICV. Em 14 de janeiro de 2001, nas eleições legislativas, obteve cadeira no Parlamento, tendo sido indicado para o cargo de Primeiro-Ministro pelo Presidente da República. Acumulou, de 2001 a 2002, as funções de Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa. Foi reeleito nos dois pleitos subseqüentes (2006 e 2011).

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES, JORGE BORGES

Nasceu em 17 de abril de 1952, em São Vicente, Cabo Verde. É bacharel em Engenharia Civil, na variante Planejamento e Desenvolvimento Regional, pela Universidade do Porto, Portugal. Especializou-se em Gestão de Desenvolvimento de Projetos pela Pittsburg University, EUA.

Entrou na carreira diplomática em 1974. Entre 1987 e 1992, foi Assessor para Assuntos Econômicos do Primeiro Ministro de Cabo Verde, Diretor Nacional da Indústria e Energia e Diretor Regional para Indústria e Energia de São Vicente. Entre 1992 e 2004 trabalhou no Centro para o Desenvolvimento Empresarial, desempenhando a função de Coordenador Regional para a região da África Austral. Em 2007 foi Secretário de Estado Adjunto no Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade. Nos últimos anos, desde 2008, vinha exercendo o cargo de Secretário de Estado Adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades. Assumiu a Pasta em 21 de março de 2011.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações bilaterais com Cabo Verde desde a independência do país, em 5 de julho de 1975. Uma vez estabelecidas relações diplomáticas, foram firmados acordos de cooperação e trocadas visitas de alto nível, como as do Presidente Aristides Pereira ao Brasil (1985, 1987 e 1992) e dos Presidentes Figueiredo (1983) e Sarney (1986) a Cabo Verde.

Na década de 1990 observa-se um lapso no que se refere à realização de visitas de alto nível, cuja freqüência seria retomada a partir dos anos 2000. Pelo lado cabo-verdiano, o Presidente Pedro Pires visitou o Brasil seis vezes: em julho de 2002 (IV Cimeira da CPLP); julho de 2003; setembro de 2005; julho de 2006 (Cúpula dos Intelectuais Africanos e da Diáspora); março de 2007 (recebimento do título de doutor *honoris causa* pela UFCE); e maio de 2010 (III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações). O Primeiro-Ministro José Maria Neves, por sua vez, esteve no País três vezes: em outubro de 2003, agosto de 2005 e outubro de 2009. A última visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades ocorreu em janeiro de 2011, por ocasião da cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff.

Pelo lado brasileiro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita de Estado em julho de 2004 (dezoito anos após a última visita de um Chefe de Estado brasileiro a Cabo Verde); e em julho de 2010, por ocasião da Reunião de Cúpula Brasil-CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental). O Ministro Celso Amorim, por sua vez, esteve em Cabo Verde em cinco ocasiões: janeiro de 2005; junho de 2008; março de 2009 (para a V Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP); julho de 2009 (XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP); e julho de 2010 (Cúpula Brasil-CEDEAO).

A intensa sequência de visitas de alto nível entre Brasil e Cabo Verde nos últimos dois anos expressa, de fato, o esforço de ambas as partes em intensificar os laços bilaterais. Apenas em 2009, o Chanceler José Brito esteve no Brasil, assim como a Ministra das Finanças de Cabo Verde. Da parte brasileira, o Ministro Celso Amorim foi a Cabo Verde para a XIV Reunião do Conselho de Ministros, seguida de visita bilateral e da realização da I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas e de Cooperação. Também o Ministro da Defesa Nelson Jobim cumpriu agenda de trabalho em Praia. Em setembro do mesmo ano, visitou o Brasil o Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Aristides Lima, o qual avistou-se com os presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer, do Senado, José Sarney, e do STF, Ministro Gilmar Mendes. Na ocasião, Aristides Lima assinou instrumento de cooperação entre a Câmara dos Deputados do Brasil e a Assembleia Nacional de Cabo Verde.

Em 2010, missão do Poder Judiciário chefiada pelo Presidente do STF, Gilmar Mendes, esteve em Cabo Verde em abril. Em maio, o Presidente Pedro Pires esteve no Rio de Janeiro para participar do III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações. Em junho, o Ministro da Cultura Juca Ferreira participou da entrega do diploma de Patrimônio Mundial da Humanidade à Cidade Velha da Ribeira Grande de Santiago e assinou Programa de Cooperação entre os Ministérios da Cultura brasileiro e cabo-verdiano. Em julho, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Celso Amorim estiveram na Ilha do Sal para participar da Reunião Especial de Cúpula Brasil-CEDEAO. Em janeiro de 2011, o então Chanceler José Brito esteve em Brasília, representando seu país na posse da Presidenta Dilma Rousseff.

Do ponto de vista cabo-verdiano, a intensificação das relações com o Brasil e a consolidação de uma parceria comercial mais ampla revela-se benéfica para a estratégia de transformar o país em base logística e entreposto para a distribuição de produtos de terceiros países na África Ocidental. Além disso, a maior aproximação ao Brasil oferece perspectiva de diversificação de parcerias externas.

De uma forma geral, as relações bilaterais vêm se intensificando em diferentes áreas. Tratando-se de parceiro comercial de pequena expressão (para o Brasil), as iniciativas de cooperação constituem o principal campo das relações bilaterais. São a seguir comentadas algumas dessas iniciativas.

Cooperação

Brasil e Cabo Verde assinaram Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica em 1977. Nos últimos anos, o Arquipélago tornou-se um dos maiores recipiendários de cooperação técnica brasileira nas mais diversas áreas, como educação, horticultura, caprino-ovicultura, estatística, pesquisa agropecuária, saúde, assistência social, educação, regulação técnica de medicamentos, gestão de águas e habitação.

a) Cultura

O Centro de Estudos Brasileiros de Praia foi inaugurado em março de 2008. Desde estão, têm sido realizadas atividades nas áreas de ensino de português, divulgação do cinema brasileiro e organização de conferências, cursos e oficinas.

Durante a visita a Cabo Verde do Ministro Juca Ferreira (2-4 de junho de 2010), foi assinado Programa de Cooperação entre os Ministérios da Cultura. Ademais, na ocasião, o Ministro Juca Ferreira, na qualidade de Presidente do Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO, entregou à Cidade Velha da Ribeira Grande de Santiago o diploma de Patrimônio da Humanidade, conquista lograda com apoio técnico brasileiro.

b) Defesa

A área de defesa vem ganhando espaço na agenda bilateral. Situado entre a América do Sul e a África, e próximo à Europa, Cabo Verde é um ponto estratégico no Atlântico Sul. Por essa razão, vem sendo utilizado como rota para o tráfico de drogas e imigração ilegal. Além dos problemas com a criminalidade, ainda sofre com a pesca clandestina nas suas águas. A responsabilidade policial sobre o mar territorial cabo-verdiano (cerca de 700 mil km²) é da Guarda Costeira Nacional, mas o país dispõe de poucos recursos para patrulhar esse espaço.

Com o intuito de fortalecer os setores nacionais de defesa e vigilância, Cabo Verde tem solicitado cooperação brasileira nas áreas de formação militar e policial, e também na preparação de efetivos para operações de paz. Há ainda demandas relativas ao levantamento da plataforma continental do país (já existe um projeto de levantamento de sua plataforma continental, desenvolvido em conjunto com Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mauritânia e Senegal e em cooperação com a Noruega). O lado caboverdiano ressalta também a importância para Cabo Verde do fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Brasil e Cabo Verde dispõem de Acordo no Domínio da Defesa, firmado em 1995 e ratificado pela parte cabo-verdiana em junho de 2010. O Acordo está em fase de promulgação, e encontra-se em estudo no Ministério da Defesa proposta cabo-verdiana de um Programa de Cooperação Técnico-Militar. Em janeiro de 2010, representantes cabo-verdianos foram designados para participar dos cursos de "Especialização em Administração Militar" e de "Comando e Estado-Maior".

Cabo Verde possui acordos de cooperação no domínio da defesa em vigor com Portugal, França, Espanha e Estados Unidos e participa de exercícios militares com Senegal, Mauritânia e com países da CEDEAO e da União Africana.

c) Educação

Além da tradicional cooperação da Chancelaria cabo-verdiana com o Instituto Rio Branco, Cabo Verde é beneficiado por diversos programas de cooperação brasileira na área de educação. No âmbito do Programa Estudantes de Convênio-Graduação (PEC-G), por exemplo, vieram ao Brasil, entre 2000 e 2009, 2.341 estudantes cabo-verdianos (39% do total de candidatos selecionados no período). Em 2010, foram 133 selecionados e, em 2011, 76. Pelo Programa Estudantes de Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), universidades brasileiras receberam entre 2000 e 2010, 94 estudantes cabo-verdianos.

Em abril de 2009, foi assinado Memorando de Entendimento mediante o qual estudantes cabo-verdianos também passaram a ter acesso ao Programa de Incentivo à Formação Científica (PIFC), iniciativa conjunta do Itamaraty e da CAPES/MEC. Na primeira edição do programa, 31 estudantes cabo-verdianos estiveram no Brasil para desenvolver projetos de pesquisa em instituições de ensino superior. Foi-lhes oferecida passagem aérea, hospedagem e pequena bolsa-auxílio.

Recentemente o Brasil anunciou a disponibilização de 5 mil vagas para estudantes africanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), localizada em Redenção (CE). A Unilab iniciará suas primeiras turmas em nível de graduação, em 2011, nos cursos de Agronomia, Administração Pública, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem e Engenharia de Energias. Destinaram-se 180 vagas a candidatos dos PALOP's e houve três candidaturas de Cabo Verde.

Ainda na área da Educação, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação, encontram-se em andamento os seguintes projetos:

- *Escola de Todos*. Atualmente em sua segunda fase, objetiva apoiar a construção de línguas de sinais. Além disso, deverá formar 32 professores em Atendimento Educacional especializado e montar 4 salas de recursos multifuncionais.

- *Apoio à estruturação da UniCV*. Executado pela SESU e pela CAPES, visa ao apoio no desenvolvimento dos cursos de engenharias e ciências agrárias e nos aspectos de planejamento e gestão. O projeto também prevê assistência técnica e capacitação de quadros do Ministério da Educação nas áreas de regulação, supervisão e avaliação da educação superior.

- *Projeto de Cooperação para Fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde*. Executado em parceria pela ABC, MEC e Instituto Federal de Goiás, encontra-se em sua fase final.

d) Energia

Em reunião na Petrobrás em abril de 2009, o então Chanceler José Brito expressou o interesse cabo-verdiano em receber cooperação brasileira nas áreas de elaboração de marco regulatório para o petróleo, realização de sísmicas especulativas e levantamento da plataforma continental. Além disso, mencionou a existência de estudo que comprovaria a viabilidade da implantação de refinaria de grande porte em Cabo Verde, a fim de abastecer os mercados nigeriano, espanhol e português. O assunto segue em estudos na Petrobras.

e) Fortalecimento Institucional

O Banco Central do Brasil firmou, em dezembro de 2009, memorando de entendimento com o Banco de Cabo Verde, cujo objetivo é estabelecer programas institucionais de capacitação técnica.

f) IBAS

Projeto de dessalinização de água no município cabo-verdiano de Ribeira Brava (Ilha de São Nicolau), financiado com recursos do Fundo IBAS, está em andamento.

g) Irmanação

Estão em curso entendimentos para a irmanação de Praia com as cidades de Fortaleza, São Paulo e Cuiabá (além da irmanação, já concluída, entre Santo André e São Nicolau).

h) Justiça

Brasil e Cabo Verde não possuem acordos relativos ao combate a ilícitos transnacionais, situação que caberia corrigir, em particular no que diz respeito à inteligência policial.

Em abril de 2010, foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça, sob o qual se prevê intercâmbio entre o Ministério da Justiça cabo-verdiano e o CNJ. A Ministra da Justiça de Cabo Verde, Marisa Moraes, e o Presidente do STJ cabo-verdiano, Arlindo Medina, realizaram visita ao Brasil em 7/6/10, a convite do STF brasileiro. Em outubro de 2010, missão do CNJ esteve em Cabo Verde para prestar cooperação no desenvolvimento do sistema de informatização do processo penal, mais precisamente, no domínio da execução penal.

Assistência humanitária

Assim como faz com outros países necessitados, o Brasil busca atender apelos em situações de emergência. No caso de Cabo Verde, o Brasil enviou equipe técnica e doou produtos para auxiliar no combate à epidemia de dengue em Cabo Verde em novembro de 2009 - gesto que foi muito apreciado pela parte cabo-verdiana.

Comércio Bilateral e Investimentos

Nos últimos anos, a corrente de comércio bilateral aumentou substantivamente, de US$ 9 milhões em 2003 para mais de US$ 39 milhões em 2008. A crise internacional ocasionou retração para US$ 29 milhões em 2009, com nova queda em 2010, quando o intercâmbio bilateral atingiu a marca de US$ 27 milhões.

A pauta de importação cabo-verdiana do Brasil está concentrada em poucos produtos. Ferro e aço, carnes, açúcares e preparações de produtos hortícolas representam mais de 65% das importações provenientes do Brasil. Quanto às importações brasileiras, o valor negociado continua a ser de pouca monta, tendo oscilado entre um mínimo de US$ 23 mil e um máximo de US$ 64 mil entre 2003 e 2010.

O movimento de Cabo Verde em direção ao Nordeste brasileiro se tornou mais significativo a partir do final de 2001, quando foi inaugurada a conexão aérea direta entre Fortaleza e a Ilha do Sal. Desde então, aumentaram sensivelmente a cooperação, o comércio e o turismo entre o Ceará e Cabo Verde. O intercâmbio comercial com o Ceará passou de US$ 598 mil, em 2003, para cerca de US$ 10,6 milhões em 2008. A pauta de exportações cearenses para Cabo Verde é composta por material de construção, ferro, eletrodomésticos e margarina. O Ceará evoluiu do sexto para o segundo lugar – superado apenas por São Paulo – nas exportações estaduais para Cabo Verde. Em março de 2009, foi inaugurada em Fortaleza a Câmara de Comércio Brasil-Cabo Verde, com apoio do Governo cearense e da CNI.

Digno de nota, também, é o comércio realizado entre Cabo Verde e Pernambuco. Em 2003, foram comercializados US$ 983 mil dólares; em 2007, o volume transacionado foi superior a US$ 4 milhões. A pauta pernambucana está composta, igualmente, por ferro e obras de ferro fundido; carnes e miudezas comestíveis; gorduras e óleos animais e vegetais. Não há registro de exportações cabo-verdianas para o Estado.

Os investimentos brasileiros em Cabo Verde são estimados em R$ 800 mil. Há duas empresas brasileiras presentes no mercado local, ambas do setor de cosméticos.

O agravamento da crise financeira na Europa, principalmente em Portugal e na Espanha, levou Cabo Verde a buscar a diversificação de seus parceiros comerciais. É nesse contexto que, em 2010, as relações comerciais entre Brasil e Cabo Verde conheceram novo impulso, em grande parte por meio da ação dos SEBRAEs do Nordeste, em especial o do Ceará. Investidores brasileiros têm atuado em Cabo Verde por meio dos SEBRAEs.

Investimentos diretos de Cabo Verde no Brasil somaram US$ 930 mil entre 2001 e 2010, com destaque para os ramos de comércio de alimentos, incorporação de imóveis e assessoria em gestão empresarial.

Na formulação de seu Plano Estratégico de Promoção Comercial (PEPCOM) para 2011, a Embaixada do Brasil em Praia, por meio de seu Setor de Promoção Comercial (SECOM), procedeu a análise do atual estado do comércio bilateral e definiu as ações a serem implementadas este ano.

Interlocutores do SECOM manifestam a esperança de que ainda em 2011 o Brasil tome a iniciativa de facilitar os fluxos comerciais com a região utilizando Cabo Verde como hub, na esteira da modernização em curso da infraestrutura portuária e aeroportuária do país. Identificou-se, ademais, a necessidade de criação de rotas marítimas diretas, evitando a passagem dos navios pela Europa, o que encarece o frete e torna praticamente impossível a exportação de produtos perecíveis para os mercados de Cabo Verde e do restante da África Ocidental.

Em 2011, o SECOM se dedicará prioritariamente, no que tange a operações de promoção comercial, à organização de viagens de dirigentes das duas câmaras de comércio locais a feiras e eventos empresariais no Brasil, bem como à divulgação de oportunidades de negócios com o Brasil em eventos a se realizarem em Cabo Verde. Apoiará a organização de dois seminários "Fazendo Negócios com o Brasil", em parceria com câmaras de comércio locais, com a presença prevista de empresários brasileiros de diferentes setores.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Cabo Verde integra a Iniciativa para Países Pobre e Altamente Endividados (HIPC) e como tal recebeu perdão substancial de sua dívida soberana pela comunidade financeira internacional. Nesse contexto, em 2000, amparado por resolução do Senado Federal, o Poder Executivo concedeu perdão de US$ 4,4 milhões do estoque da dívida (juros mais principal), de um total de US$ 7,293 milhões.

Em março de 2010, o país fez jus à nova reestruturação da dívida, também aprovada pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 6, de 7/4/2010. O montante da dívida cabo-verdiana era de US$ 3.895.163,42 – dos quais US$ 2.435.797,50 de principal e US$ 1.197.462,40 de juros. Pelo acordo aprovado, o Brasil perdoará 30,7% do estoque da dívida cabo-verdiana (isto é, a parte referente aos juros), condicionado ao pagamento tempestivo do saldo restante da dívida em 10 parcelas semestrais.

O contrato que formaliza o acordo já foi assinado pelos dois Governos e os pagamentos já se iniciaram, o que permitiu que Cabo Verde voltasse a ser elegível a financiamentos públicos brasileiros.

[redacted]

Estima-se que, atualmente, haja 350 brasileiros vivendo em Cabo Verde, aos quais é prestado apoio consular de praxe. A rede consular brasileira nesse país limita-se à Embaixada do Brasil em Praia e ao Consulado-honorário em Mindelo, com jurisdição sobre a Ilha de São Vicente. Não há Conselho de Cidadãos.

POLÍTICA INTERNA

Cabo Verde é uma República semi-presidencialista, com equilíbrio razoável entre o Primeiro-Ministro (Chefe de Governo) e o Presidente da República (Chefe de Estado). Os poderes do Presidente foram ampliados após as revisões constitucionais de 1995 e 1999, passando a incluir, por exemplo, o de dissolver o Parlamento. O Estado cabo-verdiano é unitário, com alguma descentralização interna (ao todo, o país possui 22 municípios). O voto não é obrigatório.

A independência é proclamada em 1975, pouco após a queda da ditadura em Portugal. Em 1980, a direção única do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é interrompida por um golpe de Estado na Guiné-Bissau. Cabo Verde condena o golpe; a ala cabo-verdiana do PAIGC separa-se e passa a se chamar Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). A história subsequente da nação é pacífica, não se registrando guerras civis. Aristides Pereira foi o primeiro Presidente do país e exerce o poder até 1991, quando teve início o processo de democratização.

Em fevereiro de 1990, estabeleceu-se o sistema multipartidário. Nas eleições subsequentes, em janeiro de 1991, o eleitorado votou maciçamente no partido oposicionista Movimento para a Democracia (MpD). O fundador do partido, Carlos Veiga, foi Primeiro-Ministro durante o Governo do Presidente Antônio Manuel Mascarenhas. Ambos mantiveram-se no poder de 1991 a 2001.

Em 2001, o PAICV voltou ao poder e escolheu novamente Pedro Pires para a Presidência da República. Alegando ter herdado uma difícil situação econômico-financeira, o Governo do PAICV pauta-se desde então pela austeridade econômica, pelo enxugamento do gabinete ministerial e pelo esforço, junto aos doadores, para manter o nível de ajuda prestada ao país. Reeleitos em 12 de janeiro em 2006, Pedro Pires e José Maria Neves chefiarão, respectivamente, o Estado e o Governo até 2011.

Em fevereiro de 2010, foi aprovada uma nova revisão na Constituição cabo-verdiana. Obtido o consenso dos dois principais partidos, a revisão recebeu 64 votos a favor (38 do PAICV e 26 do MpD), 2 abstenções e nenhum voto contrário. Foram realizadas ao todo 91 alterações no texto constitucional. A principal foi o estabelecimento de intervalo mínimo de 180 dias entre as eleições legislativas e as presidenciais.

No mesmo mês de fevereiro, ocorreu reforma ministerial, cuja principal novidade foi a criação de dois novos Ministérios: o do Turismo, Indústria e Energia; e o das Comunidades Emigradas. A criação de pasta específica para esse último tema – que saiu da órbita do Ministério dos Negócios Estrangeiros – reflete a importância estratégica da comunidade cabo-verdiana no exterior, superior à própria população do arquipélago (há expressivas comunidades na área de Boston, além de Portugal).

Nas eleições parlamentares de 2011, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde saiu vitorioso do pleito e, por conseguinte, o Primeiro-Ministro José Maria Neves continuará no cargo por mais cinco anos.

As eleições presidenciais deste ano já foram marcadas e ocorrerão no dia 07 de agosto. Já se lançaram candidatos: Manuel Inocêncio, pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), da situação; Jorge Carlos Fonseca, apoiado pelo Movimento pela Democracia (MpD), de oposição; e o deputado, ex-Presidente da Assembleia Nacional, Aristides Lima, filiado ao PAICV, mas que terá candidatura independente. Sondagens recentes e análises de imprensa apontam Aristides Lima, ligado à ala mais conservadora do PAICV, como favorito.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior cabo-verdiana é pautada pela busca de fortalecimento da cooperação bilateral e multilateral com vistas à promoção de desenvolvimento.

Os principais doadores bilaterais são países europeus, com destaque para Portugal, Países Baixos e Espanha. O Banco Mundial aparece como importante doador multilateral. Para evitar dependência excessiva da União Européia, Cabo Verde procura fortalecer a cooperação Sul-Sul, especialmente com Brasil e China. Outros parceiros prioritários são EUA, Cuba, os países da Costa Ocidental da África e os PALOP, em especial Angola.

Angola

As relações entre Angola e Cabo Verde têm-se intensificado. Símbolo disso foi a abertura, em fins de 2008, de agência do Banco Africano de Investimentos em Praia. Com capital social inicial de € 9 milhões, a filial cabo-verdiana do banco angolano já se credencia como uma das maiores casas bancárias no arquipélago, ao lado do Banco Comercial Atlântico.

Existe, ademais, uma parceria entre a estatal angolana Sonagol e a Empresa Nacional de Combustível de Cabo Verde (ENACOL). Há possibilidade de desenvolvimento de iniciativas conjuntas nas áreas de turismo, construção civil, pescas e agricultura.

Portugal

A ex-metrópole é o principal parceiro econômico-comercial de Cabo Verde (exporta 48% dos bens importados pelo país). Capitais lusos predominam no controle acionário das principais empresas cabo-verdianas privatizadas e ampliam a sua presença nos setores de hotelaria e turismo. Portugal é ainda a origem da maior parte das remessas dos emigrantes, embora o número absoluto de cabo-verdianos nos Estados Unidos seja maior.

Em março de 2009, o PM português José Sócrates esteve em Cabo Verde acompanhado por comitiva de 120 pessoas, entre autoridades e empresários. Na ocasião, acordou-se a celebração bienal de Cimeiras bilaterais de Chefes de Governo, prática que Portugal até então mantinha apenas com Brasil e Espanha. Foi ampliada de €100 milhões para €300 milhões a linha de crédito portuguesa para projetos de infra-estrutura e energia em Cabo Verde, bem como anunciado plano para doar computadores para escolas e telecentros no país.

O PM Neves visitou Portugal em junho de 2010. Também o Presidente Cavaco Silva visitou Cabo Verde, entre 5 e 7 de julho de 2010, para participar das cerimônias dos 35 anos da independência do arquipélago (em 5 de julho), e dos 550 anos do descobrimento das ilhas por Portugal.

China

A presença chinesa, principalmente nos setores de construção civil e comércio varejista tem crescido. Existe a possibilidade de que o Banco da China inicie operações em Cabo-Verde mediante acordos de cooperação com bancos já instalados no país. Além disso, há linha de crédito de US$ 100 milhões para projetos de construtoras chinesas no arquipélago.

A viagem do Chanceler José Brito à China, em julho de 2010, bem como o anúncio de que a China participará de projeto de modernização do Porto Grande – os chineses têm interesse em utilizá-lo como entreposto pesqueiro –, são exemplos do engajamento de ambos os países em aprofundar a cooperação bilateral.

Cabe destacar, também, que foi assinado, em dezembro de 2010, um Protocolo de Cooperação na Área Militar entre China e Cabo Verde, o qual prevê o fornecimento de equipamento às Forças Armadas cabo-verdianas no valor de 1 milhão de euros.

Estados Unidos

A Secretária de Estado Hillary Clinton realizou visita a Cabo-Verde em agosto de 2009, ocasião em que elogiou as conquistas do país no tocante a democracia, governança e direitos humanos. Além de assuntos econômico-comerciais e aqueles relativos à comunidade cabo-verdiana nos Estados Unidos, o principal tema da visita foi o aumento da cooperação na área de segurança. Clinton prometeu reforçar a cooperação existente na segurança marítima e combate ao tráfico de drogas, armas e pessoas pelo Atlântico Sul.

Atendendo a pedido dos Estados Unidos, Cabo Verde recebeu, em 2010, um prisioneiro transferido da base militar de Guantánamo, o qual fora detido após os atentados de 11 de setembro. O aprofundamento dos laços entre os dois países na área de segurança e a renovação da ajuda proporcionada a Cabo Verde por meio da *Millenium Challenge Corporation*, agência ligada ao governo norte-americano que apóia projetos em diversos países, mostram a disposição de Cabo Verde em continuar a se constituir em parceiro especial dos Estados Unidos na África Ocidental e na comunidade lusófona.

Em 2011, deverão ser iniciadas as atividades do Centro de Operações de Segurança Marítima (COSMAR). Construído e equipado pelo governo dos EUA, o centro tem por objetivo permitir a Cabo Verde exercer maior controle sobre o movimento de embarcações em suas águas territoriais

Guiné-Bissau

Os vínculos entre Cabo Verde e Guiné-Bissau são históricos e ainda estreitos. A independência em 1975 deu origem à constituição de dois Estados separados, mas sob o comando único do PAIGC, situação interrompida em 1980, quando um golpe de Estado na Guiné-Bissau provocaria a secessão de Cabo-Verde, seguida da formação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

Nesse contexto histórico, a situação política de Guiné-Bissau constitui tema central para a política externa cabo-verdiana. Após os assassinatos do Presidente e do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, em março de 2009, Cabo Verde esforçou-se na organização de Reunião Ministerial Extraordinária da CPLP para tratar da crise (25/3/09) e, em gesto de apoio ao país, o Presidente Pedro Pires compareceu à cerimônia de posse do Presidente Malam Bacai Sanhá, em setembro de 2009. Posteriormente, Cabo Verde preparou ainda Mesa-Redonda sobre a reforma do setor de segurança bissau-guineense (20/4/10).

São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é considerado por Cabo Verde um dos países prioritários no âmbito da cooperação, por abrigar uma das maiores e mais antigas comunidades de cabo-verdianos no exterior

Nações Unidas

Cabo Verde já expressou publicamente e em diversas ocasiões seu apoio à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança.

]

União Européia

Em novembro de 2007, foi assinado Acordo de Parceria Estratégica entre Cabo Verde e a União Européia. Está em curso a negociação de Acordo de Parceria Econômica (EPA) entre Cabo Verde (no marco da CEDEAO) e a União Européia. A pedido do Governo cabo-verdiano, o Brasil designou, em agosto de 2009, diplomata especializado que ministrou curso que subsidiasse Cabo Verde na formulação das posições do país africano nesse tema.

Em janeiro de 2008, Cabo Verde passou a ser classificado pelas Nações Unidas como País de Desenvolvimento Médio (PDM), deixando a categoria de País de Menor Desenvolvimento (PMD). Mesmo antes da graduação, o arquipélago já era considerado como País de Renda Média (renda *per capita* entre US$ 426 e US$ 3.255), segundo os critérios do Banco Mundial. O país possui o 8º maior IDH no continente africano.

A perda do *status* de País de Menor Desenvolvimento cria obstáculos para futuros aportes de doações internacionais e para a elegibilidade para esquemas preferenciais de comércio. Ademais, já acarretou o fim da ajuda do Programa Alimentar Mundial (PAM) nos moldes até então adotados.

Como forma de compensar a perda de tais preferências, Cabo Verde passou a promover iniciativas que atraíssem capitais e acordos que facilitassem a entrada de produtos cabo-verdianos em mercados desenvolvidos. Concomitantemente, o Governo tem buscado dinamizar seu mercado interno e consolidar instituições públicas e serviços básicos que melhor capacitem sua mão-de-obra. A relação com o Brasil, principalmente no âmbito da cooperação técnica, é parte central dessa estratégia. Estima-se, porém, que apesar desse esforço, a economia cabo-verdiana continuará fortemente dependente de recursos externos, na forma de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), da remessas de emigrantes e dos Investimentos Diretos Externos-IDE.

O Governo cabo-verdiano conferiu prioridade à assinatura de Acordo de Parceria Estratégica com a União Européia e à adesão do país à Organização Mundial de Comércio, concretizadas em novembro e dezembro de 2007, respectivamente. Todavia, tais processos de integração ainda não ocasionaram os resultados esperados por Praia. Portugal continua sendo a principal origem dos produtos que o país importa (pouco mais de 40%) e o segundo mercado de suas exportações, atrás da Espanha. Os ganhos de comércio previstos pelo Governo aparentemente foram tragados pela crise internacional de 2008-2009.

O país possui projeto para desenvolver um "cluster" do mar, integrando as redes de turismo, pesca e transportes do arquipélago a fim de transformá-lo num "hub" do Atlântico Sul, cuja sede seria instalada em Mindelo, na ilha de São Vicente.

Na opinião do Presidente do Banco Central de Cabo Verde, o país deve enfrentar uma série de desafios para assegurar sua estabilidade e seu desenvolvimento. A situação das contas públicas se está agravando devido às despesas, já que os investimentos em infra-estrutura, cruciais para o desenvolvimento do país, vêm levando ao aumento do endividamento do estado. Estima-se que a economia cabo-verdiana se estabilize em 2011, com uma taxa de crescimento entre 4 e 5 por cento.

Comércio Exterior

Desde 2002, o comércio internacional de Cabo Verde tem-se caracterizado pela expansão das importações, ao lado de fortes variações nas cifras de exportação. Diante desse quadro, o resultado foi déficit crescente na balança comercial: US$ 454 milhões em 2005; US$ 578 milhões em 2006; US$ 777 milhões em 2007; US$ 940 milhões em 2008; e US$ 723 milhões em 2009.

A pauta de importação de Cabo Verde é variada, de alimentos – carnes, bebidas, leite e cereais – a combustíveis. Já a pauta de exportações é concentrada em poucos produtos, com destaque para combustíveis, óleos e ceras minerais (47,6%); veículos e material para vias férreas (11,8%); e peixes e crustáceos (11,4%).

Em 2009, Portugal foi o principal mercado exportador para Cabo Verde, vendendo 44.8% de tudo que o arquipélago importa. Foi ainda o segundo maior importador, absorvendo cerca de 20% das exportações do país, atrás da Espanha, que absorveu 53.8% das exportações cabo-verdianas.

Energia

Cabo Verde importa integralmente o seu consumo de 2.000 barris de petróleo diários. O país não possui refinarias nem reservas comprovadas de petróleo, mas existe potencial, uma vez que o último estudo foi realizado há mais de 40 anos, e existem reservas na sub-região. A capacidade elétrica instalada é de 80 MW, dos quais 97% são oriundos de termelétricas a óleo, e os 3% restantes, de três parques eólicos construídos com cooperação dinamarquesa.

Estudo feito pela consultoria brasileira Simonsen Associados indicou que Cabo Verde terá que triplicar sua capacidade energética instalada até 2025. Nesse sentido, o Governo pretende apostar em energias renováveis, cuja participação na matriz energética deverá aumentar para 50% até 2020, segundo se planeja. Recentemente instalou-se em Cabo Verde o Centro Regional para Energias Renováveis e Eficiência Energética (CREREE), organismo da CEDEAO, inaugurado em julho de 2010.

9. ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

1975: Início das relações diplomáticas.

1977: Acordo Básico de Cooperação.

1979: Tratado de Amizade e Cooperação e Acordo de Cooperação Cultural.

1983: Visita do PR Figueiredo a Cabo Verde.

1985: Visita ao Brasil do Presidente Aristides Pereira.

1986: Visita do PR Sarney a Cabo Verde; assinatura de Acordo Comercial.

1987: Visita ao Brasil do Presidente Aristides Pereira.

1990: Visita ao Brasil do Presidente Aristides Pereira

1992: Visita ao Brasil do Presidente Antonio Mascarenhas Monteiro.

2002: Visita ao Brasil do Presidente Pedro Verona Pires.

2003: Visita ao Brasil do Presidente Pedro Verona Pires (junho).

2003: Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro José Maria Neves (outubro).

2004: Visita a Cabo Verde do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (julho).

2005: Visita a Cabo Verde do Ministro Celso Amorim (janeiro); visitas ao Brasil do PM José Maria Neves (agosto) e do PR Pedro Pires (setembro).

2006: Visita ao Brasil do Presidente Pedro Verona Pires (julho); instalação do Centro Profissional do SENAI em Praia (julho); fundação da Universidade Pública de Cabo Verde, com apoio brasileiro (novembro).

2007: Visita ao Brasil do Presidente Pedro Verona Pires.

2008: Início das atividades do Centro Cultural Brasil-Cabo Verde (março); visita ao Brasil do Chanceler Victor Borges (junho); visita a Cabo Verde do Ministro Celso Amorim (junho).

2009: Visita a Cabo Verde do Ministro Celso Amorim (março); visita ao Brasil do Chanceler José Brito (abril); visita ao Brasil da Ministra das Finanças Cristina Duarte (maio); visita a Cabo Verde do Ministro Nelson Jobim (maio); visita do PM José Maria Neves ao Brasil (outubro).

2010: Visita do Presidente Pedro Pires ao Rio de Janeiro para o III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações (maio); visita a Cabo Verde do PR Lula e do ME Amorim para a Cúpula Brasil-CEDEAO (julho).

2011: Visita do MNE José Brito a Brasília por ocasião da posse da Presidente Dilma Rousseff.

Cronologia do País

1456: Chegada dos portugueses a Cabo Verde.

1956: Fundação do PAIGC por Amílcar Cabral.

1960: Comeco da guerra de libertação pelo PAIGC em Guiné-Bissau.

1975: Independência de Cabo Verde.

1980: Separação definitiva entre Cabo Verde e Guiné-Bissau.

1991: Primeira eleição presidencial multipartidária; vitória do MpD.

1992: Nova Constituição democrática dc Cabo Verde.

1996: O MpD vence as eleições, reelegendo o PR Antonio Monteiro.

2001: O PAICV retorna ao poder ao eleger Pedro Pires como Presidente.

2006: Pedro é Pires reeleito presidente.

2008: Cabo Verde passa a ser "País de Desenvolvimento Médio" e é admitido na OMC; o PAICV é derrotado nas eleições municipais nos três municípios mais importantes do país.

2010: Aprovação de reforma constitucional (fevereiro).

2011: Eleições parlamentares são vencidas pelo PAICV (fevereiro)

Atos Bilaterais

TÍTULO	CELEBRAÇÃO	VIGÊNCIA
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	28/4/1977	Em vigor
Memorandum de Entendimento Relativo a Educação, Agricultura e Pecuária, Saúde, Transporte e Comunicações Previdência Social e Urbanização.	28/4/1977	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Cultural.	7/2/1979	Em vigor
Tratado de Amizade e Cooperação.	7/2/1979	Em vigor
Acordo, por troca de Notas, estendendo aos Nacionais Cabo-Verdianos, Residentes no Brasil, as Disposições Previstas na Convenção de Previdência Social e Ajustes Complementares Assinados entre o Brasil e a República Portuguesa.	7/2/1979	Em vigor
Acordo Comercial.	10/5/1986	Em vigor
Memorando de Entendimento para Estabelecimento de um Programa Plurianual de Cooperação.	19/3/1987	Em vigor
Protocolo de Intenções.	24/4/1987	Em vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Programa Trianual de Cooperação no Campo da Administração Pública.	12/5/1987	Em vigor
Acordo, por troca de Notas, para Autorização Permanente de Sobrevôo de Pouso de Aeronaves Militares.	6/12/1994	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Técnica no Domínio Militar.	21/12/1994	Em promulgação
Memorando de Entendimento no Domínio da Administração Pública.	7/4/1998	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Relativo ao Projeto	7/4/1998	Em vigor
Memorando de Entendimento na Área de Educação.	7/4/1998	Em vigor
Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço (no âmbito da CPLP)	17/7/2000	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica na Área de Educação.	27/6/2002	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Piloto de Dessalinização em Ribeira da Barca.	30/12/2003	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos	29/7/2004	Em vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Tecnologia Eletrônica	29/7/2004	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Apoiar a Implementação do Projeto Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde	29/7/2004	Em vigor
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	14/1/2005	Em vigor
Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência	14/1/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto ``Apoio à Implementação da Universidade de Cabo Verde e ao Desenvolvimento do Ensino Superior ``	15/3/2006	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto ``Escola de Todos ``	15/3/2006	Em vigor

Protocolo de Intenções no Domínio da Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e da Inclusão Social.	28/7/2006	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto ``Formação Profissional na Área de Turismo e Hotelaria	6/6/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto ``Fortalecimento Institucional do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário ``	13/9/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto ``Apoio ao Desenvolvimento da Horticultura em Cabo Verde``	13/9/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto ``Apoio ao Desenvolvimento da Caprino-Ovinocultura em Cabo Verde``	13/9/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária em Cabo Verde"	12/3/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Consolidação da ARFA como Agente Regulador dos Setores e Farmacêutico e Alimentar Visando ao Fortalecimento de sua Capacidade Institucional"	12/3/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Escola de Todos – Fase II"	12/3/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa Nacional de Cantinas Escolares de Cabo Verde – Fase I – Fortalecimento do ICASE"	12/3/2008	Em vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas e de Cooperação	27/6/2008	Em vigor
Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto ``Fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) ``	27/6/2008	Em vigor
Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto ``Apoio Técnico para Implantação de Banco de Leite Humano em Cabo Verde ``	27/6/2008	Em vigor
Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto ``Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde em Cabo Verde ``	27/6/2008	Em vigor
Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto ``Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde – FASE II ``	27/6/2008	Em vigor
Memorando de Entendimento para o Incentivo à Formação Científica de Estudantes Cabo-verdianos	14/4/2009	Em vigor
Programa Executivo do Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto ``Fortalecimento do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde ``.	21/7/2009	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde"	20/5/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional da Gestão das Águas em Cabo Verde – Fase I"	20/5/2010	Em vigor

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Reforço Institucional do Banco de Cabo Verde"	23/2/2011	Tramitação MRE
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Apoio à Promoção do Artesanato Local e à Reciclagem de Lixo na Cidade da Praia – Cabo Verde"	23/2/2011	Tramitação MRE

Indicadores Econômicos e Comerciais

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CABO VERDE

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República de Cabo Verde
Superfície	4.033 Km²
Localização	Oeste da África
Capital	Praia
Principais cidades	Praia, Mindelo, São Felipe
Idiomas	Português, crioulo
PIB a preços correntes (2010 - estimativa)	US$ 1,87 bilhão
PIB "per capita" (2010 - estimativa)	US$ 3.652
Moeda	Escudo de Cabo Verde

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 20h

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 (1)
População (em mil habitantes) (1)	485	492	499	506	513
Densidade demográfica (hab/Km²)	120,3	122,0	123,7	125,5	127,2
PIB a preços correntes (US$ milhões) (2)	1.201,4	1.442,5	1.718,9	1.914,8	1.873,3
Crescimento real do PIB (%) (3)	10,8	7,8	5,9	3,0	4,5
Variação anual do índice de preços ao consumidor(%)	5,4	4,4	6,8	1,0	2,1
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ milhões) (3)	254,0	364,0	361,0	366,0	391,7
Câmbio (CVEsc / US$) (3)	87,80	80,57	75,28	79,39	83,26

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 20h

(1) Estimativa EIU

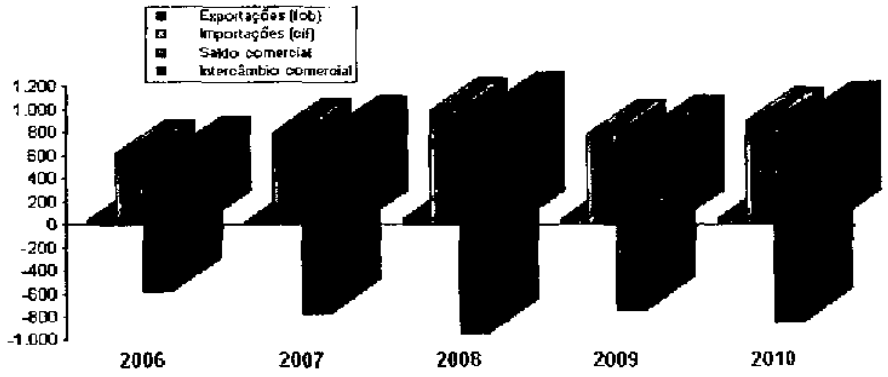
(2) 2007 a 2009 estimativas EIU

(3) 2010 dado real

COMÉRCIO EXTERIOR (1) (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	38	31	51	42	52
Importações (cif)	617	807	992	788	901
Saldo comercial	-577	-776	-941	-745	-849
Intercâmbio comercial	656	838	1.043	830	953

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, May 2011

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES						
Espanha	20	38,8%	22	52,1%	33	64,0%
Portugal	12	23,9%	9	21,5%	9	17,2%
Marrocos	3	6,6%	3	6,9%	3	5,8%
Argélia	0	0,0%	1	3,5%	2	3,0%
Estados Unidos	0	0,5%	1	1,5%	1	2,4%
Bermudas	1	2,4%	1	2,5%	1	2,1%
França	0	0,2%	0	0,8%	0	0,6%
Senegal	0	0,8%	0	0,7%	0	0,6%
Uganda	0	0,1%	0	0,3%	0	0,4%
Brasil	*0*	*0,1%*	*0*	*0,1%*	*0*	*0,1%*
SUBTOTAL	**37**	**73,4%**	**38**	**89,8%**	**50**	**96,2%**
DEMAIS PAÍSES	**13**	**26,6%**	**4**	**10,2%**	**2**	**3,8%**
TOTAL GERAL	**51**	**100,0%**	**42**	**100,0%**	**52**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, Mai 2011

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES						
Portugal	417	42,0%	342	43,4%	379	42,1%
Países Baixos	122	12,3%	118	15,0%	162	17,9%
Espanha	69	6,9%	46	5,9%	63	7,0%
China	15	1,5%	39	5,0%	38	4,2%
Bélgica	24	2,4%	19	2,4%	30	3,3%
Brasil	*44*	*4,4%*	*32*	*4,1%*	*30*	*3,3%*
França	26	2,6%	13	1,7%	20	2,2%
Itália	38	3,8%	34	4,3%	17	1,9%
Alemanha	22	2,2%	14	1,8%	16	1,8%
Estados Unidos	14	1,4%	7	0,9%	11	1,2%
Cingapura	1	0,1%	0	0,0%	10	1,2%
Japão	17	1,7%	8	1,0%	9	1,0%
Marrocos	9	0,9%	8	1,0%	8	0,9%
Tailândia	8	0,8%	5	0,7%	8	0,9%
SUBTOTAL	**824**	**83,0%**	**686**	**87,2%**	**801**	**88,9%**
DEMAIS PAÍSES	**168**	**17,0%**	**101**	**12,8%**	**100**	**11,1%**
TOTAL GERAL	**992**	**100,0%**	**788**	**100,0%**	**901**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, Mai 2011

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 (1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ mil)		
Peixes e crustáceos, moluscos	14.043	39,9%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	10.464	29,8%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	3.657	10,4%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	3.334	9,5%
Vestuário e seus acessórios, de malha	2.378	6,8%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	812	2,3%
Ferro fundido, ferro e aço	227	0,6%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de leite	136	0,4%
Café, chá, mate e especiarias	42	0,1%
Açúcares e produtos de confeitaria	25	0,1%
Subtotal	**35.118**	**99,9%**
Demais Produtos	**51**	**0,1%**
Total Geral	**35.169**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ mil)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	80.392	12,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	68.764	10,2%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	50.016	7,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	38.707	5,8%
Cereais	36.898	5,5%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	30.842	4,6%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	26.333	3,9%
Plásticos e suas obras	22.869	3,4%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	22.438	3,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	21.932	3,3%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	17.076	2,5%
Ferro fundido, ferro e aço	16.942	2,5%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	16.150	2,4%
Preparações alimentícias diversas	13.640	2,0%
Carnes e miudezas, comestíveis	12.522	1,9%
Produtos cerâmicos	12.463	1,9%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	11.433	1,7%
Açúcares e produtos de confeitaria	11.262	1,7%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	10.718	1,6%
Produtos farmacêuticos	10.411	1,6%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	9.986	1,5%
Subtotal	**541.794**	**80,7%**
Demais Produtos	**129.233**	**19,3%**
Total Geral	**671.027**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/MTC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 20/05/2010.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CABO VERDE [1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	28.101	36.048	39.623	29.629	27.259
Variação em relação ao ano anterior	17,0%	28,3%	9,9%	-25,2%	-8,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,4%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	23	64	44	29	48
Variação em relação ao ano anterior	-2,5%	183,7%	-31,0%	-34,4%	65,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	28.124	36.112	39.667	29.658	27.307
Variação em relação ao ano anterior	17,0%	28,4%	9,8%	-25,2%	-7,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo comercial	28.078	35.984	39.579	29.600	27.211

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

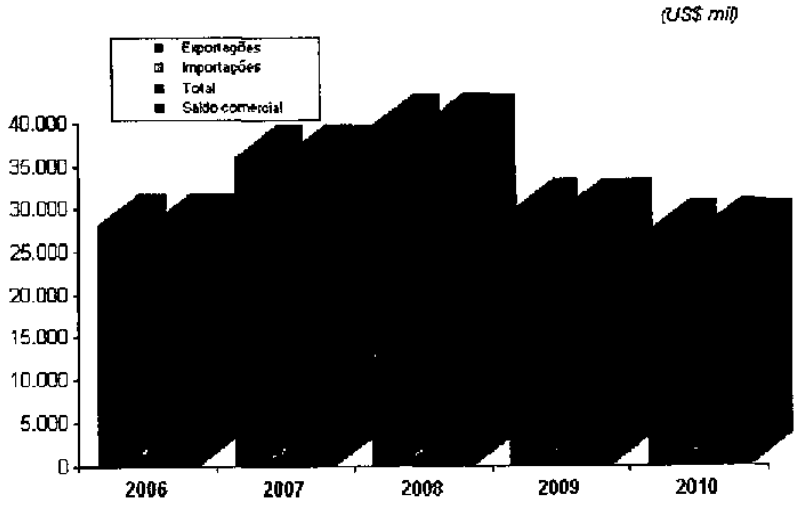
[1] As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CABO VERDE (US$ mil, fob)	2010 (jan-abr)	2011 (jan-mai)
Exportações	9.164	8.934
Variação em relação ao ano anterior	1,0%	8,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,4%	0,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	27	1
Variação em relação ao ano anterior	n.a	n.a
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Total	9.191	11.529
Variação em relação ao ano anterior	101,3%	9,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África	0,2%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Saldo comercial	9.137	11.475

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

n.a : não aplicável

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CABO VERDE
2006 - 2010



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CABO VERDE (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Carnes e miudezas, comestíveis	9.788	24,7%	9.114	30,8%	8.470	28,6%
Açúcares e produtos de confeitaria	2.442	6,2%	5.073	17,1%	4.668	15,8%
Ferro fundido, ferro e aço	10.883	27,5%	3.030	10,2%	1.881	6,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	637	1,6%	629	2,1%	1.148	3,9%
Café, chá, mate e especiarias	800	2,7%	835	2,8%	937	3,2%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	1.070	3,0%	1.134	2,9%	835	2,8%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	2.180	5,5%	793	2,7%	800	2,7%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, etc	921	2,3%	660	2,2%	809	2,7%
Preparações alimentícias diversas	513	1,4%	851	2,1%	786	2,7%
Subtotal	**29.234**	**81,1%**	**22.119**	**65,8%**	**20.344**	**68,7%**
Demais Produtos	**6.814**	**18,9%**	**17.504**	**44,2%**	**9.285**	**31,3%**
TOTAL GERAL	**36.048**	**100,0%**	**39.623**	**100,0%**	**29.629**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CABO VERDE (US$ mil. fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Plantas vivas e produtos de floricultura	43	97,7%	28	96,6%	48	100,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0	0,0%	0	1,0%	0	0,0%
Subtotal	**43**	**97,7%**	**28**	**97,6%**	**48**	**100,0%**
Demais Produtos	**1**	**2,3%**	**1**	**2,4%**	**0**	**0,0%**
TOTAL GERAL	**44**	**100,0%**	**29**	**100,0%**	**48**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CABO VERI (US$ mil - fob)	2010 (jan-abr)	% no total	2011 (jan-abr)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcares e produtos de confeitaria	2.216	24,2%	2.357	26,4%
Carnes e miudezas, comestíveis	2.341	25,5%	1.458	16,3%
Ferro fundido, ferro e aço	699	7,6%	1.434	16,1%
Café, chá, mate e especiarias	341	3,7%	476	5,3%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de leite	213	2,3%	325	3,6%
Cereais	319	3,5%	303	3,4%
Preparações alimentícias diversas	106	1,2%	252	2,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	363	4,0%	247	2,8%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	140	1,5%	226	2,5%
Vestuário e seus acessórios de malha	1	0,0%	191	2,1%
Produtos farmacêuticos	21	0,2%	188	2,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	170	1,9%	182	2,0%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	269	2,9%	155	1,7%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	226	2,5%	148	1,6%
Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem	156	1,7%	118	1,3%
Produtos da indústria de moagem; malte, amidos e féculas	111	1,2%	109	1,2%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	223	2,4%	97	1,1%
Óleos essenciais e resinóides, prods, de perfumaria	139	1,5%	95	1,1%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	110	1,2%	93	1,0%
Vidros e suas obras	92	1,0%	85	1,0%
Subtotal	**8.256**	**90,1%**	**8.537**	**95,6%**
Demais Produtos	**908**	**9,9%**	**397**	**4,4%**
TOTAL GERAL	**9.164**	**100,0%**	**8.934**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	1	0,6%
Plantas vivas e produtos de floricultura	27	100,0%	0	100,0%
Subtotal	**27**	**100,0%**	**1**	**100,0%**
Demais Produtos	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
TOTAL GERAL	**27**	**100,0%**	**1**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-abr 2011.

Aviso nº 460 - C. Civil.

Em 12 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 120, DE 2011
(nº 318/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

Os méritos do Senhor Marcelo Baumbach que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de agosto 2011.

EM No 00323 MRE

Brasília, 7 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARCELO BAUMBACH**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de **MARCELO BAUMBACH** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00323/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 7 de julho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARCELO BAUMBACH**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MARCELO BAUMBACH** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *MARCELO BAUMBACH*
CPF.: 564.973.690-15
ID.: 10110 MRE

1967	Filho de José Arsenio Baumbach e Naila Maria Baumbach, nasce em 16 de fevereiro, em Porto Alegre/RS
Dados Acadêmicos:	
1988	Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1990	CPCD - IRBr
1992	Pós-Graduação em Direito Internacional Público e Privado pela Academia de Direito Internacional da Haia, Holanda
2000	CAD - IRBr
2006	CAE - IRBr. Os regimes de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas: evolução recente e apreciação crítica
Cargos:	
1991	Terceiro-Secretário
1996	Segundo-Secretário
2001	Primeiro-Secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1989	Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Faculdade de Direito, Professor de Direito Constitucional e Ciência Política
1991-93	Divisão das Nações Unidas, Assistente
1993	IRBR, Professor Assistente de Direito Internacional Público
1995-99	Delegação Permanente em Genebra, Terceiro e Segundo-Secretário
1999-2002	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Segundo e Primeiro Secretário
2002	Coordenadoria de Programa Gestão da Política Externa, Gerente
2002-04	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Assessor
2004-06	Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007-11	Presidência da República, Porta-Voz do Presidente da República
2011	Embaixada em Caracas, Ministro-Conselheiro, missão transitória

Condecorações:

2002	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2008	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

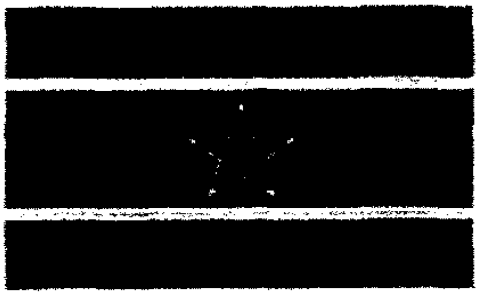
JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul
Departamento da América do Sul II
Divisão da América Meridional IV

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

REPÚBLICA DO SURINAME





JUNHO DE 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

POLÍTICA INTERNA .....

CONJUNTURA ECONÔMICA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

Cooperação em Energia .....

Cooperação Financeira .....

Cooperação em Defesa .....

Comunidades brasileiras no Suriname e questões migratórias .....

Dívida do Suriname com o Brasil .....

Ligação Rodoviária Brasil-Suriname .....

Cooperação Técnica .....

TV Digital .....

Cooperação Educacional e Cultural .....

Cooperação em Saúde .....

Relações econômicas .....

ANEXO 1 - ATOS BILATERAIS EM VIGOR E EM TRAMITAÇÃO .....

ANEXO 2 – DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS .....

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Suriname
CAPITAL	Paramaribo
ÁREA	163.820 km^2 (11º da América do Sul)
POPULAÇÃO (est. 2009)	541 mil habitantes (12º da América do Sul)
IDIOMAS	Holandês (oficial), "sranan-tongo" (idioma "crioulo" local), híndi, javanês, inglês, francês.
ETNIAS	Híndis (29%); crioulos (19%); maroons (16%); javaneses (15%); chineses (6%); brancos (5%); indígenas (4%); outros (6%, incluindo 4% de brasileiros)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo, islamismo e hinduísmo
SISTEMA POLÍTICO	República unitária e presidencialista, com fundamento na Constituição de 1987
CHEFE DE ESTADO	Desiré Delano Bouterse
CHANCELER:	Winston Lackin
EMBAIXADOR NO BRASIL	Marlon Faisal Mohamed Hoesein
EMBAIXADOR DO BRASIL	José Luiz Machado e Costa
PIB (est. 2010)	US$ 3,297 bilhões (11º da América do Sul)
PIB PPP (est. 2010)	US$ 4,728 bilhões
PIB PER CAPITA (est. 2010)	US$ 6.244,89 (7º da América do Sul)
PIB PER CAPITA PPP (est. 2010)	US$ 8.955,33
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Suriname (2,75 = US$ 1); câmbio fixo
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	15 a 20 mil pessoas

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil). Fonte: MDIC

BRASIL ⇒ SURINAME	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan/mar)
Exportações (fob)	10.702	44.825	28.410	35.895	31.468	36.597	46.903	40.170	63.376	15.021
Importações (fob)	3	0	737	13	23.258	19.174	28.905	7.397	217	66
Saldo	10.699	44.825	27.673	35.882	8.210	17.423	17.998	32.773	63.159	14.955
Intercâmbio	10.705	44.825	29.147	35.908	54.726	55.771	75.808	47.567	63.593	15.087

PERFIS BIOGRÁFICOS

DESIRÉ (DÉSI) DELANO BOUTERSE
Presidente da República

Nasceu em Paramaribo, em 13 de outubro de 1945. É militar, casado, tem 3 filhos. Formou-se pela Military Sports Academy, na Holanda. Liderou a Revolução de 25 de fevereiro de 1980 e foi Chefe de Governo da República do Suriname, entre 1980 e 1988. Foi também Conselheiro de Estado e membro da Assembléia Nacional. É membro do partido NDP, o maior partido do Suriname em número de afiliados, de base ideológica nacionalista e não vinculado exclusivamente à religião ou etnia específica, como é comum no Suriname. Em julho de 2010, foi eleito Presidente pela Assembléia Nacional, até 2015, por coalizão liderada pela Mega Combinatie.

WINSTON LACKIN
Ministro das Relações Exteriores

Nasceu no distrito de Nickerie, Suriname, em 23 de dezembro de 1954. Formou-se em Direito na Universidade Anton de Kom, no Suriname e concluiu o Curso de Formação no Instituto Rio Branco no biênio 1984-1986. Serviu na Embaixada do Suriname em Brasília como Primeiro Secretário, entre 1991 e 1994 e na Embaixada do Suriname em Bruxelas como Conselheiro, entre 1997 e 2000. Em 13 de agosto de 2010, tomou posse como Ministro das Relações Exteriores.

POLÍTICA INTERNA

No dia 19 de julho de 2010, os 51 Deputados da recém eleita (25 de maio) Assembléia Nacional do Suriname (no país, o mandatário é eleito indiretamente, pelos deputados, para mandato de cinco anos) elegeu Desi Bouterse como Presidente da República. Para Vice-Presidente elegeu-se, em pleito à parte, Robert Ameerali. Ambos pertencem à coligação Mega Combinatie (MC). Bouterse e Ameerali contaram, cada um, com 36 votos, resultado da fusão do MC com o A-Com, e com o VA.

A eleição do representante do Mega Combinatie se sucedeu a vitória expressiva do Partido, que também lograra (por diferença de dois votos), eleger a "Speaker" Jennifer Geerlings-Simons – vencendo candidato do New Front. Ainda que o NF tenha conseguido eleger Ruth Wijdenbosch para a Vice-Presidência ("Deputy-Speaker"), a vitória de Simons configurou mais uma derrota política para o ex-Presidente Venetiaan.

Surpreendeu a capacidade de articulação de Bouterse, que assegurou a presidência e a vice-presidência já na primeira rodada da Assembléia Nacional, quando muitos analistas previram que a disputa se prolongaria por mais algumas semanas.

O ato solene de posse do novo Presidente foi realizado no dia 12 de agosto de 2010. Bouterse sucedeu Runaldo Ronald Venetiaan, do New Front (NF), que fora Presidente do Suriname por três mandatos (1991-1996, 2000-2005, 2005-2010).

Próximo de se completar um ano da eleição do Presidente Bouterse, iniciam-se alguns exercícios de avaliação de seu governo, com o levantamento das promessas de campanha cumpridas e pendentes. Entre as primeiras estão: alterações no plano de aposentadoria pública e auxílio à infância; fusão entre o Banco da Agricultura e o Banco Nacional de Desenvolvimento, com o objetivo de melhor apoiar os pequenos empresários; criação da *Surinam Investment Corporation Company*; pagamento do FISO 2 (aumento salarial aplicado aos funcionários públicos); estabelecimento do Programa de Investimento Estrutural (SVP), destinado a aumentar a arrecadação do Estado; início da revisão do sistema tributário; relançamento (com apoio da empresa chinesa Zhong Heng Tai) da indústria de óleo de palma, em Patamacca.

Entre as promessas pendentes estariam: reestruturação do setor de transporte urbano; serviço militar compulsório para todos os rapazes e moças entre 17 e 26 anos; construção de 18.000 casas populares em todo o território nacional, com oito complexos de apartamentos, contendo cada um 250 apartamentos; início do projeto de construção de conexão rodoviária que ligará Paramaribo, Commewijene, Pará, Wanica e o interior do país até 2020; criação de um Conselho especializado em Ciência e Tecnologia, que operaria diretamente subordinado ao Gabinete da Presidência da República; criação de quatro parques no interior do Distrito de Sipaliwini para estimular o turismo; construção de um porto na embocadura dos rios Suriname e Commewijne e de um novo aeroporto internacional; construção de uma universidade e de um centro médico em Wanica; redução para dez dias do prazo relativo aos trâmites de pedidos de residência encaminhados por pessoas interessadas em abrir empresas ou fazer negócios com o Suriname.

Avalia-se que a oposição não tem sido capaz formular crítica bem fundamentada e abrangente contra as políticas do atual Governo, que colocaram em evidência temas como a reforma do Estado e a integração do Suriname à América do Sul. Nesse sentido, ao ter escolhido técnicos para ocupar posições-chave da Administração, Bouterse tem conseguido passar a imagem de êxito na gestão governamental nos últimos meses.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Panorama Macroeconômico

A economia do Suriname, uma das menores da América Latina, depende da mineração (bauxita e ouro) e da exploração de petróleo.

O país responde por cerca de 3% da produção mundial de bauxita, índice que o coloca na 10ª posição no ranking dos principais países produtores do mineral. A alumina, derivada da bauxita, juntamente com o ouro e o petróleo em bruto, respondem por mais de 80% das receitas de exportação, por metade do Produto Interno Bruto (PIB) e por 25% das receitas governamentais. Trata-se, por conseguinte, de economia ainda vinculada à evolução dos preços internacionais dessas *commodities*.

O Suriname passou por um período de intensa turbulência econômica durante toda década de 1990. Em 2000, com a eleição de um novo governo, teve início vigoroso processo de ajuste macroeconômico, com a implementação de forte ajuste fiscal.

A partir de 2002, a economia ingressou em trajetória de crescimento de aproximadamente 5% ao ano. A inflação foi debelada, tendo caído, de 98,0% em 1999, para 1,3% em 2009, enquanto que o déficit público declinou de 50% do PIB para 21% no mesmo período. Desde 2007, quando atingiu PIB per capita de US$ 5.136, o Suriname deixou de ser classificado entre os países de renda baixa, alcançando o patamar de "renda média". Nos últimos anos, de seu Governo, o Presidente Venetiaan conseguiu reduzir a inflação, que caiu de 20%, em 2003, para 5,5%, em 2007. O processo de estabilização envolveu a criação de nova moeda, o dólar do Suriname (SRD), que substituiu o desgastado florim local, no início de 2004, e cuja taxa de câmbio é fixa: SRD$ 2,75 = US$ 1,00.

Em 2009, com o agravamento da crise internacional, foi registrada queda no crescimento econômico do Suriname (3,5%, contra 6% em 2008 – dados da EIU), em virtude principalmente da queda dos preços internacionais das *commodities*. Para fazer frente à perda de receita com exportações, equivalente a 39% da conta corrente do setor – a primeira contração em cinco anos –, o governo optou por promover corte profundo em seus gastos. Essa medida possibilitou a geração de superávit fiscal equivalente a 3,7% do PIB nesse ano. Não obstante a contração dos gastos públicos, algumas medidas de natureza contracíclica foram adotadas durante a crise. Entre essas cabe destacar a expansão do crédito interno para o setor privado.

A política econômica adotada e a recuperação dos preços internacionais das *commodities* contribuíram para o crescimento de 4,5% do PIB, em 2010 (dados do FMI). Esse bom resultado veio acompanhado, contudo, por surto inflacionário: em

dezembro de 2010, foi registrada inflação de 10,3%, contra 1,3% no mesmo período (em fevereiro de 2011, o índice anualizado foi de 18,6%, de acordo com aquele organismo internacional).

Três fatores são apontados para a disparada inflacionária. O primeiro deles diz respeito à implementação do FISO I e II (programa de reforma dos salários do serviço público, responsável pela elevação da folha de salários de 9% do PIB, em 2008, para 10,5%, em 2010). O segundo refere-se à maxidesvalorização de 20% do dólar surinamês em janeiro de 2011. O Governo disse ter adotado a medida em atendimento às recomendações de autoridades financeiras internacionais sobre a importância da diminuição do *gap* entre as cotações do dólar norte-americano no oficial e no mercado paralelo. Para muitos analistas, contudo, teria igualmente influído para a maxidesvalorização as percepções de incerteza quanto ao desempenho do Governo que assumiu o poder em agosto de 2010 e o deterioramento da posição fiscal do Governo (déficit de 3,3% no período de 2009-2010). O terceiro fator apontado para a recente onda inflacionária foi o aumento de aproximadamente 40% nos preços dos combustíveis, que pode ser explicada pela decisão do Governo de elevar em 70% o imposto sobre os combustíveis e pelo aumento dos preços internacionais do petróleo.

O problema da oferta de energia

Segundo avaliação do governo, mantidas as condições atuais da economia surinamesa, o país necessitará, a partir de 2015, de 100 megawatts adicionais aos que produz atualmente para suprir a demanda de energia (a produção atual é de cerca de 200 megawatts). Essa estimativa se refere apenas ao crescimento vegetativo da demanda - não levando em consideração, portanto, eventual demanda de energia que poderia ser gerada caso fossem implantadas fábricas de alumínio para beneficiar a bauxita produzida no país.

Tradicionalmente, as principais empresas que vinham atuando no setor de extração de alumínio do Suriname eram a canadense "Suriname Aluminium Company" (SURALCO - subsidiária da ALCOA) e a australiana "Billiton Maatschappij Suriname" (BMS - subsidiária da australiana BHP Billiton). No entanto, a BHP Billiton deverá encerrar suas atividades no Suriname, alegando justamente a precariedade na oferta de energia elétrica.

O espaço deixado pela empresa australiana deveria ser ocupado com a constituição da "Alumsur", que teria participação da empresa suíça Glencore International. A instabilidade nos preços no setor da bauxita/alumínio, entretanto, tem afetado os planos de investimento, de maneira que o Ministério dos Recursos Naturais informou que não está prevista a construção de nova planta de processamento de bauxita no país.

Nesse contexto, o crescimento da economia surinamesa pode ser grandemente estimulado com o aumento da oferta de energia elétrica no país. Uma das alternativas para a superação do problema seria a construção de hidroelétrica no Rio Tapanahony-Jai, cujo projeto é discutido há alguns anos. O Governo surinamês pretende lançar ampla campanha informativa sobre o projeto de geração de energia elétrica Tapanahony/Jaikreek, tão logo terminado o estudo preliminar da obra, que antecede o estudo de viabilidade. O projeto prevê o desvio das águas do Rio Tapanahony e do Rio Jailkreek para o lago Brokopondo durante o período das chuvas. A geração de energia será feita por cinco novas mini-hidrelétricas, com capacidade total de 205 megawatts. O Presidente Bouterse já fez declarações no sentido de que a cooperação brasileira seria importante para o projeto hidrelétrico de Tapajai.

Produção de petróleo

A bacia Suriname-Guiana apresenta potencial para tornar-se importante região produtora de petróleo. Relatório elaborado em 1991 pelo Departamento Americano de Pesquisas Geológicas indicou que a bacia Suriname-Guiana abriga possivelmente uma das últimas áreas do planeta ainda pouco exploradas e dotada de grande potencial para a produção de petróleo. Suas reservas potenciais são estimadas em torno de 15 bilhões de barris.

Desde 2004, a empresa estatal Staatsolie assinou contratos com petrolíferas estrangeiras – a exemplo da espanhola Repsol YPF, da dinamarquesa Mearsk Oil e das americanas Occidental Petroleum e U.S. Murphy Oil – para a exploração de blocos *offshore*, numa região situada a leste da área disputada com o país vizinho.

O governo Bouterse vem mantendo o plano de investimentos da estatal petroleira Staatsolie para o período 2009-2012, o qual prevê projetos tais como a construção de uma segunda refinaria no oeste do país. A estatal também anunciou investimentos na prospecção de novos poços no sudoeste do país, ao sul dos dois campos já explorados (Tambaredjo e Calcutta). A empresa planeja também ampliar a prospecção em áreas costeiras (estimativas de reservas ainda não localizadas na Bacia Sedimentar das Guianas dão conta de 15 bilhões de barris).

Produção de ouro

Se os setores de extração de bauxita e de petróleo têm enfrentado problemas para atrair investimentos, a situação é bem diferente no setor de extração de ouro. Uma das explicações possíveis é o fato de que o ouro tem logrado manter-se na posição de reserva de valor internacional, sendo, portanto, ativo procurado em momentos de crise.

A mineração de ouro em larga escala no Suriname apresenta potencial crescente. A Suralco, por exemplo, já identificou depósitos de ouro em suas minas de bauxita. Para explorá-los, formou *joint venture* com mineradora norte-americana. A principal mina em operação no país, a de Rosebel, possuía no final de 2008 reservas de ouro estimadas em 317,3 toneladas e reservas potenciais adicionais de 7,1 toncladas.

Em 2008, a mineradora americana Golden Star Resources, que detém a concessão para explorar área de 743 km2 na parte oriental do país, em Brokolonko, revelou haver encontrado fortes indícios da existência de um grande depósito de ouro na região. Ainda de acordo com essa companhia, o Escudo das Guianas, sobretudo nas proximidades de Saramaca, compreende uma área com grande potencial para a descoberta de novas jazidas desse mineral.

O principal investidor na exploração aurífera no Suriname é a empresa canadense Iamgold, que, em 2009, investiu US$ 45 milhões em sua operação no país. O Suriname continua, no entanto, atraindo grande volume de mineradores/garimpeiros ilegais, cujos volumes de produção tendem a não ser refletidos nas estatísticas oficiais de comércio. Uma das promessas de campanha do Presidente Bouterse foi a organização da atividade do garimpo artesanal no interior do país.

POLÍTICA EXTERNA

O Suriname tem procurado diversificar suas relações externas, tradicionalmente vinculadas à sua ex-metrópole, aos países do Caribe e outros países desenvolvidos. Poderiam ser apontados, como possíveis motivos, frustrações com a Holanda – país com o qual mantém relações muito intensas, porém permeadas por constantes divergências – a percepção de relativo isolamento no seio da própria Comunidade Caribenha (CARICOM) e certo descontentamento com a excessiva ênfase em questões de segurança posta pelos Estados Unidos em suas relações bilaterais.

Nesse contexto, o Governo surinamês tem demonstrado crescente interesse com relação à UNASUL e a outros foros de integração regional e inter-regional – particularmente a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA).

O Presidente Bouterse explicitou a prioridade que terá o entorno imediato do Suriname (Guiana, Brasil e França) e o continente sul-americano como um todo na política externa de seu governo. Ainda que essa infelxão seja claramente percebida, permanecem importantes as relações do Suriname com os países de origem das principais comunidades que constituem a sua população (Índia, Indonésia, China).

Atualmente, há dez Embaixadas residentes no Suriname (Brasil, China, Cuba, Estados Unidos, França, Guiana, Índia, Indonésia, Holanda e Venezuela).

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil constitui importante ator no processo de diversificação das relações externas do Suriname, com razoáveis possibilidades de apoio ao seu desenvolvimento e grande potencial de cooperação.

A eleição de Dési Bouterse representa possibilidade de intensificar a agenda bilateral. O novo Presidente tem dado mostras e declarações no sentido de privilegiar a relação com o Brasil, considerado parceiro estratégico. O mandatário tem salientado compatibilidades entre a política externa do Brasil e do Suriname.

Missões ao Suriname

O Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, realizou visita a Paramaribo em 21 de dezembro de 2004, quando foram assinados o Acordo de Regularização Migratória e o Tratado de Extradição.

O Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva visitou o Suriname em fevereiro de 2005, no contexto da reunião de Cúpula da CARICOM. Foram assinados os seguintes acordos na ocasião: Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Mecanismo Político de Consulta; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola; Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; Protocolo de Intenções na Área de Saúde; Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas; e Ajuste Complementar sobre Regularização Migratória.

Em julho de 2007, houve missão a Paramaribo do Subsecretário-Geral da América do Sul para realizar a I Reunião de Mecanismo de Consultas Políticas.

Em abril de 2008, o Ministro da Defesa esteve em Paramaribo, para tratar da proposta do Conselho Sul-Americano de Defesa e de cooperação bilateral nesta área.

Em setembro de 2008, foi realizada missão multidisciplinar de cooperação técnica, chefiada pelo Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial.

O Subsecretário-Geral das Comunidades do Brasil no Exterior, por sua vez, visitou Paramaribo em maio de 2009, ocasião na qual foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho sobre Assuntos Migratórios e Consulares.

Em 12 de agosto de 2010, comitiva chefiada pelo Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães, esteve em Paramaribo para a posse do Presidente Bouterse. Após a cerimônia, o Ministro Chefe da SAE foi recebido por Bouterse em reunião bilateral, ocasião em que foram discutidas as prioridades na agenda bilateral.

Em 25 de outubro de 2010, o Subsecretário-Geral da América do Sul chefiou missão multidisciplinar a Paramaribo. Representantes de outros ministérios, como Agricultura, Saúde e Transportes, integraram a comitiva. Como parte da cooperação em matéria de defesa, foram entregues ao Ministério da Defesa do Suriname sete contêineres de selva, totalmente equipados, para o apoio a operações em regiões remotas, bem como oito toneladas de equipamentos de uso pessoal. O

Subsecretário Geral da América do Sul foi recebido pelo Presidente Bouterse, pelo Vice-Presidente Ameerali e por outras autoridades, ocasiões em que reiterou a firme intenção do Brasil de estreitar a relação diplomática com Paramaribo.

Como resultado da missão multidisciplinar, foi delineado Plano de Ação, que deve servir como roteiro para a cooperação bilateral. O Plano de Ação envolve as seguintes áreas: energia e exploração mineral; integração física e interconexão marítima; defesa; comunidade de brasileiros no Suriname; combate ao narcotráfico; TV digital; cooperação técnica; comércio; educação e cultura; e agricultura. Como desdobramento do Plano de Ação, ocorreu em Belém, nos dias 22 e 23 de novembro, reunião técnica bilateral sobre a conexão rodoviária entre os dois países.

Em 25 de novembro de 2010, o Secretário-Geral das Relações Exteriores representou o Governo brasileiro nas comemorações dos trinta e cinco anos da independência do Suriname, em Paramaribo. A Esquadrilha da Fumaça da Força Aérea Brasileira encerrou o desfile militar alusivo à independência, apresentando-se, com grande êxito, pela primeira vez no Suriname. No mesmo dia, foi recebido pelo Presidente Bouterse e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Winston Lackin. Durante a visita, o Secretário-Geral e o Ministro Lackin assinaram documento que cria o Grupo de Trabalho sobre Assuntos Migratórios e Consulares, cujo objetivo é proporcionar canal institucional direto, fluido e ágil para o tratamento de assuntos de interesse da comunidade brasileira no Suriname.

Em abril de 2011, o Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) foi a Paramaribo para presidir a primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre Temas Migratórios e Consulares.

Missões recebidas no Brasil

Em julho de 2007, o Ministro da Defesa do Suriname, Ivan Fernanld, esteve no Brasil. No mês seguinte, o Ministro da Justiça e Polícia, Chandrikapersad Santokhi, visitou o país.

O Presidente Ronald Venetiaan compareceu à Cúpula da UNASUL em Brasília, em maio de 2008, e à Cúpula da CALC na Costa do Sauípe, em dezembro de 2008. Na ocasião, manteve encontro paralelo com o Presidente da República.

A Chanceler do Suriname, Lygia Kraag-Keteldijk, realizou visita oficial ao Brasil, em 10 de setembro de 2009.

O Presidente Venetiaan compareceu à Cúpula Brasil-CARICOM, em Brasília, em abril de 2010. Na ocasião, foram assinados quatro acordos e ajustes complementares na área de saúde, educação e ambiental (ver Anexo I).

O Presidente Desi Bouterse compareceu, em 16 de dezembro de 2010, à XL Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, em Foz do Iguaçu. Manteve encontro bilateral com o Presidente Lula, à margem da Cúpula, ocasião em que assinou os seguintes instrumentos:

I) Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Programa de Treinamento em Produção e Industrialização de Alimentos Vegetais";
II) Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento de um Programa de Capacitação para o Departamento de Micologia/Bacteriologia no Suriname"
III) Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis
IV) Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na Fronteira Brasil-Suriname".

O Presidente Bouterse compareceu à posse da PR Dilma Roussef, em 1º de janeiro de 2011.

De 22 a 24 de fevereiro de 2011, a Ministra das Finanças, Winnie Boedhoe, e o Presidente do Banco Central do Suriname (BCS), Gillmore Hoefdraad, realizaram visita a Brasília, onde mantiveram reuniões no Banco Central, no Ministério do Planejamento, no BNDES e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Entre outros assuntos, foram tratados a possibilidade de cooperação do BACEN com as reformas em implementação no BCS, financiamento do BNDES a projetos de infra-estrutura no Suriname e o Cadastro Único brasileiro que serve de base ao Programa Bolsa Família, com vistas a ser implementado no Suriname.

Cooperação em Energia

Em março de 2011, foi realizada missão da área de energia ao Suriname. Representantes da Agência Nacional do Petróleo encontraram-se com funcionários da Staatsolie e do Ministério de Recursos Naturais do Suriname e, ao fim da missão, apresentaram diagnóstico do setor ao Presidente Bouterse, com ênfase na parte de regulação. Ficou acordado que a ANP ofereceria treinamento a dois técnicos surinameses, pelo período de dois meses, em procedimentos de controle e fiscalização. Representante da Eletrobrás reuniu-se com funcionários da empresa estatal de energia elétrica EBS para intercâmbio de experiências. Como resultado, iniciou-se negociação de memorando de entendimento para formalizar a cooperação na área. A ANP sugeriu programação do curso / estágio com foco em treinamento nos setores de licitação, gerenciamento de dados, contratos e segurança operacional, com duração de 30 dias (maio de 2011). Aguarda-se reação do lado surinamês.

Como resultado da missão de março, a Eletrobrás identificou interesse em participar de projetos hidrelétricos no país. Caso ocorra a formalização da cooperação por meio da assinatura de Memorandum de Entendimento com a Eletrobrás, tal fato poderia fazer avançar, no futuro, o tema de uma possível interconexão elétrica com o Brasil, além de provocar uma sensível mudança no

panorama empresarial entre os dois países, hoje marcado pela ausência de empresas brasileiras instaladas no Suriname.

Cooperação Financeira

O Banco Central do Brasil (BCB) realizou, entre 8 e 14 de junho, missão a Paramaribo, para iniciar cooperação em gestão bancária. Representantes do BCB e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foram recebidos pelo Presidente do Banco Central do Suriname, ocasião em que foram apresentadas à delegação brasileira as principais áreas em que a parte surinamesa deseja receber cooperação técnica do Banco Central do Brasil, a saber: demonstrativos de balanço de pagamentos, dívida externa, posição internacional de investimentos, reservas internacionais, gestão na área de estatística de estudos econômicos aplicados e de pesquisa, auditoria interna, política monetária, operação e controle e gestão de risco das reservas internacionais e política monetária.

O projeto de cooperação elaborado pela ABC já foi aprovado pela parte surinamesa, dependendo somente de assinatura para o início das atividades.

Cooperação em Defesa

O treinamento militar prestado pelo Brasil às forças armadas surinamesas, iniciado logo após a independência, constitui um dos poucos canais ininterruptos e consistentes de entendimento com o país vizinho, que historicamente se manteve voltado para a antiga metrópole.

Centenas de oficiais, suboficiais e sargentos surinameses passaram, nas últimas três décadas, por centros de formação e treinamento das Forças Armadas brasileiras, em diferentes regiões do País. Muitos oficiais que ocupam hoje postos-chave nas forças armadas surinamesas foram formados no Brasil. O atual Comandante das Forças Militares, Coronel Ernst Mercuur, e o Comandante do Exército, Tenente-Coronel Adolf Jardim, cursaram, em 1988, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, no Rio de Janeiro. Ambos falam português fluentemente e são favoráveis à adoção de parâmetros doutrinários brasileiros no processo de modernização do sistema de defesa do Suriname, ora em curso.

As Forças Armadas do Suriname baseiam ainda, em alguma medida, seus procedimentos em doutrinas militares herdadas da Holanda. Tais procedimentos vêm, nos últimos anos, sendo matizados pela cooperação militar recebida de outros países (além do Brasil, EUA, França, China e Índia).

Iniciativas recentes, como a visita do Ministro Nelson Jobim a Paramaribo (abril de 2008), quando foi firmado o Acordo Bilateral sobre Cooperação em Matéria de Defesa (já ratificado pelo Brasil) e o aumento do número de vagas em

cursos para militares surinameses (convênio MRE/MD) contribuem para que o Brasil seja considerado hoje um importante parceiro do Suriname na área da defesa.

Realizou-se, entre 11 a 16 de maio, missão do Ministério da Defesa ao Suriname para tratar do andamento da cooperação no setor. A delegação brasileira cumpriu extensa agenda de contatos e visitas na área militar, que incluiu cerimônia de juramento dos novos oficiais surinameses promovidos, ocasião em que foi apresentada ao Presidente Dési Bouterse.

Comunidades brasileiras no Suriname e questões migratórias

Estimativas e perfil dos brasileiros

A comunidade brasileira no Suriname é de difícil mensuração, devido a situação migratória irregular e ao fato de muitos estarem dispersos pelo interior do país, dedicando-se a atividades de mineração. A Embaixada do Brasil no Suriname estima que os brasileiros naquele país totalizem entre 15 e 20 mil pessoas. Destes, cerca de 8 mil estariam em Paramaribo. Muitos dos brasileiros são migrantes pendulares, que passam também pela Guiana Francesa.

Em março de 2009, foram realizados "consulados itinerantes" em localidades com grandes concentrações de brasileiros (Benzdorp, Vila Brasil, Albina, Nieuw Nickerie e Albina). Em Benzdorp, vilarejo de aproximadamente 2.000 habitantes, 90% são brasileiros, muitos pendulares que chegam ao vilarejo apenas nos finais de semana, vindos dos garimpos na floresta, onde passam a semana. Muitos dos brasileiros atendidos pelo consulado itinerante em Benzdorp eram provenientes ou haviam passado recentemente pela Guiana Francesa, onde a produção aurífera é mais alta. Também em Vila Brasil (1.200 habitantes), os brasileiros são majoritários. Em Albina, cidade de maior porte às margens do Rio Marowijne (fronteira com a Guiana Francesa), a comunidade brasileira é majoritariamente pendular.

Está em discussão no Parlamento local nova lei de naturalização. O objetivo é estabelecer diretrizes claras para o processo de obtenção da nacionalidade surinamesa, atualmente bastante incerto. Em razão do debate ter alcançado a opinião pública, o Governo finalizou a análise de 301 pedidos de nacionalização que estavam pendentes, entre os quais não figurava nenhum brasileiro.

Acordos em Matéria Migratória e Cooperação Jurídica

Em dezembro de 2004, foram firmados Tratado de Extradição e Acordo de Regularização Migratória. Por ocasião da visita do Presidente Lula ao Suriname, em 2005, foram firmados Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas e

sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal. A situação desses Acordos é a seguinte:

Acordo	Data de assinatura	Tramitação no Brasil	Tramitação no Suriname
Acordo sobre Regularização Migratória	21/12/2004	Aprovado pelo Congresso. Decreto Legislativo nº. 271, publicado no D.O.U. de 05/10/07	Em apreciação pelo Parlamento.
Tratado de Extradição ***Entrou em vigor em 02/02/11.***	21/12/2004	Promulgado pelo Decreto Legislativo no. 655, de 01/09/10.	Aprovado em junho de 2006
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	16/02/2005	Aprovado pelo Congresso. Decreto Legislativo n.º 346, publicado no DOU de 29/06/09.	Em apreciação pelo Parlamento.
Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal ***Entrou em vigor em 08/12/2008.***	16/02/2005	Promulgado pelo Decreto 6.832, de 29/04/09.	Aprovado em junho de 2006

O Governo brasileiro vem reiterando a importância de que o Acordo sobre Regularização Migratória seja ratificado pelo Suriname e possa então entrar em vigor. Embora a apreciação do Acordo já tenha entrado na pauta do Parlamento surinamês, onde a coalizão governista tem maioria, o Governo tem tido dificuldade em defender a sua ratificação pela Assembléia.

Incidente em Albina

Em 24 de dezembro de 2009, a comunidade brasileira que vive na cidade de Albina – a 150 km de Paramaribo – foi atacada por integrantes da comunidade crioula local. O ataque teria sido resposta ao assassinato de um de seus integrantes, envolvido em uma discussão com um brasileiro.

O Embaixador do Brasil no Suriname visitou o local para avaliar a situação. Foram registrados casos de estupros e de pessoas feridas, mas não houve mortes.

No dia 30 de dezembro de 2009, avião da FAB partiu de Paramaribo com 32 brasileiros. Os demais – que não quiseram regressar ao Brasil – ficaram hospedados em hotéis em Paramaribo, sob assistência da Embaixada do Brasil. Ante a demora do Governo do Suriname em cumprir sua promessa de regularizar a situação migratória desses indivíduos, muitos voltaram para a área de garimpo.

Em 31 de março e 1º de abril de 2010, a mídia surinamesa divulgou informações sobre distúrbios envolvendo garimpeiros brasileiros e moradores de

comunidade localizada a cerca de 150 km ao sul de Paramaribo. Em decorrência da rápida aglomeração de brasileiros em novo acampamento dedicado ao garimpo de ouro (conhecido como 16), formaram-se milícias com o objetivo de atacá-los. Segundo informações da polícia, não há risco de haver incidentes violentos ou distúrbios.

Cooperação na área migratória.

O tema foi tratado na Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Temas Migratórios e Consulares, realizada em abril de 2011, em Paramaribo. Um dos temas debatidos na reunião foi o projeto do governo local de organização do setor aurífero do país, que envolverá a regularização de imigrantes, o cadastramento dos garimpeiros e a reformulação da cobrança de tributos sobre a atividade. O SGEB encontrou-se, na ocasião, com representantes da comunidade brasileira, com quem realizou proveitoso intercâmbio de informações de natureza assistencial e consular. A primeira reunião do mecanismo representou a abertura de canal franco e permanente de diálogo, voltado para solucionar pendências e dificuldades d a comunidade no Suriname.

Como desdobramento do Grupo de Trabalho, foi enviada, nos dias 19 e 20 de maio, missão da Caixa Federal a Paramaribo para contatos com bancos locais, com vistas a estabelecer parceria para o melhor atendimento da comunidade brasileira no país. A comunidade brasileira no Suriname não conta com produtos financeiros adaptados às suas necessidades. Entre os principais benefícios de uma parceria entre bancos estão, num primeiro momento, o atendimento de uma comunidade brasileira hoje desassistida pelo setor financeiro e, num segundo momento, o desenvolvimento de uma agenda econômico-comercial, apoiando cidadãos e empresas dos dois países a realizarem negócios e investimentos.

Organização do Garimpo Artesanal

O Presidente Dési Bouterse anunciou, em dezembro de 2010, série de medidas destinadas a promover o desenvolvimento econômico e social do país. Referindo-se especificamente aos garimpeiros brasileiros, disse tratar-se, em sua grande maioria, de "pessoas honestas, que trabalham duro e contribuem para a economia do país". Informou que pretende tomar medidas imediatas, em coordenação com o Governo brasileiro, para conceder autorizações e identificações especiais que permitam a essas pessoas, independentemente de sua situação migratória, trabalhar com dignidade, pagar taxas, e, assim, ter acesso aos benefícios da cidadania, como segurança e assistência médica. A reestruturação proposta por Bouterse teria tanto o objetivo econômico, de ordenar e fiscalizar o setor (estima-se que o Governo deixa de arrecadar cerca de US$ 7 milhões por mês devido à informalidade), como social, no sentido de proporcionar condições mais dignas e justas de trabalho ao garimpeiro.

Os esforços do Governo Bouterse em prol da organização da atividade de garimpo artesanal vêm sendo bem acolhidos pela comunidade brasileira. Em reunião ocorrida em fevereiro de 2011, chamada de "Conferência do Ouro", como parte dos esforços do governo central de organizar a atividade de garimpo artesanal no interior do país, o Presidente Bouterse encontrou-se com representantes dos garimpeiros brasileiros, como o Pastor José Paulo Ribeiro, Secretário do Conselho de Representantes de Brasileiros no Mundo (CRBE/MRE).

Dívida do Suriname com o Brasil

A dívida do Suriname com o Brasil foi objeto de renegociação por três vezes, em 1992, 1996 e 1997, mas os planos de reescalonamento acordados não foram cumpridos integralmente.

Em 2008, iniciou-se nova negociação sobre o escalonamento da dívida, no contexto de renegociação de outras dívidas bilaterais do Suriname – o Brasil aparecia, então, como o principal credor do país vizinho. O Suriname havia manifestado, inicialmente, interesse em que parte de sua dívida fosse convertida em projeto de infra-estrutura a ser executado por empresa brasileira *("debt for investment swap")*. Uma das possibilidades propostas pelo Suriname seria a construção de estrada ligando o país ao Brasil. Essa hipótese acabou sendo descartada diante da inexistência de amparo legal para esse mecanismo no ordenamento jurídico brasileiro e da disponibilização de recursos ao Suriname, pela Holanda, que permitiram ao país comprometer-se a realizar pagamento inicial maior com relação ao que se vinha trabalhando inicialmente.

As negociações foram concluídas em abril de 2009, mediante a assinatura de Ata, segundo a qual o reescalonamento da dívida (cujo valor atualizado era de US$ 118 milhões) conteria os seguintes elementos:

- pagamento antecipado de US$ 26 milhões, assim que o Acordo fosse submetido ao Congresso Nacional;
- pagamento de US$ 56,3 milhões em 11 parcelas semestrais iguais, segundo tabela negociada, podendo receber desconto proporcional de até 10 milhões caso desejasse liquidar toda a dívida no prazo de um ano (até maio de 2010); e
- perdão dos juros de mora (penalidades), calculados em US$ 35,7 milhões, desde que os pagamentos fossem efetuados conforme previsto.

Em julho de 2009, a minuta de Acordo, aprovada pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE), foi submetida à apreciação do Governo surinamês. A minuta viabilizou a assinatura, no dia 15 de julho, de termo de transferência de 30 milhões de euros entre os Governos da Holanda e do Suriname, a serem utilizados para amortizar a dívida com o Brasil.

O montante total da dívida renegociada, no valor de US$ 73.9 milhões, foi creditado na conta aberta para esse fim no Banco do Brasil em Nova York, em agosto de 2009. Ao efetuar o pagamento do total da dívida antes de 31 de agosto, o

Suriname assegurou o desconto adicional, contemplado na minuta de Acordo, de dez milhões de dólares.

Em 16 de março de 2010, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal aprovou a Mensagem n. 61, de 2010, referente ao reescalonamento da dívida surinamesa com o Tesouro Nacional no valor de US$ 118.020.795,04. No dia 30 de março, o Projeto de Resolução no. 9, de 2010 (oriundo da Mensagem 61, de 2010) foi aprovado no Plenário do Senado Federal.

Segundo a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) do Ministério da Fazenda, "o perdão concedido (no valor de US$ 45,7 milhões) representou 38,73% da dívida, o que indica uma recuperação de 61,27%: um dos maiores percentuais da história do COMACE até hoje. Também foi a negociação mais rápida (menos de um ano de negociação bilateral efetiva) e a mais barata: duas missões nossas e uma deles".

O equacionamento da dívida, além de liberar a pauta bilateral de tema que se encontrava pendente há mais de 11 anos, foi responsável por elevar o *rating* do Suriname, facilitando o acesso a novos créditos e a viabilização de novos projetos.

Ligação Rodoviária Brasil-Suriname

Não há ligação terrestre entre o Brasil e o Suriname. A conexão rodoviária entre os dois países viabilizaria o aumento do comércio bilateral, ora em níveis muito baixos, com significativos benefícios para o norte do Brasil, especialmente os Estados do Pará e do Amapá.

A carteira de projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) contempla, no "Eixo do Escudo Guianês", um grupo de projetos que viabilizaria a interligação indireta entre o Brasil e o Suriname, passando pela Departamento da Guiana Francesa (via Ponte sobre o Rio Oiapoque) e pela Guiana (Ponte sobre o Rio Tacutu). A conclusão desse eixo, além de depender da conclusão de uma série de obras, não atenderia plenamente às expectativas do Suriname, que tem manifestado interesse na construção de rodovia "Norte-Sul", que ligaria Paramaribo ao sul do país, e à BR-163 (com acesso à cidade de Santarém, no Estado do Pará). A manifestação de interesse do Suriname foi renovada pelo Presidente do Suriname ao então Presidente Lula, durante encontro à margem da CALC (dezembro de 2008).

O Ministério dos Transportes e o Ministério do Meio Ambiente do Brasil apontam restrições ao projeto, especialmente sua baixa relação custo/benefício e a existência de áreas indígenas, de remanescentes quilombolas e de unidades de conservação ambiental no norte do Pará e do Amapá e na região de fronteira, quase inteiramente coberta pelo Parque Nacional do Tumucumaque.

O Ministério dos Transportes apontou para a necessidade de receber informações adicionais do Governo do Suriname acerca do estado das estradas no país a fim de dar prosseguimento à discussão do tema.

Cooperação Técnica

A Cooperação Técnica entre o Brasil e o Suriname está amparada no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmado em Brasília, em 22 de junho de 1976.

Atualmente existem 13 projetos de cooperação técnica bilateral em execução ou aguardando início, a cargo da Agência Brasileira de Cooperação. Os projetos são os seguintes (em maio de 2011):

Agricultura e agroindústria:

1) Apoio ao Desenvolvimento do Cultivo e Produção da Mandioca no Suriname;
2) Manejo Integrado da Mosca da Fruta no Suriname;
3) Programa de Treinamento em Produção e Industrialização de Alimentos Vegetais

Saúde:

4) Capacitação técnica em pesquisa, coleta, preparação e análise de mercúrio em amostras biológicas e ambientais;
5) Prevenção da transmissão vertical da Sífilis e do HIV/AIDS;
6) Uso, armazenagem e distribuição de insumos e medicamentos de DST/HIV/AIDS;
7) Fortalecimento da Resposta à epidemia do HIV/AIDS no Suriname;
8) Fortalecimento de Ações de Vigilância e Prevenção da Doença de Chagas no Suriname;

Educação:

9) Fortalecimento metodológico do censo escolar no Suriname;
10) Apoio para o Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Suriname;

Segurança pública:

11) Capacitação técnica na repressão ao crime organizado;

Geologia e mineração:

12) Mapeamento geológico e da geodiversidade na área de fronteira Brasil-Suriname;

Energia:

13) Apoio para o desenvolvimento da produção de biocombustíveis no Suriname.

TV Digital

A eventual adoção pelo Suriname do padrão nipo-brasileiro poderia fortalecer a cooperação bilateral em diversas áreas, como da tecnologia da informação, formação de recursos humanos de alto nível, investimentos na área industrial e criação de linhas de crédito. Além do Brasil, o Peru, o Chile e a Argentina já aderiram ao sistema ISDB-T. A Venezuela anunciou decisão em favor do padrão nipo-brasileiro em outubro de 2009. O Suriname adota o padrão analógico norte-americano para todas as comunicações; no caso da TV Digital, teria de haver uma migração para essa nova tecnologia, com pesados investimentos na instalação e operação de equipamentos de alta definição no país.

O Ministério dos Transportes, Comunicações e Turismo do Suriname é o órgão responsável pela análise e avaliação de eventual adoção de sistema digital. Em novembro de 2009, foi formulado convite à Ministra de Transporte, Comunicações e Turismo do Suriname, Richel Apinsa, para visitar o Brasil, com o objetivo de conhecer o processo de implantação do sistema de TV Digital ISDB-T com inovações brasileiras. O convite foi renovado durante a missão do Subsecretário-Geral da América do Sul ao Suriname, em outubro de 2010.

Cooperação Educacional e Cultural

Além da tradicional cooperação com o Instituto Rio Branco, que recebeu, em distintas ocasiões, jovens diplomatas surinameses no Curso de Formação de Diplomatas, estudantes surinameses são elegíveis ao ingresso facilitado e a bolsas de estudo no âmbito dos Programas de Estudantes Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG). No entanto, muito poucos estudantes do Suriname têm vindo estudar em universidades brasileiras. Os principais motivos são a barreira lingüística, dificuldades financeiras e mesmo falta de informação

O último registro de estudante surinamês no PEC-G foi em 2001, para o curso de Engenharia da Computação, na Universidade Federal do Rio Grande Norte – UFRN.

Pelo PEC-PG, em 2001, ingressaram dois estudantes surinameses para Mestrado – um em Engenharia de Produção, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e outro para o curso de Produtos Naturais e Sintéticos Biodegradáveis, na Universidade Federal de Pernambuco.

Cooperação em Saúde

No fim de novembro de 2010, o Brasil prestou assistência humanitária ao Suriname com o objetivo de atender à solicitação de apoio para o combate à malária nesse país. Nesse sentido, foram alocados US$ 15.000,00 (quinze mil dólares) para contribuição voluntária à Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), a fim de adquirir medicamentos antimaláricos indicados pelo Governo local.

Relações econômicas

Comércio bilateral

O comércio do Brasil com o Suriname é muito pouco representativo, se comparado com o total comercializado pelo país com o resto do mundo. Em geral, representa apenas 0,02% da corrente de comércio nacional.

Apesar de sua pouca expressão, o fato é que o comércio do Brasil com o Suriname evoluiu de forma considerável. Entre 2002 e 2008, as exportações brasileiras para o Suriname cresceram 370%, chegando a US$ 47 milhões – contra US$ 10 milhões no início do período. As importações a partir do Suriname também aumentaram, atingindo US$ 29 milhões em 2008 – contra apenas US$ 2,6 mil, em 2002.

As exportações estão distribuídas por um conjunto expressivo de setores, dos quais quatro merecem destaque: abate de animais; máquinas e tratores; outros produtos alimentícios; e calçados, couros e peles. Juntos, eles concentraram 48,4% das vendas do Brasil para o Suriname entre 2005 e 2009. Entre janeiro de 2005 e outubro de 2010, dois itens – as carnes de galos/galinha, em pedaços, congeladas e os pedaços e miudezas de galos/galinhas, congelados – foram responsáveis por 13,8% das exportações totais do Brasil para o Suriname. Em terceiro lugar, com 5,5%, figura a bauxita não calcinada, um insumo importante para a fabricação de alumínio que registrou vendas apenas em 2005 e 2010. Nesses dois anos, entretanto, a bauxita figurou como o principal item da respectiva pauta, com uma participação de 15,0% e 16,7%. O quarto item com maior peso é o óleo de soja refinado, que representou 3,4% do total das vendas do Brasil para o Suriname entre janeiro de 2005 e outubro de 2010.

As importações de produtos do Suriname no mesmo período, por outro lado, foram totalmente concentradas em um produto (alumina calcinada), e sua distribuição no tempo foi irregular. A alumina calcinada, ou óxido de alumínio, é obtida a partir da purificação da bauxita. Ela consiste em uma matéria-prima que, por reunir um conjunto de características físico-químicas importantes para a indústria – tais como pureza, consistência química, estabilidade reológica e granulométrica –, é empregada na fabricação de muitos produtos, a exemplo de vidros, rolos cerâmicos e isoladores elétricos. Entre janeiro de 2005 e outubro de 2010, a alumina calcinada concentrou 97,6% das importações do Brasil oriundas do Suriname. A importação desse item, contudo, oscila muito ao longo do tempo. Em 2005 e 2010, por exemplo, não houve registro de importação pelo Brasil de alumina calcinada produzida no Suriname. Em consequência, a pauta declinou drasticamente nesses dois anos.

Em 2009, as trocas bilaterais caíram 37,3%. Mas o intercâmbio comercial já se recuperou em 2010 (+33,7%), puxado pelas exportações brasileiras (+57,8%). As importações de produtos surinameses, contudo, não se recuperaram em 2010, o que se traduz em balança comercial fortemente superavitária para o Brasil.

A deficiência no transporte marítimo e aéreo é apontada como principal entrave ao incremento das relações comerciais.

Preferências tarifárias ao arroz do Suriname

O Brasil concedeu tratamento diferenciado para o arroz importado do Suriname, no marco do "Acordo de Alcance Parcial para a Concessão de Preferências Tarifárias para Comércio de Arroz" (ACE 41), celebrado em abril de 2004 e internalizado no Brasil em outubro de 2005. O Acordo estipula que uma cota anual de 10 mil toneladas de arroz de origem surinamesa estarão livres de gravames aplicados à importação.

O Suriname exportou 2.830 toneladas de arroz em 2006 e 2.200 toneladas em 2007. Em 2008, o MDIC não registrou nenhuma importação de arroz do Suriname, e, até junho de 2009, tampouco foram registradas importações desse produto.

Investimentos

Não há registro de investimentos brasileiros, do ponto de vista de empresas nacionais operando no Suriname, apesar das oportunidades que o país apresenta.

O território surinamês é rico em ouro (explorado por multinacionais americana e canadense) e bauxita (transformação em alumínio explorada por multinacionais australiana e canadense). Atualmente, está em andamento no país projeto de mapeamento da geodiversidade na área da fronteira, desenvolvido em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação, com o objetivo de obter informações mais precisas sobre o setor mineral.

O país possui ainda grande potencial hidrelétrico, motivo pelo qual foi organizada, em março de 2011, missão da Eletrobrás, com o objetivo de iniciar entendimentos para cooperação nesse setor. Também estima-se que o Suriname possua grandes reservas de petróleo e gás *offshore*. O setor de hidrocarbonetos é explorado pela estatal *Staatsolie*. Em março de 2011, missão da Agência Nacional do Petróleo foi enviada ao país para iniciar cooperação na área de regulação do setor petrolífero.

Também não se pode desprezar as oportunidades que o país oferece em termos de complementariedade produtiva com o Brasil. A eventual integração de cadeias produtivas poderia se beneficiar do país também como plataforma de exportação, tendo em vista as preferências tarifárias que possui com países do Caribe e do continente europeu.

Cooperação Comercial

Entre 14 e 17 de junho, realizou-se missão da Suframa a Paramaribo. A Superintendência da Zona Franca de Manaus enviou àquela capital Coordenador Geral, que apresentou o modelo do Pólo Industrial de Manaus (PIM) e divulgou a FIAM – Feira Internacional da Amazônia (Manaus, 26-29 de outubro próximo) para representantes do setor privado (Câmara de Comércio e Indústria – KKF; Associação de Traders do Suriname – VSB; Associação de Manufaturas do Suriname – ASFA; e Associação de Pequenos e Médios Empresários do Suriname – AKMOS).

O representante da Suframa também manteve reuniões com representantes do Ministério de Comércio e Indústria e do Porto de Paramaribo (que demonstrou interesse de realizar visita ao sistema portuário amazonense), além de ter sido recebido pelo Chanceler Winston Lackin e pelo Vice- Presidente Robert Ameerali, o qual acenou com a possibilidade de aceitar o convite para participar da FIAM 2011, acompanhando delegação de empresários surinameses.

A missão logrou o objetivo de preencher lacuna de informações atualizadas sobre o dinamismo econômico da Região Norte do Brasil, e com a qual o Suriname praticamente não mantém relações comerciais.

ANEXO 1 - ATOS BILATERAIS EM VIGOR E EM TRAMITAÇÃO

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação		Vigência
			Decreto nº	Data	
Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	22/06/1976	07/09/1977	80399	26/09/1977	Em vigor
Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	22/06/1976	07/10/1977	80571	17/10/1977	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.	22/06/1976	01/11/1976	78803	23/11/1976	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, pelo qual é Aprovado o Regulamento da Comissão Mista Brasil-Suriname.	04/09/1979	04/09/1979			Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Universidade do Suriname.	27/01/1982				Expirou
Acordo sobre Transportes Aéreos.	28/01/1980	25/05/1983	88511	13/07/1983	Em vigor
Acordo, ptn., para a Supressão de Visto em Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Comuns.	17/08/1988	17/08/1988			Em Vigor
Plano de Ação no Campo da Cooperação Científica e Técnica.	03/03/1989	03/03/1989			Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação na Área de Pesquisa sobre Agentes Patógenos do Dendê.	03/03/1989	07/05/1990	68	21/03/1991	Em vigor
Acordo para a Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Consumo Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	03/03/1989	07/08/1990	96	16/04/1991	Em vigor
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Cultural entre a Universidade Anton de Kom e a Universidade do Rio de Janeiro.	01/04/1991	01/04/1991			Em vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Programa de Estágios na Área do Cerimonial.	21/01/1992	21/01/1992			Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Promoção Comercial.	21/01/1992	21/01/1992			Em vigor

Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Chancelaria do Suriname.	21/01/1992	21/01/1992			Em vigor
Acordo por troca de Notas, para Reduzir os Impactos Negativos da Mineração Artesanal de Ouro no Suriname.	16/04/2002				Em vigor
Acordo, por troca de Notas, para Reduzir os Impactos Negativos da Mineração Artesanal de Ouro no Suriname.	16/04/2002	16/04/2002			Em vigor
Acordo sobre Regularização Migratória.	21/12/2004				Em tramitação
Tratado de Extradição.	21/12/2004				Em tramitação
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta.	16/02/2005	16/02/2005			Em vigor
Protocolo de Intenções na Área de Saúde	16/02/2005	16/02/2005			Em vigor
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	16/02/2005				Em tramitação
Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal.	16/02/2005				Em tramitação
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola	16/02/2005	16/02/2005			Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Programas de Treinamento para Técnicos e Produtores em Técnicas da Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju no Suriname"	19/05/2006	19/05/2006			Em vigor
Memorandum de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento	17/07/2007	17/07/2007			Em vigor
Acordo entre o Brasil e o Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa	22/04/2008		895	20/11/2009	Em ratificação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Capacitação Técnica para Repressão ao Crime Organizado"	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Uso, Armazenamento e Distribuição de Materiais de DST/HIV/AIDS"	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Manejo Integrado da Mosca da Fruta no Suriname"	10/09/2009				Em vigor

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Apoio para o Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Suriname"	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO)"	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Metodológico do Censo Escolar no Suriname"	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento da produção de Biocombústiveis no Suriname"	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Uso, Armazenamento e Distribuição de Materiais de DST/HIV/AIDS"	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento do Cultivo e Produção da Mandioca no Suriname"	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Fortalecimento de Ações de Vigilância e Prevenção da Doença de Chagas no Suriname"	26/04/2010				Em vigor

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Educação	26/04/2010				Em tramitação no MRE
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Resposta à Epidemia Do HIV/AIDS no Suriname"	26/04/2010				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Capacitação Técnica em Pesquisa, Coleta, Preparação e Análise de Mercúrio em Amostras Biológicas e Ambientais"	26/04/2010				Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	16/12/2010	16/12/2010			Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na Fronteira Brasil-Suriname	16/12/2010	16/12/2010			Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Programa de Treinamento em Produção e Industrialização de Alimentos Vegetais"	16/12/2010	16/12/2010			Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento de um Programa de Capacitação para o Departamento de Micologia/Bacteriologia no Suriname".	16/12/2010	16/12/2010			Em vigor

ANEXO 2 – DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SURINAME

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República do Suriname
Superfície	163.820 Km²
Localização	América do Sul
Capital	Paramaribo
Principais cidades	Paramaribo: Wanica, Nickerie & Coronie, Sipaliwini & Brokopondo, Commewijne
Idioma oficial	Holandês
PIB a preços correntes (2009 - estimativa EIU)	US$ 3,7 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US$ 7.173
Moeda	Dólar do Suriname

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report October 2010

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
População (em mil habitantes)	500	510	510	520	520
Densidade demográfica (hab/Km²)	3,1	3,1	3,1	3,2	2,0
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	1,9	2,1	2,4	3,0	3,7
Crescimento real do PIB (%)	4,5	4,8	5,5	8,0	2,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	9,9	11,3	8,4	14,7	-0,1
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ milhões)	126	215	401	562	658
Dívida Externa Total (US$ milhões)	248	240	161	195	225
Câmbio (Sr$ / US$)	2,74	2,75	2,75	2,75	2,75

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report October 2010
(1) Estimativa EIU

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SURINAME

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US$ milhões)	2008	2009	2010 (1)
A. Balança comercial (líquido - fob)	**358**	**108**	**434**
Exportações	1.708	1.404	1.102
Importações	1.350	1.296	668
B. Serviços (líquido)	**-113**	**2**	**19**
Receita	285	287	138
Despesa	398	285	119
C. Renda (líquido)	**20**	**6**	**10**
Receita	42	30	18
Despesa	22	25	8
D. Transferências unilaterais (líquido)	**87**	**94**	**44**
E. Transações correntes (A+B+C+D)	**352**	**209**	**507**
F. Conta de capitais (líquido)	**32**	**87**	**46**
G. Conta financeira (líquido)	**-91**	**-62**	**-124**
Investimentos diretos (líquido)	-234	-93	-123
Portfólio (líquido)	-17	-11	2
Outros	160	42	-3
H. Erros e Omissões	**-242**	**-41**	**-441**
I. Saldo (E+F+G+H)	**51**	**193**	**-12**

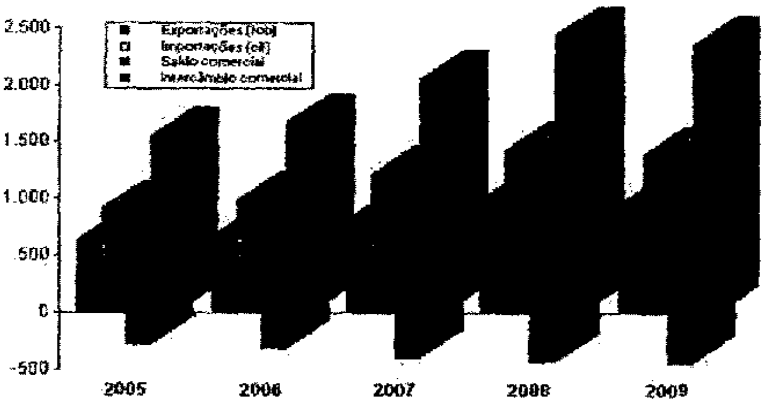
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, International Financial Statistics, November 2010
(1) Janeiro-junho.

COMÉRCIO EXTERIOR (1) (US$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (2)
Exportações (fob)	643	888	829	1.010	958	507
Importações (cif)	915	994	1.224	1.436	1.393	659
Saldo comercial	-272	-306	-395	-426	-435	-152
Intercâmbio comercial	1.558	1.682	2.053	2.446	2.351	1.188

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, November 2010
(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.
(2) janeiro-junho.

COMÉRCIO EXTERIOR SURINAME
2005 - 2009

(US$ milhões)



Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI Direction of Trade Statistics, November 2010

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SURINAME

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2007	% do total	2008	% do total	2009	% do total	2010(1)	% do total
EXPORTAÇÕES:								
Canadá	151	18,3%	211	20,9%	264	27,6%	125	24,7%
Estados Unidos	133	16,1%	155	15,3%	163	17,0%	125	24,6%
Reino Unido	74	8,9%	124	12,3%	104	10,9%	24	4,7%
Ucrânia	34	4,0%	44	4,3%	53	5,6%	24	4,8%
Países Baixos	37	4,5%	74	7,3%	49	5,1%	30	6,0%
Trinidad e Tobago	42	5,0%	48	4,7%	42	4,3%	21	4,2%
Jamaica	33	3,9%	45	4,5%	41	4,3%	21	4,2%
Portugal	61	7,4%	48	4,7%	28	2,9%	29	5,8%
Cuba	23	2,8%	27	2,6%	23	2,4%	11	2,2%
Barbados	20	2,4%	22	2,2%	20	2,0%	10	1,9%
Bélgica	27	3,2%	27	2,7%	20	2,0%	10	1,9%
França	39	4,7%	12	1,1%	16	1,6%	4	0,8%
Antigua e Barbuda	15	1,8%	17	1,7%	15	1,6%	7	1,4%
Santa Lúcia	12	1,5%	14	1,4%	12	1,3%	6	1,3%
China	17	2,0%	16	1,6%	10	1,0%	5	1,1%
Espanha	4	0,5%	9	0,8%	9	0,9%	2	0,4%
Brasil	***0,0***	***0,0%***	***0,3***	***0,0%***	***0,1***	***0,0%***	***0,0***	***0,0%***
SUBTOTAL	**689**	**83,1%**	**854**	**84,5%**	**838**	**87,4%**	**442**	**87,2%**
DEMAIS PAÍSES	**140**	**16,9%**	**156**	**15,5%**	**120**	**12,6%**	**65**	**12,8%**
TOTAL GERAL	**829**	**100,0%**	**1.010**	**100,0%**	**958**	**100,0%**	**507**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	337	27,5%	447	31,1%	420	30,1%	171	26,0%
Países Baixos	216	17,6%	223	15,5%	261	18,8%	117	17,7%
Trinidad e Tobago	178	14,5%	203	14,1%	178	12,8%	91	13,9%
China	74	6,0%	111	7,7%	106	7,6%	54	8,3%
Japão	64	5,2%	92	6,4%	80	5,7%	42	6,3%
Brasil	***40***	***3,3%***	***52***	***3,6%***	***44***	***3,2%***	***27***	***4,1%***
Bélgica	19	1,5%	24	1,7%	26	1,8%	10	1,6%
Alemanha	24	2,0%	21	1,5%	26	1,9%	21	3,1%
Índia	14	1,1%	11	0,8%	23	1,7%	9	1,3%
Reino Unido	19	1,4%	18	1,1%	19	1,4%	7	1,0%
SUBTOTAL	**982**	**80,3%**	**1.200**	**83,6%**	**1.183**	**84,9%**	**549**	**83,2%**
DEMAIS PAÍSES	**242**	**19,7%**	**236**	**16,4%**	**210**	**15,1%**	**110**	**16,8%**
TOTAL GERAL	**1.224**	**100,0%**	**1.436**	**100,0%**	**1.393**	**100,0%**	**659**	**100,0%**

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI Direction of Trade Statistics, November 2010

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Janeiro-junho.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SURINAME

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas	691	50,4%
Produtos químicos inorgânicos	433	31,6%
Peixes e crustáceos, moluscos	81	5,9%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	52	3,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	40	2,9%
Subtotal	**1.297**	**94,7%**
Demais Produtos	**73**	**5,3%**
Total Geral	**1.370**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	171	13,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	167	12,9%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	160	12,4%
Produtos químicos inorgânicos	85	6,6%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	79	6,1%
Plásticos e suas obras	52	4,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	35	2,7%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	31	2,4%
Ferro fundido, ferro e aço	25	1,9%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	21	1,6%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	21	1,6%
Carnes e miudezas comestíveis	20	1,5%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	20	1,5%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	18	1,4%
Sal; enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	17	1,3%
Móveis , mobiliário médico-cirúrgico; colchões	15	1,2%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	14	1,1%
Borracha e suas obras	14	1,1%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	14	1,1%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	14	1,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	13	1,0%
Sabões, agentes orgânicos de superfície	13	1,0%
Subtotal	**1.019**	**78,7%**
Demais Produtos	**276**	**21,3%**
Total Geral	**1.295**	**100,0%**

Elaborado pelo [illegible] - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/TRAINS/Trademap.

O Suriname não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SURINAME

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SURINAME[1] (US$ mil, fob)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações (fob)	35.895	31.468	36.597	46.903	40.170
Variação em relação ao ano anterior	28,3%	-12,3%	16,3%	28,2%	-14,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações (fob)	13	23.258	19.174	28.905	7.397
Variação em relação ao ano anterior	-99,2%	178907,7%	-17,6%	50,8%	-74,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	0,0%	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	35.908	54.726	55.771	75.808	47.567
Variação em relação ao ano anterior	23,2%	52,4%	1,9%	35,9%	-37,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-América do Sul	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	35.882	8.210	17.423	17.998	32.773

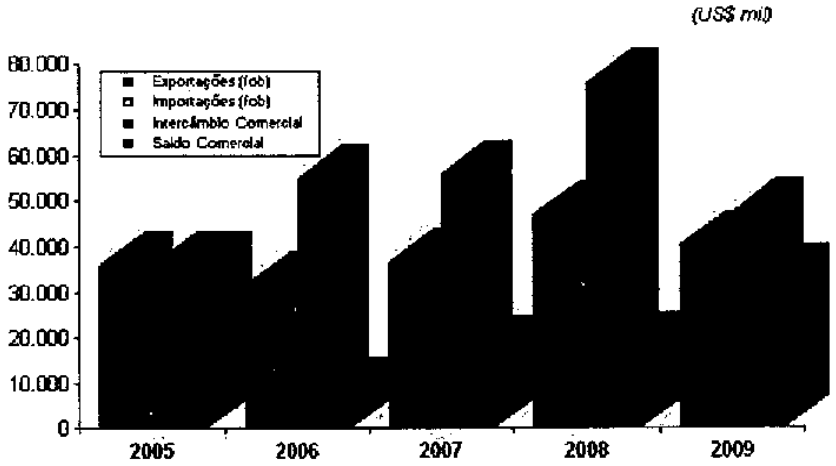
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As divergências observadas nos dados estatísticos das importações brasileiras e das exportações do país parceiro podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e critérios por diversas metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SURINAME (US$ mil, fob)	2009 (jan-out)	2010 (jan-out)
Exportações	31.491	51.594
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-21,9%	63,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	0,2%	0,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	7.381	217
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-69,5%	-97,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	38.872	51.811
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-39,8%	33,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - América do Sul	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	24.110	51.377

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SURINAME 2005 - 2009



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SURINAME

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SURINAME (US$ mil, fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	**3.875**	**10,6%**	**7.476**	**16,9%**	**6.349**	**15,8%**
Outras partes de bombas para líquidos	1.255	3,4%	1.676	3,8%	2.013	5,0%
Outros motores diesel/semidiesel	684	1,9%	508	1,1%	483	1,2%
Congeladores (freezers) tipo armário, capacidade <=900L	0	0,0%	412	0,9%	245	0,6%
Outras carregadoras/pás-carregadoras, de carregamento frontal	0	0,0%	684	1,5%	161	0,4%
Carnes e miudezas, comestíveis	**5.619**	**15,4%**	**6.623**	**14,1%**	**6.060**	**15,1%**
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congeladas	3.402	9,3%	3.797	8,1%	3.357	8,4%
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	2.204	6,0%	2.728	5,9%	2.663	6,6%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	**3.055**	**8,3%**	**4.029**	**8,6%**	**2.854**	**7,1%**
Outros calçados com/sob o tornozelo, parte superior de borracha/plástico	545	1,5%	1.323	2,8%	1.194	2,9%
Calçados de borracha/plást. c/ parte super. em tiras	1.851	4,5%	1.732	3,7%	939	2,3%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	**1.868**	**5,1%**	**1.784**	**3,8%**	**2.422**	**6,0%**
Enchidos de carne, miudezas, sangue; preparações alimentícias	1.213	3,3%	1.184	2,6%	1.291	3,2%
Preparações alimentícias e conservas de bovinos	278	0,8%	79	0,2%	549	1,4%
Plásticos e suas obras	**1.546**	**4,2%**	**1.827**	**3,9%**	**2.291**	**5,7%**
Outros tubos de plásticos	281	0,8%	467	1,0%	689	1,7%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	**430**	**1,2%**	**1.241**	**2,6%**	**2.170**	**5,4%**
Cervejas de malte	201	0,5%	536	1,1%	1.324	3,3%
Preparações alimentícias diversas	**1.876**	**5,1%**	**1.950**	**4,2%**	**1.950**	**4,9%**
Outras preparações para elaboração de bebidas	688	1,8%	957	2,0%	1.082	2,7%
Café solúvel, mesmo descafeinado	1.271	3,5%	983	2,1%	836	2,1%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	**1.415**	**3,9%**	**2.139**	**4,6%**	**1.652**	**4,1%**
Açúcares e produtos de confeitaria	**1.229**	**3,4%**	**4.224**	**9,0%**	**1.483**	**3,7%**
Açúcar de cana em bruto	0	0,0%	1.585	3,3%	679	1,7%
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose	1.048	2,9%	2.435	5,2%	579	1,4%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	**1.659**	**4,6%**	**1.722**	**3,7%**	**1.307**	**3,3%**
Produtos cerâmicos	**791**	**2,2%**	**975**	**2,1%**	**1.220**	**3,0%**
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	**1.065**	**3,0%**	**906**	**1,9%**	**921**	**2,3%**
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	**924**	**2,6%**	**1.426**	**3,0%**	**825**	**2,1%**
Veículos automóveis, tratores, ciclos	**443**	**1,2%**	**1.695**	**3,6%**	**802**	**2,0%**
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns	**432**	**1,2%**	**656**	**1,4%**	**694**	**1,7%**
Vestuário e seus acessórios, de malha	**832**	**2,3%**	**724**	**1,5%**	**660**	**1,6%**
Borracha e suas obras	**314**	**0,9%**	**295**	**0,6%**	**354**	**0,9%**
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	**596**	**1,6%**	**652**	**1,4%**	**329**	**0,8%**
Subtotal	**27.930**	**76,5%**	**40.343**	**86,0%**	**34.363**	**85,5%**
Demais Produtos	**8.617**	**23,5%**	**6.569**	**14,0%**	**5.807**	**14,5%**
TOTAL GERAL	**36.597**	**100,0%**	**46.903**	**100,0%**	**40.170**	**100,0%**

Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEAIN - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SURINAME

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SURINAME (US$ mil, fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Produtos químicos inorgânicos	**18.381**	**95,9%**	**28.905**	**100,0%**	**7.380**	**99,8%**
Alumina calcinada	18.381	95,8%	28.905	100,0%	7.380	99,8%
Cereais	**793**	**4,1%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Subtotal	**19.174**	**100,0%**	**28.905**	**100,0%**	**7.380**	**99,8%**
Demais Produtos	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**17**	**0,2%**
TOTAL GERAL	**19.174**	**100,0%**	**28.905**	**100,0%**	**7.397**	**100,0%**

Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEAIN - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SURINAME

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SURINAME (US$ mil, fob)	2009 (jan-out)	% do total	2010 (jan-out)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Minérios, escórias e cinzas	0	0,0%	8.834	16,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5.374	17,1%	5.930	11,5%
Carnes e miudezas comestíveis	4.806	15,3%	5.385	10,4%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	627	2,0%	3.127	6,1%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	2.081	6,6%	2.539	4,9%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	2.009	6,4%	2.437	4,7%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	1.308	4,2%	2.292	4,4%
Plásticos e suas obras	1.743	5,5%	2.273	4,4%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	672	2,1%	2.048	4,0%
Preparações alimentícias diversas	1.609	5,1%	1.944	3,8%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	983	3,1%	1.775	3,4%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1.382	4,3%	1.680	3,3%
Açúcares e produtos de confeitaria	914	2,9%	1.513	2,9%
Produtos químicos inorgânicos	82	0,3%	1.269	2,5%
Produtos cerâmicos	1.045	3,3%	1.219	2,4%
Subtotal	**24.615**	**78,2%**	**44.065**	**85,4%**
Demais Produtos	**6.876**	**21,8%**	**7.529**	**14,6%**
TOTAL GERAL	**31.491**	**100,0%**	**51.594**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	200	92,2%
Plásticos e suas obras	0	0,0%	16	7,4%
Produtos químicos inorgânicos	7.380	100,0%	0	0,0%
Subtotal	**7.380**	**100,0%**	**216**	**99,5%**
Demais Produtos	**1**	**0,0%**	**1**	**0,5%**
TOTAL GERAL	**7.381**	**100,0%**	**217**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alicenet.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-out/2010.

Aviso nº 461 - C. Civil.

Em 12 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 121, DE 2011
(nº 319/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor IGOR KIPMAN, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça, e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Os méritos do Senhor Igor Kipman que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de agosto 2011.

EM No 00325 MRE

Brasília, 7 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **IGOR KIPMAN**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça, e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e curriculum vitae de IGOR KIPMAN que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00325 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 7 de julho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **IGOR KIPMAN**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça, e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **IGOR KIPMAN** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *IGOR KIPMAN*
CPF.: 034.021.509-72
ID.: 8136 MRE

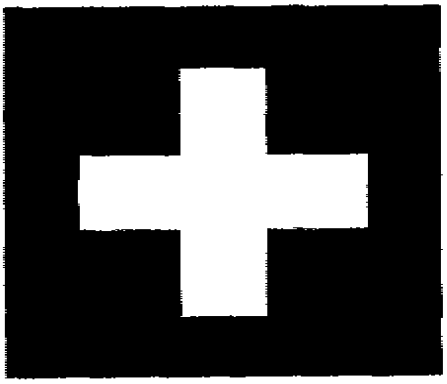
1951	Filho de Leonid Kipman e Irene Kipman, nasce em 10 de maio, em Curitiba/PR
Dados Acadêmicos:	
1972	Engenharia Agronômica pela Universidade Federal do Paraná
1981	CPCD - IRBr
1990	CAD, IRBr
1998	Curso de Diplomacia Pública, IRBr
2006	CAE - IRBr - Estados Insulares do Caribe. Relevância para a Política Externa Brasileira
Cargos:	
1982	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário, por merecimento
1993	Primeiro Secretário, por merecimento
2002	Conselheiro, por merecimento
2006	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2010	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1983-85	Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, assistente
1983	Embaixada em Georgetown, Encarregado de Negócios em missão transitória
1985-86	Coordenação Especial de Imprensa, assessor
1986-89	Representação junto à FAO, Roma, Terceiro, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios
1987	Embaixada em Dacar, Encarregado de Negócios em missão transitória
1989	II Sessão do Subcomitê de Projetos do CPPAA, FAO/Roma, relator
1989-92	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Adjunto
1992	Secretaria de Imprensa do Gabinete, assessor e Coordenador Técnico, substituto
1994	Embaixada em Port-of-Spain, Encarregado de Negócios em missão transitória
1995	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral
1995-99	Embaixada em Porto Príncipe, Encarregado de Negócios em missão transitória
1996	Consulado-Geral em Atlanta, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
1999-2002	Embaixada em São Domingos, Primeiro-Secretário, Conselheiro, comissionado e Encarregado de Negócios
2002-03	Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento Administrativo, assessor
2003-08	Divisão do México, América Central e Caribe, Chefe
2005	TRADEWINDS - 2005, Antigua e Barbuda, Delegação de observadores brasileiros, Chefe de delegação
2006	Regional Security System Unity Exercise 2006 (RSS UNEX'06), Barbados, Delegação de observadores brasileiros, Chefe de delegação
2006	Caribbean Conference on Comprehensive Disaster Management, Barbados, Chefe de delegação
2008	Embaixada em Porto Príncipe, Embaixador
2010	VII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional - Palestra "O Brasil em Missões de Paz"
Condecorações:	
2004	Medalha do Pacificador, Brasil
2008	Sócio Benemérito, Câmara de Comércio Brasil-México
2008	Ordem do Mérito Militar - Brasil - Grande Oficial
2009	Medalha da Vitória - Ministério da Defesa - Brasil
2009	Ordem do Mérito Naval - Brasil - Grande Oficial
2009	Ordem do Mérito da Defesa - Brasil - Comendador
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã Cruz
2011	Ordem do Mérito Judiciário Militar - Brasil - Alta Distinção

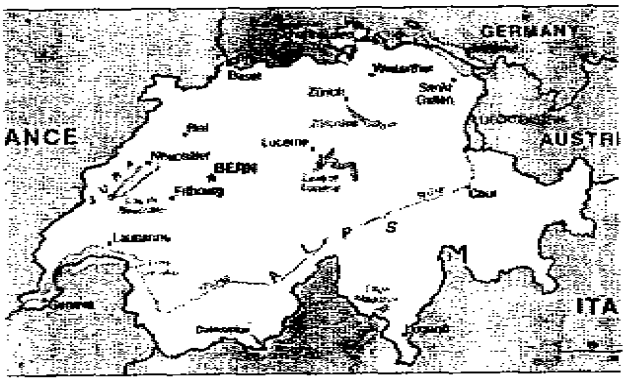
JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

CONFEDERAÇÃO SUÍÇA





JUNHO DE 2011

INDICE

DADOS BÁSICOS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

Assuntos consulares.....

Empréstimos e Financiamentos Oficiais .....

POLÍTICA INTERNA.....

POLÍTICA EXTERNA.....

ONU.....

União Europeia.....

O Japão e o Oriente .....

A Estratégia "BRIC" .....

Países em Desenvolvimento.....

Cooperação judiciária internacional.....

ANEXOS .....

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....

ATOS BILATERAIS BRASIL-SUÍÇA.....

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Confederação Suíça
CAPITAL:	Berna
ÁREA:	41.285 km²
POPULAÇÃO (2008):	7.581.520 habitantes
IDIOMAS:	Alemão (oficial), 63,7%; francês (oficial), 20,4%; italiano (oficial), 6,5%.
ETNIAS	Alemães (65%), franceses (18%), italianos (10%), romenos (1%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos, 41,8%; protestantes, 35,3%, muçulmanos, 4,3%; ortodoxos, 1,8%; outros cristãos, 0,4%; outros, 1%; não especificados, 4,3%; nenhuma, 11,1% (censo de 2000)
SISTEMA POLÍTICO:	Parlamentarismo (Parlamento bicameral) com democracia direta. Órgão executivo colegiado.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Micheline Calmy-Rey (desde 1º de janeiro de 2011)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Wilhelm Meier
EMBAIXADOR EM BERNA:	Maria Stela Pompeu Brasil Frota
MNE:	Micheline Calmy-Rey
PIB real (2010)	US$ 523,7 bilhões
PIB real PPP (2010)	US$ 324,5 bilhões
PIB *per capita* PPP (2010)	US$ 41.663,00
UNIDADE MONETÁRIA :	Franco suíço (CHF)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões) - *Fonte: MDIC*

BRASIL ⇒ SUÍÇA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	1.346,5	1.269,0	1.428,1	1.754,7	2.172,9	3.353,5	3.680,7	3.981,0	4.352,9
Exportações	447,1	328,1	349,4	535,3	847,8	1.156,1	1.422,1	1.107	1.477,2
Importações	899,4	940,9	1.078,7	1.219,4	1.325,1	2.197,3	2.258,6	2.060,3	2.875,6
Saldo	-452,3	-612,8	-729,3	-684,1	-477,3	-1.041,2	-836,5	-139,5	-1.398,,4

RELAÇÕES BILATERAIS

Apesar de suas pequenas dimensões físicas, a Suíça possui PIB per capita dos mais altos do mundo, um parque industrial dos mais avançados e um dos principais centros financeiros.

A Suíça tem buscado elevar o perfil de sua atuação internacional no contexto das Nações Unidas (tornou-se membro em 2002) e de outros foros. Vale-se do capital político de sua tradicional neutralidade para intermediar conflitos e para ajudar a encaminhar alternativas para solucionar problemas mundiais.

Apesar de não integrar a União Europeia, o país mantém com o bloco intenso relacionamento, disciplinado por diversos acordos bilaterais. Pode ser considerado como membro de fato da UE. Por exemplo, segue muitas de suas normativas de política comercial e aderiu aos acordos de Schengen/Dublin, que entraram em vigor para a Suíça em 2008.

O diálogo político entre Brasil e Suíça foi reforçado em agosto de 2008 com a assinatura de um "Memorando de Entendimento para estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica" entre os governos de Brasil e Suíça, por ocasião da visita ao Brasil da chanceler Micheline Calmy-Rey. O mecanismo de consultas políticas criado a partir do memorando reuniu-se pela primeira vez em junho de 2010, em Berna, e manteve sua segunda reunião em Brasília, em 13 de junho de 2011.

Entre as vertentes específicas da agenda de cooperação bilateral, destaca-se a de ciência e tecnologia. Em setembro de 2009, o então Ministro da Ciência e Tecnologia Sérgio Rezende e sua contraparte suíça assinaram o Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Brasil e a Suíça, atualmente sob exame do Congresso Nacional, e um Plano de Ação 2009-2011, que define como prioritárias as áreas de neurociências/saúde e energia/meio ambiente, com a perspectiva de cooperação futura em outras áreas, como nanotecnologia, tecnologias da informação e das comunicações, energias renováveis, ciências humanas e sociais, entre outras. A Suíça dispõe de CHF 3,5 milhões para projetos ao longo do referido triênio; o Brasil comprometeu-se a destinar o mesmo montante de recursos para iniciativas de cooperação bilateral. As instituições responsáveis pela seleção de projetos no âmbito do plano são o CNPq, pelo lado brasileiro, e a Escola Politécnica Federal de Lausanne (EPFL), pelo lado suíço.

Em agosto de 2010, o Conselheiro Federal Didier Burkhalter, novo responsável pela pasta do Interior na Confederação, que cobre ciência,

tecnologia e educação, realizou visita ao Brasil, ocasião que serviu para avaliação positiva da cooperação bilateral bem como para prospecção de futuros interesses brasileiros e helvéticos nessa área. Também cabe realçar, nesse contexto, a doação de supercomputador pela EPFL ao Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o qual foi idealizado pelo Professor Miguel Nicolelis, pesquisador brasileiro de renome internacional.

A dinâmica bilateral também apresenta resultados significativos no campo comercial. Os números agregados do intercâmbio bilateral denotam adensamento progressivo. As exportações brasileiras saltaram de US$ 349 milhões naquele ano para US$ 1,47 bilhão em 2010, registrando aumento em todos os anos, exceto durante 2009, em função da crise econômico-financeira internacional. As importações igualmente apresentam intenso crescimento. Com efeito, a corrente de comércio triplicou entre 2004 e 2010. Ademais, nota-se maior equilíbrio entre exportações e importaçõcs.

Em matéria de investimentos, registre-se o impacto da crise financeira sobre os fluxos bilaterais. O IDE da Suíça no Brasil, o qual é concentrado em setores como comércio de instrumentos e aparelhos médicos e odontológicos, têxtil, farmacêutico, materiais de construção e atividades de transporte de valores, entre outros, ficou em US$ 369 milhões no ano de 2009 (US$ 772 milhões em 2008). O estoque estimado de investimentos brasileiros na Suíça, em 2007, segundo o BCB, era de US$ 313 milhões em 2007, porém verifica-se crescente presença brasileira no país. Grandes empresas brasileiras atuam na Suíça (Vale, Banco Safra, Itaú, Votorantim, Aracruz e Vicunha). A Vale instalou sua sede internacional no cantão de Vaud, em outubro de 2009.

A Suíça decidiu estabelecer relacionamento estratégico com o Brasil, além de Rússia, Índia e China ("Estratégia BRICs"). Esse interesse foi oficializado, no caso do Brasil, durante a visita da Conselheira Federal (Ministra) da Economia, Doris Leuthard, em fevereiro de 2007, quando se criou a Comissão Mista de Relações Econômico-Comerciais. A Comissão encontrou-se por três vezes: em outubro de 2007, em Berna; em março de 2009, em Brasília; e em dezembro de 2010, novamente em Berna. Em julho de 2010, o Secretário de Estado da Economia, Jean-Daniel Gerber, se encontrou com autoridades brasileiras de várias pastas (MRE, Fazenda e MDIC) para discutir temas variados do intercâmbio bilateral e também da agenda econômica global, como os trabalhos do G-20.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Suíça é de cerca de 59 mil pessoas. Não há consulados honorários ou conselho de cidadãos no país. A rede consular é composta pelos Consulados-Gerais em Genebra e em Zurique.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há empréstimos nem financiamentos oficiais a tomador soberano da Confederação Suíça.

POLÍTICA INTERNA

A Carta de 1848 estabeleceu um governo colegiado. O Conselho Federal (poder executivo) é integrado por 7 Conselheiros Federais (Ministros), cada um responsável por um Departamento Federal (ministério): (1) Negócios Estrangeiros, (2) Interior, (3) Meio Ambiente, Transporte, Energia e Comunicações, (4) Defesa, Segurança e Esporte, (5) Justiça e Polícia, (6) Finanças e (7) Economia.

Os sete Ministros compõem o Conselho Federal, órgão máximo do Estado, que funciona em regime de colegiado, seguindo o princípio do consenso.

O poder legislativo é formado por um parlamento bicameral: Conselho dos Estados (senadores) e Conselho Nacional (deputados). As duas casas formam a Assembléia Federal.

Os Conselheiros Federais são eleitos pela Assembléia Federal para um período de quatro anos. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Federal são eleitos, também pela Assembléia, entre os sete Conselheiros Federais. Exercem mandato por um ano, em regime de rotação. Sendo, basicamente, apenas um *primus inter pares*, o Presidente dirige as sessões do Conselho Federal e exerce certas funções de representação. Dependendo de seu temperamento e personalidade, o Presidente pode, no entanto, cumprir um papel mais influente ou decisivo na condução dos assuntos de governo do que aquele que se esperaria considerando-se unicamente suas atribuições constitucionais.

Das reuniões do Conselho Federal participa também o Chanceler Federal, conhecido com o "oitavo" integrante do órgão, mas sem o mesmo

status político dos Ministros. Trata-se de uma função equivalente à chefe de gabinete ou "chefe de estado-maior" do Conselho Federal. Tem funções apenas administrativas (coordenação, organização de reuniões, publicação de atos etc). O Chanceler Federal é eleito também pela Assembléia.

O Conselho dos Estados é composto de 46 membros (Conselheiros de Estados), eleitos pelo voto majoritário de cada cantão ou semicantão (dois por cantão e um por semicantão). O Conselho Nacional é composto de duzentos membros (Conselheiros Nacionais), eleitos pelo voto proporcional de cada cantão ou semicantão, sendo o número de representantes em cada cantão proporcional à sua população. Os Conselheiros de Estado e os Conselheiros Nacionais são eleitos por quatro anos.

É interessante observar que os parlamentares, ainda hoje, exercem seu mandato paralelamente à manutenção da sua profissão, segundo um sistema de "milícia", igualmente aplicado aos efetivos das Forças Armadas (exceção feita aos Comandantes de grandes unidades). Ou seja, não há nem parlamento permanente nem forças armadas profissionais. O civismo tornou-se, assim, um fundamento da vida pública na Suíça, embora com tendência a concentrar-se em uma minoria, pois a taxa de participação nas eleições é freqüentemente inferior a 50%.

O poder judiciário é exercido pelo Tribunal Federal, pelo Tribunal Federal de Seguros e pela Corte Administrativa Federal. Na cúpula do poder judiciário está o Tribunal Federal, sediado em Lausanne, composto de 30 juízes e 15 suplentes eleitos pela Assembléia Federal, com mandato de 6 anos. O Tribunal Federal tem por atribuição precípua a administração da justiça em matéria federal e decide *inter alia* os diferendos de direito civil entre a Confederação e os cantões, entre a Confederação e particulares e entre os cantões; os diferendos de direito público entre os cantões; os conflitos de competência entre as autoridades federais e cantonais; as reclamações sobre a violação de direitos constitucionais; e, finalmente, causas em que o objeto do litígio atinja grau de importância reconhecido pela legislação federal. O Tribunal Federal dos Seguros, sediado em Lucerna, composto de 11 juízes eleitos pela Assembléia Federal, também com mandato de 6 anos, é uma divisão especial do Tribunal Federal e decide em última instância as causas referentes a seguros sociais públicos, aposentadorias, pensões e tudo mais que diz respeito ao sistema previdenciário.

Toda a política das últimas décadas repousa na busca de um consenso nacional, por meio de um compromisso longamente amadurecido: cada lei é resultado de um processo sutil e lento de consulta aos cantões e a

todos os principais interessados. Isso não impede, porém, que grande número dessas mesmas leis, de importância relativa em muitos casos, passem pelo crivo do referendo.

Esse mesmo consenso é a base de formação do Poder Executivo. Desde 1959, o Governo suíço é constituído segundo uma fórmula fixa, conhecida como "fórmula mágica", que estabelece a divisão das Pastas entre os partidos conforme sua representatividade no Parlamento. A distribuição das Pastas que persistiu muitos anos, segundo a qual cabiam duas ao Partido Radical Democrático, duas ao Partido Democrata-Cristão, duas ao Partido Socialista e uma à União Democrática do Centro, foi surpeendentemente alterada nas eleições do final de 2003, em razão do crescimento da UDC nas urnas. Outra alteração de monta ocorreu nas eleições de 2008, quando a UDC se viu com apenas uma pasta, a da Defesa Proteção da População e Esportes, em virtude da expulsão de Eveline Widmer-Slumpf (Justiça e Polícia) de seus quadros e sua subseqüente filiação ao então criado Partido Burguês Democrático (PDB). O PDC, democrata cristão, mantém na atualidade apenas uma pasta, a da Economia, ocupada por Doris Leuthard.

Conselho Federal:

Autoridade	**Nome**
Presidente da Confederação e Ministra dos Assuntos Estrangeiros	Micheline Calmy-Rey
Ministro do Interior	Didier Burkhalter
Ministro do Meio-Ambiente, dos Transportes, da Energia e da Comunicação	Doris Leuthard
Ministro da Economia	Johann Schneider-Ammann
Ministro da Defesa, da Proteção da População e dos Esportes	Ueli Maurer
Ministro das Finanças	Eveline Widmer-Schlumpf
Ministro da Justiça e Polícia	Simonetta Sommaruga

POLÍTICA EXTERNA

ONU

Membro das Nações Unidas desde 2002, a Suíça considera, em princípio, "essencial" a reforma do CSNU. Em termos práticos, concede prioridade à discussão sobre a implementação de mudanças nos métodos de trabalho daquele órgão e na "consolidação institucional" do Conselho dos Direitos Humanos. Para a Suíça, a reforma dos métodos de trabalho e a ampliação do Conselho devem, idealmente, caminhar juntas, sem o que a reforma estará "incompleta". A Conselheira Federal Calmy-Rey lembra que, entre os 192 países membros, a Suíça é o 14o maior contribuinte para o orçamento da Organização, tendo alocado em 2007 um total de 126 milhões de francos (USD 106 milhões), dos quais 85 milhões (USD 72 milhões) se destinam a operações de manutenção da paz.

Em 2010-2011, a LXV Assembléia-Geral das Nações Unidas é presidida por um suíço, o ex-Conselheiro Federal Joseph Deiss que foi Ministro das Relações Exteriores (1999-2002), da Economia (2003-2006) e Presidente de turno da Confederação (2004). A Suíça também é membro do Conselho de Direitos Humanos (CDH), com mandato até 2013, assim como do ECOSOC, até o final de 2011.

A Suíça desfruta de longa tradição como centro internacional de acolhida. Desde o século XVI, refugiados religiosos e perseguidos políticos encontravam em Genebra porto seguro. Aliada a essa tradição, o caráter de "território neutro" tornou o país a escolha natural para organizações intergovernamentais dedicadas às mais variadas finalidades. Genebra foi sede da antiga Sociedade das Nações e abriga hoje a Organização Mundial do Comércio (OMC), sucessora do GATT. Atualmente, o país hospeda 24 organizações internacionais de caráter inter-governamental, das quais 21 se situam em Genebra. Oito dessas organizações são parte dos sistema das Nações Unidas, entre as quais a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Meteorológica Mundial (OMM), a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), a Organização Mundial de Migrações e a UNCTAD, assim como órgãos da ONU, como o Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos e o Escritório do Alto Comissário para Refugiados. Em Berna, encontram-se sediadas a União Postal Universal e a Organização Intergovernamental para Transportes Ferroviários (OTIF). Várias outras organizações não estatais, associações e ONGs, têm igualmente sede no país, entre as quais se destacam a Cruz Vermelha Internacional e a Federação Internacional de Futebol (FIFA).

União Europeia

Berna negocia acordos específicos, na chamada "via bilateral". Mediante tais acordos, assegura a Confederação participação em importantes programas de pesquisa científica, adere ao princípio da livre circulação de pessoas, ao livre comércio e busca adaptar sua legislação interna, na medida do possível, ao padrõcs curopeus. Um segundo grupo de acordos foi firmado em maio de 2004, cobrindo as áreas da cooperação judiciária, da previdência social, asilo e migrações (adesão às convenções de Schengen e Dublin, aprovados em referendum facultativo por 54,8% dos suíços em 5 de junho de 2005).

Restam, contudo, dois grandes obstáculos à plena integração. O primeiro diz respeito à negociação de um acordo de livre comércio agrícola, ante a oposição dos produtores suíços.

Outro tema da agenda com a UE é o diferendo sobre política fiscal. Após aderir, em março de 2009 aos padrões da OCDE sobre cooperação administrativa em matéria fiscal, a Suíça renegociou vários acordos bilaterais para evitar a dupla tributação, inclusive com parceiros europeus. Com isso, a Suíça logrou sua retirada de "lista cinza" da OCDE que relaciona jurisdições não cooperativas no combate à fraude e evasão fiscais.

O Japão e o Oriente

O relacionamento com o Extremo Oriente pauta-se igualmente por interesses de ordem econômico-comercial. O Japão é o terceiro maior parceiro comercial da Suíça, logo atrás da União Européia e dos Estados Unidos, tendo respondido por cerca de 3,8% das exportações suíças em 2009 (2,1% das importações). Na Ásia, a China é o segundo principal mercado para as exportações suíças (2,9%), já tendo ultrapassado o Japão como origem das importações do país.

A Ásia é considerada região prioritária da política de negociações comerciais da Confederação. A demanda dos países da Ásia, ao lado daquela originária de outros países em desenvolvimento dinâmicos do Oriente Médio e da América Latina, contribuiu, durante a última crise econômico-financeira global, para a sustentação das exportações suíças de bens e serviços, de importância crucial para a economia do país.

A Estratégia "BRIC"

A partir de decisão tomada em 2006, o Conselho Federal tem como uma de suas vertentes de política externa estabelecer relacionamento estratégico com Brasil, Rússia, Índia e China, o grupo das quatro grandes economias emergentes, denominado BRIC.

Além de Índia e China, a Rússia negocia acordo de livre comércio com a Suíça, em conjunto com Bielo-Rússia e Cazaquistão, com os quais forma união aduaneira. Além da negociação de ALCs, a Suíça mantém acordos de promoção e proteção recíproca de investimentos (APPIs) com China (em vigor desde abril de 2010), Índia (desde fevereiro de 2000) e Rússia (desde agosto de 1991). O tema está na agenda do diálogo econômico Brasil-Suíça, no âmbito da Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais.

Países em Desenvolvimento

Embora a participação relativa dos países em desenvolvimento no volume de comércio exterior suíço seja reduzida, é no relacionamento com aqueles países que a política externa conhece uma das suas vertentes mais marcantes, através da chamada ajuda bilateral administrada pela Diretoria da Cooperação ao Desenvolvimento e à Ajuda Humanitária do Departamento Federal dos Negócios Estrangeiros. As atividades dessa Diretoria estão subordinadas a uma política de auxílio prioritário aos países mais pobres de África, Ásia e América Latina, através de cooperação técnica e aportes financeiros diretos. Paralelamente, o país destina recursos a projetos de desenvolvimento amparados por organizações multilaterais como o PNUD, UNCTAD, FAO, UNICEF e outras.

Alguns programas de ajuda humanitária a destacar são:

- Líbano: Auxílio de urgência para 30.000 refugiados palestinos;

- Chade: "Programme d'aide humanitaire" para 280.000 refugiados sudaneses expulsos de Dafur e da República Centro-Africana, expulsos por convulsões políticas em seus países. O programa inclui ainda 120.000 pessoas deslocadas para o sudeste do país desde 2005 por um conflito armado no próprio Chade.

Brasil e Suíça buscam definir esforço de cooperação trilateral no Haiti, em áreas como o desenvolvimento da agricultura familiar e

segurança pública, que seria oportunidade para a difusão da experiência brasileira do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Cooperação judiciária internacional

A cooperação jurídica internacional abrange questões cíveis e criminais e dentro da última categoria se incluem casos de assistência jurídica em matéria fiscal.

Em março de 2009, a Suíça decidiu retirar reserva ao artigo 26 da Convenção Modelo da OCDE sobre Tributação da Renda e do Capital, que determina a cooperação para permitir a aplicação pelas partes contratantes de suas leis tributárias domésticas. Com isso, a Suíça iniciou processo de renegociação de seus acordos bilaterais para evitar a dupla tributação, com o objetivo de adaptá-los aos padrões da OCDE na matéria e permitir a cooperação em casos de evasão fiscal.

No caso do Brasil, o tema é objeto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre o Brasil e a Suíça, que entrou em vigor no dia 27/07/2009, o qual prevê a assistência em situações de fraude fiscal.

Tema correlato é o da restituição de ativos e capitais depositados na Suíça por autoridades estrangeiras, em exercício ou já fora do poder, em muitos casos como resultado de atividades ilícitas e corrupção. A recente turbulência política no norte da África suscitou medidas de bloqueio de bens de "pessoas politicamente expostas" pelo governo suíço, que obtiveram repercussão internacional positiva. Zine Ben Ali, da Tunísia, Hosni Mubarak, do Egito, Laurent Gbabo, da Costa do Marfim, e Muamar Kadafi, da Líbia, todos tiveram seus bens na Suíça bloqueados pelo governo (Conselho Federal) com o objetivo de evitar desvios de recursos públicos daqueles Estados por "potentados" retirados do poder ou cuja liderança enfrenta forte contestação.

Tais medidas são regidas pela Lei Federal sobre a Restituição de Valores Patrimoniais de Origem Ilícita de Pessoas Politicamente Expostas (LRAI), aprovada em 1º de outubro de 2010 pelo parlamento suíço e em vigor desde 1º de fevereiro de 2011, em meio aos acontecimentos no continente africano.

A lei fixa as modalidades de bloqueio, confisco e restituição de bens de "potentados" e seu círculo próximo, quando uma demanda de assistência jurídica internacional não pode ser adequadamente submetida ao governo

suíço em função da situação de falência institucional do Estado requerente ou de origem dos recursos (artigo 1º). Segundo a lei, artigo 2º, o Conselho Federal pode determinar o bloqueio de bens na Suíça sob as seguintes condições: (i) os valores patrimoniais são objeto de medida provisória de sequestro de bens no contexto de procedimento de cooperação jurídica internacional em matéria penal aberto a pedido do Estado de origem; (ii) o poder de disposição sobre esses valores pertence a pessoas que ocupam ou ocuparam funções públicas importantes no exterior ("pessoas politicamente expostas"), especialmente Chefes de Estado ou de Governo, políticos de alta hierarquia, altos funcionários da administração pública, da justiça, das forças armadas e de partidos nacionais, membros de empresas estatais de importância nacional, bem como a pessoas físicas ou jurídicas que lhe são próximas ("entourage"); (iii) o Estado de origem não apresenta condições de "responder às exigências do procedimento de cooperação jurídica em função do esfacelamento do todo ou de parte de seu aparelho judicial"; e (iv) a salvaguarda dos interesses da Suíça exige o bloqueio desses valores patrimoniais.

A decisão de confisco dos bens cabe ao Tribunal Administrativo Federal (TAF), que pode pronunciá-la, após o bloqueio pelo Conselho Federal, se o poder de disposição dos bens, comprovada sua origem ilícita, pertence a "pessoa politicamente exposta ou seu círculo próximo". Aspecto importante da lei é a inversão do ônus da prova no tocante à comprovação da origem ilícita dos bens. Segundo o artigo 6º, "a origem ilícita é presumida" quando o patrimônio da pessoa que tem poder de disposição sobre os valores experimentou aumento "exorbitante" em relação ao cargo ocupado e se apura que o grau de corrupção do Estado de origem ou da pessoa politicamente exposta era notoriamente elevado durante o seu período de exercício da função pública. Acrescenta o artigo 6º que a presunção é revertida se a licitude da aquisição de valores patrimoniais é demonstrada com uma "verossimilhança preponderante".

A LRAI também estabelece princípios e procedimentos para a restituição de ativos aos países de origem. O artigo 8º da lei reza que os objetivos do mecanismo são "melhorar as condições de vida da população do país de origem, reforçar o Estado de Direito (...) e lutar contra a impunidade de criminosos". Quanto ao procedimento, o artigo 9º determina que "a restituição dos valores patrimoniais confiscados se efetua pelo financiamento de programas de interesse público", em modalidades acordadas entre a Suíça (Conselho Federal) e o país de origem da riqueza. Tal acordo pode incluir o tipo de programa de interesse público beneficiado pela restituição, a utilização dos valores patrimoniais restituídos, os parceiros "implicados" na restituição e o controle e acompanhamento da utilização dos haveres. Na falta de acordo, é conferida ao Conselho Federal

a prerrogativa de fixar as modalidades da restituição, podendo concretizá-la por intermédio de organismos internacionais ou nacionais e prever mecanismo de supervisão pelo DFAE.

A Suíça dispõe, igualmente, de uma lei sobre a lavagem de dinheiro ("Loi sur le blanchiment d'argent"[LBA], 1997), que estabelece obrigações de diligência para os intermediários financeiros na identificação e verificação da origem de recursos a eles confiados.

ANEXOS

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1818 - D. João VI autoriza 100 famílias suíças a se instalarem como imigrantes na então Fazenda do Morro Queimado, no Rio de Janeiro.
1819 - Nomeado cônsul no Rio de Janeiro o cidadão suíço Sebastian Nicolás Gachet, que havia organizado a instalação daquelas famílias com apoio financeiro do Brasil.
1820 - Com a vinda de novos imigrantes suíços, aquele núcleo de colonização prospera e se transforma na "vila de Nova Friburgo".
1826 - Reconhecimento da independência do Brasil pelo governo da Confederação Suíça (carta de 30 de janeiro enviada a D. Pedro I pelo Conselho Federal, então baseado em Lucerna).
1855 - Primeiro representante diplomático (Cônsul) do Brasil em Berna, José Francisco Guimarães.
1856 - Estabelecimento, no Estado do Espírito Santo, de uma nova colônia de imigrantes suíços (hoje, município de Rio Novo do Sul).
1880 - Primeira empresa suíça (Bally, fabricante de calçados) a instalar-se no Brasil.
1890 - Nomeação do primeiro ministro plenipotenciário do Brasil em Berna, Barão de Aguiar d'Andrada.
1894/1905 - O naturalista suíço Émil August Goeldi dirige e reforma o Museu de História Natural e Etnografia de Belém do Pará, fundado em 1866, o qual passaria mais tarde a ser denominado Museu Paraense Emílio Goeldi.
1899/1900 - Vive em Berna o Barão do Rio Branco, encarregado da defesa do Brasil na arbitragem do Governo suíço relativa à disputa territorial com a França sobre a questão do Amapá.
1900 - Laudo arbitral de primeiro de dezembro sobre a questão do Amapá, a favor do Brasil, comunicado ao Barão, em Berna, por representante da Chancelaria Suíça.
1907 - Designação do primeiro representante diplomático da Suíça no Brasil, Albert Gertsch, como encarregado de negócios.

1920 - Designação de Albert Gertsch como ministro plenipotenciário.
1921 - Nestlé começa a operar no Brasil.
1925 - Empresa suíça Bally adquire o Curtume Carioca.
1931 - Roche começa a operar no Brasil.
1934 - Ciba começa a operar no Brasil.
1937 - Sandoz começa a operar no Brasil.
1937 - Instala-se no Brasil a empresa Schindler.
1938 - Geigy começa a operar no Brasil.
1940 - Eternit começa a operar no Brasil.
1948 - Primeira ligação aérea entre o Brasil e a Suíça, com a Panair.
1950 – Instala-se no Brasil a empresa Sulzer.
1955 - Swissair inicia vôos entre os dois países.
1957 – Estabelecimento da empresa Brown Boveri no Brasil.
1958 - Legação suíça no Rio de Janeiro elevada à condição de Embaixada.
1959 - Legação brasileira em Berna elevada à condição de Embaixada; assume o primeiro Embaixador do Brasil na Suíça, Afrânio de Mello Franco.
1959 - Aquisição, pelo Governo brasileiro, do prédio da nova Residência da Embaixada em Berna (Kalcheggweg 14).
1960 - Inauguração da Residência pelo Chanceler Horácio Lafer e pelo Chefe do Departamento de Administração do Itamaraty, Embaixador Antônio Azeredo da Silveira, com a presença do Presidente da Confederação Suíça, Max Petitpierre.
1964 - Com o rompimento das relações diplomáticas e consulares entre Brasil e Cuba, a Suíça assume a proteção dos interesses brasileiros no país caribenho.
1970 - Seqüestro, no Rio de Janeiro, do Embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher.
1970 - Fusão das empresas farmacêuticas Ciba e Geigy, presentes no Brasil desde os anos trinta.
1986 - Com o reatamento das relações diplomáticas e consulares com Cuba, a Suíça deixa de se ocupar dos interesses do Brasil naquele país.
1988 – Associada a empresa sueca, a Brown Boveri passa a constituir a ABB (ASEA Brown Boveri), com importante presença no Brasil.
1994 - Primeira visita ao Brasil do Presidente da Confederação Suíça (à época, Jean Pascal Delamuraz, responsável pelo Departamento Federal de Economia).
1996 - Início das operações da Novartis no Brasil, empresa resultante da fusão da Ciba-Geigy e Sandoz.
1997 - Primeira visita oficial de um Ministro do Exterior suíço ao Brasil, Conselheiro Federal Flavio Cotti.
1998 - Primeira visita oficial de Chefe de Estado brasileiro a Berna, Presidente Fernando Henrique Cardoso.
1998 - Aquisição do Banco Garantia pelo Crédit Suisse.

2000 - Declaração sobre Cooperação em Comércio e Investimento e Plano de Ação entre o MERCOSUL e a Associação Européia de Livre-Comércio (EFTA), integrada por Suíça, Noruega, Liechtenstein e Islândia.
2006 - O UBS (Union de Banques Suisses) instala-se no Brasil por meio da aquisição do Banco Pactual.
2006 - Departamento Federal de Economia estabelece estratégia específica de ação junto aos chamados países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).
2006 - Lançamento, em Berna, de parceria de intercâmbio tecnológico entre o Instituto do Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI) e o Centro Suíço de Eletrônica e Microtecnologia (CSEM), de Neuchâtel.
2007 - Instalação, na Suíça, do escritório europeu da Companhia Vale do Rio
2007 - Assinatura, em Brasília, pelo Chanceler Celso Amorim e pela Conselheira Federal Doris Leuthard, de memorandum de entendimento que cria a Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais.
2007 - Visita a Berna do Chanceler Celso Amorim.
2008 -Visita ao Brasil da Conselheira Federal para Assuntos Exteriores da Suíça, Micheline Calmy-Rey
2009 - Reunião da Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais em Brasília (março)
2009 - Visita oficial do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, a Berna. Assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e do Plano de Ação 2009-2011 (setembro)
2009 - Visita oficial à Suíça do Ministro da Justiça, Tarso Genro (novembro)
2010 - Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Senhor Secretário-Geral e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Peter Maurer, em Berna (junho)
2010 - Visita oficial do Secretário de Estado da Economia da Confederação Suíça a Brasília, Jean-Daniel Gerber (julho)
2010 – Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Didier Burkhalter, Chefe do Departamento Federal do Interior (agosto)
2010 - Reunião da Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais em Berna (dezembro)
2011 – Encontro do Senhor Ministro de Estado com a Presidente da Confederação, Micheline Calmy-Rey, em Davos (janeiro)
2011 – Visita a Brasília da Secretária de Estado Adjunta para as Américas do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros, Embaixadora Dora Rapold
2011 - Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Senhor Secretário-Geral e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Peter Maurer, em Brasília (junho)

ATOS BILATERAIS BRASIL-SUÍÇA

Título	Data de Celebração	Vigência
Tratado para a Solução Judicial das Controvérsias	23/06/1924	Em vigor
Tratado de Extradição	23/07/1932	Em vigor
Acordo sobre Isenção Recíproca do Imposto de Renda para as Empresas Brasileiras e Suíças de Navegação Aérea e Marítima	22/06/1956	Em vigor
Memorando sobre Transportes Aéreos	25/06/1962	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	26/04/1968	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	16/05/1968	Em vigor
Acordo para a Dispensa da Legalização Consular	14/10/1970	Em vigor
Convênio sobre Radioamadorismo	30/06/1971	Em vigor
Ajuste Relativo à Cooperação Técnica entre o SENAI de São Paulo e a Fundação Suíça de Assistência ao Desenvolvimento Técnico, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de	18/04/1972	Em vigor

1968		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 26 de abril de 1968, Relativo à Cooperação do Movimento Popular das Famílias (MPF) à Cooperativa Mista Artesanal do Recife (COMAR)	19/06/1972	Em vigor
Ajuste sobre Aplicação, em Projetos de Cooperação Técnica, de Recursos Originados do Acordo Internacional sobre Cereais, de 1967	01/12/1972	Em vigor
Ajuste Modificativo de Ajuste ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	23/01/1975	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 26/04/1968, que Regulamenta o Projeto de Cooperação entre a (CARITAS) e Fundação Bahiana	26/05/1975	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 26/04/1968, sobre o Projeto de Cooperação entre o Instituto Ingenbohl e o Senai-BA.	05/08/1975	Em vigor
Ajuste Modificativo dos Incisos I e II do Anexo a do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968	27/07/1978	Em vigor

Acordo, por Troca de Notas, atualizando e Modificando o Protocolo de Assinatura Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968	12/02/1981	Em vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo de Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968, para Inclusão de Milão no Quadro de Rotas Brasileiro	27/04/1984	Em vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Econômica	06/07/1995	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos Regulares	29/07/1998	Em vigor
Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal	12/05/2004	Em vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista para Relações Comerciais e Econômicas	08/02/2007	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Suíça para o Estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica	14/08/2008	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de	15/06/2009	Tramitação CN

Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes

Àcordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia 29/09/2009 Tramitação CN

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SUÍÇA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Confederação Suíça
Superfície	41.285 Km²
Localização	Europa Central
Capital	Berna
Principais cidades	Zurich, Geneva, Basle, Berna, Lousanne
Idiomas	Alemão, francês, italiano
PIB Nominal (Estimativa 2010)	US$ 523,8 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2010)	US$ 67.154
PIB PPP (Estimativa 2010)	US$ 339 bilhões
PIB PPP "per capita" (2009)	US$ 43.464
Moeda	Franco Suíço

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2011

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010[1]
População (em milhões de habitantes)[2]	7,5	7,6	7,7	7,8	7,8
Densidade demográfica (hab/Km²)	181,7	184,1	186,5	188,9	188,9
PIB Nominal (US$ bilhões)[2]	391,2	434,1	502,4	491,9	523,8
Crescimento real do PIB (%)[2]	3,6	3,6	1,9	-1,9	2,6
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	1,1	0,7	2,4	-0,5	0,7
Reservas internacionais (US$ bilhões)	64,5	75,4	74,1	135,3	n.d
Câmbio (Swfr / US$)	1,25	1,20	1,08	1,09	1,04

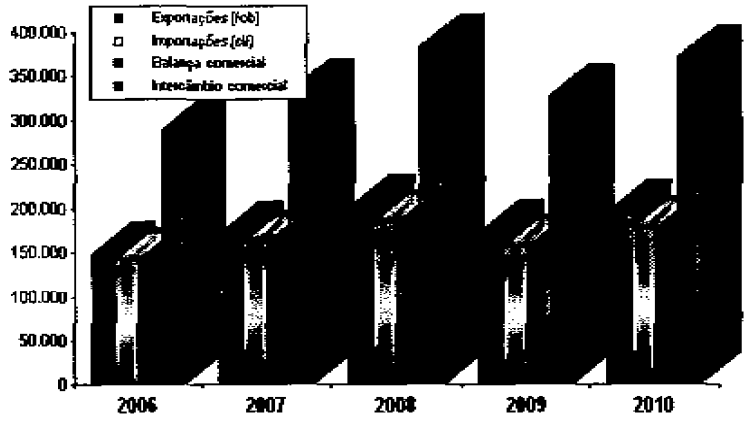
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2011
(1) 2010: Estimativa EIU
(2) 2010: dado real
n.d: dados não disponível

COMÉRCIO EXTERIOR[1] (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	147.865	171.778	200.065	172.448	195.091
Importações (cif)	141.283	160.963	183.002	155.549	175.799
Balança comercial	6.382	10.815	17.063	16.899	19.292
Intercâmbio comercial	288.948	332.741	383.067	327.997	370.890

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, May 200

[1] Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

Última posição em 23/05/201



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES:						
Alemanha	39.516	23,0%	33.259	16,6%	37.538	19,2%
Estados Unidos	19.221	11,2%	17.364	8,7%	19.817	10,2%
Itália	17.435	10,1%	14.552	7,3%	15.319	7,9%
França	17.187	10,0%	14.468	7,2%	14.964	7,7%
Reino Unido	10.331	6,0%	8.683	4,3%	11.497	5,9%
China	5.679	3,3%	5.086	2,5%	7.202	3,7%
Japão	6.519	3,8%	6.583	3,3%	6.452	3,3%
Hong Kong	5.735	3,3%	4.992	2,5%	6.298	3,2%
Áustria	5.568	3,2%	5.048	2,5%	6.226	3,2%
Espanha	6.883	4,0%	6.021	3,0%	6.121	3,1%
Países Baixos	5.869	3,4%	4.932	2,5%	5.581	2,9%
Bélgica	3.886	2,3%	3.589	1,8%	3.726	1,9%
Cingapura	2.121	1,2%	1.929	1,0%	2.789	1,4%
Canadá	2.234	1,3%	2.323	1,2%	2.772	1,4%
Rússia	2.941	1,7%	1.975	1,0%	2.597	1,3%
Índia	2.237	1,3%	1.992	1,0%	2.479	1,3%
Brasil	*2.230*	*1,3%*	*1.847*	*0,9%*	*2.219*	*1,1%*
Coréia do Sul	1.837	1,1%	1.755	0,9%	2.182	1,1%
Emirados Árabes Unidos	2.618	1,5%	2.055	1,0%	2.164	1,1%
Coréia	1.837	1,1%	1.755	0,9%		0,0%
SUBTOTAL	161.884	94,2%	140.208	70,1%	157.943	81,0%
DEMAIS PAÍSES	9.894	5,8%	59.857	29,9%	37.148	19,0%
TOTAL GERAL	171.778	100,0%	200.065	100,0%	195.091	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, May 2011

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

Última posição em 23/05/2011

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES:						
Alemanha	60.991	37,9%	50.723	27,7%	56.225	32,0%
Itália	20.127	12,5%	16.673	9,1%	17.998	10,2%
França	17.280	10,7%	14.479	7,9%	15.023	8,5%
Estados Unidos	10.612	6,6%	8.983	4,9%	9.384	5,3%
Países Baixos	8.345	5,2%	7.046	3,9%	7.994	4,5%
Áustria	7.326	4,6%	6.671	3,6%	7.632	4,3%
Reino Unido	6.722	4,2%	5.902	3,2%	6.825	3,9%
China	4.612	2,9%	4.760	2,6%	5.848	3,3%
Irlanda	4.582	2,8%	3.893	2,1%	5.628	3,2%
Bélgica	5.792	3,6%	4.391	2,4%	4.930	2,8%
Espanha	3.633	2,3%	3.538	1,9%	4.716	2,7%
Japão	3.895	2,4%	3.310	1,8%	3.464	2,0%
Vietnã	323	0,2%	1.857	1,0%	2.679	1,5%
República Tcheca	1.683	1,0%	1.588	0,9%	2.055	1,2%
Hong Kong	1.339	0,8%	1.057	0,6%	1.502	0,9%
Brasil	*909*	*0,6%*	*608*	*0,3%*	*818*	*0,5%*
SUBTOTAL	158.170	98,3%	135.377	74,0%	152.719	86,9%
DEMAIS PAÍSES	2.793	1,7%	47.625	26,0%	23.080	13,1%
TOTAL GERAL	160.963	100,0%	183.002	100,0%	175.799	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, May 2011

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

Última posição em 23/05/2011

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009[1]	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Produtos farmacêuticos	40.981	23,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	20.800	12,1%
Produtos químicos orgânicos	16.128	9,4%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	12.930	7,5%
Aparelhos de relojoaria e suas partes	12.186	7,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	11.776	6,8%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	10.233	5,9%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	4.739	2,7%
Plásticos e suas obras	4.481	2,6%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2.439	1,4%
Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de toucador	2.378	1,4%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	2.223	1,3%
Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados	1.935	1,1%
Subtotal	**143.229**	**83,0%**
Demais Produtos	**29.245**	**17,0%**
Total Geral	**172.474**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 23/05/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009[1]	Part % no total
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	16.741	10,8%
Produtos farmacêuticos	16.439	10,6%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	12.758	8,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	11.780	7,6%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	11.152	7,2%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	10.800	7,0%
Produtos químicos orgânicos	8.541	5,5%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	5.770	3,7%
Plásticos e suas obras	5.474	3,5%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	3.599	2,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	3.031	2,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2.770	1,8%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	2.504	1,6%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	2.096	1,3%
Vestuário e seus acessórios, de malha	2.090	1,3%
Aparelhos de relojoaria e suas partes	2.048	1,3%
Ferro fundido, ferro e aço	1.985	1,3%
Alumínio e suas obras	1.907	1,2%
Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas	1.782	1,1%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.586	1,0%
Subtotal	**124.854**	**80,4%**
Demais Produtos	**30.524**	**19,6%**
Total Geral	**155.378**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC – Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 23/05/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SUÍÇA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	847.654	1.114.311	1.331.783	1.107.451	1.476.931
Variação em relação ao ano anterior	58,5%	31,5%	19,5%	-16,8%	33,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a AELC[2]	59,1%	61,8%	56,9%	59,8%	59,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
Importações (fob)	1.319.708	2.191.324	2.246.670	2.050.857	2.625.796
Variação em relação ao ano anterior	8,9%	66,0%	2,5%	-8,7%	28,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da AELC [2]	78,7%	80,3%	77,5%	80,1%	102,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,4%	1,8%	1,3%	1,6%	1,4%
Intercâmbio Comercial	2.167.362	3.305.635	3.578.453	3.158.308	4.102.727
Variação em relação ao ano anterior	24,1%	52,5%	8,3%	-11,7%	29,9%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-AELC [2]	69,7%	72,8%	68,3%	71,6%	93,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,9%	1,2%	1,0%	1,1%	1,1%
Balança comercial	-472.054	-1.077.013	-914.887	-943.406	-1.148.865

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Aliceweb.

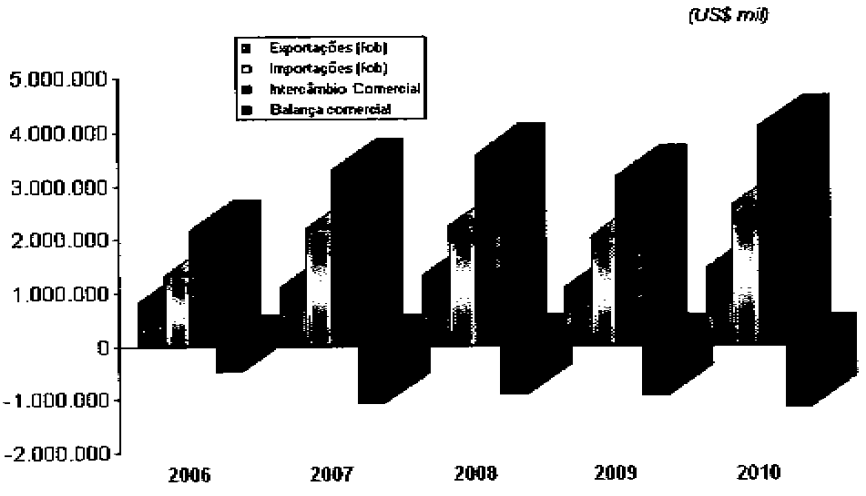
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e lacunas por diferenças em metodologias de apuração.

(2) AELC: Associação Européia de Livre Comércio: Islândia, Liechtenstein, Noruega, Suíça.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SUÍÇA (US$ mil, fob)	2010 (jan-abr)	2011 (jan-abr)
Exportações	504.084	474.755
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	9,2%	-5,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a AELC	62,4%	55,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,9%	0,7%
Importações	746.634	838.411
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	23,2%	12,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras da AELC	78,3%	76,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,4%	1,3%
Intercâmbio Comercial	1.250.718	1.313.166
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	17,1%	5,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-AELC	69,1%	68,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,2%	1,0%
Balança Comercial	-242.550	-363.656

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SUÍÇA
2006 - 2010



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Aliceweb

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SUÍÇA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, semipreciosas	161.895	12,2%	495.230	44,7%	540.389	36,6%
Alumínio e suas obras	457.835	34,4%	180.690	16,3%	406.113	27,5%
Embarcações e estruturas flutuantes	5	0,0%	1	0,0%	101.754	6,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	34.751	2,6%	59.125	5,3%	97.139	6,6%
Carnes e miudezas, comestíveis	69.193	5,2%	57.635	5,2%	59.296	4,0%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	86.166	6,5%	73.699	6,7%	49.415	3,3%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	7.136	0,5%	25.942	2,3%	30.255	2,0%
Algodão	35.967	2,7%	21.589	1,9%	276	0,0%
Ferro fundido, ferro e aço	30.075	2,3%	2.084	0,2%	12.695	0,9%
Subtotal	**883.023**	**66,3%**	**915.975**	**82,7%**	**1.297.332**	**87,8%**
Demais Produtos	**448.760**	**33,7%**	**191.476**	**17,3%**	**179.599**	**12,2%**
TOTAL GERAL	**1.331.783**	**100,0%**	**1.107.451**	**100,0%**	**1.476.931**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Alicweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SUÍÇA (US$ mil- fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	553.716	24,6%	372.207	18,1%	676.537	25,8%
Produtos farmacêuticos	584.436	26,0%	644.767	31,4%	618.179	23,5%
Produtos químicos orgânicos	427.260	19,0%	361.738	17,6%	423.022	16,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	131.820	5,9%	138.823	6,8%	292.473	11,1%
Instrumentos e aparelhos de ótica e fotografia	121.264	5,4%	134.481	6,6%	145.077	5,5%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	61.032	2,7%	56.996	2,8%	54.555	2,1%
Subtotal	**1.879.528**	**83,7%**	**1.709.812**	**83,3%**	**2.209.843**	**84,2%**
Demais Produtos	**367.142**	**16,3%**	**341.845**	**16,7%**	**415.953**	**15,8%**
TOTAL GERAL	**2.246.670**	**100,0%**	**2.850.857**	**100,0%**	**2.625.796**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Alicweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SUÍÇA (US$ mil - fob)	2010 (jan-abr)	% no total	2011 (jan-abr)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	218.663	43,4%	198.404	41,8%
Alumínio e suas obras	112.908	22,4%	138.893	29,3%
Carnes e miudezas, comestíveis	15.228	3,0%	20.125	4,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	75.810	15,0%	17.558	3,7%
Café, chá, mate e especiarias	2.157	0,4%	16.657	3,5%
Subtotal	**424.766**	**84,3%**	**391.637**	**82,5%**
Demais Produtos	**79.318**	**15,7%**	**83.118**	**17,5%**
TOTAL GERAL	**504.084**	**100,0%**	**474.755**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Produtos farmacêuticos	218.251	29,2%	244.321	29,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	160.192	21,5%	160.192	19,1%
Produtos químicos orgânicos	134.956	18,1%	100.268	12,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	50.345	6,7%	74.555	8,9%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	44.290	5,9%	63.710	7,6%
Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados	16.746	2,2%	24.020	2,9%
Plásticos e suas obras	14.652	2,0%	17.067	2,0%
Subtotal	**639.432**	**85,6%**	**684.133**	**81,6%**
Demais Produtos	**107.202**	**14,4%**	**154.278**	**18,4%**
TOTAL GERAL	**746.634**	**100,0%**	**838.411**	**100,0%**

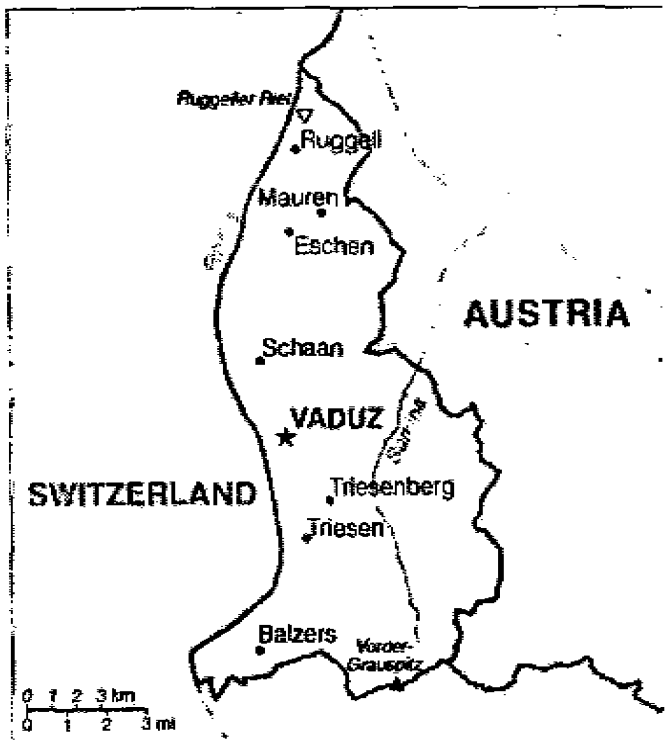
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Alicweb.

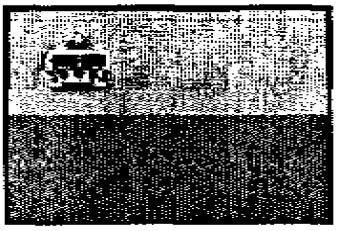
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-abr/2011..

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

PRINCIPADO DE LIECHTENSTEIN





Junho de 2011

ÍNDICE

Dados Básicos .....

Perfis Biográficos .....

Informações Gerais .....

Breve Histórico .....

Sistema Político .....

Economia .....

Política Interna e Política Externa .....

Relações Brasil-Liechtenstein .....

Empréstimos e Financiamentos Oficiais .....

Assuntos Consulares .....

Atos internacionais .....

Dados Econômico-Comerciais .....

Dados Básicos

Nome oficial e capital:	Principado de Liechtenstein, Vaduz
Idioma:	Alemão (oficial), dialetos alemães
Território e população:	160 km2; 35.236 (2011)
Forma de Estado:	Monarquia constitucional
Chefe de Estado:	Príncipe Hans Adam II (desde 13 de novembro de 1989)
Sistema de governo:	Parlamentarismo (Parlamento unicameral, o *Landtag*)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Klaus TSCHUETSCHER
Sistema legal:	Códigos Civil e Penal locais baseados no sistema da "civil law". Aceita a jurisdição compulsória da CIJ sem reservas
Sistema eleitoral:	Sufrágio universal (a partir de 18 anos)
Religião:	Católica Romana (76,2%), Protestante (7%), nenhuma (10,6%), outras (6,2%) (2002)
Densidade demográfica:	210 hab/km ² (2004)
PIB:	US$ 5,08 bilhões (2008)
PIB per capita:	US$ 141,1 mil (2008)
Crescimento do PIB:	1,8% (2008)
Moeda:	Franco suíço (CHF)
Expectativa de vida:	76 anos/homens e 83 anos/mulheres
Taxa de natalidade:	9,65/1000 hab. (2011)
Taxa de mortalidade infantil:	7,61/1000 nascidos vivos (2011)

COMERCIO BILATERAL (US$ MIL FOB)

Brasil-Liechtenstein	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 Jan-Mai
Intercâmbio	8.270,9	7.706,0	7.816,8	5.556,4	47.834,5	12.289,6	10.165,0	11.906,0	5.532,0
Exportações	1.957,9	1.196,5	649,3	128,3	41.816,1	367,8	247,4	278,0	51,0
Importações	6.313,0	6.509,5	7.167,5	5.428,0	6.018,4	11.921,8	9.917,5	11.628,0	5.481,0
Saldo	-4.355,0	-5.313,0	-6.518,2	-5.299,7	35.797,7	-11.553,9	-9.670,1	-11.350,0	-5.430,0

Fonte: MDIC

Perfis Biográficos

Príncipe Hans-Adam II

Nascido em 14 de fevereiro de 1945, filho primogênito do Príncipe Franz Joseph II de Liechtenstein e da Princesa Gina. Casado com a Condessa Marie Kinsky de Wichnitz e Tettau, têm 4 filhos.

Cresceu no Castelo Vaduz com sua família. Fez a escola primária e participou da escola de escoteiros em Vaduz. Como seu pai, o Prínce Hans Adam II entrou para o ensino médio da Schottengymnasium, em Viena, em 1956. Em 1960, ele foi transferido ao Gymnasium (high school) em Zuoz, onde graduou-se com ambos os diplomas suíço e alemão em 1965. Após sua graduação, trabalhou como trainee no Banco de Londres. No outono de 1965, o Príncipe Hans Adam II iniciou seus negócios e estudos econômicos na Universidade de St. Gallen. Completou seus estudos em 1969, com uma licenciatura. O Príncipe fala alemão, inglês e francês.

Em 1970, o Príncipe Franz Josef II confiou a seu filho a reorganização da administração dos ativos da *Princely House*. No curso da reorganização, os ativos privados do Príncipe Reinante eram consolidados nos Fundos da Casa. Em 1984, no 45º ano de seu Reinado, o Príncipe Franz Josef II indicou o Príncipe Hans Adam II como seu representante permanente e conferiu a ele mandato para administrar os negócios do Estado, de acordo com o artigo 13 da Constituição. Em 13 de novembro de 1989, com a morte de seu pai, Príncipe Franz Josef II, o Príncipe Hans Adam II assumiu a regência. Já durante esse tempo como representante do Príncipe, Hans Adam II engajou-se, particularmente, em uma política externa independente para Liechtenstein. Sob sua liderança, Liechtenstein obteve sucesso na sua entrada para as Nações Unidas em 1990 e para a EEA em 1995.

Klaus Tschütscher

Primeiro-Ministro

Nascido em 08 de julho de 1967, tem 2 filhos.

Estudou Direito na Universidade de ST Gallen, Suíça. Pós-graduado em Direito dos Negócios Internacionais pela Universidade de Zurique, Suíça.

Atividades anteriores:

Assistente de pesquisa na Universidade de St Gallen; Chefe de serviço legal da autoridade fiscal de Liechtenstein; Diretor de autoridade fiscal de Liechtenstein; Deu aulas na Hochschule Liechtenstein; Afiliações: Desde 2005, membro da presidência do Partido da União Patriótica

Atividades políticas:

Primeiro-Ministro desde 25 de março de 2009; Vice-Primeiro-Ministro entre 2005 e 2009; Ministro dos Assuntos Gerais do Governo, Finanças, Família e Igualdade de Oportunidade.

Informações Gerais

Breve Histórico

O Principado de Liechtenstein foi estabelecido em 1719 como feudo do Sacro Império Romano-Germânico, após aquisição de seus domínios pela família austríaca Liechtenstein. Em 1806, ratificou a Confederação do Reno, após a dissolução do Sacro Império, tornando-se Estado soberano. Ocupado tanto por tropas francesas quanto russas durante as Guerras Napoleônicas, o Principado recuperou sua independência em 1815 com a Confederação Germânica. Em 1862, a Constituição é promulgada, com o *Landtag* sendo o representante das camadas populares na sociedade. O Principado tornou-se totalmente independente em 1866 com a dissolução da Confederação. Até o final da I Guerra Mundial, Liechtenstein consentiu uma união econômica com a Áustria, mas a devastação econômica causada pelo conflito levou o Principado a estabelecer união aduaneira e monetária com a Suíça. Liechtenstein tornou-se território neutro, posição respeitada, inclusive, durante as Grandes Guerras Mundiais.

Em 1978, Liechtenstein aderiu ao Conselho da Europa; em 1990, foi aceito na Organização das Nações Unidas; em 1993, entrou para o EFTA. Em 1995, entrou para a Área Econômica Européia e tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio.

Em 15 de Agosto de 2004, Hans-Adam II do Liechtenstein formalmente delegou seus poderes ao filho, Alois de Liechtenstein. Hans Adam II, contudo, mantém-se como Chefe de Estado.

Sistema Político

O Principado de Liechtenstein é uma monarquia constitucional com regime parlamentarista de governo. O Príncipe é um monarca hereditário. O líder do maior partido no Parlamento é indicado para a chefia do Governo e o líder do maior partido de oposição é indicado para o cargo de Vice-Primeiro-Ministro. O Parlamento é unicameral, com 25 membros, eleitos por voto direto, para mandato de quatro anos. O Gabinete é eleito pelo parlamento e confirmado pelo príncipe. Os dois principais partidos políticos são o Partido dos Cidadãos progressistas de Liechtenstein e o Partido da União Democrática.

O Príncipe Regente é o Chefe de Estado. Exerce seu direito de autoridade de Estado de acordo com a Constituição e demais mecanismos legais. O Príncipe Regente representa o Estado nas suas relações com outros Estados e participa do processo legislativo por meio de apresentação de propostas de governo. O Príncipe Regente abre o Parlamento no início do ano na cerimônia da Fala do Trono e encerra suas atividades no final do ano. O tradicional discurso, feito por ocasião da sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos do "Landtag" (Assembléia Nacional), é o principal evento político do Principado, revelador das grandes linhas que nortearão o Governo nos meses subseqüentes.

Por recomendação do Parlamento, o Príncipe regente pode indicar e destituir o Governo, nomear juízes para a Corte de Justiça, para a Corte de Apelação e para a Suprema Corte, Presidentes e Vice-Presidentes da Corte Constitucional e da Corte Administrativa e vetar leis.

Todo ato internacional que passe pela aprovação do Parlamento, deve ser igualmente submetido a referendum popular.

O Governo de Liechtenstein possui os seguintes Ministérios, cuja principal responsabilidade é participar no Governo e na administração do país, no quadro das reuniões de Governo:

- Ministério dos Assuntos Gerais do Governo
- Ministério das Finanças
- Ministério da Família
- Ministério da Igualdade de Oportunidades
- Ministério da Economia
- Ministério dos Transportes
- Ministério da Construção e obras Públicas
- Ministério da Saúde Pública
- Ministério dos Assuntos Sociais
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério do planejamento do uso da terra
- Ministério da Agricultura e das Florestas
- Ministério dos Assuntos Domésticos
- Ministério da Educação
- Ministério dos Esportes
- Ministério dos Assuntos Estrangeiros
- Ministério da Justiça
- Ministério dos Assuntos Culturais

Economia

Apesar de um país pequeno e com limitados recursos naturais, a economia do Principado de Liechtenstein é próspera, altamente industrializada e amparada em um forte setor financeiro, o que proporciona aos seus habitantes um padrão de vida compatível com o dos grandes centros urbanos da Europa ocidental. Com baixa alíquota de tributos sobre a renda e com regras acessíveis de incorporação, cerca de 25 mil empresas possuem sedes estabelecidas em Liechtenstein, fator responsável por 30% da receita do Estado. O país faz parte de uma união aduaneira com a Suíça e usa o franco suíço como sua moeda nacional. Desde 1995, o Principado é membro da Área Econômica Européia (EEA).

Ao contrário da Suíça, que se recusou, por força de referendum popular, a associar-se a esse espaço, Liechtenstein dele faz parte, juntamente com os demais países da EFTA (Noruega e Islândia). Na EEA, vigoram as chamadas quatro liberdades (capital, bens, pessoas e serviços), mas a área, como um todo, não constitui uma união aduaneira. Para Liechtenstein, especificamente, há exceções importantes: não vale a livre movimentação de pessoas, e em capital e serviços tampouco se aplicam normas comuns em matéria de impostos.

Política Interna e Política Externa

O Principado de Liechtenstein elegeu novo Governo no início de 2009 composto de forma majoritária pelo Partido da União Patriótica e pelo Partido Progressista Burguês, tendo sido empossados, no dia 25 de março de 2009, o Ministro-Presidente Klaus Tschütscher, 42 anos, um dos líderes do partido União Patriótica (VU - Vaterländische Union) e o Vice-Presidente, Martin Meyer, 37 anos, do Partido Progressista Burguês (FBP - Fortschrittliche Bürgerpartei). O governo foi eleito com 24 dos 25 votos apurados pela Assembléia Legislativa de Vaduz.

Em entrevista concedida ao Neue Zürcher Zeitung NZZ, em março de 2009, o Ministro Presidente eleito, esboçou o seu plano de governo, respaldado pela coalizão entre os dois grandes partidos conservadores, o Partido da "União Patriótica" o VU- Vaterländische Union e o Partido Progressista Burguês (FBP- Fortschrittliche Bürgerpartei).

Tschütscher afirmou que a coalizão desejava "uma política aberta, transparente e que pudesse ser eficiente em comunicar-se". Tchütscher ressaltou, ainda, que Liechtenstein estava havia nove anos em lista de paraísos fiscais da OCDE e que desejava envidar esforços para colaborar com a comunidade internacional, a exemplo da Confederação Suíça, utilizando como instrumento a assinatura de acordos bilaterais.

Em entrevista concedida ao periódico "Volksblatt", em março de 2009, o ministro da Economia Martin Meyer, por sua vez, declarou que, diante da crise econômico-financeira mundial, o novo Governo deveria assumir maior responsabilidade no que diz respeito à necessidade de dar incentivo ao mercado de trabalho, combater o desemprego (sobretudo de jovens) e dar apoio à indústria local. Deu ênfase, ainda, à necessidade de aprovação e implementação de reforma tributária. Esta seria a única maneira possível, conforme afirmado pelo Ministro Meyer, de adquirir vantagens no mercado internacional conferindo novas perspectivas à indústria do Principado, essencialmente voltada para a exportação.

Por ocasião do Ano Novo, no dia 31 de dezembro de 2009, em entrevista ao periódico do Liechtenstein, "Volksblatt - Die Tageszeitung für Liechtenstein", o Príncipe Herdeiro Alois vaticinou dificuldades maiores em 2010 do que aquelas verificadas em 2009 e anunciou reformas políticas para o Principado. Solicitou aos cidadãos e à classe política apoio para levar a cabo reformas que classificou de impopulares e drásticas, porém necessárias, com previsão de cortes orçamentários que permitiriam uma economia de escala de 160 milhões de francos suíços nos próximos anos.

Conforme afirmou, 2009 caracterizou-se por ser um ano de desafios, durante o qual foi possível assinar acordos com a Alemanha e o Reino Unido, no âmbito do combate à fraude e à evasão fiscais, que permitiu a retirada do país da lista "cinza" da OCDE. O Principado estabeleceu, ainda, em 2009 relações diplomáticas com a República Tcheca e a Eslováquia.

Dentre as medidas anunciadas, deu ênfase à reforma tributária e à retomada de negociações com vistas a novos acordos fiscais bilaterais. Mencionou, ademais, alterações no sistema educacional, cortes de subsídios estatais para o seguro-saúde, reforma administrativa e redução de gastos públicos.

A respeito de eventual adesão à União Européia, o Príncipe respondeu que as relações mantidas com o Espaço Econômico Europeu ainda se revelam a via mais adequada de integração do país à Europa.

O Príncipe Hans-Adam II, pai do príncipe regente, lançou no final de 2009 um livro elogiando o modelo estatal do Liechtenstein como o "modelo do futuro". O Príncipe Alois concorda majoritariamente com as opiniões do seu pai, no sentido de que o Principado já é detentor de um bom modelo, que pode servir de base para que o país possa atingir um patamar ainda mais elevado no futuro, desde que reformas sejam implementadas.

O periódico solicitou a impressão do Príncipe Herdeiro Alois sobre a frase recorrente "small is beautiful" no livro do Príncipe Hans-Adam II. Em resposta, afirmou que Estados pequenos possuem vantagens comparativas, com estruturas pequenas e atraentes e qualidades que lhe são inerentes, como flexibilidade e rapidez.

Em meados de 2010, Aurélia Frick, Ministra de Assuntos Estrangeiros, da Justiça e da Cultura, em discurso sobre a política externa do país intitulado "Liechtenstein: a reliable partner in the world", fez referência, em primeiro lugar, à Conferência de Revisão do Estatuto de Roma, que teve lugar de 31 de maio a 11 de junho de 2010, em Kampala, presidida pelo Embaixador do Principado junto às Nações Unidas, Christian Wenasser. Ressaltou a presidência de turno do Liechtenstein no Tribunal Penal Internacional desde 2008, como fato demonstrativo de que "even a small country can make an active contribution within the framework of the UN" e celebrou o fato de o TPI ter chegado a um acordo sobre a definição pelo direito internacional do crime de agressão.

Deu ênfase ao fato de ser o Principado de Liechtenstein" a reliable and predictable member" da comunidade internacional, como consequência de sua atuação positiva em vários organismos internacionais, principalmente no que se refere à luta contra a lavagem de dinheiro e o terrorismo. No que se refere ao sistema bancário e à praça financeira do Liechtenstein, afirmou os compromissos do país com as regras da OCDE, postas em prática após 12 de março de 2009, com o estabelecimento de novos paradigmas, a aplicação dos padrões da OCDE sobre transparência e troca de informações, assinaturas de acordos bilaterais, e respeito à privacidade e à confidencialidade. Apontou a relevância das relações mantidas com a tríade Suíça, Áustria e Alemanha, países com os quais mantêm constante cooperação em matérias econômicas, judiciárias, culturais e de transporte. Afirmou que vinha observando um alto nível de aprovação da política externa do país e da nova orientação do seu sistema financeiro pelos parceiros europeus. Fez menção, ainda, ao restabelecimento das relações com a República Tcheca.

No tocante aos organismos internacionais, afirmou que o Principado mantém uma participação em forma de círculos concêntricos, em função das limitações de recursos humanos, com foco prioritário para as Nações Unidas, seguida da OMC, da Associação Européia de Livre Comércio (EFTA), da EEA (European Economic Area), da OSCE e do Conselho da Europa. Aurélia Frick reiterou o papel do Principado como membro ativo da comunidade internacional que promove a paz e a democracia e o respeito aos direitos humanos e concorre para a luta contra a pobreza, no contexto da sua política de solidariedade.

O Primeiro Ministro-Adjunto e responsável pela pasta de Economia, Martin Meyer, apresentou o tema "A Praça Econômica do Liechtenstein - Status Quo e Previsão". O Principado, segundo Meyer, podia regozijar-se por ter retomado o rumo de crescimento econômico após a crise econômico-financeira de 2008, com uma pauta de exportações, no primeiro quadrimestre de 2010, 13% maior se comparada com aquela referente ao mesmo período de 2009, um aumento de 4% dos fundos geridos por sua praça bancária e uma taxa de desemprego de 2,9%. Liechtenstein também estaria em situação bastante confortável diante de tragédias financeiras como aquelas vividas pela Islândia e pela Grécia e das medidas de rigor estabelecidas pela maioria dos membros da UE. Preconizou, contudo, a necessidade de realizar uma gestão saudável da economia do país, como atesta o redimensionamento do orçamento do Principado, efetivado desde 2009.

Apontou a necessidade de manter a competitividade das 3.500 empresas em operação no país e das multinacionais do Liechtenstein, com base em princípios de criatividade e renovação e com o estabelecimento de metas de crescimento a longo prazo. Afirmou que o Liechtenstein, na sua condição de Estado de pequena dimensão, logrou obter benefícios da globalização, apesar de uma certa tendência ao ceticismo diante do novo e do que vem do exterior, e tem tomado medidas constantes para a abertura do seu mercado interno, principalmente na última década. Retomou o tema da Declaração do Principado de março de 2009 e dos compromissos afirmados com as regras da OCDE e a boa vontade do país em intensificar a cooperação em matéria fiscal e levar a cabo acordos para evitar a bitributação.

O Primeiro-Ministro Klaus Tschütscher fez apresentação sobre o tema "O Modelo do Liechtenstein - Da Visão à Realidade". Recordou o mundo de um ano antes, sacudido por ondas de choque da crise financeira e bancária, que deixava entrever naquele momento, meados de 2010, os primeiros sinais de otimismo na economia. Para que eles persistissem, Tschütscher apontou o papel da opinião pública e dos Governos. O Principado do Liechtenstein foi, segundo o Primeiro-Ministro, indiretamente afeta-

do pela crise, mas logrou permanecer, ao lado da Suíça, um "oásis de estabilidade", mantida a saúde de suas instituições bancárias e o bom curso dos negócios de suas empresas, apesar da tendência generalizada de recessão na economia mundial.

Conforme afirmado pelo Primeiro-Ministro Tschütscher, o êxito do modelo do Principado apoia-se em quatro pilares a saber: (i) processo contínuo de reformas econômico-financeiras não influenciado por períodos de crise, oferecendo como exemplo a regulamentação da praça financeira do Principado nos últimos quinze anos com base nos padrões europeus e a revisão integral da legislação tributária do país; (ii) as reformas devem ser levadas a cabo por meio de consenso nacional, e sua busca constitui esforço constante dos partidos políticos do Principado, diferenças ideológicas à parte; (iii) o sistema constitucional do Principado, com base na estabilidade do regime monárquico hereditário, que se revela sólido para um Estado de pequeno porte e eficaz para enfrentar os desafios do Terceiro Milênio; segundo Tschütscher, o Principado é um representante privilegiado da quintessência da história europeia, com respaldo no "Cristianismo, na dignidade humana, no Iluminismo e na identidade"; (iv) o último pilar seria a Agenda 2020 do Governo do Principado, com base em um planejamento estratégico dividido em seis objetivos, dentre os quais a melhoria da qualidade de vida, o incremento do poder de atração da sua praça financeira e comercial e o fortalecimento do Estado no âmbito da globalização.

Relações Brasil-Liechtenstein

Brasil e Liechtenstein mantêm relacionamento tradicional e cordial, de caráter essencialmente protocolar. Em razão da exigüidade territorial e populacional do Principado (cerca de 160 km² —área inferior à do Plano Piloto de Brasília— e apenas 35 mil habitantes), o intercâmbio com o Brasil apresenta níveis mínimos.

O diálogo político processa-se pela Embaixada do Brasil em Berna e, ocasionalmente, pela Embaixada da Suíça em Brasília, representante dos interesses do Principado no território nacional.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há empréstimo ou financiamento oficial para tomador soberano do Principado de Liechtenstein.

Assuntos Consulares

Não existe Consulado Honorário em Liechtenstein. O Conselho de Cidadãos sob a jurisdição de CONSBRAS Zurique também representa a comunidade brasileira no Principado.

Atos internacionais

➢ Entendimento sobre dispensa de vistos para turistas

Data de celebração: 11/12/1948.

Dados Econômico-Comerciais

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS LIECHTENSTEIN

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LIECHTENSTEIN[1] (US$ mil)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	128	41.816	368	247	278
Variação em relação ao ano anterior	-80,3%	32568,8%	-99,1%	-32,9%	12,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a AELC[2]	0,0%	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações (fob)	5.428	6.918	11.922	9.968	11.628
Variação em relação ao ano anterior	-24,3%	10,9%	98,1%	-16,8%	17,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras da AELC [2]	0,3%	0,2%	0,4%	0,4%	0,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	5.556	47.834	12.290	10.165	11.906
Variação em relação ao ano anterior	-28,9%	760,9%	-74,3%	-17,3%	17,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-AELC [2]	0,2%	1,1%	0,2%	0,2%	0,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança Comercial	-5.300	35.798	-11.554	-9.671	-11.350

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Aliceweb

(1) As altas parciais observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) AELC: Associação Européia de Livre Comércio: Islândia; Liechtenstein; Noruega; Suíça.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LIECHTENSTEIN[1] (US$ mil, fob)	2010 (jan-mai)	2011 (jan-mai)
Exportações	140	51
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	2233,3%	-63,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a AELC[2]	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	3.898	5.481
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	4,2%	40,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras da AELC [2]	0,3%	0,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	4.038	5.532
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	7,6%	37,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-AELC [2]	0,2%	0,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	-3.758	-5.430

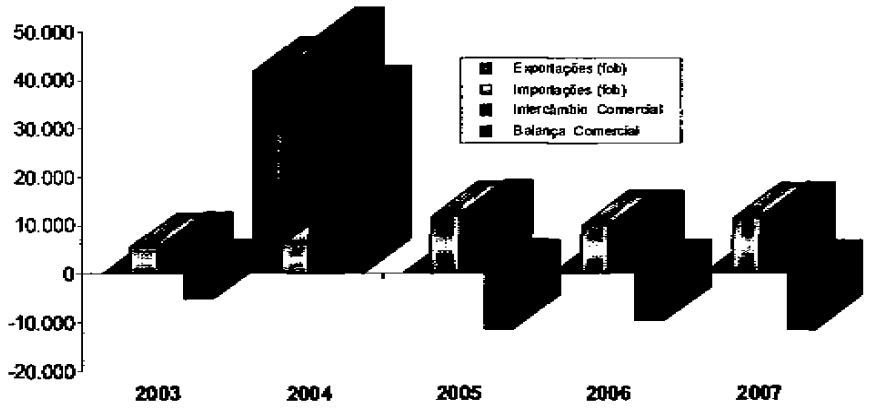
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As altas parciais observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) AELC: Associação Européia de Livre Comércio: Islândia; Liechtenstein; Noruega; Suíça.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LIECHTENSTEIN
2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Aliceweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS LIECHTENSTEIN

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LIECHTENSTEIN (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	63	17,1%	4	1,6%	165	59,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1	0,3%	8	3,2%	40	14,4%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	0	0,0%	18	7,3%	20	7,2%
Obras de pedra, gesso, cal e cimento	51	13,9%	135	54,7%	15	5,4%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	19	5,2%	58	23,5%	13	4,7%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1	0,3%	11	4,5%	13	4,7%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	0	0,0%	0	0,0%	5	1,8%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	228	62,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	363	98,6%	234	94,7%	271	97,5%
Demais Produtos	5	1,4%	13	5,3%	7	2,5%
TOTAL GERAL	368	100,0%	247	100,0%	278	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS LIECHTENSTEIN

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LIECHTENSTEIN (US$ mil- fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Veículos automóveis, tratores, ciclos	3.864	32,6%	6.321	63,7%	6.561	56,4%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	1.096	9,2%	1.372	13,8%	1.741	15,0%
Produtos farmacêuticos	1.620	13,6%	827	8,3%	1.294	11,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	496	4,2%	681	6,9%	553	4,8%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	165	1,4%	84	0,8%	365	3,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	596	5,0%	105	1,1%	219	1,9%
Plásticos e suas obras	14	0,1%	75	0,8%	214	1,8%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	168	1,4%	72	0,7%	210	1,8%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	3.209	26,9%	279	2,8%	183	1,6%
Subtotal	**11.248**	**94,3%**	**9.816**	**99,0%**	**11.340**	**97,5%**
Demais Produtos	**674**	**5,7%**	**102**	**1,0%**	**288**	**2,5%**
TOTAL GERAL	**11.922**	**100,0%**	**9.918**	**100,0%**	**11.628**	**100,0%**

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Alicweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apurados em 2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS LIECHTENSTEIN

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LIECHTENSTEIN (US$ mil - fob)	2010 (jan-mai)	% no total	2011 (jan-mai)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Veículos automóveis, tratores, ciclos	0	0,3%	47	92,2%
Plásticos e suas obras	0	0,0%	4	7,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	2	1,4%	0	0,0%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	122	87,1%	0	0,0%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica	15	10,7%	0	0,0%
Subtotal	**139**	**99,6%**	**51**	**100,0%**
Demais Produtos	**1**	**0,4%**	**0**	**0,0%**
TOTAL GERAL	**140**	**100,0%**	**51**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Veículos automóveis, tratores, ciclos	2.388	61,3%	3.382	61,7%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	461	11,8%	657	12,0%
Produtos farmacêuticos	338	8,7%	421	7,7%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	279	7,2%	382	7,0%
Instrumentos musicais	127	3,3%	250	4,6%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	98	2,5%	133	2,4%
Subtotal	**3.691**	**94,7%**	**5.225**	**95,3%**
Demais Produtos	**207**	**5,3%**	**256**	**4,7%**
TOTAL GERAL	**3.898**	**100,0%**	**5.481**	**100,0%**

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Alicweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-mai/2011.

Aviso nº 462 - C. Civil.

Em 12 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor IGOR KIPMAN, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça, e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 122, DE 2011
(nº 320/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Os méritos do Senhor José Luiz Machado e Costa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de agosto de 2011.

EM No 00345 MRE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos/COLOG
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
Claudia [illegible] de Sousa
Brasília-DF 19/07/11 20:38

00001.007315/2011-39

Brasília, 19 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 345 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 19 de julho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA*
CPF.: 077.127.660-53
ID.: 8152 MRE

1952	Filho de Manuel Antonio da Costa e Clóris Machado e Costa, nasce em 31 de janeiro, em Porto Alegre/RS
Dados Acadêmicos:	
1975	Direito pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1992	CAD - IRBr
2000	CAE - IRBr, O Papel do Brasil na Construção de uma Visão Sul Americana de Defesa
Cargos:	
1981	CPCD - IRBr
1982	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1994	Primeiro-Secretário, por merecimento
1999	Conselheiro, por merecimento
2005	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2011	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1983-84	Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica, assistente
1984-85	Departamento de Promoção Comercial, assessor
1985-87	Setor de Controle de Exportação de Material de Emprego Militar, Chefe
1987-90	Missão junto à OEA, Washinton, Terceiro e Segundo-Secretário
1990-94	Embaixada em Bogotá, Segundo Secretário
1994-95	Divisão de Visitas, Subchefe
1995-00	Presidência da República, Cerimonial, Adjunto
2000-02	Ministério da Defesa, Assessor Especial do Ministro
2002-06	Missão junto à OEA, Washington, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2006-08	Embaixada em Assunção, Ministro-Conselheiro
2008	Embaixada do Brasil em Paramaribo, Embaixador

Condecorações:

1996	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1996	Orden del Libertador, Venezuela, Oficial
1997	Ordine Al Merito, Itália, Oficial
1997	Ordre Nationale du Mérite, França, Cavaleiro
1998	Orden de Isabel la Católica, Espanha, Comendador
1999	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2000	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2001	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2001	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
2002	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador

Publicações:

1999	Balanço Estratégico na América do Sul, in Revista Política Externa

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores

Subsecretaria-Geral das Américas do Sul, Central e do Caribe (SGAS)

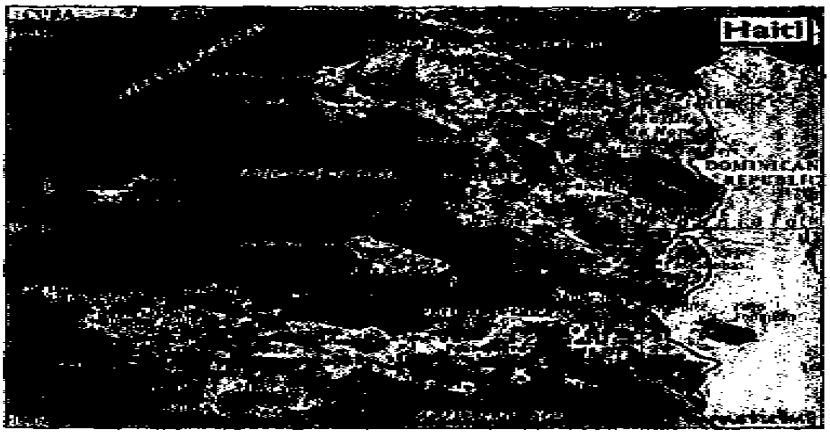
Departamento da América Central e Caribe (DACC)

Divisão do Caribe (DCAR)

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

República do Haiti





JULHO DE 2011

Índice

Dados Básicos.....

Perfil Biográfico.....

Relações Bilaterais.....

Cooperação Técnica.....

Assistência Humanitária e Segurança Alimentar .....

Cooperação Cultural e Educacional.....

Política Comercial e Investimentos .....

Atuação do Brasil na MINUSTAH.....

Imigração haitiana para o Brasil .....

Comunidade brasileira no Haiti .....

Empréstimos e financiamentos oficiais .....

Política Interna.....

Política Externa.....

Economia.....

Anexos.....

Cronologia Recente das Relações Bilaterais .....

Cronologia Histórica Recente .....

Atos bilaterais .....

Dados econômicos e principais indicadores.....

Dados Básicos

NOME OFICIAL	República do Haiti
CAPITAL	Porto Príncipe
ÁREA	27.800 km²
POPULAÇÃO (2010)	9,7 milhões
IDIOMAS	Francês e créole (ambos oficiais).
ETNIAS	Negros (95%), Mulatos e Brancos (5%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católica (80%), Protestantes (16%) e Vodu
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista com Primeiro-Ministro
CHEFE DE ESTADO	Michel Martelly (desde 14.05.2011)
CHEFE DE GOVERNO	-
MRE	-
REPR. EXT. E PLENIP. DO HAITI NO BRASIL	Jean-Pierre Idalbert
EMBAIXADOR EM PORTO PRÍNCIPE	Igor Kipman
PIB REAL (2010 est.)	US$ 6,5 bilhões
PIB PPP (2010 est.)	US$ 11,1 bilhões
PIB "PER CAPITA" (2010 est.)	US$ 669
PIB PPP "PER CAPITA" (2010 est.)	US$ 1.200
UNIDADE MONETÁRIA	Gourde

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ MILHÕES FOB) – Fonte: MDIC

Brasil → Haiti	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-jun)
Intercâmbio	**23,8**	**31,8**	**25,6**	**46,2**	**66,8**	**76,9**	**51,1**	**34**	**55,4**	**25,6**
Exportações	23,7	31,6	25,4	46,0	66,5	76,6	49,6	33	54,6	25,2
Importações	0,05	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	1,5	0,9	0,7	0,4
Saldo	23,7	31,4	25,2	45,9	66,2	76,3	48,1	32,1	53,9	23,8

Perfil Biográfico

MICHEL JOSEPH MARTELLY
PRESIDENTE

- Assumiu a Presidência haitiana em 14/05 de 2011.
- Músico profissional, anunciou candidatura à Presidência em julho de 2010.
- Em 1997, gravou vídeo educativo sobre prevenção contra a AIDS, *Knowledge is Power*.
- Após a segunda queda de Jean-Bertrand Aristide, participou de concerto gratuito contra o retorno do político ao País.
- Ganhou popularidade artística com o ritmo *compas*.
- Na volta ao Haiti, começou a tocar teclado, em Petionville e Kenscoff.
- Nos Estados Unidos, trabalhou na construção civil por um ano, retornando ao Haiti em 1987.
- Casou-se com Sophia Saint Rémy em Miami.
- Emigrou para os Estados Unidos junto com esposa norte-americana. Matriculou-se no Red Rocks Community College, em Lakewood, Colorado. Após um semestre, em 1986, divorciou-se e retornou ao Haiti.
- Estudou no Collège Roger Anglade, no Saint Louis de Gonzague e no Centre d'Etudes Secondaires, onde graduou-se no ensino médio.
- Nasceu em Porto Príncipe em 12 de fevereiro de 1961.

Relações Bilaterais

Com população de 9,7 milhões de habitantes e PIB per capita de US$ 669 (cerca de 6% do PIB per capita brasileiro), o Haiti é o país mais pobre do continente americano. Ocupa a posição 145 no universo de 169 países avaliados com base no Índice de Desenvolvimento Humano, além de ser o único país das Américas que integra a relação de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) das Nações Unidas. Aos desafios de ordem estrutural no Haiti se somaram os efeitos humanitários e materiais do terremoto de janeiro de 2010.

Em resposta a tais desafios, o Governo brasileiro tem adotado estratégia multifacetada de assistência ao desenvolvimento do Haiti, com expressão em iniciativas implementadas em três eixos paralelos: i) a participação no processo de reconstrução do Haiti; ii) a cooperação bilateral (a exemplo de cooperação técnica, assistência humanitária e cooperação educacional); iii) e a atuação no âmbito da MINUSTAH.

O compromisso do Governo brasileiro com as iniciativas representadas por estes três eixos foram reiterados pelo Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, em sua mais recente visita a Porto Príncipe, dia 11 de julho de 2011, Na ocasião, em que foi recebido pelo Presidente Martelly, o Ministro reiterou, também, a estratégia de aprofundar a cooperação técnica (sobretudo em saúde, energia e agricultura), agradeceu o apoio do Governo haitiano para a eleição do Doutor José Graziano da Silva para a Direção-Geral da FAO e manifestou desejo de estimular aproximação do setor privado do Brasil com o Haiti.

Atuação do Brasil no processo de reconstrução

O processo de reconstrução do Haiti tem como referência o terremoto de janeiro de 2010, que acarretou impactos nos âmbitos demográfico (mais de 200 mil vítimas fatais e de 1,2 milhão de desabrigados), econômico, social e institucional.

Sua extensão ensejou mobilização da comunidade internacional, culminando na realização da Conferência Internacional de Doadores para o Haiti (Nova York, 31 de março). Na ocasião, a comunidade internacional anunciou compromissos de contribuição equivalentes a US$ 5,7 bilhões, para o biênio 2010 e 2011. De tal montante, US$ 172 milhões corresponderam à promessa de contribuição do Governo brasileiro (a quinta maior promessa apresentada em NY).

Em 2010, decorridos poucos dias após o terremoto, o Presidente Lula enviou ao Congresso Nacional medida provisória com autorização de recursos de aproximadamente 375 milhões de reais para atividades dos Ministérios Brasileiros que estavam envolvidos em atividades relacionadas à assistência humanitária e à reconstrução do Haiti: R$ 205,05 milhões para o Ministério da Defesa, R$ 135 milhões para o Ministério da Saúde, R$ 35,5 milhões para o Ministério das Relações Exteriores. A medida provisória (MP nº 480, de 2010) foi posteriormente convertida na Lei nº 12.239 de 19 de maio de 2010.

A Conferência Internacional de Doadores para o Haiti também foi importante para a definição de mecanismos financeiros, com destaque à constituição do Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH). Em maio de 2010, o Brasil tornou-se o primeiro país a efetuar contribuição financeira ao FRH, no montante de US$ 55 milhões. Do total aportado, US$ 15 milhões foram transferidos com o objetivo de propiciar ajuda direta ao orçamento do Governo haitiano, e US$ 40 milhões compreenderam recursos no âmbito do Programa Brasil - UNASUL, em linha com a Decisão de Solidariedade da UNASUL com o Haiti (Quito, fevereiro de 2010).

A cooperação regional em benefício do Haiti tem-se refletido em iniciativas da UNASUL, salientando-se o estabelecimento de Secretaria Técnica em Porto Príncipe (agosto de 2010). A Secretaria tem o objetivo de coordenar a implementação de Plano de Ação da UNASUL para o Haiti, por meio de projetos nas áreas de agricultura e segurança alimentar, capacitação e redução de riscos/proteção em face de inundações e furacões.

O Governo brasileiro integra o Comitê Diretor do FRH, que tem a atribuição de alocar os recursos do Fundo a projetos específicos. O Comitê é presidido por representante do Governo do Haiti e integrado por doadores que tenham realizado contribuição mínima de US$ 30 milhões (EUA, Canadá, Noruega, Espanha e Japão, além do Brasil). Até o momento, o Fundo recebeu contribuição aproximada de US$ 335 milhões, com a expectativa de aportes adicionais a curto e médio prazos. De tal montante, cerca de US$ 223 milhões foram alocados para a implementação de doze projetos.

O Governo brasileiro também integra a Comissão Interina para Reconstrução do Haiti (CIRH). Instituída por decreto presidencial (21/4/10), a CIRH tem o mandato de "conduzir o planejamento estratégico e a coordenação" da ajuda internacional ao país. Ela é co-presidida pelo Primeiro-Ministro do Haiti e pelo ex-Presidente dos EUA, Bill Clinton – na condição de Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Haiti, desde maio de 2009 - e integrada por representantes do Governo e

da sociedade civil haitianos, bem como dos principais doadores internacionais para o Haiti (Brasil, União Européia, Espanha, França, Canadá, Estados Unidos, Japão, Noruega, Venezuela, PNUD, Banco Mundial e BID).

Estabelecida por período de 18 meses - prazo que o Conselho da Comissão estuda prorrogar -, a CIRH também terá importância em matéria de formulação de políticas públicas no Haiti, na medida em que se prevê sua conversão em agência de desenvolvimento do Governo haitiano, ao final do período. Até o momento, a Comissão logrou aprovar 87 projetos em benefício do Haiti, com orçamento aproximado de US$ 3,2 bilhões. Sua mais recente reunião (VI reunião) ocorreu em Porto Príncipe, nos dias 7 e 8 de abril.

A Secretaria-Executiva da Comissão apresentou Plano Estratégico, estabelecendo metas a serem cumpridas até o encerramento do mandato da CIRH (outubro de 2011, em princípio). O Plano estabelece objetivos em oito setores prioritários: i) habitação (realocação de 400 mil pessoas dos acampamentos); ii) remoção de entulho (remoção de 40% do entulho remanescente); iii) educação (construção de 250 escolas temporárias e de 60 escolas fundamentais, assistência a 500 mil crianças, treinamento de 5 mil professores); iv) energia (aumento de 20% no período disponível de oferta a 30 mil unidades familiares); v) saúde (construção e reforma de 40 hospitais e 75 clínicas, treinamento de 4 mil profissionais de saúde); vi) criação de empregos (construção de 2 ou 3 parques industriais e geração de empregos fora de Porto Príncipe); vii) água e saneamento básico (elevação das taxas de acesso a água potável (de 2% para 50%) e a latrinas (de 10% para 27%)); viii) capacidade institucional (assistência a órgãos governamentais).

Nos últimos meses, são observados progressos nos esforços de reconstrução. De acordo com a "Matriz de Acompanhamento de Deslocados" da Organização Internacional de Migrações, atualmente haveria 635 mil pessoas vivendo em campos de deslocados (ou em condições semelhantes), em contraste com a situação observada em julho de 2010 (1,5 milhão de pessoas nos campos).

Para que resultados positivos se mantenham, é fundamental a confirmação dos desembolsos prometidos pela comunidade internacional. De acordo com estimativas do Escritório do Enviado Especial para o Haiti, em 2010 e 2011 (até junho) foram realizados desembolsos efetivos no montante de US$ 1,74 bilhão, o que corresponderia a 37,8% do montante prometido para o biênio integral.

Estimativas do mesmo Escritório singularizaram a contribuição apresentada pelo Brasil, que teria sido o único país a realizar desembolso superior à sua promessa de contribuição para 2010 (US$ 95 milhões), além de realizar o maior desembolso total (assistência humanitária e apoio à reconstrução) no universo de países doadores no período (US$ 278 milhões).

Em sua atuação tanto no Conselho da Comissão Interina como no Comitê Diretor do Fundo de Reconstrução, o Governo brasileiro tem conferido prioridade à implementação de projetos com os seguintes objetivos e características: i) impacto social significativo, em vista das carências significativas do Haiti – do que é exemplo a cooperação Brasil-

Cuba-Haiti na área de saúde; ii) fortalecimento dos fundamentos políticos e econômicos do desenvolvimento de longo-prazo – do que é exemplo o projeto de Artibonite 4C; iii) contribuição à segurança e estabilidade internas, por meio de iniciativas em apoio à Polícia Nacional e ao sistema judicial haitianos, bem como à MINUSTAH.

Cabe assinalar, ainda, a constituição de Secretaria Técnica da UNASUL em Porto Príncipe, no dia 31 de agosto, em linha com a Decisão de Solidariedade da UNASUL com o Haiti (Quito, 9 de fevereiro). Em 28 de janeiro, assinou-se o Acordo de Sede do órgão em Porto Príncipe. A Secretaria Técnica coordenará a implementação do Plano de Ação da UNASUL para o Haiti, com a execução de projetos em três áreas (agricultura e segurança alimentar; redução de riscos/proteção em face de inundações e furacões; capacitação).

Cooperação na área de saúde

A cooperação na área de saúde constitui a parcela principal da contribuição do Brasil à reconstrução do Haiti, na medida em que mobiliza recursos da ordem de R$ 135 milhões. A implementação do programa foi aprovada pela CIRH, por ocasião de sua II reunião (agosto de 2010). A cooperação tem sido realizada nos âmbitos bilateral e, sobretudo, trilateral, ao amparo do Memorando de Entendimento Brasil – Cuba – Haiti para o Fortalecimento do Sistema de Saúde e de Vigilância Epidemiológica no Haiti, firmado em março de 2010.

O programa baseia-se no princípio de fortalecimento da autoridade sanitária haitiana, buscando incentivar a transição ou a transferência de atividades para o Ministério da Saúde do Haiti. Seus principais projetos compreendem a construção e implementação de unidades de saúde (UPAs), a aquisição de medicamentos e material médico-hospitalar para compor o estoque das unidades de saúde, o estabelecimento de Instituto Haitiano de Reabilitação e a formação de agentes comunitários e técnicos de saúde, entre outras iniciativas.

Em março de 2011 foi concluída a formação dos primeiros 58 Agentes Comunitários de Saúde, estando prevista a realização de novo curso (agosto ou setembro) que capacitará 160 auxiliares de enfermagem e outros 180 Agentes Comunitários. Equipes do Ministério da Saúde, da FIOCRUZ e da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia organizaram a Semana de Vacinação das Américas no Haiti, em que os Departamentos de Sudeste e Oeste tiveram atualizadas carteiras de vacinação infantil. Por meio de contrato com o sistema das Nações Unidas (UNOPS), o Governo brasileiro também ordenou a compra de 30 ambulâncias, com chegada prevista ao Haiti no dia 7 de agosto. Também está prevista a chegada ao Haiti, na segunda quinzena de agosto, de doação brasileira de 300.00 litros de Ringer + Lactato e equipamentos de infusão para apoiar os tratamentos de cólera no país, em resposta a solicitação do Ministro da Saúde haitiano.

No segundo semestre de 2011, deverão estar concluídos os projetos de construção do Hospital Comunitário de Referência de Bon Repos e do Instituto Brasil-Haiti de Reabilitação na mesma localidade. Atualmente, o projeto, junto com aquele referente ao hospital de Croix-des-Bouquets, encontra-se na etapa de licitação. O início das obras está previsto para setembro.

Hidrelétrica de Artibonite 4C

O Governo brasileiro tem apoiado a possibilidade de construção de represa e hidrelétrica na região de Artibonite 4C. Para tanto, financiou e

elaborou o estudo técnico relativo ao projeto (ao custo de US$ 2,5 milhões), acolhendo solicitação apresentada pelo Governo haitiano em maio de 2008.

Com orçamento de US$ 191 milhões, o projeto foi aprovado pela CIRH (agosto de 2010). Em dezembro de 2010, o estudo técnico foi submetido à apreciação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em abril último, o Departamento de Infra-estrutura e Meio-Ambiente e o Grupo de Resposta ao Haiti do BID encaminharam análise econômica preliminar do documento. Sua conclusão geral assinala que o projeto é "altamente competitivo" à luz de seus impactos diferenciados (geração de eletricidade, irrigação agrícola, controle de enchentes, impacto futuro no balanço de pagamentos haitiano), contribuindo para a geração doméstica de energia sustentável.

Uma vez implementada, a hidrelétrica terá localização próxima à cidade de Mirebalais (60 km de Porto Príncipe) e potência instalada de 32 MW, o que possibilitará geração de energia anual de 158,4 GWh/ano. Deverá atender cerca de 230 mil famílias (cerca de 1 milhão de cidadãos haitianos). Além de trazer benefícios de curto e longo-prazos, no plano da infra-estrutura, o projeto também representará oportunidades de emprego para a comunidade local durante o período de construção (cerca de 40 meses), na medida em que abrirá cerca de 700 postos de trabalho. Trará, ainda, benefícios no plano ambiental, com a maior participação de fontes renováveis na matriz energética haitiana.

Até o momento, o projeto contaria com as seguintes fontes de financiamento: i) US$ 40 milhões que Governo brasileiro logrou "reservar" de sua contribuição depositada no Fundo de Reconstrução do Haiti; ii) US$ 30 milhões de apoio do BID, autorizados pelo Presidente da instituição. Serão retomados contatos e gestões junto a parceiros internacionais (a exemplo dos Governos de Canadá, Noruega e Estados Unidos), com vistas à cobertura do hiato de recursos necessários à implementação do projeto.

Cooperação Técnica

A cooperação técnica apresenta contribuição central às estratégias bilaterais em apoio ao desenvolvimento haitiano. Executada por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, em parceria com entidades governamentais, sociedade civil e organismos internacionais, a cooperação técnica no Haiti contempla iniciativas em diversas áreas, tais como: agricultura e segurança alimentar, formação profissional, segurança, educação, justiça, inserção social e esporte, saúde, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Com fundamento no Acordo Básico de Cooperação Técnica Bilateral, o Brasil atualmente desenvolve quase 40 projetos em benefício do Haiti, no âmbito bilateral ou em parceria com terceiros países ou instituições internacionais. Tal relação compreende 17 projetos em execução em 2011 (US$ 20 milhões), 1 projeto pronto para execução em 2011, 12 projetos em fase de análise e outros 10 em prospecção.

Seguem informações sobre algumas das iniciativas mais importantes no plano da cooperação técnica.

Projetos em execução em 2011

A.1 Criação de uma Unidade de Demonstração e de Validação de Tecnologias Agrícolas na Fazenda do Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR) em Fond des Nègres, Departamento de Nippes (total aproximado: US$ 5 milhões)

Em parceria com o IICA e a Embrapa, o projeto foi iniciado em 2008 e prevê o estabelecimento de uma unidade de divulgação de tecnologias agrícolas na Comuna de Fond des Nègres, Departamento de Nippes. Tal unidade será a sede física do Programa Estratégico Brasil-Haiti nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional.

A.2 - Aperfeiçoamento dos Sistemas de Produção de Milho, Arroz, Feijão e Mandioca (total aproximado: US$ 1,2 milhão)

Trata-se de um conjunto de quatro projetos, um para cada cultura, com metodologia e escopos similares que complementam o projeto de Fond des Nègres. O objetivo principal é desenvolver culturas agrícolas que compõem a base alimentar da população haitiana, de forma sustentável.

A.3 - Centro de Formação Profissional Haiti-Brasil de Aprendizagem Industrial (total aproximado: US$ 4 milhões)

Em parceria com o SENAI, o projeto prevê a implantação de centro de referência em formação profissional em mecânica, eletricidade, informática e confecção.

A.4 - Instituto Haiti-Brasil de Reabilitação de Pessoas com Deficiência (total aproximado: US$ 6,2 milhões)

O projeto consiste na construção e funcionamento, por 3 anos, do Instituto Haitiano de Reabilitação, que deverá caracterizar-se como uma unidade de saúde pública que ofereça atenção diagnóstica e terapêutica para pessoas com deficiência física, auditiva, visual e/ou intelectual. As atividades incluem assistência terapêutica, realização de ações educativas e comunitárias, adaptação de órteses e próteses e meios auxiliares de locomoção, e a capacitação de profissionais.

A.5 - Inclusão Social por meio da Prática Desportiva em Futebol (total aproximado: US$ 800 mil)

A ser desenvolvido com a Olé Brasil, representa a primeira parceria da ABC com o setor privado. O projeto prevê a formação física, técnica e tática em futebol de 11 jovens haitianos, durante 9 meses, por especialistas brasileiros em território nacional. Inclui também a continuação dos estudos dos haitianos em uma escola privada e cobertura médica e odontológica, além do intercâmbio cultural.

A.6 - Apoio à Implantação e Implementação de Banco de Leite Humano no Haiti (total aproximado: US$ 318 mil)

Em parceria com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), banco de leite humano de referência nacional será instalado no Hospital Charles Colimon, em Petite Rivière de l'Artibonite, para promoção do aleitamento materno e consequente diminuição da mortalidade infantil.

A.7 - Capacitação para elaboração de Políticas Públicas de Museus por meio da Reconstrução do Museu de Arte Haitiana do Colégio Saint Pierre (total aproximado: US$ 467 mil) – projeto assinado em 2010 e pronto para execução em 2011

O projeto deve contemplar a reforma do prédio do museu, assim como a capacitação dos técnicos para manutenção e preservação do acervo.

A.8 - Capacitação da Polícia Nacional do Haiti (PNH) – Fase III (total aproximado: US$ 228 mil)

A terceira fase do projeto dá continuidade às ações realizadas nas fases anteriores de capacitação de policiais da PNH. A primeira consistiu em treinamento de abordagem policial e foi realizada em 2009. A segunda fase tratou da formação de instrutores-multiplicadores em armamento e tiro, bem como doação de munição com fins instrucionais e foi concluída em 2010. A terceira fase contemplará treinamento em defesa pessoal policial.

Há conjunto significativo de projetos que se encontram em fase de elaboração ou de negociação com o Governo haitiano. Destacam-se, entre outros, os seguintes projetos:

i)Centro de Formação Profissional SENAC - aprendizagem na área de comércio e serviços (total aproximado: US$ 2,3 milhões)

Em parceria com o SENAC, o projeto deverá promover a implantação, em Porto Príncipe, de Centro de Formação Profissional para transferência de tecnologias de gestão educacional, especialmente nas áreas de turismo e hospitalidade (prevê-se a inclusão de 2.200 alunos no mercado de trabalho por ano)

ii) Capacitação na Área de Defesa Civil (total aproximado: US$ 167.000,00)

Em parceria com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o projeto fornecerá treinamento ao Corpo de Bombeiros da Polícia Nacional do Haiti em técnicas de salvamento e pré-atendimento hospitalar

iii) Revitalização do Centro de Saúde de La Plaine (total aproximado: US$ 653.000,00)

O projeto prevê a instalação de um laboratório de análises clínicas no Centro de Saúde de La Plaine, para atendimento à população carente de Cité Soleil.

Assistência Humanitária e Segurança Alimentar

A assistência humanitária do Brasil ao Haiti elevou-se a nível ainda mais significativo após o terremoto de 2010, por meio de contribuições voluntárias de emergência a organismos internacionais, envio de doações e equipes e mobilização do Itamaraty e dos Ministérios da Defesa, Integração Nacional e Saúde. O valor total da assistência emergencial prestada nos primeiros seis meses pós-terremoto superou US$ 160 milhões, incluindo contribuições de US$ 3 milhões ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) e US$ 2 milhões à FAO para assistência alimentar e agrícola às vítimas do desastre.

O Brasil tem apoiado o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do povo haitiano, buscando compartilhar a experiência brasileira do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – que concede acesso universal à alimentação para estudantes, quilombolas e assentados da reforma agrária -- e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – que estimula o desenvolvimento da agricultura familiar por meio de compras governamentais diretas, para fornecimento à população em risco alimentar e nutricional.

O Governo brasileiro tem buscado estimular o aperfeiçoamento do Programa Nacional de Cantinas Escolares (PNCS) haitiano, sobretudo por

meio de fundo específico mantido junto ao PMA, contemplando a capacitação de profissionais haitianos e a implantação de cozinhas escolares. Recursos brasileiros da ordem de US$ 2 milhões foram mobilizados, ao longo dos últimos dois anos, para o fortalecimento do PNCS.

O saldo do crédito extraordinário específico para assistência humanitária ao Haiti pós-terremoto, no valor de US$ 5,65 milhões, será destinado à instalação de "Lèt Agogo" no Haiti, por intermédio da FAO e do PMA. O projeto é inspirado no PAA brasileiro, contemplando apoio aos Ministérios de Educação e de Agricultura haitianos para estabelecimento de política pública participativa de compras governamentais de derivados do leite e arroz, produzidos por organizações de pequenos e médios agricultores e destinados à alimentação escolar em escolas. Serão beneficiadas cerca de 6 mil famílias de agricultores familiares em cinco anos, com o fornecimento de alimentos para 20 mil estudantes no período.

Em 2011, foi autorizado o envio de US$ 120 mil para aquisição local de alimentos, a serem distribuídos em ações cívico-sociais realizadas pelas tropas brasileiras que integram a MINUSTAH, e de US$ 42 mil para compra local de produtos lácteos a serem fornecidos à Escola Frederic Ozanam, especializada no atendimento aos "restavecs" (crianças abandonadas). No contexto da aprovação da Lei 12.429/11, que autoriza o envio de alimentos de estoques públicos brasileiros a países em insegurança alimentar e nutricional, o Haiti será beneficiado, a princípio, com a doação de 9.543 toneladas de feijão e com 15.000 toneladas de arroz. Os custos associados ao envio e a distribuição dos referidos alimentos serão cobertos por parceria entre o Governo espanhol e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA).

O Brasil também tem contribuído para a recuperação do setor agrícola haitiano por intermédio de organizações de sociedade civil, como a Via Campesina, que mantém equipe de agentes de desenvolvimento agrícola no Haiti. Com o apoio do Governo brasileiro, parte da atividade da Via Campesina consiste de projeto de cisternas que beneficiam grupos de agricultores familiares e escolas. Com o apoio da Marinha do Brasil, foram enviadas 2 mil cisternas ao Haiti, doadas pelo Governo do Estado da Bahia, com utilização em projetos de recuperação agrícola. A parceria com a Via Campesina também contempla o fornecimento de insumos agrícolas, viabilizado pela FAO.

Em agosto de 2010, o Governo brasileiro realizou contribuição voluntária à ONG Viva Rio, no valor de US$ 252 mil, para apoio a atividades do Centro Comunitário, mantido pela organização em Porto Príncipe, que abriga programas educacionais para cerca de 700 crianças e adolescentes.

Com vistas a reforçar a coordenação entre o Governo haitiano e as organizações de sociedade civil brasileiras que desempenham atividades de assistência humanitária e segurança alimentar e nutricional no Haiti, o Governo brasileiro organizou Fórum de Diálogo da Sociedade Civil, por intermédio da Embaixada em Porto Príncipe. A primeira edição do Fórum (setembro de 2010) contou com a participação de representantes do Governo brasileiro, Governo haitiano (Secretaria de Produção Animal e Programa Nacional de Cantinas Escolares), organizações (Via Campesina, Visão Mundial/Brasil, Action Aid/Brasil, Viva Rio e outras) e agências do Sistema das Nações Unidas (observadoras).

Na segunda edição do Fórum (fevereiro de 2011) foram discutidos temas como o maior envolvimento de organizações civis na formulação e implementação do projeto "Lèt Agogo" e nas atividades da Viva Rio.

Cooperação Cultural e Educacional

Também se ressaltam iniciativas de cooperação bilateral nos planos cultural e educacional. Na área educacional, destacam-se três projetos: Programa Emergencial Pró-Haiti em Educação Superior; Programa Estudantes-Convênio de Graduação; e Programa Jovens camponeses haitianos no Brasil.

O Programa Emergencial Pró-Haiti em Educação Superior foi instituído pela CAPES, em abril de 2010, no âmbito do Memorando de Entendimento para a Reconstrução, Fortalecimento e Recomposição do Sistema de Educação Superior do Haiti, assinado por ocasião da visita do Sr. PR a Porto Príncipe em 25 de fevereiro. O objetivo do Programa consiste em apoiar a formação de recursos humanos e a reestruturação de instituições haitianas de ensino superior, e suas modalidades incluem:

- Concessão de bolsas de graduação-sanduíche (além de custos de mensalidade, passagens aéreas e custeio aos coordenadores locais), com base em diagnóstico do ensino superior haitiano, elaborado por pesquisadores da CAPES enviados a campo e que indicou os cursos de graduação prioritários para a definição de até 500 bolsas de estudo. Os estudantes das instituições de ensino superior de Porto Príncipe deverão estudar em universidades brasileiras, por um período de 18 meses (1 semestre de curso de língua portuguesa e 2 semestres de cursos de graduação), a partir de agosto de 2011;
- Apoio à reestruturação de Instituições de Ensino Superior (IES) haitianas. Com a colaboração de IES brasileiras, a CAPES poderá enviar docentes e pesquisadores de modo a cobrir falta de professores e apoiar na recomposição das instituições haitianas, com base no referido diagnóstico;
- Apoio a cursos de português para estrangeiros. A CAPES apoiará cursos de português para estrangeiros, oferecidos pelas IES brasileiras que aplicam o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (Celpe-Bras), com vistas a preparar estudantes haitianos para a realização dos cursos superiores no Brasil.

No âmbito do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), o Brasil selecionou 48 estudantes haitianos no período de 2006 a 2011, dos quais 32 ainda estão no País. Desse total, 16 recebem bolsas de estudo oferecidas pelo Governo brasileiro. Todos os 32 estudantes haitianos cursaram um ano de português como língua estrangeira, em universidades brasileiras, a fim de serem preparados para o exame de obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (Celpe-Bras), antes de iniciarem seus cursos de graduação.

O terceiro programa (Jovens camponeses haitianos no Brasil) consiste em intercâmbio, por meio do qual a Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF (Guararema, SP), com o apoio da organização Via Campesina no Haiti, está recebendo, desde março de 2010, aproximadamente 150 jovens haitianos em comunidades camponesas e escolas técnicas de agroecologia em diversas cidades brasileiras, com duração de um ano. A ENFF e seus colaboradores se responsabilizam pela manutenção e regresso ao país de origem dos jovens camponeses haitianos, além de cobrir despesas médicas e hospitalares.

Ainda no campo da educação, o Brasil contribuiu com US$ 400 mil para programa da UNESCO (em execução) para formação de professores aptos a atuarem em situações "pós-traumáticas".

No quadro das iniciativas em prol do desenvolvimento econômico do Haiti, o Governo brasileiro tem trabalhado para a adoção de programa de concessão de preferências comerciais ao setor têxtil e de confecções do Haiti. O objetivo da iniciativa é promover exportações ao Brasil do setor têxtil, intensivo em mão-de-obra, de modo a contribuir para o desenvolvimento haitiano a partir da reestruturação do parque fabril têxtil que já existia no país, antes do terremoto de 2010.

Também se pretende que a iniciativa viabilize o acesso de insumos brasileiros em exportações preferenciais haitianas de produtos têxteis para o mercado dos EUA, por meio de sinergias com o programa norte-americano "Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act "(HOPE II), renovado pela iniciativa "Haiti Economic Lift Program Act" (HELP).

A CAMEX aprovou, em 2009, o início do desenvolvimento do programa brasileiro, que está sendo discutido no âmbito de grupo interministerial coordenado pelo Itamaraty. No âmbito do MERCOSUL, foi concedido, em 02/08/2010, "waiver" que autoriza o programa. Será também necessário solicitar "waiver" à OMC.

O texto do programa já está praticamente definido, restando pendente a habilitação jurídica para que a CAMEX possa implementá-lo, o que requer alteração na legislação brasileira.

A iniciativa conta com firme apoio do setor privado brasileiro. A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (ABIT) tem manifestado interesse em realizar investimentos produtivos no Haiti, principalmente caso seja possível aproveitar as oportunidades oferecidas pelo programa norte-americano HOPE II. Seria especialmente atraente para o setor privado brasileiro que Governo norte-americano aprovasse alterações em seu programa, a fim de conceder acesso preferencial ao mercado norte-americano a produtos têxteis do Haiti que utilizem insumos brasileiros. A Associação também tem mantido contato com representantes da ABICALÇADOS sobre oportunidades para investimentos do setor calçadista no Haiti.

Embora os investimentos brasileiros não tenham sido concretizados, a ABIT vem envidando esforços, por meio de contato com suas associadas e autoridades haitianas, para mapear as oportunidades de investimento e suas vantagens, os principais desafios a serem superados e formas de viabilizá-los. Embora tenham interesse em projetos no Haiti, as empresas contatadas demonstram sensibilidade com relação a fatores de risco (precária infra-estrutura; histórico de instabilidade político-social).

Por sua vez, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) vem desenvolvendo estudos de mapeamento das oportunidades de inserção do setor têxtil brasileiro no Haiti, em parceria com a ABIT, no contexto do Programa de Desenvolvimento da Produção setorial. Tais estudos poderão colaborar para maior engajamento do empresariado brasileiro e estimular seu interesse em concretizar investimentos no país.

Missão chefiada pela Ministra da Indústria e Comércio do Haiti, Josseline Féthière, esteve em abril de 2011 no Brasil, para divulgar oportunidades de investimento, em particular no setor têxtil haitiano. Manteve encontros com autoridades governamentais e com empresas brasileiras (setor têxtil, principalmente, e construtoras).

A conjuntura empresarial haitiana tem como marco recente o projeto de instalação de parque industrial no norte do país, a partir de Memorando

de Entendimento (set./2010) firmado entre os Governos norte-americano e haitiano, o BID e empresa têxtil coreana (Sae-A). O início das atividades manufatureiras está previsto para o primeiro trimestre de 2012, a partir dos investimentos projetados dos EUA (US$ 120 milhões), da empresa Sae-A (ao menos US$ 78 milhões) e do BID. A primeira fase do projeto deverá resultar na criação de 20 mil empregos (que poderão chegar a 65 mil empregos, posteriormente). O Governo haitiano planeja a realização de uma segunda fase do projeto, com a expectativa de novos investimentos (inclusive brasileiros).

Em matéria de presença empresarial brasileira no Haiti, cabe salientar a assinatura de contrato, em 2009, da construtora OAS com o Governo haitiano para construção da rodovia "Camp Perrin-Jérémie". A obra vai ligar as cidades de Jérémie e Les Cayes, no oeste do país, integrando os departamentos de Grand Anse e Sud. Com orçamento de US$ 95 milhões, a obra conta com financiamento da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA) e do BID. A empresa estima que a estrada possa ser concluída ainda em 2011. Estão envolvidos no projeto cerca de mil trabalhadores.

Atuação do Brasil na MINUSTAH

Desde a criação da MINUSTAH, em 2004, o Brasil tem liderado a missão, contribuindo com o maior contingente de tropas e com todos os "Force Commanders". Em número de efetivos, antes estavam presentes em torno de 1.200 tropas brasileiras a serviço da ONU no Haiti; hoje são 2.187 militares, incluindo companhia de engenharia com 250 homens. O atual "Force Commander" da MINUSTAH é o General Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira.

Em 6 de abril, o PR colombiano Juan Manuel Santos presidiu debate aberto do CSNU sobre Haiti. Diversas delegações criticaram a falta de coordenação dos esforços internacionais de cooperação com o Haiti, que não estariam produzindo resultados significativos. O SGNU destacou que o processo de reconstrução está começando a ganhar impulso, mas recordou que os apelos humanitários (incluindo o apelo para o combate à cólera) continuam sem receber os recursos necessários. Os EUA sublinharam a necessidade de canalizar a ajuda internacional ao Haiti por meio do Fundo e da Comissão de Reconstrução.

Há entre alguns países sul-americanos crescente interesse em que o mandato da MINUSTAH reflita melhor as necessidades do contexto haitiano e tenha caráter mais "desenvolvimentista". Assim, entre 27/06 a 01/07, será realizada em Porto Príncipe missão do Grupo de Trabalho e Diálogo (GTD) dos países sul-americanos com presença na MINUSTAH. O objetivo da missão, que compreende uma fase técnica e uma política, é colher informações sobre a atual conjuntura haitiana em áreas como segurança, ambiente político, governabilidade e situação humanitária que possam subsidiar decisões acerca do futuro da Missão.

O Brasil coincide com a visão de outros países sul-americanos de que o mandato da MINUSTAH deve, de algum modo, responder a necessidades e demandas em matéria socioeconômica. Defende, entretanto, que um futuro exercício de reconfiguração da MINUSTAH deve levar necessariamente em conta as condições de segurança e os avanços no fortalecimento da Polícia Nacional do Haiti (PNH). Ou seja, o propósito de fortalecer o mandato da Missão em apoio ao desenvolvimento socioeconômico do Haiti não deve dar-se em detrimento de sua capacidade

de secundar os esforços do governo de garantir a estabilidade e a ordem pública.

Sem prejuízo do que precede, a defesa de envolvimento da MINUSTAH em assistência ao desenvolvimento socioeconômico do Haiti deve estar centrada na necessidade de reforçar a atuação da Missão na capacitação e fortalecimento das instituições haitianas e no apoio aos esforços de reconstrução e defender maior papel da Missão como instância de coordenação dos atores que atuam em áreas afetas ao mandato da MINUSTAH.

A Resolução 1944 (2010), que renovou o mandato da MINUSTAH até outubro de 2011, manteve o nível de tropas e policiais autorizado pelas resoluções 1908 e 1927 (ou seja, 8940 militares e 4391 policiais), que haviam elevado o contingente da Missão para fortalecer sua capacidade de apoio aos esforços humanitários pós-terremoto. Está previsto que a ONU deverá avaliar o formato da Missão e oferecer recomendações. Estima-se que o teto de policiais e militares deverá retornar aos níveis anteriores ao terremoto.

A Resolução 1944 (2010) reforça, ainda, o papel da Missão na reconstrução do Haiti, em particular ao autorizar auxílio civil ao governo haitiano, com apoio logístico e cessão de técnicos, para fortalecer o estado de direito e acelerar implementação da estratégia do governo de reassentamento dos deslocados internos. Recomenda o pleno uso dos meios e capacidades existentes, incluindo os engenheiros, com vistas a reforçar ainda mais a estabilidade no Haiti. Reitera, ademais, o mandato de apoio às eleições e incentiva o auxílio ao Governo no combate às gangues, ao crime organizado, ao tráfico de drogas e de crianças. Encoraja, igualmente, a capacitação da PNH.

O mais recente relatório semestral do SGNU sobre a MINUSTAH, de março de 2011, observa que a atuação da PNH melhorou desde o terremoto (faz especial menção ao trabalho realizado pela Polícia durante as eleições); mas houve aumento na atividade das gangues e na violência nos campos de deslocados internos. O Plano de Reforma da PNH (2006-2011) se encerra em dezembro próximo, e o relançamento do processo exigirá análise conjunta com o novo governo. Com relação à situação humanitária, o relatório observa ter diminuído pela metade, desde julho de 2010, o número de pessoas vivendo nos campos de deslocados internos (atualmente 680 mil). Afirma que o aumento no valor dos alimentos e do petróleo são fatores com grande potencial de desestabilização no Haiti, em razão do impacto que têm nas condições de vida da população.

Novo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas

Em 16/5, o CSNU assentiu à intenção do SGNU de nomear o ex-chanceler chileno Mariano Fernandez para suceder o Embaixador Edmond Mulet no cargo de Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Haiti, confirmando sua indicação para o cargo. Mariano Fernández foi chanceler chileno de 2009 a 2010. Anteriormente, foi Embaixador do Chile nos EUA (2006 -2009), no Reino Unido (2002-2006) e na Espanha (2000-2002). Formado em direito pela Universidade Católica do Chile, Mariano Fernández permaneceu exilado na Alemanha durante o regime militar chileno (1974 -1982), época em que trabalhou como editor.

Imigração haitiana para o Brasil

Desde antes do terremoto de 2010, nacionais haitianos vêm ingressando no Brasil por Tabatinga, Assis Brasil, Corumbá e outros pontos de fronteira nos estados da Amazônia e Mato Grosso. No início de 2011, as rotas passaram a incluir o estado do Acre, com o súbito afluxo simultâneo de dezenas de haitianos em Brasiléia, ingressados pela fronteira com a Bolívia. No início, os imigrantes haitianos procuraram legalizar sua entrada no Brasil, pedindo vistos. Ao verem o pedido denegado, contudo, passaram a adotar o procedimento de solicitação de refúgio, alegando não terem condições de retorno em conseqüência do terremoto. Refletindo operação bem organizada, todos os imigrantes que chegam hoje ao Brasil reportam-se à superintendência da Polícia Federal e solicitam refúgio.

Ao receber pedido de refúgio (prerrogativa de qualquer estrangeiro que já se encontra em solo brasileiro), a Polícia Federal é obrigada por lei a aceitá-lo e conceder visto temporário de permanência ou trabalho, enquanto o pedido de refúgio é analisado pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Em 2010, o CONARE verificou que os imigrantes haitianos não preenchiam os requisitos para obtenção de refúgio político ou econômico, na medida em que muitos eram oriundos de regiões no Haiti não afetadas pelo terremoto (ocorrido, há mais de um ano). Os pedidos passaram a ser repassados ao Conselho Nacional de Imigração (CNig), para eventual avaliação de status migratório regular, diverso daquele de refugiado. Até o momento, o CNIg autorizou visto para todos os imigrantes haitianos que ingressaram no Brasil, inclusive com base em considerações de ordem política. Os haitianos têm-se dirigido a São Paulo, Rondônia e outras regiões, em busca de empregos, sobretudo na construção civil.

A rota da maior parte dos imigrantes haitianos inclui a República Dominicana, Equador (com trecho aéreo São Domingo-Quito) e Peru (com trecho por terra, a partir de Quito). Do Peru, ingressam no Brasil por terra. O ingresso no Equador por via aérea é viabilizado pelo fato de o Equador não exigir visto para o ingresso de haitianos.

A atual política migratória equatoriana está vigente desde a Constituição de 2008. Decreto presidencial de junho de 2008 estabeleceu a isenção de visto para o ingresso no país de cidadãos de qualquer nacionalidade que permaneçam no Equador por até 90 dias. Em primeira medida de restrição da "política de portas abertas", em 2009, o Governo do Equador passou a exigir visto para ingresso de cidadãos chineses. No ano seguinte, somou à lista Afeganistão, Bangladesh, Eritreia, Etiópia, Nepal, Nigéria, Paquistão, Quênia e Somália, após detectar "inusual fluxo migratório de pessoas desses países", com a possibilidade de "utilização do Equador como ponte no trânsito (de migrantes) para terceiros países". Tal lista não cita o Haiti, uma vez que aqueles nacionais não permanecem em território equatoriano, direcionando-se ao Peru, que tampouco exige visto para nacionais haitianos.

Identificadas as rotas de ingresso clandestino de imigrantes haitianos, o Governo brasileiro solicitou o apoio dos Governos do Equador e do Peru, para fins de avaliação conjunta do fenômeno migratório e das modalidades de combate, incluindo a imposição de visto. As autoridades equatorianas têm resistido a medidas de controle migratório dos haitianos (assinalando ônus político interno, sem benefícios ao país), ao passo que as autoridades peruanas manifestaram interesse em cooperação do Brasil. Nesse contexto,

foi proposto em março pacote de cooperação, incluindo projetos do Departamento de Polícia Federal (capacitação e cooperação policial), da Agência Brasileira de Inteligência (capacitação e cooperação na área de inteligência) e da Agência Brasileira de Cooperação (controle das vias fluviais e outros). Aguarda-se decisão final do Governo peruano sobre a matéria, em meio à transição governamental.

Imigrantes haitianos continuam a ingressar em território brasileiro, o que tem motivado preocupação do Governo do Acre e da prefeitura de Tabatinga em matéria de impactos orçamentários (assistência social). Também haveria manifestações de interesse, por parte dos imigrantes haitianos, no sentido de trazer familiares ao Brasil.

Comunidade brasileira no Haiti

A comunidade brasileira no Haiti é composta de 119 pessoas, sobretudo funcionários de ONGs e religiosos (Irmãs Missionárias do Espírito Santo, Ordem Dominicana de Nossa Senhora do Rosário, Ordem das Missionárias da Caridade (Madre Teresa de Calcutá)), que atuam em entidades de assistência social. Os efetivos brasileiros da MINUSTAH incluem cerca de 2.200 militares, sendo os contingentes renovados a cada seis meses. A grande maioria dos brasileiros reside em Porto Príncipe.

Entre os principais serviços consulares demandados pelos cidadãos brasileiros, destacam-se aqueles referentes a atos notariais (procurações, atestados de residência, autorizações para obtenção de passaporte, autorizações de viagem e passaportes comuns, oficiais e diplomáticos).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficial a tomador soberano do Haiti.

Política Interna

Em seu discurso de posse, o Presidente Michel Martelly salientou a importância de determinados objetivos: i) recuperação da autoridade do Estado, ii) restabelecimento da ordem e da disciplina; iii) promoção de avanços em matéria de educação gratuita, saúde e criação de postos de trabalho; iii) atração de novos investimentos.

Na área da educação, Martelly criou o Fundo Nacional para a Educação (FNE), com o objetivo de reduzir o analfabetismo e a evasão escolar. O projeto visa atender 2 milhões de pessoas em cinco anos, com prioridade para crianças e adolescentes. Na área de defesa, o Presidente haitiano tem expressado a intenção de constituir nova força de segurança pública no Haiti.

Questão importante no cenário próximo refere-se à definição do novo Primeiro-Ministro haitiano. O Presidente Martelly havia apresentado, em 20/05, o nome do empresário Daniel-Gérard Rouzier como sucessor de Jean-Max Bellerive. Em 21/06, entretanto, o Parlamento rejeitou a indicação de Rouzier para o cargo. Entre as prováveis razões para a rejeição encontram-se a divisão dos partidários do Presidente em várias facções e a atitude obstrucionista da oposição. Nesse sentido, deve-se

ressaltar que a plataforma "Inité", associada ao ex-Presidente Préval detém a maioria do Senado e aproximadamente 1/3 das cadeiras da Câmara dos deputados. O partido governista, por sua vez, conta com apenas 3 deputados no Parlamento.

Outro tema de destaque no cenário próximo refere-se à aprovação das emendas constitucionais pelo novo Governo. Nesse sentido, em decreto presidencial do início de junho corrente, Martelly cancelou versão das emendas constitucionais que não estavam de acordo com o texto autêntico votado pelo Parlamento em 09/05. A questão tem suscitado discussões entre a Presidência e os parlamentares, liderados pelo Presidente da Assembléia Nacional Rodolphe Joazile, que temem que as emendas não sejam aprovadas.

Martelly também deverá decidir sobre o futuro dos 19 parlamentares eleitos nos casos em que houve alteração entre o resultado parcial e o final do segundo turno das eleições. Dessa forma, o Presidente deverá escolher entre duas possíveis soluções: i) organizar eleições parciais para os 19 cargos em questão; ii) ratificar os 14 deputados e 2 senadores que não foram contestados pela Missão de Observação eleitoral da OEA e estabelecer eleições parciais para os 3 deputados contestados.

Eleições

No dia 14 de maio, Michel Martelly assumiu a Presidência haitiana. Os resultados definitivos do segundo turno das eleições presidenciais e legislativas haviam sido divulgados, em 21 de abril, pelo Conselho Eleitoral Provisório (CEP). Na eleição presidencial, Michel Martelly obteve 67,57% dos votos válidos, derrotando a candidata Mirlande Manigat.

O resultado final das eleições legislativas, entretanto, foi contestado por representantes de partidos políticos e da comunidade internacional, em função de modificações ocorridas na lista de candidatos eleitos (afetando 19 parlamentares), entre a publicação dos resultados preliminares e dos definitivos. Dessas alterações, 16 beneficiaram candidatos da coalizão "Inité", do ex-Presidente René Préval. Em resposta às críticas recebidas, o CEP emitiu comunicado no qual informou que foram retomados 14 dos 18 resultados provisórios (um dos casos referia-se a 2 parlamentares) anunciados previamente aos recursos.

O processo eleitoral haitiano foi relativamente atribulado: i) o primeiro turno das eleições presidenciais e legislativas (28/11) foi pontuado por incidentes e denúncias de fraude; ii) após dois meses de impasse, o Conselho Eleitoral Provisório (CEP) anunciou o resultado final do 1º turno, de acordo com as recomendações da missão de verificação da OEA/CARICOM, definindo a disputa do 2º turno entre Manigat e Martelly.

Durante o processo eleitoral, o panorama político haitiano também foi marcado pelo regresso repentino do ex-ditador Jean-Claude Duvalier ("Baby Doc"), após 25 anos de exílio na França, e do ex-Presidente Jean-Bertrand Aristide (em março de 2011).

O Governo brasileiro realizou contribuição ao processo eleitoral haitiano. Além de integrar "Força Tarefa" de apoio às eleições, o Brasil realizou contribuições de US$ 800 mil e US$ 350 mil, respectivamente, à organização do processo eleitoral e à realização da missão de observação eleitoral conjunta da OEA/CARICOM. O Governo brasileiro também disponibilizou diplomata para prestar apoio ao Escritório da OEA em Porto Príncipe, no contexto da preparação das eleições.

Política Externa

A política externa haitiana é marcada por sua condição de país ao mesmo tempo populoso e pobre, em grande medida dependente da ajuda externa para a satisfação de necessidades da população. Tal perfil ficou ainda mais evidente após o terremoto de janeiro de 2010, que comprometeu a precária estrutura econômica e institucional do país. Desde então, a projeção externa do Haiti centra-se na busca de apoio à reconstrução do país e a incipientes tentativas de fortalecimento das instituições nacionais.

O Haiti mantém relações tradicionalmente próximas com os Estados Unidos e o Canadá, países que concentram parcela majoritária da significativa diáspora haitiana (fonte, por sua vez, de importantes fluxos de remessas internacionais para o país). Os Estados Unidos são, ainda, o principal parceiro comercial do Haiti, com participações superiores a 80% e 30%, respectivamente, nas exportações e importações haitianas. Entre os dias 17 e 19 de março (antes mesmo da confirmação oficial dos resultados das eleições), Michel Martelly realizou visita aos Estados Unidos, ocasião em que foi recebido pela Secretária de Estado Hillary Clinton.

Elemento importante da política externa haitiana também consiste em sua condição de membro da Comunidade do Caribe (CARICOM), embora tal relacionamento ocasionalmente se ressinta das assimetrias culturais, linguísticas, sociais e populacionais do Haiti frente aos membros anglófonos da CARICOM. O Haiti foi suspenso da CARICOM durante o Governo Provisório formado com a queda de Aristide (2004 a 2006), sendo posteriormente readmitido. Recentemente foi firmado Memorando de Entendimento entre o Governo do Haiti e o Gabinete do Representante Especial da CARICOM, que estabelece plano de ação para os esforços de reconstrução daquele país.

Após 2004 – tendo como marco a constituição da MINUSTAH –, a política externa haitiana passou a apresentar menor concentração no relacionamento com os parceiros tradicionais e a exibir perfil mais diversificado, com intensificação das relações com os contribuintes de tropas para a MINUSTAH, especialmente Brasil e outros países latino-americanos. No cenário pós-terremoto, no entanto, nota-se progressiva recuperação da presença norte-americana e canadense no país, nos planos da assistência e da cooperação, estabelecendo algum contraste entre as tendências de concentração e de diferenciação da política externa haitiana.

Por ocasião da Conferência Internacional de Doadores para o Haiti (Nova York, 31 de março), a comunidade internacional assumiu compromissos de assistência ao país equivalentes a US$ 5,7 bilhões, em 2010 e 2011. As principais promessas de contribuições nacionais corresponderam aos seguintes países: i)Estados Unidos (US$ 1,15 bilhão); ii)Canadá (US$ 386,8 milhões); iii)França (US$ 255,7 milhões); iv)Espanha (US$ 242,3 milhões); v)Brasil (US$ 163,5 milhões); vi)Noruega (US$ 107 milhões). Cabe assinalar, ainda, as seguintes promessas de contribuições por parte de outros atores, para o mesmo período: i)BID (US$ 400 milhões); ii)Comissão Européia (US$ 345,2 milhões); iii)Banco Mundial (US$ 266 milhões).

O Escritório do Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Haiti divulgou, no dia 6 de abril, estimativas sobre a assistência internacional ao país, em 2010 e 2011. De acordo com o órgão, os doadores internacionais realizaram desembolsos de US$ 1,71 bilhão, em 2010 e início de 2011, em prol da reconstrução do Haiti, o que corresponde a 37,2% dos US$ 4,6 bilhões prometidos para programas de reconstrução no biênio integral (outro US$ 1 bilhão foi destinado ao perdão de dívida).

Economia

A economia do Haiti ainda se ressente dos efeitos do terremoto de 2010, que agravaram a situação em que vivia o país e aumentaram sua dependência com relação à assistência internacional. O terremoto acarretou a interrupção completa do ciclo econômico, ocasionando prejuízos estimados em US$ 7,9 bilhões (cerca de 120% do PIB do Haiti).

De acordo com algumas estimativas, a economia haitiana observou retração de 8% no ano fiscal de 2010. Por outro lado, a "Economist Intelligence Unit" projeta crescimento de 7,5 %, em 2011, e de 6%, em 2012. O crescimento estaria associado aos esforços de reconstrução, impulsionado por fluxos de ajuda externa e transferências unilaterais, bem como por atividades do setor de construção. O Banco da República do Haiti (BRH) informou recentemente, no entanto, que tem havido rápida recuperação das exportações, sobretudo no setor de vestuário, responsável pela maior parte das vendas do país.

Também tem sido significativo o perdão de dívida externa do Haiti. Montante superior a US$ 1 bilhão de dívida foi cancelado após o terremoto por organismos internacionais - BID (US$ 479 milhões), FMI (US$ 268 milhões) – e por países como Venezuela (US$ 295 milhões) e França. Em função dos cancelamentos, o serviço da dívida haitiana caiu para US$ 36 milhões, em 2010 (0,6% do PIB), e deverá cair para US$ 15 milhões (0,2% do PIB) em 2011.

Por outro lado, observam-se elevações de níveis de preços desde 2010, em função de restrições na oferta de alimentos, água e combustíveis, e de impactos associados aos fluxos de moeda estrangeira na economia haitiana. Há a expectativa de que o aumento dos custos dos alimentos e dos derivados do petróleo, como resultado dos distúrbios nos principais mercados produtores no Oriente Médio, deverá afetar negativamente a economia haitiana, com impactos sobre a estabilidade do país.

De acordo com o Representante Residente do FMI no Haiti, as perspectivas para o ano fiscal de 2011 seriam favoráveis, embora com riscos sistêmicos associados a variáveis políticas e econômicas, com possíveis impactos sobre as contas públicas. Sob tal perspectiva, a situação relativamente confortável das contas públicas haitianas esteve associada sobretudo ao apoio orçamentário de parte de vários parceiros (a exemplo de EUA US$ 225 milhões) e Brasil (US$ 15 milhões)).

Nesse contexto, eventuais atrasos no desembolso de recursos prometidos pelos doadores (a título de apoio orçamentário) poderiam afetar a execução do orçamento, com impactos sobre a estabilidade macroeconômica do país. Na avaliação do FMI, o desembolso tempestivo dos recursos prometidos para apoio orçamentário seria importante elemento em prol da estabilidade do país.

Anexos

Cronologia Recente das Relações Bilaterais

30/05/04: Tropas brasileiras integrantes da MINUSTAH chegam a Porto Príncipe. O General-de-Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira assume o comando militar da MINUSTAH.

18/08/04: Realiza-se em Porto Príncipe, Haiti, o "Jogo pela Paz", com a presença do PR Luiz Inácio Lula da Silva, em visita oficial ao país.

10/3/06: Em sua viagem à América do Sul como Presidente-eleito, René Préval visita o Brasil.

28/02/2007: Operação da MINUSTAH, comandada pelo Brasil em Cité Soleil, resulta no controle da área de Bois Neuf.

25/2/2008: Inaugurado o Centro de Estudos Brasileiros Celso Ortega Terra.

28/5/2008: Visita oficial do PR Lula a Porto-Príncipe para assinatura de 6 documentos, encontro com Presidente René Préval, visita ao Batalhão Brasileiro na MINUSTAH.

13/01/2010: Visita ao Haiti do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, para averiguar as conseqüências do terremoto de 12 de janeiro.

13/01-05/2010: Período de funcionamento do Gabinete Interministerial de Crise em Apoio ao Haiti.

31/03/2010: Realiza-se a Conferência Internacional de Doadores para o Haiti, em Nova York, ocasião em que o Brasil anuncia sua intenção de contribuir com mais US$ 172 milhões para a reconstrução do Haiti.

26/04/2010: Participação do Presidente René Préval na 1ª Cúpula Brasil-CARICOM.

11/05/2010: Brasil torna-se o primeiro país a efetuar contribuição financeira ao Fundo de Reconstrução do Haiti, no montante de US$ 55 milhões.

17/06/2010: Realiza-se a I Reunião da Comissão Interina para Reconstrução do Haiti (CIRH), na qual o Brasil ocupa papel de destaque.

12-13/02/2011: Visita do Ministro Antonio Patriota ao Haiti.

14/05/2011: Ministro da Defesa Nelson Jobim participa da cerimônia de posse de Michel Martelly.

11/07/2011: Visita do Ministro Antonio Patriota ao Haiti.

Cronologia Histórica Recente

29/02/04: Jean Bertrand Aristide deixa o poder e o país.

29/02/04: Boniface Alexandre, Presidente da Suprema Corte, é designado Presidente Interino da República do Haiti e solicita a assistência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que inclui a autorização para tropas estrangeiras ingressarem no Haiti.

30/04/04: O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova a Resolução 1542, que cria a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

25/06/04: A MIF, encerrando suas atividades, transfere suas responsabilidades para a MINUSTAH.

19/07/04: Conferência de Doadores em Washington, na qual a comunidade internacional se compromete a doar US$ 1,085 bilhão nos próximos dois anos ao Haiti.

22/07/05: O Conselho de Segurança das Nações Unidas adota a Resolução 1608 (2005), estendendo o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) até 15 de fevereiro de 2006.

14/02/06: Pela Resolução 1658, o Conselho de Segurança ampliou o mandato da MINUSTAH até 15 de agosto de 2006.

14/05/06: Posse do Presidente René Préval.

07/06/06: Jacques-Edouard Alexis torna-se o Primeiro-Ministro.

03/07/06: As relações entre Haiti e a CARICOM são normalizadas.

15/08/2006: O CSNU decide estender, pela Resolução 1702 (2006), o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) até 15 de fevereiro de 2007.

03/12/2006: As eleições municipais haitianas completam o arcabouço institucional do país.

21-28/12/2006: Após as operações realizadas em 21 e 28 de dezembro de 2006, em Cité Soleil, pelas forças militares da MINUSTAH, em coordenação com a Polícia da ONU (UNIPOL) e da Polícia Nacional do Haiti (PNH), ONGs ligadas ao ex-Presidente Aristide e baseadas nos Estados Unidos, iniciam campanha contra a MINUSTAH.

09/01/2007: O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, nomeia o General Carlos Alberto dos Santos Cruz, do Brasil, como "*Force Commander*" da MINUSTAH.

15/02/2007: Pela Resolução 1743, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estende o mandato da MINUSTAH até 15 de outubro de 2007.

15/10/2007: Com a Resolução 1780, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estendeu o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) até 15 de outubro de 2008.

12/04/2008: Voto de censura ao Governo do Primeiro-Ministro Jacques-Edouard Alexis, resultando na queda de seu gabinete. Alexis chefiará gabinete interino até escolha de sucessor.

30/8/2008: Ratificação pela Câmara, o Senado o tendo feito em data anterior, da nomeação de Michèle Duvivier Pierre-Louis como Primeira-Ministra, chefe do Governo haitiano.

19/6/2009: Resultado do segundo turno das eleições parciais para 14 cadeiras vacantes no Senado dão 6 dessas para o LESPWA, que apóia Préval.

12/01/2010: O país é atingido pelo terremoto, ocasionando a morte de mais de 230 mil haitianos.

28/11/2010: Realiza-se o 1º turno das eleições no Haiti.

16/01/2011: Jean-Claude Duvalier retorna ao Haiti, após 25 anos no exílio.

18/03/2011: Jean-Bertrand Aristide retorna ao Haiti, após 7 anos no exílio.

20/03/2011: Realiza-se o 2º turno das eleições no Haiti.

21/04/2011: CEP divulga os resultados definitivos do 2º turno. Martelly obteve 67,57% dos votos válidos para Presidente.

14/05/2011: Martelly toma posse como Presidente do Haiti.

Atos bilaterais

Título	Outra Parte	Data de celebração	Vigência
Convenção de Arbitramento	Haiti	25/04/1910	Em vigor
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por Via Comum.	Haiti	19/03/1951	Em vigor
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais por Via Aérea.	Haiti	23/05/1951	Em vigor
Convênio de Intercâmbio Cultural.	Haiti	05/07/1966	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.	Haiti	15/10/1982	Em vigor
Protocolo de Intenções para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração.	Haiti	26/09/1983	Em vigor

Acordo sobre a Criação da Comissão Mista Brasil-Haiti.	Haiti	14/09/1984	Em vigor
Comunicado Conjunto	Haiti	18/08/2004	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto Desenvolvimento da Cultura da Mandioca no Haiti.	Haiti	20/12/2004	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto Transferência de Tecnologias em Sistema de Produção e Processamento de Caju para o Haiti.	Haiti	20/12/2004	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Haiti para Implementar o Projeto ``Aprimoramento do Programa Haitiano de Imunizações ``	Haiti	23/05/2006	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Haiti para Implementar o Projeto ``Inserção Social pela Prática Esportiva ``	Haiti	23/05/2006	Em vigor
Protocolo de Intenções entre o Brasil e o Haiti sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível	Haiti	23/05/2006	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto ``Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti``	Haiti	30/11/2006	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti"	Haiti	30/11/2006	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Haiti para Implementação do Projeto "Combate à Violência contra as Mulheres no Haiti"	Haiti	28/05/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Haiti para Implementação do Projeto "Promoção da Produção Sustentável de Hortaliças na Região de Kenscoff, Haiti"	Haiti	28/05/2008	Em vigor
Acordo entre o Brasil e o Haiti sobre Isenção Recíproca de Vistos Para os Titulares de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	Haiti	28/05/2008	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica no Setor Educacional entre o Brasil e o Haiti	Haiti	28/05/2008	Em vigor
Acordo de Cooperação entre o Brasil e o Haiti para a Elaboração e a Implementação de um Programa Estratégico de Cooperação Técnica para o Período 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e de Agricultura	Haiti	28/05/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Haiti para Implementação do Programa Estratégico 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e Agricultura	Haiti	08/12/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo			

da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto "Modernização e Fortalecimento do Centro-Piloto de Formação Profissional Brasil-Haiti"	Haiti	25/02/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto "Estudo para a Promoção de Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional"	Haiti	25/02/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto "Construção de Cisternas para Captação e Armazenamento de Água de Chuva no Haiti"	Haiti	25/02/2010	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para a Reconstrução, o Fortalecimento e a Recomposição do Sistema de Educação Superior do Haiti	Haiti	25/02/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do "Projeto de Criação do Centro de Formação Profissional no Domínio do Comércio e dos Serviços (CFPCS)"	Haiti	26/04/2010	Em vigor

Dados econômicos e principais indicadores

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS HAITI

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República do Haiti
Superfície	27.750 Km^2
Localização	Mar do Caribe
Capital	Porto Príncipe
Principais cidades	Porto Príncipe, Cap Haïtien, Gonaives e Jacmel
Idiomas oficiais	Francês e crioulo
PIB Nominal (2010 - estimativa EIU)	US$ 6,65 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2010)	US$ 652
PIB PPP (2009 - World Bank)	US$ 11,56 bilhões
PIB PPP "per capita" (2009 - World Bank)	US$ 1.133
Moeda	Gourde

Elaborado pela APEX/BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011

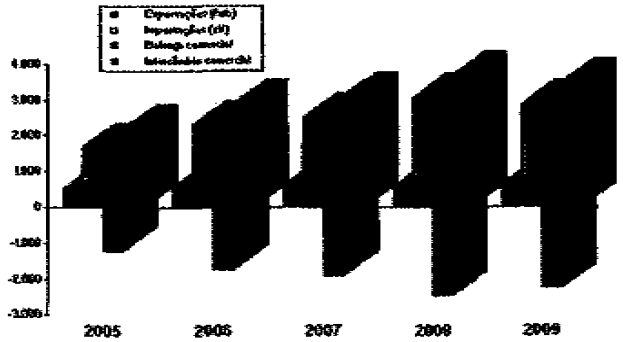
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010(E)
População (em milhões de habitantes)[1]	9,4	9,7	9,9	10,0	10,2
Densidade demográfica (hab/Km²)	338,7	349,5	356,8	360,4	367,6
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	4,96	6,12	6,66	6,72	6,65
Crescimento real do PIB (%)	2,3	3,3	0,8	2,9	-5,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	10,3	10,0	10,1	2,0	6,2
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ milhões)	253,1	452,0	541,4	788,9	1.107,0
Dívida Externa Total (US$ bilhões)	1,5	1,6	1,9	1,4	0,5
Câmbio (G / US$)	40,41	36,86	39,11	41,20	41,20

Elaborado pela APEX/BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011
(E) Estimativa EIU

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS HAITI

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1][2]
Exportações (fob)	511	593	618	601	612	464
Importações (cif)	1.708	2.312	2.513	3.072	2.866	2.753
Balança comercial	-1.197	-1.719	-1.895	-2.471	-2.254	-2.289
Intercâmbio comercial	2.219	2.905	3.131	3.673	3.478	3.217

Elaborado pelo MREXPRADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, April 2011.
(1) janeiro-setembro.
(2) Última posição disponível em 10/04/2011



DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS HAITI

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010[1][2]	% no total
EXPORTAÇÕES (fob)								
Estados Unidos	455	73,6%	422	70,2%	515	84,1%	370	79,8%
República Dominicana	21	3,4%	18	3,0%	19	3,1%	20	4,2%
Antilhas Holandesas	12	2,0%	8	1,3%	13	2,2%	10	2,1%
China	50	8,0%	53	8,8%	13	2,2%	10	2,1%
Brasil	*0,0*	*0,0%*	*1,8*	*0,3%*	*0,9*	*0,1%*	*0,4*	*0,1%*
SUBTOTAL	**537,6**	**87,0%**	**502,8**	**83,7%**	**561,1**	**91,7%**	**409,9**	**88,3%**
DEMAIS PAÍSES	**80,4**	**13,0%**	**98,2**	**16,3%**	**50,9**	**8,3%**	**54,1**	**11,7%**
TOTAL GERAL	**618,0**	**100,0%**	**601,0**	**100,0%**	**612,0**	**100,0%**	**464,0**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (cif)								
Estados Unidos	782	31,1%	1.039	33,8%	871	30,4%	1.040	37,8%
República Dominicana	608	24,2%	687	22,4%	776	27,1%	608	22,1%
Antilhas Holandesas	283	11,3%	323	10,5%	283	9,9%	215	7,8%
China	90	3,6%	138	4,5%	162	5,7%	198	7,2%
Colômbia	60	2,4%	50	1,6%	67	2,3%	50	1,8%
Japão	43	1,7%	52	1,7%	55	1,9%	52	1,9%
Peru	60	2,4%	63	2,0%	53	1,9%	42	1,5%
Malásia	46	1,8%	88	2,9%	49	1,7%	29	1,1%
França	27	1,1%	31	1,0%	45	1,6%	38	1,3%
Canadá	33	1,3%	53	1,7%	39	1,4%	37	1,4%
Índia	28	1,1%	49	1,6%	38	1,3%	27	1,0%
Argentina	16	0,6%	18	0,6%	35	1,2%	27	1,0%
Brasil	*84*	*3,4%*	*64*	*2,1%*	*35*	*1,2%*	*38*	*1,4%*
México	15	0,6%	25	0,8%	25	0,9%	18	0,7%
Países Baixos	21	0,9%	25	0,8%	24	0,8%	26	0,9%
SUBTOTAL	**2.194,4**	**87,3%**	**2.704,7**	**88,0%**	**2.557,5**	**89,2%**	**2.444,4**	**88,8%**
DEMAIS PAÍSES	**318,6**	**12,7%**	**367,3**	**12,0%**	**308,5**	**10,8%**	**308,6**	**11,2%**
TOTAL GERAL	**2.513,0**	**100,0%**	**3.072,0**	**100,0%**	**2.866,0**	**100,0%**	**2.753,0**	**100,0%**

Elaborado pelo MREXPRADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, April 2011.
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.
(1) janeiro-setembro.
(2) Última posição disponível em 10/04/2011

DADOS BASICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS HAITI

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2009(1)	Part % ao total
EXPORTAÇÕES		
Vestuário e seus acessórios, de malha	460	69,9%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	113	17,2%
Frutas, cascas de frutas de melões	14	2,1%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	10	1,5%
Cacau e suas preparações	9	1,4%
Subtotal	**606**	**92,1%**
Demais Produtos	**52**	**7,9%**
Total Geral	**658**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES		
Algodão	255	11,3%
Cereais	229	10,2%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	111	4,9%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	107	4,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	91	4,0%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	82	3,6%
Plásticos e suas obras	78	3,5%
Açúcares e produtos de confeitaria	68	3,0%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	63	2,8%
Preparações alimentícias diversas	59	2,6%
Ferro fundido, ferro e aço	55	2,4%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	48	2,1%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	46	2,0%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos	46	2,0%
Carnes e miudezas comestíveis	42	1,9%
Produtos hortícolas, plantas, raízes, tubérculos	41	1,8%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	38	1,7%
Sabões, agentes orgânicos de superfície	35	1,6%
Produtos farmacêuticos	31	1,4%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	28	1,2%
Vestuário e seus acessórios, de malha	27	1,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	24	1,1%
Borracha e suas obras	23	1,0%
Subtotal	**1.627**	**72,3%**
Demais Produtos	**622**	**27,7%**
Total Geral	**2.249**	**100,0%**

Elaborado pela MRE/DPR/DEC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados da MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) Metodologia informação dados comércio exterior base de dados Aliceweb. Portanto, os dados divulgados são informação oficial país importador/exportador, o que pode causar discrepâncias nos dados estatísticos.

(2) Última versão disponível em 09/2011.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS HAITI

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - HAITI(1) (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	**66.539**	**76.606**	**49.589**	**33.075**	**54.695**
Variação em relação ao ano anterior	44,5%	15,1%	-35,3%	-33,3%	65,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	2,8%	3,1%	1,0%	1,0%	1,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	**294**	**339**	**1.477**	**940**	**726**
Variação em relação ao ano anterior	64,2%	15,0%	n.a.	-36,4%	-22,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	0,2%	0,2%	0,4%	0,5%	0,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	**66.833**	**76.944**	**51.066**	**34.015**	**55.421**
Variação em relação ao ano anterior	44,6%	15,1%	-33,6%	-33,4%	62,9%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	2,7%	2,9%	1,0%	1,0%	1,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	**66.245**	**76.268**	**48.112**	**32.135**	**53.969**

Elaborado pela MRE/DPR/DEC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias eventuais nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - HAITI[1] (US$ mil, fob)	2010 (jan-mar)	2011 (jan-mar)
Exportações	3.717	15.777
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-50,3%	324,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	0,4%	2,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	36	5
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-57,1%	-86,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	0,1%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	3.753	15.782
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-50,4%	320,5%
Part. (%) no total de intercâmbio Brasil-CARICOM	0,3%	2,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	3.681	15.772

Elaborado pela MRE/DPR/DEC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

[1] As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelos seis fatores abaixo e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - HAITI
2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pela MRE/DPR/DEC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Aviso nº 463 - C. Civil.

Em 12 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 123, DE 2011
(nº 321/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coréia.

Os méritos do Senhor Roberto Colin que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de agosto de 2011.

EM No 00366 MRE

Brasília, 22 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ROBERTO COLIN**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coréia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de ROBERTO COLIN que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira

EM Nº 00366/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 22 de julho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ROBERTO COLIN**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coréia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ROBERTO COLIN** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

RUY NUNES PINTO NOGUEIRA
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *ROBERTO COLIN*
CPF.: 358.717.099-15
ID.: 8123 MRE

1953	Filho de Harald Colin e Isaura Colin, nasce em 29 de março, em Blumenau/SC
Dados Acadêmicos:	
1978	Administração, habilitação em Comércio Exterior, Fundação de Estudos Sociais do Paraná
1989	CAD - IRBr
2005	CAE - IRBr, O Fortalecimento do Estado Russo com Vladimir Putin.
Cargos:	
1981	CPCD - IRBr
1982	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1995	Primeiro Secretário, por merecimento
2002	Conselheiro, por merecimento
2006	Ministro de Segunda Classe
Funções:	
1982-84	Divisão de Visitas, Assistente
1984-85	Ordem Mexicana da Águia Azteca, México, Insígnia
1985-86	Divisão da Europa II, assistente
1986-89	Embaixada em Bonn, Terceiro e Segundo-Secretário
1989-94	Embaixada em Moscou, Segundo Secretário
1994-98	Divisão de Privilégios e Imunidades, Chefe, Substituto
1998-01	Embaixada em Moscou, Primeiro Secretário, Conselheiro, comissionado
2001-03	Divisão da Europa II, Chefe, Substituto
2003	Governo de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Articulação Internacional de Santa Catarina, Secretário de Estado
2003	Conselho Estadual de Desenvolvimento de Santa Catarina - DESENVESC, Conselheiro
2003	Conselho Estadual de Articulação do Comércio Exterior de Santa Catarina - CEACEx, Coordenador
2006-07	Escritório de Representação do MRE em Santa Catarina, Subchefe
2007	Embaixada em Berlim, Ministro-Conselheiro

Condecorações:

1995	Ordem do Mérito, República Italiana, Oficial
1995	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grande Oficial
1995	Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Cruz do Mérito, 1ª Classe
1997	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
2002	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil

Publicações:

2007	Rússia: O Ressurgimento da Grande Potência, Letras Brasileiras

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS II

DEPARTAMENTO DA ÁSIA DO LESTE

DIVISÃO DE JAPÃO E PENÍNSULA COREANA

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA





Julho de 2011

Índice

DADOS BÁSICOS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA .....

COOPERAÇÃO TÉCNICA .....

DIREITOS HUMANOS .....

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS .....

ATOS BILATERAIS BRASIL-COREIA DO NORTE.....

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS .....

ASSUNTOS CONSULARES .....

POLÍTICA INTERNA.....

POLÍTICA EXTERNA.....

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS .....

ANEXOS .....

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-CORÉIA DO NORTE .....

CRONOLOGIA HISTÓRICA – CORÉIA DO NORTE.....

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Popular Democrática da Coreia
CAPITAL	Pyongyang
ÁREA	122.762 km^2 (pouco menor que o Amapá)
POPULAÇÃO (2008)	24,1 milhões
IDIOMAS	Coreano (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Maioria sem religião, com minorias budista, confucionista, xamanista e cristã
SISTEMA POLÍTICO	Regime presidencialista de Partido
CHEFE DE ESTADO	Kim Il-sung (morto em 1994) é o "Eterno Presidente", mas é o Presidente da Suprema Assembléia do Povo (Kim Yong-nam) que exerce as funções de Chefe de Estado (desde 1998)
CHEFE DE GOVERNO	Kim Jong-ill, é o Secretário-Geral do Partido e Presidente da Comissão de Defesa Nacional (desde 1994)
MIN. DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Pak Ui-chun (desde 1998)
PIB (2009)	US$ 12 bilhões
PIB PPP (2008)	US$ 40 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US$ 502
PIB "per capita" PPP (2008)	US$ 1.717
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2010)	US$ 21,46 milhões
PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL	Minérios, escórias e cinzas (79,8%); fumo e tabaco (17,2%); máquinas, aparelhos e material elétrico (0,8%); combustíveis, óleos e ceras minerais (0,8%).
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2010)	US$ 121,27 milhões
PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS PELO BRASIL	Caldeiras, máquinas e equipamentos mecânicos (25,2%); combustíveis minerais e óleos (23,9%); ferro fundido, ferro e aço (15,2%); máquinas, aparelhos e material elétrico (10,1%).
EMBAIXADOR NO BRASIL	Ri Hwa Gun

Fontes: Country Report North Korea, Economist Intelligence Unit, fev/11; IMF World Economic Outlook, jan/10.

INTERCÂMBIO COMERCIAL
COREIA DO NORTE - BRASIL
Valores em US$ mil

COREIA DO NORTE - BRASIL	2002	2003	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Intercâmbio	172.704	139.245	239.890	137.823	152.256	232.145	375.232	178.329	142.741	57.751	16.710
Exportações (fob)	99.322	73.634	170.083	66.239	60.274	122.835	198.816	82.630	21.466	304	945
Importações (fob)	73.382	65.611	69.807	71.584	91.982	109.310	176.416	95.699	121.275	67.447	15.765
Saldo	25.940	8.023	100.276	-5.345	-31.708	13.525	22.400	-13.069	-99.809	-67.143	-14.820

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX - Aliceweb.
(2) Última posição.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) inserem-se em processo mais amplo de intensificação das relações com a Ásia, e levam em conta as mudanças que poderão ocorrer na inserção política e econômica do país, no contexto regional asiático. A instalação da Embaixada residente em Pyongyang, em maio de 2009, teve, dentre outros objetivos, o de acompanhar mais de perto a evolução da questão coreana, cujo alcance se irradia para outros temas relevantes da agenda regional.

No quadro geral das relações externas da Coreia do Norte, o Brasil ocupa espaço próprio. Pyongyang nos vê como um país com uma política externa independente, que privilegia as relações com os países em desenvolvimento, e que pode contribuir para um melhor engajamento da Coreia do Norte junto à sociedade internacional.

Como evidência do interesse em estreitar as relações políticas e econômicas com o Brasil, Pyongyang apóia o pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, apoiou a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, e apoiou a candidatura do Professor José Graziano à Diretoria-Geral da FAO, nas eleições que ocorreram este ano, em Roma.

Visitaram recentemente o Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pak Ui-chun, em maio de 2009, e o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Kim Hyong-jun, em setembro de 2010. Do lado brasileiro, o Subsecretário-Geral Político II chefiou, em 2008, a delegação brasileira nas I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Coreia do Norte, realizada em Pyongyang. Mais recentemente, delegação do Itamaraty, da Embrapa e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) realizou missão na Coreia do Norte, quando foi assinado Acordo de Cooperação Econômica e Técnica. No plano parlamentar, a Resolução 72/1994 da Câmara dos Deputados criou o Grupo Parlamentar de Amizada Brasil-Coreia do Norte, sob a presidência do Deputado Valdir Colatto. O Grupo aguarda reconstituição na atual legislatura.

O Brasil tem ajustado sua interlocução com a Coreia do Norte de acordo com o comportamento do país asiático no campo internacional, mantendo diálogo fluido nos momentos de normalidade e adotando posição cautelosa quando se acirram as relações da Coreia do Norte com a sociedade internacional. Nessa linha, emitimos notas à imprensa condenatórias ao teste nuclear e de lançamento de míssil de longo alcance, ambos em 2006.

A potencialidade das relações bilaterais seria acrescida num quadro de estabilização peninsular. Caso isso ocorra, a Coreia do Norte deverá integrar-se de maneira muito mais intensa na cadeia econômica asiática e poderá servir de importante elo de comunicação viária com a Rússia e com a China.

Vale recordar, a propósito, que, à época em que foi decidida a abertura da nossa Embaixada residente, estava em consideração a criação de um fundo internacional para financiar obras de infraestrutura na Península Coreana. Dada a posição geográfica e a dotação de recursos naturais da Coreia do Norte (que possui ricas reservas de magnesita, de carvão, de tungstênio, de grafite, de molibdênio, de barita, de minério de ferro e de fluorita), é realista contar com esse cenário.

Assistência Humanitária

Diante das solicitações de ajuda feitas pela Embaixada norte-coreana, em função da situação de insegurança alimentar e nutricional do povo norte-coreano, o Governo brasileiro decidiu fazer duas doações, de caráter humanitário, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Em abril de 2010, foi realizada doação, no valor de US$ 200 mil, para aquisição de alimentos. Em 30 de dezembro de 2010, foi editada a Medida Provisória 519, que autorizou uma vez mais a União a realizar doação de alimentos à Coreia do Norte. Ambas as doações foram efetuadas por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Cooperação Técnica

Conforme mencionado, foi enviada, em outubro de 2010, missão de cooperação técnica a Pyongyang, com representantes do Itamaraty, da Embrapa e da ABC, ocasião em que foi assinado o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre os dois países. No mês de abril de 2011, missão norte-coreana recebeu treinamento sobre técnicas de plantio de soja, nas instalações da Embrapa, em Londrina.

A cooperação brasileira revestiu-se de grande importância para o povo norte-coreano, que tem na soja um dos principais itens de sua dieta. Permitiu também à Embrapa aprofundar seus conhecimentos sobre biogenética, uma vez que a cultura de soja surgiu originalmente na Península Coreana.

Direitos humanos

O Brasil tem buscado engajar a Coreia do Norte nos regimes internacionais de direitos humanos (especialmente o Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos). Tem também defendido, nos foros internacionais, um tratamento da questão que previna o risco de seletividade e de politização excessiva, como pode ocorrer na criação de procedimentos especiais sobre países específicos ("Relatores Especiais", por exemplo).

Em novembro de 2008, a pedido da Coreia do Norte, o Brasil absteve-se na votação, na III Comissão da ONU, da Resolução condenatória sobre a situação dos direitos Humanos no país, patrocinada pela União Europeia. No mesmo sentido, o

Brasil também se absteve na X Sessão do CDH, quando, em de março de 2010, foram votados o relatório e a renovação do mandato do perito independente ("special rapporteur") sobre a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte

Em março de 2010, foi aprovada pelo CDH resolução que renova o mandato do Relator Especial para a Coreia do Norte, com voto favorável do Brasil. A justificativa para a postura brasileira foi a constatação de que a Coreia do Norte não aprovcitou a janela de oportunidade para sua participação nos regimes internacionais de direitos humanos, a qual haveria motivado nossa abstenção nas votações anteriores. Em nossa explicação de voto, ressaltamos a não-aceitação, pela Corcia do Norte, de nenhuma das 167 recomendações feitas no âmbito do RPU.

Em novembro de 2010, o Brasil posicionou-se favoravelmente ao projcto de Resolução denominado "Situação dos dircitos humanos na República Popular Democrática da Coreia", votado no âmbito da III Comissão da ONU. Essa Resolução foi adotada por 100 votos favoráveis (Brasil), 18 contrários (China e Rússia) e 60 abstenções (África do Sul, Índia).

Finalmcntc, cm março de 2011, o Brasil apoiou o projeto dc resolução, novamente denominado "Situação dos direitos humanos na Corcia do Norte", no âmbito da 16 ª Sessão do CDH, o qual rcnova o mandato do Rclator Especial para aquele país.

Ao estimular o engajamento norte-coreano no regime internacional, o Brasil tem invocado sua própria experiência, que já acolheu diferentes relatorias e missões internacionais sobre direitos humanos. Nessa linha, o Brasil tem procurado sensibilizar a Coreia do Norte para a importância de manter uma postura cooperativa com a sociedade internacional.

Comércio Bilateral e Investimentos

O comércio bilateral é modesto para os padrões brasileiros, e apresenta fortes oscilações. Nos últimos anos, o intercâmbio comercial apresentou decréscimo marcante (US$ 375 milhões, em 2008; US$ 178 milhões, em 2009; e US$ 142 milhões em 2010, segundo dados do MDIC).

Apcsar do volume reduzido do comércio bilateral, c tomando como base os volumes globais dc comércio cxtcrior da Coreia do Norte – da ordem de US$ 8,5 bilhões em 2008, segundo dados do *FMI Division of Trade Statistcs*, edição de 2010 –, os fluxos com o Brasil não seriam desprezíveis: teriam respondido por cerca de 4,41% do total do comércio do país asiático, em 2008.

Em 2010, os principais produtos exportados pelo Brasil foram: minérios, escórias e cinzas (79,8%); fumo e tabaco (17,2%); máquinas, aparelhos e material elétrico (0,8%); combustíveis, óleos e ceras minerais (0,8%). As principais importações foram: caldeiras, máquinas e equipamentos mecânicos (25,2%);

combustíveis minerais e óleos (23,9%); ferro fundido, ferro e aço (15,2%); máquinas, aparelhos e material elétrico (10,1%).

Atos bilaterais Brasil-Coreia do Norte

São os seguintes os atos bilaterais já firmados, ou que se encontram em consideração, entre Brasil e Corcia do Norte:

Instrumento	**Assinatura**	**Entrada em vigor**
Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas	Março de 2001	9/3/2001
Acordo Comercial	Maio 2006	Em análise pela Parte brasileira
Memorando de Entendimento sobre mecanismo de Consultas Políticas	Março 2007	Março 2007
Protocolo Adicional ao Acordo Comercial de 2006	Dezembro 2009	Em análise pela Parte brasileira
Acordo de Cooperação Econômica e Técnica	Outubro de 2010	tramitação no Congresso Nacional

Firmado por iniciativa norte-coreana, o Acordo Comercial de 2006 prevê o tratamento recíproco da nação mais favorecida no comércio bilateral. O Protocolo Adicional ao referido instrumento, ora em negociação, torna mais precisa a aplicação do princípio da nação mais favorecida (no sentido de excluir os acordos preferenciais por nós firmados, como os do MERCOSUL), além de permitir a reexportação dos produtos comercializados.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano da Coréia do Norte.

Assuntos Consulares

Não há registro de cidadãos brasileiros que residam na Coréia do Norte. Tampouco existem consulados honorários no país.

POLÍTICA INTERNA

O regime norte-coreano distingue-se pelo centralismo político e econômico. Assumiu, desde a sua criação, configuração dinástica, que se poderá consolidar, caso seja confirmada a sucessão de Kim Jong-il por seu filho mais jovem, Kim Jong-un. Em 2010, em cerimônia militar, Kim Jong-un foi elevado ao posto de General de Quatro Estrelas. Depois disso, foi visto ao lado do pai em vários eventos públicos, o que indicaria que vem sendo praparado assumir o comando do país. Comenta-se que Kim Jong-il poderia transferir o poder em 2012 (ano do centenário de nascimento de Kim Il-sung) para Kim Jong-un, mas há também registros de disputas internas, que poderiam alçar ao poder uma junta militar.

Do ponto de vista doutrinário, o regime norte-coreano é guiado por dois princípios. O "songun" estabelece que "o Exército é o partido, o Estado e o povo", o que faz das Forças Armadas a principal beneficiária dos recursos orçamentários. Já o "juche" valoriza a autonomia e a auto-suficiência nacionais, o que inibe relações mais fluidas com a sociedade internacional.

POLÍTICA EXTERNA

A condução da política externa da Coreia do Norte é fortemente condicionada pela natureza de seu regime político interno. Conforme antecipado, a exaltação do princípio do "juche", com sua ênfase na auto-suficiência, inibe relações com a sociedade internacional. Por sua vez, o postulado do "songun" reforça o peso da dissuasão nuclear na diplomacia norte-coreana.

A Coreia do Norte ressente-se da presença de numerosos contingentes militares norte-americanos na Coreia do Sul, e dos frequentes exercícios militares conjuntos que realizam em áreas próximas às áreas de fronteira. Apesar das críticas contundentes aos Estados Unidos, consta haver um canal informal de comunicação entre Pyongyang e Washington, que definiria muitas das pautas da situação peninsular. Em certos momentos, esse canal teria transparecido de forma mais clara, como, por exemplo, na visita que a ex-Secretária de Estado, Madeleine Albright fez a Pyongyang, em 2000; na apresentação da Orquestra Sinfônica de Nova York, em Pyongyang em 2008, e nas visitas dos ex-Presidentes Clinton, em 2009, e Carter, em 2011.

Nos últimos anos, o único momento em que as duas Coréias assumiram maior protagonismo na discussão da questão peninsular foi durante a "Sunshine Policy", implementada pelo Presidente sul-coreano Kim Dae-jung (1998-2002). Na ocasião, as tensões intercoreanas decresceram substancialmente, tendo a Coreia do Sul adotado política de assistência humanitária e cooperação econômica (com a criação da zona turística do Monte Kungang e da área econômica especial de Kaesong, ambas em território norte-coreano). A decisão norte-coreana de desligar-se do regime do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), em 2003, provocou novo retrocesso, que só seria revertido na reunião de 2005 do Mecanismo Hexapartite (criado após a saída da Coreia do Norte do TNP, e que conta com a a presença de Estados Unidos, China, Japão, e Rússia, além das duas Coreias).

A ascensão de Lee Myung-bak à presidência da Coreia do Sul provocou novo refluxo na situação peninsular, a qual perdurou mesmo após a eleição de

Barak Obama. As relações intercoreanas deterioraram-se ainda mais em 2010, em razão do naufrágio da corveta sul-coreana Cheonan (atribuída por Seul a Pyongynag) e ao bombardeio de território sul-coreano pela Coreia do Norte, num período de exercícios militares com os Estado Unidos.

Em tom conciliatório, a Coreia do Norte apresentou, em 2010, proposta de assinatura de tratado de paz para a Península Coreana, em substituição ao armistício da Guerra da Coreia. Segundo Pyongyang, esse seria um passo imprescindível para por fim às hostilidades e para a construção de confiança com os EUA. Mais recentemente, houve sinais de reaproximação entre as duas Coreias, que realizaram reunião entre militares dos dois países, no início de 2011. Na ocasião, o Governo da Coreia do Norte manifestou disposição em retomar as Conversações Hexapartites, no que contou com o apoio de Moscou e Pequim.

As relações com o Japão são prejudicadas pelas feridas do passado colonial nipônico, entre 1910 e 1945, e pelo episódio de seqüestro, pela Coreia do Norte, de cidadãos japoneses.

Nesse quadro de antagonismos, ressalta, para Pyongyang, a importância das relações com Pequim, seu principal interlocutor regional. Para a China, por sua vez, a manutenção do equilíbrio na Península Coreana constitui indicador de sua capacidade de liderança regional. Nessa função, Pequim exerce, muitas vezes, ação moderadora sobre Pyongyang. Com menor intensidade, esse também é o papel exercido por Moscou.

Segundo analistas da questão peninsular, Pequim estimula uma transição do regime político norte-coreano, nas linhas do modelo liderado por Deng Xiao Ping, a partir de 1978, com progressiva abertura econômica.

No plano extra-regional, as relações de Pyongyang concentram-se junto a antigos aliados do regime soviético, como Cuba, Síria e países do Leste Europeu. No momento, existem 25 Embaixadas residentes em Pyongyang, dentre elas as do Reino Unido, Alemanha e Suécia, dentre os membros da União Européia. Brasil e Cuba são os únicos países latino-americanos com Embaixadas residentes em Pyongyang.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Até a década de 70, a Coreia do Norte - e não a do Sul - era considerada exemplo de pujança econômica. Essa condição decorria dos laços especiais com Moscou e de sua rica dotação de recursos. Atualmente, a economia norte-coreana encontra-se obsoleta e enfrenta sérias dificuldades para prover alimentos para sua população. Essa dificuldade é agravada pela prioridade dos gastos em defesa e pelo excessivo fechamento da economia, o que desestimula a competitividade da produção nacional.

Segundo dados divulgados pelo *Economist Inteligence Unit,* em publicação de 2011, é a seguinte a composição do PIB norte-coreano:

Setores da Economia	% do PIB
Agricultura, extrativismo e pesca	21,6%
Mineração	12,1%
Manufaturas	22,5%
Construção	8,3%
Eletricidade, gás e água	3,4%
Serviços	32,2%

As principais indústrias são de armamentos, elétrica e eletrônica. As indústrias pesadas recebem investimentos consideravelmente maiores que outros setores e concentram-se na costa Leste. Já as leves, em especial as de bens de consumo, são organizadas em âmbito regional e local e concentram-se ao redor da capital norte-coreana. O setor da mineração é crescentemente importante. A Coreia do Norte detém a grande maioria das reservas minerais da Península Coreana, dispondo das maiores jazidas mundiais de magnesita e de depósitos expressivos de carvão (incluindo tipos como lignito e antracite), além de vários outros minerais estratégicos. Muitas minas são, hoje, de propriedade da China, que tem especial interesse na reservas de terras-raras norte-coreanas.

O complexo de Kaesong, estabelecido numa Zona Econômica Especial localizada a 10 km da Zona Desmilitarizada, foi criado à época da "Sunshine Policy". Segundo a Hyundai Asan, unidade do grupo Hyundai, que controla, hoje, os investimentos no complexo industrial, 68 empresas foram originalmente instaladas nas áreas de indústria leve e têxtil, dentre outras. Em 2007, a produção do parque industrial teria atingido um valor acumulado de cerca de US$ 200 milhões, e contribuído significativamente no montante das exportações norte-coreanas. De acordo com informações disponíveis, muitas dessas empresas teriam paralizado suas operações por medidas retaliatórias da Coreia do Norte contra o vizinho do Sul, após o episódio do afundamento da corveta Cheonan.

Em dezembro de 2009, a autoridade econômica da Coréia do Norte realizou reforma monetária, a fim de solucionar o quadro de agravamento inflacionário, decorrente da carência de bens de consumo. Consta que os resultados teriam sido a piora da inflação e da escassez de produtos.

Em mensagem veiculada no dia 18 de maio último, a Subsecretária-Geral para assuntos Humanitários da ONU, Valerie Amos, fez apelo à comunidade internacional para que seja prestado auxílio financeiro à Coreia do Norte, a fim de combater o grave quadro de insegurança nutricional.

As perspectivas econômicas da Coreia do Norte estão muito condicionadas à evolução do quadro sucessório de Kim Jong-il. Caso haja um acirramento da disputa interna pelo poder, é possível que sejam adotadas novas medidas hostis à Coreia do Sul, como forma de exaltação do espírito nacionalista do Norte, o que traria reflexos negativos para as relações externas norte-coreanas.

Em um cenário positivo, a consolidação de uma nova liderança poderia estimular a Coreia do Norte a intensificar sua cooperação econômica com outos países, sobretudo com a China. Daí poderiam resultar impactos positivos para a economia norte-coreana, que, conforme apontado, apresenta rica dotação de recursos minerais e se beneficia de sua importante posição geográfica.

ANEXOS

Cronologia das relações Brasil-Coréia do Norte

2001 – Janeiro	Anúncio da abertura de conversações com a COREIA DO NORTE para o estabelecimento de relações diplomáticas, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Panmunjon – localidade na fronteira entre as duas Coreias na qual foi assinado o armisticio da Guerra da Coreia -, durante visita presidencial à Coreia do Sul.
Março	Formalização do estabelecimento de relações diplomáticas, em Nova York, mediante comunicado conjunto assinado pelos Chefes de Missão na ONU.
2005 – Feverciro	Carta do Ministro das Relações Exteriores da COREIA DO NORTE, Paek Nam Sun, ao Chanceler brasileiro sobre votação contra resolução apresentada pela UE condenando Pyongyang por violação de direitos humanos.
Novembro	Apresentação de credenciais do Embaixador Pak Hyok, primeiro Embaixador norte-coreano residente no Brasil. Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior da COREIA DO NORTE e negociação de Acordo Comercial
2006 - Janeiro	Apresentação de minuta de proposta de acordo bilateral de cooperação técnica pela Embaixada da RDPC em Brasília.
Maio	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da COREIA DO NORTE, Kim Hyong-jun.
2007 – Maio	Visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte, Kim Huong Jun; assinatura de Memorando de Entendimento que estabelece Mecanismo de Consultas Políticas bilateral.
2008 - Março	Primeira visita de uma delegação de alto nível da Chancelaria brasileira a Pyongyang, sob a chefia do Subsecretário-Geral para Assuntos de África, Ásia/Oceania e Oriente Médio. Na ocasião, ocorreu também a primeira reunião do mecanismo de consultas políticas bilaterais.
Setembro	O Decreto 6.587, cria a Embaixada residente do Brasil em Pyongyang.
2009 – Maio	Abertura da Embaixada Residente do Brasil na COREIA DO NORTE.
2010 - Setembro	Realização, em Brasíla, da segunda reunião do mecanismo de consultas políticas.
2010 – Novembro	Ida da missão técnica ABC/Embrapa à Pyongynag. Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.

Cronologia histórica – Coréia do Norte

1876	Tratado de Ganghwa abre a Coreia ao comércio desigual com o Japão.
1910	Tratado de Anexação Japão-Coreia formaliza ocupação militar japonesa.
1945	Fim da ocupação japonesa. Divisão do país pelo Paralelo 38º.
1948	Proclamação da República da Coreia. Kim Il-Sung ascende no Partido Comunista e é apontado como Primeiro-Ministro.
1950-1953	Guerra da Coreia.
1960	Afastamento do comunismo marxista-leninista e adoção de um modelo próprio (o *Juche*). Inicia-se período de industrialização e relativa prosperidade.
1985	Entrada da COREIA DO NORTE no TNP
1988	Início do "diálogo intercoreano"
1991	As duas Coreias ingressam na ONU.
1992	Assinados, entre as duas Coreias, os dois documentos básicos do "diálogo intercoreano": *Acordo de Reconciliação, Não-Agressão, Intercâmbio e Cooperação* (chamado "Acordo Básico") e *Declaração sobre a Desnuclearização da Península Coreana* (chamada "Declaração Conjunta").
1994	Após 46 anos no poder, Kim Il-Sung morre, aos 82 anos. *Outubro*: Assinado o "Agreed Framework" entre a COREIA DO NORTE e os EUA.
1995-1996	Enchentes levam a graves episódios de fome no país.
1997	Kim Jong-Il, filho de Kim Il-Sung, é apontado Secretário-Geral do Partido.
1998	Kim Il-Sung é postumamente nomeado "Presidente Eterno". Seu filho assume a Chefia de Estado.
1999	Moratória unilateral de testes de mísseis declarada pela COREIA DO NORTE.
2000	Cúpula presidencial, em Pyongyang, impulsiona distensão, em sequência à *Sunshine Policy* da Coreia do Sul.
2002	País é incluído no "Eixo do Mal" dos Estados Unidos.
2003	Primeiro encontro das "Negociações Hexapartites".
2005	"Declaração Conjunta de 19 de Setembro", mais importante documento de referência das Conversações Hexapartites, é assinada.

2006	Suposto primeiro teste nuclear norte-coreano. Testes com mísseis de longo alcance.
2008	Inaugurado Governo conservador na Coreia do Sul; interrupção do diálogo intercoreano e aumento das tensões na Península no decorrer do ano. Concerto da Filarmônica de Nova York em Pyongyang.
2009	A Coreia do Norte lança foguete, alegando ser um veículo lançador de satélites. O Conselho de Segurança da ONU emite Declaração Presidencial condenando o lançamento norte-coreano. A Coreia do Norte se retira das negociações Hexapartites, realiza teste nuclear e retoma seu programa nuclear.
2010	Afundamento da corveta sul-coreana Cheonan (março). Bombardeio à ilha de Yeonpyeong (novembro).

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CORÉIA DO NORTE

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Popular Democrática da Coréia
Superfície	122.762 Km²
Localização	Sudeste da Ásia
Capital	Pyongyang
Principais cidades	Nampo, Hamhung, Chongjin, Kaesong, Sinuiju e Wonsan
Idioma oficial	Coreano
PIB Nominal (2009)	US$ 12 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2009)	US$ 502
Moeda	Won Norte-Coreano

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS (1)	2005	2006 (1)	2007 (1)	2008 (1)	2009 (1)
População (em milhões de habitantes)	22,9	23,1	23,2	24,1	23,9
Densidade demográfica (hab/Km²)	186,5	188,2	189,0	196,3	n.d.
PIB Nominal (US$ bilhões)	n.d.	13,8	14,4	13,3	12,0
Crescimento real do PIB (%)	n.d.	-1,0	-1,2	3,1	-0,9
Câmbio (W / US$)	n.d.	141,3	139,0	139,0	139,0

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

(1) Estimativas EIU

(n.d.) Dado não disponível

(2) ano 2006: dado retirado do Country Report February 2011

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CORÉIA DO NORTE

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010(1)(2)
Exportações (fob)	1.252	1.589	1.708	2.090	1.565	1.451
Importações (cif)	3.312	3.623	4.443	6.782	5.058	4.164
Balança comercial	-2.060	-2.034	-2.735	-4.692	-3.493	-2.713
Intercâmbio comercial	4.564	5.212	6.151	8.872	6.623	5.615

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, April 2011

(1) Janeiro-setembro.

(2) Última posição disponível em 04/04/2011.



DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CORÉIA DO NORTE

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010(1)(2)	% no total
EXPORTAÇÕES:								
China	529	31,0%	685	32,8%	718	45,9%	708	48,8%
Brasil	***109***	***6,4%***	***215***	***10,3%***	***99***	***6,3%***	***105***	***7,2%***
Líbano	80	4,7%	92	4,4%	80	5,1%	61	4,2%
Arábia Saudita	53	3,1%	67	3,2%	63	4,0%	49	3,4%
República Dominicana	46	2,7%	69	3,3%	60	3,9%	49	3,4%
Catar	5	0,3%	63	3,0%	59	3,7%	47	3,2%
Myanmar	48	2,8%	55	2,6%	48	3,1%	38	2,6%
Venezuela	227	13,3%	131	6,3%	48	3,1%	41	2,8%
Bangladesh	11	0,6%	47	2,3%	43	2,7%	21	1,5%
Alemanha	13	0,8%	18	0,9%	29	1,8%	16	1,2%
Gana	28	1,6%	31	1,5%	27	1,8%	21	1,5%
Egito	0	0,0%	30	1,5%	26	1,7%	19	1,3%
Países Baixos	43	2,5%	24	1,2%	24	1,6%	82	5,6%
Paraguai	21	1,2%	33	1,6%	21	1,3%	17	1,2%
Peru	2	0,1%	12	0,6%	17	1,1%	15	1,0%
Guiana	16	0,9%	18	0,9%	16	1,0%	12	0,8%
Tailândia	31	1,8%	26	1,3%	13	0,8%	17	1,2%
Turcomenistão	10	0,6%	12	0,6%	10	0,7%	8	0,5%
Colômbia	8	0,4%	14	0,7%	10	0,6%	7	0,5%
Argélia	18	1,0%	23	1,1%	9	0,6%	7	0,5%
SUBTOTAL	**1.297**	**75,9%**	**1.657**	**79,8%**	**1.420**	**90,7%**	**1.342**	**92,5%**
DEMAIS PAÍSES	**411**	**24,1%**	**423**	**20,2%**	**145**	**9,3%**	**109**	**7,5%**
TOTAL GERAL	**1.708**	**100,0%**	**2.080**	**100,0%**	**1.565**	**100,0%**	**1.451**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, April 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Janeiro-setembro.

(2) Última posição disponível em 04/04/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010(1)(2)	% no total
IMPORTAÇÕES:								
China	1.532	34,5%	2.237	33,0%	2.080	41,1%	1.742	41,8%
Argélia	881	19,8%	1.648	24,3%	1.612	31,9%	1.457	35,0%
Índia	731	16,4%	1.153	17,0%	347	6,9%	322	7,7%
Brasil	***135***	***3,0%***	***259***	***3,8%***	***154***	***3,0%***	***3***	***0,1%***
República do Congo	135	3,0%	155	2,3%	135	2,7%	104	2,5%
África do Sul	150	3,4%	161	2,4%	108	2,1%	70	1,7%
Arábia Saudita	67	1,5%	88	1,3%	62	1,2%	56	1,3%
Cingapura	60	1,4%	132	1,9%	61	1,2%	37	0,9%
Myanmar	49	1,1%	55	0,8%	48	1,0%	36	0,9%
Rússia	139	3,1%	107	1,6%	46	0,9%	31	0,7%
Itália	10	0,2%	41	0,6%	43	0,9%	46	1,1%
Alemanha	34	0,8%	35	0,5%	38	0,7%	15	0,4%
Tailândia	198	4,4%	51	0,8%	33	0,7%	28	0,7%
Costa Rica	2	0,1%	35	0,5%	32	0,6%	25	0,6%
Hong Kong	17	0,4%	9	0,1%	29	0,6%	16	0,4%
SUBTOTAL	**4.141**	**93,2%**	**6.165**	**90,8%**	**4.828**	**95,5%**	**3.986**	**95,7%**
DEMAIS PAÍSES	**302**	**6,8%**	**617**	**9,1%**	**230**	**4,5%**	**178**	**4,3%**
TOTAL GERAL	**4.443**	**100,0%**	**6.782**	**100,0%**	**5.058**	**100,0%**	**4.164**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, April 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Janeiro-setembro.

(2) Última posição disponível em 04/04/2011.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CORÉIA DO NORTE

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009(1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	269	19,9%
Minérios, escórias e cinzas	140	10,4%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	124	9,2%
Ferro fundido, ferro e aço	109	8,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	97	7,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	81	6,0%
Peixes e crustáceos, moluscos	59	4,4%
Plásticos e suas obras	45	3,3%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	37	2,7%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	30	2,2%
Produtos químicos inorgânicos	27	2,0%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	25	1,8%
Alumínio e suas obras	24	1,8%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	23	1,7%
Subtotal	**1.090**	**80,6%**
Demais Produtos	**262**	**19,4%**
Total Geral	**1.352**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	639	22,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	203	7,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	177	6,2%
Minérios, escórias e cinzas	127	4,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	115	4,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha	96	3,3%
Ferro fundido, ferro e aço	93	3,2%
Plásticos e suas obras	78	2,7%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	72	2,5%
Cereais	68	2,4%
Filamentos sintéticos ou artificiais	67	2,3%
Obras de ferro, ferro fundido ou aço	56	2,0%
Açúcares e produtos de confeitaria	52	1,8%
Produtos químicos orgânicos	52	1,8%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	44	1,5%
Preparações de carne, de peixe ou de crustáceos	39	1,4%
Fibras sintéticas e artificiais	37	1,3%
Borracha e suas obras	35	1,2%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	35	1,2%
Produtos da indústria de moagem	34	1,2%
Algodão	33	1,2%
Subtotal	**2.152**	**75,1%**
Demais Grupos de Produtos	**714**	**24,9%**
Total Geral	**2.866**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

A Coréia do Norte não informou dados comerciais ao banco de dados TradeMap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição anual disponível em 04/04/2011.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CORÉIA DO NORTE

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CORÉIA DO NORTE[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	60.274	122.835	198.816	82.630	21.466
Variação em relação ao ano anterior	-9,0%	103,8%	61,9%	-58,4%	-74,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia[2]	0,3%	0,5%	0,5%	0,2%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%
Importações	91.982	109.310	176.416	95.700	121.275
Variação em relação ao ano anterior	28,5%	18,8%	61,4%	-45,8%	26,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia[2]	0,4%	0,4%	0,4%	0,3%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Intercâmbio comercial	152.256	232.145	375.232	178.330	142.741
Variação em relação ao ano anterior	10,5%	52,5%	61,6%	-52,5%	-20,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia[2]	0,3%	0,4%	0,4%	0,2%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%
Balança comercial	-31.709	13.525	22.400	-13.070	-99.809

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país a vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de aportação.

(2) Ásia, exclusive Oriente Médio.

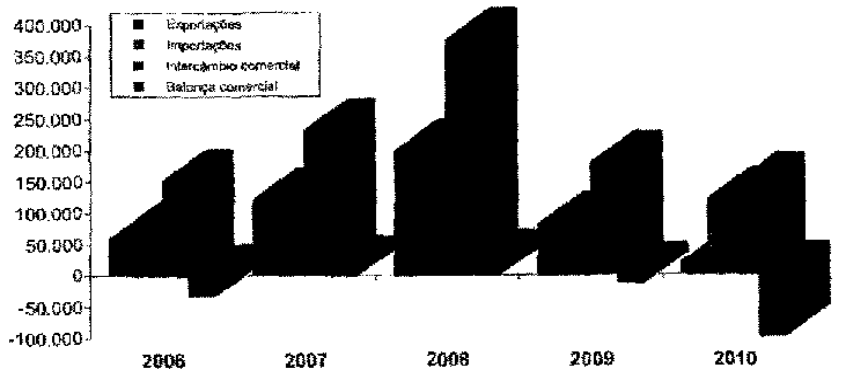
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CORÉIA DO NORTE (US$ mil, fob)	2010 (jan-fev)	2011 (jan-fev)
Exportações	195	48
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-99,5%	-75,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia[1]	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	25.267	8.451
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-78,6%	-66,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia[1]	0,4%	0,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,0%
Intercâmbio Comercial	25.462	8.499
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-53,9%	-66,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia[1]	0,2%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,0%
Balança Comercial	-25.072	-8.403

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewb.

(1) Ásia (exclusive Oriente Médio)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CORÉIA DO NORTE 2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CORÉIA DO NORTE

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CORÉIA DO NORTE (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Minérios, escórias e cinzas	0	0,0%	0	0,0%	17.125	79,8%
Ferro fundido, ferro e aço e seus artefatos manufaturados	7.823	3,9%	23.500	28,4%	3.692	17,2%
Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes	229	0,1%	495	0,6%	175	0,8%
Combustíveis minerais, óleos minerais, ceras minerais	212	0,1%	1.159	1,4%	173	0,8%
Ferro fundido, ferro e aço	92.757	46,7%	11.485	13,5%	63	0,3%
Produtos diversos das indústrias químicas	159	0,1%	35	0,0%	39	0,2%
Veículos automóveis, tratores, suas partes/acessórios	691	0,3%	175	0,2%	35	0,2%
Café, chá, mate e especiarias	2.511	1,3%	986	1,2%	34	0,2%
Algodão	31.761	16,0%	17.176	20,8%	25	0,1%
Borracha e suas obras	219	0,1%	57	0,1%	20	0,1%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas	37.654	18,9%	8.638	10,5%	5	0,0%
Sementes, frutos oleaginosos, grãos, semelhantes	4.039	2,0%	0	0,0%	0	0,0%
Açúcares e produtos de confitaria	333	0,2%	6625	8,0%	0	0,0%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	675	0,3%	3.939	4,8%	0	0,0%
Cereais	0	0,0%	1.950	2,4%	0	0,0%
Subtotal	179.089	90,1%	74.527	90,7%	21.343	99,6%
Demais produtos	19.747	9,9%	7.703	9,3%	93	0,4%
TOTAL GERAL	198.836	100,0%	82.630	100,0%	21.466	100,0%

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CORÉIA DO NORTE

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CORÉIA DO NORTE (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	47.838	27,1%	31.360	32,8%	30.575	25,2%
Combustíveis minerais, óleos minerais, ceras minerais	45	0,0%	0	0,0%	28.623	23,9%
Ferro fundido, ferro e aço	35.357	20,0%	12.296	12,8%	18.396	15,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	32.892	18,6%	12.749	12,3%	12.286	10,1%
Borracha e suas obras	8.051	3,9%	8.215	8,6%	7.554	6,2%
Plásticos e suas obras	15.436	8,8%	9.908	10,4%	4.709	3,9%
Veículos automóveis, tratores, suas partes/acessórios	1.569	0,9%	1.122	1,2%	3.095	2,5%
Veículos e seus acessórios, exceto de tratores	61	0,0%	229	0,2%	2.514	2,1%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	6.166	3,5%	2.368	2,5%	1.622	1,3%
Produtos químicos orgânicos	2.948	1,7%	2.408	2,5%	1.506	1,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.717	1,0%	1.047	1,1%	1.381	1,1%
Alumínio e suas obras	1.216	0,7%	677	0,7%	1.127	0,9%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel, ou	1.205	0,7%	1.135	1,2%	754	0,6%
Subtotal	156.914	88,9%	87.365	91,3%	116.893	95,7%
Demais produtos	19.502	11,1%	8.335	8,7%	5.167	4,3%
TOTAL GERAL	176.416	100,0%	95.700	100,0%	122.275	100,0%

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CORÉIA DO NORTE

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CORÉIA DO NORTE (US$ mil - fob)	2010 (Jan-fev)	% no total	2011 (Jan-fev)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Veículos, automóveis, tratores, ciclos	7	3,6%	20	41,7%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	26	13,3%	12	25,0%
Frutas; casca de cítricos e de melões	0	0,0%	1	2,1%
Preparações alimentícias diversas	8	4,1%	0	0,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	3	1,5%	0	0,0%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	3	1,5%	0	0,0%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	78	40,0%	0	0,0%
Café, chá, mate e especiarias	34	17,4%	0	0,0%
Produtos diversos das indústrias químicas	36	18,5%	0	0,0%
Subtotal	195	100,0%	33	68,8%
Demais Produtos	0	0,0%	15	31,3%
TOTAL GERAL	195	100,0%	48	100,0%

IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.826	7,2%	1.998	23,6%
Plásticos e suas obras	420	1,7%	1.261	14,9%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.261	5,0%	1.240	14,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	6.346	25,1%	1.237	14,6%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	228	0,9%	691	8,2%
Ferro fundido, ferro e aço	8.336	33,0%	436	5,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	79	0,3%	396	4,7%
Produtos químicos orgânicos	211	0,8%	242	2,9%
Filamentos sintéticos ou artificiais	157	0,6%	125	1,5%
Tecidos impregnados, revestidos ou recobertos	103	0,4%	80	0,9%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	314	1,2%	56	0,7%
Borracha e suas obras	5.275	20,9%	1	0,0%
Subtotal	**24.558**	**97,2%**	**7.763**	**91,9%**
Demais Produtos	**709**	**2,8%**	**688**	**8,1%**
TOTAL GERAL	**25.267**	**100,0%**	**8.451**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-fev/2011.

Aviso nº 464 - C. Civil.

Em 12 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coréia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 124, DE 2011
(nº 322/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia.

Os méritos do Senhor Gilberto Fonseca Guimarães de Moura que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de agosto de 2011.

EM No 00370 MRE

Brasília, 26 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 370 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 26 de julho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA*
CPF.: 343.860.847-20
ID.: 5706 MRE

1952	Filho de Ivo Coutinho de Moura e Alcina Fonseca Guimarães de Moura, nasce em 12 de março, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1974	Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1981	CAD - IRBr
1990	História pelo Centro Universitário de Brasília/DF
1996	CAE - IRBr, A Polônia em Transição e a Configuração de um Novo Quadro Político-Econômico para o Relacionamento com o Brasil
Cargos:	
1974	CPCD - IRBr
1975	Terceiro-Secretário
1978	Segundo-Secretário
1984	Primeiro-Secretário, por merecimento
1992	Conselheiro, por merecimento
1999	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2009	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1975-76	Departamento da África, assistente
1976-80	Embaixada em Berlim Oriental, Terceiro e Segundo-Secretário
1980-84	Embaixada em Ottawa, Segundo-Secretário
1984-85	Embaixada em La Paz, Segundo-Secretário
1985	Consulado-Geral de Santa Cruz de la Sierra, Cônsul-Adjunto em missão transitória
1985-86	Departamento do Pessoal, assessor
1986	Divisão de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos, Chefe
1986-87	Departamento de Pessoal, assessor

1987-88	Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Chefe
1988-89	Embaixada em Cingapura, Encarregado de Negócios em missão transitória
1989-92	Consulado-Geral em Montreal, Cônsul-Adjunto em missão transitória
1992	Departamento do Serviço Exterior, Coordenador Executivo
1992-95	Embaixada em Paris, Conselheiro
1995	Reunião Ordinária da Comissão Internacional de Pesos e Medidas, Chefe de delegação
1996-98	Embaixada em Varsóvia, Conselheiro
1998-99	Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe
1999-00	Departamento de Organismos Internacionais, Diretor-Geral, substituto
2000-03	Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Ministro-Conselheiro e Delegado Permanente Adjunto
2003-07	Embaixada em Berlim, Ministro-Conselheiro
2007	Coordenação-Geral de Seguimento da Cúpula África-América do Sul e de Temas Multilaterais Africanos, Coordenador-Geral
2007	Coordenação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, Coordenador-Geral
2007	Coordenação-Geral do Seguimento da Cúpula América do Sul-Países Árabes (Coordenador-Geral)
2009-11	Departamento da Ásia e Oceania, Diretor
2011	Diretor do Departamento de Mecanismos Inter-regionais

Condecorações:

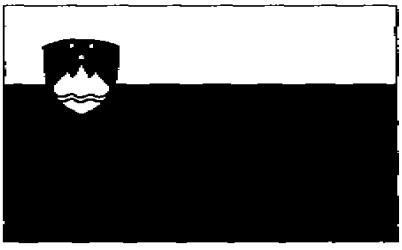
1991	Medalha do Mérito Santos Dumont
1992	Cruz Pro Eclesia et Pontificia, Vaticano
2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

ADRIANO SILVA PUCCI
Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Informação ao Senado Federal

REPÚBLICA DA ESLOVÊNIA







Brasília, julho de 2011

ANEXO II

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

Troca de visitas .....

Comércio e Investimento .....

Empréstimos e Financiamentos Oficiais .....

Ciência e Tecnologia .....

Educação e Cultura .....

Energia .....

Comunidade Brasileira .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

Reforma do Conselho de Segurança .....

ECONOMIA .....

CRONOLOGIA HISTÓRICA .....

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....

ATOS BILATERAIS .....

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS .....

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Eslovênia (*Republika Slovenija*)
CAPITAL	Liubliana
ÁREA	20.273 km² (3,5 vezes maior que o DF)
POPULAÇÃO	2.000.692 habitantes (equivalente ao Estado de SE)
IDIOMAS	Esloveno (oficial) e servo-croata
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (57,8%), Islamismo (2,4%), outros
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Danilo Türk
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Borut Pahor
PIB	US$ 48,477 bilhões (equivalente ao Estado de Goiás)
PIB PPP	US$ 54,077 bilhões
PIB "per capita"	US$ 23.726,00 (Brasil: US$ 8.230,00)
PIB PPP "per capita"	US$ 26.470,00 (Brasil: US$ 10.160,00)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
IDH	0,828 - 29º lugar (Brasil: 0,699 - 73º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA (ANOS H & M)	73,6 H e 81,2 M (Brasil: 68,9 H e 76,2 M)
ALFABETIZAÇÃO	99,7% (Brasil: 90%)
EMBAIXADORA NO BRASIL	Milena Smit (residente)
EMBAIXADOR DO BRASIL	Paulo Antonio Pereira Pinto (residente)
COMUNIDADE BRASILEIRA	72 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → ESLOVÊNIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Mar)
Intercâmbio	**151,3**	**149,3**	**201,6**	**270**	**354,5**	**324,4**	**345,8**	**78,5**
Exportações	132,5	128,6	174	231,9	296,5	152,9	284,39	60,2
Importações	18,7	20,6	27,6	38,1	58,0	42,5	61,48	18,3
Saldo	*113,7*	*107,9*	*146,4*	*193,7*	*238,5*	239,3	*222,9*	*41,9*

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte: MDIC

BRASIL-ESLOVÊNIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	80.210	100.724	151.355	149.372	201.634	270.078	354.560	324.424	345.876
Exportações (fob)	68.140	87.106	132.574	128.684	174.030	231.913	296.527	281.873	284.393
Importações (fob)	12.070	13.619	18.781	20.689	27.604	38.165	58.033	42.551	61.482
Saldo	56.069	73.487	113.792	107.995	146.426	193.748	238.494	239.322	222.911

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte da Eslovênia

BRASIL - ESLOVÊNIA	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	130.066	175.399	228.658	258.543	239.603	307.714
Exportações da Eslovênia para o Brasil (fob)	14.834	24.165	30.142	42.018	35.172	47.667
Importações da Eslovênia procedentes do Brasil (cif)	115.232	151.234	198.516	216.525	204.431	260.047
Saldo	-100.398	-127.069	-168.374	-174.508	-169.259	-212.381

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados da UNCTAD/RTC/trademap.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Danilo Türk
Presidente da República da Eslovênia

Danilo Türk nasceu em 19 de fevereiro de 1952 em Maribor, no território da antiga Iugoslávia. Formou-se em direito pela Universidade de Liubliana. Obteve o título de mestre em 1978, pela Universidade de Belgrado. Tornou-se doutor em 1982, defendendo a tese "O princípio de não-intervenção nas relações internacionais e no direito internacional", na Universidade de Liubliana, na qual atingiu a posição de Catedrático de Direito Internacional em 1995.

Após a independência, que teve lugar em 1991, Türk desempenhou papel importante na diplomacia eslovena. Naquele ano, representou informalmente a Eslovênia, ainda não reconhecida, em contatos com a ONU e o Conselho da Europa. No ano seguinte, Türk representou o país na Conferência Internacional sobre a Iugoslávia e redigiu memorandos que serviram de base para a declaração da Comissão Badinter de que a Iugoslávia havia sido dissolvida.

Danilo Türk tornou-se Embaixador da Eslovênia junto à ONU em 1992. No mesmo ano, tornou-se o primeiro Embaixador da Eslovênia no Brasil (não-residente). No período em que o país foi membro do CSNU (1998-1999), lidou com questões, inter alia, como o Kosovo, Iraque, Líbia e Timor-Leste. Após a participação no CSNU, Kofi Annan designou Türk Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Políticos da ONU. Türk retornou à Universidade de Liubliana em 2005. Em 11 de novembro de 2007, foi eleito Presidente da República da Eslovênia. Tomou posse em 22 de dezembro de 2007.

Borut Pahor
Primeiro Ministro da República da Eslovênia

Borut Pahor nasceu em Postojna, no território da antiga Iugoslávia, em 2 de novembro de 1963. Bacharel em Ciências Políticas, Pahor cursou mestrado em Relações Internacionais. Foi eleito deputado para a Assembléia Nacional em 1992 e chefiou a delegação eslovena na Assembléia Parlamentar do Conselho europeu. Tornou-se vice-líder do Partido Social Democrata (ZLSD) em 1993. Foi reeleito deputado em 1996, atingindo a posição de Vice-Presidente do Parlamento. Em 1997, foi eleito líder do partido no terceiro congresso do ZLSD, tendo sido reeleito em 2001. Nas eleições gerais de 2000, foi eleito mais uma vez deputado e tornou-se presidente da Assembléia Nacional.

Em junho de 2004, antes do término de seu mandado na Assembléia Nacional, foi eleito, por um voto de preferência, Membro do Parlamento Europeu nas eleições parlamentares européias. Por sua iniciativa, o partido foi renomeado como Social Democrata (SD) no seu 5º Congresso (2005). As eleições gerais de 2008 trouxeram vitória relativa para os Sociais Democratas e Pahor foi indicado pelo Presidente Danilo Türk, confirmado pela Assembléia Nacional em 7 de novembro e empossado Primeiro-Ministro da Eslovênia em 21 de novembro de 2008. A coalização liderada por Borut Pahor compreende, além do SD, o partido Zares, o Partido Democrata dos Aposentados e o partido LDS (Democracia Liberal da Eslovênia).

Samuel Žbogar
Ministro dos Negócios Estrangeiros da
República da Eslovênia

Samuel Žbogar nasceu em 5 de março de 1962. Formou-se em Ciências Políticas e Relações Internacionais. Em 1991, ano da independência da Eslovênia, passou a servir como Conselheiro no Ministério dos Negócios Estrangeiros do novo país. Participou, como Secretário da Delegação Eslovena, da Conferência Internacional sobre a Antiga Iugoslávia. Em 1992, Zbogar foi assessor do Ministro de Negócios Estrangeiros e trabalhou no Gabinete do Secretário-Geral.

Foi nomeado, em 1995, Subsecretário de Estado e Diretor do Departamento de África, Ásia, América Latina e Pacífico na Chancelaria eslovena. Serviu como Ministro e Representante Permanente Adjunto da Eslovênia junto às Nações Unidas (1997-2001). Žbogar foi Representante Adjunto junto ao CSNU (1998-1999) e Secretário de Estado na Chancelaria local (2001-2004). De 2004 a 2008, foi Embaixador nos Estados Unidos. Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 21 de novembro de 2008.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da Eslovênia em 24 de janeiro de 1992. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 21 de dezembro daquele ano. O rápido reconhecimento da independência, anterior a muitos países-membros da União Europeia (UE), criou um elo de amizade construtiva entre os dois países, que tem permeado desde então o relacionamento bilateral.

A aproximação teve seguimento, o que se demonstra pela abertura da Embaixada do Brasil junto à Eslovênia, cumulativa com Viena, em 14 de março de 1994. Em 1º de novembro de 2007, foi estabelecida Embaixada residente em Liubliana, aberta oficialmente em abril de 2008, durante a presidência eslovena do Conselho da UE. Trata-se da primeira Embaixada latino-americana naquela capital, seguida apenas pela abertura da Embaixada da Venezuela no final de 2009.

Em 1997, o Secretário de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ignacy Golob, muito conhecido pela sua atuação no Movimento dos Não-Alinhados como representante da antiga Iugoslávia, visitou o Brasil para manter a primeira reunião de consultas políticas entre as Chancelarias dos dois países. Em 29 de julho de 1998, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Boris Frlec realizou visita a Brasília, durante a qual assinou Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia.

A Embaixada da Eslovênia em Brasília começou a operar em 23 de março de 2010.

As autoridades eslovenas anunciam reiteradamente que o Brasil figura entre as prioridades de política externa do país, atitude que se enquadra na tentativa eslovena de diversificar os seus parceiros internacionais. Nas questões bilaterais, o maior tema de interesse esloveno é promover utilização mais intensiva do Porto de Koper pelo Brasil. Entre os principais temas de interesse brasileiro, encontram-se a cooperação bilateral no campo da ciência e tecnologia; a cooperação técnica na área de produção de energia nuclear; o adensamento das relações econômico-comerciais, com a possível utilização do Porto de Koper para distribuição dos produtos brasileiros na região, entre eles, possivelmente, o etanol.

Troca de visitas

Em outubro de 2006, a Diretora do Departamento da Europa (DEU) do Itamaraty realizou a primeira visita de uma autoridade brasileira à Eslovênia, para manter reunião de consultas políticas, tendo-se encontrado, na ocasião, com o então Vice-Diretor da Faculdade de Direito de Liubliana, o atual Presidente Danilo Türk.

Em abril de 2008, o Presidente Danilo Türk realizou a primeira visita de um Chefe de Estado esloveno ao Brasil. Em junho do mesmo ano, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, visitou a Eslovênia. Em razão da Presidência eslovena do Conselho da UE, a visita do Chanceler brasileiro teve duplo objetivo: manter encontros bilaterais e chefiar a reunião ministerial do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Europeia.

Em abril de 2009, o Chanceler Celso Amorim manteve encontro com o Presidente Danilo Türk às margens do II Fórum da Aliança de Civilizações, em Istambul.

Em fevereiro de 2010, o Presidente da APEX, Alessandro Teixeira, liderou missão empresarial à Eslovênia, com o objetivo de explorar as potencialidades para o aprofundamento do comércio bilateral. Em agosto do mesmo ano, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, esteve naquele país para participar do Fórum de Bled e manter encontros com o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o Chanceler eslovenos.

Em fevereiro de 2011, visitou o Brasil Embaixador Igor Sencar, Diretor-Geral de Assuntos Europeus e Bilaterais da Chancelaria eslovena.

Comércio e Investimento

A tendência do intercâmbio bilateral entre Brasil e Eslovênia é de resultados positivos para o Brasil na balança comercial. Analisando os saldos de 2004 a 2011, percebe-se certa progressão nos resultados, havendo uma queda maior de 2009 para 2010, resultado da crise financeira global. Os principais produtos importados pelo Brasil se resumem a máquinas e motores. No que diz respeito à exportação, o Brasil exporta majoritariamente *commodities*, principalmente soja (58%) e café (36%).

No relacionamento comercial bilateral, sobressaem as discussões sobre a possível utilização, pelo Brasil, do Porto de Koper como ponto de entrada de mercadorias não apenas para a Eslovênia, mas para a Europa Central e Oriental como um todo.

O Porto de Koper está situado a nordeste do Mar Mediterrâneo, no Mar Adriático, em operação desde 1957. Desde 1953, a área vizinha ao porto foi instituída como zona franca. Grande parte (68%) da movimentação do porto é de carga em trânsito, em direção principalmente a Áustria, Eslováquia, Hungria e República Tcheca.

No contexto da missão empresarial brasileira liderada pela APEX à Eslovênia, em fevereiro de 2010, que incluiu reuniões com a direção da Companhia Luka Koper, que administra o Porto, e com o Vice-Ministro dos Transportes, a APEX preparou estudo logístico que concluiu que "a localização geográfica e distâncias da cidade de Koper e as principais cidades européias são bastante positivas para a localização do porto. O porto está localizado numa região central no continente europeu para a distribuição de mercadorias tanto na Europa ocidental como na oriental".

Os dados mais recentes do Banco Central (2009) registram investimento esloveno direto de meio milhão de dólares no Brasil.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessão de empréstimos e financiamentos oficiais à Eslovênia, tampouco de investimentos diretos brasileiros no país.

Ciência e Tecnologia

A cooperação bilateral com a Eslovênia no campo da ciência e tecnologia compreendeu as seguintes ações recentes:

(a) Realização, de 5 a 7 de junho de 2010, da oficina de trabalho Brasil-Eslovênia no campo da saúde e do meio ambiente, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica e Educacional entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Nacional de Biologia da Eslovênia (NIB). A oficina concentrou seus trabalhos em três áreas de pesquisa: câncer e doenças degenerativas, células-tronco e meio ambiente.

(b) Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e Educacional entre a UFRJ e o NIB.

(c) Lançamento de edital conjunto, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Educação Superior, Ciência e Tecnologia (MHEST) da República da Eslovênia, nas seguintes áreas: transferência e implementação de métodos para produção de toxinas, a ser executado entre o NIB e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); projetos no campo das células-tronco embrionárias, entre a Universidade de Liubliana e a Universidade de São Paulo (USP) e entre o NIB e a UFRJ; efeitos de mudanças climáticas sobre processos vitais em animais aquáticos, entre o NIB e o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA); e novas drogas para inibir proliferação de células tumorais e prevenção química ao câncer, entre o NIB e a UFRJ.

Educação e cultura

Estão em andamento negociações referentes à proposta brasileira de Acordo-Quadro de Cooperação no Domínio Educacional, transmitida ao Governo esloveno em agosto de 2010.

Em outubro daquele ano, o Ministro do Meio Ambiente da República da Eslovênia, Roko Zarnic afirmou que a educação primária poderia servir de ponto focal para a cooperação bilateral em matéria de conscientização ambiental. O tema do meio ambiente é apontado como a maior prioridade entre os pesquisadores brasileiros e eslovenos envolvidos na cooperação bilateral em ciência e tecnologia.

A programação de difusão cultural do Governo brasileiro na Eslovênia intensificou-se sobremaneira após a abertura da Embaixada em Liubliana. Foram realizados, em 2009, o festival de cinema brasileiro na Cinemateca de Liubliana e a apresentação do Grupo "Bichos do Brasil" no Teatro Madlinsko, em 9 de maio de 2009, festejado naquele país como o "Dia da Liberação", em referência ao fim da ocupação estrangeira na II Guerra Mundial.

Em 2010, os principais eventos de promoção cultural programados estavam relacionados à escolha de Liubliana como sede do Projeto da UNESCO Capital Mundial do Livro em 2010. Foi celebrado o "Ano Cultural do Brasil" no Cankarjev Dom, o

maior Centro Cultural de Liubliana, que abrigou no período artistas e músicos brasileiros. O evento foi inaugurado em novembro, com a apresentação da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP) no Festival *OBRAZilje*. O Festival, cujo nome foi criado a partir de um jogo de palavras (*obraz* significa face em esloveno, *obrazi Brazilje*, faces do Brasil), pretende trazer artistas de música erudita e popular de grande renome, ao longo de 2011.

A apresentação da OSESP, na maior das salas do Cankarjev Dom, foi um grande êxito e teve imensa repercussão na imprensa local. Estiveram presentes Ministros de Estado, reitores de universidades, empresários, membros dos meios cultural, acadêmico e diplomático de Liubliana.

Energia

A Eslovênia dispõe de usina nuclear em Krsko, com unidade tipo Westinghouse PWR-664-W. A administração da usina nuclear de Krsko mantém estreita cooperação técnica com a Usina de Angra I, que conta com o mesmo modelo Westinghouse. A cooperação consiste na troca de técnicas de treinamento e no compartilhamento de experiências operacionais com o fim de prevenir acidentes.

Comunidade Brasileira

A comunidade brasileira na Eslovênia soma 72 pessoas. Há um Consulado Honorário, localizado em Koper, a cargo de Ivan Knezevic. A Assistência Consular é prestada pela Embaixada do Brasil em Liubliana.

POLÍTICA INTERNA

A Eslovênia é uma República constitucional parlamentarista, em que o Poder Executivo é exercido pelo Chefe de Governo, o Primeiro-Ministro, escolhido pelo Presidente da República e aprovado pela Assembleia Nacional. O Presidente da República, eleito por sufrágio universal, é o Chefe de Estado, exercendo mandato de cinco anos, com direito a uma reeleição.

O Poder Legislativo concentra-se no Parlamento Nacional, bicameral, composto pela Assembleia Nacional – que conta com noventa deputados eleitos para um mandato de quatro anos com base em representação partidária – e pelo Conselho Nacional, com quarenta membros eleitos pela Assembleia Nacional, de maneira a representar os interesses sociais, econômicos, profissionais e locais, por um período de cinco anos.

O Poder Judiciário é investido na Corte Judicial Constitucional, a mais alta instância judiciária, nas Cortes regulares e na Procuradoria Pública.

Administrativamente, a Eslovênia divide-se em 210 municípios.

O Presidente da República Danilo Türk tomou posse em 22 de dezembro de 2007. O Partido Social-Democrata (SD) venceu as eleições de setembro de 2008 com uma cadeira de vantagem no Parlamento sobre o Partido Democrata da Eslovênia (SDS). Depois de negociações, Borut Pahor, vencedor das eleições, anunciou o novo Governo em novembro, em coalizão de centro-esquerda formada pelo SD, o ZARES, o Partido Liberal- Democrático (LDS) e o Partido Democrático dos Aposentados da Eslovênia (DeSUS).

Ainda que relativamente homogênea, a coalizão governista liderada por Pahor tem sofrido abalos constantes, que não chegam, no entanto, a ameaçar a permanência do Governo. O primeiro abalo foi causado pela controversa nomeação do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dimitrij Rupel, do oposicionista Partido Democrata Esloveno (SDS), para a posição de Assessor Especial de Política Externa no Gabinete de Pahor, o que causou descontentamento entre os partidos governamentais. A nomeação de Rupel inseriu-se no projeto de Pahor de construir imagem de político conciliador, mas acabou por fragilizar a coalizão partidária que sustenta o Governo, contribuindo para fortalecer o discurso de oposicionistas mais ferrenhos, que buscam transmitir a imagem de Pahor como um político sem poder de decisão.

A impropriedade da nomeação do ex-Chanceler foi demonstrada quando, em março de 2010, Rupel distribuiu ao corpo diplomático estrangeiro acreditado em Liubliana carta com críticas contundentes ao Presidente Danilo Türk e à política externa do Governo Pahor.

A possibilidade de que as nomeações feitas por Pahor possam colocar em risco a própria sobrevivência do Governo ficou clara com a designação de membro do LDS para a posição de Diretor-Geral do principal banco esloveno, o Nova Ljubljanska Banka. Alegando problemas na direção do banco, o partido ZARES ameaçou abandonar a coalizão governista, o que provocaria a realização de novas eleições. Ainda em 2009, o Ministro da Educação Superior, Ciência e Tecnologia, Gregor Golobič, presidente do ZARES, foi atingido por escândalo relacionado à omissão de sua participação acionária na empresa Ultra, o que gerou pressões para a sua exoneração. Além disso, causou constrangimento a prisão do Ministro da Agricultura, Milan Pogačnik, por acusação de tráfico de influência e corrupção. Em abril de 2010, foi a vez de o partido LDS acenar com a retirada da coalizão no rastro de uma série de desentendimentos envolvendo o Primeiro-Ministro e a Ministra do Interior e presidente do partido, Katarina Kresal.

Observa-se crescente hiato entre o Gabinete Pahor e o Presidente Türk. Aparentemente movido por agenda política própria, que seria norteada pelo projeto de lançar candidatura ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, Türk tem interferido nos assuntos do Governo Pahor, mormente em questões de política externa, o que tem causado desconforto entre a Presidência da República e a Chancelaria local. Em consequência, Türk mostra-se, por vezes, isolado na cena política eslovena, como demonstrou o episódio em que a oposição protocolou pedido de *impeachment*, em razão de condecoração outorgada a Tomaz Ertl, chefe da polícia secreta comunista durante o regime titoísta na antiga Iugoslávia.

No contexto da crise financeira global, o país foi atingido por uma onda de greves trabalhistas em setembro e outubro de 2010. Servidores públicos exigem que o Governo enfraqueça suas propostas, encaminhadas ao Legislativo, que, se aprovadas, acarretarão o corte de salários do funcionalismo, a limitação de pensões e benefícios sociais e o aumento da idade mínima para aposentadoria. O Governo, no entanto, insiste na necessidade dessas medidas para diminuir o déficit orçamentário.

O desgaste do Governo já começa a se sentir entre a opinião pública, sendo que as próximas eleições gerais estão marcadas apenas para setembro de 2012.

POLÍTICA EXTERNA

Nos anos que se seguiram à independência, em 1991, as prioridades da Política Externa eslovena concentraram-se no exercício de papel ativo no contexto multilateral e, mais fundamentalmente, na integração às estruturas econômicas, políticas e militares euroatlânticas. Como decorrência do viés multilateralista de sua política exterior, a Eslovênia integrou o Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1998-1999, posição para a qual é novamente candidata para o período 2012-2013, com apoio do Brasil. Os grandes feitos da diplomacia eslovena desde sua independência, entretanto, foram os acessos à UE e à OTAN, ambos em 2004.

Coroando a diretriz política de aceder às instituições europeias, a Eslovênia assumiu a presidência do Conselho da UE, pelo período de um semestre, em janeiro de 2008. Tratou-se da primeira nação que compôs o antigo bloco comunista a assumir a função. O país preparou-se com intensa dedicação para a tarefa, com o intuito de exercer as prerrogativas da presidência, apesar de seus limitados recursos materiais e humanos. Os eslovenos aproveitaram a oportunidade para consolidar a imagem internacional positiva do país por meio da sobriedade que demonstraram quando estiveram à frente da UE.

Na perspectiva da Eslovênia, para além de seu acesso à UE e à OTAN, seu entorno regional é prioridade imediata de sua diplomacia, em particular as relações com a Croácia, o único vizinho ainda não pertencente à UE.

Oficialmente, a Eslovênia apoia a expansão da UE para a inclusão da Croácia e dos demais países dos Bálcãs. Para Liubliana, trata-se de utilizar as ferramentas políticas e econômicas do bloco europeu para superar as cicatrizes ainda remanescentes dos anos de dominação comunista e do sangrento conflito que se seguiu à dissolução da Iugoslávia. Os países vizinhos, contudo, frequentemente se queixam de que a retórica oficial das autoridades eslovenas não encontra correspondência na prática.

A melhoria recente na relação bilateral com a Croácia permitiu à Eslovênia avançar na tentativa de protagonizar processo embrionário de integração regional. Em janeiro de 2010, os Primeiros-Ministros de ambos os países lançaram informalmente a ideia de convocar uma Conferência de alto nível entre os países balcânicos, que, sob o epíteto "Juntos para a União Europcia: A Contribuição dos Bálcãs Ocidentais para a Perspectiva Europeia", seria realizada, em março daquele ano, na localidade eslovena de Brdo pri Kanju, dando início ao chamado "Processo de Brdo". Participaram da conferência chefes de Governo de Albânia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Kosovo e Montenegro, além de representante da UE. A única ausência registrada foi a Sérvia. O primeiro resultado concreto dessa política de aproximação foi assinatura, em 26 de julho de 2010, de acordo entre Croácia, Eslovênia e Sérvia para facilitação de transporte ferroviário transfronteiriço.

A Eslovênia foi um dos primeiros países a reconhecer a independência de Kosovo, em março de 2008, poucos dias após a declaração unilateral emitida pelas autoridades kosovares. Liubliana tem mantido uma posição extremamente pró-ativa com relação à questão. O Presidente Türk foi o primeiro Chefe de Estado a visitar a capital do pretenso estado kosovar, seguido pouco tempo depois pelo Primeiro-Ministro Borut Pahor. Militares e policiais eslovenos participam do contingente da OTAN que se encontra ali destacado. O Governo esloveno tem reiterado que a independência do Kosovo seria fato indiscutível e inalterável, o que tem gerado certo desconforto nas relações bilaterais com a Sérvia.

Desde a ascensão ao poder do Primeiro-Ministro Borut Pahor, ao final de 2008, a intenção do Chanceler Samuel Zbogar é discutir a modernização das estratégias de política externa da Eslovênia. Como a Eslovênia é atualmente membro consolidado tanto da UE quanto da OTAN, discute-se agora a elaboração de nova agenda diplomática para os próximos anos, centrada na diversificação das parcerias internacionais, particularmente em direção a outros atores relevantes da arena global, incluindo o Brasil.

Reforma do Conselho de Segurança

Em visita ao Brasil, em abril de 2008, o Presidente Danilo Türk manifestou ao Presidente Lula o apoio esloveno ao ingresso do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) como membro permanente.

No debate geral da LXIII sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro daquele ano, Türk apresentou proposta de reforma que resultaria em um CSNU com a seguinte estrutura: (a) onze membros permanentes (+6 novos membros permanentes); (b) seis membros não-permanentes com presença mais frequente (grupo de 12 países, dentre os quais um da Europa Oriental, seria eleito para alternar-se a cada dois anos, durante 12 anos); (c) oito membros não-permanentes, com mandato de dois anos, eleitos de acordo com o princípio da distribuição geográfica.

A proposta eslovena de reforma do CSNU é considerada importante contribuição ao processo negociador sobre o tema. Em encontro com o Presidente esloveno, em abril de 2009, o então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, levantou possibilidade de se trabalhar em reforma inspirada pela proposta eslovena.

ECONOMIA

A Eslovênia possui uma economia pós-industrial avançada. País desenvolvido, ostenta índices sociais e econômicos próximos de seus vizinhos da Europa ocidental e dos EUA. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, é pouco menor do que aqueles de Áustria e Reino Unido e bem à frente de países como Portugal e Emirados Árabes Unidos. Seu PIB per capita, medido em paridade de poder de compra (PPP), eleva-se a quase US$ 27 mil, imediatamente atrás de Nova Zelândia, Coreia do Sul e Israel e à frente de economias como Portugal, Hungria e Rússia.

A recuperação da economia eslovena dos efeitos da crise financeira internacional – que derrubou o PIB em -8,1% em 2008, mergulhando o país em recessão – tem sido mais lenta do que se estimava inicialmente. Enquanto as estatísticas convergem para a conclusão de que o PIB decresceu mais de 7% em 2009, a realidade de 2010 é de que houve reduzido crescimento, apenas de 1,2% no conjunto de bens e serviços produzidos pela economia eslovena. O prognóstico é de que o PIB se recupere apenas em 2012, em razão de crescimento da demanda externa, e alcance 2,4%.

As variáveis que mais preocuparam em 2010 foram o déficit público e, particularmente, o desemprego – que, estimado em 7,6% no ultimo trimestre de 2010, é considerado altíssimo para os padrões eslovenos, diante de sua tradição de pleno emprego. As primeiras estimativas do Governo esloveno apontam que o déficit público atingiu € 1,73 bilhões em 2009, ultrapassando o patamar de 6% do PIB, muito acima das metas acordadas no âmbito da União Europeia. A cifra deve reduzir-se timidamente, em 2011, para 4,3% do PIB.

Diante da necessidade de o Governo poupar cerca de € 600 milhões por ano para lidar com a deterioração das contas públicas, o Ministro da Economia, Matej Lahovnik, admitiu que tem dúvidas quanto à estratégia de combate à crise econômica a ser adotada. O Ministro do Desenvolvimento, Mitja Gaspari, por sua vez, enfatizou a necessidade de estancar-se a sangria das contas públicas por meio da elevação de tributos, mais especificamente o imposto sobre o consumo (VAT), medida que é recebida com apreensão em ambiente de recessão econômica e contração no consumo.

Comércio exterior

Após a independência, a Eslovênia passou a redirecionar seu comércio exterior, diminuindo as exportações para seus antigos vizinhos da ex-Iugoslávia e aumentando as vendas para a Europa ocidental. As sanções impostas pela ONU ao comércio com a Sérvia privaram a Eslovênia de seu principal cliente externo, durante parte da década de 90. Já em 1992, 55% das exportações da Eslovênia foram direcionadas à UE, enquanto apenas 30% se dirigiram às demais repúblicas da antiga Iugoslávia.

Nos últimos anos, entretanto, o ambiente gerado pela crise financeira internacional e a consequente queda vertiginosa na demanda por produtos eslovenos têm levado a fissuras no tradicional conceito de que este país deve ser orientado para a

complementaridade em relação aos grandes mercados da Europa ocidental. Considera-se, no momento, ampliar o leque de parceiros externos de forma a contemplar os países vizinhos, sucessores da antiga Iugoslávia, assim como países emergentes, que ocupam espaço crescente entre as prioridades da política externa eslovena.

De fato, na conferência sobre diplomacia econômica realizada na cidade eslovena de Brdo nos primeiros dias de 2010, economistas e executivos de empresas apontaram Brasil, Rússia, Índia e China como mercados mais promissores. Além de compor contexto mais amplo de convergência política, a abertura da Embaixada da Eslovênia em Brasília enquadra-se precisamente nesse contexto da busca de novos parceiros como meio de atenuar os efeitos da crise econômica.

Espera-se que o déficit em transações correntes, que alcançou 1,1% do PIB em 2010, cresça de forma modesta em 2011, em razão da alta do preço do petróleo e dos preços das *commodities*.

Investimentos

Apesar de o Governo ter implementado, desde 2002, reformas que incrementaram o influxo de capitais estrangeiros no país, o montante de investimentos encontra-se aquém das possibilidades oferecidas pela excelente infra-estrutura e estabilidade econômica e política da Eslovênia. O Governo esloveno decidiu abrir, em 2007, o capital de grandes empresas estatais, como a TELEKOM Eslovênia e o segundo maior banco do país, o Banco de Maribor. A opinião pública, todavia, tem reagido mal à entrada de capital estrangeiro nessas empresas, especialmente o Banco de Maribor.

A política da Eslovênia de combate à inflação no passado repousou principalmente sobre limitações ao ingresso em massa de capital estrangeiro. O processo lento de privatização favoreceu investidores domésticos e foi prejudicado por resistência culturalmente enraizada à compra de ativos por estrangeiros. Como decorrência, a Eslovênia tinha muitas restrições à participação estrangeira em sua economia nos anos que se seguiram à independência.

Boa parte da economia eslovena ainda permanece nas mãos do Estado. sendo o índice per capita de investimento estrangeiro na Eslovênia é um dos mais baixos da UE.

O Porto de Koper

O porto de Koper é o epicentro dos esforços de incremento da relação comercial do Brasil não somente com a Eslovênia, mas, também, com toda a região do leste europeu. Localizado a 45 graus e 33' de latitude norte e 13 graus e 44' de longitude leste, o Porto de Koper está situado a nordeste do Mar Mediterrâneo, no Mar Adriático, estando em operação desde 1957. Desde 1953, a área vizinha ao porto foi instituída como zona franca. Grande parte (68%) da movimentação do porto é de carga em trânsito, em direção principalmente à Áustria, Hungria, República Tcheca, e Eslováquia.

A administração do porto (Companhia Luka Koper) planeja a instalação de centro de distribuição no local. Está prevista, para os próximos anos, a ampliação do porto, com a extensão dos Píeres I e III, de forma a aumentar a capacidade do porto em 1,6 milhão de contêineres/ano.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1809: Invasão das tropas napoleônicas e formação das Províncias Ilírias, com capital em Liubliana
1813: Retirada das Tropas napoleônicas e absorção da Eslovênia pelos domínios da dinastia Habsburgo
1848: "Eslovênia Unificada", primeiro programa político esloveno, lançado por grupo de intelectuais nacionalistas
1918: Fundado o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos
1929: Proclamado o Reino da Iugoslávia
1941: Invasão da Iugoslávia pela Alemanha nazista
1944: Libertação de Belgrado
1945: Início da ditadura do Marechal Josip Broz Tito
1946: Formação da República Federal Popular da Iugoslávia
1963: Formação da República Federal Socialista da Iugoslávia
1974: Constituição estabelecendo nova divisão administrativa da Iugoslávia, com seis repúblicas (Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia) e duas províncias autônomas (Vojvodina e Kosovo)
1980: Morte do Marechal Tito
1990: Plebiscito sobre independência da Eslovênia
1991: Declaração de Independência, em 25 de Junho
2004: Acesso à UE e à OTAN
2007: Adoção do Euro
2008: Assunção à Presidência do Conselho da UE

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1992: Brasil reconhece independência da Eslovênia. Estabelecimento de Relações Diplomáticas
1994: Criação da Embaixada do Brasil junto à Eslovênia (residente em Viena)
1998: Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Boris Frlec a Brasília
2006: Visita da Diretora do Departamento da Europa do Itamaraty à Eslovênia, a primeira de uma autoridade brasileira àquele país
2007: Criação da Embaixada residente do Brasil em Liubliana
2008: Abertura da Embaixada do Brasil em Liubliana. Visita de Estado do Presidente Danilo Türk. Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a Liubliana
2009: Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, a Liubliana
2010: Realização de Missão Empresarial da APEX à Eslovênia. Abertura da Embaixada residente da Eslovênia em Brasília

ATOS BILATERAIS

Acordo de Comércio e Cooperação Econômica - assinado em 16/6/1997, em vigor desde 19/8/1999

Acordo-Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica - assinado em 29/7/1998, em vigor desde 18/04/2002

Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas - assinado em 29/7/1998, em vigor desde a mesma data

Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos - assinado em 25/02/2005, em vigor desde 17/08/2006.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares - assinado em 12/12/2009, em tramitação no Congresso Nacional

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ESLOVÊNIA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República da Eslovênia
Superfície	20.273 Km²
Localização	Centro-Sul da Europa
Capital	Ljubljana
Principais cidades	Ljubljana, Maribor, Kranj, Celje
Idioma oficial	Esloveno
PIB Nominal (estimativa 2010)	US$ 48,6 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2010)	US$ 24.300
PIB PPP (estimativa 2010)	US$ 56 bilhões
PIB PPP "per capita" (2010)	US$ 28.021
Moeda [1]	Euro

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report April 2011.

(1) Taxa de câmbio livre de referência - 5/4/2011.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 [1]
População (em milhões de habitantes) [2]	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Densidade demográfica (hab/km²)	98,7	98,7	98,7	98,7	98,7
PIB Nominal (US$ bilhões)	39,0	47,3	54,8	49,3	48,6
Crescimento real do PIB (%)	5,8	6,9	3,7	-8,1	1,1
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%) [3]	2,5	3,8	5,7	0,9	1,8
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ bilhões) [4]	6,1	7,0	6,0	0,9	1,0
Câmbio (US$:€) [5]	1,32	1,46	1,39	1,43	1,34

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report April 2011.

(1) Estimativa.

(2) Estimativa.

(3) IPC nacional.

(4) Fundo Monetário Internacional - Estatísticas financeiras internacionais, abril/2011.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ESLOVÊNIA

COMÉRCIO EXTERIOR [1] (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	23.253	30.138	34.240	26.186	29.381
Importações (cif)	24.180	31.625	37.132	26.528	30.009
Saldo comercial	-927	-1.487	-2.892	-342	-628
Intercâmbio comercial	47.433	61.763	71.372	52.714	59.389

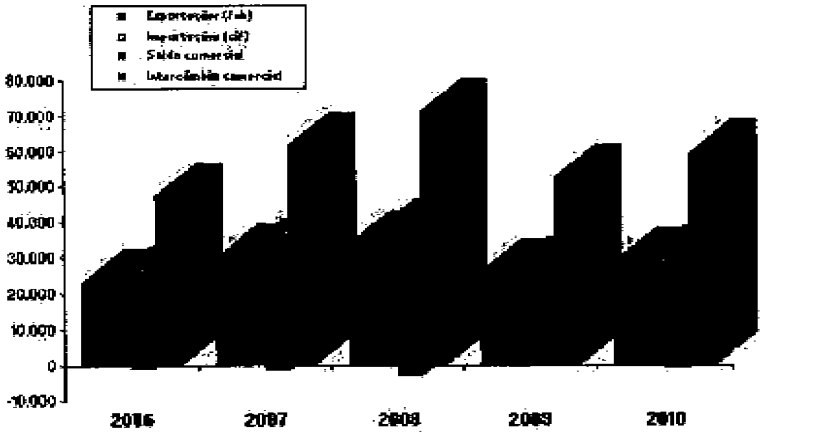
Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report April 2011.

(1) Os dados estatísticos oficiais referentes ao comércio exterior de um país nem sempre coincidem com os dados estatísticos oficiais de outro país, devido a diferenças metodológicas de coleta.

(2) Estimativa.

(3) Fonte: Organização Mundial do Comércio (OMC).

(US$ milhões)



SUBTOTAL	28.788	83,8%	21.644	82,7%	24.353	82,9%
DEMAIS PAISES	5.533	16,2%	4.541	17,3%	5.028	17,1%
TOTAL GERAL	34.248	100,0%	26.186	100,0%	29.381	100,0%

Elaborado pela DIREX/DIGEP - Dados de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, International Financial Statistics, February 2011.

Países listados segundo descrição, tendo sido mantida a ordem apresentada no SIAR.

(1) Jan/dez/acumulado

DIREÇÃO DO COMERCIO EXTERIOR (US$ bilhões - cif)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
IMPORTAÇÕES						
Alemanha	5.374	17,2%	4.384	16,5%	4.848	16,2%
Itália	5.164	16,5%	4.230	15,9%	4.666	15,5%
Áustria	3.160	11,2%	3.132	11,0%	3.183	10,6%
França	1.742	4,7%	1.324	5,0%	1.447	4,6%
Croácia	1.540	4,1%	1.144	4,3%	1.394	4,6%
China	900	2,4%	770	2,9%	1.236	4,1%
Hungria	1.320	3,5%	903	3,4%	1.065	3,5%
Turquia	1.230	3,3%	895	3,4%	956	3,2%
Países Baixos	1.104	3,0%	791	3,0%	869	2,9%
Coréia do Sul	1.209	3,3%	620	2,3%	738	2,5%
Bósnia e Herzegóvina	660	1,8%	552	2,1%	736	2,5%
República Tcheca	830	2,2%	616	2,3%	670	2,2%
Sérvia	646	1,7%	419	1,6%	607	2,0%
Espanha	894	2,4%	650	2,5%	603	2,0%
Bélgica	713	1,9%	542	2,0%	569	1,9%
Polônia	607	1,6%	503	1,9%	552	1,8%
Brasil	257	0,6%	204	0,8%	260	0,9%
SUBTOTAL	30.311	81,6%	21.677	81,7%	24.398	81,3%
DEMAIS PAISES	6.821	18,4%	4.851	18,3%	5.619	18,7%
TOTAL GERAL	37.132	100,0%	26.528	100,0%	30.019	100,0%

Elaborado pela DIREX/DIGEP - Dados de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, International Financial Statistics, February 2011.

Países listados segundo descrição, tendo sido mantida a ordem apresentada em 2009.

(1) Jan/dez/acumulado

Veículos automóveis, tratores, ciclos	3.875	12,2%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	3.486	11,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.064	10,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	2.787	9,3%
Ferro fundido, ferro e aço	1.534	5,1%
Plásticos e suas obras	1.383	4,6%
Produtos farmacêuticos	935	3,1%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	846	2,8%
Alumínio e suas obras	832	2,8%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	642	2,1%
Produtos químicos orgânicos	586	1,9%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	525	1,7%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	509	1,7%
Borracha e suas obras	505	1,7%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	476	1,6%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	462	1,5%
Cobre e suas obras	333	1,1%
Produtos químicos inorgânicos	328	1,1%
Vestuário e seus acessórios, de malha	302	1,0%
Produtos diversos das indústrias químicas	263	0,9%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	262	0,9%
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas	235	0,8%
Subtotal	**23.581**	**67,4%**
Demais Produtos	**8.126**	**32,6%**
Total Geral	**30.987**	**100,0%**

Dados elaborados pela DEPECOM/SECEX - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do SISCOMEX Exportação.

Observações: Dados estatísticos sujeitos a retificações posteriores de dados enviados.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ESLOVÊNIA

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ESLOVÊNIA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	**174.639**	**231.913**	**296.527**	**281.873**	**284.393**
Variação em relação ao ano anterior	35,2%	33,3%	27,9%	-4,9%	0,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Européia	0,6%	0,6%	0,6%	0,8%	0,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%
Importações (fob)	**27.694**	**38.165**	**58.033**	**42.551**	**61.482**
Variação em relação ao ano anterior	33,4%	38,3%	52,1%	-26,7%	44,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Européia	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	**201.634**	**270.078**	**354.560**	**324.424**	**345.875**
Variação em relação ao ano anterior	35,0%	33,9%	31,3%	-8,5%	6,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a União Européia	0,4%	0,4%	0,4%	0,5%	0,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Saldo Comercial	**146.926**	**193.748**	**238.494**	**239.322**	**222.911**

Elaborado pela DEPECOM/SECEX - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do SISCOMEX Exportação.

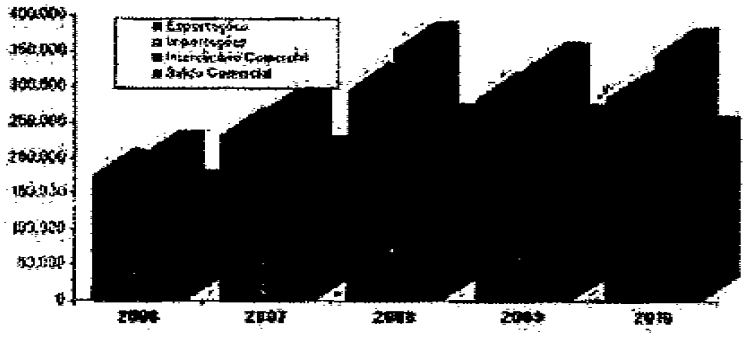
(1) Os dados referentes à exportação brasileira e à importação do país estão sujeitos a retificações posteriores de dados enviados pelos países à Estatística Brasileira e também por diferenças metodológicas de cálculo.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ESLOVÊNIA (US$ mil, fob)	2010 (jan-abr)	2011 (jan-abr)
Exportações	66.102	82.323
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-4,1%	24,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Européia	0,6%	0,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%
Importações	20.380	26.398
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	72,0%	29,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Européia	0,2%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	86.482	108.721
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	7,1%	25,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-União Européia	0,4%	0,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%
Saldo Comercial	45.722	55.925

Elaborado pelo DEAT/SECEX - Divisão de Informação Comercial, com dados fornecidos pela Divisão de MERCOSUL/Eslovênia.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ESLOVÊNIA
2006 - 2010

US$ mil



Elaborado pelo DEAT/SECEX - Divisão de Informação Comercial, com dados fornecidos pela Divisão de MERCOSUL/Eslovênia.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ESLOVÊNIA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ESLOVÊNIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	100.372	35,8%	83.858	61,3%	153.304	37,4%
Café cru não torrado	104.252	19,5%	26.220	25,1%	105.272	17,9%
Borracha e suas obras	2.227	0,8%	1.349	0,5%	2.883	0,7%
Soleiras	246.217	83,0%	281.873	95,0%	284.355	100,0%
Demais Produtos	50.310	17,0%	14.654	4,9%	0	0,0%
TOTAL GERAL	296.527	100,0%	296.527	100,0%	284.355	100,0%

Elaborado pelo DEAT/SECEX - Divisão de Informação Comercial, com dados fornecidos pela Divisão de MERCOSUL/Eslovênia.

Exportações brasileiras destinadas, fretamentos e outros procedimentos FOB.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ESLOVÊNIA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ESLOVÊNIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	31.186	53,7%	22.462	52,8%	27.575	44,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	6.359	11,0%	4.442	10,4%	9.378	15,3%
Produtos farmacêuticos	3.563	6,1%	3.638	8,5%	6.678	10,9%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.289	2,2%	2.135	5,0%	4.017	6,5%
Ferro fundido, ferro e aço	3.051	5,3%	1.489	3,5%	2.910	4,7%
Alumínio e suas obras	1.612	2,8%	412	1,0%	1.941	3,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica e fotografia	1.606	2,8%	1.167	2,7%	1.451	2,4%
Plásticos e suas obras	1.665	2,9%	805	1,9%	1.176	1,9%
Vestuário e seus acessórios, de malha	995	1,7%	781	1,8%	851	1,4%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.256	2,2%	640	1,5%	728	1,2%
Subtotal	**52.581**	**90,6%**	**37.971**	**89,2%**	**56.705**	**92,2%**
Demais Produtos	**5.452**	**9,4%**	**4.580**	**10,8%**	**4.777**	**7,8%**
TOTAL GERAL	**58.033**	**100,0%**	**42.551**	**100,0%**	**61.482**	**100,0%**

[illegible]

[illegible]

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ESLOVÊNIA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ESLOVÊNIA (US$ mil - fob)	2010 (jan-abr)	% no total	2011 (jan-abr)	% no total
EXPORTAÇÕES (principais grupos de produtos)				
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	35.258	53,3%	48.442	58,8%
Café, chá, mate e especiarias	25.614	38,7%	28.092	34,1%
Borracha e suas obras	570	0,9%	1.610	2,2%
Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de toucador	994	1,5%	824	1,0%
Subtotal	**62.436**	**94,5%**	**79.167**	**96,2%**
Demais Produtos	**3.666**	**5,5%**	**3.156**	**3,8%**
TOTAL GERAL	**66.102**	**100,0%**	**82.323**	**100,0%**

IMPORTAÇÕES (principais grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	9.544	46,8%	10.825	41,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.325	16,3%	5.796	22,0%
Produtos farmacêuticos	1.681	8,2%	2.533	9,6%
Ferro fundido, ferro e aço	1.109	5,4%	1.690	6,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.020	5,0%	1.580	6,0%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	132	0,6%	1.103	4,2%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	477	2,3%	526	2,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha	169	0,8%	379	1,4%
Plásticos e suas obras	425	2,1%	377	1,4%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	235	1,2%	310	1,2%
Subtotal	**18.116**	**88,9%**	**25.118**	**95,2%**
Demais Produtos	**2.264**	**11,1%**	**1.280**	**4,8%**
TOTAL GERAL	**20.380**	**100,0%**	**26.398**	**100,0%**

Elaborado pela MDIC/SECEX - Divisão de Informação Comercial, tendo por fonte o banco de dados do MDIC/SECEX/DEPLA/COAZ.

Sujeito a posterior retificação de valores, tendo em vista a entrada de novas informações após 08/07/2011.

Aviso nº 465 - C. Civil.

Em 12 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 125, DE 2011
(nº 323/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

Os méritos do Senhor Joaquim Augusto Whitaker Salles que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de agosto de 2011.

EM No 00381 MRE

Brasília, 29 de julho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 0038/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 29 de julho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Santa Lúcia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES*
CPF.: 046.252.341-15
ID.: 3292 MRE

1943	Filho de Joaquim Augusto Monteiro Salles e Flora Maria Whitaker Salles, nasce em 12 de outubro, em São Paulo/SP
Dados Acadêmicos:	
1968	CPCD - IRBr
1971	Curso de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, IPEA
1988	CAE - IRBr, Brasil e Tlatelolco
Cargos:	
1970	Terceiro-Secretário
1975	Segundo-Secretário, por antiguidade
1979	Primeiro-Secretário, por merecimento
1985	Conselheiro, por merecimento
1992	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2003	Ministro de Segunda Classe, no Quadro Especial
Funções:	
1971-72	Divisão de Política Financeira, Assistente
1972-74	Divisão de Orçamento e Programação Financeira, Assistente
1974-77	Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto
1977	Embaixada em Berlim Oriental, Segundo-Secretário
1977-79	Divisão de Imigração, Assistente
1979	Departamento Consular e Jurídico, Assistente
1979	Departamento Geral de Administração, Coordenador Técnico
1979-83	Embaixada em Londres, Primeiro-Secretário
1983-87	Divisão das Nações Unidas, Assistente
1986	Escritório do Representante Especial para Assuntos de Desarmamento, Genebra, Encarregado de Negócios

1987-88	Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe
1988-90	Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
1990-93	Divisão da Europa-I, Chefe
1993	IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia de Cooperação Econômica e Industrial, Brasília, Chefe de delegação
1993-98	Consulado-Geral em Hamburgo, Cônsul-Geral
1998-2004	Embaixada em Nairóbi, Embaixador
1999	20ª Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente, Nairóbi, Chefe de Delegação
1999	17ª Sessão da Comissão de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (HABITAT), Nairóbi, Chefe de Delegação
1999	Sessão Organizacional do Comitê Preparatório da Sessão Especial da Assembléia-Geral da ONU para Revisão e Avaliação da Implementação dos Resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Nairóbi, Chefe de Delegação
2000	I Reunião do Grupo de Trabalho Intersessional ad-hoc Aberto sobre o Artigo 8(j) e Dispositivos Correlatos da Convenção sobre Diversidade Biológica, Sevilha, Chefe de Delegação
2000	XI Conferência das Partes da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Flora e Fauna Silvestres -- CITES, Nairóbi, Chefe de Delegação
2000	I Sessão Substantiva do Comitê Preparatório da Sessão Especial da Assembléia-Geral da ONU para Revisão e Avaliação da Implementação dos Resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Nairóbi, Chefe de Delegação
2000	V Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, Nairóbi, Chefe de Delegação
2000	VI Sessão Especial do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente/I Foro Ministerial Global sobre o Meio-Ambiente,Malmö, Chefe de Delegação
2001	21ª Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente/II Foro Ministerial Global sobre o Meio-Ambiente, Nairóbi, Chefe de Delegação
2001	18ª Sessão da Comissão de Assentamentos Humanos (HABITAT), Nairóbi, Chefe de Delegação
2001	II Sessão Substantiva do Comitê Preparatório da Sessão Especial da A. Geral da ONU para a Revisão e Avaliação da Implementação dos Resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Nairóbi, Chefe Alterno de Delegação
2001	III Reunião do Grupo Aberto de Trabalho de Ministros ou seus Representantes sobre Governança Ambiental Internacional, Argel, Chefe de Delegação
2002	VII Sessão Especial do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente/III Foro Global Ministerial sobre o Meio-Ambiente, Cartagena, Chefe Alterno de delegação
2002	I Sessão do Foro Mundial Urbano, Nairóbi, Chefe de Delegação
2003	22ª Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente/IV Foro Global Ministerial sobre o Meio-Ambiente, Nairóbi, Chefe de Delegação
2003	19ª Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (NU-HABITAT), Nairóbi, Chefe de Delegação
2003	XV Reunião das Partes do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Danificam a Camada de Ozônio, Nairóbi, Chefe de Delegação
2004	VIII Sessão Especial do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente/V Foro Global Ministerial sobre o Meio-Ambiente, Jeju, República da Coréia, Chefe Alterno de Delegação
2004	Cerimônias de Comemoração do 10º. Aniversário do Genocídio no Ruanda, Kigali, Chefe de Delegação
2004	II Foro Urbano Mundial, Barcelona, Chefe Alterno de Delegação
2004-06	Escritório de Representação no Amazonas, Chefe
2005	Encarregado de Negócios, Embaixada em Bangkok
2006-08	Escritório de Representação na Região Norte, Chefe
2008	Consulado-Geral na Cidade do Cabo, Cônsul-Geral

Condecorações:

1991	Ordem de Isabel a Católica, Espanha, Comendador
1991	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1992	Ordem ao Mérito da República Italiana, Itália, Comendador
1995	Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha, Comendador
2003	Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz

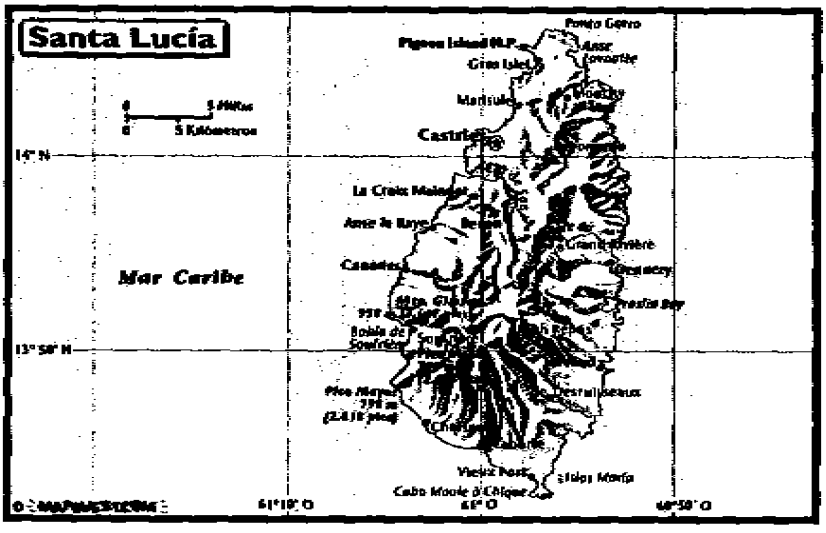
ADRIANO SILVA PUCCI
Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores
Subsecretaria-Geral das Américas do Sul, Central e do Caribe (SGAS)
Departamento da América Central e Caribe (DACC)
Divisão do Caribe (DCAR)

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

SANTA LÚCIA





Julho de 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS

PERFIS BIOGRÁFICOS

RELAÇÕES BILATERAIS

Comércio Bilateral

Assistência Humanitária

Cooperação Educacional e Cultural

Cooperação Técnica

Comunidade brasileira em Santa Lúcia

Empréstimos e financiamentos oficiais

POLÍTICA INTERNA

POLÍTICA EXTERNA

ECONOMIA

ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

Cronologia Histórica Recente

Atos Bilaterais

Dados econômicos e principais indicadores

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Santa Lúcia
CAPITAL	Castries
ÁREA	616 km²
POPULAÇÃO (2011 est.)	161 mil
IDIOMAS	Inglês
ETNIAS	Negros (82,5%), Mestiços (11,9%), Indianos (2,4%), Outros (3,1%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católica (67,5%), Adventista do 7° dia (8,5%), Pentecostal (5,7%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth da Inglaterra, representada pela Governadora-Geral Calliopa Louisy
CHEFE DE GOVERNO	Stephenson King (desde set/2007)
MRE	Rufus George Bousquet
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	-
PIB REAL (2010 est.)	US$ 1 bilhão (0,05 % PIB Brasil)
PIB PPP (2010 est.)	US$ 1,79 bilhão (0,08 % PIB PPP Brasil)
PIB "PER CAPITA" (2010 est.)	US$ 6.201 (61% PIB p.c. Brasil)
PIB PPP "PER CAPITA" (2010 est.)	US$ 11.100 (101% PIB PPP p.c. Brasil)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar Caribenho Oriental

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ MILHÕES FOB) – FONTE: MDIC

Brasil → Santa Lúcia	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-junho)
Intercâmbio	**1,8**	**12,0**	**3,2**	**4,0**	**1.034,8**	**3.576,5**	**2.434**	**2.743,9**	**1.444,8**
Exportações	1,8	2,4	3,2	4,0	1034,8	3576,5	2434	2.743,9	1.444.7
Importações	0,0	9,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,04	0,04	0,06
Saldo	1,8	-7,1	3,2	3,9	1034,8	3576,5	2434	2.743,9	1.444,6

PERFIS BIOGRÁFICOS

STEPHENSON KING
Primeiro-Ministro

- Tomou posse como Primeiro-Ministro em 2007
- Presidente do Partido dos Trabalhadores Unidos (UWP), foi eleito para a Assembléia Nacional nas eleições gerais realizadas em 11 de dezembro de 2006.
- Serviu na década de 1990, como membro do UWP, no Governo do ex-Primeiro-Ministro John Compton, na qualidade de Ministro da Saúde e da Administração Local.
- Nasceu em 13 de novembro de 1958, em Castries.

RUFUS GEORGE BOUSQUET
Ministro dos Negócios Exteriores, Comércio Internacional e Investimentos

- Assumiu a Chancelaria pela segunda vez em fevereiro de 2009
- Em junho de 2008, foi nomeado Ministro da Indústria, Comércio, Investimento e Interesse dos Consumidores, no Governo King.
- Em dezembro de 2006, nomeado Ministro dos Negócios Exteriores, dos Serviços Financeiros Internacionais, da Informação e da Difusão Radiofônica e Televisiva no Governo do PM Compton.
- Em dezembro de 2006 elegeu-se, pelo Partido dos Trabalhadores Unidos UWP, como representante do distrito eleitoral de Choiseul.
- Em 1995, Ministro dos Serviços Financeiros e da Corporação Nacional de Desenvolvimento, em Governo do PM Compton.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Santa Lúcia apresentam dois marcos principais. O primeiro é a criação da Embaixada do Brasil em Castries, em dezembro de 2007. O relacionamento bilateral, desde então, tem sido aprofundado e diversificado, abarcando variedade de temas, tais como crescimento do fluxo de comércio bilateral, assistência humanitária, cooperação educacional e cooperação técnica.

O segundo marco das relações Brasil-Santa Lúcia constitui a realização da I Cúpula Brasil-CARICOM, em Brasília, no dia 26 de abril de 2010. O Primeiro-Ministro Stephenson King participou da Cúpula e assinou acordos expressivos com o Governo brasileiro, nas áreas de cooperação técnica, agricultura, segurança pública, cooperação educacional, cooperação cultural e isenção de vistos.

A implantação da chancelaria brasileira e a I Cúpula Brasil-CARICOM concorreram, também, para a aproximação política entre Brasil e Santa Lúcia. Como resultado concreto de tal aproximação, pode ser apontado o apoio de Santa Lúcia à candidatura do Doutor José Graziano da Silva à Direção-Geral da FAO.

Comércio Bilateral

O fluxo de comércio com Santa Lúcia aumentou de US$ 4 milhões em 2006 para US$ 2,7 bilhões em 2010. Tamanho incremento no comércio bilateral explica-se pelas exportações de petróleo do Brasil ao país, que aumentaram significativamente a partir de 2007, quando a Petrobrás celebrou contrato com empresa santa-lucense (Hess Oil St Lucia Limited – HOSLL), envolvendo armazenamento de petróleo para exportação para terceiros mercados. Atualmente, 99% das exportações brasileiras à ilha consistem em "óleos brutos de petróleo".

A presença da Petrobrás em Santa Lúcia tem-se mostrado vantajosa. A partir das facilidades advindas da operação com a HOSLL, a Petrobrás é capaz de comercializar petróleo de forma mais eficiente para refinadores em diversos mercados, principalmente para aqueles localizados no Golfo do México, na Costa Leste dos Estados Unidos e no Caribe. A existência de tancagem em Santa Lúcia também fortalece a presença da empresa brasileira na região e reduz os seus custos de participação no mercado norte-americano, que é uma das principais frentes de exportação do petróleo nacional.

Assistência Humanitária

A disposição brasileira de aproximação com Santa Lúcia ganhou expressão com a assistência humanitária prestada ao país, em 2010. Em novembro daquele ano,, o Governo brasileiro realizou aporte de recursos (no montante de US$ 562 mil) em apoio a projetos implementados pela "Associação Caribenha de Controle de Desastres" (CDEMA), canalizado por meio da FAO. Parte dos recursos (US$ 150 mil) foi disponibilizada para o combate aos efeitos do furacão "Tomas" em Santa Lúcia e mais 2 países (Barbados, São Vicente e Granadinas).

Também em novembro de 2010, o Governo brasileiro disponibilizou um helicóptero militar em assistência ao Governo de Santa Lúcia, após a passagem do furacão "Tomas". O furacão teve efeitos calamitosos sobre o país (destruição estimada em até 34% do PIB), e a aeronave brasileira, operada por equipe de 12 militares do Exército, reuniu as condições necessárias para a realização de múltiplas missões de busca e salvamento, transportes de cargas internas e externas, dentre outras. A assistência prestada teve impacto positivo considerável sobre as regiões atingidas pelo furacão, tendo a equipe do Exército transportado cerca de cinco toneladas de alimentos e 540 litros de água, além de material para montagem de sistemas de purificação de água.

Cooperação Educacional e Cultural

A aproximação entre Brasil e Santa Lúcia no campo educacional e cultural pode ser exemplificada por duas iniciativas recentes. A primeira é o oferecimento, pelo Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, de uma vaga para diplomata da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO) como aluno do Curso de Formação no ano letivo 2011-2012. A ser executada em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a iniciativa consiste no oferecimento de vaga e pagamento de bolsa-auxílio, no período de agosto de 2011 a agosto de 2012. A segunda é a inclusão de artigo de acadêmica santa-lucense no livro "A Herança Africana no Brasil e no Caribe", publicado em julho último pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). A obra é resultado direto da I Cúpula Brasil-CARICOM, ocasião na qual os Chefes de Estado presentes comprometeram-se a incentivar estudos sobre a contribuição dos africanos para a identidade nacional do Brasil e dos países caribenhos.

Cooperação Técnica

A cooperação técnica entre o Governo Brasileiro a Santa Lúcia foi impulsionada pela assinatura, em abril de 2010, por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM, de Acordo Básico de Cooperação Técnica, Acordo de Cooperação na Área de Segurança Pública e de Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura. O programa de cooperação Brasil-Santa Lúcia apresenta fortes perspectivas nas áreas de capacitação policial, serviços, produção e comércio agrícolas, entre outras.

Comunidade brasileira em Santa Lúcia

Há registro de pequeno número de brasileiros residentes em Santa Lúcia, estimado em ao menos quatorze cidadãos. A assistência consular é prestada pela Embaixada do Brasil em Castries.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais concedidos a tomador soberano de Santa Lúcia.

POLÍTICA INTERNA

A forma de Governo de Santa Lúcia é um sistema representativo nos moldes daquele do Reino Unido. A Chefe de Estado, representada por um Governador-Geral, é a Rainha Elizabeth II. O Primeiro-Ministro, Stephenson King, lidera o partido majoritário no Parlamento e nomeia o Gabinete de Ministros. O Parlamento é bicameral, constituído por uma câmara baixa ("House of Assembly"), com 17 membros, e uma câmara alta (Senado), com 11 membros. As últimas eleições-gerais foram em dezembro de 2006; as próximas deverão ser convocadas em dezembro de 2011. Os principais partidos são o governista "United Worker´s Party (UWP)" e o oposicionista "Saint Lucia Labour Party (SLP)". A política interna de Santa Lúcia, desde sua independência do Reino Unido em 1979, é marcada por acentuado bipartidarismo, com disputas entre os dois principais partidos do país.

O fundador e líder histórico do "UWP", Sir John Compton, que exerceu cargos de ministro-chefe e primeiro-ministro em diversas ocasiões

desde 1964, foi apontado Primeiro-Ministro novamente em 2006, com a vitória do "UWP" nas eleições-gerais. Em meados de 2007, o mandatário, eleito com 82 anos, sofreu uma série de problemas de saúde. Com o afastamento de Compton do cargo, em maio daquele ano, Stephenson King tornou-se Primeiro Ministro em exercício, até a morte do mandatário, em setembro de 2007, quando assumiu definitivamente o cargo.

A passagem do furacão "Tomas", em novembro de 2010, gerou atrasos no processo de definição de candidatos e de campanha para o pleito de 2011. O processo de recuperação da ilha dos danos do furacão permanece como um dos principais temas da agenda política, juntamente com a segurança pública. Embora a taxa de homicídios tenha diminuído nos últimos anos, chegando a 15 por 100 mil habitantes em 2010, teme-se que eventual deterioração do quadro de segurança prejudique o turismo, principal fonte de renda e de empregos do país.

POLÍTICA EXTERNA

Entre as principais metas da política externa de Santa Lúcia está a busca pelo desenvolvimento econômico do país. A nação busca alcançar tal objetivo principalmente através da ênfase na cooperação econômica, comércio e investimentos em seus relacionamentos internacionais. Santa Lúcia mantém relações próximas junto a parceiros tradicionais, entre eles Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e França.

Santa Lúcia conduz sua política externa principalmente através de sua participação na Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO), na qual atua com acentuado protagonismo e cuja sede está localizada em Castries. Além de Santa Lúcia, a organização também é integrada por Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, São Cristóvão e Névis e São Vicente e Granadinas. Entre os objetivos da OECO está a busca de maior alinhamento da política externa dos Estados-membros, além da adoção de posições comuns em temas da agenda internacional.

Em 21 de janeiro de 2011 entrou em vigor a União Econômica da OECO, fundamentada no Tratado de Basseterre (1981) e que toma forma por meio da adoção de moeda comum e da criação de espaço econômico único, com a remoção de barreiras nos mercados de bens, serviços, capitais e mão-de-obra.

Santa Lúcia também é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM), agremiação na qual os países da OECO procuram atuar de maneira coordenada. A Comunidade foi estabelecida em 1973, com o objetivo fundamental de promover a integração e o desenvolvimento econômico regional. Sua Secretaria-Geral tem sede em Georgetown e seus

membros, além daqueles da OECO, são: Bahamas, Barbados, Belize, Guiana, Haiti, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago.

No âmbito da CARICOM, tem destaque a iniciativa do "Mercado e Economia Únicos" (Caribbean Single Market and Economy - CSME). O início da implementação do CSME ocorreu em 2006, com a liberalização do comércio (o movimento livre de trabalho e de capital ainda está em processo de regulamentação).

Santa Lúcia também é parte do acordo da "Petrocaribe", proposto em 2005 pela Venezuela. A iniciativa prevê a coordenação das políticas energéticas e a venda de petróleo venezuelano sob condições de pagamento flexíveis (preços de mercado, financiamento de longo prazo (até 25 anos), juros de 1% ou 2% ao ano). A importância para os santa-lucenses de tal iniciativa advém da dependência da importação de petróleo para o abastecimento energético interno, associada à facilidade para compra de petróleo sob o marco do acordo.

Em 2007, o país estabeleceu relações diplomáticas com Taiwan, encerrando 10 anos de relacionamento com a China. Desde então, Santa Lúcia tem-se beneficiado de diversos programas de cooperação bilateral. Entre os exemplos de iniciativas, destacam-se aquelas envolvendo o setor agrícola, de relevância estratégica para os santa-lucenses devido à grande quantidade de alimentos importados pelo país.

No âmbito multilateral, o país é membro dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Nessa esfera, Santa Lúcia tem defendido maior assistência aos países do agrupamento, os quais, apesar de altamente vulneráveis, não receberiam atenção apropriada da comunidade internacional devido ao fato de grande parte dos seus membros serem classificado como países de renda média.

Entre as principais formas de atuação do SIDS está a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), coalizão de pequenos países insulares que compartilham desafios de desenvolvimento similares e que apresentam como preocupação central os efeitos adversos da mudança climática global. Assim, como país-membro, Santa Lúcia defende reduções ambiciosas nas emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos.

Santa Lúcia possui representação diplomática no Canadá (em conjunto com a OECO), Cuba, Bélgica, Estados Unidos e Reino Unido. Além do Brasil, possuem Embaixadas residentes no país: Cuba, França, México, Reino Unido, Taiwan e Venezuela.

ECONOMIA

Santa Lúcia detém a maior população e o segundo maior PIB entre os oito membros da Organização dos Estados do Caribe Oriental. O PIB do país equivale ao dobro de seus vizinhos imediatos, como Granada, São Vicente e Granadinas e Dominica, e sua economia apresenta maior diversificação comparada às demais da região.

O setor manufatureiro de Santa Lúcia é o mais diversificado do Caribe Oriental, incluindo fábricas de produtos de papéis, de processamento de alimentos e de bebidas. Contudo, a economia baseia-se no setor de serviços, sendo o turismo a principal fonte de divisas e de postos de trabalho na economia local. O setor agrícola, que tem perdido importância relativa desde a década 1990, responde atualmente por apenas 4% do PIB e consiste principalmente de plantações de bananas.

A economia de Santa Lúcia tem registrado baixo desempenho nos últimos dois anos. Em 2009, a crise financeira internacional repercutiu negativamente sobre o turismo na ilha e a economia registrou contração de 2,7%. O baixo crescimento econômico em 2010, de 1,3%, é atribuído à passagem do furacão "Tomas", em novembro. O furacão ocasionou danos em diversas partes da ilha, com impactos significativos sobre a cultura da banana e sobre a infra-estrutura viária e de pontes. A estimativa dos danos situa-se entre US$185 milhões e US$336 milhões (19% a 34% do PIB nacional).

Em 2011, em razão da reconstrução pós-furacão e do aumento das visitas de turistas, o país tem registrado recuperação econômica, e espera-se crescimento da ordem de 4,5%. Avalia-se que contribuirão para tal crescimento a expansão do Aeroporto Internacional de "Hewanorra" e o projeto de exploração de energia geotérmica na cidade de "Soufriere".

Perante os desafios econômicos atuais, o Governo do país tem implementado políticas monetárias restritivas, apesar da proximidade das eleições-gerais, marcadas para dezembro. O Primeiro-Ministro Stephenson King tem realizado cortes orçamentários e introduziu novo imposto para o ano fiscal de 2011 ("National Security Levy"), buscando direcionar os gastos públicos para esforços relacionados à reconstrução da infra-estrutura destruída pelo furacão "Tomas" e para o combate ao crime.

ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

1980 - Janeiro: Estabelecimento de relações bilaterais entre Brasil e Santa Lúcia, com criação da Embaixada em Santa Lúcia cumulativa com a Embaixada do Brasil em Trinidad e Tobago (Decreto 84445, de 30 de janeiro)

1994 – Julho: A Embaixada do Brasil em Castries, Santa Lúcia passa a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Paramaribo, República do Suriname (Decreto 0-001, de 4 de julho).

2007 - Dezembro: Decreto 6.305, de 14 de dezembro, cria Embaixada do Brasil em Santa Lúcia, com sede em Castries

2010 – Abril – O Primeiro-Ministro de Santa Lúcia, Stephenson King, visita Brasília por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM. São assinados seis acordos entre Brasil e Santa Lúcia.

2010 – Novembro: Após a passagem do furacão "Tomas", o Governo brasileiro disponibiliza um helicóptero e doze militares do Exército para missão de assistência humanitária em Santa Lúcia.

Cronologia Histórica Recente

1979 – Santa Lúcia torna-se independente do Reino Unido

1979-1982 – "SLP" assume poder, meio a tensões sobre as políticas de esquerda da agremiação.

2006 – Vitória do "UWP" nas eleições-gerais. Sir John Compton, aos 82 anos, é eleito Primeiro-Ministro

2007 – Maio: por problemas de saúde, Sir John Compton se afasta do cargo de Primeiro-Ministro

- Setembro: Morre Sir John Compton. Stephenson King torna-se Primeiro-Ministro

2010 – Novembro: passagem do furacão "Tomas" tem efeitos devastadores sobre o país, causando prejuízos estimados em até US$336 milhões (34% do PIB).

Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em tramitação
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em tramitação
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em tramitação
Memorando De Entendimento Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia Sobre Cooperação Técnica Na Área De Agricultura	26/04/2010	Aguarda aprovação de Acordo de Cooperação Técnica
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia sobre Cooperação Técnica na Área de Segurança Pública	26/04/2010	Aguarda aprovação de Acordo de Cooperação Técnica
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010	Em vigor

Dados econômicos e principais indicadores

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Santa Lúcia
Superfície	616 Km^2
Localização	Caribe
Capital	Castries
Principais cidades	Castries, Dennery, Gros Islet, Micoud
Idioma oficial	Inglês
PIB Nominal (2010)	US$ 981,7 milhões
PIB Nominal "per capita" (2010)	US$ 5.635
PIB PPP (2010 - World Bank)	US$ 1,6 bilhão
PIB PPP "per capita" (2010 - World Bank)	US$ 8.520
Moeda	Dólar do Caribe do Leste

Elaborado pela ARESP/PRDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report Organization of Eastern Caribbean States June 2011.

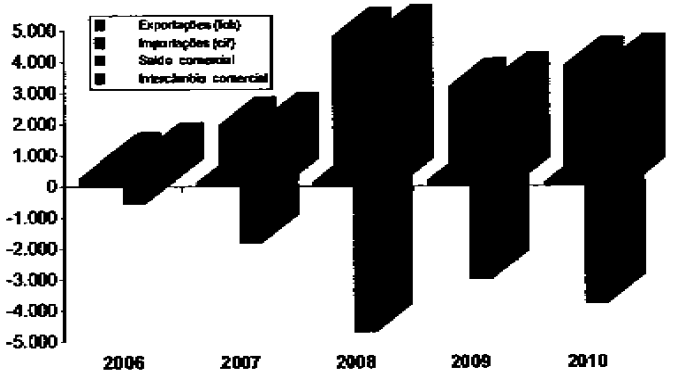
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 (1)
População (milhares)	166,8	168,9	170,4	172	174,2
Densidade demográfica (hab/Km²)	270,8	273,2	276,3	279,4	282,8
PIB Nominal (US$ milhões)	930,9	957,9	986,1	945,8	981,7
Crescimento real do PIB (%)	5,9	2,2	-0,3	-2,7	0,4
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	2,3	3,1	7,2	1,0	1,8
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ milhões)	134,5	153,7	142,8	174,8	206,3
Câmbio (EC$ / US$)	2,70	2,70	2,70	2,70	2,70

Elaborado pela ARESP/PRDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report Organization of Eastern Caribbean States June 2011.

(1) 2009 e 2010: estimativa EIU.

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010 (1)
Exportações (fob)	288	133	126	171	99
Importações (cif)	836	1.945	4.812	3.186	3.882
Saldo comercial	-548	-1.812	-4.686	-3.015	-3.783
Intercâmbio comercial	1.124	2.078	4.938	3.357	3.981

Elaborado pela ARESP/PRDIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, July 2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% do total	2009	% do total	2010	% do total
EXPORTAÇÕES:						
Reino Unido	30	24,2%	27	15,9%	19	19,5%
Estados Unidos	25	19,8%	17	10,2%	17	17,3%
Peru	0	0,0%	7	4,1%	9	9,0%
Antigua e Barbuda	8	6,1%	7	3,9%	8	8,6%
Dominica	7	5,5%	7	3,8%	8	8,4%
Barbados	7	5,3%	6	3,4%	7	7,5%
Trinidad e Tobago	6	4,9%	5	3,2%	7	7,0%
Granada	5	4,0%	4	2,6%	6	5,7%
São Vicente e Granadinas	3	2,0%	2	1,3%	3	2,9%
Maldivas	2	2,0%	2	1,3%	3	2,8%
Brasil	*0,02*	*0,0%*	*0,04*	*0,0%*	*0,04*	*0,0%*
SUBTOTAL	**93,5**	**74,2%**	**84,0**	**49,7%**	**87,6**	**88,5%**
DEMAIS PAÍSES	**32,5**	**25,8%**	**86,1**	**50,3%**	**11,4**	**11,5%**
TOTAL GERAL	**126,0**	**100,0%**	**171,0**	**100,0%**	**99,0**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES:						
Brasil [1]	3.934	81,8%	2.672	83,9%	3.018	77,7%
Estados Unidos	265	5,5%	150	4,7%	442	11,4%
Trinidad e Tobago	167	3,5%	148	4,6%	185	4,8%
Barbados	35	0,7%	31	1,0%	39	1,0%
Reino Unido	31	0,6%	28	0,8%	25	0,6%
Granada	15	0,3%	14	0,4%	17	0,4%
Japão	17	0,3%	9	0,3%	11	0,3%
Granadinas	10	0,2%	9	0,3%	11	0,3%
São Vicente e Granadinas	8	0,2%	7	0,2%	9	0,2%
Canadá	14	0,3%	11	0,3%	8	0,2%
França	37	0,8%	8	0,2%	8	0,2%
SUBTOTAL	**4533,3**	**94,2%**	**3088,3**	**96,7%**	**3776,1**	**97,3%**
DEMAIS PAÍSES	**278,1**	**5,8%**	**105,7**	**3,3%**	**105,9**	**2,7%**
TOTAL GERAL	**4812,0**	**100,0%**	**3156,0**	**100,0%**	**3882,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do AliceWeb, Brasília, 1º Trade Statistics, July 2011.

Países Baixos em todos os períodos, tendo como base as notas que constam em 2010

(1) As exportações brasileiras para Santa Lúcia referem-se basicamente às vendas de petróleo. Vale notar que a Petrobras, por questões de logística de navegação, utiliza a Ilha de Santa Lúcia e outros países do Caribe para armazenagem de petróleo, inferior a 180 mil barris. Esses petróleos são depois revendidos aos Estados Unidos e vários do Caribe. Quando a carga ocupa todo navio (aproximadamente 2 milhões de barris) segue diretamente ao país de destino.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010[1]	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ mil)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	25.753	31,3%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	20.170	24,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	13.259	16,1%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	8.833	10,7%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	2.953	3,6%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	1.412	1,7%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	1.110	1,3%
Subtotal	**73.490**	**89,4%**
Demais Produtos	**8.742**	**10,6%**
Total Geral	**82.232**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ mil)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.997.102	90,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	27.448	0,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	23.725	0,7%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	19.486	0,6%
Subtotal	**3.067.761**	**92,1%**
Demais Produtos	**262.026**	**7,9%**
Total Geral	**3.329.787**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/Trademap.
Santa Lúcia não informou dados comerciais ao banco de dados ITC/TradeMap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 13/07/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SANTA LÚCIA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	3.953	1.034.802	3.576.488	2.434.211	2.743.847
Variação em relação ao ano anterior	23,4%	26077,6%	245,6%	-31,9%	12,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	0,2%	42,3%	74,3%	76,6%	74,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,6%	1,8%	1,6%	1,4%
Importações	5,8	34,2	23,7	42,8	35,5
Variação em relação ao ano anterior	n.a.	489,7%	-30,7%	80,6%	-17,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	3.959	1.034.836	3.576.512	2.434.254	2.743.883
Variação em relação ao ano anterior	23,6%	26040,1%	245,6%	-31,9%	12,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	0,2%	39,5%	68,9%	72,1%	64,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,4%	1,0%	0,1%	0,7%
Saldo Comercial	3.947	1.034.768	3.576.464	2.434.168	2.743.812

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e tendo por diferentes metodologias de operação.

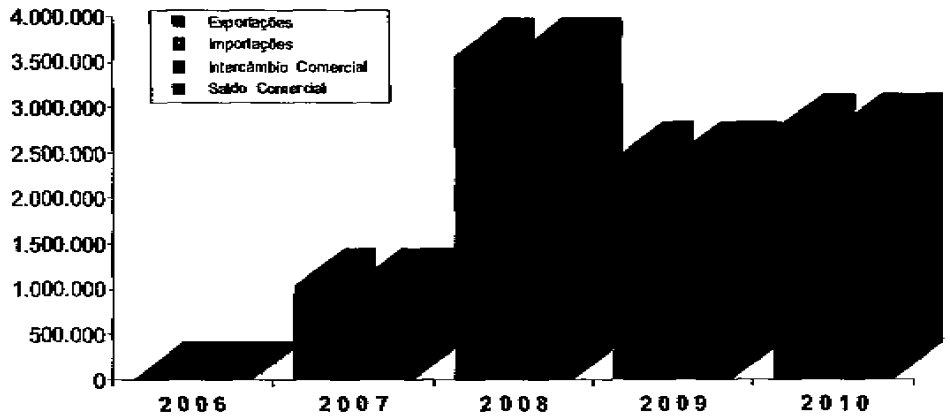
(n.a.) Não aplicável.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SANTA LÚCIA (US$ mil, fob)	2010 (jan-jun)	2011 (jan-jun)
Exportações	1.533.247	1.444.757
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	129,5%	-5,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	79,2%	75,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,7%	1,2%
Importações	28,2	66,2
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	231,8%	134,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	1.533.275,2	1.444.823,2
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	129,5%	-5,8%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	71,1%	68,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,9%	0,6%
Saldo Comercial	1.533.218,8	1.444.690,8

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SANTA LÚCIA
2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - STA. LÚCIA (US$ mil - fob)	2008	% do total	2009	% do total	2010	% do total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	3.572.857	99,9%	2.431.923	99,9%	2.741.763	99,9%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.379	0,0%	961	0,0%	657	0,0%
Subtotal	3.574.236	99,9%	2.432.884	99,9%	2.742.420	99,9%
Demais Produtos	2.252	0,1%	1.327	0,1%	1.427	0,1%
TOTAL GERAL	3.576.488	100,0%	2.434.211	100,0%	2.743.847	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - STA. LÚCIA (US$ mil- fob)	2008	% do total	2009	% do total	2010	% do total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e material elétricos	16,0	75,9%	36,9	86,2%	29,2	82,3%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	3,2	13,5%	3,6	8,4%	6,3	17,7%
Subtotal	21,2	89,5%	40,5	94,6%	35,5	100,0%
Demais Produtos	2,5	10,5%	2,3	5,4%	0,0	0,0%
TOTAL GERAL	23,7	100,0%	42,8	100,0%	35,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SANTA LUCIA (US$ mil - fob)	2010 (jan-jun)	% do total	2011 (jan-jun)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Combustíveis, óleos e ceras minerais	1.532.273	99,9%	1.443.894	99,9%
Subtotal	1.532.273	99,9%	1.443.894	99,9%
Demais Produtos	974	0,1%	863	0,1%
TOTAL GERAL	1.533.247	100,0%	1.444.757	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	3,9	13,8%	62,4	94,3%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	24,3	86,2%	3,1	4,7%
Subtotal	28,2	100,0%	65,5	98,9%
Demais Produtos	0,0	0,0%	0,7	1,1%
TOTAL GERAL	28,2	100,0%	66,2	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-jun/2011.

Aviso nº 466 - C. Civil.

Em 12 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – As Mensagens nºs 117 a 125, de 2011, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Deputado Augusto Coutinho, como membro suplente, para integrar a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, conforme o **Ofício nº 1.254/2011/SGM/P**, do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminhou o **Ofício nº 295-L-DEM/11**, da Liderança dos Democratas-DEM na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 1.254/2011/SGM/P

Brasília, 16 de agosto de 2011

Assunto: Encaminha Ofício da Liderança do DEM.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Of. nº 295/2011, da Liderança do DEM, que indico o Deputado Augusto Coutinho (DEM/PE) membro suplente na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Atenciosamente, – **Marco Maia**, Presidente.

Ofício nº 295-L-DEM/11

Brasília, 16 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Augusto Coutinho para integrar, como membro suplente, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

Respeitosamente, – Deputado **Antonio Carlos Magalhães Neto**, Líder do Democratas.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, DE 2011 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão "perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Compete ao Banco Central da República do Brasil perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente, estimular o crescimento econômico e a geração de empregos e bem como cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em geral, bancos centrais atuam na economia através da utilização de instrumentos de política monetária, assim como estabelecem regras de regulação do sistema financeiro. Contudo, a atuação de um banco central não é neutra em relação ao lado real da economia. Os resultados de sua atuação não se restringem a esfera monetária e financeira.

A evidência de que existe um canal de ligação entre a esfera monetária-financeira e a esfera da economia real é reconhecida pela legislação que orienta a atuação de importantes bancos centrais. O Federal Reserve Bank, o Banco Central dos Estados Unidos, afirma em sua missão que é dever da instituição atuar para influenciar: "...*as condições monetárias e de crédito na economia em busca do emprego máximo, preços estáveis e taxas de juros de longo-termo moderadas*". (http://www.federalreserve.gov/aboutthefed/mission.htm)

O Banco Central da Austrália afirma, em sua missão, que a atuação da instituição deve contribuir para: "*a estabilidade da moeda, a manutenção do pleno emprego, a prosperidade econômica e o bem-estar do povo da Austrália*". (http://www.rba.gov.au/about-rba/our-role.html)

Diferentemente dos bancos centrais mencionados, o Banco Central do Brasil, possui a seguinte missão: "*assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente*" (http://www.bcb.gov.br)

Um banco central é um organismo de Estado. A sua missão é o seu encargo que é decorrente da sua competência estabelecida em lei. Logo, a missão de um banco central, em um país democrático, deve refletir o poder que a instituição recebeu da sociedade.

Na competência aqui proposta: "*perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos*" há três objetivos estabelecidos para o Banco Central. Dois objetivos relacionados à esfera monetária-financeira e um referente à esfera real da economia.

No primeiro aspecto, o Banco Central do Brasil não pode sozinho assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda. Ele pode perseguir este objetivo. A inflação tem diversas causas e muitas delas não são sequer alcançáveis pelos instrumentos de política monetária, por exemplo, um aumento de preços administrados é insensível a uma elevação da taxa de juros. A inflação tem causas diversas que devem ser atacadas pelo conjunto de organismos públicos. Enfim, assegurar a estabilidade monetária deve ser um objetivo de governo e também da sociedade – ao Banco

Central cabe contribuir com o Governo e a sociedade perseguindo este objetivo.

Além disso, o BCB deve garantir um sistema financeiro sólido e eficiente.: (i) – sólido para que não seja epicentro de crises e para que seja imune a crise externas (ii) – eficiente: para atender a economia com taxas de juros moderadas para financiar o investimento, a produção, a comercialização, a exportação, a importação, o consumo e a aquisição de imóveis – sem deixar de atender as necessidades de liquidez, rendimento e proteção de correntistas e poupadores. Portanto, a política de regulação e fiscalização do Banco Central é vital.

Por fim, além de reconhecer explicitamente que seus instrumentos de política monetária e sua regulação financeira provocam mudanças no lado real da economia, o Banco deve colocar-se, de forma explícita, dentro do projeto de desenvolvimento do país. Tal projeto almeja, entre outros objetivos, manter a inflação sob controle com a economia crescendo e gerando empregos.

Por último, cabe ser destacado que o Banco Central do Brasil tem atuado nos últimos tempos dentro do balizamento teórico e de políticas monetária e de regulação aqui expostos. Portanto, a competência proposta neste Projeto para o Banco Central do Brasil dará respaldo legal para a manutenção e fortalecimento das políticas adotadas.

Sala das Sessões, – Senador **Lindberg Farias.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Vide texto compilado
Mensagem de Veto
(Vide Decreto-Lei nº 2.065, de 1983)

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 1º O sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:

I – do Conselho Monetário Nacional;

~~II – do Banco Central da República do Brasil;~~

II – do Banco Central do Brasil; (Redação dada pelo Del nº 278, de 28-2-67)

III – do Banco do Brasil S. A.;

IV – do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

V – das demais instituições financeiras públicas e privadas.

.....

CAPÍTULO III
Do Banco Central da República do Brasil

Art. 8º A atual Superintendência da Moeda e do Crédito é transformada em autarquia federal, tendo sede e foro na Capital da República, sob a denominação de Banco Central da República do Brasil, com personalidade jurídica e patrimônio próprios este constituído dos bens, direitos e valores que lhe são transferidos na forma desta Lei e ainda da apropriação dos juros e rendas resultantes, na data da vigência desta lei, do disposto no art. 9º do Decreto-Lei número 8495, de 28-12-1945, dispositivo que ora é expressamente revogado.

~~Parágrafo único. Os resultados obtidos pelo Banco Central da República do Brasil serão incorporados ao seu patrimônio.~~

Parágrafo único. Os resultados obtidos pelo Banco Central do Brasil, consideradas as receitas e despesas de todas as suas operações, serão, a partir de 1º de janeiro de 1988, apurados pelo regime de competência e transferidos para o Tesouro Nacional, após compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores. (Redação dada pelo Del nº 2.376, de 25-11-87)

Art. 9º Compete ao Banco Central da República do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, DE 2011

Revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014.

Art. 2º Fica revogado o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009.

Art. 3º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 12.034/09, conhecida como Minirreforma Eleitoral, a despeito de inúmeros avanços, trouxe

novamente à legislação eleitoral o instituto do voto impresso, a partir das eleições gerais de 2014.

Inicialmente, o voto impresso foi legalmente proposto em 2002 para que fosse introduzido nas eleições municipais de 2004. Entretanto, devido às graves falhas verificadas nas seções eleitorais em que quase sete milhões eleitores do Distrito Federal e Sergipe votaram de maneira experimental nas eleições gerais de 2002, o voto impresso foi considerado um enorme entrave à celeridade e à confiabilidade das eleições e, por isso, foi revogado da legislação brasileira logo em 2003.

À época, o então Presidente do TSE, Ministro Nelson Jobim, afirmou que "o voto impresso não agrega nada de segurança à urna eletrônica, pelo contrário, cria problemas".

A experiência da utilização do voto impresso nada acrescentou em termos de segurança ou transparência, ao contrário, tal instrumento gerou problemas como: maior o tamanho da fila de votação; maior o número de votos nulos e brancos; maior o percentual de urnas que apresentaram defeito; falhas verificadas no módulo impressor; dúvidas de eleitores e demora na votação, entre outros problemas.

Ao contrário de ser uma medida inclusiva, o voto impresso conflita com as necessidades especiais, notadamente dos deficientes visuais, uma vez que dependerão de auxílio de terceiros para verificação de seus votos.

Assim, há violação da cláusula pétrea constitucional do voto secreto (CF, art. 60, § 4º, II), o que também ocorre quando há o atolamento do papel na impressora, o que, na experiência realizada anteriormente, mostrou-se frequente. Há, portanto, clara violação da Constituição e do exercício do voto secreto, base da democracia brasileira.

Outro aspecto nocivo do voto impresso refere-se à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável tão difundidos atualmente, já que, ao se imprimir o voto de mais de 135 milhões de eleitores, o consumo de papel seria elevado significativamente.

Nas eleições de 2010, a previsão de gastos para a realização do pleito foi de R$ 490 milhões (incluindo despesas de pessoal e de custeio), totalizando, assim, um custo do voto no valor de R$ 3,61 por eleitor. Com o voto impresso, em um cálculo aproximado e preliminar, desprezando-se, por exemplo, as despesas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, o custo do voto aumentaria em mais de 140% e a Justiça Eleitoral precisaria de quase um bilhão de reais a mais para a realização das eleições.

São esses os motivos pelos quais submetemos esta proposição ao exame dos ilustres membros do augusto Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Lindbergh Farias.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009

Mensagem de veto

Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Leis dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

.....

Art. 5º Fica criado, a partir das eleições de 2014, inclusive, o voto impresso conferido pelo eleitor, garantido o total sigilo do voto e observadas as seguintes regras:

§ 1º A máquina de votar exibirá para o eleitor, primeiramente, as telas referentes às eleições proporcionais; em seguida, as referentes às eleições majoritárias; finalmente, o voto completo para conferência visual do eleitor e confirmação final do voto.

§ 2º Após a confirmação final do voto pelo eleitor, a urna eletrônica imprimirá um número único de identificação do voto associado à sua própria assinatura digital.

§ 3º O voto deverá ser depositado de forma automática, sem contato manual do eleitor, em local previamente lacrado.

§ 4º Após o fim da votação, a Justiça Eleitoral realizará, em audiência pública, auditoria independente do software mediante o sorteio de 2% (dois por cento) das urnas eletrônicas de cada Zona Eleitoral, respeitado o limite mínimo de 3 (três) máquinas por município, que deverão ter seus votos em papel contados e comparados com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de urna.

§ 5º É permitido o uso de identificação do eleitor por sua biometria ou pela digitação do seu nome ou número de eleitor, desde que a máquina de identificar não tenha nenhuma conexão com a urna eletrônica.

.....

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, DE 2011

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para autorizar o poder público a definir padrões mínimos de salubridade e conforto nos voos comerciais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 66 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 66. Compete à autoridade de aviação civil promover a segurança e a salubridade de voo, bem como zelar pela higidez e conforto dos passageiros e tripulantes, devendo estabelecer os padrões mínimos:

I – .....

II – .....

§ 1°.....

§ 2º.....

§ 3º Em se tratando de vôos comerciais, a autoridade de aviação civil certificar-se-á de que a distância média entre as poltronas não seja inferior a 86 centímetros." (NR)

Justificação

O transporte aéreo tem crescido extraordinariamente nos últimos anos. Nunca se voou tanto em nosso País, graças à concorrência que passou a ser praticada no setor a partir da década de 1990.

Preços mais baixos propiciaram o acesso à aviação para milhões de pessoas de baixa renda, que anteriormente passavam dias viajando em ônibus interestaduais a trabalho ou em laser.

Entretanto, o esforço das empresas aéreas para reduzir custos tem levado a situações inadmissíveis de desconforto, que atentam contra a dignidade dos passageiros. No afã de aumentar a lotação das aeronaves, muitas empresas reduzem o espaçamento entre os assentos, assim como a largura das poltronas.

Os transtornos causados por essa prática comercial afetam não apenas pessoas altas e obesas, mas grande parte da população brasileira. Em muitos casos, o desconforto é tamanho que pode gerar graves riscos para a saúde dos passageiros e tripulantes, especialmente no que diz respeito ao sistema circulatório.

Diante desse quadro, a reação das autoridades tem sido tíbia. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) lançou o Programa de Avaliação Dimensional, pelo qual se atribuirá a cada aeronave comercial em operação uma etiqueta, que indicará as dimensões e as distâncias entre as poltronas. Essa etiqueta será obrigatoriamente divulgada perante os consumidores a fim de facilitar-lhes a comparação entre as condições de conforto oferecidas pelas diversas empresas aéreas. Sem dúvida, trata-se de uma importante iniciativa, que contribuirá para tornar mais transparentes as relações de consumo.

É preciso, entretanto, ir mais além. Uma agência reguladora não pode deixar de fixar padrões mínimos de conforto e de salubridade em benefício dos usuários das aeronaves. Nesse sentido, o presente projeto propõe uma alteração no Código Brasileiro de Aeronáutica, para incluir a salubridade e o conforto dos passageiros e tripulantes entre os objetivos a serem perseguidos pela autoridade de aviação civil.

A previsão de distância mínima de 86 centímetros visa a restaurar o padrão de medida praticado anteriormente no mundo, conforme estudo da consultora legislativa Lígia Alcântara, enumerado como Nota Técnica nº191, de 2007.

Embora exista disposição análoga em relação a agências congêneres, como nos casos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a lei de criação da ANAC foi omissa a esse respeito.

Contamos com o apoio de nossos Pares para a presente proposição, que visa proteger a saúde e a dignidade dos passageiros do transporte aéreo. – Senador **Cyro Miranda.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986

Vide texto compilado
Mensagem de veto

Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO IV
Do Sistema de Segurança de Vôo

SEÇÃO I
Dos Regulamentos e Requisitos de Segurança de Voo

Art. 66. Compete à autoridade aeronáutica promover a segurança de vôo, devendo estabelecer os padrões mínimos de segurança:

I – relativos a projetos, materiais, mão-de-obra, construção e desempenho de aeronaves, motores, hélices e demais componentes aeronáuticos; e

II – relativos à inspeção, manutenção em todos os níveis, reparos e operação de aeronaves, motores, hélices e demais componentes aeronáuticos.

§ 1° Os padrões mínimos serão estabelecidos em Regulamentos Brasileiros de Homologação Aeronáutica, a vigorar a partir de sua publicação.

§ 2° Os padrões poderão variar em razão do tipo ou destinação do produto aeronáutico.

Art. 67. .....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 480, DE 2011

Altera a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 para vedar a adoção prévia, pelo edital de licitação, de variação de índices de preços como critério de reajuste de valores referentes a despesas estabelecidas nos contratos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XI do artigo 40, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.40. .....

.....

XI – critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção e da produtividade, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela, sendo vedada, sob pena de nulidade, a adoção de índices de preços." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Até 1994, quando o Plano Real foi lançado, o Brasil tinha vivido 20 anos sob o regime de alta inflação. Nesses anos, a inflação persistia, em grande parte, por conta das diversas formas de indexação de preços existentes. As lições aprendidas daquele período foram as seguintes: (i) – o governo central deve ter postura e atitude antiinflacionárias permanentes, (ii) – focos de inflação devem ser identificados e atacados e (iii) – mecanismos de reprodução da inflação devem ser desmontados.

Hoje, a inflação é moderada. O governo e seus organismos estão de forma inequívoca empenhados na manutenção da estabilidade monetária. Os focos de inflação têm sido identificados. Algumas políticas específicas têm sido utilizadas para neutralizá-los, por exemplo: a adequação do valor da CIDE às variações internacionais do preço do petróleo.

Contudo, muito pouco, ou quase nada, tem sido feito nos últimos anos para que as práticas de reprodução da inflação sejam desmontadas. O próprio Estado brasileiro estimula tais práticas ao assinar contratos com cláusulas de indexação de valores de despesas. A indexação de preços é perversa, ela provoca inflação sem que se apresente como causa aparente. A indexação de preços não aparece como causa da inflação de forma explícita como aparecem, por exemplo, a escassez de energia, um choque climático etc. Mas, a indexação contratual de preços é uma causa da inflação como qualquer outra e deve ser eliminada.

Um exemplo hipotético é capaz de ilustrar o tema: um órgão do governo federal estabeleceu um contrato de prestação de serviço com uma empresa do setor privado. O contrato estabelece que após um ano o valor do serviço será reajustado de acordo com o IGP-DI. O IGP é calculado através da média ponderada da inflação medida por três índices: (i) – com peso de 60%, o IPA, que mede a inflação dos produtos agrícolas e industriais no atacado, (ii) – com peso de 30%, o IPC, que mede a inflação da cesta de consumo das famílias com rendimentos até 33 salários mínimos e (iii) – com peso de 10%, o INCC, que mede a inflação da construção civil.

Se logo após a assinatura do contrato hipotético houvesse um choque climático-agrícola, isto faria aumentar o preço no atacado dos alimentos e, em consequência, haveria uma variação para cima do IPA e do IGP-DI. Então, aproximadamente doze meses após o choque climático-agrícola, o IGP-DI transportaria seus efeitos para o valor da despesa do órgão público acima citado. Assim, a inflação ocorrida no passado é transferida para frente e o reajuste do preço do contrato para o setor público aumentaria ainda que não tivesse havido aumento de custos do serviço contratado.

Situações semelhantes ao exemplo hipotético descrito ocorrem porque a lei 8.666, em seu artigo 40, inciso XI, admite "...a adoção de índices específicos ou setoriais..." o que permite a utilização de índices de preços como critério para balizar reajustes de despesas estabelecidas em contratos. É inaceitável, por exemplo, que o IGP-DI possa orientar reajustes de contratos de uma prestação específica de serviço.

Ademais, a indexação de preços via contratos é extremamente prejudicial à estabilidade monetária na medida em que estimula a indexação informal e a *cultura de reajuste preços sem causa identificada*: empresas e pessoas aumentam preços não porque houve um aumento de seus custos ou porque planejam poupar para investir, mas porque percebem que outros preços aumentaram. E porque uns aumentam preços, outros aumentam também. E assim a inflação se reproduz ao longo do tempo – de forma defasada, silenciosa, mas permanente. Quando este processo contínuo de reajustes de preços se estabelece, ainda que a inflação seja moderada, como no Brasil atualmente, o que está estabelecido, de fato, é uma enorme rigidez que dificulta a queda da inflação.

Os instrumentos antiinflacionários tradicionais, tais como o corte de gastos públicos ou a elevação da

taxa básica de juros, não são capazes de impedir ou eliminar a inflação resultante da indexação de preços, especialmente, quando a indexação é formal, estabelecida em contratos. Portanto, a contribuição que o poder público deve dar para acabar com este tipo específico de inflação é proibir que o Estado assine ou renove contratos com o setor privado que possuam cláusulas de indexação de despesas.

Os contratos entre o Estado e o setor privado devem, contudo, prever cláusulas que possibilitem a mudança de valores monetários das despesas governamentais. As *cláusulas de adequação de preços* devem prever a possibilidade de variação de preços calculada com base, por exemplo, na produtividade do trabalho e nos custos da atividade contratada. Jamais se pode aceitar a introdução de quaisquer índices de variação de preços que estabeleçam memória inflacionária, isto é, que tragam para o presente a inflação que ocorreu no passado.

Se a inflação inercial (ou seja, aquela que provoca inflação no presente porque ocorreu inflação no passado) é amenizada em decorrência do fim das cláusulas de indexação de preços através de contratos entre o Estado e o setor privado, então, até mesmo a taxa de juros básica da economia, a taxa Selic, poderia ser reduzida. – Senador **Lindbergh Farias.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Texto compilado
Mensagem de veto

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais

SEÇÃO I
Dos Princípios

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

.....

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I – objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II – prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;

III – sanções para o caso de inadimplemento;

IV – local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V – se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI – condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII – critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII – locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX – condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

~~X – o critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso;~~

~~X – critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso, vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)~~

X – o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o dispossto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

~~XI – critério de reajuste, que deverá retratar a variação do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data da proposta ou do orçamento a que esta se referir até a data do adimplemento de cada parcela;~~

XI – critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

~~XII – (VETADO)~~

XII – (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIII – limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV – condições de pagamento, prevendo:

~~a) prazo de pagamento em relação à data final a cada período de aferição não superior a 30 (trinta) dias;~~

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

~~c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data a ser definida nos termos da alínea a deste inciso até a data do efetivo pagamento;~~

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV – instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;

XVI – condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII – outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I – o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

~~II – demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários;~~

II – orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III – a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV – as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

§ 3º Para efeito do disposto nesta Lei, considera-se como adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança.

§ 4º Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta, poderão ser dispensadas: (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

I – o disposto no inciso XI deste artigo; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II – a atualização financeira a que se refere a alínea **c** do inciso XIV deste artigo, correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2011

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre os crimes de constrangimento e de ameaça praticados por meio das redes sociais presentes na rede mundial de computadores – INTERNET.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Altere-se o **caput** do art. 146, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que passará a ter a seguinte redação:

"Constrangimento ilegal

Art. 146. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda, inclusive por meio das redes sociais presentes na rede mundial de computadores – INTERNET:

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa.

....." (NR)

Art. 2º Altere-se o **caput** do art. 147, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que passará a ter a seguinte redação

"Ameaça

Art. 147. Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave, inclusive por meio das redes sociais presentes na rede mundial de computadores – INTERNET:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa

..... " (NR)

Justificação

Tornou-se fato corriqueiro fazer uso das redes sociais presentes na INTERNET para ofender e, também, para constranger e ameaçar as pessoas.

A cada dia, multiplicam-se os processos na justiça de pessoas que foram constrangidas e ameaçadas em comunidades do **Orkut**, **Facebook**, entre outras redes sociais.

Isso ocorre, em parte, pela facilidade e pela falta de restrições impostas às redes sociais, além também, da alta popularidade que as mesmas adquiriram ao longo dos anos.

Geralmente, nesses casos, há pedidos da justiça para remoção dessas comunidades. Contudo, a questão vai além da simples remoção exigindo do Estado a tutela dos direitos das pessoas vítimas dessa ação.

A violência não deve ser tolerada sob nenhuma forma de manifestação.

Com o objetivo de adaptar a nossa legislação penal a esta questão tão atual, espero merecer o apoio dos ilustres senadores desta respeitada Casa legislativa. – Senador **Eduardo Amorim.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI
Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

.....

CAPÍTULO VI
Dos Crimes Contra a Liberdade Individual

SEÇÃO I
Dos Crimes Contra a Liberdade Pessoal

Constrangimento ilegal

Art. 146. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Aumento de pena

§ 1º As penas aplicam-se cumulativamente e em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas.

§ 2º Além das penas cominadas, aplicam-se as correspondentes à violência.

§ 3º Não se compreendem na disposição deste artigo:

I – a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

II – a coação exercida para impedir suicídio.

Ameaça

Art. 147. Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.

Parágrafo único. Somente se procede mediante representação.

.....

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 482, DE 2011

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se como § 1º o parágrafo único vigente:

"Art. 40. .....

.....

§ 1º .....

§ 2º Para os fins da concessão dos benefícios previstos no **caput**, considera-se sistema de transporte coletivo interestadual aquele integrado pelos modos rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos sessenta dias da data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal estabeleceu, no art. 230, § 2º, a gratuidade do transporte coletivo nas áreas urbanas para os cidadãos acima de 65 anos. Tal medida representou importante avanço social, por proporcionar aos idosos facilidades para uma existência mais amena e para a realização de projetos pessoais até então adiados em vista de sua dedicação ao trabalho.

A partir da edição do Estatuto do Idoso, em 2003, a legislação brasileira passou a prever para os idosos carentes – assim considerados aqueles com renda igual ou inferior a dois salários mínimos –, a reserva de duas vagas gratuitas por veículo do sistema de transporte coletivo interestadual ou o desconto de cinquenta por cento, no mínimo, no valor da passagem, no caso de essas vagas já terem sido preenchidas.

Ocorre que, embora a lei não limite a concessão do benefício a nenhuma modalidade específica de transporte, o recurso à designação genérica "transporte coletivo interestadual" adotada na lei ensejou o Decreto nº 5.934, de 2006, que disciplina a matéria, a restringir sua abrangência ao "veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros".

A não inclusão do transporte aéreo no conjunto resulta, possivelmente, do entendimento de que essa modalidade corresponderia a um padrão de conforto não condizente com as características de um serviço convencional, ao qual geralmente se associa o conceito de atendimento básico das necessidades de deslocamento.

Trata-se, porém, de um grave equívoco, na medida em que, num país de dimensões continentais que não conta com sistemas regulares de trens ou embarcações interestaduais de passageiros e sem tradição de boas estradas, como o Brasil, o transporte aéreo é, com frequência, a única alternativa exequível de viagem para a grande maioria dos idosos.

Diante do exposto, proponho que seja incluído no art. 40 do Estatuto do Idoso dispositivo destinado a eliminar a imprecisão quanto às modalidades transporte coletivo alcançadas, permitindo aos idosos usufruir o direito à gratuidade no transporte aéreo que lhes foi assegurado por lei.

Certo de que a medida trará relevante contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos idosos, dirijo-me aos nobres Pares para pedir apoio para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Mensagem de veto
Vigência

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: (Regulamento)

I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

II – desconto de 50% (cinqüenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

.....

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

.....

CAPÍTULO VII
Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos

.....

DECRETO Nº 5.934, DE 18 DE OUTUBRO DE 2006

Estabelece mecanismos e critérios a serem adotados na aplicação do disposto no art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, incisos IV e VI, alínea **a**, da Constituição, e tendo em vista o disposto na alínea **e** do inciso XII do art. 21 da Constituição, e no art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003,

Decreta:

Art. 1º Ficam definidos os mecanismos e os critérios para o exercício do direito previsto no art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, no sistema de transporte coletivo interestadual, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Parágrafo único. Compete à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ a edição de normas complementares objetivando o detalhamento para execução de suas disposições.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I – idoso: pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos;

II – serviço de transporte interestadual de passageiros: o que transpõe o limite do Estado, do Distrito Federal ou de Território;

III – linha: serviço de transporte coletivo de passageiros executado em uma ligação de dois pontos terminais, nela incluída os seccionamentos e as alterações operacionais efetivadas, aberto ao público em geral, de natureza regular e permanente, com itinerário definido no ato de sua delegação ou outorga;

IV – seção: serviço realizado em trecho do itinerário de linha do serviço de transporte, com fracionamento do preço de passagem; e

V – bilhete de viagem do idoso: documento que comprove a concessão do transporte gratuito ao idoso, fornecido pela empresa prestadora do serviço de transporte, para possibilitar o ingresso do idoso no veículo.

Art. 3º Na forma definida no art. 40 da Lei nº 10.741, de 2003, ao idoso com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos serão reservadas duas vagas gratuitas em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, incluem-se na condição de serviço convencional:

I – os serviços de transporte rodoviário interestadual convencional de passageiros, prestado com veículo de características básicas, com ou sem sanitários, em linhas regulares;

II – os serviços de transporte ferroviário interestadual de passageiros, em linhas regulares; e

III – os serviços de transporte aquaviário interestadual, abertos ao público, realizados nos rios, lagos, lagoas e baías, que operam linhas regulares, inclusive travessias.

§ 2º O idoso, para fazer uso da reserva prevista no **caput** deste artigo, deverá solicitar um único "Bilhete de Viagem do Idoso", nos pontos de venda próprios da transportadora, com antecedência de, pelo menos, três horas em relação ao horário de partida do ponto inicial da linha do serviço de transporte, podendo solicitar a emissão do bilhete de viagem de retorno, respeitados os procedimentos da venda de bilhete de passagem, no que couber.

§ 3º Na existência de seções, nos pontos de seção devidamente autorizados para embarque de passageiros, a reserva de assentos também deverá estar disponível até o horário definido para o ponto inicial da linha, consoante previsto no § 2º.

§ 4º Após o prazo estipulado no § 2º, caso os assentos reservados não tenham sido objeto de concessão do benefício de que trata este Decreto, as empresas prestadoras dos serviços poderão colocar à venda os bilhetes desses assentos, que, enquanto não comercializados, continuarão disponíveis para o exercício do benefício da gratuidade.

§ 5º No dia marcado para a viagem, o idoso deverá comparecer ao terminal de embarque até trinta minutos antes da hora marcada para o início da viagem, sob pena de perda do benefício.

§ 6º O "Bilhete de Viagem do Idoso" e o bilhete com desconto do valor da passagem são intransferíveis.

Art. 4º Além das vagas previstas no art. 3º, o idoso com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos terá direito ao desconto mínimo de cinqüenta por cento do valor da passagem para os demais assentos do veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros.

Parágrafo único. Para fazer jus ao desconto previsto no **caput** deste artigo, o idoso deverá adquirir o bilhete de passagem obedecendo aos seguintes prazos:

I – para viagens com distância até 500 km, com, no máximo, seis horas de antecedência; e

II – para viagens com distância acima de 500 km, com, no máximo, doze horas de antecedência.

Art. 5º O "Bilhete de Viagem do Idoso" será emitido pela empresa prestadora do serviço, em pelo menos duas vias, sendo que uma via será destinada ao passageiro e não poderá ser recolhida pela transportadora.

§ 1º A segunda via do "Bilhete de Viagem do Idoso" deverá ser arquivada, permanecendo em poder da empresa prestadora do serviço nos trezentos e sessenta e cinco dias subseqüentes ao término da viagem.

§ 2º As empresas prestadoras dos serviços de transporte deverão informar à ANTT e à ANTAQ, na periodicidade definida em seus regulamentos, a movimentação de usuários titulares do benefício, por seção e por situação.

Art. 6º No ato da solicitação do "Bilhete de Viagem do Idoso" ou do desconto do valor da passagem,

o interessado deverá apresentar documento pessoal que faça prova de sua idade e da renda igual ou inferior a dois salários-mínimos.

§ 1º A prova de idade do idoso far-se-á mediante apresentação do original de qualquer documento pessoal de identidade, com fé pública, que contenha foto.

§ 2º A comprovação de renda será feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

I – Carteira de Trabalho e Previdência Social com anotações atualizadas;

II – contracheque de pagamento ou documento expedido pelo empregador;

III – carnê de contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

IV – extrato de pagamento de benefício ou declaração fornecida pelo INSS ou outro regime de previdência social público ou privado; e

V – documento ou carteira emitida pelas Secretarias Estaduais ou Municipais de Assistência Social ou congêneres.

Art. 7º O idoso está sujeito aos procedimentos de identificação de passageiros ao apresentarem-se para embarque, de acordo com o estabelecido pela ANTT e pela ANTAQ, em suas respectivas esferas de atuação.

Art. 8º O benefício concedido ao idoso assegura os mesmos direitos garantidos aos demais passageiros.

Parágrafo único. Não estão incluídas no benefício as tarifas de pedágio e de utilização dos terminais e as despesas com alimentação.

Art. 9º Disponibilizado o benefício tarifário, a ANTT, a ANTAQ e o concessionário ou permissionário adotarão as providências cabíveis para o atendimento ao disposto no **caput** do art. 35 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Parágrafo único. A concessionária ou permissionária deverá apresentar a documentação necessária para a comprovação do impacto do benefício no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observados os termos da legislação aplicável.

Art. 10. Às infrações a este Decreto aplica-se o disposto no art. 78-A e seguintes da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogados os Decretos nºs 5.130, de 7 de julho de 2004, e 5.155, de 23 de julho de 2004.

Brasília, 18 de outubro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Paulo Sergio Oliveira Passos.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 19-10-2006

(Às Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti, como orador inscrito.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Geovani.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para uma comunicação inadiável, como primeiro orador.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é primeiro para uma comunicação inadiável.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, pela ordem. Eu queria também fazer minha inscrição para uma comunicação inadiável, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o segundo inscrito, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy; Srªs Senadoras; Srs. Senadores; telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, quero fazer dois registros muito importantes para mim e para o meu Estado, o Estado de Roraima. O primeiro deles diz respeito ao aniversário de 62 anos de fundação da Escola Oswaldo Cruz, escola em que vivi meus primeiros anos de educação, em que cursei os chamados, àquela época, Pré-Primário e Primário. Portanto, lá fiz a base, vamos dizer assim, da minha educação e aprendi com muitas e importantes professoras.

Aqui, quero registrar o nome de uma professora que ainda está viva, a Professora Cidalina Tomé, e dizer que, hoje, conversei com a nossa Diretora daquela Escola, Professora Marlise Matos de Menezes, e obtive uma matéria publicada sobre os 62 anos de fundação da Escola. Quero ler um trecho da matéria, pedindo a V. Exª que, depois, autorize a sua transcrição, na íntegra: "A Escola Estadual Oswaldo Cruz foi criada no ano de 1948, mas foi oficialmente inaugurada no dia 12 de agosto de 1949, pelo então Governador do Território do Rio Branco, Dr. Miguel Ximenes de Melo". Em outro trecho, é dito que, atualmente, a Escola conta com "100 funcionários, entre professores, auxiliares de secretaria, inspetores, merendeiras, vigilantes, auxiliares de biblioteca. São 21 salas de aula para atender 546 alunos entre a 1ª e a 8ª Série do ensino fundamental".

Quero dizer que guardo daquela Escola as lembranças mais caras e mais queridas da minha infância. Eu morava praticamente na esquina da Escola Oswaldo Cruz e tive a oportunidade de viver os anos mais

bonitos da minha vida. Guardo de lá, portanto, uma lembrança muito grande.

Quero cumprimentar todos os professores, funcionários, alunos. Especialmente aos alunos, quero dirigir uma mensagem: procurem, de fato, estudar, porque é possível um aluno da Escola Oswaldo Cruz concluir seus estudos, formar-se como médico e chegar a ser Senador da República. Essa é minha mensagem especial aos alunos da Escola Oswaldo Cruz.

Há outro registro que quero fazer, Senadora Marta: no dia 13 deste mês, completou dez anos a inauguração da linha de transmissão de energia elétrica que vem da Venezuela até o meu Estado. Era Governador, à época, Neudo Campos. Aliás, vários projetos foram feitos com vistas a dotar o nosso Estado de uma energia confiável, segura. Aqui, quero destacar o projeto Bem-Querer, da represa do rio Branco, que é o principal rio e que, inclusive, banha a cidade de Boa Vista e não é navegável durante todo o ano. Esse projeto propunha também a existência de eclusas que permitiriam a navegação no rio durante todo o ano. Também existia o projeto do Paredão, no rio Mucajaí, e o projeto do rio Cotingo, na cachoeira do Tamanduá.

Já foi aprovado aqui um projeto de decreto legislativo de minha autoria, autorizando a construção dessa hidrelétrica dentro do território do nosso Estado. Como eu estava dizendo, a energia que temos hoje em Roraima vem da Venezuela. Portanto, se amanhã qualquer problema acontecer na Venezuela, poderemos entrar num apagão de energia. Então, é muito importante estrategicamente que possa haver dentro do Estado uma fonte de energia confiável. Essa fonte tanto pode ser obtida por meio do projeto Bem-Querer, como por meio do projeto Paredão. Mas a mais fácil delas é a obtida justamente pelo projeto do rio Cotingo, que ainda apresenta uma vantagem: a de beneficiar as comunidades indígenas da terra indígena demarcada Raposa Serra do Sol, já que parte do lucro com o fornecimento da energia seria revertido para as comunidades indígenas. Como a Constituição exige que a construção de hidrelétricas em terra indígena seja autorizada pelo Congresso Nacional, daí a iniciativa minha de um decreto legislativo, já aprovado no Senado – falta somente que ele seja aprovado na Câmara –, para que o Governo, quando puder e julgar conveniente, possa construir essa hidrelétrica no meu Estado, que, inclusive, poderia ser construída por meio de uma Parceria Público-Privada. Em vez de se pensar em, por exemplo, construir uma usina na Guiana e em importar energia, podíamos pensar em construir uma usina em Roraima e em exportar para a própria Guiana.

Hoje, a energia que vem de Guri abastece a nossa capital, que tem mais de 60% da população do Estado, e vários Municípios do interior. Lamentavelmente, não está em todo o interior, porque existiu, nesse período, depois da saída do Governador Neudo Campos, um descompasso. Notadamente nos últimos anos, a partir de 2007 para cá, foi feito pouco caso disso, houve pouco empenho e até mesmo uma má administração no sentido de dotar Roraima realmente da interiorização dessa energia.

Portanto, Senadora Marta, dentro do tempo que me é destinado, quero finalizar, dizendo, com muita alegria, da minha satisfação de registrar, da tribuna do Senado, os 62 anos de fundação da Escola Oswaldo Cruz, em que fiz os primeiros anos de estudo e que está sempre viva em minha memória. Quando vou a Boa Vista e passo pela Praça da Bandeira, em frente à Escola Oswaldo Cruz, vem-me a lembrança dos anos de minha infância, onde eu me dedicava, com afinco, a fazer um bom curso primário. Foi assim que, depois, fui para a Escola Euclides da Cunha, concluindo o hoje chamado ensino fundamental. Depois, cursei o ensino médio fora de Roraima, porque, àquela época, lá não existia o ensino médio, o chamado Segundo Grau. Assim, tive de sair de lá, assim como muitos outros roraimenses de lá saíram para estudar em vários Estados, notadamente no Estado Pará, em Belém, onde eu me formei e onde vários outros se formaram. Tive a honra de me formar em Medicina, de voltar para o meu Estado e de lá trabalhar por quatorze anos.

E esse registro eu o faço, repito, especialmente para que os alunos da Escola Oswaldo Cruz possam sentir que é justamente por meio do estudo que se pode avançar na vida e ter uma perspectiva melhor.

Quero dar meus parabéns à Diretora Marlise Matos de Menezes e a todo o corpo de professores!

Roraima fica muito feliz em contar com uma escola da qualidade da Escola Oswaldo Cruz.

Muito obrigado.

Peço, Senadora Marta, a transcrição das matérias a que me referi.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCOLA OSWALDO CRUZ COMEMORA 62 ANOS DE FUNDAÇÃO

A Escola Estadual Oswaldo Cruz completa 62 anos de fundação. Para celebrar a data, uma vasta programação esportiva e cultural foi realizada na unidade de

ensino nesta quinta-feira, 11. Foram realizadas gincanas pedagógicas, torneios esportivos de futsal masculino e feminino, escolha do garoto e garota Oswaldo Cruz, além de discoteca para animar o clima entre os alunos.

> "Estudo há dois anos aqui e me sinto muito satisfeita, pois o ensino é muito bom e a escola fica bem localizada", elogia a estudante da 8ª série, Elizângela Cavalcante.

São 100 funcionários entre professores, auxiliares de secretaria, inspetores, merendeiras, vigilantes, auxiliares de biblioteca. São 21 salas de aula para atender 546 alunos entre 1ª e 8ª série do Ensino Fundamental.

O servidor Dirceu Valverde trabalha na escola há 18 anos e explica as razões de permanecer nas funções durante este período. "Gosto de conviver na escola, a trabalhar em equipe. Aqui temos uma excelente administração que dá muito apoio aos funcionários", menciona.

Segundo a gestora, Marlise Matos de Menezes, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) tem sido alcançado. Boa parte dos nossos alunos da 8ª série consegue ser aprovada no IFRR", ressalta a gestora, que atua na escola desde 2006.

Entre as últimas conquistas da escola está a informatização da secretaria escolar que possui condições de atender em tempo recorde a comunidade, bem como o 1º lugar no Festival de Teatro Visconde Sabugosa, e a seleção no Programa Escola Acessível do MEC (Ministério da Educação).

Histórico

O nome Oswaldo Cruz é uma homenagem ao estadista, médico e higienista brasileira, que prestou relevantes serviços a saúde pública combatendo inúmeras doenças como varíola, febre amarela e peste bubônica.

A Escola Estadual Oswaldo Cruz foi criada no ano de 1948, mas foi oficialmente inaugurada no dia 12 de agosto de 1949, pelo então Governador do Território do Rio Branco, Dr. Miguel Ximenes de Melo, através do Decreto nº 96. No decorrer da história, recebeu várias denominações como grupo escolar, unidade escolar, unidade integrada e escola de 1º e 2º graus.

A última reforma ocorreu em 2002 com a construção de 10 salas de aulas, ampliação do refeitório e pátio aberto. Atualmente atende estudantes de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental.

Érica Figueiredo e Andreia Melo.

ESCOLA OSWALDO CRUZ É A VENCEDORA DO FESTIVAL VISCONDE SABUGOSA

Durante dois dias, alunos do ensino fundamental da rede estadual de ensino participaram de uma viagem ao mundo da literatura, durante a realização da 18ª edição do Festival Visconde Sabugosa. Os estudantes da Escola Estadual Oswaldo Cruz conquistaram os jurados na interpretação da peça teatral e levaram para a escola o titulo de campeã da edição deste ano do festival.

A peça apresentada pela escola foi "Memórias de Emilia" com a participação de 11 alunos. O tema foi escolhido pelos próprios alunos e a preparação durou mais de dois meses. Toda a atividade foi coordenada pelos professores Ozelita Dutra e Selma Lima.

Este é o terceiro ano consecutivo que a escola participa do festival. No ano passado, a instituição ficou em 4º lugar. A gestora da escola, Marlise Menezes disse que a conquista do primeiro lugar foi um sonho realizado.

> "O prêmio representa uma realização para o grupo escolar, pois o primeiro lugar sempre foi almejado. Além da competitividade, o festival é importante porque através da cultura também desenvolvemos os nossos conhecimentos e capacidades intelectuais", destacou.

O segundo lugar ficou com a Escola estadual Monteiro Lobato e o terceiro lugar com a Escola Estadual Lobo D'Almada. O premio de melhor ator ficou com a fundação Bradesco com o aluno Jorge Mansur que interpretou o personagem Drº Caramujo.

Já o premio de melhor atriz com a Escola Penha Brasil, com a aluna Wellika Barreto que interpretou a famosa personagem dona Benta.

Cada escola premiada recebeu kits contendo obras literárias, jogos educativos e troféus, doados pela receita federal.

SOBRE O FESTIVAL

O festival e um projeto permanente realizado em homenagem ao dia Nacional do Livro Infanto-Juvenil 18 de abril, mesma data em que se comemora o nascimento do escritor Monteiro Lobato, considerado o patrono da literatura infantil no país.

Excepcionalmente em 2011, as apresentações aconteceram no mês de maio, forma encontrada pela coordenação para facilitar o maior envolvimento entre os alunos.

ESCOLA VENCEDORA

A Escola Estadual Oswaldo Cruz foi fundada em 12 de Agosto de 1949, e hoje atende mais de 546 alunos do ensino Fundamental da rede Estadual de Educação, nos turnos matutino e vespertino.

PRESIDENTE INAUGURA LINHA DE TRANSMISSÃO BRASIL-VENEZUELA

O Presidente Fernando Henrique Cardoso inaugurou, em 13-8-2001, a linha de transmissão de Guri, que traz energia elétrica estável (de hidrelétrica) da Venezuela para o Estado de Roraima. A linha de Guri está inserida no Programa Energia no Arco Norte, um dos programas do Plano Avança Brasil, do Governo Federal.

A população beneficiada, inicialmente, é de 250 mil habitantes, o que corresponde a 78% do total do Estado, sendo que 62% desse total encontra-se em Boa Vista.

A linha de transmissão vai propiciar ao País uma economia de mais de R$120 milhões anuais que eram gastos com a compra de óleo combustível para os geradores que supriam a capital Boa Vista de energia.

As unidades geradoras termelétricas que serão desativadas poderão ser transferidas para outras localidades do Estado ou para outros sistemas de geração da Eletronorte.

Além da energia firme, outro benefício será quanto aos custos de produção da energia elétrica que serão minimizados, já que a geração termelétrica à base de combustíveis derivados de petróleo, tem custo extremamente elevado e exige pesados dispêndios com a operação, manutenção e expansão para atender as necessidades do crescente mercado de energia elétrica.

A energia firme de Guri vai possibilitar que indústrias possam se instalar na região, e vem em um momento em que a energia é importante para o País e ainda para que a região possa se desenvolver.

O contrato de compra de energia elétrica entre o Brasil, foi assinado em 11 de abril de 1997, e prevê a venda de 200 **Mega Watts** (MW) por um prazo de 20 anos.

Atualmente Boa Vista consome em média, por dia, cerca de 70 **Mega Watts**. A Eletronorte tem disponível no Sistema, 200 MW prevê o contrato e, vai pagar a quantidade de energia consumida.

O empreendimento

O Projeto da Interligação Elétrica Brasil-Venezuela consiste em um sistema de transmissão misto brasileiro-venezuelano, interligando o complexo hidrelétrico de Guri/Macágua na Venezuela com a cidade de Boa Vista, capital de Roraima, numa extensão de 676 Km.

O trecho venezuelano é composto de uma linha em 400 Kv, entre as subestações Macágua e Las Claritas, passando em seguida para a tensão de 230 Kv até a fronteira com o Brasil, próximo à cidade de Santa Elena de Uiarén e está sob a responsabilidade da Edelca, empresa Venezuelana.

O trecho brasileiro, com 191 Km de extensão, liga a fronteira a Boa Vista, na tensão de 230 Kv. Sua construção e operação está sob a responsabilidade da Eletronorte.

Os investimentos foram orçados à época do contrato (1997), em cerca de US$185 milhões sendo, US$55 milhões no Brasil e US$130 milhões na Venezuela.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Mozarildo.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero me inscrever pela liderança da minoria.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor é o primeiro inscrito pela liderança da minoria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Pela liderança do PSB, Sra. Presidenta, eu gostaria de fazer uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Valadares, será uma comunicação inadiável, não é? V. Exª não vai falar pela liderança, mas fará uma comunicação. O senhor falou pela liderança e, depois, fará uma comunicação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, será uma comunicação inadiável da liderança.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não há comunicação inadiável da liderança. Ou é um, ou é outro. O senhor será inscrito para fazer uma comunicação inadiável. O senhor é o terceiro inscrito, Senador Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Geovani Borges, para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, uma missão carregada de sentimentos, de pesar e saudade me traz a esta tribuna, onde me faço intérprete do povo amapaense, que perdeu no domingo, Dia dos Pais, um de seus mais queridos filhos, nosso ex-Governador Annibal Barcellos, ou simplesmente o Comandante.

Governador indicado; posteriormente, primeiro governador eleito do Amapá, quando tivemos o reconhecimento como Estado; Deputado Federal Constituinte; Prefeito de Macapá; Vereador; o mais amapaense dos cariocas; torcedor incansável do Fluminense – o homem que sonhou, viveu e realizou o Amapá.

Tendo nascido no Rio de Janeiro, foi pelo Amapá que o Comandante tomou-se de amores e lá decidiu realizar seus planos de vida até ser sepultado, como era de seu confesso desejo, na terra escolhida pelo coração.

Morreu aos 93 anos, deixando um verdadeiro legado e sendo reverenciado como o maior e mais querido governador amapaense de todos os tempos.

Annibal Barcellos faleceu em 14 de agosto de 2011 em sua residência, por insuficiência respiratória.

O Comandante Barcellos foi sepultado com honras de chefe de Estado e honras militares, prestadas pela Marinha de Guerra do Brasil nesta manhã de terça-feira.

O reconhecimento pelos seus feitos é expresso de todos os modos.

O ex-Governador Waldez Góes destacou a dedicação ao trabalho como marca registrada de Annibal Barcellos, citando, ainda, seu perfil conciliador.

O Senador Gilvam Borges disse que a imagem de trabalho e de boas obras que o comandante Annibal Barcellos, que agora nos deixou, chamado pelo Pai Eterno, viverá para sempre em nossos corações e na lembrança daqueles que o conheceram enquanto esteve no Amapá. O Estado perdeu uma de suas maiores lideranças.

O Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, disse ontem, em nota, que o Comandante Annibal Barcellos foi o pioneiro na preparação do Território Federal do Amapá para se tornar Estado, construindo as obras necessárias para o funcionamento das instituições.

Entre as realizações do ex-Governador, o Presidente do Congresso Nacional listou a Assembleia Legislativa, o Teatro das Bacabeiras e o Tribunal de Justiça. Sarney acentuou que Barcellos dedicou toda a sua vida ao Amapá e que muito ajudou o povo, principalmente os mais pobres, a quem dedicava uma atenção especial.

> "O Comandante Barcellos deixa uma grande lacuna na política do Estado; é uma perda que todos sentimos, pelo que ele foi e era para a vida amapaense", disse o Senador José Sarney.

Capitão-de-Mar-e-Guerra, formado pela Escola Naval em 1939, o Comandante Annibal Barcellos sempre teve participação ativa na vida pública militar, civil e política.

Um visionário, assim também o enalteciam.

Foram 33 anos de vida dedicados ao Amapá. Filho de Manoel Barcellos Filho e Minervina Barcellos, casou-se com Dona Maria Cerqueira Barcellos, com quem teve dois filhos: o engenheiro Sérgio e a advogada Maria Elizabeth.

A história de vida de nosso homenageado está plena de feitos louváveis. O Comandante cumpriu uma trajetória política, no Amapá, tão consistente quanto a sua carreira militar. Conduziu as mais importantes obras de infraestrutura do Amapá. Como Deputado, foi titular da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, da Comissão da Organização do Estado, onde deu sequência à sua luta em favor da transformação do Território Federal do Amapá em Estado, o que se concretizou com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988. Tive a honra de ser seu colega como Deputado Constituinte, juntamente com o Deputado Mozarildo Cavalcanti.

Criado o Estado, Barcellos era a liderança política mais forte do Amapá.

"Efetivamente" era expressão que ele usava com tanta frequência, que se tornou sua marca registrada, e, efetivamente, o Comandante colocou o Amapá no mapa do Brasil

Sra. Presidenta, como ainda tenho 13 laudas em homenagem a um Constituinte, ao ex-governador nomeado e o primeiro eleito, se V. Exª me conceder mais dois minutos, eu farei um esforço sobre-humano para concluir – se for possível, senão solicito que a Mesa considere como lido o meu discurso, na íntegra.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou conceder mais um minuto para o senhor fechar.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Muito bem, mas deixe-me terminar os 28 segundos e, depois, o minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com muito prazer.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – As contribuições de Annibal Barcellos no desenvolvimento da capital vão além das estruturas físicas, porque demonstram uma característica do militar como primeiro governador do Estado: o planejamento. De fato, ele não executava nada sem planejar, por isso, suas ações, muito diferentemente do que se vê em diversas gestões atuais, tinham começo, meio e fim. Ele guardava, na gaveta, uma planilha em que relatava todas as atividades dos secretários.

Era avesso a reuniões e dizia que elas não geravam os resultados esperados. Preferia agir com praticidade e, por isso, reunia-se com o secretariado somente uma vez por ano, quando pedia o detalhamento de ações para o ano seguinte.

Muitos feitos.

Vou passar a lauda 15 e a lauda 16, porque já requeri à Mesa para ser considerado na íntegra.

Loteou os bairros, as ruas.

Hoje, o Amapá está triste. Annibal Barcellos deixa um legado de amor por nossa terra e, assim, é visto como o mais querido dos tucujus, filho por adoção e amado.

Concluo com a seguinte frase: vá em paz, grande comandante, e encontre...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para concluir, Senador, porque o Presidente Sarney já está presente para abrir a Ordem do Dia.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Encontre o descanso merecido ao lado do Pai maior.

Já fiz um requerimento solicitando votos de pesar. Solicito, também, que a mensagem do Senador Gilvam seja considerada peça do meu pronunciamento, e o Senador Sarney também é peça do meu pronunciamento, quando cito referências elogiosas que S. Exª fez ao nosso ex-Governador do Amapá.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR GEOVANI BORGES.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma missão carregada de sentimentos de pesar e saudade me traz a essa tribuna, onde me faço intérprete do povo amapaense que perdeu domingo, no dia dos pais, um de seus mais queridos filhos, nosso ex-governador Annibal Barcellos, ou simplesmente ... O Comandante!

Governador indicado; posteriormente primeiro governador eleito do Amapá quando tivemos reconhecimento de Estado; deputado federal Constituinte;

Prefeito de Macapá; vereador... o mais amapaense dos canocas, torcedor incansável do Fluminense... o homem que sonhou, viveu, realizou o Amapá!

Tendo nascido no Rio de Janeiro, foi pelo Amapá que o Comandante tomou-se de amores e lá decidiu realizar seus planos de vida até ser sepultado, como era de seu confesso desejo, na terra escolhida pelo coração.

Morreu aos 93 anos, deixando um verdadeiro legado e sendo reverenciado como o maior e mais querido Governador amapaense de todos os tempos.

Annibal Barcellos faleceu em 14 de agosto de 2011 em sua residência, por insuficiência respiratória.

O comandante Barcellos foi sepultado com honras de chefe de Estado e honras militares, prestadas pela Marinha de Guerra do Brasil nesta manhã de terça feira.

O reconhecimento pelos seus feitos é expresso de todos os modos...

O ex-governador Waldez Góes destacou a dedicação ao trabalho, como marca registrada de Annibal Barcellos, citando ainda seu perfil conciliador.

O Senador Gilvam Borges, disse a imagem de trabalho e de boas obras que o comandante, Annibal Barcellos que agora nos deixou, chamado pelo Pai Eterno, viverá para sempre em nossos corações e na lembrança naqueles que o conheceram enquanto esteve no Amapá. O Estado perdeu uma de suas maiores lideranças.

O Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, disse ontem, em nota, que o Comandante Annibal Barcellos foi o pioneiro na preparação do Território Federal do Amapá para se tornar Estado, construindo as obras necessárias ao funcionamento das instituições.

Entre as realizações do ex-governador, o presidente do Congresso Nacional listou s Assembléia Legislação, Teatro das Bacabeiras e Tribunal de Justiça. Sarney acentuou que Barcellos dedicou toda a sua vida ao Amapá, e que muito ajudou o povo, principalmente os mais pobres, a quem dedicava uma atenção especial.

"O comandante Barcellos deixa uma grande lacuna na política do Estado; é uma perda que todos sentimos pelo que ele foi e era para a vida amapaense", disse o senador.

Capitão-de-Mar-e-Guerra, formado pela Escola Naval em 1939, o comandante Annibal Barcellos sempre teve participação ativa na vida pública militar, civil e política.

Um visionário. Assim também o enalteciam.

Foram 33 anos de vida dedicados ao Amapá. Filho de Manoel Barcellos Filho e Minervina Barcellos casou-se com Dona Maria Cerqueira Barcellos com quem teve dois filhos, o engenheiro Sérgio e a advogada Maria Elizabeth.

A história de vida de nosso homenageado está plena de feitos louváveis. O Comandante cumpriu uma trajetória política no Amapá tão consistente quanto sua carreira militar.

Conduziu as mais importantes obras para a infra-estrutura do Estado.

Como deputado, foi titular da subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, da Comissão da Organização do Estado, onde deu seqüência à sua luta em favor da transformação do Território Federal do Amapá em Estado. O que se concretizou com a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988.

Criado o Estado, Barcellos era a liderança política mais forte do Amapá.

Efetivamente – era a expressão que ele usava com tanta frequência, que se tornou sua marca registrada . E efetivamente, o Comandante colocou o Amapá no mapa do Brasil!

As contribuições de Annibal Barcellos no desenv91vimento da capital vão além das estruturas físicas, porque demonstram uma característica do militar como primeiro governador do Estado: o planejamento.

E de fato ele não executava nada sem planejar. Por isso suas ações, muito diferente do que se vê em diversas gestões atuais, tinham começo meio e fim.

Guardada na gaveta uma planilha que relatava todas as atividades dos secretários.

Era avesso a reuniões, dizia que elas não geravam os resultados esperados, preferia agir com praticidade e por isso, reunia-se com o secretariado somente uma vez por ano, quando pedia o detalhamento de ações para o ano seguinte.

Ele batia o olho no lugar e dizia: Aqui vai ser isto ou aquilo assim, como se aquela estrutura já existisse ou estivesse lá... Ele vislumbrava a construções antes de acontecerem.

Apaixonado pelos esportes, recomendava expressamente que as escolas tivessem espaço para a prática de atividades esportivas. Todos os dias acordava às cinco da manhã para nadar e às seis já estava pronto para inspecionar as obras em andamento.

São dele também os principais projetos de saneamento básico da capital amapaense.

Quando as possibilidades de tratamento de saúde em Macapá esgotavam-se, um dos marcos de sua administração foi o transporte marítimo da Senava que salvou vidas e agilizou os atendimentos de urgência que tínhamos na época.

Também era de sua preocupação a habitação para famílias de baixa renda.

Loteou os bairros Santa Inês, Perpétuo Socorro, Jardim Felicidade I e 11. Criou conjuntos habitacionais nos bairros Pedrinhas, Hospital de Base e Boné Azul. Este último, estruturado em homenagem a Barcellos, que tinha o hábito de usar o quepe.

Nas ruas e avenidas do bairro ainda hoje é forte a presença do homem que deu nome a comunidade.

A principal via chama-se Annibal Barcellos e o espaço foi cuidadosamente pensado para abrigar cerca de 500 famílias que moravam em áreas de risco.

Passo a fazer breves registros de populares sobre o acontecimento.

Hoje o Amapá está triste. Annibal Barcellos deixa um legado de amor por nossa terra e assim é visto como o mais querido dos tucujus, filho por adoção e amado.

Outra ... Estou Em Santana há 40 anos. O Comandante sempre olhou com carinho pra nossa cidade. Grandes obras aqui foram construídas e que até hoje têm a marca daquele grande governo: Escola Joanira, Escola Almirante Barroso, Escola Everaldo Vasconcelos, Escola Ribamar Pestana, Centro Social Urbano Centro Açucena, e tantas mais.

Há quem diga que Annibal Barcellos via um Amapá que só existia nos seus sonhos. E que de sonho virou realidade na força da determinação de um político abnegado, incansável, trabalhador, idealizador.

Quis o destino que ele morresse no Dia dos Pais. Na verdade, acho que nenhuma data poderia simbolizar melhor sua partida.

Ele que deixou este plano para se eternizar na história do povo tucuju.

A delicadeza de um registro me chamou atenção. E com ele finalizo estas homenagens. Percebam que o autor fala como se fosse o próprio Amapá, o filho agora órfão de seu pai querido:

> "... Se existo e hoje sou grande e próspero, devo isso a você, que por tantas vezes me idealizava em seus sonhos e falava para si mesmo que um dia eu seria uma federação e como as outras teria meu próprio espaço na bandeira do meu país.
>
> Assim como eu, minhas praças, escolas, conjuntos e outros amigos estampam a sua tristeza em saber dessa triste notícia.
>
> Entristeço-me de nunca mais poder sentir seus passos sobre minha pele, de nunca mais sentir sua respiração e ouvir sua voz quando das noites em que sozinho em seus aposentos você me falava do quanto fez por mim e do quanto mais gostaria de fazer se ainda tivesse força em seus braços.
>
> Me sinto orgulhoso de ser seu filho e de ter merecido tal dedicação.
>
> Você para mim foi o melhor pai que um filho poderia ter. O meu nome? Amapá..."

Vá em paz grande comandante e encontre o descanso merecido ao lado do Pai maior.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR GEOVANI BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

MENSAGEM BARCELLOS

Na vida, a homenagem mais sincera e mais pura é a que chega até anos através da Amizade.

Porque todo homem, para sentir-se realizado, precisa olhar o seu passado e ver nele semeados os melhores sentimentos, também traduzidos nas boas obras que tiver feito em benefício dos seus semelhantes.

Hoje, Dia dos Pais, quero falar de uma amigo verdadeiro, amigo fiel e dedicado, aquele pelo qual a vida se torna mais bonita, aquele Amigo que segue os nossos passos e nos protege em todos os caminhos.

Comandante Anníbal Barcellos,

O Homem, o Amigo, o Realizador, o Político com a visão do futuro grandioso do Estado do Amapá.

A imagem de trabalho e de boas obras que agora nos deixou, chamado pelo Pai Eterno, viverá para

sempre em nossos corações e na lembrança daqueles que o conheceram, enquanto esteve no Amapá.

Comandante Anníbal Barcellos,

Minha homenagem pessoal ao seu nome, também inclui Família, Parentes e todos os amapaenses, conscientes de que acabamos de perder um Líder e um grande homem.

O Salmo 128 diz que

> "Todo aquele que trabalha com honestidade e afinco, será por Deus recompensado.
>
> Bem-Aventurado aquele que teme o Senhor e anda no seu caminho."

Adeus, Comandante Anníbal Barcellos,

Obrigado, por ter estado entre nós.

Que sua esposa, Mariínha, seus filhos Sérgio e Elizabeth, seus netos Alexandre e Marcelo e seus bisnetos recebam nesse momento o nosso abraço sincero, solidário e Amigo, Senador Gilvan Borges.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendido, de acordo com as normas do Regimento.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Presidente.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria me associar às palavras do Senador Geovani Borges sobre a morte do Comandante Barcellos, que foi uma figura importantíssima na história do Estado, não somente na história política, como na história administrativa.

O Comandante Barcellos preparou o Território do Amapá para que fosse Estado, construiu grandes obras de infraestrutura e deu os equipamentos urbanos necessários à implantação da capital. Ele deixa um vácuo muito grande e, ao mesmo tempo, a certeza de que ele está incluído, definitivamente, na história do Estado do Amapá, como um dos seus fundadores.

Muito obrigado a V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador.

Presidente, vamos começar a Ordem do Dia? Estou aguardando.

Ou não? Acho que sim, não é? Já está na hora.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou inscrito para falar como Líder e acho que seria o próximo orador, mas se V. Exª vai começar a Ordem do Dia, fico para depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

Conforme a Mesa teve oportunidade de comunicar, o Item 1 da nossa Ordem do Dia deveria ser a proposta de emenda à Constituição. Entretanto, verifico que o número ainda presente... Como essa emenda necessita de um quórum constitucional de três quintos, poderíamos começar com uma primeira matéria e, em seguida, votaremos a proposta de emenda à Constituição.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Exª, que, na verdade, reitera o compromisso feito na última sessão de votarmos, ainda hoje, os dois turnos dessa importante matéria.

Solicito a V. Exª que imediatamente quando considerar, com essa visão privilegiada que tem do alto da mesa, que temos condições de quórum adequado para votação da matéria, permita-me externar ao Plenário quais foram as modificações que levaram a esse último entendimento.

Aguardo o momento em que V. Exª colocará em discussão a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Na hora da discussão da matéria, V. Exª terá oportunidade de fazer as suas considerações.

Item 4:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 801,de 2011)

O projeto está em regime de urgência, nos termos do Requerimento 801.

Projeto de Lei da Câmara 116, de 2010 (nº 29/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Bornhausen), que *dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória 2.228–1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis 11.437, de 28 de dezembro de 2006; 5.070, de 07 de*

julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

A Presidência presta os seguintes esclarecimentos ao Plenário: a matéria foi lida na sessão deliberativa do dia 23 de junho de 2010 e despachada, nos termos do inciso IV, §1º do art. 91 do Regimento Interno, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Educação, Cultura e Esporte; do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

No prazo regimental previsto no art. 122, foram apresentadas duas emendas ao Projeto perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a primeira Comissão do despacho.

Na sessão do dia 04 de maio, foi lido o Requerimento nº 492, de 2011, do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre a regulamentação da comunicação audiovisual de acesso condicionado, assunto pertinente à presente matéria.

Na sessão do dia 30 de junho, foi aprovado o requerimento de urgência para a matéria.

Foi recebido, no dia 11 de agosto último, o ofício, de nº 82, de 2011, do Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 492, que foram enviadas ao Senador Alvaro Dias, autor do requerimento.

A matéria depende de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Educação, Cultura e Esporte; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto e as duas emendas apresentadas no prazo regimental.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para proferir o parecer conjunto sobre o projeto, em substituição às cinco Comissões do despacho.

Aproveito para pedir a presença, no plenário, principalmente dos líderes dos partidos, por se tratar de matéria que, como foi comunicado à Mesa, não tem unanimidade. Principalmente, peço a presença, no plenário, do Senador Alvaro Dias, que foi quem pediu informações ao Ministro das Comunicações e, ao mesmo tempo, teve a oportunidade de pedir a suspensão da tramitação da matéria por necessidade de informações. (*Pausa.*)

O Senador Alvaro Dias já está presente no plenário.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

PARECER Nº 769, DE 2011–PLEN

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero dizer, neste momento, e até com o intuito de contribuir para o melhor entendimento dessa matéria, que é óbvio que, como Relator, apresentei cópia, distribuída durante esta semana, desde a última quinta-feira, sobre este que é um importante projeto: o Projeto de Lei nº 116, que vem da Câmara, tendo como origem o Projeto de Lei nº 29, e tendo apensado o Projeto de Lei nº 332, de minha autoria e de autoria do Deputado Paulo Teixeira.

O texto final encaminhado pela Câmara dos Deputados para exame desta Casa Legislativa é resultado do substitutivo que engloba os preceitos contidos nos seguintes projetos que tramitaram em conjunto: o Projeto de Lei nº 29, de autoria do Senador Paulo Bornhausen; o Projeto de Lei nº 70, que dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo nacional, e dá outras providências, de autoria do Deputado Nelson Marquezelli; o Projeto de Lei nº 332, de 2007, que dispõe sobre a produção, programação, provimento, empacotamento e distribuição de comunicação social eletrônica, e dá outras providências, de autoria dos Deputados Paulo Teixeira e Walter Pinheiro; o Projeto de Lei nº 1.908, de 2007, que dispõe sobre serviços de comunicação eletrônica de massas e dá outras providências, de autoria do Deputado João Maia.

O texto que chega à revisão do Senado pretende instituir um novo marco legal para a comunicação do audiovisual de acesso condicionado no País.

Definida como o complexo de atividades que permitem a emissão, transmissão e recepção, por meios eletrônicos quaisquer, de imagens, acompanhados ou não de sons, que resultam na entrega de conteúdo audiovisual exclusivamente a assinantes, a proposição está dividida em 10 capítulos, com 43 artigos distribuídos conforme segue o relatório.

O Capítulo I dessa proposição conceitua as atividades de cadeia de valor do setor do audiovisual, a produção, a programação, o empacotamento e distribuição, e introduz definições relevantes, como a de assinantes, canal de espaço qualificado, conteúdo brasileiro de canal de programação coligada, pacote, produtora, programadoras brasileiras, produtor e programadoras independentes e do próprio serviço de acesso condicionado.

Exclui-se do campo de aplicação do projeto de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, ressalvados os dispostos que expressamente façam menção a esse serviço ou às suas prestadoras.

O Capítulo II apresenta princípios que deverão nortear as atividades de comunicação audiovisual de

acesso condicionado, tais como liberdade de expressão e de acesso à informação, à diversidade cultural das fontes de informação, produção e programação, estímulo à produção independente e regional, além da produção da cultura brasileira.

O Capítulo III, que vai do art. 4º ao art. 8º, trata especificamente das atividades de comunicação audiovisual de acesso condicionado e estabelece condicionamentos para a sua exploração.

No art. 4º, estão elencadas atividades de produção, programação, empacotamento e distribuição.

No art. 5º, estipula que o controle ou titularidade de mais de 50% do capital de empresas de telecomunicações não pode ser detido, direta ou indiretamente, por concessionárias de radiodifusão e por produtoras e programadoras com sede no Brasil, ficando vedado a estas explorar diretamente serviços de telecomunicações.

O § 1º do referido artigo estabelece que o controle ou a titularidade de mais de 30% do capital da concessionária de radiodifusão e de produtoras e programadoras com sede no Brasil não pode ser detido, direta ou indiretamente, por prestadores de serviços de telecomunicações, ficando vedado a esses explorar diretamente aquele serviço.

Srªs e Srs. Senadores, o que nós temos exatamente, nesses dois artigos, é a vedação, para que não haja um nível de intromissão, de interferência, tanto no que diz respeito aos operadores de radiodifusão, no sentido dos serviços de telecomunicações, meu caro líder Romero Jucá, assim como no caso das concessionárias de telecomunicações, ficando vedados os serviços de radiodifusão ou a produção de conteúdo a que se refere esta lei.

O aspecto para o qual quero chamar a atenção, no que diz respeito, principalmente, ao Capítulo V, que se dedica ao estabelecimento de regras para a veiculação de conteúdo brasileiro, é que se diga que os preceitos relativos às cotas deixarão de viger após 12 meses da promulgação desta proposição.

O desenho proposto pelo PL 116, de 2010, no que concerne às chamadas cotas de conteúdo, estabelece que, nos canais de espaço qualificado, no mínimo três horas e trinta minutos semanais dos conteúdos veiculados no horário nobre deverão ser brasileiros e integrar espaço qualificado. Metade desses deverá ser produzida por produtora independente, como reza o art. 16 do presente projeto. Enquadram-se nessas exigências os canais ofertados na modalidade avulsa de programação.

Os empacotadores estarão obrigados a cumprir esse preceito até o limite de 12 canais brasileiros de espaço qualificado. Aqueles que ofertarem pacotes distribuídos por tecnologias que possibilitem distribuir, no máximo, pacotes com até 31 canais de programação estarão obrigados aos preceitos até o limite de três canais, bem como serão dispensados do disposto no cumprimento do art. 18.

Em todos os pacotes ofertados ao assinante, a cada três canais de espaço qualificado existentes, ao menos um deverá ser canal brasileiro de espaço qualificado. Nota-se, dessa parcela mínima de canais brasileiros de espaço qualificado, que pelo menos um terço deverá ser programado por programadora brasileira independente.

Dos canais brasileiros de espaço qualificado a serem veiculados nos pacotes, ao menos dois deverão veicular, no mínimo, 12 horas diárias de conteúdo de audiovisual brasileiro produzido por produtora brasileira independente, três das quais em horário nobre. A programadora de pelo menos um desses dois canais não poderá ser controlada, controladora ou coligada à concessionária de radiodifusão de sons e imagens.

Nos pacotes em que houver canal de programação gerado por programadora brasileira que possua, majoritariamente, conteúdos jornalísticos no horário nobre, deverá ser ofertado pelo menos um canal adicional de programação com as mesmas características, no mesmo pacote ou na modalidade avulsa de programação, observando o disposto no §4º do art. 19, que esse preceito passa a viger um ano após a promulgação da proposição, conforme, inclusive, o art. 40.

Para a finalidade de aferição do cumprimento das obrigações previstas, as programadoras e empacotadoras deverão publicar nos seus sítios, na rede mundial de computadores, a listagem atualizada dos conteúdos audiovisuais, canais de programação disponibilizados, respectivamente, incluindo sua classificação conforme os tipos definidos por lei.

Para efeito do cumprimento das cotas de conteúdo serão desconsiderados os canais de distribuição obrigatória que retransmitem canais geradores de radiodifusão ou operados sob a responsabilidade do Poder Público, aqueles cuja grade de programação não tenha passado por qualquer modificação para adaptar-se ao público brasileiro. Os dedicados à veiculação de conteúdos de cunho erótico, os canais ofertados na modalidade avulsa de programação avulsa ou na modalidade avulsa de conteúdo programado.

No cumprimento das obrigações das cotas previstas, a programadora e empacotadora deverão observar as seguintes condições: pelo menos a metade dos conteúdos audiovisuais, a metade, deve ter sido produzida nos sete anos anteriores a sua veiculação, regra que passa a viger quatro anos após a promulgação dessa lei.

O conteúdo produzido por brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos será equiparado ao produzido por produtora brasileira.

III – O conteúdo produzido por brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos será equiparado ou produzido por produtora brasileira independente, caso seu produtor atenda as condições previstas na alínea **c** do inciso XIX, do art. 2º desta lei.

IV – Quando o cálculo dos percentuais e razões não resultar em número inteiro e exato, considerar-se-á parte inteira do resultado.

Em caso de comprovada impossibilidade de cumprimento integral das disposições previstas, a Ancine se pronunciará sobre a questão. Também caberá à Ancine dispor sobre a fixação do horário nobre, respeitado o limite de sete horas diárias para os canais de programação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero aproveitar e, nesta fase, falar exatamente, na oportunidade, sobre o escopo desse projeto. Acho que são importantes as premissas e do que trata efetivamente o Projeto de Lei.

Estamos tratando e a parte que li aqui é exatamente de um projeto do serviço de televisão por assinatura. Ao mesmo tempo, esse projeto estabelece um marco regulatório para o segmento, um segmento que hoje, Presidente Sarney, atinge 8% da nossa população. As propostas de transformação do nosso setor, as premissas básicas inseridas nesse texto tratam da neutralidade tecnológica, a regulação por camadas, a desverticalização de uma cadeia, o estímulo à competição do audiovisual e de telecomunicações e o fomento à produção.

V. Exª, que é um homem das letras, da Academia, do incentivo à cultura, sabe exatamente que essa intervenção, poderíamos chamar assim, uma modificação nesse cenário estimularia um novo marco de competição no País, permitindo a entrada de novos operadores, um aumento considerável da produção nacional e principalmente a exportação. A produção nacional, que é rica, não encontra canais para sua veiculação nos dias de hoje e, principalmente, o aspecto fundamental, que é o aspecto de expansão desse serviço no que tange a essa relação entre queda de preços e a escala que se pretende dar a esse novo serviço do audiovisual brasileiro.

Para que as Srªs e os Srs. Senadores tenham uma referência, meu caro Presidente Sarney, na Argentina, temos pacotes até de R$1,00 equivalente, lógico, à nossa moeda. E no Brasil, se fizermos uma comparação por canal, eu diria que sairíamos da relação de R$1,00 na Argentina por canal, praticada aqui no Brasil por R$7,00 por canal, o que significa sete vezes mais; talvez comparado com Europa, principalmente Portugal, que utiliza a língua portuguesa, esse canal teria um valor máximo de R$2,00, R$2,20, enquanto em nosso caso esse canal teria um valor real em torno de R$7,00.

O marco vigente, o setor de radiodifusão é ainda sustentado por uma legislação de 1962, o nosso Código Brasileiro de Telecomunicações.

A televisão a cabo, que já foi um marco constituído, inclusive, nesse novo tempo pelo Congresso Nacional com a famosa Lei do Cabo, em 1995. Em 1997, o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral de Telecomunicações, em julho de 1997. Mas, nessa aprovação, não houve um processo de vinculação, não houve um debate que pudesse efetivamente introduzir, meu caro Senador Aécio, e V. Exª era Deputado, como eu, naquela Casa, e a grande reclamação de todos nós era o fato de a gente continuar separando telecomunicações de radiodifusão, não envolvendo isso no conceito de comunicação.

O que se busca fazer hoje com o 116 – óbvio que os elementos que temos hoje, Senador Aécio, são extremamente diferentes daquela época... Hoje, nós estamos convivendo com a convergência de mídia. A aceleração desse processo nos jogou em outra condição para o período de hoje, além das outras duas portarias, portanto o serviço de MMDS e DTH, tratados por portaria na esfera do Ministério das Comunicações.

Por isso, quando nós apresentamos a proposta do PL 116, que teve no seu momento aqui na Casa, desde 2007, mais de cem eventos de debate, Senador Sarney, mais de cem, entre audiências públicas, discussões setoriais, e foi levado em consideração qual era o desejo embutido, inclusive, na experiência, na junção de mais de quatro projetos.

Esse não é o resultado, Senador Mozarildo, da vontade desse ou daquele parlamentar desta Casa; o 116 é uma espécie de conjunção das diversas proposituras. Gostaria, Senador Mozarildo, por exemplo, na tarde de hoje, de aprovar o projeto de minha autoria que deu origem, mas o resultado das tratativas, da conciliação, da contribuição de diversas Srªs e Srs. Parlamentares, nós chegamos, eu diria, a uma construção que nos permite discutir, a partir dessas experiências, o que é a situação atual. O serviço de TV a cabo é concessão. Ele passaria a ser um serviço de acesso condicionado. O serviço de MMDS – para aqueles que não entendem, micro-ondas. Portanto, a transmissão que tanto se usa na área norte, Senador Anibal, e que a gente também, de certa forma, assistiu durante anos e anos a fio a isso ser utilizado através até das transmissões que todos nós conhecíamos da Embratel antiga. Esse serviço também deixaria de ser

uma simples autorização, passando a ser um serviço por acesso condicionado. O serviço de satélites e o serviço de TV por assinatura, também, nesse processo de modificação. Lógico que a proposta de hoje, esse serviço de acesso condicionado, caminharia efetivamente junto com o serviço de telecomunicações em regime privado para uma autorização.

É como se nós entendêssemos – pode passar – mais ou menos a situação atual, que é essa proposta que nós modificamos hoje, compreendido como radiodifusão no País. O que fazem os radiodifusores? A produção, a programação, o empacotamento e a distribuição. Os serviços de telecomunicações, o serviço de televisão para TVC, DTH, MMDS e TVA, e introduziríamos aqui também a produção, a programação, o empacotamento e a distribuição, fazendo esse novo conceito atual, o conceito de comunicação social eletrônica, o que caminharia efetivamente para essa situação proposta, que é trabalhar, na radiodifusão, a continuidade da área de produção, a programação, o empacotamento e a distribuição ao setor de telecomunicações, a partir, inclusive, da sua capilaridade, a possibilidade do serviço de acesso condicionado. E, nesse particular, o que é operado hoje por radiodifusão, Senador Romero, nós teríamos a área de telecomunicações, a distribuição. Portanto, a possibilidade de enraizar o serviço de TV por assinatura neste País, ganhando escala, não só para a veiculação da atual produção. Mas é bom lembrar que o fato do aumento dessa capilaridade, Senador Blairo Maggi, significa oportunizar localmente àqueles que produzem; oportunizar neste Brasil a veiculação e a distribuição daquilo que é produzido desde o Rio Grande do Sul até o Norte deste País, a nossa cultura regional.

Então, é importante tratar nesse novo conceito de comunicação social eletrônica de massa, com essa convergência de mídia. É importante lembrar que com esse conceito e com essa aprovação do 116, nós vamos promover alterações na atuação situação legal.

A revogação da Lei do Cabo, de 1995. Portanto, instituindo, a partir de agora, esse que eu chamaria de arcabouço jurídico legal, a partir, inclusive, da introdução da indústria do audiovisual brasileiro, que também passa a ter uma participação na produção, na programação e no empacotamento.

A alteração dos contratos do sistema de telecomunicações fixo é comutável, patrocinado hoje pelas operadoras de telecomunicações. Dessa forma, nós passaríamos a ter, com o PL 116, as camadas de comunicação de audiovisual de acesso condicionado assim distribuídas: o produtor mexe com o conteúdo; o programador, com o conteúdo e efetua o canal de programação; o empacotador, aquele que tem a responsabilidade do canal de programação, consequentemente, construindo o pacote a ser ofertado e distribuído à rede de assinantes. O distribuidor, portanto, é como se fosse o entregador desse contexto novo, agora regulado.

Então, a proposta do PL 116, numa linguagem visual mais fácil de ser absorvida, além do texto obviamente apresentado às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, eu traduziria como sendo, num processo de desverticalização dessa atual estrutura, essas quatro etapas: a atividade de produção de programação, de empacotamento e de distribuição; as esferas de participação dos nossos entes públicos como aspecto de regulação, como aspecto de fiscalização e como aspecto, inclusive, de incentivo.

Nessa etapa, meu caro Ferraço, o audiovisual, patrocinado pela Ancine, terá a tarefa não de fiscalizar, mas a tarefa, através da sua participação e acompanhamento, de ser uma estimuladora da absorção dessa produção cultural e a sua veiculação.

Na área de telecomunicações, o papel é atributo já apresentado pela lei de criação da Agência Nacional de Telecomunicações e as suas intersecções com a Lei Geral de Telecomunicações. Dessa forma, nós teríamos aqui, na etapa de produção, a participação do capital estrangeiro assim distribuído: quando você tem essa parcela, tanto na produção quanto na programação, livre na etapa interna, e depois 70% quando nós trabalhamos a partir do que significa a veiculação, a participação de brasileiros, como li no texto aqui, quando nós temos a participação ou de brasileiros natos ou de empresas já instaladas no Brasil.

No caso, inclusive, do empacotamento e da distribuição, liberdade total, sem esses condicionamentos estabelecidos; no caso, inclusive, da restrição à proposição. As operadoras de telecomunicações, na fase de produção e programação. Essa fase teria que ser menor que 30%, eles teriam liberdade no empacotamento; e, na distribuição, menor que 50%, levando-se em consideração aqui a participação de radiodifusores.

Gestão.

Na mesma faixa, aqui teríamos essa participação de brasileiros e a liberdade na gestão, inclusive no que diz respeito à área de produção.

Nas outras áreas, na programação e no empacotamento, a necessidade de a gestão levar em consideração os parâmetros que eu já havia lido aqui, no que diz respeito à participação de brasileiros e de empresas brasileiras e a completa liberdade no que diz respeito à distribuição do serviço.

E, na área de radiodifusão, essa lei aqui, efetivamente, não se aplica, já que temos legislação própria, salvo quando o limite de 30% para participação ou a

vedação, no que diz respeito à participação de empresas de telecomunicações.

A política de cotas, que foi a última leitura que fiz do texto aqui.

A política de cotas por canais, a política de cotas por pacote e a política de cotas para canais de jornalismo.

É importante lembrar que essa política foi sugerida e introduzida no texto para que nos permitisse, de uma forma muito simples, a adoção, a participação e principalmente aquilo que estamos chamando de oportunização da nossa produção cultural regional e da participação de produtores independentes.

Pode passar. *(Pausa.)*

Nesse sentido, a política de cotas foi separada em duas áreas das definições.

O que é um Canal de Espaço Qualificado, portanto, um canal ocupado majoritariamente por filmes, documentários e/ou séries em horário nobre. Esse é o canal que a gente chama de Espaço Qualificado.

O de Canal Brasileiro de Espaço Qualificado, que introduz, ainda, a programação com as seguintes características: programado por programadora brasileira, três horas e trinta minutos semanais. Se analisarmos friamente, alguém pode dizer assim: "Mas diversas operadoras já colocam até mais que três horas". Ótimo, parabéns. Nós vamos ter condições de ter muito mais que isso. Isto aqui é o limite que estamos estabelecendo, o mínimo para que, dentro do horário nobre, nós tenhamos, durante a semana, três horas e trinta minutos de conteúdo brasileiro, sendo que, nesta faixa aqui, é importante associar que metade desta produção, deste conteúdo deve ser produzida por produtor independente; portanto, para estimular a produção independente, para estimular a produção local em nosso País.

Outro aspecto da definição de cotas de canal brasileiro é a livre comercialização para qualquer empacotadora. Outro importante esclarecimento na política de cotas de canal. A atividade, o programa. Todas elas, nós vamos acompanhar aqui, o objetivo central desta é a gente ter um aumento da produção das obras audiovisuais brasileiras.

Aqui, estamos falando, por exemplo, dos espaços do Canal Qualificado. Dessas três horas, pelo menos a metade deve ser de conteúdo brasileiro.

Pode passar. (*Pausa*.)

Temos uma experiência aqui hoje para que os senhores possam entender. Nove em 76 desses canais, de certa forma, produzem isso já no Brasil, é uma experiência praticada. Exceções: deixamos fora dessa regra os canais étnicos, os canais de carregamento obrigatório, os canais do campo público. Portanto, a cota também se aplica a canais avulsos, permitindo assim que a própria discussão que envolve esses segmentos seja preservada de maneira a não chocar com legislação específica que trata dessas matérias.

Adiante. (*Pausa*.)

A política de cotas, cotas por pacote. A atividade do empacotamento. O objetivo central dessa questão é exatamente a pluralidade na criação de conteúdo brasileiro independente.

Pode passar. (*Pausa*.)

A cada três Canais de Espaço Qualificado no pacote, um deverá ser de brasileiro, no limite de 12. Portanto, entre esses canais que estamos classificando de canais brasileiros, um terço deverá ser independente; dois deverão ter 12 horas diárias de conteúdo brasileiro independente, um dos quais sem vínculo com as operadoras de radiodifusão. O que isso objetiva? A ideia de eliminar esse vínculo é permitir, meu caro Randolfe, que diversas produtoras que não estão vinculadas a esse conjunto de empresas de radiodifusão, meu caro Senador Aloysio, possam também ter oportunidade de veicular a sua produção nessa área que é muito importante para todos nós.

Pode passar adiante. (*Pausa*.)

A política da cota de pacotes. Alguns exemplos. Os menores pacotes... Estou pegando situações existentes hoje. No caso da Net Compacto, da TVA Mini Básico, que têm cinco, que utilizam Cotas de Espaço Qualificado, o caso aqui dos canais brasileiros, já cumprindo, inclusive, em ambos os casos, os pacotes.

Pacotes medianos. Ou seja, algo que nós já assistimos em algumas experiências como em São Paulo, apresentado lá pelo chamado Telefônica Básica. A cota de seis Canais Brasileiros com Espaço Qualificado. É, portanto, um pacote que já possui uma dessas exigências do pacote em que nós consigamos introduzir aí a chamada Cota Brasileira com Espaço Qualificado.

E os maiores pacotes. Aqui, nós temos uma experiência, hoje, na Sky Total 2010, com 55 Canais de Espaço Qualificado no Brasil. Então, dá para a gente, tranquilamente, imaginar de cinco a sete canais disponíveis no mercado, e esse levantamento foi um levantamento que nós trabalhamos a partir de 2009 aqui no País.

A cota de jornalismo. É importante a gente entender como isso entra na grade. As atividades de empacotamento em que houver esse canal de programação com jornalismo nacional, no mínimo, um canal jornalístico adicional deverá ser ofertado no pacote ou na oferta da programação desse pacote, a chamada oferta avulsa. A ideia é exatamente ampliar, dar pluralidade nessa área, principalmente na formação de opinião no nosso País.

Estou concluindo, Senador Sarney. Farei a leitura do voto, assim como também a apresentação da minha posição sobre as emendas apresentadas.

Os canais obrigatórios. Canais públicos e canais comerciais analógicos. Os canais públicos, obrigatórios e gratuitos, e também os canais analógicos entrariam nessa mesma faixa de canais obrigatórios e gratuitos.

No caso dos canais comerciais digitais, nós teríamos o opcional e a pactuação, o que, na linguagem do setor, se chama **must-carry** e **may-carry**.

Pode passar. (*Pausa*.)

O fomento à indústria do audiovisual brasileiro, que acho que é importante, é uma das partes que o projeto de lei também toca neste momento.

A transferência de 10% do Fistel, do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para compor, meu caro Agripino Maia, o Condecine, portanto apoiando essa iniciativa com recursos. Essa ideia é de que, por meio do Fundo Nacional de Cultura, portanto, do Fundo Setorial do Audiovisual, a gente amplie essa nossa capacidade de estimular o audiovisual brasileiro, fazendo efetivamente a classificação de que 30% desses recursos devem ser aplicados no mínimo no Norte, Nordeste, Centro-Oeste brasileiro. Há uma estimativa de que, desses valores do Fistel, nós tenhamos oportunidade de repassar algo em torno de R$300 milhões por ano para essa política de fomento ao audiovisual.

Pode seguir adiante. (*Pausa.*)

Portanto, vou concluir.

Outras disposições do PLC 116: as cotas progressivas, nós estamos limitando em dois anos; as cotas limitadas no tempo, 12 anos; a flexibilidade para os grandes pacotes; como eu disse antes, a revogação da Lei do Cabo; a eliminação da restrição da prestação de TV a cabo por concessionárias de serviços do STFC – as empresas de telecomunicações, portanto, vão poder participar – e operadoras de capital estrangeiro.

A conclusão: o diploma legal com que estamos nesta hora nos deparando é convergente, sim. Ele pega esse aspecto deste atual momento. Ele é neutro e ele é válido para todas as formas de televisão paga no País. Permite o acesso à programação nacional por distribuidores; estimula a competição no mercado de distribuição, aumenta a produção nacional do audiovisual. Portanto, leva-nos a uma geração de receita e, consequentemente, a uma geração de postos de trabalho no País.

A inserção de conteúdo aqui produzido. Na medida em que é veiculado, há uma possibilidade efetiva de nós também adentrarmos o mercado externo. Portanto, já que nós temos aqui diversas operadoras internacionais, facilitaria o caminho de volta para nossa produção.

Um aspecto fundamental: a diminuição do custo da assinatura do serviço, com a democratização do acesso, e o aumento, numa expectativa mensurada a partir daquilo que se projetou para este momento, Senador Sarney... Há uma estimativa de que nós consigamos chegar talvez em três vezes ou até um pouco menos que isso no que diz respeito a essa área de operação, oferta, na medida em que nós vamos poder ganhar, com esse novo processo, um nível cada vez maior de capilaridade.

No nível da escala, a tendência natural é que nós tenhamos inclusive a redução de preço, o que, consequentemente, nos trará, de forma muito direta, o ingresso de novos operadores e, consequentemente, de novos assinantes também nessa área.

Esse projeto, Sr. Presidente, recebeu oito emendas. Emendas do Senador Adelmir Santana, emendas do Senador Adelmir Santana ainda na CCJ; aqui no plenário... Na CCJ ainda, perdão, emendas apresentadas pelo Senador Alvaro Dias, a Emenda nº 3, a Emenda nº 4, a Emenda nº 5, a Emenda nº 6, a Emenda nº 7, a Emenda nº 8; as emendas de plenário, foram inclusive apresentadas mais 12 emendas; aqui apresentadas pelo Senador Ataídes Oliveira, uma terceira emenda também, duas emendas no mesmo contexto, a terceira pelo Senador Ataídes, que faz apresentação aqui em plenário; do Senador Cyro Miranda; o Senador Alvaro também apresentou, submeteu ao Plenário mais três emendas além das emendas apresentadas à CCJ, fazendo aí, nesse contexto, a apresentação de 12 emendas aqui em plenário.

Isso, Sr. Presidente, seria o que poderíamos chamar de nosso voto formal, apresentado, do qual foram distribuídas cópias.

Em que pese, inclusive, fazer aqui de cada emenda uma análise, se possível, eu gostaria aqui de fazer a leitura, ainda que sucinta, da rejeição dessas emendas e qual foi a análise feita por este relator de cada uma.

Do ponto de vista constitucional, cabe destacar que não há qualquer óbice, seja do ponto de vista formal, seja do plano material, que possa obstar o livre exame do mérito dessa matéria que ora apreciamos. As temáticas jurídicas abordadas pelo projeto conformam-se àquelas de competência legislativa da União e das atribuições do Congresso Nacional, nos termos, respectivamente, dos arts. 22, inciso IV, e 48, inciso XII, da Lei Maior.

Do ponto de vista de técnica legislativa, não se verifica a necessidade de fazer reparos ao PL nº 116/2010, uma vez que a proposição se mostra em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que concerne...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – Pergunto a V. Exª se V. Exª está dando parecer às emendas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Vou dar o parecer a cada uma das emendas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – Porque, antes, as emendas teriam de ser lidas e, aí, cada uma, depois, submetida à votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Na hora em que eu for dar o parecer, eu suspendo essa parte e V. Exª lê as emendas. Na hora em que eu passar para as emendas, será só a minha análise técnica para apresentação do voto.

No que concerne ao mérito, somos do entendimento de que a iniciativa merece acolhida desta Casa, dos debates travados e, eu diria, dos valiosos subsídios colhidos ao longo da instrução desta matéria, em todas as experiências de audiências públicas na participação da relatoria, que aqui, no Senado, contou com a participação expressiva da Comissão de Ciência e Tecnologia e outras comissões nos debates. Também, com presença no Senado, coube ao Senador Eunício Oliveira presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia na Câmara dos Deputados no momento, em 2010, da aprovação desta matéria.

Com efeito, nesse caso, as questões de juridicidade e de mérito parecem indissociáveis, porque tem o cerne compartilhado pela finalidade de *legis ferenda* da qual surge o questionamento se a finalidade, de fato, recomenda as alterações propostas.

Parece não haver dúvida quanto à necessidade permanente de adoção das medidas constantes no PL nº 116, tendo em vista o desempenho da estrutura de mercado de TV por assinatura no País. Essas medidas possibilitam o desenvolvimento pleno e o aumento da penetração do serviço no País. Observa-se que há falta de investimento e de competição adequada em todas as etapas da cadeia de valor. O mercado de TV por assinatura no Brasil cresceu lentamente do período de 2001 a 2005, principalmente em relação a outros serviços de telecomunicações, dado esse, Sr. Presidente, que pode ser acessado pelos Srªs e Srs. Senadores e que foi apresentado por mim, quando da apresentação deste relatório.

Aí, seria importante se pudéssemos fazer a leitura das...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – Eu pediria a V. Exª, antes que os alunos do quarto ano do Colégio Militar D. Pedro II, da Asa Sul, de Brasília, se retirassem, que me permitisse dizer que, em nome da Mesa, agradecemos a visita e nos sentimos muito honrados com a presença deles aqui, na nossa Casa.

V. Exª pode continuar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Se V. Exª me permite, nesse contexto, Sr. Presidente, aplicando-se o princípio da razoabilidade ao exame da proposição, segundo o qual pondera-se o ônus normativo imposto inclusive pela simples existência de mais de uma lei e eventual benefício trazido por essa lei à sociedade, constata-se a adequação da proposição. A medida está apta à consecução do objetivo. Identifica-se, porém, no comando, por ora, desse instrumento, e é importante que, dessa forma, pudesse analisar as emendas apresentadas perante a CCJ e este Plenário, momento em que passo a V. Exª para a promoção das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 116.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 769, DE 2011 – PLEN

Relator: Senador **Walter Pinheiro**

I – Relatório

Vem ao Plenário do Senado Federal para apreciação, nos termos regimentais, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 116, de 2010 (n° 29, de 2007, na origem).

O texto final encaminhado pela Câmara dos Deputados ao exame desta Casa Legislativa é resultado de substitutivo que engloba os preceitos contidos nos seguintes projetos que tramitaram em conjunto:

– o PL n° 29, de 2007, que dispõe sobre a organização e exploração das atividades de comunicação social eletrônica e dá outras providências, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen;
– o PL n° 70, de 2007, que dispõe sobre a produção e a programação e provimento de conteúdo nacional e dá outras providências, de autoria do Deputado Nelson Marquezelli;
– o PL n° 332, de 2007, que dispõe sobre a produção, programação, provimento, empacotamento e distribuição de comunicação social eletrônica e dá outras providências, de autoria dos Deputados Paulo Teixeira e Walter Pinheiro; e
– o PL n° 1.908, de 2007, que dispõe sobre o serviço de comunicação eletrônica de massa e dá outras providências, de autoria do Deputado João Maia.

O texto que chega à revisão do Senado Federal pretende instituir um novo marco legal para a comunicação audiovisual de acesso condicionado no País, definida como o "complexo de atividades que permite a emissão, transmissão e recepção, por meios eletrônicos quaisquer, de imagens, acompanhadas ou não de sons, que resulta na entrega de conteúdo audiovisual exclusivamente a assinantes".

A proposição está dividida em dez capítulos, com quarenta e três artigos, distribuídos como se segue.

O Capítulo I (arts. 1° e 2°) conceitua as atividades da cadeia de valor do setor do audiovisual *(produção, programação, empacotamento e distribuição)* e introduz definições relevantes, como as de assinante, canal de espaço qualificado, conteúdo brasileiro, canal de programação, coligada, pacote, produtora e programadora brasileiras, produtora e programadora independentes e a do próprio serviço de acesso condicionado.

Excluem-se do campo de aplicação do projeto os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, ressalvados os dispositivos que expressamente façam menção a esses serviços ou a suas prestadoras.

O Capítulo II (art. 3º) apresenta os princípios que deverão nortear as atividades de comunicação audiovisual de acesso condicionado, tais como a liberdade de expressão e de acesso à informação, a diversidade cultural e das Fontes de informação, produção e programação, estímulo à produção independente e regional, além da promoção da cultura brasileira.

O Capítulo III (arts. 4° a 8°) trata especificamente das atividades de comunicação audiovisual de acesso condicionado e estabelece condicionamentos para a sua exploração.

No art. 4°, estão elencadas as atividades de produção, programação, empacotamento e distribuição.

O art. 5° estipula que o controle ou a titularidade de mais de 50% do capital de empresa de telecomunicações não pode ser detido, direta ou indiretamente, por concessionárias de radiodifusão e por produtoras e programadoras com sede no Brasil, ficando vedado a estas explorar diretamente serviços de telecomunicações.

O § 1º do referido artigo estabelece que o controle ou a titularidade de mais de 30% do capital de concessionária de radiodifusão e de produtoras e programadoras com sede no Brasil não pode ser detido, direta ou indiretamente, por prestadoras de serviços de telecomunicações, ficando vedado a estes explorar diretamente aqueles serviços.

Os §§ 2° e 3° do art. 5° abrem exceções às regras estipuladas naquele artigo. Faculta-se a empresas de radiodifusão e a produtoras e programadoras prestar serviços de telecomunicações quando exclusivamente dedicados ao próprio serviço de radiodifusão ou a transportar conteúdo audiovisual das produtoras ou programadoras com sede no Brasil para entrega às distribuidoras, no âmbito da própria rede. Paralelamente, faculta-se às operadoras de telecomunicações controlar produtoras e programadoras que exerçam atividades exclusivamente destinadas à comercialização de produtos e serviços para o mercado internacional.

Os preceitos previstos no art. 5° passam a viger um ano após a promulgação da proposta, nos termos do art. 40 do projeto.

O art. 6° veda que grupos controladores de operadoras de telecomunicações financiem a aquisição de direitos de exploração de imagens de eventos de interesse nacional e contratem talentos artísticos nacionais, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais, com a finalidade de produzir conteúdo audiovisual para sua veiculação no serviço de acesso condicionado ou no serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Ressalvam-se, no entanto, os casos em que a aquisição ou a contratação se destinar exclusivamente à produção de peças publicitárias.

O projeto exclui o Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA) das restrições impostas pelos arts. 5° e 6°.

O art. 7° veda a realização de subsídios cruzados, preços discriminatórios ou práticas que busquem dissimular os reais resultados econômicos ou financeiros obtidos em quaisquer das atividades de comunicação audiovisual de acesso condicionado. No mesmo sentido, o art. 8° estipula que as normas gerais de proteção à ordem econômica são aplicáveis à comunicação audiovisual de acesso condicionado.

O Capítulo IV (arts. 9° a 15) trata das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdo, consideradas livres para empresas constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no País. Atribui à Agência Nacional de Cinema (ANCINE) a competência para regular e fiscalizar o exercício dessas atividades.

O art. 10 estabelece que a gestão, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção inerentes à programação e ao empacotamento são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Já o art. 11 obriga que todo o conteúdo veiculado por meio de Serviço de Acesso Condicionado contenha classificação indicativa prévia com informação sobre sua natureza e as faixas etárias a que não se recomende. A fiscalização do cumprimento dessa obrigatoriedade caberá ao Ministério da Justiça. A medida também obriga as distribuidoras a ofertar ao assinante dispositivo eletrônico que permita o bloqueio da recepção dos conteúdos transmitidos.

O art. 12 condiciona o exercício das atividades de programação e empacotamento a credenciamento perante a Ancine. As informações a serem prestadas à Agência deverão comprovar o cumprimento das obrigações de programação, empacotamento e publicidade, bem como conter documentação relativa à composição do seu capital total e votante (art. 13).

Os arts. 14 e 15 alteram a redação da Medida Provisória (MPV) n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para delegar novas competências à Ancine associadas à comunicação audiovisual de acesso condicionado. As alterações conferem à Agência a prerrogativa de firmar compromissos de ajustamento de conduta e determinam que a Ancine elabore e torne público plano de trabalho como instrumento de avaliação da atuação administrativa do órgão e do seu desempenho, bem como envie relatório anual de suas atividades ao Ministério da Cultura e ao Congresso Nacional.

O Capítulo V (arts. 16 a 25) dedica-se ao estabelecimento das regras para a veiculação de conteúdo brasileiro. Diga-se que os preceitos relativos às cotas deixarão de viger após doze anos da promulgação da proposição.

O desenho proposto pelo PLC n° 116, de 2010, no que concerne às chamadas cotas de conteúdo brasileiro estabelece que:

– nos canais de espaço qualificado, no mínimo três horas e trinta minutos semanais dos conteúdos veiculados no horário nobre deverão ser brasileiros e integrar espaço qualificado, e metade deverá ser produzida por produtora brasileira independente (art. 16); enquadram-se nessa exigência os canais ofertados na modalidade avulsa de programação;
– as empacotadoras estarão obrigadas a cumprir esse preceito até o limite de doze canais brasileiros de espaço qualificado (art. 17,§ 2º); aquelas que ofertarem pacotes distribuídos por tecnologias que possibilitem distribuir, no máximo, pacotes com até trinta e um canais de programação estarão obrigadas aos preceitos até o limite de três canais, bem como serão dispensadas do cumprimento disposto no art. 18;
– em todos os pacotes ofertados ao assinante, a cada três canais de espaço qualificado existentes no pacote, ao menos um deverá ser canal brasileiro de espaço qualificado. Note-se que, dessa parcela mínima de canais brasileiros de espaço qualificado, pelo menos um terço deverá ser programado por programadora brasileira independente (art. 17, **caput** e § 1º);
– dos canais brasileiros de espaço qualificado a serem veiculados nos pacotes, ao menos dois canais deverão veicular, no mínimo, doze horas diárias de conteúdo audiovisual brasileiro produzido por produtora brasileira independente, três das quais em horário nobre (art. 17, § 4º). A programadora de pelo um desses dois canais não poderá ser controlada, controladora ou coligada à concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens.
– nos pacotes em que houver canal de programação gerado por programadora brasileira que possua majoritariamente conteúdos jornalísticos no horário nobre, deverá ser ofertado pelo menos um canal adicional de programação com as mesmas características no mesmo pacote ou na modalidade avulsa de programação, observado o disposto no § 4º do art. 19 (art. 18). Esse preceito passa a viger um ano após a promulgação da proposição (art. 40).
– para a finalidade de aferição do cumprimento das obrigações previstas, as programadoras e empacotadoras deverão publicar, nos seus sítios na rede mundial de computadores, a listagem atualizada dos conteúdos audiovisuais e canais de programação disponibilizados, respectivamente, incluindo sua classificação em conformidade com os tipos definidos nesta Lei.

Para efeito do cumprimento das cotas de conteúdo, são desconsiderados os canais de distribuição obrigatória, os que retransmitirem canais de geradoras de radiodifusão, os operados sob a responsabilidade do Poder Público, aqueles cuja grade de programação não tenha passado por qualquer modificação para se adaptar ao público brasileiro, os dedicados à veiculação de conteúdos de cunho erótico e os canais ofertados na modalidade avulsa de programação ou na modalidade avulsa de conteúdo programado.

No cumprimento das obrigações das cotas previstas, a programadora e a empacotadora deverão observar as seguintes condições:

I – pelo menos a metade dos conteúdos audiovisuais deve ter sido produzida nos sete anos anteriores à sua veiculação, regra que passa a viger quatro anos após a promulgação desta Lei (art. 40);
II – o conteúdo produzido por brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos será equiparado ao produzido por produtora brasileira;
III – o conteúdo produzido por brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos será equiparado ao produzido por produtora brasileira independente, caso seu produtor atenda as condições previstas na alínea **c** do inciso XIX do art. 2º;
IV – quando o cálculo dos percentuais e razões não resultar em número inteiro exato, considerar-se-á a parte inteira do resultado.

Em caso de comprovada impossibilidade de cumprimento integral das disposições previstas, a Ancine se pronunciará sobre a questão (art. 21). Também caberá à Ancine dispor sobre a fixação do horário nobre,

respeitado o limite máximo de sete horas diárias para canais de programação direcionados para crianças e adolescentes e de seis horas para os demais canais de programação (art. 22).

O art. 23 estabelece que, nos dois primeiros anos de vigência da proposição, o número de horas de que trata o **caput** do art. 16, as resultantes das razões estipuladas no **caput** e no § 1º do art. 17 e o limite de que trata o § 3º do art. 17 serão reduzidos nas razões de dois terços no primeiro ano de vigência da proposta e um terço no segundo ano.

Com relação à publicidade comercial, a medida legislativa estabelece que o tempo máximo em cada canal de programação deverá ser igual ao limite estabelecido para o serviço de radiodifusão de sons e imagens. Ressalvam-se os chamados canais de acesso público, como os destinados às Casas Legislativas, bem como os canais exclusivos de publicidade comercial, de vendas e de infomerciais (art. 24).

Também determina que os programadores não poderão ofertar canais que contenham publicidade de serviços e produtos em língua portuguesa, legendada em português ou de qualquer forma direcionada ao público brasileiro, com veiculação contratada no exterior, senão por meio de agência de publicidade nacional (art. 25).

O Capítulo VI (arts. 26 a 28) dispõe sobre o Estímulo à Produção Audiovisual. As disposições contidas nesses dois artigos produzirão efeitos a partir do ano seguinte à publicação do instrumento legal (art. 40).

O art. 26 altera a redação dos arts. 32, 33, 35, 36, 38 e 39 da Medida Provisória (MPV) nº 2.228-1, 2001.

A alteração ao art. 32 pretende incluir como fatos geradores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE) a prestação de serviços que se utilizem de meios que possam, efetiva ou potencialmente, distribuir conteúdos audiovisuais, e a veiculação ou distribuição de obra audiovisual publicitária incluída em programação internacional, nos casos em que existir participação direta de agência de publicidade nacional.

A proposição altera o art. 33 da MPV para determinar que a Condecine será devida para cada segmento de mercado, por título de obra publicitária cinematográfica ou videofonográfica, para cada segmento dos seguintes mercados:

a) salas de exibição;

b) vídeo doméstico, em qualquer suporte;

c) serviço de radiodifusão de sons e imagens;

d) serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura;

e) outros mercados, conforme seu anexo.

Já o § 3° do mesmo artigo é alterado para determinar que a Condecine será devida (I) uma única vez a cada cinco anos, para as obras a que se refere o inciso I deste artigo; (II) a cada doze meses, para cada segmento de mercado em que a obra seja efetivamente veiculada, para as obras a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo; (III) a cada ano, para os serviços a que se refere o inciso III do **caput** deste artigo.

A modificação proposta ao art. 35 inclui entre os sujeitos passivos da Condecine (III) o responsável pelo pagamento, crédito, emprego, remessa ou entrega das importâncias referidas no inciso I do art. 32; (IV) as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações, relativamente ao disposto no inciso II do art. 32; e (V) o representante legal e obrigatório da programadora estrangeira no País, na hipótese do inciso III do art. 32.

A redação do art. 36 da MPV é alterada para incluir dispositivo que determina que, nos casos de prestação de serviços que se utilizem de meios que possam, efetiva ou potencialmente, distribuir conteúdos audiovisuais, a Condecine deverá ser recolhida à Ancine, anualmente, até o dia 31 de março.

Já o art. 38 é modificado para estabelecer que a Ancine e a Anatel poderão definir o recolhimento conjunto da parcela da Condecine devida referente ao inciso III do **caput** do art. 33 e das taxas de fiscalização de que trata a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

Completam as modificações apostas à MPV a inclusão da Anatel, das Forças Armadas, da Polícia Federal, das Polícias Militares, da Polícia Rodoviária Federal, das Polícias Civis e dos Corpos de Bombeiros Militares entre as entidades isentas da Condecine.

Ainda no Capítulo VI, o PLC n° 116, de 2010, no art. 27, também propõe alterações ao art. 4º da Lei n° 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

Pela nova redação, as receitas de que trata o inciso III do **caput** do art. 33 da Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, deverão ser utilizadas nas seguintes condições:

I – no mínimo trinta por cento deverão ser destinadas a produtoras brasileiras estabelecidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos critérios e condições estabelecidos pela Ancine, que deverão incluir, entre outros, o local da produção da obra audiovisual, a residência de artistas e técnicos envolvidos na produção e a contratação, na região, de serviços técnicos a ela vinculados;

II – no mínimo dez por cento deverão ser destinadas ao fomento da produção de conteúdo audiovisual independente veiculado primeiramente nos canais comunitários, universitários e de programadoras brasileiras independentes.

Por fim, a medida reduz, proporcionalmente ao incremento na Condecine, a arrecadação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL), mediante alteração na redação do **caput** do art. 8º da Lei n° 5.070, de 7 de julho de 1966. As Taxas de Fiscalização do Funcionamento de estações de telecomunicações (TFF) passam de quarenta e cinco para trinta e três por cento do valor fixado para a Taxa de Fiscalização da Instalação.

Os princípios previstos no Capítulo VI produzirão efeitos a partir do ano seguinte à publicação da proposta.

O Capítulo VII (arts. 29 a 32) trata da atividade de distribuição de conteúdo pelas prestadoras do serviço de acesso condicionado, classificada como livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, e sujeita à regulação e à fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Nos termos do art. 30 da proposta submetida a esta Casa Legislativa, as distribuidoras e empacotadoras não poderão inserir qualquer tipo de conteúdo audiovisual, mesmo publicidade, nos canais de programação ou nos conteúdos audiovisuais avulsos veiculados, sem prévia e expressa autorização do titular do canal ou do conteúdo a ser veiculado.

A medida estabelece também que as prestadoras do serviço de acesso condicionado somente poderão distribuir conteúdos empacotados por empresa regularmente credenciada pela Ancine e deverão tornar pública a empacotadora do pacote por ela distribuído (art. 31).

Ademais, as prestadoras de serviço de acesso condicionado, em sua área de prestação, independentemente de tecnologia de distribuição empregada, deverão tornar disponíveis, sem quaisquer ônus ou custos adicionais para seus assinantes, em todos os pacotes ofertados, canais de programação de distribuição obrigatória para as seguintes destinações:

I – canais destinados à distribuição integral e simultânea, do sinal aberto e não codificado, transmitido pelas geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens;

II – um canal reservado para a Câmara dos Deputados;

III – um canal reservado para o Senado Federal;

IV – um canal reservado ao Supremo Tribunal Federal;

V – um canal reservado para a prestação de serviços de radiodifusão pública pelo Poder Executivo;

VI – um canal reservado para a emissora oficial do Poder Executivo;

VII – um canal educativo e cultural, organizado pelo Governo Federal e destinado para o desenvolvimento e aprimoramento, entre outros, do ensino a distância de alunos e capacitação de professores, assim como para a transmissão de produções culturais e programas regionais;

VIII – um canal comunitário para utilização livre e compartilhada por entidades não governamentais e sem fins lucrativos;

IX – um canal de cidadania, organizado pelo Governo Federal e destinado para a transmissão de programações das comunidades locais, para divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal;

X – um canal legislativo municipal/estadual, reservado para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores e a Assembléia Legislativa do respectivo Estado ou para uso da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

XI – um canal universitário, reservado para o uso compartilhado entre as instituições de ensino superior localizadas no Município ou Municípios da área de prestação do serviço;

Manteve-se a transmissão analógica das geradoras locais de TV, mas deixou-se a oferta da programação digital a critério de cada emissora, conforme acordo direto entre as partes, assegurada a isonomia e a não discriminação. Na falta de acordo, a emissora poderá exigir da distribuidora a transmissão gratuíta de sua programação digital, em substituição à analógica.

Em casos de inviabilidade técnica ou econômica comprovada, a Anatel determinará a não obrigatoriedade da distribuição de parte ou da totalidade dos canais de que trata este artigo nos meios de distribuição considerados inapropriados para o transporte desses canais em parte ou na totalidade das localidades servidas pela distribuidora (art. 32, § 8º).

O Capítulo VIII (arts. 33 e 34) elenca os direitos dos Assinantes do Serviço de Acesso Condicionado, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e nas demais normas aplicáveis às relações de consumo e aos serviços de telecomunicações.

Entre outros, estão previstos a disponibilidade de serviço de atendimento telefônico gratuito ou com tarifação local ofertado pelas distribuidoras, sendo que, durante o horário comercial, as empresas disponibili-

zarão aos consumidores atendimento pessoal por meio desse serviço; e a opção de contratar exclusivamente, de forma onerosa, os canais de distribuição obrigatória de que trata o art. 32.

O art. 34 determina, por fim, que as prestadoras de serviço de acesso condicionado deverão atender usuários em bases não discriminatórias, exceto se a discriminação for necessária para o alcance de objetivos sociais relevantes suportados por políticas públicas que a justifique.

O Capítulo IX (arts. 35 e 36) estabelece as sanções e penalidades a serem aplicadas em caso de não cumprimento dos preceitos previstos no PLC n° 116, de 2010. As prestadoras estão sujeitas as penalidades previstas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. As infrações cometidas por empresas no exercício das atividades de programação ou empacotamento da comunicação audiovisual de acesso condicionado estarão sujeitas a sanções aplicáveis pela Ancine, estando previsto até mesmo o cancelamento do credenciamento da empresa (art. 36).

Por fim, o Capítulo X estabelece disposições finais e transitórias para a medida legislativa, especialmente no que se refere à migração das atuais concessionárias (TV a cabo e TVA) e autorizatárias (MMDS e DTH) para o Serviço de Acesso Condicionado. Seguem as medidas previstas:

– os contratos de concessão das atuais prestadoras do Serviço de TV a Cabo, os termos de autorização já emitidos para as prestadoras do Serviço de Distribuição de Canais Multiponto Multicanal (MMDS) e do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite (DTH), assim como os respectivos atos de autorização de uso de radiofrequência, continuarão em vigor, sem prejuízo da adaptação aos condicionamentos relativos à programação e empacotamento previstos no Capítulo V, até o término dos prazos de validade neles consignados;
– a partir da aprovação do regulamento do serviço de acesso condicionado, as atuais prestadoras de TVC, MMDS, DTH e TVA, poderão solicitar à Anatel a adaptação das respectivas outorgas para termos de autorização para prestação do serviço de acesso condicionado, assegurando-se o direito de uso de radiofrequência pelos prazos remanescentes; a Agência deverá se pronunciar sobre as solicitações no prazo máximo de noventa dias, sendo consideradas automaticamente aprovadas após este prazo (§§ 2º, 10 e 14);
– as prestadoras de TVC, MMDS, DTH e TVA que tiverem suas outorgas adaptadas para prestação do serviço de acesso condicionado deverão assegurar a continuidade da prestação dos serviços aos seus assinantes, com preços similares ou inferiores aos por elas praticados, na mesma área de prestação dos serviços (§ 3º);
– as exigências relativas às cotas de conteúdo brasileiro serão aplicadas após cento e oitenta dias da data de entrada em vigor da proposta legislativa a todas as empresas que exerçam atividades de programação ou empacotamento, inclusive aquelas cujos canais ou pacotes sejam distribuídos mediante os serviços de TV a cabo, MMDS, DTH e TVA (§ 4°);
– até a aprovação do regulamento do serviço de acesso condicionado, só serão admitidas pela Anatel renovações de outorgas, de autorização do direito de uso de radiofrequências, alterações na composição societária da prestadora, bem como transferências de outorgas, de controle ou demais alterações de instrumentos contratuais referentes à prestação dos serviços, para prestadoras que se comprometerem com a Anatel a promover a adaptação de seus instrumentos de outorga para o serviço de acesso condicionado (§ 6°);
– após a aprovação do regulamento do serviço de acesso condicionado pela Anatel, só serão admitidas tais alterações para prestadoras que adaptarem seus instrumentos de outorga para o serviço de acesso condicionado (§ 7°);
– a partir da aprovação da proposição, não serão outorgadas novas concessões ou autorizações para a prestação dos serviços de TVA, DTH, MMDS e TVA (§ 8°);
– a outorga para a prestação de serviço de acesso condicionado estará condicionada a não detenção de outorgas para os serviços de TV a Cabo, de MMDS, de DTH ou de TVA pela interessada ou por suas controladas, controladoras ou coligadas (§ 9°);
– as atuais operações de TVA cujos atos de autorização de uso de radiofrequência estejam em vigor até a data da promulgação desta Lei poderão ser adaptadas para a oferta do Serviço de Acesso Condicionado, permanecendo, neste caso, vigentes os atos de autorização de uso de radiofrequência associados pelo prazo remanescente da outorga, contado da data dc vencimento de cada outorga individualmente, não sendo objeto de renovação adicional (§ 11).

Com relação às concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), a medida prevê que poderão solicitar, a qualquer tempo, a adequação do contrato de concessão para eliminação das restrições que vedem a possibilidade de que a concessionária do serviço e suas coligadas, controladas ou controladoras prestem serviço de TVC, inclusive nas áreas geográficas de prestação do serviço objeto da referida concessão, desde que se comprometam com a adaptação obrigatória às disposições previstas (§.18).

Em sentido análogo, o art. 38 da proposição altera a redação do art. 86 da Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997, para permitir que as empresas de telecomunicações constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País, possam prestar diretamente outros serviços de telecomunicações que não sejam objeto do contrato de concessão original. Antre os critérios a serem observados na prestação desses serviços estão previstos:

I – a garantia dos interesses dos usuários, nos mecanismos de reajuste e revisão das tarifas, mediante o compartilhamento dos ganhos econômicos advindos da racionalização decorrente da prestação de outros serviços de telecomunicações, ou ainda mediante a transferência integral dos ganhos econômicos que não decorram da eficiência ou iniciativa empresarial;

II – atuação do poder público para propiciar a livre, ampla e justa competição, reprimidas as infrações da ordem econômica;

III – existência de mecanismos que assegurem o adequado controle público no que tange aos bens reversíveis.

O art. 39 veda que prestadoras dos serviços de TV a Cabo, de MMDS, DTH e de TVA, bem como suas controladas, controladoras ou coligadas, façam uso de recursos do Fundo Nacional da Cultura, ou dos mecanismos de fomento e de incentivo previstos nas Leis nos 8.685, de 20 de julho de 1993, e n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

O PLC n° 116, de 2010, revoga o art. 31 da Medida Provisória (MPV) n° 2.228-1, de 2001, e os dispositivos constantes dos Capítulos 1 a IV, VI, e VIII a XI da Lei n°8.977, de 6 de janeiro de 1995.

Por fim, o art. 42 estabelece que a Anatel e a Ancine, no âmbito de suas respectivas competências, regulamentem as disposições contidas na proposição, em até cento e oitenta dias da sua publicação, ouvido o Conselho de Comunicação Social (CCS). Considerar-se-á referendado o regulamento caso o Colegiado não se manifestar no prazo de trinta dias do recebimento da proposta.

O art. 43 determina que a proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi submetida à apreciação das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE). Por força do Requerimento n° 801, de 2011, vem o PLC n° 116, de 2010, à apreciação deste Plenário em regime de urgência.

Haviam sido apresentadas perante a CCJ oito emendas, a seguir descritas.

EMENDA N° 1 – CCJ

De autoria do Senador Adelmir Santana, propõe nova redação ao inciso XII do art. 2° do PLC n° 116, de 2010, para ampliar o conceito de espaço qualificado. Exclui da definição proposta os programas jornalísticos, manifestações e eventos esportivos, além de programas de auditório ancorado por apresentador. Considera que esses programas, por sua natureza e importância, não podem deixar de ser classificados como conteúdo de espaço qualificado quando tratam de questões nacionais e regionais com tanta abrangência.

EMENDA N° 2 – CCJ

De autoria do Senador Adelmir Santana, a emenda pretende acrescentar um parágrafo 3° ao art. 31 da proposição, determinando que em cada pacote de serviço ofertado ao assinante, ao menos a metade dos canais deverão ser brasileiros produzidos no Brasil, sendo que nenhum grupo econômico poderá deter mais de vinte por cento dos canais desse pacote. A emenda apresentada visa, conforme seu autor, promover o desenvolvimento da produção audiovisual brasileira, dc forma isonômica entre os produtores brasileiros.

EMENDA N° 3 – CCJ

A proposta do Senador Alvaro Dias acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei n° 8.987, de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e

permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, com vistas a proibir a cobrança de tarifa sem a correspondente contraprestação de serviço, objetivamente medido ou identificado, nem a cobrança de tarifa mínima, a qualquer título.

EMENDA N° 4 – CCJ

De autoria do Senador Alvaro Dias, a emenda propõe a inclusão de um § 2° ao art. 29 determinando que nenhuma autorização de prestação de serviço de comunicação audiovisual eletrônica de acesso condicionado será negada, salvo por moti-

vo relevante, que será tornado público, inclusive por meio de divulgação no sítio da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) na rede mundial de computadores (internet).

EMENDA N° 5 – CCJ

O Senador Alvaro Dias pretende alterar a redação do parágrafo único do art. 1° do PLC n° 116, dc 2010, para ressalvar expressamente do âmbito de aplicação do projeto, além dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, os conteúdos distribuídos por meio da internet.

EMENDA Nº 6 – CCJ

O Senador Alvaro Dias propõe que se inclua um § 4º no art. 5º do PLC nº 116, de 2010, de modo a deixar expresso que os limites à participação acionária de concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de produtoras e programadoras nacionais no capital votante das prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo que se interconectem à rede pública de telefonia, e vice-versa, não se aplicam a empresas cujos conteúdos produzidos ou programados sejam disponibilizados pela internet.

EMENDA Nº 7 – CCJ

O Senador Alvaro Dias propõe suprimir os arts. 9°, **caput** e seu parágrafo único, 12, **caput** e seu parágrafo único, 15, 26, 36, **caput** e seus parágrafos, do PLC nº 116, de 2010, por apresentarem vício de inconstitucionalidade formal. Argumenta o autor da emenda que, por ser o projeto de iniciativa parlamentar, não poderia alterar a atribuição legal de órgãos e entidades da administração pública federal. Tal competência seria privativa do Presidente da República, nos termos da Constituição Federal.

EMENDA Nº 8 – CCJ

O Senador Alvaro Dias propõe que sejam suprimidos os arts. 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, por vício de inconstitucionalidade material. Segundo o autor da emenda, o projeto interfere de maneira equivocada nas atividades de produção e programação ao estabelecer distinção de tratamento entre empresa de capital nacional e estrangeiro, em prejuízo aos interesses do assinante. A interferência do Estado em atividades essencialmente privadas, protegidas pelos princípios de liberdade de expressão e comunicação, extrapolaria os ditamos do art. 174 da Constituição.

A distinção entre empresas de capital e estrangeiro e nacional, para fins de restrição da atividade econômica privada, não encontraria suporte constitucional, particularmente após a revogação do art. 171, pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995. Ademais, o Senador Alvaro Dias entende que o capital social da empresa não garante a qualidade ou presença de conteúdos brasileiros.

EMENDAS DE PLENÁRIO

Em Plenário foram apresentadas mais doze emendas, que passam a ser descritas a seguir:

O Senador Ataídes de Oliveira propôs, em duas emendas, a supressão dos arts. 5° e 6°, por julgar inconstitucional o conteúdo dos dispositivos. Em relação ao art. 5°, por vedar a exploração de serviços de telecomunicações por emissoras de radiodifusão: Quanto ao art. 6°, por proibir a aquisição de direito de exploração de imagens de eventos de interesse nacional por prestadoras de serviços de telecomunicações ou suas coligadas, controladas ou controladoras.

Em uma terceira emenda, o Senador Ataídes de Oliveira pretende suprimir o art. 38 do PLC nº 116, de 2010, que altera redação do art. 86 da LGT para permitir que as atuais concessionárias possam explorar outros serviços de telecomunicações além daquele objeto da concessão.

O Senador Geovani Borges submeteu cinco emendas ao Plenário. A primeira delas altera a redação do art. 31 do PLC nº 116, de 2010, para retirar da Ancine o poder de credenciar previamente todo conteúdo que será veiculado na TV por assinatura. Uma segunda emenda altera a redação do art. 5° do projeto, eliminando a maioria das restrições à atuação cruzada de empresas de radiodifusão e telecomunicações. Outra emenda propõe suprimir o art. 12 e os incisos III e IV, bem como o § 6°, do art. 36 do PLC n° 116, de 2010, sob a justificação de que se exigir prévio credenciamento da Ancine para as atividades de programação e empacotamento fere princípios constitucionais da Ordem Econômica. Uma quarta emenda propõe a supressão, do **caput** do art. 18, da expressão "ou na modalidade avulsa de programação", no sentido de promover diversidade de conteúdo jornalístico nos pacotes básicos de programação ofertados aos assinantes. Por fim, uma quinta emenda altera a redação do art. 24, **caput**, no sentido de limitar o tempo máximo destinado à publicidade comercial nos canais de TV por assinatura, tendo em vista o interesse do usuário e a possibilidade de os prestadores de serviço se remunerarem com o pagamento das assinaturas.

O Senador Cyro Miranda apresentou emenda para acrescentar dois parágrafos ao art. 16 do PLC n° 116, de 2010, que define, como cota de programação, a veiculação de três horas e meia semanais de conteúdo brasileiro de espaço qualificado em horário no-

bre. A proposta cria uma alternativa para cumprimento dessa meta ao permitir que o programador a substitua por investimento em produção de, no mínimo, 13 horas anuais de séries e filmes brasileiros.

O Senador Alvaro Dias submeteu três emendas ao Plenário. A primeira versa sobre os canais de distribuição obrigatória referidos pelo art. 32 do projeto. A emenda propõe a supressão dos §§ 2° e 14 desse dispositivo, que asseguram a gratuidade e obrigatoriedade da cessão dos sinais das geradoras de radiodifusão para os distribuidores do serviço de acesso condicionado. A segunda emenda reduz à metade o tempo máximo de publicidade comercial autorizado nos canais da TV por assinatura, em relação ao que dispõe o projeto aprovado na Câmara. Uma terceira emenda altera a redação do art. 5º para permitir que emissoras de radiodifusão possam controlar, direta ou indiretamente, prestadoras de serviços de telecomunicações, mantendo a restrição já prevista no sentido inverso.

II – Análise

O exame técnico das proposições legislativas deve debruçar-se sobre pelo menos quatro fatores: constitucionalidade, juridicidade, forma e mérito das iniciativas.

Do ponto de vista constitucional, cabe destacar não existir qualquer óbice, seja no plano formal seja no plano material, que possa obstar o livre exame do mérito da proposição. As temáticas jurídicas abordadas pelo projeto conformam-se àquelas de competência legislativa da União e das atribuições do Congresso Nacional, nos termos, respectivamente, dos arts. 22, inciso IV, e 48, inciso XII, da Lei Maior.

Do ponto de vista da técnica legislativa, não se verifica a necessidade de fazer reparos ao PLC n° 116, de 2010, uma vez que a proposição se mostra em conformidade com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

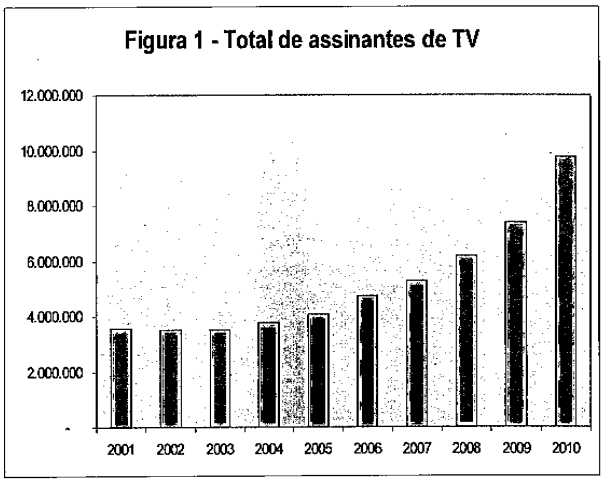
No que concerne ao mérito, somos de entendimento de que a iniciativa merece a melhor acolhida desta Casa Legislativa. Dos debates travados e dos valiosos subsídios colhidos ao longo da instrução da matéria, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, esta Relatoria firmou convicção a respeito da validade, oportunidade e necessidade da medida em exame.

Com efeito, nesse caso, as questões de juridicidade e de mérito parecem indissociáveis, porque têm o cerne compartilhado pela finalidade de **lege ferenda**, da qual surge o questionamento se a finalidade, de fato, recomenda as alterações propostas.

Parece não haver dúvida quanto à necessidade premente da adoção de medidas que, tendo em vista o desempenho e a estrutura do mercado de TV por assinatura no Brasil, possibilitem seu desenvolvimento pleno e o aumento da penetração do serviço no País.

Observe-se que, por falta de investimento e de competição adequada em todas as etapas da cadeia de valor, o mercado de TV por assinatura no Brasil cresceu lentamente no período de 2001 a 2005, principalmente em relação a outros serviços de telecomunicações. A Figura 1 apresenta a evolução da base de assinantes das três modalidades de TV por assinatura (MMDS, Cabo e DTH), segundo dados da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA).

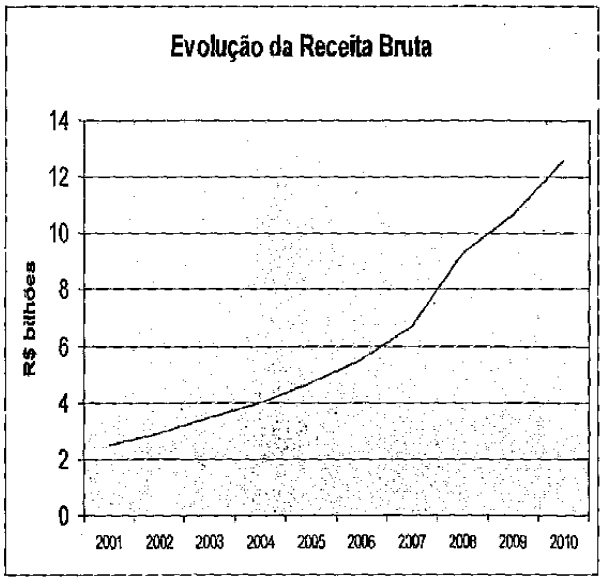
Figura 1 - Total de assinantes de TV



A despeito do forte crescimento registrado desde 2007, que se explica pelo aumento da renda nacional, pela atratividade das ofertas de serviços convergentes *(*triple play*)* e, principalmente, pelo início das operações de DTH das companhias telefônicas, a penetração domiciliar de TV por assinatura permanece baixa, em torno de quinze por cento. Esse indicador é três vezes inferior ao da telefonia fixa e representa menos de um quinto da presença domiciliar do Serviço Móvel Pessoal (SMP).

O crescimento da receita bruta, por outro lado, teve bom desempenho, o que se explica pela manutenção do nível de preços em patamares elevados e, decisivamente, pelo incremento das assinaturas de acesso à internet em banda larga e de telefonia associadas ao serviço original de TV. O número de Unidades Geradoras de Receita – a UGR é entendida como cada assinatura de TV, de banda larga ou de telefone fixo – triplicou desde 2001, superando quatorze milhões em 2010.

A Figura 2 ilustra a evolução da receita bruta das operadoras de TV por assinatura no Brasil, que atingiu o valor de R$12,22 bilhões no ano passado.



Entretanto, se considerarmos apenas as tecnologias capazes de suportar, concomitantemente, televisão, acesso à internet e telefonia (o que exclui o serviço por satélite), nota-se que cerca de 70% dos clientes já contribuem com duas ou três UGR. Considerando ainda que é o DTH (satélite) que hoje mais contribui com novas assinaturas, espera-se que a taxa de crescimento da receita não continuo a aumentar nos próximos anos.

O diagnóstico para o pífio desempenho registrado por esse mercado até 2006, que motivou a apresentação do Projeto de Lei n° 29, de 2007, na Câmara dos Deputados, resumia-se cm: demanda reprimida, nível elevado de preços – graças não apenas aos custos de distribuição, mas igualmente aos do conteúdo contratado para ocupar a grade de programação – e excessiva concentração econômica, esta justificada, em parte, pelas dificuldades tecnológicas e regulatórias impostas aos operadores de MMDS, que não conseguiram contribuir para o crescimento da oferta dos serviços.

Embora o diagnóstico não se tenha alterado suficientemente em nenhum aspecto, nos últimos três anos o cenário começou a mudar lenta e positivamente para o consumidor, com ofertas de pacotes de menor preço, maior diversidade de escolha de operadores nos grandes centros e boas produções nacionais ocupando mais espaço de tela, graças aos incentivos fiscais previstos na legislação.

Nesse contexto é que chega ao Senado Federal o PLC nº 116, de 2010, cujo texto é resultado de intenso e acalorado debate entre governo, empresas de radiodifusão e de telecomunicações, e produtores e programadores nacionais e internacionais.

A proposição está estruturada sobre três linhas-mestras: a ampliação da concorrência nas atividades de produção, programação, empacotamento e distribuição do conteúdo audiovisual; a defesa das empresas brasileiras de comunicação; e o aumento da participação de mercado do conteúdo brasileiro.

Para dar efetividade a essas premissas, o projeto disciplina a atuação intersetorial de empresas de telecomunicações e de radiodifusão; os incentivos à produção de conteúdo brasileiro, na forma de cotas e de financiamento estatal; e os direitos e obrigações dos prestadores do serviço.

De modo a incrementar a competição no segmento de TV por assinatura, o projeto propõe a estruturação e a regulação de todos os segmentos da cadeia produtiva do setor do audiovisual, ou seja, de todos os elos que compõem a cadeia de valor do conteúdo brasileiro: a produção, a programação, o empacotamento e a distribuição.

É importante observar que, em determinados segmentos da comunicação, os diferentes elos da cadeia de valor são desenvolvidos e explorados por uma única organização. É o caso, por exemplo, das geradoras de televisão aberta, que produzem, programam e distribuem os conteúdos, numa verticalização das atividades. No segmento de TV por assinatura, essas atividades são normalmente exercidas por organizações distintas.

Ao definir claramente as atividades da cadeia do audiovisual, o projeto delimita o campo de atuação das firmas que disputam espaço nesse mercado. Separam-se as etapas de produção e programação – típicas da indústria do Audiovisual – das de empacotamento e distribuição, mais afetas ao negócio de telecomunicações, facilitando a atuação das agências reguladoras.

O projeto mantém os requisitos estabelecidos pela MP n° 2.228-1, de 2001, para classificar unia obra cinematográfica ou videofonográfica como conteúdo brasileiro:

> **a**) ser produzida por empresa produtora brasileira registrada na Ancine, ser dirigida por diretor brasileiro ou estrangeiro residente no País há mais de três anos, e utilizar para sua produção, no mínimo, dois terços de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de cinco anos;
>
> **b**) ser realizada por empresa produtora brasileira registrada na Ancine, em associação com empresas de outros países com os quais o Brasil mantenha acordo de co-produção cinematográfica e em consonância com os mesmos;

c) ser realizada, em regime de co-produção, por empresa produtora brasileira registrada na Ancine, em associação com empresas de outros países com os quais o Brasil não mantenha acordo de coprodução, assegurada a titularidade de, no mínimo, quarenta por cento dos direitos patrimoniais da obra à empresa produtora brasileira e utilizar para sua produção, no mínimo, dois terços de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de três anos.

Nota-se que, em todas as possibilidades, está presente o envolvimento, ainda que minoritário, da produtora brasileira, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da indústria local.

De suma importância para a diversificação da produção nacional é a definição de produtora independente, que deve atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

a) não ser controladora, controlada ou coligada a programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviço de radiodifusão de sons e imagens;

b) não estar vinculada a instrumento que, direta ou indiretamente, confira a sócio minoritário (quando entidade listada em "a") direito de veto ou qualquer tipo de interferência comercial sobre os conteúdos produzidos;

c) não manter vínculo de exclusividade que a impeça de produzir ou comercializar para terceiros.

Essencialmente, o projeto conta com a atuação integrada, mais bela demarcada, da Ancine e da Anatel para assegurar que o fomento estatal à produção de conteúdo seja complementado por plataformas de distribuição de alta capacidade, presentes em todo o território nacional e que assegurarão espaço para veiculação do conteúdo brasileiro.

A distribuição de conteúdo, por constituir um serviço de telecomunicações, será regulada pela Anatel, e a Lei Geral de Telecomunicações (LGT) assume o lugar da Lei do Cabo como principal instrumento legal a reger todas as modalidades de transporte de sinais de televisão por assinatura, independentemente da tecnologia empregada pela operadora.

As atividades de produção e programação ficam plenamente a cargo da Ancine. A interface de contato entre as duas agências ocorrerá na camada de empacotamento, que poderá ser exercida por operadoras de telecomunicações ou por entidades independentes, especializadas na organização de distintas programações que dialoguem com as distintas realidades brasileiras.

Pela clareza da estratégia regulatória, somos de entendimento de que o PLC n° 116, de 2010, merece a melhor acolhida desta Casa. Dos debates travados e dos valiosos subsídios colhidos ao longo da instrução da matéria, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, esta Relatoria firmou convicção a respeito da validade, oportunidade e necessidade da medida em exame.

A aprovação do PLC n° 116, de 2010, deve acarretar as seguintes melhorias para a indústria brasileira do audiovisual:

– permitirá que, em médio prazo, todas as operações de TV por assinatura, independentemente da plataforma tecnológica sobre a qual se assentem, estejam sujeitas aos mesmos direitos e obrigações, em especial no que tange à participação de capital estrangeiro, às obrigações de cotas de conteúdo nacional e de carregamento de canais de interesse geral e utilidade pública, e ao tratamento (isonômico e não discriminatório) para contratação de pacotes de conteúdos audiovisuais;
– permitirá que as concessionárias de telecomunicações ampliem sua atuação no mercado de distribuição de conteúdo, o que hoje é restrito pela Lei n° 8.977, de 6 de janeiro de 1995 (Lei do Cabo). Essa flexibilização é fundamental para que os investimentos em infraestrutura ocorram no volume esperado e necessário;
– incrementará significativamente os recursos públicos disponíveis para financiamento da produção audiovisual nacional, graças à elevação das fontes de contribuição da Condecine;
– estimulará a produção de conteúdo audiovisual brasileiro, inclusive a de produtores independentes, tendo em vista as obrigações de cotas estabelecidas por doze anos.
– facilitará a atuação conjunta de duas agências reguladoras – Ancine e Anatel – em prol de uma efetiva regulação econômica dessa indústria.

Nesse contexto, aplicando-se o princípio da razoabilidade ao exame da proposição, segundo o qual se pondera o ônus normativo imposto (pela simples existência de mais uma lei) e eventual benefício trazido por essa lei à sociedade, constata-se a adequação da proposição (a medida é apta à consecução do objetivo). Identifica-se, também, que não há excesso no comando, nem meio gravoso para a sociedade.

Por fim, passamos a analisar as emendas apresentadas perante a CCJ e o Plenário.

EMENDA N° 1 – CCJ

De autoria do Senador Adelmir Santana, propõe nova redação ao inciso XII do art. 2º do PLC nº 116, de 2010, para ampliar o conceito de espaço qualificado. Exclui da definição proposta os programas jornalísticos, manifestações e eventos esportivos, além de programas de auditório ancorado por apresentador. Considera que esses programas, por sua natureza e importância, não podem deixar de ser classificados como conteúdo de espaço qualificado quando tratam de questões nacionais e regionais com tanta abrangência.

A definição de espaço qualificado proposta pelo texto em exame tem inspiração na regulamentação internacional e é crucial no desenho da política de cotas de conteúdo nacional construído. Dessa maneira, não consideramos adequada qualquer alteração nesse sentido. A emenda está rejeitada.

EMENDA N° 2 – CCJ

De autoria do Senador Adelmir Santana, a emenda pretende acrescentar um parágrafo 3° ao art. 31 da proposição determinando que em cada pacote de serviço ofertado ao assinante, ao menos a metade dos canais deverão ser brasileiros produzidos no Brasil, sendo que nenhum grupo econômico poderá deter mais de vinte por cento dos canais desse pacote. A emenda apresentada visa, conforme seu autor, promover o desenvolvimento da produção audiovisual brasileira, de forma isonômica entre os produtores brasileiros.

O desenho proposto pelo PLC n° 116, de 2010, é resultado de amplo acordo entre os diversos segmentos envolvidos nas atividades incluídas no âmbito de aplicação do projeto. Não consideramos prudente, neste momento, fazer qualquer alteração que ponha em risco o equilíbrio do modelo construído. Por isso, somos de parecer pela rejeição da presente emenda.

EMENDA Nº 3 – CCJ

A proposta do Senador Alvaro Dias acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei n° 8.987, de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, com vistas a proibir a cobrança de tarifa sem a correspondente contraprestação de serviço, objetivamente medido ou identificado, nem a cobrança de tarifa mínima, a qualquer título.

Conquanto consideremos que a questão da cobrança de assinatura básica merece discussão mais aprofundada, entendemos que a matéria é estranha ao objeto da presente proposição. Por essa razão, deixamos de acolher a presente emenda.

EMENDA N° 4 – CCJ

De autoria do Senador Alvaro Dias a emenda propõe a inclusão de um § 2° ao art. 29 determinando que nenhuma autorização de prestação de serviço de comunicação audiovisual eletrônica de acesso condicionado será negada, salvo por motivo relevante, que será tornado público, inclusive por meio de divulgação no sítio da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) na rede mundial de computadores (internet).

A esse respeito, note-se que a Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), em seu art. 128, inciso II, dispõe que, para os serviços prestados em regime privado, "nenhuma autorização será negada, salvo por motivo relevante", tornando dispensável, assim, a previsão do referido dispositivo. Por essa razão, a emenda está rejeitada.

EMENDA N° 5 – CCJ

O Senador Alvaro Dias pretende alterar a redação do parágrafo único, do art. 1º do PLC n° 116, de 2010, para ressalvar expressamente do âmbito de aplicação do projeto, além dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, os conteúdos distribuídos por meio da rede mundial de computadores (internet).

A alteração é, a nosso ver, despicienda. Efetivamente, não é necessário alterar a proposição para fazer essa ressalva. Tendo em vista se tratar de serviços distintos, não há como abranger a internet dentro da mesma regulamentação do serviço de televisão por assinatura. Entendemos que a internet deve ser regulada por lei própria, pelo que não acolhemos a presente emenda.

EMENDA N° 6 – CCJ

O Senador Alvaro Dias propõe que se inclua no § 4º no art. 5º do PLC n° 116, de 2010, de modo a deixar expresso que os limites à participação acionária de concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de produtoras e programadoras nacionais no capital votante das prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo que se interconectem à rede pública de telefonia, e vice-versa, não se aplicam a empresas cujos conteúdos produzidos ou programados sejam disponibilizados pela rede mundial de computadores (internet).

Também consideramos essa alteração despicienda. Tendo em vista que o projeto disciplina apenas a oferta de canais de programação, ou seja, de conteúdos organizados em seqüência linear temporal, com horários predeterminados, não há possibilidade de

atingir significativamente o modelo de negócios e de oferta típicos da internet.

O projeto, contudo, deverá regular a oferta de canais de programação via banda larga, à medida que se tornem mais comuns no País, velocidades de acesso compatíveis com a oferta de múltiplos canais. O uso de tecnologia IP para oferta de vídeo sob demanda está claramente excluído do escopo deste projeto. Nesse sentido, não há razão para acolher a emenda proposta pelo Senador Álvaro Dias.

EMENDA Nº 7 – CCJ

O PLC n° 116, de 2010, não invade competência privativa do Presidente da República, apenas define novas atribuições para Ancine e Anatel voltadas à regulação das atividades que compõem a cadeia de valor da comunicação audiovisual de acesso condicionado. Não haveria como estabelecer tais atribuições senão por lei, e não há qualquer vício de iniciativa considerando ser competência do Congresso Nacional legislar sobre a matéria. Nesse sentido, não procede a argumentação apresentada pelo autor da emenda.

EMENDA Nº 8 – CCJ

Alega-se que as atribuições conferidas à Ancine para regular a indústria audiovisual brasileira extrapolariam princípios constitucionais da ordem econômica, bem como o direito à liberdade de informação e comunicação assegurado pelo art. 220 da Carta Magna.

Não entendemos que à Ancine é dado o direito de cercear a distribuição de qualquer conteúdo, nem de impedir que uma empresa explore atividades de programação e empacotamento, em função da natureza do conteúdo oferecido. Exige-se o credenciamento prévio apenas para que seja possível identificar e acompanhar a atuação das empresas, com vistas a desenhar a estrutura do mercado e facilitar a missão dc regulá-lo. Não se trata de regulação cultural, como alegam alguns, mas de regulação econômica do setor, com o objetivo de incrementar a concorrência e a diversidade na oferta.

Em relação aos incentivos oferecidos apenas a empresas de capital nacional, avalia-se que para fomentar a geração de emprego e renda e aprimorar a capacitação técnica no País, é indispensável aumentar a quantidade e o porte das produtoras e programadoras brasileiras, razão pela qual parte das cotas é reservada a esse grupo. Não obstante, o projeto mantém os incentivos fiscais previstos na legislação e que beneficiam igualmente as filiais de produtoras e programadoras estrangeiras. O projeto procura apenas assegurar o envolvimento dos produtores nativos.

Nesse sentido, propomos recusar a Emenda n° 8 – CCJ, de autoria do Senador Álvaro Dias.

Com referência às emendas de Plenário, seguem as razões pelas quais julgamos ser desnecessária ou inconveniente sua aprovação.

Em relação à supressão dos arts. 5º e 6º do projeto, não julgamos haver descumprimento de preceitos constitucionais, como aponta o Senador Ataídes de Oliveira, Alega-se desacordo com o art. 3º, inciso II, da Constituição, que elenca entre os objetivos da República garantir o desenvolvimento nacional. Mas esse é exatamente o objetivo de todo o PLC n° 116, de 2010, inclusive dos dispositivos que estabelecem restrições à atuação de determinados agentes. Ao impor limitações ao exercício do poder econômico, o projeto favorece a diversidade e a competição na oferta de conteúdos audiovisuais aos consumidores finais, condições essenciais para o desenvolvimento desse setor da economia nacional.

Em relação à alteração ao art. 86 da LGT, para permitir que as concessionárias passem a explorar diretamente o serviço de acesso condicionado, entendemos que se trata de um objetivo específico do projeto. Suprimir essa alteração significa negar um diagnóstico já evidente de falta de concorrência no mercado de TV por assinatura. Como serão as redes das concessionárias os principais meios para se ampliar a competição na atividade de distribuição de conteúdo, é razoável, por questões de custos, inclusive de natureza tributária, que elas próprias – e não suas subsidiárias – possam comercializar o serviço.

Em relação às emendas do Senador Geovani Borges, cabem as seguintes considerações. O credenciamento junto à Ancine deve ser compreendido como um ato vinculado, cuja aprovação dependerá apenas do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares previamente estabelecidos, e não de uma decisão discricionária dos diretores do órgão, baseada em critérios subjetivos. E o credenciamento é indispensável para que o órgão regulador tenha informações essenciais ao cumprimento de sua missão. Portanto, não cabe alterar essa característica do projeto.

A supressão de importantes restrições à participação cruzada entre empresas de radiodifusão e telecomunicações, resultante da proposta de alterar a redação do art. 5º do projeto, abrirá espaço para que o poder econômico, em médio prazo, comprometa a diversidade e impeça a queda nos preços dos conteúdos. Esse dispositivo assegura um equilíbrio que não deve ser rompido entre os agentes econômicos envolvidos na oferta do serviço de acesso condicionado.

A emenda ao art. 18, por sua vez, retira do assinante o direito de contratar ou não um segundo canal jornalístico, tornando sua inclusão na grade básica obrigatória. Parece-nos mais razoável, portanto, manter a redação aprovada na Câmara. Por fim, a emenda ao **caput** do art. 24, no sentido de limitar o tempo máximo destinado à publicidade comercial nos canais de TV por assinatura, embora plausível, terá como consequência imediata o repasse das receitas perdidas ao valor da assinatura mensal. Para evitar prováveis impactos negativos nos preços do serviço, recomendamos manter inalterada a redação do art. 24.

Se aprovada, a proposta do Senador Cyro Miranda permitiria que o Programador substituísse a veiculação dc pelo menos três horas e meia semanais de conteúdo brasileiro de espaço qualificado em horário nobre por apenas treze horas anuais de séries e filmes brasileiros. Não nos parecem compatíveis as duas alternativas, de forma que não recomendada aprovação.

Quanto às emendas submetidas pelo Senador Alvaro Dias, devem ser levados em consideração os seguintes aspectos. Suspender a oferta obrigatória e gratuita dos sinais analógicos das emissoras de TV aberta, abrindo a possibilidade de o cidadão deixar de receber essa programação por meio do serviço de TV por assinatura, será percebido pela sociedade em geral como um retrocesso. Além de inconveniente, avalia-se como desnecessária tal proposta, na medida em que o projeto permite que a distribuição dos sinais digitais seja livremente negociada entre empresas de radiodifusão e de telecomunicações.

As demais emendas versam sobre ternas já abordados (tempo máximo de publicidade comercial nos canais da TV por assinatura e participação cruzada entre empresas de radiodifusão e telecomunicações), sendo semelhantes os argumentos a recomendar sua rejeição.

VI – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, na forma originária da Câmara dos Deputados, sendo rejeitadas as emendas nº 1 a 8, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como as emendas submetidas em Plenário, sendo necessária a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – PLENÁRIO (DE REDAÇÃO)
(ao PLC nº 116, de 2010)

Dê-se ao inciso III do art. 35 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, nos termos propostos pelo art. 26 do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 35. .....
.....
III – o responsável pelo pagamento, crédito, emprego, remessa ou entrega das importâncias referidas no parágrafo único de art. 32;
....."(NR)

Sala das Sessões, – Senador **Walter Pinheiro.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu peço ao Senador Cyro Miranda, se pudesse ajudar aqui a Mesa, servindo como Secretário *ad hoc*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Inicialmente... O Relator já concluiu?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Relator vai agora dar o parecer sobre as emendas que vão ser lidas ainda, aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Perfeito. Então, serei breve, só aproveitar então, antes da continuação. Eu queria somente registrar e me somar ao Voto de Pesar, já assinado por V. Exª e pelo Senador Geovani Borges, em virtude do falecimento, neste final de semana, do Comandante Annibal Barcellos, último governador do Território Federal do Amapá e primeiro governador eleito do Estado do Amapá.

Quero só informar à Casa, Presidente, de que, na manhã de hoje, Macapá foi sede de uma belíssima cerimônia de despedida do Comandante Annibal Barcellos. A capital do Estado parou e o comandante recebeu as homenagens que, de fato, deve receber pelos serviços prestados à causa do Amapá, à causa de construção do Amapá e à causa de ter transformado o Amapá em um Estado da Federação brasileira.

Então, protocolei um requerimento de voto de pesar, já tive conhecimento da mesma proposta de autoria de V. Exª e do Senador Geovani Borges e só quero me somar aos requerimentos já assinados por V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Miranda, proceda à leitura das emendas.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Sr. Presidente, do Senador Ademir Santana, Emenda nº 2, apresentada perante a CCJ: "Dê-se ao inciso XII do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a seguinte redação: (...)";

Do Senador Adelmir Santana, Emenda nº 3, apresentada perante a CCJ: "Acrescente-se ao art. 31 do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010.";

Do Senador Ataídes Oliveira, Emenda nº 4: "Suprime-se o art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010";

Emenda nº 5, Senador Alvaro Dias: "Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a redação a seguir"...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço desculpas a V. Exª por interrompê-lo, mas peço aos Srs. Senadores que permaneçam no plenário da Casa, pois, em seguida, nós teremos que votar a emenda à Constituição das medidas provisórias, que será feita ainda nesta sessão.

Muito obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Do Senador Geovani Borges, **Emenda nº 6**: "Dá-se ao art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a redação a seguir";

Do Senador Ataídes de Oliveira, **Emenda nº 7**: "Suprime-se o art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, renumerando-se os artigos";

Do Senador Geovani Borges, **Emenda nº 8:** "Suprime-se o art. 12 e os incisos III e IV e o art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010";

Do Senador Cyro Miranda, **Emenda nº 9**: "Acrescentam-se os arts. 1º e 2º ao art. 16, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010";

Do Senador Geovani Borges, **Emenda nº 10**: "Suprime-se do **caput** do art. 18, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a expressão 'ou na modalidade avulsa da programação'";

Do Senador Alvaro Dias, **Emenda nº 11**: "Dá-se ao **caput** do art. 24, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a redação a seguir";

Do Senador Geovani Borges, **Emenda de nº 12**: "Dá-se ao **caput** do art. 24, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a redação a seguir";

Do Senador Geovani Borges, **Emenda de nº 13**: "Dá-se ao art. 31, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a redação a seguir";

Do Senador Alvaro Dias, **Emenda nº 14**: "Suprimem-se os §§ 2º e 4º do art. 32 do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, renumerando-se os parágrafos do dispositivo suprimido";

Do Senador Ataídes de Oliveira, **Emenda nº 15**: "Suprime-se o art. 38 do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, renumerando-se os artigos." e, finalmente;

Do Senador Alvaro Dias, **Emenda nº 16**: "Suprimem-se o art. 9º, **caput** e seu parágrafo único; 12, **caput** e seu parágrafo único; 15; 26; 36, **caput** e seus parágrafos, do PLC 116, de 2010.

São os seguintes as Emendas:

EMENDA N° 1
(Ao PLC 116, de 2010)
Apresentada perante a CCJ

Dê-se ao inciso XII do art. 2° do Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 2° .....

.....

XII – Espaço Qualificado: espaço total do canal de programação, excluindo-se conteúdos religiosos ou políticos, concursos, publicidade, televendas, infomerciais, jogos eletrônicos, propaganda política obrigatória e conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito;

.....

....."

Justificação

A presente emenda visa ampliar o conceito de espaço qualificado, incluindo programas jornalísticos, manifestações e eventos esportivos e programa de auditório ancorado por apresentador no rol da classificação do conteúdo do espaço qualificado.

Por isso, faz necessária a supressão dos programas acima descritos do rol de exclusão do conceito de espaço qualificado.

Segundo a redação anterior, tais conteúdos não integram o rol de conteúdo de espaço qualificado, deixando de valorizar e divulgar a cultura nacional. Considerando que o objetivo do projeto é o estímulo à produção nacional e regional, por que deixar de fora conteúdos que exprimem tão claramente a cultura do nosso País? Tanto no esporte quanto no jornalismo, e no programa de auditório, há uma expressiva manifestação cultural brasileira, ou por divulgá-la, como seria o caso do conteúdo jornalístico, ou por incentivá-la e apresentá-la ao telespectador, como seria o caso dos eventos esportivos e dos programas de auditório, que refletem tão claramente o cotidiano brasileiro.

Não há como não considerá-los conteúdo de espaço qualificado quando tratam de questões nacionais e regionais com tanta abrangência.

Sala das Sessões, – Senador **Adelmir Santana.**

EMENDA N° 2 – CCJ
(ao PLC 116, de 2010)

Acrescente-se ao art. 31 do Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2010, o seguinte parágrafo 3°:

"Art. 31. .....

§ 3º Em cada pacote de serviço ofertado ao assinante, ao menos a metade dos canais

deverão ser brasileiros produzidas no Brasil, sendo que nenhum grupo econômico poderá deter mais de 20% (vinte por cento) dos canais desse pacote."

Justificação

Esta emenda visa o fomento à industria audiovisual brasileira, já que o Brasil tem produção audiovisual de qualidade, que pode e deve ser estimulada, para reforçar o pais como produtor mundial de conteúdos.

Para viabilizar a produção audiovisual de qualidade, os canais devem ser organizados de modo a garantir a distribuição de conteúdos brasileiros, de origens diversificadas.

Com a estipulação de um percentual mínimo de manutenção das empresas brasileiras, contaremos com um louvável apoio às empresas de conteúdo já existentes, sendo que contribuirá também com o surgimento de novos produtores brasileiros de conteúdo, além da possibilidade de surgimento de novos empregos.

Portanto, pelo menos 50% (cinqüenta por cento) dos canais comerciais escolhidos pelo dono da plataforma de distribuição devem ser de produção brasileira, com a proibição do controle, por um determinado grupo econômico, de mais do que 20% (vinte por cento) dos canais comerciais escolhidos.

Deve-se ressaltar que um grupo econômico é o conjunto de empresas que, ainda que independentes juridicamente entre si, estão ligadas por relações contratuais ou por participação de capital, que pertencem a empresários e grupos empresariais que exercem o controle efetivo direto ou indireto. Essa é a razão pela qual devemos coibir o privilégio de determinados grupos econômicos, que queiram controlar mais do que 20% (vinte por cento) dos canais comerciais.

Sendo assim, a emenda apresentada visa promover o desenvolvimento da produção audiovisual brasileira, de forma isonômica entre os produtores brasileiros.

Sala das Sessões, – Senador **Adelmir Santana**

EMENDA N° 3 – CCJ
(ao PLC 116, de 2010)

Acrescente-se ao art. 31 do Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2010, o seguinte parágrafo 3°:

"Art. 31. .....

.....

§ 3° Em cada pacote de serviço ofertado ao assinante, ao menos a metade dos canais deverão ser brasileiros produzidos no Brasil, sendo que nenhum grupo econômico poderá deter mais de 20% (vinte por cento) dos canais desse pacote."

Justificação

Esta emenda visa o fomento à industria audiovisual brasileira, já que o Brasil tem produção audiovisual de qualidade, que pode e deve ser estimulada, para reforçar o país como produtor mundial de conteúdos.

Para viabilizar a produção audiovisual de qualidade, os canais devem ser organizados de modo a garantir a distribuição de conteúdos brasileiros, de origens diversificadas.

Com a estipulação de um percentual mínimo de manutenção das empresas brasileiras, contaremos com um louvável apoio às empresas de conteúdo já existentes, sendo que contribuirá também com o surgimento de novos produtores brasileiros de conteúdo, além da possibilidade de surgimento de novos empregos.

Portanto, pelo menos 50% (cinqüenta por cento) dos canais comerciais escolhidos pelo dono da plataforma de distribuição devem ser de produção brasileira, com a proibição do controle, por um determinado grupo econômico, de mais do que 20% (vinte por cento) dos canais comerciais escolhidos.

Deve-se ressaltar que um grupo econômico é o conjunto de empresas que, ainda que independentes juridicamente entre si, estão ligadas por relações contratuais ou por participação de capital, que pertencem a empresários e grupos empresariais que exercem o controle efetivo direto ou indireto. Essa é a razão pela qual devemos coibir o privilégio de determinados grupos econômicos, que queiram controlar mais do que 20% (vinte por cento) dos canais comerciais.

Sendo assim, a emenda apresentada visa promover o desenvolvimento da produção audiovisual brasileira, de forma isonômica entre os produtores brasileiros.

Sala das Sessões, _ Senador **Adelmir Santana.**

EMENDA Nº 4 – PLENÁRIO
(ao PLC 116, de 2010)

Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, renumerando-se os demais artigos.

Justificação

A presente emenda visa suprimir texto inconstitucional, uma vez que a redação do artigo 5° atual proíbe grupos brasileiros, permissionários e concessionários de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de prestarem o serviço de telecomunicações.

A Constituição Federal não estabelece restrição à participação de empresas permissionárias/conces-

sionárias de serviço de radiodifusão em outra atividade econômica, apenas restringe a participação em capital social de empresa de radiodifusão no caso de capital estrangeiro (em 30%), conforme previsão do artigo 222/CF.

Portanto, é inconstitucional qualquer regra infraconstitucional que estabeleça restrição à participação de empresa concessionária/permissionária de serviços de radiodifusão em outra atividade econômica (Artigo 170/CF).

Sala das Sessões, 6 de julho de 2011. – Senador **Ataídes de Oliveira.**

EMENDA Nº 5 – PLEN
(Ao PLC nº 116, DE 2010)

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 5º O controle ou a titularidade de participação superior a 50% (cinquenta por cento) do capital total e votante de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por produtoras e programadoras com sede no Brasil ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços.

§ 1º O controle ou a titularidade de participação superior a 30% (trinta por cento) do capital total e votante de concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de produtoras e programadoras com sede no Brasil, não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços.

§ 2º É facultado às produtoras e programadoras com sede no Brasil, diretamente ou por meio de empresa sobre a qual detenham controle direto, indireto ou sob o controle comum, prestar serviços de telecomunicações exclusivamente para transportar conteúdo audiovisual das produtoras ou programadoras com sede no Brasil para entrega às distribuidoras, desde que no âmbito da própria rede.

§ 3º É facultado às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, diretamente ou por meio de empresa sobre a qual detenham controle direto, indireto ou sob controle comum, controlar produtoras e programadoras com sede no Brasil que exerçam atividades exclusivamente destinadas à comercialização de produtos e serviços para o mercado internacional."

Justificação

A presente emenda visa excluir a vedação de que concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens possam controlar, direta ou indiretamente, empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo.

Efetivamente, a vedação de que prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo detenham o controle ou a titularidade de participação superior a 30% (trinta por cento) do capital total e votante de concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de produtoras e programadoras com sede no Brasil mostra-se indispensável, vez que a capacidade econômica das prestadoras de serviços de telecomunicações é muitas vezes maior que a das concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de produtoras e programadoras, o que poderia resultar em uma onda de aquisições e fusões que não seria benéfica.

Porém, em sentido inverso, a possibilidade de que empresas que exploram o serviço de radiodifusão venham a controlar prestadoras de serviços de telecomunicações certamente será benéfica à sociedade, vez que possibilitará um aumento da oferta.

Sala das Sessões, 6 de julho de 2011. – Senador **Alvaro Dias**.

EMENDA Nº 6 – PLEN
(Ao PLC nº 116, DE 2010)

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 5º O controle ou a titularidade de participação superior a 50% (cinquenta por cento) do capital total e votante de concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens não poderá ser detido, direta ou indiretamente, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo."

Justificação

O controle à propriedade cruzada entre empresas de telecomunicações e de radiodifusão aprovado pela Câmara dos Deputados não reflete as necessidades do setor e, principalmente, dos usuários desses serviços, na medida em que desincentiva investimentos privados na produção de conteúdo e cerceia, desnecessariamente, o direito de emissoras de rádio e televisão e demais produtoras e programadoras de investirem em redes próprias de distribuição.

Propomos manter apenas a vedação ao controle de concessionárias de radiodifusão por prestadoras de serviços de telecomunicações, como forma de balancear o poder econômico de um segmento controlado majoritariamente pelo capital estrangeiro.

Sala das Sessões, – Senador **Geovani Borges**.

EMENDA Nº 7 – PLENÁRIO
(Ao PLC nº 116, DE 2010)

Suprima-se o art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, renumerando-se os artigos.

Justificação

A presente emenda visa suprimir texto inconstitucional, uma vez que a redação do artigo 6º atual proíbe a aquisição de direito de exploração de imagens de eventos de interesse nacional por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, bem como suas controladas, controladoras ou coligadas.

O artigo deve ser suprimido, porque ao proibir a aquisição de direitos de exploração de imagens está em dissonância com todo o texto do projeto, vez que o que este preconiza é o incentivo à produção de conteúdo nacional, que poderá ser feito por tais prestadoras para veiculação. Não deve haver restrição para o fomento e produção/aquisição/divulgação de conteúdo nacional (Art. 3º, II/CF).

Sala das Sessões, 6 de julho de 2011. – Senadora **Ataídes de Oliveira**.

EMENDA Nº 8 – PLEN
(Ao PLC nº 116, DE 2010)

Suprima-se o art. 12 e os incisos III e IV e o § 6º do art. 36 do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010.

Justificação

De acordo com a Constituição Federal, a ordem econômica no Brasil funda-se na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, sendo assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. Julgamos, portanto, inconstitucionais dispositivos que condicionem o exercício da atividade de seleção de obras e programas audiovisuais ao credenciamento pela Agência Nacional de Cinema.

O art. 13 do projeto já estabelece a obrigação de programadoras e empacotadoras de prestar informações à Ancine para fins de regulação e fiscalização do setor, sendo assim dispensável o condicionamento estabelecido no art. 12.

Ocorre que a supressão do art. 12 repercute na disciplina do art. 36, que estabelece a suspensão temporária e o cancelamento do credenciamento que se pretende extinguir. Por estarem vinculados, os dispositivos precisam ser alterados simultaneamente.



EMENDA Nº 9 _ PLEN
(ao PLC nº 116, de 2010)

Acrescentem-se os §§ 1º e 2º ao art. 16, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010:

"Art. 16. .....
.....

§ 1º O canal de espaço qualificado ficará isento do cumprimento da obrigação descrita no **caput** deste artigo se o responsável por sua programação, direto ou indireto, investir na produção de um mínimo de 13 (treze) horas anuais de séries e filmes de Conteúdo Brasileiro, para que tenham a sua primeira exibição no referido canal de espaço qualificado e lá sejam exigidos sem intervalos comerciais, garantindo, ainda, a distribuição das referidas séries e filmes de Conteúdo Brasileiro em seu sistema de distribuição por, no mínimo, 5 (cinco) anos.

§ 2º A isenção prevista no § 1º aplica-se até o limite de 10 (dez) canais de espaço qualificado por entidade beneficiada". (NR)

Justificação

Caso o regime de cotas previsto no artigo 16 venha a ser aplicado indistintamente no Brasil, certos canais de televisão por assinatura que já apresentam relevante política de fomento à produção e distribuição de Conteúdo Brasileiro, apto a atender a alta exigência do consumidor de canais "Premium", teriam que revisar tais políticas que têm se mostrado eficaz ao longo dos anos.

Tais canais teriam que priorizar a aquisição de conteúdos, ao invés de produzi-lo, com o intuito de atender à nova legislação. Dessa forma, restariam menos recursos para o investimento em coproduções, o que frustraria não somente as próprias programadoras, mas também os consumidores e produtores independentes brasileiros.

Portanto, o acréscimo dos parágrafos 1º e 2º não altera a proposta do sistema de quotas para o conteúdo nacional na comunicação audiovisual de acesso

condicionado. Por outro lado, garante a continuidade de outro modelo de fomento além do sistema de quotas, já praticado por canais "Premium", que tem sido benéfico ao mercado audiovisual brasileiro, com produções de alta qualidade distribuídas internacionalmente.

Assim, em alternativa às quotas, os responsáveis pela programação de canais devem comprovar, concomitantemente:

i) Produção anual mínima de 13 (treze) horas de Conteúdo Brasileiro, em forma de séries ou filmes;
ii) Primeira exibição do referido Conteúdo Brasileiro nos seus canais de espaço qualificado;
iii) Exibição de conteúdo qualificado sem intervalos comerciais durante sua exibição; e
iv) Garantia de distribuição do referido Conteúdo Brasileiro em seu sistema de distribuição por, no mínimo, 5 (cinco) anos.

Dessa forma, conclui-se que fica atendido o objetivo geral do sistema de quotas, de fomentar a produção nacional e disseminar a cultura brasileira, mantendo-se ainda o modelo de negócios de canais Premium e a satisfação dos consumidores dessa modalidade de programação de alta qualidade.

Sala das Sessões, _ Senador **Ciro Miranda**.

EMENDA Nº 10 – PLEN
(ao PLC nº 116, de 2010)

Suprima-se do **caput** do art.18 do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a expressão "ou na modalidade avulsa de programação".

Justficação

O objetivo desta emenda é proporcionar diversidade de conteúdo jornalístico nos pacotes de programação sem custos incrementais a assinante. A redação do art. 18 permite que um segundo canal jornalístico seja oferecido na modalidade avulsa de programação, o que implicaria o pagamento de um valor adicional ao preço básico do pacote, desestimulando e até impedindo o acesso de diversos usuários do serviço.

Sala das Sessões, – Senador **Geovani Borges**.

EMENDA Nº 11 – PLEN
(Ao PLC nº 116, de 2010)

Dê-se ao **caput** do art. 24 do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 24. O tempo máximo destinado à publicidade comercial em cada canal de programação não deverá exceder ao limite de 12,5% (doze e meio por cento) do horário de programação diária.

....."

Justificação

As empresas programadoras e produtoras de conteúdo para o serviço de telecomunicações de interesse coletivo têm como sua principal fonte de receita o preço pago pelo usuário pelo serviço.

Assim, não parece razoável que empresas que têm outra fonte de captação de recursos, possam concorrer em igualdade de condições com as emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens, que têm como única fonte de recursos a venda de espaços publicitários em sua grade.

Ademais, manter o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) como tempo máximo destinado à publicidade comercial nos canais de programação vai de encontro frontal ao interesse do consumidor, que paga por um serviço pelo conteúdo não publicitário.

Sala das Sessões, 6 de julho de 2011. – Senador **Álvaro Dias**.

EMENDA Nº 12 – PLEN
(ao PLC nº 116, de 2010)

Dê-se ao **caput** do art. 24 do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 24. O tempo máximo destinado à publicidade comercial em cada canal de programação não deverá ser superior a 30% (trinta por cento) do limite estabelecido para o serviço de radiodifusão de sons e imagens, podendo a Ancine estabelecer limites diferenciados de acordo com o tipo de programa e o público a que se destina o canal.

....."

Justificação

A julgar pela receita total do segmento de TV por assinatura no ano de 2010, os canais de programação e o próprio serviço de acesso condicionado são perfeitamente viáveis no Brasil apenas com as receitas advindas das assinaturas, considerando que os distribuidores também exploram outros serviços de telecomunicações, como o de banda larga.

Portanto, julgamos abusivo que o tempo máximo de publicidade comercial em canais pagos seja idêntico ao estabelecido para a radiodifusão, cuja fonte única de receita provém dos anunciantes.

Ao tempo em que preservamos o espaço publicitário nos canais pagos, pois permitem que o anunciante direcione melhor sua mensagem, buscamos também proteger o assinante contra abusos, inclusive junto ao público infanto-juvenil na exploração da publicidade comercial.

Sala das Sessões, – Senador **Geovani Borges.**

EMENDA Nº 13 – PLEN
(ao PLC nº 116, de 2010)

Dê-se ao art. 31 do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 31. A prestadora do serviço de acesso condicionado deverá tornar pública a empacotadora dos pacotes por ela distribuídos, sendo vedada a oferta de pacotes em desacordo com esta lei."

Justificação

De acordo com a Constituição Federal, a ordem econômica no Brasil funda-se na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, sendo assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. Além disso, o art. 220 de nossa Lei Maior impede que sejam estabelecidas restrições à criação, à expressão e à informação, sob qualquer forma, processo ou veículo.

Não compete à Ancine ou a qualquer órgão estatal, portanto, selecionar ou restringir previamente o conteúdo que poderá ser distribuído ao assinante do serviço de acesso condicionado. Se o agente descumprir a legislação, que se lhe aplique a sanção correspondente.

Sala das Sessões, – Senador **Geovani Borges.**

EMENDA Nº 14 – PLENÁRIO
(Ao PLC nº 116, de 2010)
(Senador Álvaro Dias)

Suprimam-se os parágrafos 2° e 14 do artigo 32 do Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2010, renumerando-se os parágrafos do dispositivo suprimido.

Justificação

O Capítulo VII do Projeto de Lei da Câmara n° 116/2010, que dispõe sobre Distribuição de conteúdo pelas prestadoras do serviço de acesso condicionado, determina, em seu artigo 32, algumas regras para que as prestadoras de serviço de acesso condicionado disponibilizem os sinais dos canais de programação de distribuição obrigatória para diversas destinações.

Dentre os canais de oferta obrigatória, existem os canais destinados à distribuição integral e simultânea, sem inserção de qualquer informação, do sinal aberto e não codificado, transmitidos em tecnologia analógica pelas geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens (Art. 32, I).

Ocorre que a redação do projeto, de forma inconstitucional e ilegal, determina que a cessão às distribuidoras das programações das geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens, será feita a título gratuito e obrigatório (Art. 32, § 2°).

A redação atual apesar de possibilitar o estabelecimento de acordos comerciais, quando se trata de programação transmitida com tecnologia digital, determina que caso não haja acordo pactuado entre geradora local de radiodifusão e distribuidoras, as geradoras locais poderão exigir que sua programação (digital) seja distribuída gratuitamente na área de prestação de serviço de acesso condicionado, no entanto, sem possibilidade de pagamento por parte da distribuidora (Art. 32, § 14).

Verifica-se aqui a existência de inconstitucionalidade e ilegalidade dos parágrafos 2º e 14 do artigo 32 do projeto de lei em questão, na medida em que, além da garantia do direito de propriedade disposto no art. 5º, XXII, da Constituição Federal, a Lei dos Direitos Autorais (Lei n° 9.610/98) resguarda a criação das emissoras de radiodifusão, na medida em que são protegidas pelo seu Art. 7°, inciso VI, e ainda, confere às empresas de radiodifusão o direito exclusivo de autorizar ou proibir a retransmissão, fixação e reprodução de suas emissões (Art. 95 da Lei nº 9.610/98), a seguir:

"Art. 7° São obras intelectuais protegidas as criações do *espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como*:

.....

VI – as obras audiovisuais, *sonorizadas ou não,* inclusive as *cinematográficas; "*

"Art. 95. Cabe às *empresas de radiodifusão o direito exclusivo de autorizar ou proibir a retransmissão,* fixação *e reprodução de* suas *emissões, bem como a comunicação ao público, pela televisão, em locais de frequência coletiva, sem prejuízo dos direitos dos titulares de bens intelectuais incluídos* na *programação."*

Portanto, o fato é que o serviço de radiodifusão é explorado mediante concessão, cujos termos devem assegurar o seu equilíbrio econômicofinanceiro, além de ser um serviço gratuito para o telespectador, que nada paga, Brasil afora, para desfrutar das informações e do entretenimento propiciado pela presença ubíqua da televisão, motivo pelo qual as geradoras de radiodifusão não podem ser compelidas a disponibilizar gratuitamente seus sinais (analógico ou digital) às prestadoras de serviço de acesso condicionado.

Vale ressaltar ainda que estas prestadoras de serviço de acesso condicionado, diferentemente das empresas de radiodifusão, ofertam seus serviços de

forma onerosa aos usuários, além de lucrarem com verbas publicitárias.

Por estas razões, os dispositivos indicados deverão ser suprimidos da redação do PLC nº 166/2010, por conterem vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

Sala das Sessões, 6 de julho de 2011. – Senador **Álvaro Dias.**

EMENDA N° 15 – PLENÁRIO
(ao PLC nº 116, de 2010)

Suprima-se o art. 38⁰ do Projeto dc Lei da Câmara n° 116, de 2010, renumerando-se os artigos.

Justificação

O artigo 38 do Projeto de Lei em discussão estabelece nova redação ao Artigo 86 da Lei Geral de Telecomunicações (Lei n° 9472, de 16 de julho de 1997), permitindo que as concessionárias de telecomunicações explorem quaisquer outros serviços diversos daqueles descritos no objeto da concessão.

No entanto, a redação vigente do artigo 86 da Lei Geral de Telecomunicações estabelece que a concessão somente seja outorgada a empresa constituída no país, segundo as leis brasileiras, e criada para explorar exclusivamente os serviços de telecomunicações objeto da concessão. Foi com esse compromisso que as empresas prestadoras dos serviços de telecomunicações receberam as concessões para prestarem serviços de telecomunicações à época da privatização, premissa essa que não pode ser alterada.

Sabemos que hoje o serviço de telecomunicações do país deixa a desejar quando nos referimos a sua qualidade e tarifas, portanto, se esta casa não suprimir o artigo 38 proposto, o pais estará contribuindo para a degradação maior ainda da qualidade do serviço de telecomunicações e para a elevação ainda pior do preço das tarifas do serviço prestado.

O cumprimento das obrigações de uma concessionária de serviços de telecomunicações, mais do que mera autorizatária, conforme previsto na LGT, é de tamanha importância para difundir o serviço outorgado que não se pode permitir que a mesma concessionária possa prestar outros serviços em detrimento do serviço objeto da concessão.

Portanto, precisa-se manter a exigência de criação e especificação empresas para exploração exclusiva dos serviços de telecomunicações, motivo pelo qual se impõe a supressão do Artigo 38 do texto do Projeto de Lei da Câmara n° 116/2010.

Sala das Sessões, 6 de julho de 2011. – Senador **Ataídes de Oliveira.**

EMENDA N° 16 – PLEN
(Ao PLC n° 116, de 2010)
(Senador Alvaro Dias)

Suprimam-se os artigos 9º **caput** e o seu parágrafo único, 12 **caput** e o seu parágrafo único, 15, 26, 36 **caput** e seus parágrafos, do PLC nº 116, de 2011.

Justificação

A presente emenda tem por objetivo suprimir os artigos inseridos por iniciativa parlamentar ao PLC n° 116, de 2011. As referidas matérias têm vicio de inconstitucionalidade formal, tendo em vista estarem restritas à iniciativa legislativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1°, inciso II. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente declarado a inconstitucionalidade de normas que alteram a atribuição legal de órgãos e entidades da administração pública federal, quando apresentada por parlamentares, conforme os julgados a seguir:

> "É indispensável a iniciativa do chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC nº 32/2001, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelem as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação." (ADI 3.254, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-2005, Plenário, **DJ** de 2-12-2005.)
>
> "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei alagoana nº 6.153, de 11-5-2000, que cria o programa de leitura de jornais e periódicos em sala de aula, a ser cumprido pelas escolas da rede oficial e particular do Estado de Alagoas. Iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo estadual para legislar sobre organização administrativa no âmbito do Estado. Lei de iniciativa parlamentar que afronta o art. 61, § 1°, 11, **e**, da CF, ao alterar a atribuição da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Princípio da simetria federativa de competências. Iniciativa louvável do legislador alagoano que não retira o vício formal de iniciativa legislativa." (ADI 2.329, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 14-4-2010, Plenário, **DJE** de 25-6-2010.)
>
> "Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 6.835/2001, do Estado do Espírito Santo. Inclusão dos nomes de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes no Serasa, Cadin e SPC. Atribuições da Secretaria de Estado da Fazenda- Iniciativa da Mesa da Assembleia Legislativa. Inconstitucionalidade formal. A Lei nº 6.835/2001, de iniciativa da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Espíri-

> to Santo, cria nova atribuição à Secretaria de Fazenda Estadual, órgão integrante do Poder Executivo daquele Estado. À luz do princípio da simetria, são de iniciativa do chefe do Poder Executivo estadual as leis que versem sobre a organização administrativa do Estado, podendo a questão referente à organização e funcionamento da administração estadual, quando não importar aumento de despesa, ser regulamentada por meio de Decreto do chefe do Poder Executivo (...). Inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa da lei ora atacada." (ADI 2.857, Rei. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 30-8-2007, Plenário, **DJ** *de* 30-11-2007.)

Pelo exposto, solicito que a presente emenda seja acolhida no intuito de sanar a inconstitucionalidade do PLC n° 116, de 2011.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2011. – Senador **Alvaro Dias.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço ao Sr. Relator que profira o seu parecer sobre as emendas apresentadas que já estão em suas mãos.

PARECER Nº 770, DE 2011–PLEN

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foram apresentadas à Mesa novas emendas: a Emenda nº 16 e a Emenda nº 15.

Então, Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª que, nesse quadrante, seria importante que pudéssemos até nos posicionar sobre as emendas apresentadas: as que foram apresentadas pelo Senador Adelmir Santana – duas emendas; pelo Senador Alvaro Dias – com diversas emendas lidas; e pelo Senador Cyro. Eu gostaria, inclusive, de dizer o porquê da rejeição dessas emendas.

A emenda que me chega à mão agora é a emenda do Senador Alvaro Dias, que foi apresentada agora à Mesa e que pede a supressão do art. 9º, **caput** e seu parágrafo único; 12, **caput** e seu parágrafo único; 15; 26; 36, **caput** e seus parágrafos; do PLC 116. As emendas tratam da questão da iniciativa do Poder Executivo, mediante projeto de lei ou mesmo após a Emenda Constitucional 32, e da elaboração de normas que, de alguma forma, remodelem atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação.

Portanto, a emenda do Senador Alvaro apresentada agora é muito parecida com a emenda apresentada pelo Senador Adelmir Santana, que se refere à constitucionalidade dessa matéria.

Quero dizer, Sr. Presidente, que não há nenhum óbice. Na realidade, o § 13 da Lei nº 8.987, de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão para a prestação de serviços, no art. 175 da Constituição Federal e outras providências... Com isso nós consideramos que a questão apresentada pelo Senador, no que diz respeito à emenda que já havia sido apresentada antes pelo Senador Altemir, no que tange à cobrança, é uma matéria estranha à presente propositura.

No que diz respeito à constitucionalidade, Sr. Presidente, não há nenhum tipo... E tanto a emenda do Senador Alvaro, apresentada agora, quanto a emenda do Senador Cyro Miranda e a emenda que trata dessa questão, do Senador Alvaro Dias, não há nenhuma invasão de competência. E é importante salientar a Emenda 7, também apresentada com essa finalidade.

Quero lembrar que não há nenhuma invasão dessa chamada competência privativa do Presidente da República, no que diz respeito às atribuições a que se refere na Emenda 16 o Senador Alvaro Dias para órgãos como Ancine e Anatel, que são voltados à regulação das atividades que compõem a cadeia. No caso da Ancine, o valor da comunicação do audiovisual de acesso condicionado.

Dessa forma não haveria como estabelecer, Sr. Presidente, tais atribuições, senão por lei. Não há qualquer vício de iniciativa, considerando-se a competência do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria. Nesse sentido não procede a emenda ora apresentada.

Portanto, entendemos que a Emenda 8 também, que alega que essas atribuições conferidas à Ancine para regular a indústria do audiovisual brasileiro extrapolariam princípios constitucionais da ordem econômica, bem como a intenção da emenda em afirmar que há uma colisão com o direito de liberdade de informação e comunicação, assegurado no art. 220 da Carta Magna... Dessa forma não entendemos que à Ancine, no caso específico do PL nº 116, é dado o direito de cercear a distribuição de qualquer conteúdo. Não faz parte do projeto de lei ora em discussão nesta Casa, nem de impedir que uma empresa explore a atividade de programação e empacotamento. Portanto, em função da natureza do conteúdo oferecido a Ancine não terá o papel, Sr. Presidente, de romper essa barreira da liberdade e vasculhar o conteúdo produzido. Exige-se o credenciamento prévio apenas para que seja possível identificar e acompanhar a atuação das empresas, com vista a se desenhar a estrutura de mercado e facilitar a missão de regulação. Não se trata de regulação cultural, muito menos, como alegam alguns, esse aspecto no que diz respeito a uma ordem de censura. É, sim, na prática, um aspecto da regulação econômica do setor,

com o objetivo, inclusive, de ampliar a concorrência, a diversidade da oferta.

Em relação aos incentivos oferecidos apenas para as empresas de capital nacional, avalia-se que, para fomentar a geração de emprego e renda e aprimorar a capacitação técnica do País, é indispensável aumentar a quantidade e o porte de produtoras e programadoras brasileiras. Razão pela qual, Sr. Presidente, parte das cotas é reservada a esse grupo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª está dando parecer sobre a emenda?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Portanto, sem nenhum tipo de choque, colisão ou qualquer tipo de agressão à nossa Constituição, a dispositivos legais.

Nesse sentido, somos pela rejeição das emendas, acatando, inclusive, uma única emenda, que, como já foi lida anteriormente, foi uma emenda de redação, de adequação ao texto.

Portanto, quanto às emendas apresentadas tanto na CCJ quanto aqui em plenário, somos pela rejeição e pela aprovação da matéria conforme, inclusive, a sua gênese, a sua forma original, saída da Câmara, sendo rejeitadas as emendas, tanto as apresentadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto as emendas apresentas a este Plenário.

Sr. Presidente, quero aqui apresentar a nossa redação final e submeter essa matéria à discussão e à apreciação deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A redação final será feita após a votação do projeto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ok, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O parecer é favorável e contrário às emendas apresentadas, e apresentando uma emenda de redação.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

V. Exª dispõe de dez minutos, na forma regimental.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, nós acabamos de ouvir o bem trabalhado parecer do eminente Senador Walter Pinheiro. Laborioso, detalhista, que entre outras preocupações teve a de esclarecer à Casa que o PL nº 116, tal como vem hoje ao exame do Senado, em nenhum momento colide com a legislação vigente e nem muito menos com a Constituição Federal.

É uma pena, nobre Senador Walter Pinheiro, que o projeto não tenha sido submetido ao escrutínio da Comissão de Constituição e Justiça da nossa Casa. Dessa forma, se tivesse sido submetido à Comissão de Constituição e Justiça, V. Exª teria tido tempo para examinar melhor as emendas que foram apresentadas pelo Senador Alvaro Dias, por mim, por vários outros Senadores da Situação e membros da Oposição. Porque V. Exª veria, no exame dessas emendas, que o Projeto de Lei nº 116, que ora estamos examinando, se compõe, do ponto de vista da constitucionalidade e do mérito, de duas partes distintas: a primeira parte, que se originou num projeto de lei, se não me engano, do Deputado Paulo Bornhausen e de outras iniciativas com o mesmo objetivo, visa permitir que as empresas de telecomunicação possam atuar também na TV a cabo, para resumir a história.

Eu não tenho nenhuma objeção a essa parte do projeto. Não vejo nenhum inconveniente de ordem constitucional e nem muito menos de mérito. Acredito que isso poderá permitir, do ponto de vista inclusive do consumidor, uma maior oportunidade de escolha pela diversificação da oferta.

O problema está, em minha opinião, nas emendas que foram introduzidas na Câmara pelo Deputado Bittar. Essas emendas é que carregam o problema, no meu ponto de vista, de uma inconstitucionalidade absolutamente insanável, daquelas que um estudante de direito de segundo ano, dessas faculdades que têm 100% de reprovação na OAB, consegue derrubar com uma petição de duas páginas. Porque é evidente que houve aí uma invasão da competência, da prerrogativa exclusiva do Poder Executivo de propor ao Congresso Nacional legislação que diga respeito a atribuições do órgão do Poder Executivo.

A Ancine, todos nós sabemos, é uma autarquia, uma autarquia especial e integra, portanto, a administração indireta federal. É competência exclusiva do Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, II, *e*, a iniciativa de leis que disponham sobre criação e extinção desses órgãos e, também, ao reservar a prerrogativa de dispor, mediante decretos, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicarem aumento de despesa, também reserva ao Poder Executivo, ao Presidente da República, a iniciativa de leis sobre atribuições desses órgãos. Isto é objeto, Srs. Senadores, de uma jurisprudência absolutamente tranquila do Supremo Tribunal Federal. Poderia citar aqui, mas não vou citar para não cansá-los, uma dezena pelo menos de Ações Diretas de In-

constitucionalidade, visando impugnar leis onde houve afronta a esta prerrogativa do Executivo.

Ora, o Senado da República, o Congresso Nacional, tem o dever de produzir leis válidas. Nós não podemos, não devemos, não temos o direito de fechar os olhos às inconstitucionalidades, especialmente inconstitucionalidades de tal forma rombudas como essas que contém o Projeto de Lei nº 116, na parte que diz respeito às competências da Ancine. Pois por iniciativa Parlamentar está se dando competências a uma agência reguladora, autarquia especial, competências essas que não tinham sido fixadas por lei de iniciativa do Poder Executivo.

Então, se o Congresso, se o Senado aprovar esta parte do projeto que atribui competências à Ancine, mediante emendas de iniciativa Parlamentar, o Congresso Nacional, o Senado da República estará conscientemente, deliberadamente, afrontando a Constituição.

E não há sanção da Presidência que possa suprir, que possa corrigir, que possa sanar o vício de iniciativa. Também há uma jurisprudência absolutamente tranquila e remansosa do Supremo no sentido de que, a posterior sanção não supre nem convalida a nulidade oriunda do vício de iniciativa, que é uma nulidade formal absoluta.

Agora, do ponto de vista material, eu vejo também uma constitucionalidade flagrante. O Senador Walter Pinheiro nos disse que cerca de 8% dos domicílios brasileiros dispõem de um serviço de TV a cabo. Um serviço pago. Cada uma dessas pessoas que têm acesso à TV a cabo, que dispõem desse serviço em sua residência, é um assinante. Ele comprou. E está no seu direito de consumidor, na sua relação contratual com quem lhe fornece o serviço, o direito de assistir aquilo que o provedor do conteúdo lhe oferecer.

Não cabe a nós, mandatários dos cidadãos brasileiros, estabelecer uma legislação com restrições a este direito, ao direito dos assinantes da TV a cabo, de assistirem aquilo que lhe convier, aquilo que lhes der prazer, aquilo que eles acharem conveniente. E não cabe, muito menos a um órgão da administração federal, no caso, a Ancine, dizer aquilo que o brasileiro pode assistir no horário nobre, naquele canal de TV a cabo que ele comprou e pelo qual ele está pagando. Não tem o menor cabimento isso.

Nós não recebemos, quando fomos eleitos, procuração dos nossos eleitores para isso. Um órgão, a Ancine, uma autarquia dirigida por burocratas anônimos, que nós não sabemos quem são, poder dizer: Olha, este programa pode, esse não pode; este é o horário nobre e aquele não é o horário nobre. O que é horário nobre, nobre Presidente Sarney, na televisão? Vamos delegar à Ancine dizer o que é um horário nobre e dizer quais são os conteúdos que podem ser veiculados nesse horário considerado nobre por ela? Cabe à Ancine credenciar os provedores desse conteúdo, os programadores, os empacotadores e os distribuidores. É condição, nos termos deste Projeto de Lei, de existência dessas empresas o credenciamento pela Ancine.

Portanto, se aprovarmos este Projeto nós estamos dando à Ancine o direito de dizer quais são as empresas difusoras de conteúdo... Quais são as empresas que têm o direito de existir e aquelas que não têm o direito de existir; aquelas que são credenciadas e as que não forem credenciadas.

Mais ainda, o Projeto diz, atribui à Ancine, inclusive é uma competência absolutamente discricionária, de, a juízo dela, a juízo da direção da Ancine, dispensar essas empresas provedoras de conteúdo, distribuidoras ou empacotadoras, do cumprimento das exigências das leis. Está no art. 12 da lei, Senador Sarney, que a Ancine...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Que a Ancine poderá, examinando cada caso, dispensar as empresas distribuidoras de conteúdo do cumprimento da lei que nós vamos aprovar. Cabe à Ancine. Ora, isso é um absurdo, é uma excrescência. E, neste sentido, com o objetivo de eliminar um Projeto de Lei que traz no seu germe, no seu núcleo uma idéia boa; eliminar a ganga bruta de um acréscimo absolutamente inconstitucional e ilegítimo, é que nós apresentamos as emendas que queremos votar destacadamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, inscrito para discutir o projeto.

V. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, um novo marco legal para esse setor é necessário. Que as empresas de telefonia denominadas "teles" possam competir, também, é admissível. Mas o que não se admite é a aprovação de um marco regulatório com vícios de inconstitucionalidade. Há flagrantes inconstitucionalidades no Projeto que estamos discutindo, Sr. Presidente. Há matérias inseridas no Projeto originário da Câmara que devem ser analisadas melhor. Foram incorporados ao texto do Projeto, por emenda Parlamentar, alterações nas competências institucionais da Ancine.

Essas novas atribuições são absolutamente inconstitucionais, pois não respeitam a competência privativa do Presidente da República, na iniciativa de matérias dessa natureza, previstas no art. 61, §1º, inciso II, da Constituição Federal.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é unânime, no sentido de declarar inconstitucionais essas matérias. É indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo, mediante Projeto de Lei, ou mesmo após Emenda Constitucional nº 32, de 2001, por meio de Decreto, na elaboração de normas que, de alguma forma, remodelem as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada Unidade da Federação.

Temos Relatório da Ministra Ellen Gracie, do dia 16/11/05. Temos ainda Relatório do Ministro Joaquim Barbosa (julgamento em 30-8-2007). São matérias similares que foram julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, portanto consagrando jurisprudência que não pode ser ignorada pelo Senado Federal.

Sr. Presidente, trata-se de uma delegação de poder inconstitucional. Os eventuais gestores da Ancine passam a atribuir a si o poder que deveria ter origem na legislação, a partir da Constituição Federal, e a impor normas, de forma arbitrária.

Além da inconstitucionalidade formal, referente às atribuições da Ancine, no Mérito, essas alterações também afrontam outros princípios constitucionais.

A Ancine, como aqui já disse o Senador Aloysio Nunes, é uma agência criada para o fomento da atividade audiovisual, mas o projeto altera essa condição para agência reguladora da atividade do audiovisual que não é um serviço público sujeito a outorgas. Não há como não identificar nesse propósito a inconstitucionalidade referida.

Esse artifício tem a nítida intenção de obter o controle da mídia pela esfera estatal, permitindo restrições aos direitos de comunicação social e à concessão de indevidos poderes de regulação da programação audiovisual pela Ancine.

Ora, Sr. Presidente, ao aprovar esse projeto, estamos delegando à Ancine o poder de regulação da programação audiovisual. O projeto passa a permitir que a Ancine autorize ou não a programação de um canal de TV paga, defina qual é o seu horário nobre, podendo cassar, banir esse canal de ser veiculado. Portanto, são poderes exorbitantes através de uma delegação de poder inconstitucional.

O açodamento por parte do Senado Federal em votar esse projeto, que inicialmente foi designado para ser analisado por cinco comissões, traz a impossibilidade de se discutir com profundidade um dos mais importantes temas da proposição que é a inserção de cotas de conteúdo brasileiro dentro dos canais.

Esse tema deveria ser amplamente debatido para analisarmos com cuidado se há violação dos princípios da propriedade autoral e a liberdade de comunicação e expressão.

Segundo o eminente jurista Ives Gandra, com o regime de cotas, os canais de conteúdo qualificado terão de descompilar sua programação e o assinante terá de assistir aos produtos compulsoriamente programados por vontade do Estado. Ou seja, o cidadão brasileiro que se torna assinante, que paga para ter a oportunidade de escolher a programação que mais lhe agrada, acaba tendo que aceitar a imposição do Estado brasileiro, acaba tendo que aceitar a manifestação de vontade e de preferência de administradores eventuais que são nomeados para a agência.

Portanto, Ives Gandra aponta que esse artigo e diversos outros do Projeto afrontam o princípio da livre iniciativa, da livre concorrência, do planejamento indicativo para o segmento privado e, principalmente, o direito do consumidor.

É importante salientar que o Projeto apresenta alguns avanços positivos, entretanto possui diversos pontos que deveriam ser estudados com muito critério e prudência em todas as Comissões do Senado Federal. Que há uma afronta ao direito do consumidor não há dúvida, e que o Governo acaba confessando a sua capacidade em estimular e oferecer condições para uma produção artística no nosso País competente, o Governo acaba, sim, confessando a sua fragilidade em matéria de estímulo à produção cultural e artística no nosso País na medida em que admite ser necessária uma reserva de mercado para que esses setores da produção artística e cultural brasileira possam competir ou possam sobreviver.

O que eu gostaria de destacar, que está se transformando em rotina no Congresso Nacional, é que determinado grupo que é beneficiado por um dispositivo de lei passe a pressionar o Congresso para que a Lei, como um todo, seja aprovada, independentemente dos prejuízos que os outros dispositivos do projeto possam acarretar a toda a população do País, ou seja, o que vale é o interesse pontual. Se determinado artigo desse projeto vem em benefício de determinado setor há a defesa intransigente mesmo que nos demais artigos toda a população tenha seus interesses comprometidos.

Sr. Presidente, apresentamos várias emendas e vamos deixar de pedir destaque para todas elas, privilegiando a Emenda nº 16, estamos, Senador Aloysio, pedindo destaque para a Emenda nº 16, que suprime os artigos 9º, **caput** e o seu parágrafo único; o 12, **caput** e seu parágrafo único; o 15, 26 e 36, **caput**, e

seus parágrafos do Projeto 116, para excluir do texto do projeto as inconstitucionalidades aqui referidas durante esse nosso pronunciamento.

Esperamos que os Srs. Senadores possam acolher esta emenda para que, quanto ao mérito, o projeto seja aprovado naquilo que é essencial para se instituir um marco regulatório mas sem afronta à Constituição, sem invasão de competência, sem delegação de poder exorbitante e inconstitucional e sem ferir o direito do consumidor.

Essas são as preocupações que...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu concluo, Sr. Presidente. Essas são as preocupações que sustentam a priorização desta única emenda entre tantas apresentadas por nós e pelos colegas senadores. Nós estamos priorizando exatamente a Emenda nº 16 por essas razões expostas e queremos apelar para que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras possam aprovar esta emenda, eliminando as inconstitucionalidades do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores,...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Demóstenes, só para, com a permissão de V. Exª, dizer da nossa alegria em termos presentes aqui na Casa os alunos da Faculdade Integrada Claretiana, de Rio Claro, São Paulo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Muito bem. Bem-vindos!

Sr. Presidente, estamos vendo hoje no Senado mais uma mostra da truculência do governo federal. Esse é um projeto, Sr. Presidente, que apareceu aqui o ano passado, ele tinha um único objetivo: fazer com que as teles pudessem também participar do serviço de TV a cabo e ele foi completamente inchado, modificado, transformado num monstrengo na Câmara dos Deputados.

Para se ter idéia, acho que, no mínimo, metade dos artigos são completamente inconstitucionais, metade é de gritante inconstitucionalidade! E vejam os senhores, eu era o Relator desse projeto, e, para que pudessem votar aqui, sem que houvesse nenhuma alteração, isso aqui foi tirado de forma violenta da minha mão, e foi inclusive puxado para o Senado, porque o Governo não aceita nenhuma modificação. Quer que passe conforme foi aprovado na Câmara dos Deputados. Eu não entro sequer na polêmica das teles, porque me parece que o Governo vai ter que pagar uma indenização poupada para as empresas que operavam em um determinado sistema, pagaram milhões de reais para poderem operar dessa forma, e o Governo fez a opção para trazer também para o serviço de TV a cabo as teles.

Pois bem, haverá um preço e esse preço será pago pelo consumidor. Não acredito que essa medida seja inconstitucional. Só estão lesando aqueles que compraram, e compraram muito caro, o serviço de distribuição de TV a cabo.

Agora, imaginem o seguinte: que lucro tem o consumidor com isso aqui? O lucro é zero, o lucro é nenhum. Pelo contrário! Ouvi dizer aqui que vai baratear para o consumidor, vai encarecer para o consumidor, porque simplesmente eliminaram o sistema de competição. O capital estrangeiro foi totalmente banido. E, aliás, é inconstitucional, porque a restrição ao capital estrangeiro já foi derrubado pelo Supremo Tribunal Federal. E isso em nome de se promover a industria nacional.

Agora, imaginem: uma indústria com capital 100% nacional, com artistas nacionais, com empregados nacionais. Essa empresa, com capital 100% nacional pode produzir zero de conteúdo nacional! Então, se a idéia era proteger o Brasil, porque não estão protegendo o conteúdo brasileiro? Estão protegendo a indústria brasileira.

E com a restrição do capital o que irá acontecer? Vai acontecer que o governo vai ter de manter essas indústrias. Vai se criar mais uma sinecura, e com isso a Ancine foi inchada, a Ancine foi inflada, a Ancine se transformou em um monstrengo. Esse projeto transforma a Ancine em um monstrengo.

A Ancine agora vai poder, inclusive, fazer censura prévia, que é o chamado controle de conteúdo. O termo é o mesmo da época da ditadura militar. Estão ressuscitando, dentro da Ancine, o fantasma da censura prévia: tem que haver credenciamento, tem que haver autorização. A Ancine, em alguns casos, pode até dispensar as exigências dessa lei, pode aplicar sanções e pode descredenciar. Quem tem o direito de fazer isso é o Congresso Nacional. Quem pode fazer isso é um órgão da administração direta. E censura prévia, em nenhum caso, pode ser feita. Trata-se aqui de um questionamento que nós vamos fazer junto ao Supremo Tribunal Federal.

Novamente, com aquela ideia de que nós temos que proteger o Brasil, estão criando cotas dentro do sistema de TV pago. O sistema é pago. Quem quer comprar um programa, compra o programa que quiser. O sistema aberto de televisão tem determinados requisitos. Do sistema fechado, eu particularmente não gosto, mas se o sujeito quer assistir a filme americano,

a enlatado o dia inteiro, é direito dele, ele está pagando por isso. Agora, vai ter de assistir, no horário nobre, a três horas e meia de um conteúdo nacional, possivelmente um lixo, de fundo de quintal, com dinheiro público. E quem é que vai patrocinar isso? É aquele que não quer assistir àquele tipo de programa. Vai pagar para que a Ancine tenha recursos e esses recursos possam ser utilizados para a produção de lixo nacional.

O bom filme brasileiro, esse tem espaço em qualquer lugar. A Rede Globo não produz filmes extraordinários? As novelas da Rede Globo não passam no mundo todo? A Rede Bandeirantes não faz o mesmo? A Rede Record, o SBT? Mas não. O que querem novamente é criar aquela história do "coitadismo": não, a empresa nacional precisa ser protegida.

A empresa nacional precisa ser incentivada. E aí a gente já sabe muito bem. É a história das ONGs. Não criaram as ONGS porque o Governo não dava conta de fazer o serviço todo? E as ONGs, hoje, são o quê? O que são as ONGs?

Nós estamos criando mais uma sinecura no Brasil. Estamos criando mais um instrumento para desvio do recurso público. E onde é que está a mérito? Onde é que está a qualidade?

Não! Nós queremos fazer com que qualquer coisa de péssima qualidade possa entrar no horário nobre. Não interessa. Quem é que vai regular isso? É a própria Ancine. Regular!

Senador Randolfe Rodrigues, V. Exª que é um emérito constitucionalista, nós fizemos esta Constituição para quê? Como é que alguém pode analisar credenciamento, conteúdo? Isso, no Brasil, é livre. Nós estamos implantando no Brasil um sistema horrível. Vou dizer: o Governo está fazendo a aprovação desse projeto de lei do jeito que bem entende, do jeito que bem quer. E vejam só como a coisa é direcionada: o art. 24 aqui – os outros já foram todos mencionados, as inconstitucionalidades aqui são de caminhão – vem e dá a essa TV a cabo a mesma oportunidade de fazer a mesma quantidade de comercial da TV aberta. Então, você tem lá 25% de uma hora; então, 15 minutos de propaganda na TV aberta. Essa TV a cabo vai ter o mesmo direito. Mas ninguém vai assistir mais a isso. Ou seja, todo mundo compra para ver a programação, e aí vai fazer-se um esforço redobrado para poder assistir ao canal que se quer comprar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente. Diz aí o nosso querido Senador Aloysio que vão colocar, daqui a pouco, A Voz do Brasil no sistema de TV a cabo.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: o patriotismo se exerce de outra forma; exerce-se com eficiência; exerce-se com honradez; exerce-se fazendo com que as coisas caminhem corretamente.

Enchem aqui de produtores – isso não me impressiona; de gente que faz filme e toma dinheiro do setor público – também não me impressiona. O que me impressiona é ter uma lei boa, uma lei salubre, uma lei saudável.

"Ah, tem que programar aqui, porque eu vou precisar fazer, neste instante, um conteúdo nacional." Existe conteúdo nacional de péssima qualidade, como existe conteúdo estrangeiro de péssima qualidade.

É claro que eu gostaria de ter um canal brasileiro com 24 horas de uma programação extraordinária. Se não temos, não vai ser pela mão do governo. Porque mão de governo sempre deturpa. Não estou falando deste Governo, estou dizendo de qualquer governo. Governo é incompetente para muitas coisas e, na área cultural, é um desastre, é um arraso.

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para concluir, Sr. Presidente.

De sorte que votarei contra. Estou autorizado pelo meu presidente Senador Agripino Maia, que votará a favor porque não quer que o projeto de lei volte para a Câmara, ele tem ideia formada sobre a conveniência de ampliação do sistema de TV a cabo, a dizer que vamos questionar junto ao Supremo Tribunal Federal tudo isto que consideramos censura, xenofobia, agressão à Constituição, essa quantidade enorme de artigos inconstitucionais que colocaram nesta lei. Não temos força para modificar a lei; nem para modificar a lei para voltar para a Câmara. O Governo não nos deixa fazer isso. Vamos perder, como estamos acostumados a perder, mas vamos atrás do nosso guardião, que é o Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, escutei atentamente vários oradores que me antecederam nesta tribuna. O Senador Demóstenes Torres foi o último Senador a me anteceder.

Senador Demóstenes Torres, impressionou-me a fala de V. Exª; impressionou-me no momento em que V. Exª claramente mostra à Nação brasileira a inconstitucionalidade deste projeto.

Impor algo a uma empresa, impor algo à sociedade é prova indubitável da inconstitucionalidade. Mas o Governo dita as ordens nesta Casa. Infelizmente para a nossa democracia, o Governo faz o que quer, aprova o que quer aqui nesta Casa. E nesta noite, meu caro Presidente, nós vamos sair daqui com mais uma lei inconstitucional aprovada pelos Senadores governistas. É mais um caminho da corrupção, afirmou o Senador Demóstenes Torres.

Ó corrupção maldita, que assola, que toma conta deste País! Ó corrupção desenfreada que, nos últimos anos, tomou conta da Nação brasileira! O que aprovamos hoje – com certeza, a maioria, por ser governista, vai aprovar –, como diz o Senador Demóstenes, é mais um caminho para a corrupção. Como se não bastasse isso, Senador Demóstenes Torres, a corrupção no Brasil disparou assustadoramente, meu caro Jarbas Vasconcelos, depois que o Governo petista assumiu o comando desta Pátria, desta Pátria querida que assiste assustada, todas as semanas, às notícias de corrupção nos Ministérios. E ainda estão dizendo, Brasil, e aí começaram a dizer, Brasil, que a Dilma está fazendo uma varredura na corrupção.

Varrendo o quê? Varrendo os petistas que eles mesmos colocaram nos Ministérios para fazerem a corrupção nesta Pátria? Eles mesmos os colocaram para facilitar a corrupção nesta Pátria!

Eles colocam os corruptos, colocam na rua e passam a elogiar.

Nação brasileira, preste atenção; meus caros brasileiros e brasileiras, prestem atenção; meu Líder do meu partido querido, preste atenção ao que disse o Presidente Nacional do PT prestando solidariedade a Mário Moyses, aquele senhor do Ministério do Turismo que foi preso há poucos dias.

Olhem como eles defendem os corruptos: o Presidente Nacional do PT, Deputado Rui Falcão, defendeu ontem o ex-Presidente da Embratur Mário Moyses preso na operação da Polícia Federal. Rui, Presidente do PT, assina uma nota de solidariedade a esse corrupto petista chamado Mário Moyses.

Isso é varredura, Brasil?

Isso é varredura, Brasil?

Quem colocou os corruptos no Ministério? Foi o Lula ou a Dilma? Quem colocou?

Que varredura está fazendo a Dilma? De onde vieram esses corruptos? Todos são apadrinhados petistas, colocados pelos petistas dentro dos Ministérios.

Assinem! Provem que a Dilma está certa: assinem a CPI da Corrupção! Eu quero vir aqui ter o prazer de citar, um por um, o nome dos Senadores que assinarem a CPI da corrupção! Eu quero vir aqui.... O quanto eu tentei, o quanto eu batalhei para evitar o roubo do Dnit! Foram bilhões! Por que a Dilma não varreu logo?! Por que a Dilma demorou, deixou roubar bilhões de reais dos cofres dos brasileiros?! E agora volta a se repetir a mesma história!

Assinem! Assinem, Senadores! Tenham a coragem de assinar! Ajudem a Dilma a varrer a corrupção neste País! Ajudem, Senadores! Se V. Exªs assinarem a CPI da corrupção, aí eu vou voltar a esta tribuna para dizer que a Dilma está fazendo verdadeiramente uma varredura. Se não, Brasil, ela está dizendo para não ter CPI aqui no Senado Federal. Assinem, Senadores! Assinem, Senadores! Mostrem que a Presidenta quer que V. Exªs mostrem ao Brasil a cara dos corruptos! E quantos ainda estão neste Governo! E quantos ainda vão aparecer! E quantos estão escondidos ainda! Malditos que acabam com a Pátria, a roubar o povo brasileiro!

Assinem, Senadores. Assinem, Senadores. Assinem a CPI da corrupção. Eu quero ter o prazer de voltar a esta tribuna e parabenizar um por um de V. Exªs; se não, eu continuarei dizendo nesta tribuna, minha Pátria querida: não se está fazendo varredura coisa nenhuma! O que se está fazendo é proteger a corrupção neste País.

Senador eminente, competente, histórico brasileiro José Sarney, hoje vamos mostrar mais uma vez à Pátria como este Senado se curva às ordens da Presidenta, como este Senado, mesmo sabendo que esse projeto não é bom, mesmo sabendo que é um projeto impositivo e inconstitucional, povo brasileiro, vai obedecer à ordem da Presidenta! Se não, a Presidenta manda tirar os cargos de cada um!

Muito obrigado, Presidente Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Encerrada a discussão - V. Exª está inscrito para encaminhar a votação -, passamos a proceder à leitura de três emendas apresentadas no plenário, subscritas pelo Senador Demóstenes Torres: uma emenda supressiva, a Emenda nº 17, que pede a supressão do art. 12 do projeto de lei; outra, também do Senador Demóstenes, pedindo a supressão do parágrafo único do art. 9º e de outros artigos; e outra, também do Senador Demóstenes Torres, pedindo a supressão dos arts. 16, 17, 19, 20, 21 e 23, bem como de seus incisos e parágrafos.

São as seguintes as emendas:

EMENDA SUPRESSIVA Nº 17
(Ao PLC nº 116, de 2010)

Suprima-se o art. 12 do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, e renumere-se o artigo posterior.

Justificação

O condicionamento das atividades de programação e empacotamento a credenciamento na Ancine

fere os princípios constitucionais da livre iniciativa e da liberdade de expressão. Esse conhecimento equivale a um registro junto à Agência, que, por sua vez, implica na necessidade de um aval para o exercício da atividade artística, de comunicação e intelectual, que deveria ser livres. Nesse sentido, há flagrante violação dos incisos IX e XIII do art. 5º da Constituição Federal.

Isto posto, reputa-se fundamental a expressão do referido dispositivo.

Sala das Sessões, – Senador **Demóstenes Torres**

EMENDA SUPRESSIVA N° 18
(Ao PLC n°116, de 2010)

Suprimam-se o parágrafo único do Artigo 9º e os artigos 10, 12, 13, 21, 22, 31 e 36, incisos III e IV do Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2010.

Justificação

A regulação de conteúdo audiovisual, prevista no parágrafo único dos artigos 9 e artigos l0, 12, 13, 21, 22, 31 e 36, incisos e IV do PLC n° 116/2010, infringe o direito de liberdade de expressão, direito fundamental garantido pelo artigo 5°, inciso IX da Constituição Federal.

O projeto de lei que se discute trata de determinar, em diversos dispositivos, que todo e qualquer conteúdo dos chamados canais de conteúdo qualificado seja submetido à validação e fiscalização pela ANCINE, agência criada pela Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que tem como finalidade precípua fomentar o cinema e produções nacionais.

Submeter todo o conteúdo de produção audiovisual à prévia Fiscalização e conhecimento da ANCINE nada mais é do que uma forma de censurar tal atividade, conferindo ao Estado, através de uma das suas agências, uma prerrogativa incompatível com a democracia, a qual ataca frontal e manifestamente a Constituição Federal.

Cumpre comentar que os principies consagrados no artigo 5º da Constituição Federal são cláusulas pétreas, ou seja, não são suscetíveis de alteração pelo Poder Constituinte derivado, nem ao menos por meio de entenda constitucional dada sua qualidade elementar e fundamental para estruturação de nossa pátria.

Ainda, no Capítulo V da Constituição Federal temos: Da comunicação social.

Logo no artigo 220 mais um dispositivo que confere proteção a liberdade de expressão artística, senão vejamos:

> "Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. §1° – Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5°, IV, V, X, III e XIV.
>
> § 2° É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (...)"

Por fim, ante a flagrante afronta ao direito de liberdade de expressão, uma vez que se condiciona a atividade de comunicação audiovisual de acesso condicionado ao prévio credenciamento, conhecimento e fiscalização por parte da Ancine, sugiro *que* sejam excluídos o parágrafo (mico dos artigos 9 e artigos 10, 12. 13, 21, 22, 31 e 36, incisos III e IV.

Sala das Sessões, – Senador **Demóstenes Torres.**

EMENDA SUPRESSIVA N° 19
(Ao PLC nº 19, de 2010)

Suprimam-se os artigos 16, 17, 19, 20, 21 e 23 do Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2010, bem como seus incisos e parágrafos:

Justificação

Não há dúvidas de que o Estado deva incentivar a produção de conteúdo audiovisual brasileira, fomentar essa indústria e resguardar a cultura nacional. Entretanto, os artigos 16, 17, 19, 20, 21 e 23 estabelecem um sistema de cotas de conteúdo nacional dentro dos canais e outro no pacote de canais programados pelas distribuidoras do serviço de acesso condicionado. A atividade de programação e empacotamento são atividades comerciais puramente privadas, não dependem de concessão pública e nem estão sujeitas à regulação prevista no artigo 21, XI da Constituição Federal. Trata-se de atividades econômicas de exercício livre, que não pressupõe outorgas e que já se submete a cadastros para o cumprimento de obrigações acessórias, como dita o artigo 220 da Constituição Federal.

Por outro lado, os artigos propostos retomam o tema da restrição ao capital estrangeiro, mais uma vez adotando forma não prevista em nosso regulamento jurídico, conflitando frontalmente com a Constituição Federal. Com a revogação do artigo 171 da Constituição Federal, não pode haver no Brasil distinção de tratamento entre o capital nacional e estrangeiro para os fins do exercício de atividade econômica, que cuja regulação não esteja expressamente prevista na Constituição Federal. A proposta viola ainda o artigo 174 da Constituição Federal, pois as atividades objeto da restrição são privadas ou exercidas no regime privado onde a atividade do Estado deve ser meramente indicativa. Não pode a lei determinar e uma autarquia federal fiscalizar restrições postas ao exercício de tais

atividades econômicas. A hipótese do art. 18 constitui-se em ingerência de tal ordem equivocada e descabida, a ponto de obrigar a operadora a inserir canal jornalístico adicional, gerando verdadeiro incentivo à desistência de se ofertar qualquer programa de conteúdo jornalístico na grade de programação, por conta dos custos operacionais, colidindo com o § 1º do artigo 220 da Constituição Federal. Em suma, a regra proposta incentiva a desinformação.

Sala das Sessões, – Senador **Demóstenes Torres**

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vou pedir ao relator que profira parecer sobre as emendas apresentadas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quero dizer ao Relator que as emendas foram apresentadas no plenário. Se V. Exª desejar, o Regimento lhe permite 24 horas para oferecer parecer, mas, se V. Exª quiser oferecer já, poderá oferecê-lo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em entendimento com os autores dos destaques da oposição, nós pactuamos que votaremos uma votação nominal de destaque, que é o destaque à Emenda nº 16, do Senador Alvaro Dias, que é uma emenda supressiva ao art. 9º. Então, o acordo é que rejeitaremos os pedidos de destaque todos em globo, menos o destaque à Emenda nº 16, que será votado posteriormente, após a votação da matéria, Sr. Presidente, de forma nominal, de acordo com entendimento mantido com a oposição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Relator, Senador Walter Pinheiro.

PARECER Nº 771, DE 2011–PLEN

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesse sentido, quero dar o meu parecer às emendas apresentadas pelo Senador Demóstenes Torres: a Emenda nº 17, a Emenda nº 18, a Emenda nº 19 e outra emenda aqui, sem numeração – a Emenda nº 20?

Na realidade, Sr. Presidente, somos pela rejeição das emendas apresentadas ao texto, pela aprovação da emenda de redação que já consta e já foi por mim lida no art. 36, inciso III. Portanto, rejeitando as demais emendas apresentadas, Sr. Presidente, ressalvando que teremos a votação nominal do destaque para a Emenda nº 16.

O nosso voto é pela rejeição de todas as emendas, com exceção da emenda de redação apresentada pelo relator ao art. 35, inciso III dessa lei.

Era isso que tinha a declarar, Sr. Presidente.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para destacar que votaremos favoravelmente ao projeto, em função do acordo de destaque para a Emenda nº 16. E, posteriormente, votaremos favoravelmente à Emenda nº 16.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Há sobre a mesa requerimentos de destaque que vão ser lidos.

Com referência ao requerimento de destaque, a Presidência...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Passo a ler o **Requerimento nº 1.004, de 2011**, que requer, nos termos do art. 312, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque para votação em separado dos seguintes dispositivos do PLC nº 116, de 2010, do Senador Demóstenes Torres.

Outro requerimento é o de **nº 1.005, de 2011**, que requer, nos termos do art. 312, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque para votação em separado dos seguintes dispositivos do PLC nº 116, de 2010, também do Senador Demóstenes Torres.

Requerimento nº 1.006, também, que requer, nos termos do art. 312, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque para votação em separado dos seguintes dispositivos do PLC nº 116, de 2010, do Senador Aloysio Nunes.

E o **Requerimento nº 1.007**, que também, nos termos do art. 312, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, requer destaque para votação em separado à Emenda nº 16, do Plenário, do PLC nº 116, de 2010, do Senador Alvaro Dias.

São os seguintes os Requerimentos na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 1.004, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 312, II, do RISF, o destaque para votação em separado, do seguinte dispositivo, do PLC n° 116, de 2010:

"Art. 5° O controle ou a titularidade de participação superior a 50% (cinquenta por cento) do capital total e votante de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por concessionárias e

permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e por produtoras e programadoras com sede no Brasil, ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços.

§ 1° O controle ou a titularidade de participação superior a 30% (trinta por cento) do capital total e votante de concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de produtoras e programadoras com sede no Brasil não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços.

§ 2° É facultado às concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e a produtores e programadoras com sede no Brasil, diretamente ou por meio de empresa sobre a qual detenham controle direto, indireto ou sob controle comum, prestar serviços de telecomunicações exclusivamente para concessionárias e permissionárias dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens ou transportar conteúdo audiovisual das produtoras ou programadoras com sede no Brasil para entrega às distribuidoras, desde que no âmbito da própria rede.

§ 3° É facultado às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, diretamente ou por meio de empresa sobre a qual detenham controle direto, indireto ou sob controle comum, controlar produtoras e programadoras com sede no Brasil que exerçam atividades exclusivamente destinadas à comercialização de produtos e serviços para o mercado internacional."

Justificação

Referido dispositivo preenche-se de inconstitucionalidade por esbarrar nas regras basilares da Ordem Econômica, servidoras dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, sobretudo do disposto no inciso I do artigo 3° da Constituição Federal.

A livre iniciativa, consoante o disposto na Constituição Federal, representa um dos fundamentos da ordem econômica, que por sua vez busca construir uma sociedade livre, justa e solidária. Outros princípios, como o da livre concorrência, também são diretrizes que devem pautar a atividade econômica, conforme dispõe o texto constitucional.

Ocorre que o artigo 5° do PLC n° 116/2010 traz um preceito que afronta evidentemente os fundamentos da Ordem Econômica brasileira, sobretudo a livre iniciativa. Isso porque, de acordo com a referida redação, as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo estariam proibidas de ter participação superior a 50% ou controlar as empresas concessionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens, produtoras ou programadoras com sede no Brasil. Por outro lado, as empresas concessionárias de radiodifusão de sons e imagens, produtoras ou programadoras estariam proibidas de ter participação superior a 30% ou controlar as empresas de telecomunicações de interesso coletivo.

Não há fundamento constitucional ou mercadológico que justifique criar a referida restrição de propriedade cruzada, ao menos que se tenha o intuito de dividir os mercados entre os diversos segmentos de empresas que fazem parte da atividade econômica audiovisual, o que afrontaria o princípio da livre concorrência.

Ademais, o art. 5° do PLC 116/2010, ao obstar a participação das empresas de serviços de telecomunicações nas empresas produtoras de conteúdo audiovisual, vai de encontro ao próprio objetivo do projeto de lei, que seria fomentar e permitir maiores investimentos no conteúdo, sobretudo de natureza brasileira.

Ainda que se possa alegar que a referida restrição de propriedade cruzada tem por objetivo evitar a consolidação de oligopólios na área do audiovisual, cumpre destacar que as autoridades concorrenciais têm esse papel e competência para analisar e reprimir os casos de infrações à ordem econômica, sendo, por isso, desnecessário engessar a livre participação no mercado mediante esta proposta de lei. Não obstante, a redação atual mostra-se excessivamente abrangente, englobando toda e qualquer empresa de telecomunicações, mesmo aquelas que não detêm qualquer participação relevante no mercado, ou mesmo aquelas que têm interesse e recursos para investir no mercado audiovisual brasileiro. Diante disso, propõe-se que a redação seja alterada para abarcar tão somente as empresas de serviços de telecomunicações em regime público, dada a característica do serviço e poder econômico das referidas empresas. – Senador **Demóstenes Torres.**

REQUERIMENTO Nº 1.005, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 312, II, do RISF, o destaque para votação em separado do seguinte dispositivo, do PLC n° 116, de 2010:

Art. 6º As prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, bem como suas controladas, controladoras ou coligadas, não poderão, com a finalidade de produzir

conteúdo audiovisual para sua veiculação no serviço de acesso condicionado ou no serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens:

I – adquirir ou financiar a aquisição de direitos de exploração de imagens de eventos de interesse nacional; e

II – contratar talentos artísticos nacionais de qualquer natureza, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais.

Parágrafo único. As restrições de que trata este artigo não se aplicam quando a aquisição ou a contratação se destinar exclusivamente à produção de peças publicitárias.

Justificação

A redação original do artigo 6° desencadeava duas consequências contraditórias em relação aos próprios princípios que norteiam o PLC nº 116/2010.

Isto porque, em um primeiro momento, o projeto visa à abertura do mercado de TV por assinatura a todas as prestadoras de serviços de telecomunicações, sob a égide da liberação econômica consubstanciada na l**ivre concorrência.** Por outro lado, e em razão de alterações realizadas no texto original, o projeto apresenta como um de seus objetivos o **fomento da atividade de produção nacional.**

Inexplicavelmente, todavia, **a redação original do projeto retirava a possibilidade do conteúdo nacional ser produzido por empresas de telecomunicações,** que têm potencial para contribuir com a produção brasileira e financiar grandes eventos de interesse nacional. Assim, tal medida restritiva de participação no mercado afastaria uma maior quantidade de investimento na área de produção local.

Não obstante, a redação original vai de encontro ao princípio constitucional da livre concorrência e ao espírito do PLC nº 116/2010, que enaltece a concorrência, quando revoga a Lei do Cabo para permitir que empresas de telefonia fixa possam entrar no mercado de TV a cabo.

Ademais, nos termos da legislação ordinária, pode-se dizer que o dispositivo em debate causaria uma "divisão de mercado", conduta essa reprimida e elencada entre o rol de infrações à Ordem Econômica instituídas pelo artigo 20 da Lei 8.884/1994, lei que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em autarquia.

Ainda que se argumente que a restrição originalmente proposta visava proteger o mercado audiovisual de eventuais abusos de poder econômico, deve ser ressaltado que cabe ao próprio Estado utilizar-se de sua máquina administrativa para coibir as respectivas infrações de ordem econômica. Por isso, a necessidade de alterar o disposto no artigo 6º. – Senador **Demóstenes Torres.**

REQUERIMENTO Nº 1.006, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 312, II, do RISF, o destaque para votação em separado, dos seguintes dispositivos, do PLC n° 116, de 2010:

a) o parágrafo único do art. 9°;
b) os §§ 1° e 3° do art. 10°;
c) os §§ 1°, 2°, do art. 11;
d) o art. 12 e seu parágrafo único;
e) o art. 13 e seu parágrafo único;
f) os arts. 14 e 15;
g) o § 3° do art. 19;
h) os arts. 21 e 22;
i) os §§ 1° e 2° do art. 25;
j) os arts. 26 e 27;
n) o **caput** do art. 31;
o) o art. 36;
p) o art. 42 e seu parágrafo único.

Justificação

O PLC está eivado, ao menos no que se refere à atribuição de determinadas funções à ANCINE, de flagrante inconstitucionalidade, seja de ordem formal, assim como de caráter material.

Sob o aspecto formal, a inconstitucionalidade decorre de vício de iniciativa. A organização da administração pública – e a ANCINE, como autarquia especial compõe a administração indireta – é de competência privativa do poder Executivo, na forma inequívoca do art. 61, § 1º, II, "e". São assim de iniciativa privativa do Presidente da República, as leis que disponham sobre a criação e extinção de Ministérios e Órgãos da Administração Pública. A CF de 88 vai ainda mais além, ao conferir ao Chefe do Executivo, a poder de dispor mediante decreto sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa.

Portanto, a definição das atribuições de órgãos públicos, mesmo quando se trate de autarquias como é o caso da ANCINE, cabe exclusivamente ao Poder Executivo a que estejam vinculados. Trata-se de corolário do princípio da separação de poderes, cláusula pétrea da Constituição Federal.

Resta evidente que projeto de lei de iniciativa parlamentar, como é o caso do PLC 116/2010, não pode avançar sobre as atribuições privativas do Presidente da República, em termos legislativos.

Esse é inclusive o entendimento consagrado pelo Supremo Tribunal Federal, expresso em acórdãos exarados nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nos. 1391/MC – SP, 1.182-1/DF; 2.750-6/ES, 2.808-1/RS,

2.840-5/ES, 3.180-5/AP e 2.857-0/ES. Todos esses precedentes referem-se a leis estaduais, de origem parlamentar, que refletem, por simetria, a tese aplicável na esfera federal.

Essa questão foi tratada com absoluta propriedade pelo I. Ministro do Supremo Tribunal Federal Sidney Sanches, relator da ADI nº 2.372, por ocasião do julgamento da cautelar requerida nessa ação, oportunidade em que ressaltou:

> "De que adiantaria ao Poder Executivo a iniciativa de lei sobre órgãos da Administração Pública, se, ao depois, sem sua iniciativa, outra lei pudesse alterar todas as suas atribuições e até suprimi-las ou desvirtuá-las? Não há dúvida de que interessa sempre ao Poder Executivo iniciativa de Lei que diga respeito a sua própria organização, como ocorre, também, por exemplo, com o Poder Judiciário."

Colamos apenas dois daqueles julgados, que consolidam o entendimento aqui levantado:

ADI 1391MC/SP Medida cautelar na ação de inconstitucionalidade Relator(a): Min. Celso de Mello

Julgamento 1º-2-1996 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Requerente: Governador de São Paulo

Requerido: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – INSTAURAÇÃO DE PROCESSO LEGISLATIVO – PROJETO DE LEI VETADO – VETO GOVERNAMENTAL REJEITADO – CRIAÇÃO DO CONSELHO DE TRANSPORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CLÁUSULA DE RESERVA – USURPAÇÃO DE INICIATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO – MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA E REFERENDADA PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. – A disciplina normativa pertinente ao processo de criação, estruturação e definição das atribuições dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública estadual traduz matéria que se insere, por efeito de sua natureza mesma, na esfera de exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo local, em face da cláusula de reserva inscrita no art. 61, § 1º, II, e, da Constituição da República, que consagra princípio fundamental inteiramente aplicável aos Estados-membros em tema de processo legislativo. Precedentes do STF. – O desrespeito à prerrogativa de iniciar o processo de positivação do Direito, gerado pela usurpação do poder sujeito à cláusula de reserva, traduz vício jurídico de gravidade inquestionável, cuja ocorrência reflete típica hipótese de inconstitucionalidade formal, apta a infirmar, de modo irremissível, a própria integridade do ato legislativo eventualmente editado. Precedentes do STF.

ADI 1.182/DF Ação direta de inconstitucionalidade

Relator(a): Min. EROS GRAU

Julgamento:24-11-2005

Òrgão Julgador: Tribunal Pleno

REQTE.: Governador do Distrito Federal

REQDO.: Câmara Legislativa do Distrito Federal

EMENTA: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Artigo 117, Incisos I, II, III e IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Órgãos

INCUMBIDOS DO EXERCÍCIO DA SEGURANÇA PÚBLICA. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. MATÉRIA DE INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. MODELO DE HARMÔNICA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES. INCONSTITUCIONALIDADE. 1. Por tratar-se de evidente matéria de organização administrativa, a iniciativa do processo legislativo está reservada ao Chefe do Poder Executivo local. 2. Os Estados-Membros e o Distrito Federal devem obediência às regras de iniciativa legislativa reservada, fixadas constitucionalmente, sob pena de violação do modelo de harmônica tripartição de poderes, consagrado pelo constituinte originário. Precedentes. 3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

Não fossem tais argumentos em relação à inconstitucionalidade formal suficientes para a supressão dos incisos elencados, são igualmente insuperáveis os obstáculos no que tange à inconstitucionalidade material. O irrestrito poder de regulação atribuído à Ancine afronta, entre outros princípios constitucionais, o da liberdade de criação, expressão e informação, e ainda o da livre iniciativa e o exercício da liberdade econômica.

Ao atribuir à Ancine poderes quase ilimitados de regulação, acaba por impedir e em alguns casos impossibilitar por parte de agentes do setor, como programadores ou empacotadores, o exercício de sua liberdade criativa e de expressão. As atividades destes agentes não se confundem com os prestadores de serviços de comunicação no sentido próprio, que já são regulados pela Anatel, na qualidade de prestadores de serviço de transmissão de sinais (telecomunicações no sentido próprio). Trata-se de produção artística e individual, a mais concreta expressão da liberdade garantida pelos arts. 5º, IX ("é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença"), e 220, **caput** ("A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição"), todos da Constituição Federal.

Assim, independe de licença prévia a expressão de atividade intelectual, artística e de comunicação, da mesma forma que a criação e a informação, sob qualquer forma, não sofrerão qualquer restrição. A competência da Lei Federal, na forma do § 3° do art. 220 da Constituição, se limitará à regulamentação da propaganda comercial, diversão e espetáculos públicos, além de "meios que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem" de determinados programas, em desacordo, por sua vez, com os princípios previstos.

Antes de mais nada, é preciso ressaltar que a diversão e os espetáculos públicos, que permitem restrições por parte do Poder Público, não se enquadram entre os serviços atingidos pelo projeto que cuida, especialmente, da "comunicação audiovisual de acesso condicionado". Isto porque esta atividade, como a define o projeto em seu art. 2º, inciso VI, limita-se ao conteúdo entregue exclusivamente a "assinantes". Aliás, é o próprio PLC, que em seu artigo 1° estabelece essa diferenciação, ao excluir de seu alcance "os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens", serviços executados pelas rádios e TV abertas.

Destarte, a proteção que se pretende dar à família e às pessoas, contra programação que contrarie as disposições do art. 221, inclusive no que se refere a "respeito aos valores éticos e sociais", está de pronto assegurada pela liberdade de contratar ou não aquele serviço. Em outras palavras, basta que a pessoa ou a família deixem de ser assinantes, para assim estarem "protegidos" deste ou daquele programa ou canal. Por outro lado, há ainda a possibilidade de que o assinante escolha este ou aquele pacote, ou ainda instale mecanismos de impedimento de acesso a determinados programas.

Cumpre também rebater eventuais alegações de que o projeto apenas atende aos princípios contidos no citado artigo 221 da Constituição Federal. Exatamente porque não se confundem as TV por assinatura com as emissoras de rádio e televisão abertas, ou seja, aquela que é disponibilizada graciosamente ao consumidor. Claramente, não se aplica à "comunicação social condicionada", pois esta é direcionada exclusivamente ao interesse do consumidor, que pretende determinado tipo de programa e apenas aquele. Basta lembrar o exemplo dos denominados programas para "adultos", que, certamente, não beneficiam os valores da ética familiar, mas que podem ser livremente adquiridos por quem, na sua liberdade de agir e de pensar, opta por adquiri-los. Note-se: adquiri-los, pois o consumidor paga um preço para ter acesso a tal programação, diferentemente da TV aberta.

A interpretação das normas constitucionais não deixa dúvida de que a liberdade é a regra, consubstanciada em princípios como a liberdade de expressão, livre iniciativa, proibição da censura, a legalidade dos atos administrativos, entre outros. As exceções, por sua vez, não podem ultrapassar os limites impostos pela própria Constituição.

O que se tem, a prevalecer a forma trazida pelo PLC 116, é a indevida intromissão de um órgão administrativo, no caso a Ancine, como órgão regulador quase que absoluto, a ela cabendo, direta ou indiretamente, o controle da atividade intelectual e criativa de programadores e empacotadores.

O art. 9º e seu parágrafo único conferem à Ancine o poder de regular e fiscalizar as atividades de programação e empacotamento. São estas atividades, como já ressaltamos, essencialmente de produção intelectual, artística, de comunicação, abrangidas portanto pela proteção constitucional. Atribuir a um órgão administrativo o poder de definir quais os critérios utilizados para aferir o atendimento aos princípios constitucionais importa em conferir a este mesmo órgão, em última instância, do caráter de intérprete da própria Constituição.

Exemplo deste injustificável excesso de poderes da Agência, reside no art. 12, que determina que as atividades de programação e empacotamento só poderão ser exercidas por quem obtiver um "credenciamento perante a Ancine". Não define entretanto, quais os requisitos para esse credenciamento. Ora, no silêncio da lei, poderá à ANCINE, dispor livremente a esse respeito, o que de forma alguma pode ser admitido, especialmente no que se tratar da "regulação" de um direito constitucionalmente garantido. O que teremos, portanto, é uma entidade administrativa, regulamentando, por portaria ou resolução, as condições para o exercício de uma garantia constitucional. Não pode haver maior absurdo.

Não custa lembrar que a atividade dos programadores e empacotadores se inclui na categoria de atividade privada de geração de conteúdo, passíveis de transmissão não apenas pelas empresas de TV por assinatura, mas também por outros prestadores de serviço de telecomunicações, assim como por provedores de internet (serviços de valor adicionado – Lei nº 9.472, de 1997, art. 61). Observe-se que nestes casos, a lei específica do setor vem para atender exatamente o princípio da legalidade. Estão assim contidas na norma legal específica, e não sujeitas ao alvedrio de um ente administrativo, as exceções às garantias constitucionais da liberdade dos que atuam no campo

da criação, da expressão e da informação (CF, arts. 5º, IX e 220, **caput**).

Os dispositivos que pretendemos suprimir conferem à Agência, na esteira de seu novel, papel de regular e fiscalizar, o poder de adentrar na etérea esfera do "cumprimento dos princípios da comunicação audiovisual de acesso condicionado". É o caso do art. 15 do projeto, que inclui incisos no artigo da Lei da ANCINE que trata das suas competências. Significa dizer que a Agência poderá editar normas, fazendo exigências e impondo restrições de direitos, com a única e simplória condição de que isso sirva ao cumprimento dos tais "princípios da comunicação audiovisual".

Em descrição mais superficial e genérica ainda, o art. 3º os enumera: "liberdade de expressão e de acesso a informação", "promoção da diversidade cultural e das fontes de informação, produção e programação", "promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira", "estímulo à produção independente e regional", "estímulo ao desenvolvimento social e econômico do País", e "liberdade de iniciativa, mínima intervenção da administração pública e defesa da concorrência por meio da livre, justa e ampla competição e da vedação ao monopólio e oligopólio".

A partir desta fluída definição, a Ancine poderá impor, sob o manto de tão genéricas expressões, normas de aplicação concreta e obrigatória para todas as empresas do setor.

Cabe ainda salientar, outro evidente equívoco do projeto, ao permitir o absurdo da ANCINE atuar como representante do interesse dos particulares que são consumidores de um serviço, cidadãos não apenas com capacidade, mas inteira liberdade para contratar. Surge assim, na esfera do direito privado, outra condição para a validade do ato jurídico. Não bastam apenas objeto lícito, o agente capaz e a forma prescrita ou não defesa em lei. Há de haver agora, a prévia "aprovação do produto" pela Ancine.

Reiteramos, a comunicação audiovisual de acesso condicionado é serviço regulado por lei e que pode livremente ser contratada. Em outras palavras, o consumidor busca um determinado programa ou canal e por ele paga.

É na busca deste consumidor, que as empresas se constituem e trabalham para o melhor atendimento desta demanda. Qualquer restrição ou imposição de programas obrigatórios feriria a livre iniciativa, da mesma forma que feriria, se determinado consumidor pretendesse adquirir um automóvel de determinada marca e o governo o obrigasse a adquirir automóvel de outra marca.

Este caráter interventivo na livre iniciativa fere igualmente a Constituição Federal, mormente o art. 174, que estabelece os limites do planejamento das atividades econômicas por meio da atividade normativa e reguladora do Estado.

Ali está com todas as letras, que este planejamento, obrigatório para o poder público, é meramente indicativo para a iniciativa privada. Desta forma, impor condições e restrições, a uma atividade privada, mais ainda quando se trata da sagrada liberdade de expressão e informação, constitui afronta à Lei Maior.

Por outra face, o projeto, da forma em que se encontra, permite que o Estado, através da Ancine, venha a interferir inclusive, na vontade do consumidor. Nada impede, diante do amplíssimo poder regulamentar que lhe é conferido, que a Agência imponha tantas restrições ao mercado produtor, que este se veja obrigado a alterar sua programação, de molde a se adaptar à regulamentação baixada.

Isso, em última instância, implica em privar o consumidor de uma programação que talvez lhe interessasse, ao mesmo tempo em que acaba por impor-lhe uma programação que não desejava.

Por estas razões, entendemos que a supressão dos dispositivos elencados se faz necessária, por absoluta inconstitucionalidade formal e material.

Sala das sessões, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira.**

REQUERIMENTO Nº 1.007, DE 2011

Nos termos do artigo 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Destaque para a Votação em Separado da Emenda, nº 16, de Plenário, do PLC nº 116, de 2010.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2011. – Senador **Álvaro Dias**

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com referência a requerimento de destaque, a Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 313 do Regimento Interno, cada dispositivo a ser destacado deve ser objeto de requerimento específico.

Nos casos dos requerimentos subscritos pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias, de destaque, há vários dispositivos do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010.

A Presidência o recebe por analogia, nos termos do inciso VII do art. 314 do Regimento Interno.

Não havendo objeção do Plenário, assim será feito. *(Pausa.)*

O Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Votação, em globo, dos Requerimentos de Destaque nºs 1004, 1005, 1006, com o acordo de votarmos separadamente os outros pedidos de destaque.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O 1007, o 1007.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os Senadores e as Senadoras que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados.

Vamos votar o Requerimento de Destaque do Senador Alvaro Dias nº 1.007, que pede destaque para votação em separado da Emenda nº 16.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos proceder à votação do destaque.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para encaminhar, estão inscritos o Senador Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Desiste da palavra? Também? Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Não, Excelência, usarei.

Excelência, só para manifestar que a posição do Partido Socialismo e Liberdade em relação à matéria é pela aprovação. É fundamental destacarmos que protecionismo, que proteção, ao contrário do que se diz, é um privilégio daqueles países chamados e ditos capitalistas.

Perguntemos na Europa, perguntemos aos franceses, aos alemães, perguntemos aos norte-americanos se eles não utilizam e não adotam mecanismos de proteção à sua indústria nacional; se eles não utilizam e não adotam mecanismos de proteção à sua cultura, à sua produção cultural e à sua produção cinematográfica.

O PLC nº 116 é uma reivindicação antiga do movimento brasileiro pelo audiovisual e é um movimento pela defesa da produção nacional – e é esta produção nacional que nós queremos aqui defender.

Esse projeto representará, em especial porque estabelece um prazo de vigência de doze anos das cotas para a produção nacional na TV por assinatura, um incentivo como nunca houve para a produção cinematográfica brasileira. É importante aqui destacar que a produção cinematográfica brasileira tem avançado muito e conquistado o mercado internacional nos últimos vinte, trinta anos. Esse projeto é mais um apoio a essa iniciativa e ao que já tem sido construído em defesa do cinema nacional.

Por fim, Sr. Presidente, o projeto abrirá o mercado das TVs por assinatura, hoje concentrado num "bipólio" de apenas duas empresas que controlam 80% do mercado de TV por assinatura. Ao abrir o mercado – este é um princípio do capitalismo –, ao abrir para a livre concorrência, é óbvio que a maioria dos brasileiros que hoje não tem acesso a um preço justo da TV por assinatura poderá ter acesso para assistir às programações. Lamentavelmente, nem todos do meu Estado do Amapá estão assistindo hoje a esta sessão do Senado pela TV Senado, porque ela só é vista, por enquanto, pela TV por assinatura. Com a democratização da TV por assinatura e com a abertura do mercado de TV por assinatura para outras operadoras de TV por assinatura, isso passa a ser cada vez mais um direito de todos os brasileiros.

Então, votamos a favor desse projeto pela abertura do mercado de TV por assinatura, para que ele seja acessível à ampla maioria dos consumidores brasileiros. Ao contrário do que se tem dito, do que se tem falado, esse projeto beneficiará o consumidor brasileiro. E votamos a favor desse projeto, porque ele é o maior incentivo da história deste País ao audiovisual e à produção do cinema nacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella, para encaminhar.

V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente as razões do Senador Randolfe, mas eu queria, com todo o respeito, encaminhar favoravelmente essa emenda.

É bem verdade que a intenção, o espírito é reabrir a concorrência e diminuir o preço das TVs a cabo, mas o povo não vê TV a cabo; o povo vê TV aberta. E a TV aberta, que é patrimônio do povo brasileiro, pode ser demolida com o projeto, porque vai perder propaganda, vai perder – com um projeto que nós não discutimos ainda profundamente – recursos, verbas.

Eu recebi ligação do presidente da Band e de vários outros presidentes, preocupados com o que será da receita deles, se aprovado esse projeto.

Além do mais, o projeto deveria ser de iniciativa do Executivo. Esse projeto é de iniciativa dos Deputados. Esse projeto dá poderes à Ancine que são inconstitucionais.

É bem verdade que o Supremo diz que se o Presidente sancionar então deixa de ter a inconstitu-

cionalidade, mas na origem tem. Hoje nós estamos praticando uma inconstitucionalidade.

Há outra coisa, Sr. Presidente, que nos preocupa a todos. É que neste momento em que nós estamos discutindo liberdade de imprensa, direito de opinião, que nós, políticos, às vezes amarguramos, notícias de jornais etc., nós estamos criando uma censura implícita à liberdade de imprensa, à expressão do pensamento, ao direito à consciência. A intenção é boa. Preservar o conteúdo nacional é intenção de todos. Nossa cultura, nossos valores, isso é princípio sagrado, dever nosso com os nossos antepassados. Esse é o patrimônio de que mais nos orgulhamos neste País. Mas não podemos permitir a volta da censura, não podemos ser ditados e pautados por pensamentos seja de qualquer partido. Eu digo isso com a isenção de quem tem apoio ao governo jamais desmentido nesta Casa. Ninguém pode levantar aqui que votei com o Governo por qualquer intenção a, b, c ou d.

Hoje, estou aqui expressando minha consciência. O projeto, Sr. Presidente, precisa ser discutido.

Lembro aqui as palavras de Montesquieu: a vida consiste, Senador Walter, em conciliar. Nós precisamos conciliar. O projeto ainda não conciliou. O projeto é bom quando concilia. Ele não conciliou. Projeto bom é aquele que concilia os interesses, que todos discutem.

Então aqui, Sr. Presidente, termino este breve pronunciamento, mas alertando meus companheiros: vamos preservar o conteúdo nacional? Sim, mas há risco de censura. Vamos abrir o mercado para as TVs por assinatura? Mas o povo não vê isso! À custa de quê? Desprestigiar os canais abertos que levam a informação, que estão na alma do nosso povo? O Brasil tem mais televisões do que geladeiras. E eles vão ser penalizados. Liguem para o dono da Band, liguem para os donos de televisão, os senhores aqui façam a sua pesquisa e vão ver que eles estão todos preocupados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Demóstenes, para encaminhar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dizer a V. Exª que eu concordo integralmente com as palavras do Senador Marcelo Crivella.

Realmente, é um projeto inconstitucional. Não vou dizer integralmente, porque acho que o Supremo vai derrubar. Quando o Presidente mete o jamegão, chancelando a inconstitucionalidade, o Supremo pode derrubar a inconstitucionalidade.

Nós vamos entrar com essa ação, e lamento apenas divergir do Senador Randolfe Rodrigues, porque o considero um talento verdadeiro. Digo isso de coração. Há aquele elogio retórico, mas não é esse o caso.

Na realidade é uma concepção de Estado que V. Exª tem, mas que não estimula a competição, porque quem vai pagar o pato é o consumidor, quem vai pagar por essas produções de fundo de quintal, quem vai fazer com que fira o direito individual de o cidadão de, na TV fechada, assistir ao que bem entender, é justamente esse projeto.

A Ancine se torna um monstro; um monstro que vai desde fazer a inscrição, desde autorizar que a pessoa distribua, até em pacote, depois faz um sistema de controle prévio de conteúdo que não está escrito exatamente. E controle prévio de conteúdo é o eufemismo que a ditadura utilizava para censura, censura prévia, como disse o Senador Marcelo Crivella.

Então, vou votar integralmente contra o projeto e vamos questioná-lo, se perdermos. Acreditamos que o Governo tem maioria e vai exercê-la. Nós vamos questionar no Supremo Tribunal Federal e vamos tentar derrubar aquilo, primeiro, porque o consideramos inconstitucional e, segundo, altamente lesivo aos interesses do País.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Para encaminhar, pelo Bloco, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para encaminhar, Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não pretendia me manifestar neste debate, até porque nosso desejo, o desejo de toda a sociedade é o de que nós possamos aprovar o mais rápido possível.

No entanto, diante de algumas colocações que eu entendo absolutamente equivocadas, nós não poderíamos deixar de contestar coisas que foram ditas e, ao mesmo tempo, defender este projeto, que foi objeto de discussão na Câmara dos Deputados durante três anos.

O que querem mais que se discuta? Foram audiências públicas; foram conversas bilaterais; todos os segmentos ligados a esse setor foram ouvidos, apresentaram suas proposições e suas idéias.

Esse texto que hoje vem à votação aqui no plenário do Senado é resultado de uma concordância de uma grande maioria dos atores desse setor, sejam as

empresas de telefonia, sejam as empresas de radiodifusão, sejam os produtores culturais.

E esse projeto, sem dúvida, representa democratização do acesso das pessoas à TV fechada. Aqui foi dito por vários dos oradores, a parcela ínfima se nós compararmos com países do mesmo nível de desenvolvimento, do mesmo tamanho e até países com menor desenvolvimento que o Brasil, aqui mesmo na América Latina, onde a quantidade de assinantes é muito maior. E por que isso? Primeiro, porque nós temos preços extremamente elevados para que as pessoas no Brasil possam ter acesso. Segundo, porque nós temos uma legislação completamente defasada para as necessidades que esse segmento tem. E, terceiro, porque nós precisamos que no País se desenvolva a atividade de produção audiovisual.

Na verdade – e não é a primeira vez que isso acontece no nosso País –, a definição de cotas nacionais vai representar um estímulo para a produção nacional. O Brasil, que tem se destacado internacionalmente, aqui já foi dito, pela qualidade de produção do seu cinema, pela qualidade da produção dos seus programas de TV, poderá, sem dúvida, ter uma excelente qualidade também para a produção dos canais fechados. E a cota tem esse objetivo.

Aqui ninguém está dando à Ancine nenhum poder que se sobreponha ao que a lei prevê e ao que a Constituição prevê. Portanto, falar aqui em censura, Sr. Presidente, é um absoluto equívoco. O que, na verdade, no fundo, está em jogo aqui é uma posição elitista, que acha que apenas uma ínfima parcela da população pode ter direito a benefícios como esse. E o Governo vem com esse projeto exatamente para democratizar esse acesso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Romero Jucá. Em seguida, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para encaminhar favoravelmente. O projeto é importante. O projeto vai ampliar o atendimento à população do País. Resolve e define um marco para que nós tenhamos a produção nacional valorizada.

Portanto o encaminhamento da Liderança do Governo é favorável. Nós vamos votar favorável ao projeto e depois vamos votar pela manutenção do texto do destaque.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para esclarecer que não sou contra o projeto, sou a favor da emenda. Estamos discutindo emenda, destaque, que eu encaminhei favoravelmente. Ninguém está discutindo projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nobre Líder do PT acaba de afirmar que nos três anos em que esse projeto esteve sob análise na Câmara dos Deputados foram ouvidos todos os atores envolvidos neste assunto: produtores de cinema, empresas de telefonia, empresas de TV a cabo, produtores de conteúdo, vários atores.

Eu quero falar em nome de um ator que não foi ouvido, que é o consumidor brasileiro, que é a pessoa que assina, o assinante da TV a cabo que não foi ouvido nesta história toda e que contava conosco para falar em nome dele; e que vai ser obrigado, sim, agora, a assistir o programa de televisão no horário que for considerado nobre pela Ancine para veiculação de filme nacional, de programa nacional. Quer dizer, vai ter um horário nobre que a Ancine vai dizer qual é, para que neste espaço de tempo esse que comprou assinatura, que está pagando com dinheiro dele e que não é obrigado a sustentar política pública – ele já sustenta políticas públicas quando paga imposto – esse cidadão a Ancine vai enfiar goela a baixo dele assistir aquele programa que foi considerado apto a ser exibido naquele momento. É isso.

Trata-se de um projeto que considera o cidadão brasileiro um imbecil, uma criança que tem que ser tutelada. Não é um marco regulatório, é um marco regulador, é uma inclusão inadmissível na liberdade de escolha do consumidor brasileiro. E a Ancine vai sim, vai sim, a Ancine que eu não sei quem é, eu não conheço, nem sei quem são os diretores, a Ancine terá a prerrogativa de credenciar ou de descrendenciar aqueles que estarão aptos a veicular o seu conteúdo por essa pluralidade.

Se a Ancine achar que uma determinada empresa, um determinado empacotador, produtor, distribuidor não cumpriu as suas determinações, ela tira o sujeito do ar, ela não deixa a pessoa trabalhar. Só isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, o governo está dando à Ancine a faca e o queijo. Ela vai estar com a faca e o queijo na mão para decidir aquilo que o brasileiro pode assistir na hora que ele quiser.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – É o último orador para encaminhar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui reafirmar os termos de acordo que foi feito há 15 dias entre nós, o Partido e o Governo.

Há divergências. Essa matéria encerra divergências, mas depois de três anos na Câmara e um tempo enorme no Senado, é preciso que haja uma definição, que se vote e que se decida. Nós estamos aqui para cumprir o acordo que foi montado com o Governo. Estamos facilitando o processo de votação.

Foi feito aqui para um acordo para que se votasse o destaque para votação em separado de uma emenda.

Eu quero dizer a V. Exª que eu cumpro o acordo e que sou favorável à democratização das oportunidades. Que as telefônicas, por exemplo, possam transportar pacotes de TV a cabo. Por uma razão muito simples, eu sei quanto eu pago pelo pacote de TV a cabo na minha casa, para assistir o que eu quero e o que eu não quero, na hora em que eu quero.

Eu concordo inteiramente com a argumentação que foi apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira com relação à segunda parte, a parte da Ancine. Na medida em que as telefônicas tenham oportunidade de também veicular pacotes, você vai ter uma ampliação no leque de ofertas, você vai poder comprar muito mais barato, e o pacote que você quer. Isso consulta o interesse do consumidor brasileiro.

Agora, essa emenda que está posta, se for aprovada, faz com que o projeto volte para a Câmara. Esqueça, se voltar para a Câmara, esqueça, porque depois de três anos são mais três anos e aí o prejuízo ao consumidor ocorrerá.

Então, o que eu quero anunciar é que vou votar a favor, vou cumprir o acordo, mas o meu partido, desde já, está anunciando que vai entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal argüindo a inconstitucionalidade dos termos em que a Ancine é posta nesse projeto. Os poderes que são concedidos à Ancine.

Então, eu voto a favor, agora anuncio que meu partido vai entrar, com o PSDB, se for o caso, no Supremo Tribunal Federal, com uma Adin contra os termos contidos nesse projeto e que dizem respeito à Ancine.

É a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos votar o projeto, ressalvadas as emendas.

Eu quero esclarecer ao Plenário que estamos votando o projeto.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação da emenda, com a rejeição do Senador Demóstenes Torres.

Votação da Emenda nº 1, de Redação, com parecer favorável.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Votação das emendas de parecer contrário, em globo, ressalvada a de nº 16, destacada. (*Pausa*.)

Aprovada a rejeição.

Votação da Emenda nº 16, destinada, de parecer – destacada, perdão – de parecer contrário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para uma orientação da Mesa.

A Emenda nº 16, ela é uma emenda supressiva ao art. 9º. Ela está sendo destacada. Nós vamos votar a emenda ou vamos votar o texto do art. 9º? É para poder orientar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª sabe que a Mesa sempre, o Plenário vota a matéria da emenda. Quem aprovar a emenda vota "sim"; quem rejeitar a emenda vota "não".

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A emenda que suprime. Então na verdade o texto...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A emenda que vai ser submetida ao Plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então a Liderança do Governo encaminha o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O PRB encaminha "sim", Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O Bloco de Apoio ao Governo encaminha o voto "não".

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, o DEM vota "sim".

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O PSDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Por favor. Todos terão a oportunidade de manifestar como deve orientar suas bancadas.

Senador Crivella, o seu partido vota "sim" ou "não"?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O PRB vota "sim" à emenda supressiva, a Emenda nº16, que suprime o art. 9.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O PCdoB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – O PR vota "sim", pela emenda. O argumento do Senador Aloysio Nunes é pertinente, é um absurdo que a Ancine diga o que é nobre e o que não é nobre. Os programas de cunho e de face religiosos certamente pagarão um preço altíssimo com esse tipo de comportamento.

Por isso nós votamos na Emenda Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto "não". Não à emenda.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – A Minoria encaminha o voto "sim" à Emenda do Senador Alvaro Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o PSOL vota "não".

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, o PTB vota "não".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O PT e o Bloco de Apoio ao Governo votam "não".

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O PSB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores que o painel já está aberto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não está não.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Perdão! Há um erro na parte de computação. Está sendo providenciada a correção. (*Pausa.*)

O computador não está colaborando com a votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Parece que o destino conspira a favor da liberdade, e o painel não funciona. (*Risos.*) Talvez tenhamos que adiar esta votação para um outro dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não está ainda prevista no Regimento essa falha no computador.

Os Srs. Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Estamos votando a Emenda nº 16.

(Procede-se à votação.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto "não", Sr. Presidente. Contrário à emenda.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O PSDB encaminha o "sim", mais uma vez, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, o DEM encaminha "sim".

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente, o PR encaminha o voto "sim".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O PT e o Bloco de Apoio ao Governo encaminham o voto "não" à emenda.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – A Minoria encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O PRB reitera "sim".

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o PCdoB orienta o voto "não" ao projeto, a rejeição da emenda, em função de que trabalhamos intensamente – ainda era Deputado Federal –, quando matéria desse conteúdo chegou do Senado na Câmara Federal. Passamos esse tempo todo na Câmara; agora, voltamos ao Senado Federal para examinar a matéria.

O centro dessa questão é permitir ao povo brasileiro que se produza mais conteúdo nacional. Em todas as civilizações, que têm algum respeito a si mesmo, há espaço para a produção audiovisual independente. Essa é a questão central. É isso que se discute aqui.

As outras questões, se tal companhia de televisão fez mau negócio, se teve prejuízo, ela que se atenha lá. Não vamos jogar esse prejuízo para cima do consumidor brasileiro. Acho que, em última instância, é isso que se está querendo. Na verdade – tenho certeza de que não é o propósito do Senador Alvaro Dias –, a emenda ajuda isso.

Então, por isso, orientamos o voto contrário à matéria. Penso que é uma conquista. Todos os canais de TV aberta, todos os agentes desse setor, todos, nenhum deixou de debater, nenhum deixou de ter oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Inácio Arruda, estou esperando V. Exª concluir para proclamar o resultado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, por isso que nós desejamos que essa emenda caia, o projeto vá à sanção, e aqueles que consideram que há vícios de inconstitucionalidade têm todo o direito e o nosso respeito para que possam recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA 16/PLEN/PLC116/2010

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	1	Abertura:	16/8/2011 18:33:27
Data Sessão:	16/8/2011	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	16/8/2011 18:36:05

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	NÃO
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	NÃO
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	NÃO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	NÃO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	NÃO
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	NÃO
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	NÃO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	NÃO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	NÃO
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	NÃO
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	NÃO
PTB	DF	GIM ARGELLO	NÃO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	NÃO
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO
PT	AC	JORGE VIANA	NÃO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	NÃO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	NÃO
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	NÃO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PT	SP	MARTA SUPLICY	NÃO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	NÃO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	NÃO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	NÃO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	NÃO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	NÃO
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	NÃO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	NÃO

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 24
Votos NÃO : 33 **Total : 57**
Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Emissão: 16/8/2011 18:39:06

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM, 24; NÃO, 33.

A emenda foi rejeitada.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

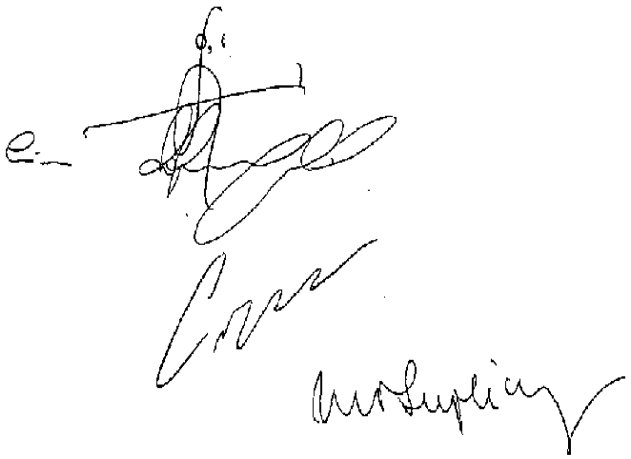
PARECER Nº 772, DE 2011

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 (n° 29, de 2007, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2010 (n° 29, de 2007, na Casa de origem), que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências, consolidando a emenda de redação aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 16 de agosto de 2011



ANEXO AO PARECER N° 772, DE 2011.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2010 (n° 29, de 2007, na Casa de origem).

Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis n°s 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Do Objeto e das Definições

Art. 1° Esta Lei dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado.

Parágrafo único. Excluem-se do campo de aplicação desta Lei os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, ressalvados os dispositivos previstos nesta Lei que expressamente façam menção a esses serviços ou a suas prestadoras.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – Assinante: contratante do serviço de acesso condicionado;

II – Canal de Espaço Qualificado: canal de programação que, no horário nobre, veicule majoritariamente conteúdos audiovisuais que constituam espaço qualificado;

III – Canal Brasileiro de Espaço Qualificado: canal de espaço qualificado que cumpra os seguintes requisitos, cumulativamente:

a) ser programado por programadora brasileira;

b) veicular majoritariamente, no horário nobre, conteúdos audiovisuais brasileiros que constituam espaço qualificado, sendo metade desses conteúdos produzidos por produtora brasileira independente;

c) não ser objeto de acordo de exclusividade que impeça sua programadora de comercializar, para qualquer empacotadora interessada, os direitos de sua exibição ou veiculação;

IV – Canal de Programação: resultado da atividade de programação que consiste no arranjo de conteúdos audiovisuais organizados em sequência linear temporal com horários predeterminados;,

V – Coligada: pessoa natural ou jurídica que detiver, direta ou indiretamente, pelo menos 20% (vinte por cento) de participação no capital votante de outra pessoa ou se o capital votante de ambas for detido, direta ou indiretamente, em pelo menos 20% (vinte por cento) por uma mesma pessoa natural ou jurídica, nos termos da regulamentação editada pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel;

VI – Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado: complexo de atividades que permite a emissão, transmissão e recepção, por meios eletrônicos quaisquer, de imagens, acompanhadas ou não de sons, que resulta na entrega de conteúdo audiovisual exclusivamente a assinantes;

VII – Conteúdo Audiovisual: resultado da atividade de produção que consiste na fixação ou transmissão de imagens, acompanhadas ou não de som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão;

VIII – Conteúdo Brasileiro: conteúdo audiovisual produzido em conformidade com os critérios estabelecidos no inciso V do art. 1° da Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;

IX – Conteúdo Jornalístico: telejornais, debates, entrevistas, reportagens e outros programas que visem a noticiar ou a comentar eventos;

X – Distribuição: atividades de entrega, transmissão, veiculação, difusão ou provimento de pacotes ou conteúdos audiovisuais a assinantes por intermédio de meios eletrônicos quaisquer, próprios ou de terceiros, cabendo ao distribuidor a responsabilidade foral pelas atividades complementares de comercialização, atendimento ao assinante, faturamento, cobrança, instalação e manutenção de dispositivos, entre outras;

XI – Empacotamento: atividade de organização, em última instância, de canais de programação, inclusive nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado, a serem distribuídos para o assinante;

XII – Espaço Qualificado: espaço total do canal de programação, excluindo-se conteúdos religiosos ou políticas, manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, televendas, infomerciais, jogos eletrônicos, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos e programas de auditório ancorados por apresentador;

XIII – Eventos de Interesse Nacional: acontecimentos públicos de natureza cultural, artística, esportiva, religiosa ou política que despertem significativo interesse da população brasileira, notadamente aqueles em que participem, de forma preponderante, brasileiros, equipes brasileiras ou seleções brasileiras;

XIV – Modalidade Avulsa de Conteúdo Programado ou Modalidade de Vídeo por Demanda Programado: modalidade de conteúdos audiovisuais organizados em canais de programação e em horário previamente definido pela programadora para aquisição avulsa por parte do assinante;

XV – Modalidade Avulsa de Programação, ou Modalidade de Canais de Venda Avulsa: modalidade de canais de programação organizados para aquisição avulsa por parte do assinante;

XVI – Pacote: agrupamento de canais de programação ofertados pelas empacotadoras às distribuidoras, e por estas aos assinantes, excluídos os canais de distribuição obrigatória de que trata o art. 32;

XVII – Produção: atividade de elaboração, composição, constituição ou criação de conteúdos audiovisuais em qualquer meio de suporte;

XVIII – Produtora Brasileira: empresa que produza conteúdo audiovisual que atenda as seguintes condições, cumulativamente:

a) ser constituída sob as leis brasileiras;

b) ter sede e administração no País;

c) 70% (setenta por cento) do capital total e votante devem ser de titularidade, direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;

d) a gestão das atividades da empresa e a responsabilidade editorial sobre os conteúdos produzidos devem ser privativas dc brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;

XIX – Produtora Brasileira independente: produtora brasileira que atenda os seguintes requisitos, cumulativamente:

a) não ser controladora, controlada ou coligada a programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviço de radiodifusão de sons e imagens;

b) não estar vinculada a instrumento que, direta ou indiretamente, confira ou objetive conferir a sócios minoritários, quando estes forem programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviços de radiodifusão de sons e imagens, direito de veto comercial ou qualquer tipo de interferência comercial sobre os conteúdos produzidos;

c) não manter vínculo de exclusividade que a impeça de produzir ou comercializar para terceiros os conteúdos audiovisuais por ela produzidos;

XX – Programação: atividade de seleção, organização ou formatação de conteúdos audiovisuais apresentados na forma de canais de programação, inclusive nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado;

XXI – Programadora Brasileira: empresa programadora que execute suas atividades de programação no território brasileiro e que atenda, cumulativamente, as condições previstas nas alíneas **a** a **c** de inciso XVIII deste artigo e cuja gestão,

responsabilidade editorial e seleção dos conteúdos do canal de programação sejam privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;

XXII – Programadora Brasileira Independente: programadora brasileira que atenda os seguintes requisitos, cumulativamente:

a) não ser controladora, controlada ou coligada a empacotadora ou distribuidora;

b) não manter vínculo de exclusividade que a impeça de comercializar, para qualquer empacotadora, os direitos de exibição ou veiculação associados aos seus canais de programação;

XXIII – Serviço de Acesso Condicionado: serviço de telecomunicações de interesse coletivo prestado no regime privado, cuja recepção é condicionada à contratação remunerada por assinantes e destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais na forma de pacotes, de canais nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado e de canais de distribuição obrigatória, por meio de tecnologias, processos, meios eletrônicos e protocolos de comunicação quaisquer.

CAPÍTULO II

Dos Princpios Fundamentais da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado

Art. 3° A comunicação audiovisual de acesso condicionado, em todas as suas atividades, será guiada pelos seguintes princípios:

I – liberdade de expressão e de acesso à informação;

II – promoção da diversidade cultural e das fontes de informação, produção e programação;

III – promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira;

IV – estímulo à produção independente e regional;

V – estímulo ao desenvolvimento social e econômico do País;

VI – liberdade de iniciativa, mínima intervenção da administração pública e defesa da concorrência por meio da livre, justa e ampla competição e da vedação ao monopólio e oligopólio nas atividades de comunicação audiovisual de acesso condicionado.

Parágrafo único. Adicionam-se aos princípios previstos nos incisos deste artigo aqueles estabelecidos na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada pelo Decreto Legislativo n° 485, de 20 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO III

Das Atividades da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado

Art. 4º São atividades da comunicação audiovisual de acesso condicionado:

I – produção;

II – programação;

III – empacotamento;

IV – distribuição.

§ 1º A atuação em uma das atividades de que trata este artigo não implica restrição de atuação nas demais, exceto nos casos dispostos nesta Lei.

§ 2º Independentemente do objeto ou da razão social, a empresa que atuar em quaisquer das atividades de que trata este artigo será considerada, conforme o caso, produtora, programadora, empacotadora ou distribuidora.

Art. 5° O controle ou a titularidade de participação superior a 50% (cinquenta por cento) do capital total e votante de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e por produtoras e programadoras com sede no Brasil, ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços.

§ 1° O controle ou a titularidade de participação superior a 30% (trinta por cento) do capital total e votante de concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de produtoras e programadoras com sede no Brasil não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio dc empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços.

§ 2° É facultado às concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e a produtoras e programadoras com sede no Brasil, diretamente ou por meio de empresa sobre a qual detenham controle direto, indireto ou sob controle comum, prestar serviços de telecomunicações exclusivamente para concessionárias e permissionárias dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens ou transportar conteúdo audiovisual das produtoras ou programadoras com sede no Brasil para entrega às distribuidoras, desde que no âmbito da própria rede.

§ 3° É facultado às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, diretamente ou por meio de empresa sobro a qual detenham controle direto, indireto ou sob controle comum, controlar produtoras e programadoras com sede no

Brasil que exerçam atividades exclusivamente destinadas à comercialização de produtos e serviços para o mercado internacional.

Art. 6º As prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, bem como suas controladas, controladoras ou coligadas, não poderão, com a finalidade de produzir conteúdo audiovisual para sua veiculação no serviço de acesso condicionado ou no serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens:

I – adquirir ou financiar a aquisição de direitos de exploração de imagens de eventos de interesse nacional; e

II – contratar talentos artísticos nacionais de qualquer natureza, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais.

Parágrafo único. As restrições de que trata este artigo não se aplicam quando a aquisição ou a contratação se destinar exclusivamente à produção de peças publicitárias.

Art. 7° É vedada a realização de subsídios cruzados, preços discriminatórios ou práticas comerciais, gerenciais ou contábeis que contribuam para a consecução de lucros ou prejuízos artificialmente construídos que busquem dissimular os reais resultados econômicos ou financeiros obtidos, em quaisquer das atividades de comunicação audiovisual de acesso condicionado de que tratam os incisos I a IV do art. 4°, ainda que esses resultados venham a ser compensados por lucros em outras atividades quaisquer, mesmo que exercidas pela mesma empresa.

Art. 8° As normas gerais de proteção à ordem econômica são aplicáveis à comunicação audiovisual de acesso condicionado.

CAPÍTULO IV
Da Produção, Programação e Empacotamento de Conteúdo

Art. 9° As atividades de produção, programação e empacotamento são livres para empresas constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no País.

Parágrafo único. As atividades de programação e de empacotamento serão objeto de regulação e fiscalização pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE no âmbito das competências atribuídas a ela pela Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Art. 10. A gestão, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção inerentes à programação e ao empacotamento são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

§ 1° As programadoras e empacotadoras deverão depositar e manter atualizada, na Ancine, relação com a identificação dos profissionais de que trata o caput deste artigo, os documentos e atos societários, inclusive os referentes à escolha dos dirigentes e gestores em exercício, das pessoas físicas e jurídicas envolvidas na sua cadeia de controle, cujas informações deverão ficar disponíveis ao conhecimento público, inclusive pela rede mundial de computadores, excetuadas as consideradas confidenciais pela legislação e regulamentação, cabendo à Agência zelar pelo sigilo destas.

§ 2° Para a finalidade de aferição do cumprimento das obrigações previstas nos arts. 16 a 18 desta Lei, as programadoras e empacotadoras deverão publicar, nos seus sítios na rede mundial de computadores, a listagem atualizada dos conteúdos audiovisuais e canais de programação disponibilizados, respectivamente, incluindo sua classificação em conformidade com os tipos definidos nesta Lei.

§ 3° Para efeito do cumprimento do disposto no Capítulo V, a Ancine poderá solicitar à programadora documentos comprobatórios de que o conteúdo exibido é brasileiro, incluindo o Certificado de Produto Brasileiro, para os casos de que trata a Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Art. 11. Nenhum conteúdo veiculado por meio do Serviço de Acesso Condicionado será exibido sem aviso, antes de sua apresentação, de classificação informando a natureza do conteúdo e as faixas etárias a que não se recomende.

§ 1° 0 Ministério da Justiça fiscalizará o disposto no **caput** e oficiará à Ancine e à Anatel em caso de seu descumprimento.

§ 2° A Anatel oficiará às distribuidoras sobre os canais de programação em desacordo coro o disposto no *caput,* cabendo a elas a cessação da distribuição desses canais após o recebimento da comunicação.

§ 3° A distribuidora deverá ofertar ao assinante dispositivo eletrônico que permita o bloqueio da recepção dos conteúdos transmitidos.

§ 4° Os critérios e formas de divulgação da classificação de que trata o **caput** serão definidos pelas programadoras.

Art. 12. O exercício das atividades de programação e empacotamento é condicionado a credenciamento perante a Ancine.

Parágrafo único. A Ancine deverá se pronunciar sobre a solicitação do credenciamento no prazo de até 30 (trinta) dias e, em não havendo manifestação contrária da Ancine nesse período, o credenciamento será considerado válido.

Art. 13. As programadoras e empacotadoras credenciadas pela Ancine deverão prestar as informações solicitadas pela Agência para efeito de fiscalização do

cumprimento das obrigações de programação, empacotamento e publicidade.

Parágrafo único. Para efeito de aferição das restrições de capital de que trata esta Lei, além das informações previstas no **caput**, as programadoras deverão apresentar a documentação relativa à composição do seu capital total e votante, cabendo à Ancine zelar pelo sigilo das informações consideradas confidenciais pela legislação e regulamentação.

Art. 14. O art. 1° da Medida Provisória n°2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 1º ....
.....

§ 4º Para os fins desta Medida Provisória, entende-se por:

I – serviço de comunicação eletrônica de massa por assinatura: serviço de acesso condicionado de que trata a lei específica sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado;

II – programadoras de obras audiovisuais para o segmento de mercado de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura: empresas programadoras de que trata a lei específica sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado." (NR)

Art. 15. O art. 7° da Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XVIII a XXI:

"Art. 7º .....
.....

XVIII – regular e fiscalizar o cumprimento dos princípios da comunicação audiovisual de acesso condicionado, das obrigações de programação, empacotamento e publicidade e das restrições ao capital total e votante das produtoras e programadoras fixados pela lei que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado;

XIX – elaborar e tornar público plano de trabalho como instrumento de avaliação da atuação administrativa do órgão e de seu desempenho, estabelecendo os parâmetros para sua administração, bem como os indicadores que permitam quantificar, objetivamente, a sua avaliação periódica, inclusive com relação aos recursos aplicados em fomento à produção de audiovisual;

XX – enviar relatório anual de suas atividades ao Ministério da Cultura e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional;

XXI – tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais no âmbito de suas competências, nos termos do § 6° do art. 5° da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985.

....." (NR)

CAPÍTULO V
Do Conteúdo Brasileiro

Art. 16. Nos canais de espaço qualificado, no mínimo 3h30 (três horas e trinta minutos) semanais dos conteúdos veiculados no horário nobre deverão ser brasileiros e integrar espaço qualificado, e metade deverá ser produzida por produtora brasileira independente.

Art. 17. Em todos os pacotes ofertados ao assinante, a cada 3 (três) canais de espaço qualificado existentes no pacote, ao menos 1 (um) deverá ser canal brasileiro de espaço qualificado.

§ 1º Da parcela mínima de canais brasileiros de espaço qualificado de que trata *o* **caput**, pelo menos 1/3 (um terço) deverá ser programado por programadora brasileira independente.

§ 2º A empacotadora estará obrigada a cumprir o disposto no **caput** *até* o limite de 12 (doze) canais brasileiros de espaço qualificado.

§ 3° As empacotadoras que ofertarem pacotes distribuídos por tecnologias que possibilitem distribuir, no máximo, pacotes com até 31 (trinta e um) canais de programação estarão obrigadas a cumprir o disposto no **caput** deste artigo até o limite de 3 (três) canais, bem como serão dispensadas do cumprimento do disposto no art. 18.

§ 4º Dos canais brasileiros de espaço qualificado a serem veiculados nos pacotes, ao menos 2 (dois) canais deverão veicular, no mínimo, 12 (doze) horas diárias de conteúdo audiovisual brasileiro produzido por produtora brasileira independente, 3 (três) das quais em horário nobre.

§ 5º A programadora de pelo menos um dos canais de que trata o § 4° não poderá ser controlada, controladora ou coligada a concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Art. 18. Nos pacotes em que houver canal de programação gerado por programadora brasileira que possua majoritariamente conteúdos jornalísticos no horário nobre, deverá ser ofertado pelo menos um canal adicional de programação com as mesmas características no mesmo pacote ou na modalidade avulsa de programação, observado o disposto no § 4º do art. 19.

Parágrafo único. As programadoras dos canais de que trata o **caput** deste artigo não poderão deter relação de controle ou coligação entre si.

Art. 19. Para efeito do cumprimento do disposto nos arts. 16 e 17, serão desconsiderados:

I – os canais de programação de distribuição obrigatória de que trata o art. 32, ainda que veiculados em localidade distinta daquela em que é distribuído o pacote;

II – os canais de programação que retransmitirem canais de geradoras detentoras de outorga de radiodifusão de sons e imagens em qualquer localidade;

III – os canais de programação operados sob a responsabilidade do poder público;

IV – os canais de programação cuja grade de programação não tenha passado por qualquer modificação para se adaptar ao público brasileiro, incluindo legendagem, dublagem para língua portuguesa ou publicidade específica para o mercado brasileiro;

V – os canais de programação dedicados precipuamente à veiculação de conteúdos de cunho erótico;

VI – os canais ofertados na modalidade avulsa de programação;

VII – os canais de programação ofertados em modalidade avulsa de conteúdo programado.

§ 1º Para os canais de que trata o inciso VI, aplica-se o disposto no art. 16.

§ 2º Na oferta dos canais de que trata o inciso VII, no mínimo 10% (dez por cento) dos conteúdos ofertados que integrarem espaço qualificado deverão ser brasileiros.

§ 3º O cumprimento da obrigação de que trata o § 2° será aferido em conformidade com período de apuração estabelecido pela Ancine.

§ 4° Para efeito do cumprimento do disposto no art. 18, serão desconsiderados os canais de que tratam os incisos III, IV, V e VII do **caput** deste artigo.

Art. 20. A programadora ou empacotadora, no cumprimento das obrigações previstas nos arts. 16 a 18, observará as seguintes condições:

I – pelo menos a metade dos conteúdos audiovisuais deve ter sido produzida nos 7 (sete) anos anteriores a sua veiculação;

II – o conteúdo produzido por brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos será equiparado ao produzido por produtora brasileira;

III – o conteúdo produzido por brasileiro nato ou naturalizado ha mais de 10 (dez) anos será equiparado ao produzido por produtora brasileira independente, caso seu produtor atenda as condições previstas na alínea c do inciso XIX do art. 2º;

IV – quando o cálculo dos percentuais e razões não resultar em número inteiro exato, considerar-se-á a parte inteira do resultado.

Art. 21. Em caso de comprovada impossibilidade de cumprimento integral do disposto nos arts. 16 a 18, o interessado deverá submeter solicitação de dispensa à Ancine, que, caso reconheça a impossibilidade alegada, pronunciar-se-á sobre as condições e limites de cumprimento desses artigos.

Art. 22. Regulamentação da Ancine disporá sobre a fixação do horário nobre, respeitado o limite máximo de 7 (sete) horas diárias para canais de programação direcionados para crianças e adolescentes e de 6 (seis) horas para os demais canais de programação.

Art. 23. Nos 2 (dois) primeiros anos de vigência desta Lei, o número de horas de que trata o **caput** do art. 16, as resultantes das razões estipuladas no **caput** e no § 1º do art. 17 e o limite de que trata o § 3° do art. 17 serão reduzidos nas seguintes razões:

I – 2/3 (dois terços) no primeiro ano de vigência da Lei;

II – 1/3 (um terço) no segundo ano de vigência da Lei.

Art. 24. O tempo máximo destinado a publicidade comercial em cada canal de programação deverá ser igual ao limite estabelecido para o serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo não se aplica aos canais de que trata o art. 32 desta Lei e aos canais exclusivos de publicidade comercial, de vendas e de infomerciais.

Art. 25. Os programadores não poderão ofertar canais que contenham publicidade de serviços e produtos em língua portuguesa, legendada em português ou de qualquer forma direcionada ao público brasileiro, com veiculação contratada no exterior, senão por meio de agência de publicidade nacional.

§ 1° A Ancine fiscalizará o disposto no **caput** e oficiará a Anatel e a Secretaria da Receita Federal do Brasil em caso de seu descumprimento.

§ 2° A Anatel oficiará as distribuidoras sobre os canais de programação em desacordo com o disposto no § 1°, cabendo a elas a cessação da distribuição desses canais após o recebimento da comunicação.

CAPÍTULO VI
Do Estímulo à Produção Audiovisual

Art. 26. O Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido do quadro constante do Anexo desta Lei, e seus arts. 32, 33, 35, 36, 38 e 39 passam a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único do art. 38 para § 1º:

"Art. 32. A Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE terá por fato gerador:

I – a veiculação, a produção, o licenciamento e a distribuição de obras cinematográficas e videofonográficas com fins comerciais, por segmento de mercado a que forem destinadas;

II – a prestação de serviços que se utilizem de meios que possam, efetiva ou potencialmente, distribuir conteúdos audiovisuais nos termos da lei que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, listados no Anexo I desta Medida Provisória;

III – a veiculação ou distribuição de obra audiovisual publicitária incluída em programação internacional, nos termos do inciso XIV do art. 1º desta Medida Provisória, nos casos em que existir participação direta de agência de publicidade nacional, sendo tributada nos mesmos valores atribuídos quando da veiculação incluída em programação nacional.

..... "(NR)

"Art. 33. A Condecine será devida para cada segmento de mercado, por:

.....

II – título de obra publicitária cinematográfica ou videofonográfica, para cada segmento dos mercados previstos nas alíneas **a** a **e** do inciso I a que se destinar;

III – prestadores dos serviços constantes do Anexo I desta Medida Provisória, a que se refere o inciso II do art. 32 desta Medida Provisória.

.....

§ 3° A Condecine será devida:

I – uma única vez a cada 5 (cinco) anos, para as obras a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo;

II – a cada 12 (doze) meses, para cada segmento de mercado em que a obra seja efetivamente veiculada, para as obras a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo;

III – a cada ano, para os serviços a que se refere o inciso III do **caput** deste artigo.

§ 4° Na ocorrência de modalidades de serviços qualificadas na forma do inciso II do art. 32 não presentes no Anexo I desta Medida Provisória, será devida pela prestadora a Contribuição referente ao item "a" do Anexo I, até que lei fixe seu valor." (NR)

"Art. 35. .....

.....

III – o responsável pelo pagamento, crédito, emprego, remessa ou entrega das importâncias referidas no parágrafo único do art. 32;

IV – as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações, relativamente ao disposto no inciso II do art. 32;

V – o representante legal e obrigatório da programadora estrangeira no País, na hipótese do inciso III do art. 32." (NR)

"Art. 36. .....

.....

VII – anualmente, até o dia 31 de março, para os serviços de que trata o inciso II do art. 32 desta Medida Provisória." (NR)

"Art. 38. .....

§ 1° .....

§ 2° A Ancine e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL exercerão as atividades de regulamentação e fiscalização no âmbito de suas competências e poderão definir o recolhimento conjunto da parcela da Condecine devida referente ao inciso III do **caput** do art. 33 e das taxas de fiscalização de que trata a Lei n° 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações." (NR)

"Art. 39. .....

.....

XI – a Anatel, as Forças Armadas, a Polícia Federal, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Civis e os Corpos de Bombeiros Militares.

..... " (NR)

Art. 27. O art. 4° da Lei n° 11.437, de 28 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4° .....

.....

§ 3° As receitas de que trata o inciso III do **caput** do art. 33 da Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, deverão ser utilizadas nas seguintes condições:

I – no mínimo, 30% (trinta por cento) deverão ser destinadas a produtoras brasileiras estabelecidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos critérios e condições estabelecidos pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE, que deverão incluir, entre outros, o local da produção da obra audiovisual, a residência de artistas e técnicos envolvidos na produção e a contratação, na região, de serviços técnicos a ela vinculados;

II – no mínimo, 10% (dez por cento) deverão ser destinadas ao fomento da produção de conteúdo audiovisual independente veicu-

lado primeiramente nos canais comunitários, universitários e de programadoras brasileiras independentes de que trata a lei que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado.

§ 4° Para efeito do disposto no § 3° deste artigo, entende-se como produtora brasileira aquela definida nos termos da lei específica que dispõe sobre a comunicação audiovisual do acesso condicionado.

..... " (NR)

Art. 28. O **caput** do art. 8° da Lei n° 5.070, de 7 de julho de 1966, passa avigorar com a seguinte redação:

"Art. 8° A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será paga, anualmente, até o dia 31 de março, e seus valores serão os correspondentes a 33% (trinta e três por cento) dos fixados para a Taxa de Fiscalização de Instalação.

..... " (NR)

CAPÍTULO VII
Da Distribuição de Conteúdo pelas Prestadoras do Serviço de Acesso Condicionado

Art. 29. A atividade de distribuição por meio do serviço de acesso condicionado é livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, sendo regida pelas disposições previstas nesta Lei, na Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997, e na regulamentação editada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Parágrafo único. A Anatel regulará e fiscalizara a atividade de distribuição.

Art. 30. As distribuidoras e empacotadoras não poderão, diretamente ou por intermédio de suas controladas, controladoras ou coligadas inserir ou associar qualquer tipo de publicidade ou conteúdo audiovisual nos canais de programação ou nos conteúdos audiovisuais avulsos veiculados sem a prévia e expressa autorização do titular do canal de programação ou do conteúdo a ser veiculado, respectivamente.

Art. 31. As prestadoras do serviço de acesso condicionado somente poderão distribuir conteúdos empacotados por empresa regularmente credenciada pela Ancine, observado o § 2° do art. 4° desta Lei.

§ 1° As prestadoras do serviço de acesso condicionado deverão tornar pública a empacotadora do pacote por ela distribuído.

§ 2° A distribuidora não poderá ofertar aos assinantes pacotes que estiverem em desacordo com esta Lei.

Art. 32. A prestadora do serviço do acesso condicionado, em sua área de prestação, independentemente de tecnologia de distribuição empregada, deverá tornar disponíveis, sem quaisquer ônus ou custos adicionais para seus assinantes, em todos os pacotes ofertados, canais de programação de distribuição obrigatória para as seguintes destinações:

I – canais destinados à distribuição integral e simultânea, sem inserção de qualquer informação, do sinal aberto e não codificado, transmitido em tecnologia analógica pelas geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens, em qualquer faixa de frequências, nos limites territoriais da área de cobertura da concessão;

II – um canal reservado para a Câmara dos Deputados, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

III – um canal reservado para o Senado Federal, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

IV – um canal reservado ao Supremo Tribunal Federal, para a divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça;

V – um canal reservado para a prestação de serviços de radiodifusão pública pelo Poder Executivo, a ser utilizado como instrumento de universalização dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais;

VI – um canal reservado para a emissora oficial do Poder Executivo;

VII – um canal educativo e cultural, organizado pelo Governo Federal e destinado para o desenvolvimento e aprimoramento, entre outros, do ensino a distância de alunos e capacitação de professores, assim como para a transmissão de produções culturais e programas regionais;

VIII – um canal comunitário para utilização livre e compartilhada por entidades não governamentais e sem fins lucrativos;

IX – um canal de cidadania, organizado pelo Governo Federal e destinado para a transmissão de programações das comunidades locais, para divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos Poderes Públicos federal, estadual e municipal;

X – um canal legislativo municipal/estadual, reservado para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos Municípios da área de prestação do serviço e a Assembleia Legislativa do respectivo Estado ou para uso da Câmara Legislativa do Distrito Federal, destinado para a divulgação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

XI – um canal universitário, reservado para o uso compartilhado entre as instituições do ensino superior localizadas no Município ou Municípios da área de prestação de serviço, devendo a reserva atender a seguinte ordem de precedência:

a) universidades;

b) centros universitários;

c) demais instituições de ensino superior.

§ 1° A programação dos canais previstos nos incisos II o III deste artigo poderá ser apresentada em um só canal, se assim o decidir a Mesa do Congresso Nacional.

§ 2° A cessão às distribuidoras das programações das geradoras de que trata o inciso I deste artigo será feita a título gratuito e obrigatório.

§ 3° A distribuidora do serviço do acesso condicionado não terá responsabilidade sobre o conteúdo da programação veiculada nos canais previstos neste artigo nem estará obrigada a fornecer infraestrutura para as atividades de produção, programação ou empacotamento.

§ 4° As programadoras dos canais de que tratam os incisos II a XI deste artigo deverão viabilizar, a suas expensas, a entrega dos sinais dos canais nas instalações indicadas pelas distribuidoras, nos termos e condições técnicas estabelecidos pela Anatel.

§ 5° Os canais previstos nos incisos II a XI deste artigo não terão caráter privado, sendo vedadas a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos, assim como a transmissão de publicidade comercial, ressalvados os casos de patrocínio de programas, eventos e projetos veiculados sob a forma do apoio cultural.

§ 6° Os canais de que trata este artigo deverão ser ofertados em bloco e em ordem numérica virtual sequencial, sendo vedado intercalá-los com outros canais de programações, respeitada a ordem de alocação dos canais no serviço de radiodifusão de sons e imagens, inclusive em tecnologia digital, de cada localidade.

§ 7° Em caso de inviabilidade técnica ou econômica, o interessado estará desobrigado do cumprimento do disposto no § 6° deste artigo e deverá comunicar o fato a Anatel, que deverá ou não aquiescer no prazo de 90 (noventa) dias do comunicado, sob pena de aceitação tácita mediante postura silente em função de decurso de prazo.

§ 8° Em casos de inviabilidade técnica ou econômica comprovada, a Anatel determinará a não obrigatoriedade da distribuição de parte ou da totalidade dos canais de que trata este artigo nos meios de distribuição considerados inapropriados para o transporte desses canais em parte ou na totalidade das localidades servidas pela distribuidora.

§ 9° Na hipótese da determinação da não obrigatoriedade da distribuição de parte dos canais de que trata este artigo, a Anatel disporá sobre quais canais de programação deverão ser ofertados pelas distribuidoras aos usuários, observando-se a isonomia entre os canais de que trata o inciso I deste artigo de uma mesma localidade, priorizando após as geradoras locais de conteúdo nacional ao menos um canal religioso em cada localidade, caso existente, na data da promulgação desta Lei.

§ 10. Ao distribuir os canais de que trata este artigo, a prestadora de serviço de acesso condicionado não poderá efetuar alterações de qualquer natureza nas programações desses canais.

§ 11. O disposto neste artigo não se aplica aos distribuidores que ofertarem apenas modalidades avulsas de conteúdo.

§ 12. A geradora local de radiodifusão de sons e imagens de caráter privado poderá, a seu critério, ofertar sua programação transmitida com tecnologia digital para as distribuidoras de forma isonômica e não discriminatória, nas condições comerciais pactuadas entre as partes e nos termos técnicos estabelecidos pela Anatel, ficando, na hipótese de pactuação, facultada à prestadora do serviço de acesso condicionado a descontinuidade da transmissão da programação com tecnologia analógica prevista no inciso I deste artigo.

§ 13. Caso não seja alcançado acordo quanto às condições comerciais de que trata o § 12, a geradora local de radiodifusão de sons e imagens de caráter privado poderá, a seu critério, exigir que sua programação transmitida com tecnologia digital seja distribuída gratuitamente na área de prestação de serviço de acesso condicionado, desde que a tecnologia de transmissão empregada pelo distribuidor e de recepção disponível pelo assinante assim o permitam, do acordo com critérios estabelecidos em regulamentação da Anatel.

§ 14. Na hipótese de que trata o § 13, a cessão da programação em tecnologia digital não ensejará pagamento por parte da distribuidora, que ficará desobrigada de ofertar aos assinantes a programação em tecnologia analógica.

§ 15. Equiparam-se às geradoras de que trata o inciso I deste artigo as retransmissoras habilitadas a operar em regiões de fronteira de desenvolvimento do País que realizarem inserções locais de programação e publicidade, inclusive as que operarem na Amazônia Legal.

§ 16. É facultado à geradora de radiodifusão que integre rede nacional proibir que seu sinal seja distribuído mediante serviço de acesso condicionado fora

dos limites territoriais de sua área de concessão, bem como vedar que o sinal de outra geradora integrante da mesma rede seja distribuído mediante serviço do acesso condicionado nos limites territoriais alcançados pela transmissão de seus sinais via radiodifusão.

§ 17. Na distribuição dos canais de que trata este artigo, deverão ser observados os critérios de qualidade técnica estabelecidos pela Anatel, sendo que, para os canais de que trata o inciso I, é de exclusiva responsabilidade da prestadora do serviço de acesso condicionado à recepção do sinal das geradoras para sua distribuição aos assinantes.

§ 18. A Anatel regulamentará os critérios de compartilhamento do canal de que trata o inciso XI entre entidades de uma mesma área de prestação de serviço.

§ 19. A programação dos canais previstos nos incisos VIII e IX deste artigo poderá ser apresentada em um só canal, se assim o decidirem os responsáveis por esses canais.

§ 20. A dispensa da obrigação de distribuição de canais nos casos previstos no § 8° deverá ser solicitada pela interessada a Anatel, que deverá se manifestar no prazo de 90 (noventa) dias de recebimento da solicitação, sob pena de aceitação tácita mediante postura silente em função de decurso de prazo.

§ 21. Nas localidades onde não houver concessão para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens, caso o sinal de geradora ou retransmissora de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia analógica alcance os limites territoriais dessa localidade, a distribuidora deverá distribuir esse sinal, vedada a distribuição de programação coincidente e observado o disposto nos §§ 7° a 9° e 16.

CAPÍTULO VIII
Dos Assinantes do Serviço de Acesso Condicionado

Art. 33. São direitos do assinante do serviço de acesso condicionado, sem prejuízo do disposto na Lei n° 8.078, de 11 do setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e nas demais normas aplicáveis as relações de consumo e aos serviços de telecomunicações:

I – conhecer, previamente, o tipo de programação a ser exibida;

II – contratar com a distribuidora do serviço de acesso condicionado os serviços de instalação e manutenção dos equipamentos necessários à recepção dos sinais;

III – ter a sua disposição serviço de atendimento telefônico gratuito ou com tarifação local ofertado pelas distribuidoras, sendo que, durante o horário comercial, as empresas disponibilizarão aos consumidores atendimento pessoal por meio desse serviço, nas condições estabelecidas pela regulamentação;

IV – relacionar-se apenas com a prestadora de serviço de acesso condicionado da qual é assinante;

V – receber cópia impressa ou em meio eletrônico dos contratos assim que formalizados;

VI – ter a opção de contratar exclusivamente, de forma onerosa, os canais de distribuição obrigatória de que trata o art. 32.

Art. 34. As prestadoras do serviço de acesso condicionado deverão atender os usuários em bases não discriminatórias, exceto se a discriminação for necessária para o alcance de objetivos sociais relevantes suportados por políticas públicas que a justifiquem.

CAPÍTULO IX
Das Sanções e Penalidades

Art. 35. O não cumprimento do disposto nesta Lei por prestadora de serviço de acesso condicionado implicará a aplicação das penalidades previstas na Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997.

Art. 36. A empresa no exercício das atividades de programação ou empacotamento da comunicação audiovisual de acesso condicionado que descumprir quaisquer das obrigações dispostas nesta Lei sujeitar-se-á as seguintes sanções aplicáveis pela Ancine, sem prejuízo de outras previstas em lei, inclusive as de natureza civil e penal:

I – advertência;

II – multa, inclusive diária;

III – suspensão temporária do credenciamento;

IV – cancelamento do credenciamento.

§ 1° Na aplicação de sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para os assinantes, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência específica, entendida como a repetição de falta de igual natureza após decisão administrativa anterior.

§ 2° Nas infrações praticadas por pessoa jurídica, também serão punidos com a sanção de multa de seus administradores ou controladores, quando tiverem agido de má-fé.

§ 3° A existência de sanção anterior será considerada como agravante na aplicação de outra sanção.

§ 4° A multa poderá ser imposta isoladamente ou em conjunto com outra sanção, não devendo ser inferior a R$2.000,00 (dois mil reais) nem superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para cada inflação cometida.

§ 5° Na aplicação de multa, serão considerados a condição econômica do infrator e o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção.

§ 6° A suspensão temporária do credenciamento, que não será superior a 30 (trinta) dias, será imposta em caso de infração grave cujas circunstâncias não justifiquem o cancelamento do credenciamento.

CAPÍTULO X
Disposições Finais e Transitórias

Art. 37. Revogam-se o art. 31 da Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e os dispositivos constantes dos Capítulos I a IV, VI e VIII a XI, da Lei n° 8.977, do 6 de janeiro de 1995.

§ 1° Os atos de outorga de concessão e respectivos contratos das atuais prestadoras do Serviço de TV a Cabo – TVC, os termos de autorização já emitidos para as prestadoras do Serviço de Distribuição de Canais Multiponto Multicanal – MMDS e do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite – DTH, assim como os atos de autorização de uso de radiofrequência das prestadoras do MMDS e do Serviço Especial de Televisão por Assinatura – TVA, continuarão em vigor, sem prejuízo da adaptação aos condicionamentos relativos à programação e empacotamento previstos no Capítulo V, até o término dos prazos de validade neles consignados, respeitada a competência da Anatel quanto à regulamentação do use e à administração do espectro de radiofrequências, devendo a Agência, no que couber, adequar a regulamentação desses serviços as disposições desta Lei.

§ 2° A partir da aprovação do regulamento do serviço de acesso condicionado, as atuais prestadoras de TVC, MMDS, DTH o TVA, desde que preenchidas as condições objetivas e subjetivas necessárias, poderão solicitar a Anatel a adaptação das respectivas outorgas para termos de autorização para prestação do serviço de acesso condicionado, assegurando-se o direito de uso de radiofrequência pelos prazos remanescentes, na forma prevista na legislação pertinente e na regulamentação editada pela Anatel, em especial a de uso da radiofrequência.

§ 3° As prestadoras do TVC, MMDS, DTH e TVA que tiverem suas outorgas adaptadas para prestação do serviço de acesso condicionado deverão assegurar a continuidade da prestação dos serviços aos seus assinantes, com preços similares ou inferiores aos por elas praticados, na mesma área de prestação dos serviços.

§ 4° O disposto nos arts. 16 a 18 desta Lei será aplicado a partir de 180 (cento e oitenta) dias da data de vigência desta Lei a todas as empresas que exerçam atividades de programação ou empacotamento, inclusive aquelas cujos canais ou pacotes sejam distribuídos mediante os serviços de TVC, MMDS, DTH e TVA, independentemente das obrigações dispostas nos demais parágrafos deste artigo relativas à atividade de distribuição mediante serviço de acesso condicionado, TVC, MMDS, DTH e TVA.

§ 5° Não serão devidas compensações financeiras as prestadoras dos serviços mencionados no § 1° nos casos de adaptação de outorgas de que trata este artigo.

§ 6° Até a aprovação do regulamento do serviço de acesso condicionado, só serão admitidas pela Anatel renovações de outorgas, de autorização de direito de uso de radiofrequências, alterações na composição societária da prestadora, bem como transferências de outorgas, de controle ou demais alterações de instrumentos contratuais referentes à prestação dos serviços mencionados no § 1° para prestadoras que se comprometerem com a Anatel a promover a adaptação de seus instrumentos de outorga para o serviço de acesso condicionado imediatamente após a aprovação do regulamento, que conterá os critérios de adaptação.

§ 7° Após a aprovação do regulamento do serviço do acesso condicionado pela Anatel, só serão admitidas renovações e transferências de outorgas, de controle, renovações de autorização do direito de uso de radiofrequência, alterações na composição societária da prestadora ou demais alterações de instrumentos contratuais referentes à prestação dos serviços mencionados no § 1° para prestadoras que adaptarem seus instrumentos de outorga para o serviço de acesso condicionado.

§ 8° A partir da aprovação desta Lei, não serão outorgadas novas concessões ou autorizações para a prestação dos serviços do TVC, DTH, MMDS e TVA.

§ 9° A outorga para a prestação do serviço de acesso condicionado estará condicionada a não detenção de outorgas para os serviços de TV a Cabo – TVC, de Distribuição de Canais Multiponto Multicanal – MMDS, de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite – DTH ou Especial de Televisão por Assinatura – TVA pela interessada ou por suas controladas, controladoras ou coligadas, bem come a adaptação de todas as outorgas da interessada e de suas controladas, controladoras ou coligadas para termos de autorização para prestação do serviço de acesso condicionado, nos termos dos §§ 2° e 6°.

§ 10. A Anatel deverá adotar as medidas necessárias para o tratamento da solicitação de que tratam os §§ 2° e 6° e se pronunciar sobre ela no prazo máximo de 90 (noventa) dias do sou recebimento.

§ 11. As atuais concessões para a prestação do TVA cujos atos de autorização de uso de radiofrequência estejam em vigor, ou dentro de normas e regulamentos editados pela Anatel, até a data da promu1gação desta Lei, poderão ser adaptadas para prestação do serviço de acesso condicionado, nas condições estabelecidas nesta Lei, permanecendo, neste caso, vigentes os atos de autorização de uso do radiofrequência associados pelo prazo remanescente da outorga, contado da data do vencimento de cada outorga individualmente, não sendo objeto de renovação adicional.

§ 12. Não se aplica o disposto nos arts. 5° e 6° aos detentores de autorizações para a prestação de TVA.

§ 13. O disposto nos §§ 1°, 2° e 11 deste artigo não retira da Anatel a competência para alterar a destinação de radiofrequências ou faixas prevista no art. 161 da Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997.

§ 14. As solicitações de que tratam os §§ 2° c 6° serão consideradas automaticamente aprovadas caso a Anatel não são pronuncie sobre elas no prazo estabelecido no § 10.

§ 15. O art. 24 da Lei n° 8.977, de 6 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 24. Excluídos os canais referidos nos incisos I, II e III do art. 23, os demais canais serão contratados livremente pela operadora de TV a Cabo à empacotadora ou programadora de sua escolha." (NR)

§ 16. Aplicam-se às distribuidoras dos serviços do TVC, MMDS e DTH e disposto nos incisos XIX e XXII do art. 2°, nos §§ 1° e 2° do art. 4° e nos arts. 7°, 8°, 11, 30 e 31 desta Lei.

§ 17. No caso das prestadoras de TVC, para efeito do cumprimento do disposto nos arts. 16 a 18 desta Lei, serão desconsiderados os canais de que trata o art. 23 da Lei n° 8.977, de 6 de janeiro de 1995.

§ 18. A concessionária do STFC — Serviço Telefônico Fixo Comutado poderá solicitar, a qualquer tempo, a adequação do contrato de concessão para eliminação das restrições que vedem a possibilidade de que a concessionária do serviço e suas coligadas, controladas ou controladoras prestem serviço de TVC, inclusive nas áreas geográficas de prestação do serviço objeto da referida concessão, desde que se comprometam com a adaptação obrigatória do que tratam os §§ 2°, 6°, 7° e 9°.

§ 19. A Anatel adotará todas as medidas necessárias para o tratamento da solicitação do que trata o § 18, publicando formalmente o ato de aprovação quanto ao solicitado no prazo máximo de 90 (noventa) dias do seu recebimento.

§ 20. O disposto no art. 32 aplica-se aos serviços de TVC, MMDS e DTH.

Art. 38. O art. 86 da Lei n° 9.472, de 16 de julho do 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 86. A concessão somente poderá ser outorgada à empresa constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País, criada para explorar exclusivamente serviços de telecomunicações.
>
> Parágrafo único. Os critérios e condições para a prestação de outros serviços de telecomunicações diretamente pela concessionária obedecerão, entre outros, aos seguintes princípios, de acordo com regulamentação da Anatel:
>
> I — garantia dos interesses dos usuários, nos mecanismos de reajuste e revisão das tarifas, mediante o compartilhamento dos gastos econômicos advindos da racionalização decorrente da prestação de outros serviços de telecomunicações, eu ainda mediante a transferência integral des ganhos econômicos que não decorram da eficiência ou iniciativa empresarial, observados os termos dos §§ 2° e 3° do art. 108 desta Lei;
>
> II — atuação do poder público para propiciar a livre, ampla e justa competição, reprimidas as infrações da ordem econômica, nos termos do art. 6° desta Lei;
>
> III — existência de mecanismos que assegurem o adequado controle público no que tange aos bens reversíveis." (NR)

§ 1° A concessionária do STFC poderá solicitar, a qualquer tempo, a adequação do contrato do concessão às disposições deste artigo.

§ 2° A Anatel deverá adotar as medidas necessárias para o tratamento da solicitação do que trata o § 1° e pronunciar-se sobre ela em até 90 (noventa) dias do seu recebimento, cabendo à Anatel, se for o caso, promover as alterações necessárias ao contrato de concessão, considerando os critérios e condições previstos no parágrafo único do art. 86 da Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997.

Art. 39. As prestadoras dos serviços de TV a Cabo — TVC, de Distribuição de Canais Multiponto Multicanal — MMDS, de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite — DIR e Especial de Televisão por Assinatura — TVA, bem como suas controladas, controladoras ou coligadas, não poderão fazer uso de recursos do Fundo Nacional da Cultura, criada pela Lei n° 7.505, de 2 de julho do 1986, restabelecido pela Lei n° 8.313, de 23 de dezembro do 1991, ou dos mecanismos de fomento e do incentivo

previstos nas Leis n° 8.685, de 20 de julho de 1993, e n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 40. O art. 5° passa a viger 1 (um) ano após a promulgação desta Lei; o inciso I do **caput** do art. 20 passa a viger 4 (quatro) anos após a promulgação desta Lei; o art. 18 passa a viger um ano após a promulgação desta Lei e os arts. 26 a 28 produzirão efeitos a partir do ano seguinte à sua publicação.

Art. 41. Os arts. 16 a 23 deixarão de viger após 12 (doze) anos da promulgação desta Lei.

Art. 42. A Anatel e a Ancine, no âmbito de suas respectivas competências, regulamentarão as disposições desta Lei em até 180 (cento e oitenta) dias da sua publicação, ouvido o parecer do Conselho de Comunicação Social.

Parágrafo único. Caso o Conselho de Comunicação Social não se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento das propostas de regulamento, estas serão consideradas referendadas pelo Conselho.

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO
(Anexo I da Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001)

"ANEXO I

.....

Art. 33, inciso III:

a) Serviço Móvel Celular	a) base	160,00
	b) repetidora	160,00
	c) móvel	3,22
b) Serviço Limitado Móvel Especializado	a) base em área de até 300.000 habitantes	80,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	112,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	144,00
	d) móvel	3,22
c) Serviço Especial de TV por Assinatura		289,00
d) Serviço Especial de Canal Secundário de Radiodifusão de Sons e Imagens		40,00
e) Serviço Especial de Repetição de Televisão		48,00
f) Serviço Especial de Repetição de Sinais de TV Via Satélite		48,00
g) Serviço Especial de Retransmissão de Televisão		60,00
h) Serviço Suportado por Meio de Satélite	a) terminal de sistema de comunicação global por satélite	3,22
	b) estação terrena de pequeno porte com capacidade de transmissão e diâmetro de antena inferior a 2,4m, controlada por estação central	24,00
	c) estação terrena central controladora de aplicações de redes de dados e outras	48,00
	d) estação terrena de grande porte com capacidade de transmissão, utilizada para sinais de áudio, vídeo, dados ou telefonia e outras aplicações, com diâmetro de antena superior a 4,5m	1.608,00
	e) estação terrena móvel com capacidade de transmissão	402,00
	f) estação espacial geoestacionária (por satélite)	3.217,00
	g) estação espacial não geostacionária (por sistema)	3.217,00

i) Serviço de Distribuição Sinais *Multiponto Multicanal*	a) base em área de até 300.000 habitantes	1.206,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	1.608,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	2.011,00
j) Serviço de TV a Cabo	a) base em área de até 300.000 habitantes	1.206,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	1.608,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	2.011,00
k) Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos		624,00
l) Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens	a) estações instaladas nas cidades com população até 500.000 habitantes	1.464,00
	b) estações instaladas nas cidades com população entre 500.001 e 1.000.000 de habitantes	1.728,00
	c) estações instaladas nas cidades com população entre 1.000.001 e 2.000.000 de habitantes	2.232,00
	d) estações instaladas nas cidades com população entre 2.000.001 e 3.000.000 de habitantes	2.700,00
	e) estações instaladas nas cidades com população entre 3.000.001 e 4.000.000 de habitantes	3.240,00
	f) estações instaladas nas cidades com população entre 4.000.001 e 5.000.000 de habitantes	3.726,00
	g) estações instaladas nas cidades com população acima de 5.000.000 de habitantes	4.087,00
m) Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos – Ligação para Transmissão de Programas, Reportagem Externa, Comunicação de Ordens, Telecomando, Telemando e outros		
m.1) Televisão		120,00
m .2) Televisão por Assinatura		120,00
n) Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC	a) até 200 terminais	88,00
	b) de 201 a 500 terminais	222,00
	c) de 501 a 2.000 terminais	888,00
	d) de 2.001 a 4.000 terminais	1.769,00
	e) de 4.001 a 20.000 terminais	2.654,00
	f) acima de 20.000 terminais	3.539,00
o) Serviço de Comunicação de Dados Comutado		3.539,00

p) Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite – DTH	a) base com capacidade de cobertura nacional	2.011,00
	b) estação terrena de grande porte com capacidade para transmissão de sinais de televisão ou de áudio, bem como de ambos	1.608,00
q) Serviço de Acesso condicionado	a) base em área de até 300.000 habitantes	1.206,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	1.608,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	2.011,00
	d) base com capacidade de cobertura nacional	2.011,00
	e) estação terrena de grande porte com capacidade para transmissão de sinais de televisão ou de áudio, bem como de ambos	1.608,00
r) Serviço de Comunicação Multimídia	a) base	160,00
	b) repetidora	160,00
	c) móvel	3,22
s) Serviço Móvel Pessoal	a) base	160,00
	b) repetidora	160,00
	c) móvel	3,22

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Discussão da redação final.

Senadoras e Senadores que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção presidencial.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu peço aos Srs. Senadores que permaneçam no plenário, porque vamos votar a emenda constitucional que trata das medidas provisórias.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, só uma correção. Falaram tanto em vício de constitucionalidade que terminei votando "sim", mas o meu voto é "não".

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Mesa vai punir o computador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Quero consignar o meu voto "não" nesta votação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Igualmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Voto "não", Luiz Henrique. E Casildo Maldaner, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 5:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011

(Aprovado calendário especial de tramitação da matéria)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.*

Pareceres sob nºs 255 e 750, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aécio Neves, 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador José Pimentel; 2º pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 2, 3 e 5-Plen), favorável, nos termos de Subemenda CCJ (Substitutivo), que apresenta.

Proposta de Emenda à Constituição.

Votação, em turno único, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de autoria do Senador José Sarney, que altera o procedimento de votação das medidas provisórias no Congresso Nacional.

O Relator, na Comissão de Constituição, foi o Senador Aécio Neves que ofereceu, com voto em separado do Senador José Pimentel, as Emendas 2, 3 e 5, favorável nos termos da subemenda substitutiva que apresenta.

É o seguinte o item:

A Discussão da matéria foi encerrada na sessão deliberativa ordinária do dia 08 de junho, com apresentação das Emendas 2, 3 e 5, de Plenário.

A Presidência esclarece ao Plenário que a Emenda nº 4 foi retirada pelo autor.

Passa-se à votação.

O Senador Aécio Neves está inscrito para falar.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Gostaria, em meu nome e em nome também do Senador Jorge Viana, ver com V. Exª a possibilidade de votar ainda hoje o Item 9, se assim for de acordo com as nossas Lideranças, que é o projeto de lei que trata principalmente da criação do Programa Federal de Assistência às Vitimas e Testemunhas Ameaçadas. É o Item 9 da pauta.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em seguida, votaremos o projeto de V. Exª que é um projeto de grande interesse público.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Questão de ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Sem revisão do orador.) – Por uma falha, o meu registro não constou no painel. Então eu gostaria que V. Exª registrasse o meu voto "sim", por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará o voto de V. Exª.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, Senador Eduardo Amorim. Se eu aqui estivesse, eu teria votado de acordo com a Liderança. O meu voto seria "não'.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Eduardo Amorim vota "não".

Senador Aécio, na tribuna, com a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, nós vamos iniciar agora o processo de votação, em primeiro turno, de uma emenda que tem extraordinária importância para o futuro desta Casa e para as relações do Poder Legislativo com o Poder Executivo. Trata-se da PEC nº 11, de autoria do Presidente desta Casa e do Congresso Nacional, Presidente José Sarney.

De antemão, antecipo aos Srs. Senadores que esta matéria demanda quórum constitucional para a sua aprovação. Nós construímos, ao longo dos últimos meses e após longa e exaustiva discussão, um consenso em torno de um texto que já não é mais apenas do autor da proposta, tampouco do relator, mas desta Casa. É preciso que retornemos um pouco ao tempo, Sr. Presidente, para lembrar de que foi no ano de 2001 que conseguimos, Congresso Nacional, Câmara e Senado, fazer a primeira alteração no rito que, naquele momento, garantia ao Executivo o poder de editar sucessivamente medidas provisórias, sem que elas fossem sequer objeto de discussão e deliberação por parte do Congresso Nacional. Em 2001, substituímos o rito que garantia a validade de cada medida provisória por trinta dias e sua sucessiva reedição para o rito atual, em que as medidas provisórias têm validade de sessenta dias, podendo esse prazo ser prorrogado por mais sessenta dias.

Na verdade, o que se percebeu, ao longo dos últimos anos, foi que algumas outras distorções impediam o Congresso Nacional de discutir com a seriedade e a profundidade necessária a série de medidas provisórias que aqui chegavam.

Desde o início dessa discussão, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, busquei defender a tese de que não se poderia tratar a matéria como embate entre Oposição e Governo; ao contrário, era um momento único e histórico para que o Poder Legislativo resgatasse, pelo menos em parte, as suas atribuições. E, de forma muito especial, ao Senado da República passará a ser dada, se aprovado esse texto, um tempo mínimo para que se possa discutir com o mínimo de profundidade as matérias que aqui chegam.

Antes de ler, Sr. Presidente, o texto – que incorpora propostas do Senador Pedro Simon, parcialmente, também, do Senador Walter Pinheiro, do Senador Antonio Carlos Valadares, dentre outras importantes contribuições que tivemos – me traz três aspectos que considero extremamente relevantes que sejam ressaltados. Como a primeira das questões, passaremos a ter uma instância nas duas Casas do Congresso Nacional para discutir, pela primeira vez, desde 1988, quando essa matéria foi efetivamente incorporada na Constituição brasileira, a admissibilidade das medidas provisórias.

Portanto, no texto incorporado pela Comissão de Justiça, e ali aprovado por unanimidade, caberá às Comissões de Constituição e Justiça, primeiro na Câmara dos Deputados, Casa iniciadora, em seguida, do Senado Federal, pelo prazo de dez dias, discutir a urgência e relevância de cada uma das medidas provisórias, podendo essa medida ser inadmitida na Comissão de Constituição e Justiça de uma das Casas. E, não havendo recurso ao Plenário, obviamente, cai a validade dessa medida provisória.

Além disso, estamos redividindo os prazos de tramitação em cada uma das Casas. Não é, Sr. Presidente José Sarney, a proposta ideal. Não é, Srªs e Srs. Senadores, a proposta inicial que apresentei à Comissão de Constituição e Justiça, mas ela traz avanços extremamente importantes e entre eles este que garante que a medida provisória tramitará, inicialmente, por oitenta dias na Câmara dos Deputados, depois por trinta dias, no Senado da República, tendo aí, ainda, o prazo de dez dias para que, eventualmente emendada, a matéria possa retornar à Câmara dos Deputados.

Além disso, Sr. Presidente, estamos incorporando ao texto a constitucionalização daquilo que tem-me parecido e a muitos dos Srs. Senadores um acinte, uma violência contra as prerrogativas desta Casa, que é o que se costumou chamar de contrabando de medidas provisórias, onde temas não correlatos à matéria inicial são, ao longo da tramitação, incorporados à ela, muitas vezes pelo próprio relator da matéria, impedindo que a medida provisória cumpra a sua função original, distorcendo e incorporando interesses muitas vezes não transparentes e que somos nós, do Senado, em última instância, pela premência do tempo, obrigados a votar sem a discussão adequada.

Portanto, o § 13º do inciso V passa a tramitar com a seguinte redação:

> § 13. A medida provisória e o projeto de lei de conversão não conterão matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão." (NR)

Ainda no § 10 estamos incorporando à vedação, que na mesma edição legislativa haja reedição de matéria constante de medida provisória que tenha perdido a sua eficácia ou por decurso de prazo.

Portanto, o texto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se aprovado por esta Casa, e, em seguida, pela Câmara dos Deputados passa a incorporar essas modificações e passo a lê-las:

Art. 1º O art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

> "Art. 62. .....
>
> .....
>
> § 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12, perderão eficácia, desde o início de sua edição, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes, se forem consideradas inadmitidas na forma do § 5º ou se não forem aprovadas:
>
> I – pela Câmara dos Deputados no prazo de oitenta dias contado de sua edição;
>
> II – pelo Senado Federal no prazo de trinta dias contado de sua aprovação pela Câmara dos Deputados;
>
> III – pela Câmara dos Deputados para apreciação das emendas do Senado Federal no prazo de dez dias contado de sua aprovação por essa Casa.
>
> § 4º Os prazos a que se referem os §§ 3º e 5º suspendem-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.
>
> § 5º Preliminarmente ao seu exame pelo Plenário, as medidas provisórias serão submetidas, para juízo sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, à comissão competente para examinar a constitucionalidade das matérias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, observado o seguinte:
>
> I – a comissão terá dez dias para se manifestar;
>
> II – a decisão da comissão pela inadmissibilidade dispensa a competência do Plenário, salvo se houver recurso, assinado por um décimo dos membros da respectiva Casa, que deverá ser protocolizado até dois dias úteis após a decisão;
>
> III – no caso de manifestação pela admissibilidade ou, se apresentado o recurso, no caso da inadmissibilidade, o Plenário votará o parecer da comissão quando da apreciação da medida provisória, observados os prazos previstos nos incisos I e II do § 3º;
>
> IV – se a comissão não se manifestar no prazo a que se refere o inciso I, a decisão sobre a admissibilidade transfere-se para o Plenário da respectiva Casa, observado o disposto no inciso III;
>
> V – se a medida provisória não for admitida, será ela transformada em projeto de lei em regime de urgência, na forma do § 1º do art. 64, com tramitação iniciada na Câmara dos Deputados.
>
> § 6º Se, no caso dos incisos I e II do § 3º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, respectivamente, em até setenta e vinte dias, a medida provisória entrará em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.
>
> .....
>
> § 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de matéria constante de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
>
> .....
>
> § 13. A medida provisória e o projeto de lei de conversão não conterão matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão." (NR)
>
> Art. 2º Revogam-se os §§ 7º e 9º do art. 62 da Constituição Federal.
>
> Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às medidas provisórias que venham a ser editadas após a sua publicação.

Portanto, Sr. Presidente, foi um trabalho conjunto das Srªs e Srs. Senadores desta Casa, em especial da Comissão de Justiça, que permitirá, repito, para encerrar, que as medidas provisórias terão, pela primeira

vez, possibilidade de discussão sobre a sua admissibilidade. Esta Casa a passa a ter um prazo mínimo de 30 dias para discutir a matéria, e nós estaremos livres da violência que tem ocorrido, com a inclusão, na medida original, de temas contrabandeados.

Repito, Sr. Presidente, não é talvez a proposta ideal, mas sabemos todos que o ótimo é inimigo do bom e que a política é a arte do possível.

Não tenho dúvida em afirmar que a aprovação deste texto pelo Senado da República – e agradeço a participação de todos os Srs. Senadores e Líderes em especial – significará um avanço consistente em defesa das prerrogativas do Poder Legislativo.

Solicito, de pronto, a V. Exª e aos demais Líderes que continuem discutindo esta matéria com os Líderes da Câmara dos Deputados, para que, o mais rapidamente possível, possamos ter esta matéria aprovada e, pelo menos em parte, as prerrogativas do Congresso nacional resgatadas, Sr. Presidente.

É o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – De acordo com o art. 60, §2º, da Constituição Federal, esta matéria só será declarada aprovada se tiver três quintos de aprovação dos Srs. Senadores e Senadoras.

Vamos passar à votação da Subemenda nº 1, que é o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, que tem preferência regimental.

Manda preparar o painel.

Os Srs. Senadores já poderão votar. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, só para fazer uma consideração sobre o trabalho hercúleo feito pelo Senador Aécio Neves, que produziu o texto possível. Não é o desejável, não é aquilo com que o Congresso sonhava ou precisa perseguir como objetivo, mas o texto traz avanços importantes, prestigia o Congresso Nacional, as duas Casas, Câmara e Senado. O trabalho feito pelo Senador Aécio merece elogio e aplauso.

O nosso partido votará, unanimemente, a favor da proposta apresentada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Estamos votando com a correção feita no texto, na redação, ao § 5º do art. 62, a substituição da expressão "ou" pela expressão "e".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, eu queria rapidamente posicionar a bancada.

A Bancada do PMDB, em todos os momentos, trabalhou para que avançássemos em rumo à regulamentação das medidas provisórias, aprovando essa PEC de autoria de V. Exª, sintetizando um pensamento que é generalizado nesta Casa.

Portanto, o voto do PMDB, coerentemente, é pela aprovação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, dentro da mesma linha, o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, acompanhando o trabalho árduo do nosso Senador Armando Monteiro e demais Senadores, da mesma forma, orienta o voto "sim".

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, nós do Partido dos Trabalhadores e do bloco de apoio ao Governo – o PSB, o PDT, o PRB – participamos dessa discussão. Naturalmente que não consideramos que o texto é o ideal. No entanto, ele vem resolver um problema que estava já produzindo praticamente uma crise nesta Casa, que é a inexistência de prazos para que pudéssemos fazer essa discussão aqui no Senado.

Como esse projeto, essa PEC vai ainda à apreciação da Câmara, quaisquer imperfeições que ela possa ter será objeto de discussão lá.

Por essa razão, nós encaminhamos, para o PT e o bloco, o voto "sim", na emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Mário Couto, com a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Sarney, pelo menos saímos daqui hoje à tarde, hoje à noite, com esta vitória de V. Exª e do Senador Aécio Neves. Quero me congratular com V. Exª.

Sou testemunha de que V. Exª tem sido um defensor para tornar este Senado atuante, independente. Por isso, nesta tarde, ao voltar a minha residência, volto feliz com o que se vai votar neste momento nesta Casa.

Quero parabenizar também o grande Senador Aécio Neves pela sua indução aos Senadores, mostrando a vantagem da democracia e da valorização dos direitos desta Casa. Uma indução que fez colega por colega, Parlamentar por Parlamentar, buscar a necessidade de se valorizar, cada vez mais, a democracia neste Parlamento.

Está de parabéns V. Exª, está de parabéns o grande Senador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Presidente Sarney, quero inicialmente cumprimentar V. Exª pela iniciativa desta proposta de emenda à Constituição que valoriza o Congresso Nacional. E, de forma muito especial, cumprimentar o Senador Aécio Neves.

Acompanhei a sua dedicação, mais uma vez a demonstração de sua capacidade de diálogo, ouvindo todas as forças políticas da Casa, adotando contribuições diversas de Senadores, de partidos, como a contribuição relevante do líder do nosso partido Senador Antonio Carlos Valadares. Quem ganha com isso hoje é o Congresso brasileiro, é a democracia brasileira, porque se fortalece o Poder Legislativo.

Então, cumprimento V. Exª e cumprimento de forma muito especial o Relator desta matéria, Senador Aécio Neves, encaminhando favoravelmente à emenda.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa e nos seus gabinetes que compareçam ao plenário. Estamos em processo de votação da emenda que regula as medidas provisórias.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Por outro lado, mas na mesma linha, o nosso encaminhamento é favorável à iniciativa de V. Exª e ao trabalho de habilidade do Senador Aécio Neves, que acolheu as interpelações dos colegas que foram feitas na Comissão de Justiça e no Plenário, buscando o melhor resultado para o Congresso Nacional. É o encaminhamento de discussão de medidas provisórias na Câmara e no Senado o melhor caminho para que Senadores e Deputados possam conduzir a discussão, o debate e a votação de medidas provisórias, para que não sejamos atropelados no Senado e, ao mesmo tempo, não joguemos ônus para a Câmara dos Deputados. Acho que essa é a habilidade que buscamos em torno do Projeto de V. Exª, com o trabalho do Relator às interpelações que foram feitas.

Quero ressaltar aqui também o trabalho do Presidente da Comissão de Justiça, Senador Eunício Oliveira, do Senador Pimentel, que apresentou, inclusive, voto em separado, que foi discutido na Comissão, e do Senador Antônio Carlos Valadares, especialmente, sem prejuízo para as várias observações de muitos colegas ali na Comissão de Justiça.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto, evidentemente, é favorável, nos termos do que acordamos na Comissão de Justiça para o bom funcionamento do Congresso Nacional na análise de medidas provisórias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exª e o Senador Aécio Neves pelo importante trabalho que fizeram e que resultou no projeto de emenda constitucional que a Casa está votando neste momento. O Partido Progressista quer trazer o seu voto "sim".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Presidente, a Liderança do Governo também encaminha o voto "sim", louvando a medida que V. Exª propôs e o acordo construído por todos os Líderes. Realmente avançamos, conseguimos um texto que vai para a Câmara dos Deputados e esperamos que a Câmara dos Deputados possa votar a matéria rapidamente. Portanto, a Liderança do Governo encaminha o voto "sim".

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, o PSDB é, evidentemente, favorável ao Projeto de V. Exª, destacando a iniciativa como necessária e, sobretudo, inteligente, destacando a capacidade de articulação política do Senador Aécio Neves, que se dedicou de forma integral, com tempo integral e dedicação exclusiva, para buscar o consenso, chegar a um entendimento e aprovar o texto que hoje estamos votando.

É claro – todos aqui já afirmaram –: não é o ideal, mas é um passo adiante, um importante passo adiante. E, agora, o fundamental é realizar esse trabalho de articulação política na Câmara dos Deputados, onde, certamente, dificuldades existirão, mas o entendimento de que é preciso restabelecer prerrogativas fundamentais do Congresso e torná-lo mais valorizado, certamente, levará as lideranças da Câmara dos Deputados a acolher esta proposta de V. Exª em parceria com o Senador Aécio Neves.

O voto, claro, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Sarney, quero, na mesma linha, louvar V. Exª pela iniciativa de ter apresentado este Projeto de Emenda à Constituição. Já não era sem tempo de o Congresso Nacional se posicionar com relação à tramitação das medidas provisórias na nossa Casa.

Não é o que todos nós queríamos, mas é aquilo que foi possível fazer no parecer e nas emendas do Senador Aécio Neves, que, como aqui foi dito, com a sua capacidade de conciliação, buscou, no seu projeto, um parecer que atendesse todos os segmentos políticos do Congresso e do Senado Federal.

Agora, lamento, Senador Sarney, lamento que, num projeto como este, costurado em entendimento com as lideranças de todos os partidos, nós tenhamos ainda que esperar quórum para que V. Exª possa abrir o painel, já que nós precisamos que 49 votos "sim" para que o projeto seja aprovado. E lamento mais ainda que o Senador Humberto Costa, que participou do processo de entendimentos para o texto final do Senador Aécio Neves, diga agora no plenário que ele ainda vai passar por análise e revisão na Câmara Federal, o que me leva a crer que o Governo não tem interesse em aprovar o projeto de V. Exª, com o parecer do Senador Aécio Neves, que dá ao Congresso...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Flexa Ribeiro, a Mesa faz um apelo a V. Exª para concluir para que possamos apurar a votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já concluo.

Projeto que dá ao Congresso Nacional e ao Senado Federal condições de altivez na análise das medidas provisórias que chegam aqui à nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Lindbergh.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quero comunicar ao Plenário que o Presidente da Casa, em face do Regimento, sendo a votação aberta, é impedido de votar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, eu quero primeiro...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – E prorrogo a sessão pelo tempo necessário à conclusão dos nossos trabalhos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quero dizer que vivemos hoje neste Senado, neste dia, um fato alvissareiro: uma grande unidade em torno de um projeto tão complexo.

Eu queria parabenizar V. Exª; o Presidente da CCJ, Eunício Oliveira, que jogou um grande papel; o Senador Aécio Neves, mas queria destacar o papel da base de apoio ao Governo. Desde o começo desta legislatura, nós subimos à tribuna para dizer que não aceitávamos aquela situação em que tínhamos que votar medida provisória no último dia. Foi daí que surgiu um projeto de V. Exª e, depois, o Senador Aécio Neves foi nomeado relator. Eu quero destacar que a base de apoio do Governo teve flexibilidade no mérito e flexibilidade política. Em nenhum momento – e nós sabemos que temos o Senador Aécio Neves como a grande liderança da oposição no Senado –, isso foi utilizado pela base do Governo para tentar obstaculizar a construção desse acordo. De forma que acho que hoje é um dia de vitória para este Senado Federal. Mas chamo a atenção dos Senadores para o fato de que é importante construir outros acordos. E chamo a atenção da oposição também no sentido de que esperamos gestos como esse na discussão, principalmente, da crise econômica internacional e nos seus reflexos para o Brasil.

Parabéns, Presidente Sarney! Parabéns, Senador Aécio Neves! Parabéns, todos os Senadores que ajudaram na construção desse acordo!

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Clésio Andrade, a última intervenção.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG.) – O PR vota "sim", Sr. Presidente, parabenizando V. Exª e parabenizando o Senador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Só quero dizer que o DEM vota "sim".

Cumprimento V. Exª pela louvável e meritória iniciativa, como também o Relator, Senador Aécio Neves. Acho que voltamos a restabelecer, aos poucos, as prerrogativas do Senado Federal. Acho que é um bom caminho.

O DEM tem a disposição também de construir grandes projetos, evidentemente aqueles de interesse da sociedade.

Dessa forma, cumprimento V. Exª uma vez mais, pelo seu gesto de altivez, de grandeza, sobretudo pensando no espírito maior de construirmos um Congresso Nacional forte, que defenda os interesses da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pergunto se todos os Senadores e Senadoras já votaram. *(Pausa.)*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria, da mesma forma, de parabenizar V. Exª pela iniciativa, e parabenizar o Senador Aécio Neves. Foi uma grande vitória desta Casa.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exª a possibilidade de apreciar um requerimento de minha autoria que entreguei à Mesa hoje. Trata-se de um requerimento solicitando envio de congratulações à Associação Médica Brasileira, que completou, neste ano, 60 anos de sua fundação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Acir Gurgacz, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero cumprimentar V. Exª e o Senador Aécio Neves por esta votação e dizer que, na votação anterior, o meu voto foi "sim", para constar em ata.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará.

Peço aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que não votaram que o façam.

Está presente a Senadora Ana Amélia, que votou da última vez? *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Demóstenes Torres. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma correção: meu voto na votação anterior é "não".

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, eu faria um apelo a V. Exª para adotar providências a fim de que o Projeto de Lei da Câmara nº 3 possa ser votado o mais rapidamente possível. Há um apelo forte de vários segmentos da sociedade, especialmente depois do crime hediondo praticado contra uma juíza no Estado do Rio de Janeiro. Esse projeto tem por objetivo oferecer maior segurança às autoridades do Judiciário no exercício da sua atividade profissional. Nós estamos formulando um apelo a V. Exª para que esse projeto possa ser votado o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O projeto está na pauta e a Mesa já deu preferência, conforme solicitação do Senador Jorge Viana.

V. Exª será atendido.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é rápido. Na votação anterior, eu acompanhei o relator. Portanto, é só para fazer este registro: na votação nominal, meu voto é "não". O mesmo voto do Senador Paim.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade em que estamos uma emenda muito importante para o País, temos, na Mesa do Senado, uma emenda proposta pelo Senador Antonio Carlos Valadares, que tive oportunidade de relatar, é uma matéria que já está pronta para ser deliberada. Trata-se da questão dos jornalistas profissionais do nosso País, que é muito significativa. Eles têm feito um trabalho grandioso. Visitamos V. Exª já algumas vezes, discutindo essa matéria. V. Exª já tem-se colocado absolutamente à disposição, mas gostaríamos de fazer um apelo a todos os Líderes, independentemente de sua posição de voto, para que pudéssemos votar essa matéria. É uma emenda constitucional da regulamentação da profissão de jornalista do nosso País.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado.

Se todos os Senadores e Senadoras já votaram, vou proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal

SUBEMENDA Nº 1- CCJ AS EMS 2, 3 E 5 PLEN Á PEC Nº 11/2011 (1º TURNO)

ALTERA O PROCEDIMENTO DE APRECIAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS PELO CONGRESSO NACIONAL.

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	2	Abertura:	16/8/2011 18:51:23
Data Sessão:	16/8/2011	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	16/8/2011 19:09:49

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	SIM
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	SIM
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	SIM
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	SIM
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	SIM
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	SIM
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PT	SP	MARTA SUPLICY	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 60
Votos NÃO : 00
Votos ABST. : 00

Total : 60

Primeiro-Secretário

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Emissão: 16/8/2011 19:09:51

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM, 60 votos; NÃO, nenhum; e abstenção, nenhuma.

Isso é inédito dentro do Senado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Aprovado o substitutivo, ficam prejudicadas as demais emendas apresentadas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Há sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação para o segundo turno constitucional, que vai à publicação na forma regimental.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 773, DE 2011

(Da Comissão Diretora)

Redação, para o segundo turno, da Subemenda n° 1 – CCJ (Substitutivo) à Proposta de Emenda à Constituição n° 11, de 2011.

A Comissão Diretora apresenta a redação, para o segundo turno, da Subemenda n° 1 – CCJ (Substitutivo) à Proposta de Emenda à Constituição n° 11, de 2011, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional, consolidando a correção de redação proposta pelo Relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 16 de agosto de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Cícero Lucena**, Relator – Senadora **Marta Suplicy –** Senadora **Vanessa Grazziotin** – Senador **Ciro Nogueira**.

ANEXO AO PARECER N° 773, DE 2011,

Redação, para o segundo turno, da Subemenda n° 1 – CC1 (Substitutivo) à Proposta de Emenda à Constituição n° 11, de 2011.

EMENDA CONSTITUCIONAL N° , DE 2011

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1° O art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 62. .....

.....

§ 3° As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12, perderão eficácia, desde o início de sua edição, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes, se forem consideradas inadmitidas na forma do § 5º ou se não forem aprovadas:

I – pela Câmara dos Deputados no prazo de oitenta dias contado de sua edição;

II – pelo Senado Federal no prazo de trinta dias, contado de sua aprovação pela Câmara dos Deputados;

III – pela Câmara dos Deputados, para apreciação das emendas do Senado Federal, no prazo de dez dias, contado de sua aprovação por esta Casa.

§ 4° Os prazos a que se referem os §§ 3° e 5° suspendem-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º Preliminarmente ao seu exame pelo Plenário, as medidas provisórias serão submetidas, para juízo sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, à comissão competente para examinar a constitucionalidade das matérias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, observado o seguinte:

I – a comissão terá dez dias para se manifestar;

II – a decisão da comissão pela inadmissibilidade dispensa a competência do Plenário, salvo se houver recurso, assinado por um décimo dos membros da respectiva Casa, que deverá ser protocolizado até dois dias úteis após a decisão;

III – no caso de manifestação pela admissibilidade ou, se apresentado o recurso, no caso da inadmissibilidade, o Plenário votará o parecer da comissão quando da apreciação da medida provisória, observados os prazos previstos nos incisos I e II do § 3°;

IV – se a comissão não se manifestar no prazo a que se refere o inciso 1, a decisão sobre a admissibilidade transfere-se para o Plenário da respectiva Casa, observado o disposto no inciso III;

V – se a medida provisória não for admitida, será ela transformada em projeto de lei em regime de urgência, na forma do § 1º do art. 64, com tramitação iniciada na Câmara dos Deputados.

§ 6º Se, no caso dos incisos I e II do § 3°, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, respectivamente, em até setenta e vinte dias, a medida provisória entrará em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.

.....

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de matéria constante de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

.....

§ 13. A medida provisória e o projeto de lei de conversão não conterão matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão." (NR)

Art. 2° Revogam-se os §§ 7° e 9° do art. 62 da Constituição Federal.

Art. 3° Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às medidas provisórias que venham a ser editadas após a sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Amanhã, teremos, então, a conclusão da votação...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Votaremos amanhã o segundo turno? É essa a consulta que faço a V. Exª, Presidente Sarney.

Votaremos amanhã, então, o segundo turno, como primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Votaremos amanhã, porque temos, de acordo com o Regimento, que convocar três sessões extraordinárias, e é impossível que o façamos agora à noite.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quero submeter a votos o Projeto de Lei da Câmara que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçada, institui...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei "sim". Se estivesse aqui, votaria "sim". Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará.

...o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e que dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

O relatório é favorável.

Item 9:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007 (nº 7.711/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.*

Parecer favorável, sob nº 1, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Discussão do projeto. *(Pausa.)*

Sem discussão, encerro a votação.

Em votação.

Os Senadores que aprovam e Senadoras permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto vai à sanção presidencial.

Quero ressaltar que este projeto é muito importante e, realmente, neste momento em que nós presenciamos este caso tão lamentável do assassinato da juíza, ele vem também reforçar uma posição em que o Governo pode dar a pessoas, como a juíza, ameaçadas, maior segurança.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2007

(Nº 7.711/2007, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção as vítimas e as testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência as vítimas e as testemunhas ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A:

> Art. 19-A. Terão prioridade na tramitação o inquérito e o processo criminal em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas pelos programas de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Qualquer que seja o rito processual criminal, o juiz, após a citação, tomará antecipadamente o depoimento das pessoas incluídas nos programas de proteção previstos nesta Lei, devendo justificar a eventual impossibilidade de fazê-lo no caso concreto ou possível prejuízo que a oitiva antecipada traria para a instrução criminal."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.*

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475,de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do* caput *e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revo-*

ga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

7

SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 231, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: "*ad hoc*" Senador Paulo Paim, CDH)

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Constituição de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Se-

nador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

13

REQUERIMENTO Nº 1108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

14

REQUERIMENTO Nº 918, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 918, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (licitações de serviços de publicidade e propaganda).*

15

REQUERIMENTO Nº 919, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 919, de 2011, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29, de 2007; e 40, de 2011, por regularem matérias correlatas (fim das coligações nas eleições proporcionais).*

16

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.008, DE 2011

Aditamento ao Requerimento nº 901/2011.

Requeremos, nos termos regimentais aditamento ao Requerimento nº 901/2011 para que seja alterada a data da celebração dos 33 anos da fundação da Comunidade Canção Nova para o dia 27 de setembro de 2011 no período do expediente.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2011.

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDER DO PSB

ASSINATURA	SENADOR
	AÉCIO NEVES
	ANA AMÉLIA (PP/RS)
	VAICE DA MATTA E SOUZA

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.009, DE 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney**,**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à Associação Médica Brasileira pelos seus sessenta anos de fundação. Requeiro, ademais, que esse Voto seja encaminhado ao conhecimento da Instituição, por intermédio do seu Presidente, Dr, José Luiz Gomes do Amaral.

Justificação

A Associação Médica Brasileira é uma sociedade sem fins lucrativos, fundada em 26 de janeiro de 1951, com a finalidade de defender a dignidade profissional do médico e a assistência de qualidade à saúde da população brasileira.

Nesses sessenta anos a AMB tem atuado junto ao Congresso Nacional não apenas na discussão de matérias relacionadas à valorização profissional da classe médica e de sua formação, mas também na discussão de matérias de interesse da população brasileira, uma vez que tem se destacado na defesa pela oferta de saúde de qualidade para todos.

Diante disso, considero justo o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República

Sala das Sessões,16 de agosto de 2011. – Senador **Paulo Davim.**

REQUERIMENTO Nº 1.010, DE 2011

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 121 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Ex-governador do Território e do Estado do Amapá Aníbal Barcelos, ocorrida no último dia 14, domingo, bem como apresentação de condolência à sua família e ao povo do Estado de Amapá.

Justificação

O Comandante Barcelos, como era carinhosamente chamado pela população do Estado do Amapá, foi o primeiro governador eleito em 1990 após o processo de redemocratização do Brasil.

Natural de Campo dos Goytacazis, no Rio de Janeiro, onde nasceu em 10 de julho de 1918, este oficial da Marinha de Guerra do Brasil, escolheu o Amapá como sua terra de adoção. Foi indicado governador do Estado de 1975 a 1985, tendo sido Deputado Federal de 1987 a 1991, voltando a ser governador pelo voto direto, do período de 1991 a 1995. Com verdadeira dedicação ao estado, foi ainda Prefeito de Macapá de 1997 a 2001, e também Vereador, no período de 2005 a 2009. Ao falecer, aos 93 anos, deixa um exemplo de ativismo político e de militância em defesa dos valores e causas em que acreditava e nestes, seguramente, como maior destaque, o Estado do Amapá.

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**, PSOL-AP.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.011, DE 2011

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei do Senado nº 393 de 2009, que "Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o pagamento do salário mínimo fixado em lei ao trabalhador que cumpra jornada inferior a oito horas ou quarenta e quatro horas semanais", tramita na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em caráter terminativo.

Nos termos do artigo 255, inciso II, alínea **c**, 12, combinado com o inciso I do art. 101, todos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro que sobre a matéria seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, tendo em vista que o projeto em exame não atenta para o princípio da razoabilidade, eis que promove uma igualdade para situações cujos aspectos fáticos não aguardam similaridade, além de não encontrar qualquer respaldo constitucional e jurisprudencial, pois o TST tem entendido que é devido o pagamento proporcional do salário à jornada trabalhada.

Desta forma entendemos, nos termos do RISF, pela necessidade de análise do PLS 393 de 2009 pela CCJ.

Sala das Sessões, – Senador **Armando Monteiro.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quero dar a palavra ao Senador Alfredo Nascimento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu solicitei a apreciação do requerimento que eu dei entrada na Mesa, o requerimento de minha autoria, para que fosse apreciado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Nós votaremos amanhã, na sessão deliberativa.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Qual a minha inscrição? Eu me inscrevi como Líder. Eu falaria depois do Senador Alfredo?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Se V. Exª quisesse assim, falaria, porque o Senador foi o primeiro inscrito como Líder.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Exª.

Senador Alfredo Nascimento, com a palavra.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, antes do Senador Alfredo Nascimento, um segundo só, para o senhor incluir na Ordem do Dia, por favor, um aditamento ao Requerimento nº 901, que era sobre uma comemoração da Canção Nova, que vai ser feita neste plenário, no mês que vem.

Só isso, Presidente. Obrigado.

Obrigado, Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM. como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, ocupo a tribuna desta Casa para, na condição de Presidente Nacional do Partido da República, tornar pública a decisão soberana de nossas bancadas – na Câmara dos Deputados e neste Senado Federal – de declarar independência da base de sustentação ao Governo da Presidenta Dilma Rousseff no Congresso Nacional. A partir de hoje, manteremos a atitude responsável que caracteriza a nossa trajetória no Legislativo brasileiro, mas atuaremos de forma independente. Neste momento, abrimos mão de todos os cargos hoje ocupados por indicação de nossas bancadas. Tais espaços estão à disposição da Administração Federal.

O Dr. Paulo Sérgio Passos é um técnico que merece o nosso mais sincero respeito e reconhecimento pela excelência de sua colaboração nas gestões que compartilhamos ao longo dos últimos anos. Sua filiação reforça a qualificação inegável dos quadros vinculados ao Partido da República. Cabe frisar, entretanto, que não reconhecemos no atual titular do Ministério dos Transportes o legítimo representante de nosso Partido no Governo Federal. Sua nomeação reflete decisão pessoal e isolada da Presidente da República, que certamente não merece discussão de nossa parte.

Madura e coerente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a determinação de declarar independência traduz o sólido consenso formado entre os 48 Parlamentares Federais que o Partido da República elegeu pelo voto direto e que representam, de forma legítima e inquestionável, diversos segmentos da sociedade brasileira. Com essa decisão, pretendemos deixar claro e de modo inequívoco que continuaremos participando de modo construtivo do debate e encaminhamento de todos os assuntos em pauta neste Parlamento e apoiaremos, de forma incondicional, todas as decisões que defendam e atendam os interesses do povo brasileiro, missão fundamental no exercício dos nossos mandatos.

É isso que esperam de nós os milhares de brasileiros que nos privilegiaram com seus votos e confiança, especialmente no momento em que se avizinham do Brasil os efeitos nocivos da crise que mantém na berlinda a economia americana, turbulência que castiga diversos países desenvolvidos e que, agora, preocupa as nações em desenvolvimento. Diante desse cenário de instabilidade mundial, cabe ao Partido da República dar uma demonstração categórica de que não arredará de suas responsabilidades na proteção das conquistas dos últimos anos e de que é possível, sim, contribuir com o Brasil sem as amarras impostas seja pelo governismo, seja pela oposição.

Não fazemos política cultivando ressentimentos, mas também não abrimos mão da construção e manutenção de relações de confiança, respeito e lealdade junto àqueles a quem emprestamos nosso apoio. No momento em que tais condições não mais se colocam como base do nosso relacionamento com o Governo, entendemos ter chegado o momento de atuar com mais autonomia.

Ainda assim, Sr. Presidente, quero frisar que não faremos o jogo político rasteiro da revanche ou da vingança, do constrangimento ou da chantagem. Entretanto, não renunciaremos à crítica proveitosa e ao embate sereno e elevado na defesa das posições e bandeiras do nosso partido. Votaremos com as nossas consciências e alinhados ao que pensa e deseja o cidadão brasileiro.

É esse o nosso papel.

Sr. Presidente, nos últimos oito anos – oito anos e meio, para ser mais preciso –, o Partido da Repúbli-

ca ofereceu apoio incondicional e decisivo ao projeto apresentado pelo ex-Presidente Lula, cuja expectativa de continuidade e avanço levou à eleição da Presidenta Dilma Rousseff. Nesse período, aceitamos fazer parte de um governo que pretendia e teve êxito em abrir um círculo virtuoso para o nosso povo.

No comando dos espaços que fomos convocados a ocupar na administração, nos dedicamos ao trabalho incansável e à sustentação política leal e segura, mesmo nos momentos em que foi necessário abrir mão de interesses e expectativas individuais do nosso Partido.

Passado tanto tempo e tendo prestado tantos serviços, não é aceitável que sejamos tratados como aliados de pouca categoria, fisiológicos e oportunistas sem compromisso nem história em comum com o Governo que aí está e que ajudamos a construir.

Quero reiterar, em nome do meu Partido, o apoio enfático a qualquer ação de combate à corrupção e para o fomento e fortalecimento de uma conduta exemplar na administração pública. Para nós, do Partido da República, a defesa de tais princípios nunca esteve em discussão. Fazemos e continuaremos fazendo coro junto àqueles que defendam a apuração responsável e rigorosa dos fatos, com a identificação e a comprovação de deslizes, acompanhadas da efetiva punição dos envolvidos, dentro dos ritos consagrados pelo Estado de direito.

Estamos convencidos, contudo, de que não se corrigem mazelas nem se constrói a excelência com um Estado policial e intimidatório amparado por manchetes de jornal. O enfrentamento da corrupção exige coragem, maturidade e serenidade para rever estruturas, fortalecer e disciplinar os órgãos de controle e investigação e modernizar procedimentos e leis, de modo a colaborar para a ação do Poder Judiciário. Esse é um trabalho diário e sistemático, cuja efetividade não pode estar atrelada nem graduada apenas pelo escândalo do momento.

Por isso, Srªs e Srs. Senadores, afirmo que jamais somaremos forças ou endossaremos ações meramente midiáticas, desprovidas de provas ou açodadas, em que seja desrespeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório, levando à execração pública e ao julgamento antecipado de quem quer que seja, independentemente de nossas preferências ou filiação partidária.

Quero concluir, Sr. Presidente, enfatizando que os episódios recentes fortaleceram ainda mais a coesão interna e os princípios éticos e políticos que sempre governaram o Partido da República. Nossa ação no Congresso é reconhecida pela disciplina, pela unidade e o respeito irrevogável às decisões colegiadas, atributos que esvaziarão qualquer aposta na divisão de nossas bancadas ou na construção de dissidências.

Nós, Senadores e Deputados, reafirmamos a determinação do Partido da República em manter um olhar elevado para os anseios de nosso País, repito, sem expectativa de ocupar espaços ou desfrutar de privilégios. No momento em que declaramos independência e devolvemos os cargos ao Governo Federal, reiteramos o nosso compromisso com o Brasil.

Assim, trabalharemos para contribuir diretamente com a consolidação do desenvolvimento do Brasil e, neste momento, para o pleno enfretamento dos problemas que preocupam o nosso povo. É imperioso nos esforçarmos para neutralizar os possíveis efeitos da crise mundial sobre nosso País, protegendo a estabilidade de nossa economia, a continuidade dos investimentos e a geração de empregos e renda, pilares do desenvolvimento robusto que nós do Partido da República ajudamos a construir.

Integrantes do Partido da República são, hoje, objeto de investigações para a apuração da suposta prática de irregularidades. É nosso dever, neste momento, aguardar e colaborar para que tais apurações encontrem o melhor desfecho, de modo a estabelecer a verdade dos fatos e criar as condições para a reparação de eventuais danos às pessoas envolvidas. Não é possível diálogo político com o Governo sem essa salvaguarda.

Muito obrigado

O Sr. José Agripino (Bloco/DEM – RN) – Permita-me um aparte, Senador Alfredo?

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM) – Pois não, Senador.

O Sr. José Agripino (Bloco/DEM – RN) – Senador Alfredo, eu não poderia deixar de dirigir uma palavra a V. Exª quando, como presidente de seu partido, o Partido da República, V. Exª toma uma atitude que tem que ser, no mínimo, respeitada. Eu, pessoalmente, aplaudo, mas esta Casa tem, no mínimo, o dever de respeitar, porque V. Exª está abrindo mão das benesses de Governo. V. Exª ajudou a eleger a atual Presidente da República. O partido de V. Exª foi alvo de acusações. V. Exª se retira do Governo para ter a isenção, até para participar de processos de investigações que liberem de responsabilidades indevidas integrantes de seu partido. Abrindo mão da participação nas benesses, abre mão dos bônus do Governo. O gesto que V. Exª está assumindo é um gesto democrático que o Brasil precisa reconhecer. O meu partido reconhece, sem querer aqui misturar interesses de oposição, até porque V. Exª não se coloca na oposição. Coloca-se em posição de independência. Na hora em que o interesse do Brasil estiver em jogo, tenho certeza de que V. Exª, como nós, vamos votar a favor. Mas, na hora de passar os assuntos a limpo, de preservar a própria dignidade,

V. Exª usa de coragem cívica para tomar uma posição que neste momento toma, e que meu partido aplaude.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM) – Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alfredo Nascimento, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu quero registrar nos Anais da Casa que, nas votações anteriores, eu votei de acordo com a orientação do meu partido, o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Seu voto será registrado.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, só para justificar a minha ausência na primeira votação. Eu estava reunido fora da Casa, tratando de assuntos de interesse da CCJ e não pude comparecer à primeira votação. E queria que V. Exª pedisse para registrar nos Anais desta Casa o meu voto, acompanhando a liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O seu voto será registrado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, da mesma forma, eu gostaria de justificar a minha ausência nas duas votações anteriores. É que, infelizmente, cheguei atrasada por conta do atraso da companhia aérea que me trouxe do meu Estado do Amazonas até aqui.

Tive que estar na cidade de Manaus hoje, participando de duas importantes atividades. Uma delas foi a posse do Deputado Estadual Wilson Lisboa, que é o Deputado do meu partido, o PCdoB. Além de ter participado da abertura do 3º Encontro da Agricultura Familiar no Amazonas.

Infelizmente, por conta do atraso no vôo, eu perdi essas duas importantes votações, mas registro que acompanho o voto da liderança do meu partido, o PCdoB, do meu bloco, o bloco que eu participo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O voto de V. Exª será computado.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu peço a palavra depois, pela liderança do Governo, para uma rápida comunicação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Primeiro, eu concedo a palavra ao Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, como é de conhecimento, o meu voto foi favorável ao PLC 116, anteriormente. Só que como não foi registrado o voto contrário à Emenda 16, eu queria fazer um registro do voto contrário à Emenda 16, de autoria do Senador Alvaro Dias, ao PLC 116 e reiterar o voto favorável ao PLC 116.

Da mesma forma tive que sair para participar de um encontro com o Embaixador Santiago Mourão do Itamaraty, sobre o tema da cooperação internacional entre o meu Estado do Amapá e a Guiana Francesa, mas quero aproveitar para reiterar o meu voto favorável e com muita honra o voto favorável à Proposta de Emenda Constitucional nº 11, de autoria do Senador José Sarney, com o substitutivo apresentado pelo querido Senador Aécio Neves que, no meu entender, disciplina, regulamenta a redenção do instituto da medida provisória, conforme, inclusive, queria o legislador constituinte de 1988.

Então, queria que fizesse constar o meu voto favorável à Proposta de Emenda Constitucional 11, com o substitutivo do Senador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB– GO) – O voto de V. Exª será registrado.

Passo a palavra ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu agradeço o Senador Mário Couto a distinção de permitir que eu fale antes que ele.

Quero apenas fazer um registro rápido que diz respeito ao meu Estado de Roraima, que a Presidenta Dilma, hoje, às 11 horas, anunciou a criação de quatro universidades federais, a abertura de 47 *campi* univer-

sitários e 208 unidades de institutos federais de educação, ciência e tecnologia espalhados em todo o País.

E como tive reunião com o Ministro Fernando Haddad, programando o atendimento do Estado de Roraima, o Estado de Roraima ganha um instituto federal, um *campus* avançado no setor oeste da cidade de Boa Vista e também um instituto na cidade de Amajari e que, inclusive, já está em construção.

Portanto, quero agradecer a Presidenta Dilma, quero agradecer o Ministro Fernando Haddad e quero pedir a transcrição do texto: *Dilma anuncia a criação de universidades e unidades de institutos federais*.

E quero pedir também a transcrição da lista de 88 Municípios atendidos com **campi** universitários e 120 novas unidades de educação profissional.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dilma anuncia criação de universidades e unidades de institutos federais

Terça-feira, 16 de agosto de 2011 - 11:30
Tweet - divulgue esta matéria no twitter

A presidenta da República, Dilma Rousseff, anuncia nesta terça-feira, 16, a criação de quatro universidades federais, a abertura de 47 câmpus universitários e 208 unidades dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, espalhados em todo o país.

Até 2012, serão implementados 20 câmpus universitários em oito estados e 88 unidades de institutos federais em 25 estados. Além disso, prefeitos assinarão termos de compromisso para a construção de 120 unidades de institutos federais em municípios dos 26 estados e no Distrito Federal. Pelas previsões, que todas as unidades estarão em funcionamento nos próximos três anos.

Universidades – As novas universidades federais serão instaladas no Pará, na Bahia e no Ceará. A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) terá sede na cidade de Marabá, onde hoje funciona o câmpus Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA). A Universidade Federal da Região do Cariri (UFRC), no Ceará, terá sede em Juazeiro do Norte. Ela será instalada na atual estrutura do câmpus Cariri, que pertence à Universidade Federal do Ceará (UFCE).

A Bahia ganha duas instituições. A Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufoba) com sede em Barreiras, onde atualmente funciona o câmpus Barreiras da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e a Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba), que terá sede em Itabuna.

A Universidade Federal do Ceará transfere três de seus câmpus para a Universidade Federal da Região do Cariri – câmpus Cariri (na cidade de Juazeiro do Norte), Barbalha e Crato; a Universidade Federal do Pará passa à Unifesspa o câmpus Marabá; e a Universidade Federal da Bahia transfere o câmpus Barreiras à Ufoba. No conjunto, as quatro novas universidades federais terão 17 câmpus, dos quais 12 serão criados (Tabela 1).

Outras 12 universidades federais, de 11 estados, ganharão 15 câmpus. No Pará, a UFPA ganha um câmpus; na Bahia, a UFBA e a UFRB, um câmpus cada uma; no Ceará, a UFCE (2); em Pernambuco, a UFRPE (1); em Goiás, a UFG (2); no Maranhão, a UFMA (1); no Mato Grosso, a UFMT (1); em Minas Gerais, a UFVJM (2); em São Paulo, a Unifesp (1); em Santa Catarina, a UFSC (1); no Rio Grande do Sul, a UFSM (1). (Tabela 2)

2011-2012 – Até o fim de 2012, o governo federal deve concluir a implantação de 20 unidades, distribuídas entre 12 universidades federais localizadas nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Essa ação atenderá 20 municípios de oito estados. Entre as instituições com maior número de unidades, se destacam a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que se expande para sete municípios, e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que amplia sua presença nas cidades de Mauá, Osasco, Buri e na Zona Leste da capital. (Tabela 3)

Institutos federais – Prefeitos de 120 municípios assinam nesta terça-feira, 16, o compromisso com o governo federal de oferecer terrenos para a instalação de unidades de educação profissional em suas cidades. A concretização das novas escolas deve acontecer em 2013-2014. As 27 unidades da Federação estão contempladas: Acre (um município), Alagoas (4), Amapá (2), Amazonas (4), Bahia (9), Ceará (6), Distrito Federal (uma cidade), Espírito Santo (2), Goiás (5), Maranhão (8), Mato Grosso (3), Mato Grosso do Sul (3), Minas Gerais (6), Pará (5), Paraíba (6), Paraná (6), Pernambuco (9), Piauí (4), Rio de Janeiro (7), Rio Grande do Norte (3), Rio Grande do Sul (7), Rondônia (1), Roraima (1), Santa Catarina (3), São Paulo (8), Sergipe (4) e Tocantins (2).

A essas 120 unidades de educação profissional se somam 88 que estão em construção, com término previsto para o fim de 2012. Ao final de 2014, portanto, o país terá ganho 208 unidades de educação profissional.

Assessoria de Comunicação Social

Confira a tabela 4: 120 novas unidades de educação profissional

Confira a tabela 5: 88 escolas de educação profissional em construção

Palavras-chave: educação superior, expansão, universidades, educação profissional, institutos federais, Sesu, Setec

ACS
Assessoria de Comunicação Social

Ministério da Educação

Tabela 4 – 120 novas unidades de educação profissional

ESTADO	INSTITUTO FEDERAL	MUNICÍPIOS
ACRE	DO ACRE	TARAUACÁ
Subtotais		1
ALAGOAS	DE ALAGOAS	RIO LARGO
		BATALHA
		UNIÃO DOS PALMARES
		CORURIPE
Subtotais		4
AMAPÁ	DO AMAPÁ	SANTANA
		PORTO GRANDE
Subtotais		2
AMAZONAS	DO AMAZONAS	HUMAITÁ
		EIRUNEPÉ
		ITACOATIARA
		TEFÉ
Subtotais		4
BAHIA	DA BAHIA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS
		LAURO DE FREITAS
		EUCLIDES DA CUNHA
		JUAZEIRO
		BRUMADO
	BAIANO	ALAGOINHAS
		XIQUE-XIQUE
		ITABERABA
		SERRINHA
Subtotais		9
CEARÁ	DO CEARÁ	MARANGUAPE
		BOA VIAGEM
		ITAPIPOCA
		HORIZONTE
		PARACURU
		ACOPIARA
Subtotais		6
DISTRITO FEDERAL	DE BRASÍLIA	CEILÂNDIA
Subtotais		1
ESPÍRITO SANTO	DO ESPÍRITO SANTO	BARRA DO SÃO FRANCISCO
		MONTANHA
Subtotais		2
GOIÁS	DE GOIÁS	VALPARAÍSO DE GOIÁS
		NOVO GAMA
	GOIANO	CAMPOS BELOS
		POSSE
		TRINDADE
Subtotais		5
MARANHÃO	DO MARANHÃO	SÃO JOSÉ DO RIBAMAR
		ITAPECURU-MIRIM
		COELHO NETO
		PEDREIRAS
		VIANA
		GRAJAÚ
		PRESIDENTE DUTRA
		ARAIOSES
Subtotais		8
MATO GROSSO	DO MATO GROSSO	PRIMAVERA DO LESTE
		VÁRZEA GRANDE
		ALTA FLORESTA
Subtotais		3
MATO GROSSO DO SUL	DO MATO GROSSO DO SUL	DOURADOS
		NAVIRAÍ
		JARDIN
Subtotais		3

MINAS GERAIS	DE MINAS GERAIS	SANTA LUZIA
		IBIRITÉ
	DO NORTE DE MINAS	DIAMANTINA
		TEÓFILO OTONI
	DO TRIÂNGULO MINEIRO	PATOS DE MINAS
	DO SUDESTE DE MINAS	MANHUAÇU
Subtotais		6
PARÁ	DO PARÁ	ANANINDEUA
		PARAUAPEBAS
		PARAGOMINAS
		ÓBIDOS
		CAMETÁ
Subtotais		5
PARAÍBA	DA PARAÍBA	CATOLÉ DO ROCHA
		ITAPORANGA
		GUARABIRA
		ESPERANÇA
		ITABAIANA
		SANTA RITA
Subtotais		6
PARANÁ	DO PARANÁ	COLOMBO
		CAPANEMA
		JAGUARIAÍVA
		CASCAVEL
		PITANGA
		PINHAIS
		UNIÃO DA VITÓRIA
Subtotais		7
PERNAMBUCO	DE PERNAMBUCO	CABO DE SANTO AGOSTINHO
		JABOATÃO DOS GUARARAPES
		PALMARES
		OLINDA
		IGARASSU
		ABREU LIMA
		PAULISTA
	DO SERTÃO PERNAMBUCANO	SERRA TALHADA
		SANTA MARIA DA BOA VISTA
Subtotais		9

PIAUÍ	DO PIAUÍ	VALENÇA DO PIAUÍ
		COCAL
		CAMPO MAIOR
Subtotais		3
RIO DE JANEIRO	DO RIO DE JANEIRO	BELFORD ROXO
		COMPLEXO DO ALEMÃO
		CURICICA (Cidade de Deus)
		NITERÓI
		SÃO JOÃO DO MERITI
	FLUMINENSE	ITABORAÍ
		SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Subtotais		7
RIO GRANDE DO NORTE	DO RIO GRANDE DO NORTE	SÃO PAULO DO POTENGI
		CEARÁ-MIRIM
		CANGUARETAMA
Subtotais		3
RIO GRANDE DO SUL	DO RIO GRANDE DO SUL	SAPIRANGA
		VACARIA
		GRAVATAÍ
	SUL-RIO-GRANDENSE	VIAMÃO
		ALVORADA
		LAJEADO
	FARROUPILHA	SANTO ÂNGELO
Subtotais		7
RONDÔNIA	DE RONDÔNIA	GUAJARÁ-MIRIM
Subtotais		1
RORAIMA	DE RORAIMA	BOA VISTA (ZONA OESTE)
Subtotais		1
SANTA CATARINA	CATARINENSE	SÃO BENTO DO SUL
	DE SANTA CATARINA	BRUSQUE
		TUBARÃO
Subtotais		3

SÃO PAULO	DE SÃO PAULO	ITAPECERICA DA SERRA
		ITAQUAQUECETUBA
		FRANCISCO MORATO
		SÃO PAULO (ZONA NOROESTE)
		BAURU
		MARÍLIA
		ITAPEVA
		CARAPICUÍBA
Subtotais		8
SERGIPE	DE SERGIPE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO
		TOBIAS BARRETO
		POÇO REDONDO
		PROPRIÁ
Subtotais		4
TOCANTINS	DE TOCANTINS	DIANÓPOLIS
		COLINAS DO TOCANTINS
Subtotais		2
TOTAL		120

EXPANSÃO 2011/2012, LISTA DE 88 MUNICÍPIOS:

UF		Município	Câmpus	Vínculo
AC	1.	Cruzeiro do Sul	Câmpus Cruzeiro do Sul	IFAC
AC	2.	Rio Branco	Câmpus Rio Branco	IFAC
AC	3.	Sena Madureira	Câmpus Sena Madureira	IFAC
Acre 3 unidades				
AL	4.	Arapiraca	Câmpus Arapiraca	IFAL
AL	5.	Murici	Câmpus Avançado de Murici	IFAL
AL	6.	Santana do Ipanema	Câmpus Avançado de Santana do Ipanema	IFAL
AL	7.	São Miguel dos Campos	Câmpus Avançado de São Miguel dos Campos	IFAL
AL	8.	Maragogi	Câmpus Maragogi	IFAL
AL	9.	Penedo	Câmpus Penedo	IFAL
AL	10.	Piranhas	Câmpus Piranhas (Xingó)	IFAL
Alagoas 7 unidades				
AP	11.	Laranjal do Jari	Câmpus Laranjal do Jari	IFAP
AP	12.	Macapá	Câmpus Macapá	IFAP
Amapá 2 unidades				
BA	13.	Governador Mangabeira	Câmpus Avançado de Governador Mangabeira	IF Baiano
BA	14.	Bom Jesus da Lapa	Câmpus Bom Jesus da Lapa	IF Baiano
Bahia 2 unidades				
CE	15.	Umirim	Câmpus Umirim	IFCE
Ceará 1 unidade				
DF	16.	Brasília	Câmpus Avançado de Riacho Fundo	IFB
DF	17.	Brasília	Câmpus Avançado de São Sebastião	IFB
DF	18.	Brasília	Câmpus Avançado de	IFB

			Taguatinga Centro	
DF	**19.**	**Brasília**	Câmpus Brasília	IFB
DF	**20.**	**Brasília**	Câmpus Samambaia	IFB
DF	**21.**	**Brasília**	Câmpus Taguatinga	IFB
DF	**22.**	**Brasília**	Câmpus Estrutural	IFB
Distrito Federal 7 unidades				
ES	**23.**	**Santa Maria de Jetibá**	Câmpus Avançado Central Serrano	IFES
Espírito Santo 1 unidade				
GO	**24.**	**Águas Lindas**	Câmpus Avançado de Águas Lindas	IFGO
GO	**25.**	**Aparecida de Goiânia**	Câmpus Avançado de Aparecida de Goiânia	IFGO
GO	**26.**	**Goiânia**	Câmpus Avançado de Goiânia Setor Oeste	IFGO
GO	**27.**	**Goiás**	Câmpus Avançado de Goiás	IFGO
Goiás 4 unidades				
MA	**28.**	**Barra do Corda**	Câmpus Barra do Corda	IFMA
MA	**29.**	**Barreirinhas**	Câmpus Barreirinhas	IFMA
MA	**30.**	**São João dos Patos**	Câmpus São João dos Patos	IFMA
MA	**31.**	**São Raimundo das Mangabeiras**	Câmpus São Raimundo das Mangabeiras	IFMA
Maranhão 4 unidades				
MG	**32.**	**Contagem**	Uned Contagem	Cefet - MG
MG	**33.**	**Betim**	Câmpus Avançado de Betim	IFMG
MG	**34.**	**Ouro Branco**	Câmpus Avançado de Ouro Branco	IFMG
MG	**35.**	**Ribeirão das Neves**	Câmpus Avançado de Ribeirão das Neves	IFMG
MG	**36.**	**Sabará**	Câmpus Sabará	IFMG
MG	**37.**	**Montes Claros**	Câmpus Montes Claros	IF Norte de Minas
MG	**38.**	**Passos**	Câmpus Avançado de Passos	IF Sul de Minas
MG	**39.**	**Pouso Alegre**	Câmpus Avançado de Pouso Alegre	IF Sul de Minas
Minas Gerais 8 unidades				
MS	**40.**	**Campo Grande**	Câmpus Campo Grande	IFMS
MS	**41.**	**Aquidauana**	Câmpus de Aquidauana	IFMS

MS	**42.**	**Corumbá**	Câmpus de Corumbá	IFMS
MS	**43.**	**Coxim**	Câmpus de Coxim	IFMS
MS	**44.**	**Ponta Porã**	Câmpus de Ponta Porã	IFMS
MS	**45.**	**Três Lagoas**	Câmpus de Três Lagoas	IFMS
Mato Grosso do Sul 6 unidades				
MT	**46.**	**Sorriso**	Câmpus Avançado de Sorriso	IFMT
Mato Grosso 1 unidade				
PA	**47.**	**Marabá**	Câmpus Agrícola de Marabá	IFPA
Pará 1 unidade				
PB	**48.**	**Cabedelo**	Câmpus Cabedelo	IFPB
PB	**49.**	**Patos**	Câmpus Patos	IFPB
PB	**50.**	**Princesa Isabel**	Câmpus Princesa Isabel	IFPB
Paraíba 3 unidades				
PE	**51.**	**Garanhuns**	Câmpus Garanhuns	IFPE
Pernambuco 1 unidade				
PI	**52.**	**Oeiras**	Câmpus Avançado de Oeiras	IFPI
PI	**53.**	**Pedro II**	Câmpus Avançado de Pedro II	IFPI
PI	**54.**	**São João do Piauí**	Câmpus Avançado de São Joao do Piauí	IFPI
Piauí 3 unidades				
PR	**55.**	**Assis Chateaubriand**	Câmpus Avançado de Assis Chateaubriand	IFPR
PR	**56.**	**Ivaiporã**	Câmpus Avançado de Ivaiporã	IFPR
PR	**57.**	**Campo Largo**	Câmpus Avançado de Campo Largo	IFPR
Paraná 3 unidades				
RJ	**58.**	**Mesquita**	Câmpus Mesquita	IFRJ
Rio de Janeiro 1 unidade				
RN	**59.**	**São Gonçalo do Amarante**	Câmpus Avançado de São Gonçalo do Amarante	IFRN
Rio Grande do Norte				
RO	**60.**	**Porto Velho**	Câmpus Porto Velho	IFRO
Rondônia 1 unidade				
RR	**61.**	**Amajari**	Câmpus Amajari	IFRR
Roraima 1 unidade				
RS	**62.**	**São Borja**	Câmpus São Borja	IF FARROUPILHA

RS	63.	**Jaguari**	Câmpus Chapadão do Jaguari	IF FARROUPILHA
RS	64.	**Rolante**	Câmpus Avançado de Rolante	IFRS
RS	65.	**Caxias do Sul**	Câmpus Caxias do Sul	IFRS
RS	66.	**Osório**	Câmpus Osório	IFRS
RS	67.	**Porto Alegre**	Câmpus Porto Alegre (Restinga)	IFRS
RS	68.	**Santana do Livramento**	Câmpus Avançado de Santana do Livramento	IF SUL
RS	69.	**Bagé**	Câmpus Bagé	IF SUL
RS	70.	**Venâncio Aires**	Câmpus Venâncio Aires	IF SUL
Rio Grande do Sul 9 unidades				
SC	71.	**Blumenau**	Câmpus Avançado de Blumenau	IF CATARINENSE
SC	72.	**Fraiburgo**	Câmpus Avançado de Fraiburgo	IF CATARINENSE
SC	73.	**Araquari**	Câmpus Avançado de São Francisco do Sul	IF CATARINENSE
SC	74.	**Garopaba**	Câmpus Avançado de Garopaba	IFSC
SC	75.	**Palhoça**	Câmpus Avançado de Palhoça	IFSC
SC	76.	**Itajaí**	Câmpus Itajaí	IFSC
SC	77.	**São Carlos**	Campos São Carlos	IFSC
Santa Catarina 7 unidades				
SE	78.	**Estância**	Câmpus Estância	IFSE
SE	79.	**Itabaiana**	Câmpus Itabaiana	IFSE
SE	80.	**Nossa Senhora da Glória**	Câmpus Nossa Senhora da Glória	IFSE
Sergipe 3 unidades				
SP	81.	**Jacareí**	Câmpus Avançado de Jacareí	IFSP
SP	82.	**Matão**	Câmpus Avançado de Matão	IFSP
SP	83.	**Avaré**	Câmpus Avaré	IFSP
SP	84.	**Campinas**	Câmpus Campinas	IFSP
SP	85.	**Hortolândia**	Câmpus Hortolandia	IFSP
SP	86.	**Registro**	Câmpus Registro	IFSP
SP	87.	**São Carlos**	Câmpus São Carlos	IFSP
SP	88.	**São José dos Campos**	Câmpus São José dos Campos	IFSP
São Paulo 8 unidades				

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB–GO) – O pedido de V. Exª será atendido, conforme o Regimento da Casa.

Passo a palavra agora ao nobre Senador Mário Couto, pela Liderança da Minoria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Para justificar, Sr. Presidente, me perdoe Senador Mário Couto.

No primeiro turno de votação da PEC que trata das MPs eu terminei não votando em decorrência dessa saída do plenário. Quando cheguei aqui já havia encerrado a votação. Mas não somente patrocinei a emenda como, desde 1º de março, Sr. Presidente, eu venho batendo nessa tecla.

Então, terei o segundo turno para confirmar essa importante votação e espero que amanhã, a convite inclusive do Senador Aécio, possamos conversar com o Presidente da Câmara e até discutir o processo de votação da PEC das MPs lá na Câmara dos Deputados.

Então, justificando o meu voto na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – PA) – Somos sabedores da sua luta e o voto de V. Exª será registrado.

Passo a palavra então ao nobre Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de consultar V. Exª sobre o tempo a que tenho direito. Me confirme se são 20 minutos.

São 20 minutos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Vinte minutos é o tempo regulamentar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente quero me referir à cidade de Igarapé-Açu, no meu Estado, no Estado do Pará, no Nordeste do Pará. Estive lá há poucos dias.

Quero agradecer o carinho com que todos lá me receberam. Quero aqui externar o meu abraço fraterno ao Paulo, um dos grandes líderes daquela cidade de Igarapé-Açu, que nós aprendemos a gostar, a respeitar, e a dedicar àquele povo a nossa gratidão e o nosso carinho.

Quero abraçar também o meu amigo Julio Pereira, que esteve presente numa reunião; os vereadores, as lideranças, enfim, todas as pessoas que estiveram na filiação do Paulo ao PSDB, ao meu partido.

Sr. Presidente, *O Globo*, meu caro Paim, estampa, não só *O Globo*, mas vários jornais dos mais lidos deste País estampam que Dilma veta aumento real já acertado para aposentados.

A Presidente Dilma passou por cima do acordo entre a base aliada e a oposição, e vetou o artigo da Lei do Orçamento que garantia o aumento real superior à inflação de 2012 para os aposentados.

De quebrar acordo não é novidade, o governo petista raramente cumpre com acordos, mas esse é o acordo quebrado que dói em cada um dos brasileiros. Há muito, Senador Paim, que V. Exª e outros Senadores lutam para que o governo petista possa se sensibilizar com o sofrimento dos aposentados brasileiros. No momento em que a população brasileira vê assustada a quantidade de corrupção que explode em quase todos os Ministérios deste País, no momento em que a população brasileira passa a se assustar com tanto cinismo a roubalheira que toma conta deste país, a população brasileira, incrédula, assiste os telejornais, lê os jornais mais lidos do país e vê o seu dinheiro, o dinheiro que paga os impostos religiosamente serem tirados daquilo que o povo brasileiro precisa: da saúde, da educação, das estradas, dos portos, dos aeroportos, da segurança do cidadão. Esse dinheiro que os corruptos tomam conta é da Nação brasileira, é do povo brasileiro, é da sociedade brasileira.

Ora, Senador Paulo Paim, tirar do aposentado brasileiro dizendo que é para conter as despesas de custeio é um verdadeiro absurdo! Tirar do aposentado brasileiro o direito líquido e certo, na hora em que ele vive na miséria, Senador Paulo Paim?

Hoje, o aposentado brasileiro, Sr. Presidente, não tem condições sequer de pagar um remédio para a sua sobrevivência. Aqueles corruptos, que roubam a Nação, com certeza, estão com a geladeira cheia de produtos alimentícios da melhor qualidade. Os aposentados brasileiros, infelizmente, não têm esse direito!

Pensei, sinceramente, que a Presidenta Dilma fosse sensibilizar-se com a situação dos aposentados brasileiros, até porque, Brasil, dizem que a mulher tem um coração muito mais sensível do que o homem.

Enganei-me! Enganei-me redondamente com o caráter e com o coração da Presidenta da República. Cortar o direito dos aposentados para conter as despesas deste País!

Presidenta Dilma,

V. Exª devia parar, Presidenta, de nomear incompetentes, de nomear bandidos. Quantas vezes eu chamei atenção aqui para o caso do Dnit? Quantos bilhões de reais se perderam neste País? A Fundação Getúlio Vargas, Brasil, diz que o País gasta com corrupção, desde o primeiro Governo de Lula, três bilhões de reais por ano. Hoje a soma é muito maior.

Sr. Presidente, por que a Presidenta Dilma não demite os 23 mil DAS em benefício de cortar os gastos neste País? São 23 mil DAS, Sr. Presidente, todos apa-

drinhados petistas, ganhando em torno de R$13 mil por mês. São 23 mil DAS, Nação brasileira, é quanto estão lá no Palácio, nas repartições públicas, ganhando em torno de R$13 mil reais. Esses é que tinham que ser contidos. Esses, sim, tinham que ser demitidos para se conter os gastos públicos.

Como é que se dá dinheiro para qualquer país, principalmente aqueles países de ditadores, de ditadores truculentos tipo Fidel Castro, e se massacra os aposentados deste País? Dilma, os aposentados são brasileiros, são humanos, vivem à míngua, vivem com dificuldade, Dilma. Acreditar em ti, Dilma! Acreditar em ti! Romper um acordo! Romper um acordo, Paulo Paim, não é novidade para V. Exª, que tanto luta pelos aposentados desta Pátria.

Mais uma vez nós fomos enganados! Mais uma vez nós fomos enganados, aposentados do meu querido Brasil, mas não vamos nos calar, não vamos, de forma alguma, deixar de lutar pelos irmãos brasileiros que sofrem nesta Pátria.

Tivemos dinheiro para dar à Venezuela! Tivemos dinheiro para dar à Bolívia! Tivemos dinheiro para dar a Angola! Tivemos dinheiro para dar ao Haiti! Tivemos dinheiro para dar a Cuba! Bilhões! Bilhões de reais, mas se diz que não tem dinheiro para dar um pequeno ajuste aos aposentados deste País.

Oh, Nação! Oh, Nação brasileira! Quanto sofre o teu aposentado! Quanto ele é desprezado, Nação brasileira!

Na hora em que ele mais precisa da Pátria; na hora em que ele trabalhou tanto pela Pátria, Brasil; na hora em que ele serviu tanto esta Pátria, Brasil; na hora em que ele zelou tanto pela Pátria com o seu trabalho, o reconhecimento da Pátria é zero. Quando, Paim, quando vão reconhecer o aposentado brasileiro? Quando, Paulo Paim?

Eu sou mais radical, Paulo Paim, eu acho que nós devemos tomar providências mais contundentes. Nós devemos ir à rua, Paulo Paim. Nós devemos ir pra rua, Paulo Paim, nós devemos entrar no palácio do governo com os aposentados, Paulo Paim – isto é proposta antiga deste Senador –, para que a nossa Presidenta possa ver a situação de cada aposentado brasileiro. Temos que mostrar de perto a ela; ela tem que ouvir cada aposentado brasileiro, se é que ela não sabe ou faz que não sabe da situação de cada um.

Dilma, pensa na tua família, Dilma! Pensa naqueles que te são queridos, Dilma! Pensa em Deus! Pensa em Deus, Dilma! Você não pode fazer isso com esses humanos e pobres brasileiros chamados aposentados!

Temos, Paim, que lutar! Somos sós, Paim, somos sós. Temos que convocar mais. Temos que partir novamente do zero, Paim. Temos que lutar, brigar por eles com muita insistência, Paim, com muita vontade, com a alma, com o coração penalizado por ver os nossos irmãos não terem direito a nada neste País.

Cada governante que assume, meu Deus, cada governante que assume não toma conhecimento ou faz de conta que não vê o sofrimento dessas pessoas. Cada governante que assume, Brasil, maltrata o aposentado brasileiro! Cada governante que assume, Brasil, humilha o aposentado brasileiro! E a Dilma ainda fala que está moralizando ou tentando moralizar este País.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Um aparte, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Senador, com muita honra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, eu não poderia deixar de fazer um aparte a V. Exª. Entendo, na força de suas palavras, a indignação sem uma solução até hoje para os aposentados e pensionistas. Respondemos para o salário mínimo – inflação mais PIB –, mas não há ainda uma solução para os aposentados. E quando firmamos esse acordo, lá na Comissão de Orçamento, dialoguei com Senadores e Deputados da base do Governo e também da Oposição, e todos me disseram: "não é o ideal, mas é o caminho". Pelo menos está assegurado que, via LDO, na peça orçamentária, nós iremos discutir com as centrais, com as confederações, com a Cobap, como seria a política para os aposentados. Eu lhe confesso que não entendi o porquê do veto, como o veto de um artigo que era praticamente um princípio de intenção do acordo. Eu não entendi. Fui informado pelo Planejamento que era uma questão técnica e que, na Lei Orçamentária, esse debate se dará. Fui também buscar esclarecimentos na Casa Civil, e me disseram também a mesma coisa: "é uma discussão técnica, mas no debate do Orçamento essa discussão se dará com as centrais, com as confederações e com a Cobap. Claro que, a essa altura, eu fiquei muito preocupado, como está preocupado V. Exª. Com certeza haverá inúmeras mobilizações. Começo nesta semana – e terei de ir porque assumi o compromisso – em Minas Gerais, depois teremos aqui na semana que vem; no Petrônio Portella na outra semana. Depois, vamos ao Rio e depois teremos o Congresso Nacional dos Aposentados, lá em Goiás. As mobilizações terão de acontecer, até que a gente consiga efetivamente uma política salarial que garanta ao aposentado e ao pensionista, além da inflação, o que for possível de aumento real. Eu me lembro de que no ano passado, com o Presidente Lula, nós garantimos a inflação – e V. Exª participou dos acordos – mais 80% do PIB. Foi considerado um ganho para os nossos aposentados. Eu falarei da tribuna daqui a alguns minutos, mas, sem

sombra de dúvida, usarei mais um vez o que é o título de um livro que escrevi há oito anos atrás, que é inegável – vou concluir com esta frase: se as batidas dos tambores não forem ouvidas em Brasília, as demandas dos idosos, dos trabalhadores, dos aposentados... e quando falo Brasília, eu me refiro aos Judiciário, ao Congresso e ao Executivo. A mobilização é fundamental. Isso foi o que eu disse hoje, pela manhã, quando sentei com líderes sindicais e também com líderes dos aposentados. Só essa mobilização é que vai assegurar que na peça orçamentária a gente tenha contemplada – que é possível, sim – a garantia de uma política para os aposentados. Esse seria o meu aparte. Farei depois o meu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, a minha admiração por V. Exª é muito grande. Sabe, Senador, eu não acredito no Governo. Eu não acho que o Governo volte a discutir este assunto. No momento em que a Pátria assiste a índices alarmantes de corrupção, a desvio de dinheiro público, a desvio do dinheiro do povo, a Presidenta se nega a conversar ou a designar alguém, algum líder para conversar sobre a situação dos aposentados sobre aquilo que foi acordado anteriormente. Eu não acredito mais, Senador.

A nossa batalha não começou hoje, não começou ontem. A nossa batalha – já se vão aí quatro, cinco anos – é longa, Senador. Só temos uma alternativa, não temos outra: vamos convocar todos os aposentados deste País e vamos ao Planalto mostrar a situação dos aposentados para a Presidenta. Eu não acredito noutra solução. Eu não acredito que a Presidenta, numa simples discussão de liderança, vá aceitar uma proposta digna de melhorar a condição dos aposentados brasileiros.

Nós demoramos cinco anos, Senador, para conseguir um tantinho – um tantinho. Para nós, foi uma vitória enorme, porque lutamos muito, Senador, mas conseguimos...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço a V. Exª que conclua.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Estou descendo, Presidente. Já estou me arrumando para descer.

Nós já temos experiência, várias experiências. Só me resta uma vontade neste momento: invadir – no bom termo, não no termo maldoso – o Palácio do Planalto, para os aposentados mostrarem a situação de cada um para a Presidenta da República. Talvez – talvez! – consigamos sensibilizar o coração duro da Presidenta Dilma.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Mário Couto. É muito oportuno o seu pronunciamento.

Passo a palavra à Exmª Senadora Vanessa Grazziotin, que tem o tempo regimental de vinte minutos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Agradeço a V. Exª, Senador Cyro, que dirige os trabalhos neste momento. Mais uma vez, já o fiz, em uma questão de ordem, Sr. Presidente, antes de iniciar o assunto que me traz à tribuna no dia de hoje, dizer que, infelizmente, por conta do atraso, Senador Mozarildo, das empresas – e aí nós sofremos os mesmos atrasos, V. Exª que vem de Roraima e eu que venho do Amazonas, porque, em geral, os voos que vêm para Brasília vêm de Roraima e passam pelo Amazonas –, perdi as duas votações no dia de hoje. Pelo fato, pura e simplesmente, de atraso da companhia aérea.

Lamento aqui não ter votado essas duas matérias importantes que tratam de TV a cabo, a proposta de emenda constitucional, votada em primeiro turno, mudando o rito da tramitação das medidas provisórias. Mas, enfim, em segundo turno, será votada no dia de amanhã.

Eu estive, hoje, na cidade de Manaus, participando de dois eventos importantes, Sr. Presidente. Dois eventos muito importantes, Senador Cyro Miranda. O primeiro diz respeito à abertura do III Encontro dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado do Amazonas, que contou com aproximadamente 800 agricultores e agricultoras de todo o interior do Estado do Amazonas.

O encontro foi organizado pela Secretaria de Produção Rural, pelo Idam, que é o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Amazonas, e que teve a participação do vice-Governador José Melo, tendo em vista que o Governador Omar Aziz não se encontrava no Estado do Amazonas.

Então, daqui da tribuna, cumprimento todos os parceiros desse encontro, que não apenas fazem parte do Governo do Estado, o Secretário de Estado de Produção Rural, Eron Bezerra, o Presidente do Idam, Dr. Vizolli, mas todos aqueles que se envolveram na realização desse encontro que tem contribuído muito para a organização dos trabalhadores rurais do Estado do Amazonas. Aqui me refiro ao Banco da Amazônia, ao Incra, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Banco do Brasil, à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, à Federação da Agricultura do Amazonas, à OCB, enfim, entidades que se envolvem muito e se dedicam muito à organização dos trabalhadores do campo do meu Estado, que não são como os gaú-

chos, Senador Paim, que têm grau de organização muito maior, mais sólida, mais consolidada do que a dos agricultores do Estado do Amazonas. Mas isso é natural, faz parte da nossa cultura.

O grande desafio é como desenvolver a agricultura que, no Amazonas, é eminentemente familiar; tudo ou grande parte do que se produz no Amazonas vem da agricultura familiar. Como se desenvolver essa agricultura, como melhorar a produtividade preservando o meio ambiente. Esse é o grande objetivo. Esse não é o desafio do Amazonas, esse é o desafio do Brasil, esse é o desafio do Governo brasileiro. Portanto, nós estamos muito focados no sentido de buscar recursos principalmente dos fundos de preservação ambiental para esse segmento, para o segmento da produção do campo, da agricultura familiar.

O outro fato foi que o Deputado Estadual Wilson Lisboa, do meu partido, assumiu, no dia de hoje, Deputada Jô Morais, que visita o Senado, Deputado do nosso partido, o PCdoB, assumiu hoje cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Então ficam aqui os meus cumprimentos não só ao Deputado Wilson Lisboa, mas a todos os que foram candidatos pelo PCdoB nas últimas eleições a deputado estadual e fizeram com que essa vaga pudesse ser ocupada pelo PCdoB no dia de hoje na Assembleia Legislativa.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna é exatamente o assunto que, tenho certeza absoluta, deve ter dominado o Plenário desta Casa, Senador Davim.

Eu me refiro aqui ao fato de a Presidenta Dilma, na noite da última segunda-feira, ter sancionado a Lei de Diretrizes Orçamentárias depois de promover 32 vetos. Entre os vetos assinalados pela Presidente Dilma – no geral, todos eles orientados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Fazenda –, quero destacar um, que foi objeto, inclusive, do discurso do Senador que me antecedeu nesta tribuna, que é o veto relativo ao artigo que determinava que, na Lei Orçamentária para 2012, seria observado e garantido um ganho real aos aposentados e pensionistas de todo o Brasil. Essa foi uma proposta apresentada por S. Exª o Senador Paulo Paim, aqui presente, garantindo um ganho real, que nós já conquistamos para o salário mínimo, também para aposentados, aposentadas e pensionistas do Brasil inteiro.

Eu quero ir numa linha diferente da que seguiu o Senador que me antecedeu, porque penso que existem algumas críticas que têm como objetivo somente atingir o Governo, e não procurar corrigir a situação.

Então, primeiro quero deixar claro que o veto da Presidente Dilma – tenho certeza, absoluta convicção disto – não significa dizer, Senador Cyro, que os aposentados e os pensionistas do Brasil não terão um ganho real a partir do orçamento de 2012. Não significa isso. Porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias apenas dirige e não há nada, nenhum dispositivo legal deste País que proíba que a Presidenta Dilma e o próprio Congresso Nacional, lá adiante, na discussão e votação da Lei Orçamentária para 2012, não garanta esse direito para aqueles que ajudaram muito a construir o Brasil de hoje. Aliás, ajudaram muito, não; muitos ainda ajudam, porque não são poucos os que, mesmo depois da aposentadoria, se obrigam a voltar ao mercado de trabalho para complementar sua renda.

Então, primeiro, eu quero dizer isto: que não significa dizer que esse direito foi subtraído dos trabalhadores. De jeito nenhum. E eu quero crer que o veto, como disse há pouco o Senador Paim, tenha sido por questões técnicas. E somente por isso.

É por essa razão, Senador Paim, que eu estou aqui com uma carta, uma carta que será protocolada amanhã cedo à Presidente Dilma, dirigida à Presidente Dilma. E eu vou ler na íntegra a carta em que eu apelo a ela a continuidade nas negociações e a garantia de que os aposentados terão ou continuarão a ter, porque já tiveram este ano, já tiveram este ano, um ganho real. Ou seja, um ganho acima do que for apenas uma correção das perdas em decorrência da inflação.

E digo isso mesmo diante de um momento em que o mundo inteiro discute a crise econômica. Aliás, o mundo inteiro discute a crise econômica, o Brasil discute a crise econômica. E não são apenas os economistas, não é apenas o Ministério da Fazenda, não é apenas o Ministério do Planejamento, mas o Parlamento brasileiro discute a crise.

Há alguns dias, na Câmara dos Deputados, aconteceu uma comissão geral no plenário que debateu por um dia inteiro a crise econômica internacional.

Nós iniciamos essa crise lá no ano de 2008. O Brasil tem superado com mais agilidade, mas agora vem novamente, exatamente por conta de um descompasso ocorrido nos Estados Unidos e na União Europeia, os dois maiores centros do capitalismo do mundo inteiro.

Então, neste exato momento, vamos ao debate da crise. Qual a melhor forma de o Brasil sair da crise? E há muitos economistas e aqueles que orientam a política macroeconômica do Governo Federal que dizem o seguinte: a receita é fechar a torneira. Não foi essa a receita que o Presidente Lula adotou para que o Brasil saísse com maior facilidade da crise. Pelo contrário, o consumo foi incentivado, o crédito foi ampliado principalmente para os trabalhadores e para as famílias de mais baixa renda.

E foi exatamente o dinamismo da economia interna do nosso País que fez com que nós, diferentemente

de outros países do mundo, não amargássemos um momento tão prolongado de crise e não chegássemos à recessão.

Pois bem, voltamos à crise. O que fazer? Será que se deve dar continuidade àquela velha e antiga receita, Senador Armando? Será que é dar continuidade àquela velha e antiga receita, ao tripé da política macroeconômica brasileira, baseado nos juros altos, no corte orçamentário para fazer o superávit, no contingenciamento do orçamento – e, dessa feita, de R$50 bilhões –, no dólar baixo, ou seja, no câmbio flutuante, supervalorização do real com o dólar lá embaixo? É óbvio que essa política macroeconômica traz consequências para o Brasil, consequências sérias, consequências profundas. Então, vamos colocar à mesa.

Vamos colocar à mesa: o que é um benefício para o trabalhador, um ganho para o trabalhador? Eu não vejo, quando o Brasil coloca recursos para ampliar salários de aposentados, de pensionistas, não vejo isso como um gasto; vejo isso como um investimento, porque é um recurso que volta à economia do Brasil, Senador Lindbergh, é um recurso que dinamiza a economia brasileira, não é uma despesa. O governo paga e recebe de volta, por tributo. Todo brasileiro, toda brasileira, todo cidadão deste País paga tributo. Quando compra uma caixa de fósforo, está pagando tributo. Quando compra um litro de leite, está pagando tributo.

Vou conceder um aparte a V. Exª, mas, antes, Senador Lindbergh, o que quero dizer é que não pode o Brasil continuar nessa trilha, não pode continuar na trilha de desviar recursos públicos para favorecer a especulação. Não pode. Nós não podemos continuar com isso, porque a política monetária praticada no Brasil, os danos, os malefícios dessa política vão para muito além do Orçamento, abrem espaço para especulação, abrem espaço para especulação no câmbio, nos títulos públicos, além de provocarem a desindustrialização e a maior canalização, a canalização mais vergonhosa de recursos públicos para o capital privado e para o capital especulativo.

Senadores e Senadoras, li um estudo um dia desses, de um instituto muito respeitado internacionalmente, que me chamou muito a atenção, porque a dívida pública brasileira não é uma dívida tão elevada. Ela não tem as maiores proporções do mundo não, pelo contrário, ela está na média, até um pouco abaixo. O tamanho da dívida brasileira, que representa em torno de 59% do Produto Interno Bruto, não justifica o volume dos gastos com os juros que o Governo brasileiro promove.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Trinta e nove por cento.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Trinta e nove por cento, V. Exª diz. O estudo que eu li ainda coloca em 59%, Senador Lindbergh – é uma pesquisa da EIU –, vejam V. Exªs, nos números que nós debatemos com muito rigor na reunião da direção nacional do nosso Partido, do Partido Comunista do Brasil, um dia desses. Por isso, tomamos uma decisão firme: há de ser mudada a política macroeconômica do Brasil, para o bem do Brasil, para o bem do nosso desenvolvimento, do nosso povo.

Senadora Ana Amélia, a Grécia é um país que estava, até há alguns dias, à beira da falência e foi socorrida pela União Europeia e pelo Fundo Monetário Internacional. Nós só perdemos para a Grécia, mas a situação da economia brasileira está muito longe da situação econômica da Grécia. Veja V. Exª que a Grécia tem um percentual da sua dívida total de 142% do seu PIB – aí, não é a dívida pública, é dívida total, Senador Lindbergh, o que, certamente, explica a diferença dos números. Portugal: 93% é o tamanho da dívida de Portugal em relação a tudo que produz, à riqueza daquele país. Estados Unidos: 62%; França: 82% - eu estou arredondando os números; Inglaterra: 76%; Espanha: 60%. Agora, vamos ver a diferença de quanto esses países despendem com o pagamento de juros e de quanto despende o Brasil, só para concluir esses dados. Enquanto a França, repito, tem uma dívida igual a 82% do seu PIB, ela gasta com o pagamento de juros 2,22% do seu PIB. Portugal, com uma dívida de 93%, gasta com juros em torno de 3% somente. Nos Estados Unidos, o Congresso acabou de autorizar a subida do teto da dívida norte-americana, que está a 93% do Produto Interno Bruto daquele país, e os Estados Unidos gastam 1,4%. E quanto gasta o Brasil? O Brasil tem uma dívida que representa 59% do nosso Produto – a dívida total – e gastamos quase 5,5% do Produto Interno Bruto com o pagamento dos juros. Dos juros!

O Sr. Armando Monteiro (PTB - PE) – Concede-me um aparte?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Esse é o problema mais grave do Brasil! Temos de combater a corrupção com muito vigor, não tenho dúvida quanto a isso, mas precisamos combater isto que aqui está: uma transferência inaceitável, descabida, Senador Paim.

Daí a carta que estou encaminhando à Presidenta Dilma, uma carta muito carinhosa, porque sei do compromisso que ela tem com os aposentados do Brasil. Não vou levar em consideração o discurso daqueles que foram governo a vida inteira, nunca contribuíram com os trabalhadores e agora vêm aqui criticar a Presidente. Primeiro, porque a Presidente não disse para

os aposentados que eles não terão um ganho real. Ela não disse isso. Ela vetou e o veto nos leva a uma preocupação. E eu estou dizendo a ela: "Presidenta, vamos diminuir meio ponto nos juros. Vamos parar um pouco com essa transferência, que dá para pagar aposentado, que dá para aumentar".

Concedo, na ordem, um aparte ao Senador Lindbergh e, em seguida, a V. Exª, Senador Armando Monteiro.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa, V. Exª faz um belíssimo pronunciamento, e a relação da dívida com o PIB no Brasil é de 39%. Tivemos, no ano passado, um déficit nominal de apenas 2,4% do PIB. Então, é preciso dizer que a situação fiscal nossa está bem controlada, o Governo fez um grande superávit; já conseguiu, em cinco meses, mais da metade do superávit por ano. Agora, você toca nos pontos centrais desta crise. Eu digo qual a diferença da Europa e dos Estados Unidos para o Brasil? O Brasil tomou um caminho diferente com a crise de 2008. O que o Brasil do Presidente Lula fez? Política de transferência de renda, investimento público, a recuperação do salário mínimo teve um papel central, principalmente pelo dinheiro da Previdência Social, na criação desse grande mercado de consumo de massa. Quarenta milhões de brasileiros entraram na classe média. Aumento do crédito. Era 22% no governo do Fernando Henrique Cardoso, foi para 46%. O que fizeram os países da Europa e os Estados Unidos? Jogaram dinheiro em salvar bancos e diminuíram os impostos para os ricos, que não colocaram aquele dinheiro na economia, que não fizeram poupança naquele momento. Foram caminhos opostos. Por isso digo que esta crise tem uma natureza diferente. Vocês viram que os Estados Unidos baixaram a taxa de juros até 2013, já era baixa, vai ficar entre zero e 0,25%. E o próximo passo do FED, do Banco Central, qual é? O afrouxamento monetário terceiro. Eles só têm política monetária, porque a política fiscal imposta pelos republicanos, eles precisavam ter uma outra política fiscal para estimular a economia. Então, o que quero dizer, Senadora Vanessa Grazziotin? Nós temos uma chance histórica – eu falava isso hoje para o Senador Armando Monteiro. O que vai ter aqui, no Brasil? Pressão em cima da nossa moeda, em cima do câmbio. O Governo já tomou medidas de controle de capital importantes; aumentou o IOF, mas, se nós não aproveitarmos esse momento histórico e baixarmos a taxa de juros já a partir da próxima reunião do Copom, não tem jeito de aumentar IOF, controle de capitais, porque tem uma questão que é objetiva. Hoje temos juros reais de 6,8% do PIB, e o segundo país do mundo é a Hungria, com 2,5% e, depois, o Chile, com 1,8%. Digam-me, se a gente baixa essa taxa de juros em dois pontos percentuais, se alguém vai sair da aplicação aqui com os nossos títulos? Então, que a leitura correta deste momento é dizer o seguinte: vai vir mais ataque à nossa moeda e uma competição muito violenta, porque eles só podem sustentar o crescimento deles, as indústrias deles, disputando o nosso mercado interno. Então, eu acho que a gente pode construir. Falo aqui, e o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos aqui presente nesta sessão: por mim, a gente tentava construir um acordo, como houve hoje na votação quanto à questão da medida provisória, projeto de Aécio Neves, em toda esta Casa, dizendo que há um sentimento no Senado Federal de que o próximo passo do Governo Federal tem que ser no caminho de baixar a taxa de juros. De forma que eu peço desculpas a V. Exª porque fiz um aparte aqui, em três minutos, mas é porque este é um tema tão envolvente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh, gostaria de lembrar que o senhor está inscrito para falar.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Lindbergh...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Você sabe que a pior contrariedade das pessoas que querem falar depois é quando alguém se inscreve para fazer um aparte desse...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu acho que o aparte de V. Exª engrandece muito, contribui muito com o pronunciamento, principalmente porque estamos caminhando na mesma linha, e sei que o Senador Armando também está – e lhe concederei um aparte.

Agora, aproveito, Senador Delcídio, V. Exª que aqui está e que é o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, há um grande número, nós temos quórum aqui neste plenário hoje, se não conseguirmos em toda Casa, nós vamos iniciar pela Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lindbergh. Vamos aprovar uma moção, algo na Comissão para ser encaminhado também para a Presidenta Dilma, para ser encaminhado ao Ministério da Fazenda, que vá nesse rumo.

O Senado Federal precisa ser mais atuante na determinação da política macroeconômica brasileira. Não podemos continuar com essa sangria, com essa transferência. Como disse o Senador Lindbergh, os juros não podem continuar subindo da forma como estão. Aliás...

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tem que começar, imediatamente, a rota de queda.

Eu concedo o aparte a V. Exª, com muito prazer, Senador Armando. V. Exª tem sido um grande debatedor deste assunto aqui na Casa.

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Minha cara Senadora Vanessa, eu queria me congratular com o seu pronunciamento. Acho que a análise a que eu pude assistir aqui, no seu pronunciamento, sobre a questão dos juros no Brasil é uma preocupação inteiramente pertinente. Eu lembrava, há pouco, num debate na Comissão de Assuntos Econômicos – e o nosso Presidente Delcídio está aqui –, do dia em que o Presidente Tombini, do Banco Central, aqui esteve. Eu lembrava um magnífico artigo do economista Octavio de Barros, cujo título é: "Equilíbrio macro em busca da perplexidade perdida". E esse testemunho do Octavio é insuspeito, porque ele é o economista chefe de um dos maiores bancos do Brasil. O que ele dizia? Ele dizia que os economistas, no Brasil...

(Interrupção do som.)

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Os economistas no Brasil perderam a capacidade de se... Eles revelam um conformismo com essa situação. Eles passaram a desenvolver uma série de justificativas para algo que se constitui numa anomalia, que é essa questão da taxa de juros real no Brasil. Por quê? Porque o Brasil evoluiu, o Brasil tem um ambiente institucional que não se compara ao de alguns países que têm taxas de juros mais baixas. O Brasil é credor externo líquido. O Brasil conquistou grau de investimento. Por que um País que avançou tanto nos fundamentos da sua economia ainda convive com uma taxa de juros real que é uma das mais elevadas do mundo? Então, para exemplificar o que V. Exª disse muito bem, o Brasil gasta com o serviço da dívida pública...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Embora o estoque da dívida, relativamente ou pelo menos comparado com os países mais desenvolvidos, não seja tão grande, quando V. Exª fala de 59, é o conceito de dívida bruta.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Bruta.

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Quando o nosso prezado e querido amigo Lindbergh, o nosso colega Lindbergh fala em 39, é o conceito de dívida líquida. Mas, qualquer que seja o critério, o estoque da dívida brasileira medido sobre o PIB não é dos maiores. No entanto, o serviço da nossa dívida é tão elevado quanto o da Grécia em termos relativos. Por quê? Porque aqui a dívida é servida com uma taxa de juros extraordinariamente mais elevada do que, por exemplo, a taxa média que financia a dívida italiana, que é mais de 100% do PIB. Então, V. Exª coloca muito bem que o Brasil precisa discutir um nome arranjo macroeconômico. Talvez o ponto de discordância de V. Exª seja que, no Brasil, o padrão de ajuste fiscal tem sido feito...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – ... de maneira perversa, tem sido feito via aumento de receita, ou seja, de arrecadação. Extrai-se cada vez mais da sociedade, drenando a poupança do setor privado para o setor público. E veja que nós produzimos um superávit de quase 4% do PIB no primeiro semestre, mas à custa, minha cara Senadora Ana Amélia, de um aumento da arrecadação dos tributos federais de 20% em valor nominal e, mais do que isso, diminuindo o investimento público. O ajuste no Brasil se dá pela via da redução do investimento e do aumento da carga tributária. Por quê? Porque há uma rigidez no gasto. Um País jovem como o Brasil gasta com a Previdência muito mais do que países maduros, e as despesas públicas de custeio são incomprimíveis.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Mas o que V. Exª, em última instância, lembra é que nós poderíamos construir um espaço fiscal para investir em infraestrutura se tivéssemos uma taxa de juros que convergisse minimamente para a taxa de juros dos países emergentes. Talvez essa crise nos ofereça uma janela de oportunidade para que o Brasil faça a sua taxa de juros convergir para padrões minimamente aceitáveis, aproveitando essa janela que a crise nos proporciona. Então, eu me congratulo com V. Exª e quero dizer que concordo inteiramente com a sua justa indignação.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senador Armando, que sempre que fala do assunto dá uma aula a todos. Ainda bem que é uma aula do bem.

Como a V. Exª, nos preocupam muito recursos que deveriam ser canalizados no investimento de infraestrutura. E olhe que nós seremos sede dos maiores eventos desportivos do Planeta. Devemos investir em infraestrutura no Brasil não só por isso, mas por uma série outra de razões. E precisamos investir também nas questões sociais. Eu não sou daquelas que veem isso como um gasto, repito aqui. Isso é um investimento, porque não se desenvolve um país se não se aplicam

recursos em educação, não se desenvolve educação se não se aplicam recursos em pessoas, na capacitação, na formação, pagando bem a um professor universitário, pagando bem a um pesquisador. Então é uma roda-viva.

Concordo com V. Exª. Precisamos fazer um movimento neste País, porque enquanto nós fazemos este discurso existem outros tipos de discurso e esses ganham páginas da imprensa brasileira: exatamente por conta da crise precisa aumentar os juros para segurar a inflação, senão haverá mais ataques especulativos sobre a nossa moeda e o nosso câmbio.

Não. Vamos fazer nos ouvir, Senador Armando, vamos fazer nos ouvir, porque o Brasil depende disso para continuar melhorando a qualidade de vida de toda a sua gente.

Agradeço a V. Exª, Senador Cyro, que foi muito bondoso diante dos apartes solicitados. Acredito que esse é um debate que ajuda muito o Brasil. Certamente o nosso Presidente Delcídio, que aqui está, já está pensando no que faremos de mais audacioso por parte da Comissão de Assuntos Econômicos para pelo menos dizer ao Governo: nós pensamos assim. O Ministério da Fazenda diz isso, o Banco Central diz isso. Vamos dizer nós, Senador Delcídio, à Presidente Dilma: nós pensamos assim.

Muito obrigada.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Vanessa. Foi um prazer conceder-lhe esse tempo extra pelo sacrifício que fez de chegar aqui hoje, com todos os aborrecimentos que teve com a companhia aérea.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem) – Sr. Presidente, diante de um compromisso que tivemos, o Senador Armando Monteiro, Moka e eu, com a Ministra Gleisi Hoffmann, no Gabinete Civil, eu gostaria, em meu nome, que constasse o meu voto favorável à PEC que tratou da alteração do rito de tramitação das medidas provisórias.

Gostaria que a Mesa registrasse a minha posição favorável a essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O voto de V. Exª será registrado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, da mesma foram, se aqui estivesse, teria votado segundo a orientação da liderança do meu Partido: voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O voto de V. Exª também será registrado, Senador Moka.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente Cyro, de igual modo, eu também gostaria de registrar o meu voto favorável à PEC nº 11.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O voto de V. Exª também será registrado.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, pela Liderança do PV, pelo tempo regimental de 20 minutos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acredito ser a corrupção tão antiga quanto a civilização. Os textos literários já nos dão conta disso em diferentes épocas e diferentes organizações políticas de Estado. Ela é deletéria, sobrevive como um verme e se alimenta da impunidade e da pusilanimidade de alguns caráteres. A corrupção é fluida, diáfana, age às sombras e na clandestinidade.

No Brasil, a corrupção viceja num quadro mais agudo e mais grave, levando-nos à 62ª posição no **ranking** da corrupção mundial, de acordo com a Transparência Internacional. Figurando atrás de países como Moçambique, Angola, El Salvador, Trinidad e Tobago, entre outros.

Existe uma relação perversa entre a corrupção e a desigualdade social, sobretudo em um País como o nosso, onde 16 milhões de brasileiros e brasileiras sobrevivem abaixo da linha de pobreza, com uma ignóbil renda mensal de R$ 70,00

A banalização dos atos ilícitos, a malversação do erário e a costumeira falta de compromisso com o que é público transformaram a corrupção numa verdadeira praga nacional, numa erva daninha que sufoca e corrói a nação e escurece o céu da pátria. Há muito o povo brasileiro anseia por moralização. E não venho aqui dizer desta tribuna que a corrupção é uma questão de índole nacional, como alguns equivocadamente querem nos fazer acreditar. Seria, no mínimo, uma grosseria, um desrespeito à imensa maioria de brasileiros, trabalhadoras e trabalhadores honestos, cumpridores dos seus deveres.

Por alguns anos, acreditei ser a corrupção fruto de um regime de exceção e da consequente falta de transparência. Tive a ingenuidade de pensar que o regime democrático seria o bálsamo de que precisávamos. Vieram a democracia, a transparência, a liberdade de imprensa e de expressão, e percebi que a corrupção não havia acabado.

De maneira que registro aqui, neste momento, meu respeito e total apoio à postura da Presidenta Dilma Rousseff, que tem demonstrado intolerância e coragem para enfrentar quaisquer indícios de corrupção no seu Governo. Obviamente que a firmeza da Presidenta Dilma Rousseff nada tem a ver em dar atenção à onda de denuncismos ou factóides que possam vir a ser

produzidos. Admiro a sua postura por possibilitar abrir um canal de apuração de fatos e de disposição para responsabilizar os culpados, se assim for necessário.

Portanto, minhas convicções não se deixam abater pela inegável realidade de corrupção em que vivemos. Costumo dizer que sou primordialmente um otimista e que acredito na humanidade, acredito no meu País e em homens e mulheres públicos que, assim como eu, sonham com a verdadeira democracia, alicerçada em conceitos e práticas republicanas para a conquista de direitos, de mais igualdade e desenvolvimento social. Apresentei, no 1º semestre, um projeto de lei que modifica a Lei 8.072, de 1990, a Lei dos Crimes Hediondos, que acrescenta ao seu texto dispositivo que passa a considerar também como crimes hediondos aqueles envolvendo patrimônio, bens, valores e recursos públicos destinados à saúde, por acreditar que, no momento em que se desviam recursos da saúde, está se condenando, ou pelo menos se possibilitando a morte de alguém menos favorecido.

Para finalizar, peço uma pequena licença poética para falar do mito da caixa de Pandora. Uma caixa onde foram postos pelos deuses todos os males e, portanto, não deveria ser aberta em hipótese alguma. Contrariando as recomendações do marido, Epimeteu – o guardião da caixa –, a esposa, Pandora, certa feita abriu a caixa e contaminou o mundo com esses males. Certamente a corrupção fazia parte dessas mazelas que assolam o mundo até hoje. Mas, assim como na mitologia, acredito que nem tudo está perdido enquanto houver a esperança. Não a esperança pacífica e conformista. Mas a esperança que é capaz de mudar, sobretudo nas provações e nas adversidades.

Nós do Partido Verde, eu aqui no Senado e a bancada do meu Partido na Câmara, estamos solidários com a Presidenta Dilma, com toda e qualquer medida coibitiva da corrupção. Não podemos passar para as gerações futuras essa mácula, esse pecado de omissão, ou esse atestado de incapacidade de combater a corrupção, que é um pecado sem perdão, que é um mal nacional, uma chaga nacional.

Nós precisamos somar esforços aqui no Senado Federal, na Câmara Federal, sensibilizar o cidadão e a cidadã de bem, trabalhador e trabalhadora honesta, que cumpre os seus deveres, que pagam os seus impostos, para, numa verdadeira cruzada, construirmos um novo momento para o Brasil, uma nova face na sociedade brasileira. E que a gente elimine, de uma vez por todas, essa mácula nacional, essa chaga nacional, esse pecado nacional que nos acompanha e nos persegue há muitos e muitos anos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar, de ler a nota que o Partido Verde publicou no último dia 11 de agosto. Diz a nota:

> A Bancada do Partido Verde reafirma seu compromisso incondicional com a sociedade brasileira e lutará para que o Congresso retome seu papel na condução de medidas contra a crise, bem como na defesa da moralidade, da transparência e do combate à impunidade. Quaisquer iniciativas que visem a resguardar o interesse público e evitar práticas lesivas ao erário terão, portanto, o amplo e irrestrito apoio do Partido Verde.
>
> O Congresso Nacional não pode se omitir. A disputa política e interesses fisiológicos não podem paralisar a agenda do Congresso, e, com isso, comprometer tanto o inadiável enfrentamento da crise quanto as ações efetivas de combate à corrupção. O tratamento firme dessas ações deve se aprofundar para punir os responsáveis e inocentar os que não têm culpa.
>
> É imprescindível que todas as esferas de poder estejam fortemente empenhadas em garantir a transparência nos gastos públicos, o aperfeiçoamento dos sistemas de controle e fiscalização e o combate à impunidade.
>
> O PV é contra a paralisia de nossos trabalhos. O Congresso tem de cumprir com seu dever de assegurar a governabilidade.
>
> Partido Verde
>
> Brasília, 11 de agosto de 2011.

Então, Sr. Presidente,...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim, se V. Exª me permitir um aparte...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com muito prazer, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim, só cumprimentando V. Exª pelo pronunciamento de apoio à Presidenta Dilma e de combate à impunidade e à corrupção, aproveito o momento, já que V. Exª fala do tema, para dizer que, hoje pela manhã, tivemos uma reunião no gabinete do Senador Pedro Simon e decidimos que, na próxima terça-feira, às oito e meia da manhã, na Comissão de Direitos Humanos, faremos uma audiência pública com o tema combate à corrupção e à impunidade no País, de apoio, naturalmente, à Presidenta Dilma. Para tanto, Senador Paulo Davim, convidamos várias pessoas, em nome da comissão, com o aval de dezenas de Senadores – Senador Pedro Simon, Cristovam Buarque, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Taques; enfim, assinam aqui mais de

vinte Senadores. A audiência pública vai contar com a presença de Dom Raymundo Damasceno, presidente da CNBB; Ophir Cavalcante, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Maurício Azêdo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); José Geraldo de Sousa Júnior, reitor da Universidade de Brasília; Marlon Reis e Jovita José Rosa, representantes do Movimento de Combate à Corrupção; Dom Manoel João Francisco, presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil (Conic). Essa audiência pública será mais um passo na linha de combater todo o tipo de corrupção e impunidade. Posterior a isso, teremos então, na quarta-feira, na OAB, aqui em Brasília, o lançamento do portal Transparência de Combate à Corrupção. Na outra semana, teremos um debate na universidade aqui em Brasília, na UnB; depois, teremos um evento no Rio de Janeiro, um em São Paulo e um no Rio Grande do Sul, para debater esse tema que não é contra ninguém; é a favor do Brasil, a favor da Presidenta e na linha do que tanto foi falado aqui nesta Casa durante esta semana, de construirmos políticas que vão na linha do projeto que V. Exª apresentou e da carta do PV: combate à corrupção e à impunidade. Parabéns a V. Exª.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Paim. O seu aparte enriquece o nosso pronunciamento.

Mas, para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de narrar um fato que aconteceu comigo neste final de semana lá no Rio Grande do Norte, no interior do Rio Grande do Norte, lá em Angicos. Eu acompanhei o Ministro Garibaldi, Ministro da Previdência, que foi entregar ao Município de Angicos a sua agência da Previdência – uma agência que vai beneficiar dez Municípios da região. E havia muita gente, foi bastante prestigiada a solenidade, bastante concorrida. Na ocasião, eu tive um desconforto orgânico e fui atendido no Hospital Regional de Angicos; um hospital público, um hospital pobre, um hospital carente. Eu fui atendido, e muito bem atendido – quero inclusive aproveitar o ensejo para agradecer a equipe de plantão: os médicos, os enfermeiros, que me atenderam com muita presteza. Mas observei a pobreza daquele hospital. Falta-lhe a estrutura, faltam-lhe as condições necessárias para atender bem a população. Não falta boa vontade, não falta disposição, nem falta conhecimento dos seus servidores, mas falta estrutura, porque a saúde no Brasil atravessa um momento muito difícil.

Senador Paim, quando a gente toma conhecimento de que acontecem desvios de recursos públicos, que o erário está sendo utilizado de forma pouco republicana, nenhum cidadão de bem, nenhuma cidadã de consciência poderá se omitir, porque cada centavo que é desviado, cada recurso que é malversado na saúde está condenando, inapelavelmente, algum anônimo pelo Brasil afora ou à morte, ou a um sofrimento. Está privando alguém de uma cirurgia, está privando alguém de uma sessão de hemodiálise, está privando alguém do sacrossanto direito à vida. Portanto, acho que está na hora de este País promover um grande levante de moralidade.

Não podemos, este País que é tão grande, este País que é tão maravilhoso, este povo, esta Nação maravilhosa não pode continuar deixando que essa imagem feia transpareça para o mundo.

Portanto, Sr. Presidente, reitero o meu apoio e o apoio do meu partido à Presidenta Dilma no combate à corrupção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Davim, pelas suas palavras.

Eu gostaria de submeter à aprovação um requerimento.

Foi lido anteriormente o **Requerimento nº 1.008, de 2011**, do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 901, de 2011, solicitando seja alterada a data de celebração dos 33 anos de Fundação da Comunidade Canção Nova para o dia 27 de setembro vindouro.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Antes de passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro...

Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi licença dois minutos ao Senador Walter Pinheiro para registrar nesta Casa a alegria que todos tivemos hoje, pela manhã, no Palácio do Planalto, quando a Presidente Dilma não só anunciou a ampliação de novos **campi**, de novas universidades públicas no País, como também de institutos federais de educação profissional, possibilitando a ampliação do atual número de alunos em muitos dos Estados.

Na Paraíba, por exemplo, o Estado ganhou mais seis novas unidades de ensino profissional, ligadas ao Instituto Federal de Educação da Paraíba, nas cidades de Catolé do Rocha, Itaporanga, Guarabira, Esperança, Santa Rita e Itabaiana. E ligadas ao Pronatec, por exemplo, mais três **campi** do Instituto Federal da Para-

íba, nas cidades de Patos, Cabedelo e Princesa Isabel; um total de nove unidades, entre escolas ligadas ao Pronatec, todas elas com cursos profissionalizantes de segundo e terceiro graus.

A Paraíba se sente contemplada com a decisão da Presidente Dilma e a agradece muito por ter atendido as reivindicações do Estado, dos Deputados e Senadores no sentido de ampliar o ensino profissionalizante naquele Estado, estendendo até ao terceiro grau, possibilitando que a Paraíba se enquadre perfeitamente dentro das necessidades do País no que se refere ao ensino profissionalizante.

Sr. Presidente, o Ministro Fernando Haddad nos comunicou que em breve irá ampliar, nessa próxima etapa, os *campi* universitários para os Municípios de Guarabira, Pedra de Fogo, para outros Municípios, a exemplo de Uiraúna; enfim, vários outros Municípios da Paraíba terão cursos superiores na área da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade de Campina Grande e nos institutos paraibanos de escolas profissionalizantes, ligados ao ensino tecnológico, ampliando, também, até o terceiro grau para os Municípios citados e para tantos outros em breve.

Agradecemos, sim, e eu tenho certeza de que esta decisão não só atende os anseios da população paraibana e brasileira como também nos dá cada vez mais a confiança de que a Presidenta está no caminho certo e que fará muito mais em favor do nosso Estado da Paraíba e em favor do Brasil inteiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Wilson Santiago e parabéns ao Estado da Paraíba!

Passo a palavra, com muito prazer, ao nobre Senador Walter Pinheiro, que tem o tempo regimental de 20 minutos, ou mais.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje foi um dia extremamente especial para todo o País, meu caro Paulo Paim. Eu falo isso com uma alegria enorme porque eu sou um sujeito oriundo de uma escola técnica.

Estudei na Escola Técnica Federal da Bahia na década de 70, na época em que a Escola Técnica Federal só tínhamos uma unidade, Paulo Paim: a unidade que se encontra ali até hoje, no Barbalho, a conhecida Escola Técnica e que naquela época – e eu convivi com isso – diversos estudantes, meu caro Cyro, vinham do interior do Estado, moravam em pensões. Vários dos meus colegas nessa escola técnica eram colegas que deixavam a convivência familiar para vir estudar numa das melhores escolas de formação profissional em todo o Brasil.

Vivi essa experiência de forma inusitada. Foi nessa escola que eu comecei a minha vida política. Portanto, foi nessa escola que eu participei das primeiras empreitadas do movimento estudantil. Olhe que na década de 70 não era fácil, Senadora Lídice da Mata. Hoje, inclusive, essa escola, que eu continuo chamando assim e guardo, Lídice, com muito carinho algumas das lembranças daquela escola, e algumas lembranças físicas. Guardo até hoje a minha carteira de estudante. Naquela escola, Lídice, eu inclusive vivi uma das experiências, eu diria, até mais bonitas, mas, ao mesmo tempo, difícil: no período em que eu estava na escola técnica me casei com Ana e, ainda na escola técnica e de lá saindo, mais ou menos no final, Ana deu à luz o nosso segundo filho. Portanto, dentro da escola técnica ainda vi nascer dois dos meus três filhos. Eu tenho três, os dois primeiros nasceram na época em que eu era estudante da escola técnica. Ali eu pude, inclusive, experimentar a verdadeira formação cidadã. E falo com muita alegria, gosto muito da escola técnica, porque para mim foi um balizador da minha vida: formação de caráter, formação política, formação profissional. Eu posso dizer até que enfrentei uma barra pesadíssima de entrar na escola às 7 horas da manhã e de ter de sair, na maioria das vezes, às 11 horas, meia-noite, porque, em um dado momento, enquanto estudante, eu ganhava a vida como monitor. Eu dava aulas de matemática, física e eletrônica para me sustentar. Eu era monitor dessas áreas e ganhava a bolsa por ser monitor, segurando a onda de turmas inteiras que ficavam de recuperação.

E esse dia, Lídice, é um dia muito contente para todos nós, porque quando eu cheguei aqui no Congresso Nacional como Deputado, o primeiro projeto meu de enfrentamento, Senador Paulo Paim, um projeto de decreto-legislativo assinado por mim, Luciano Zica e Miguel Rossetto. Era o projeto de decreto legislativo para derrubar o Decreto nº 2.208, de 1997, do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Era exatamente um decreto que desmontava a estrutura das escolas técnicas no Brasil. E, olhe, Paim, sem nenhum ataque a Fernando Henrique, nos seus oito anos, ele não construiu nenhuma nova escola técnica. Na Bahia, por exemplo, as últimos unidades que recebemos, as recebemos até o Governo Itamar. De lá para cá nenhuma unidade da escola técnica – e quero continuar chamando assim, porque depois passou a ser Cefet; agora, Ifet, o Instituto Federal.

E ainda vivi uma experiência interessantíssima, porque logo depois, muito depois, um dos meus filhos, o do meio, que se chama Israel, fez opção por fazer química na escola técnica. Depois, rumou a sua vida para engenharia química. Hoje é engenheiro de

processo e petróleo na Petrobrás. Mas foi também na escola técnica onde um dos meus filhos consolidou o seu caminho profissional.

E hoje vemos esse importante projeto de expansão para a Bahia.

Concedo um aparte à companheira Lídice da mata.

A Srª Lídice da Mata (Bloco/PSB – BA) – Mais uma vez, fui premiada por sua generosidade, Senador, porque tenho compromisso relacionado com o trade turístico agora à noite e não poderei usar da palavra. Eu queria aproveitar, primeiro, para parabenizar V. Exª pelo excelente relatório que aprovou aqui na Casa hoje, demonstrando o seu compromisso com o fortalecimento da cultura brasileira, permitindo que a produção audiovisual do nosso País se fortaleça. Um relatório competente, como foi a atuação de V. Exª como Deputado e como Senador da Bahia. O segundo aspecto, para aproveitar aqui e nós dois nos confraternizar com este Senado Federal, dando a notícia da alegria que a Bahia tem hoje por termos conseguido conquistar duas novas universidades, a ampliação de mais dois *campi*, da UFBA e da UFRB. A Universidade Federal do Recôncavo é uma universidade pela qual nós dois temos muito afeto e participamos de forma especial de sua implantação e de mais nove Ifets da Bahia. Quero saudar, em especial, o Ifet de Alagoinhas, que estávamos acompanhado já há algum tempo, inclusive como Prefeito. Eu sou uma testemunha da sua participação na escola técnica. Nós tivemos a escola técnica, que tem uma história política muito importante no movimento estudantil do nosso Estado, com sua contribuição, com sua participação. A única coisa de que discordo, Senador Pinheiro, é termos mudado o nome de escola técnica, porque até hoje o povo não consegue falar de outra forma, continua chamando escola técnica. Então, Instituto Federal de Ensino Técnico barra a escola técnica, porque é assim que a população entende. Até na hora de falar sobre esse assunto na televisão, a gente tem de traduzir para que as pessoas compreendam dessa forma. Então, quero parabenizá-lo pelas conquistas que a nossa bancada, que o nosso Governo realizou hoje. Todas elas tiveram a sua participação, sem dúvida nenhuma, o seu DNA, a sua contribuição. Parabenizo V. Exª e toda a Bahia pela conquista, o Governador Jaques Wagner e a Presidente Dilma. Obrigada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu é que agradeço, Senadora Lídice, e quero realçar o decisivo papel jogado por V. Exª na consolidação desses projetos dos Ifets ou das escolas técnicas. Esse debate, é bom lembrar que nós fizemos na Câmara, no período passado, quando nós ampliamos a oferta do ensino tecnológico na Bahia com a construção de mais unidades.

Agora há pouco, Senadora Lídice, eu dava a informação para a imprensa de que nós vamos chegar a 26 unidades de escolas técnicas na Bahia – com o número de hoje, nove –, se levarmos em consideração o campus avançado de Dias D'Ávila. Eram 25, com o campus avançado de Dias D'Ávila, 26.

Então, hoje, nós ganhamos nove unidades: Brumado, que inclusive tinha um núcleo avançado, portanto, agora, vai passar a ter um *campus*; Juazeiro; Lauro de Freitas, que é uma cidade próxima a Salvador e ganha esse importante instrumento; Alagoinhas, terra por quem também tenho muito carinho, afinal de contas, como meu pai era ferroviário, assistimos ainda ali à participação do meu pai naquela cidade, e dois dos meus irmãos nasceram na cidade de Alagoinhas; a cidade de Serrinha, que é a cidade original de minha mãe e também é a terra de dois dos meus irmãos – lá em casa nasceram dois em cada canto, dois em Serrinha dois em Alagoinhas, dois em Lamarão, dois em Salvador – meu pai saiu circulando pelo Estado; Xique-Xique, ali na beira do São Francisco, portanto, no noroeste baiano; Brumado, como já falei, também tem esse importante **campus**; a cidade de Santo Antonio de Jesus, do Recôncavo Baiano, que já sedia um *campus* na área da saúde da Universidade Federal do Recôncavo. Assim, compõem-se as nove cidades que ganharam, hoje, condição de receber um **campus** do Instituto Federal de Ensino das Escolas Técnicas.

Somado a isso, a gente ganha, hoje, também a ampliação de três para cinco universidades federais na Bahia. E aí é outra alegria, Lídice, porque me lembro quando nós discutíamos, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, a conquista da Universidade do Vale do São Francisco. A proposta, meu caro Paulo Paim, era de que, naquele momento, fosse criada a Universidade Federal de Petrolina. Eu propus ao Deputado Osvaldo Coelho – a quem quero fazer uma homenagem –, que teve um papel decisivo na criação dessa universidade, eu disse a ele: – Não dá para criar uma universidade desse tipo, porque ela está no Vale do São Francisco e tem que abranger todo o vale. Ele dizia: – Mas não pode ter universidade em mais de um Estado. E eu disse: – Quem disse que não pode? Se isso tornar lei, e nós vamos fazer uma lei agora, teremos a lei. E ali criamos a Universidade do Vale do São Francisco, que é a primeira experiência brasileira de universidade federal em mais de um Estado. Está no Piauí, em Pernambuco e na Bahia.

Na quinta-feira próxima passada, inauguramos um **campus** da Universidade do Vale do São Francisco na cidade de Senhor do Bonfim. Agora, estamos bri-

gando para que mais um **campus** seja implementado na cidade de Paulo Afonso.

Com esta conquista da Universidade do Oeste da Bahia, que nasce a partir do núcleo de Barreiras, mas se instalará também em Luís Eduardo e na cidade de Bom Jesus da Lapa – já há um pleito para que essa universidade se estenda um pouquinho até a região de Santa Maria da Vitória, ampliando a cobertura –, vamos ofertar ao oeste baiano uma das experiências mais importantes que é uma universidade.

Esse não é um ganho qualquer, Paulo Paim! Uma universidade atrai, uma universidade estimula, uma universidade faz crescer, uma universidade agrega, uma universidade consegue provocar debates aparentemente internos, mas que se localizam a partir das relações com o mundo! Portanto, é um fator preponderante de desenvolvimento. O oeste baiano precisava muito disso. Não como resposta a este debate da divisão da Bahia, a criação de novo Estado naquela região, mas como resposta a uma política tanto do Governo Federal quanto do Governo Estadual, em que destaco o papel decisivo do Governador Jacques Wagner, que esteve conosco na luta pela Universidade Federal do Recôncavo e que foi decisivo para esta posição de hoje, de duas novas universidades na Bahia.

Outra universidade que nasce a partir dessa decisão tomada pela Presidente da República no dia de hoje...

Até houve uma brincadeira com o Senador Inácio, porque ele disse assim: "Das quatro universidades criadas no Brasil, a Bahia papou duas." Foi a expressão que ele utilizou.

Mas ficamos anos e anos a fio, quase 60 anos com uma única universidade, a Universidade Federal da Bahia.

A Universidade Federal do Sul, na Bahia, também nasce já se espalhando pelos três cantos: Itabuna, no sul, efetivamente, Porto Seguro, nosso marco do descobrimento, e Teixeira de Freitas. A experiência de desenvolvimento do extremo sul baiano.

É também a oportunidade única de fazer a cobertura na região do descobrimento, na região do cacau. Portanto, uma universidade que cumprirá um papel importantíssimo na recuperação da economia daquela região.

Teremos ali uma nova estrutura modal, com porto, aeroporto, estrutura rodoviária modificada, duplicação da 415, do trecho Ilhéus-Itabuna, a passagem da ferrovia Oeste-Leste... Portanto, teremos experiência importante tanto da vinda da divisa da Bahia com Tocantins até a cidade de Ilhéus. Então, as duas universidades vão poder se debruçar no desenvolvimento dessa região tendo como referências as ferrovias do Oeste e do Sul. Portanto, é a Universidade do Sul também como estimuladora.

Poderá a Universidade do Sul da Bahia dialogar com a experiência já instalada da Ceplac, com seus doutores, com seus técnicos administrativos, com seus técnicos agrícolas. Toda essa experiência já acumulada anos e anos a fio sendo colocada a serviço do nascedouro dessa universidade. É fundamental o surgimento dessas práticas para que a gente estimule cada vez mais o nível de pesquisa.

É óbvio que, quando uma universidade se interioriza, a primeira coisa que vem à cabeça da gente, meu caro Cyro, é de que forma nós vamos ofertar vagas para essa nossa juventude ou até para aqueles que estão numa fase mais avançada, Senador Paulo Paim. Por que não permitir a essa gente chegar à universidade? É importante. Quantos não puderam chegar porque tiveram que abortar os sonhos por outros processos, como a barreira econômica, a necessidade de entrar no mercado de trabalho ou a distância física? Ter que se deslocar... Quantos puderam deslocar seus filhos para estudar na universidade em Salvador?

Agora é diferente. Nós estamos ampliando essa oferta num Estado como a Bahia, que é um território quase continental, se imaginarmos assim. A França, por exemplo, tem quase que a mesma área que tem a Bahia. A Bahia tem 70% do seu território no semiárido.

Então, o desafio de hoje nos alegra. E aí, falando não apenas para os baianos dessas cidades que citei, mas para os baianos de um modo geral, este é um dia de alegria, de consagração. O povo de Cruz das Almas sabe do que estou falando, como o povo de Juazeiro, que já tem uma universidade, a Universidade do Vale do São Francisco, o povo de Cachoeira, de Amargosa, de Santo Antônio de Jesus, a experiência agora em Bonfim, o desejo de ampliarmos para Paulo Afonso, o desafio que se abre a partir de hoje com todos os baianos, para que a gente tenha a oportunidade de, aproveitando o *campus* avançado lá mantido pela Universidade Federal da Bahia na cidade de Vitória da Conquista, o Núcleo Teixeira de Freitas na área de saúde, o Núcleo Anísio Teixeira de Freitas, que poderá virar universidade.

Esse é o desafio encabeçado nesta Casa. E falo nesta Casa juntando Câmara e Senado, pelo meu companheiro Waldenor Pereira, Deputado Federal ali da cidade de Vitória da Conquista, essa luta que teve aqui a árdua batalha do atual Prefeito da cidade, Guilherme Menezes, que era Deputado Federal, essa luta que a UFBA encampou. Então, abrem-se, a partir de agora, outras jornadas. Abrem-se, a partir de agora, outras iniciativas: fazer com que essa universidade se espalhe, fazer com que a Universidade do Oeste

chegue à região de Santa Maria, permitir que o sertão ganhe uma universidade, que o núcleo central da Bahia ali fixado na cidade de Seabra, que vai ter uma unidade de escola técnica, do nosso Ifet, mas que ali também possa ser instalada uma unidade da Universidade Federal.

Que a gente permita que esses **campi** se aproximem do sertanejo, que possam ocupar cada vez mais espaço na Bahia, levando desenvolvimento, ampliando o conhecimento, estimulando a economia, formando pessoas.

A Bahia oferta níveis de empregos com grande expansão, com programas como o PAC, como a Ferrovia Oeste-Leste e outras iniciativas, e vamos formar gente para esse mercado de trabalho.

Portanto, é na Bahia que a gente quer fazer esse novo processo, por meio da chegada dessas importantes instituições, que inovam. Inovam.

Aí quero aproveitar, nessa linha, Senador Cyro Miranda, e encerrar dizendo ao meu companheiro Gildo, ao comandante Gildo, figura expressiva importante ali trabalhando diuturnamente, mesmo diante dos seus 83 anos, trabalhando todos os dias, chegando às seis horas da manhã ali no aeroporto, comandando um espaço num hangar daquele: Gildão, essa decisão de hoje é uma decisão que prepara para formar as próximas gerações da nossa Bahia, para que os nossos próximos conterrâneos possam ter uma oportunidade que eu, que você, que tantos outros não tiveram. Mas é importante porque a gente, no dia de hoje, pode comemorar essa principal mudança.

E eu quero encerrar usando a expressão que a Presidente Dilma usou hoje lá no lançamento...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Dizia a Presidente Dilma hoje de manhã: abrir universidades no interior deste Brasil é abrir novos caminhos. É esse horizonte. É entregar a essa gente, meu caro Flexa, a oportunidade de poder caminhar um caminho mais seguro, um caminho mais largo, com oportunidades, sem aquele estreito por que todos tivemos que passar.

Mas a vida é assim. Uns vão desbravando, vão abrindo, para que, no futuro, a nossa gente possa caminhar com muito mais segurança, com firmeza e com propósitos para ter um futuro cada vez melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro. Parabéns pelas suas belas palavras.

A Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se dia 18 de agosto do corrente, quinta-feira, às 10 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 1, 3, 6, 9 e 10, de 2011, e Projeto de Resolução do Congresso Nacional n º 2, de 2008.

Com muito prazer, passo a palavra ao nobre Deputado Paulo Paim. Perdão, ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Mas um eterno Deputado, Senador Cyro Miranda, que preside esta sessão.

Senador Cyro Miranda, Senador Pedro Taques, que está aqui, Senador Flexa, Senador Lindbergh, claro que eu gostaria de vir à tribuna no dia de hoje para falar também do ensino técnico, uma paixão de todos nós. E hoje a Presidenta Dilma anunciou, inclusive, sete novas escolas técnicas no meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Mas, Sr. Presidente, não tem como eu não falar do veto à emenda apresentada por nós à LDO, que garantia políticas de reajustes reais aos aposentados e pensionistas, até porque, sem sombra de dúvida, este tema foi pauta de todos os jornais no dia de hoje. Eu cheguei a ler notícias dizendo que era uma verdadeira bomba para os aposentados e pensionistas idosos, que aguardavam com ansiedade esse reajuste.

Sr. Presidente, Senador Pedro Taques, na verdade, foi um total de 95 vetos em cima da LDO, com 32 justificativas. O que vamos tratar aqui, e não tem que ser de outra forma, é do que foi vetado na Lei Orçamentária, na LDO: o §3º do art. 48, que dizia simplesmente o seguinte – uma redação que eu não sei se singela ou até inocente e, então, não sei para que vetar esse artigo –:

> ...assegurados na Lei Orçamentária os recursos necessários ao atendimento da política de ganhos reais aplicáveis às aposentadorias e pensões do Regime Geral da Previdência [aí vem] a ser definido em articulação com as centrais e com os representantes das organizações dos aposentados...

Não se falava nem em índices e nem em percentual. A Lei de Diretrizes só fazia um indicativo que deveríamos, de hoje até dezembro, quando votaremos o Orçamento, discutir qual seria o reajuste do aposentado ou até se não teria. Esse seria o objetivo. Infelizmente, essa matéria foi vetada. Ninguém entendeu.

Eu fiz – eu fiz, não, porque nós fizemos – um acordo. Estava aqui, agora mesmo, o Deputado Gil-

mar, que eu diria é o Líder do Governo, é o Líder do PT na Comissão de Orçamento. Falei com o Líder do Governo, o Deputado Mendes Ribeiro; falamos com os Líderes da Oposição; e foi unânime essa votação. Tínhamos a sinalização de que não seria vetado.

Ora, na justificativa, no meu entendimento, saiu pior a emenda que o soneto, como se fala. "O veto ao § 3º do art. 48 foi devido a uma questão técnica". Como uma questão técnica?! Questão técnica teria sentido se eu tivesse colocado o percentual ou indicado o índice, quando poderiam dizer: "Não, você fixou um índice ou botou um percentual que eu só poderia, na verdade, assegurar se tivesse no Orçamento". E nós não colocamos. Foi dito também que foi falta de tempo hábil. Como, se desde que chegamos aqui, em fevereiro, nós estamos nos reunindo no Ministério da Previdência com o Ministro, com as centrais, com representantes dos aposentados e pensionistas, como a Cobap, com sindicatos e tantos outros?!

Sr. Presidente, a própria Constituição é muito clara quando diz que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve orientar a elaboração da Lei do Orçamento. Foi isso que fizemos.

Sr. Presidente, o que estranho também é o fato de que a mesma lei prevê mais de 18 bilhões de reais em renúncias previdenciárias – está lá escrito –, mas que ela não pode conter um artigo dizendo que vai haver uma negociação entre aposentados, Governo e as centrais.

Eu também teria que, infelizmente, dizer aqui que só a DRU retira 45,8 bilhões da Seguridade Social – dados da Anfip. E mais, a MP nº 540, de 2011, recentemente editada, estabelece diversos incentivos fiscais que abrem mão de receitas previdenciárias que fortalecem o setor empresarial, e não estou nem fazendo crítica, porque todos sabem que insisto em dizer e reafirmar que a Previdência é superavitária. Claro, discordo daqueles que dizem que o Governo paga tanto para a Previdência. O Governo não paga nada para a Previdência. O que existe é uma arrecadação que o Governo tem que fazer das contribuições de empregado, de empregador, de PIS/Pasep, de Cofins, enfim, de tributação sobre lucro, de faturamento, de jogos lotéricos, arrecada e devolve em parte para aqueles que têm direito. Então, não dá para aceitar, de jeito nenhum, essa justificativa.

Agora estou obrigado a entrar nos dados, nos números. Segundo dados da Anfip, a Seguridade Social apresentou, em 2010, um saldo expressivo. As receitas superaram as despesas em R$58 bilhões. Resultado do crescimento econômico, e que bom que eu posso dizer isso. É sinal de que estamos indo bem.

Mas, em resumo, Sr. Presidente, a sociedade brasileira tem que se apropriar da Seguridade Social, porque Seguridade Social é saúde, é assistência e é previdência. Temos que preservar o orçamento da Seguridade. Digo isso porque acredito muito no sistema de seguro social do Brasil, e acredito na nossa Previdência. Mas, acima de tudo, Sr. Presidente, nós temos um compromisso de raiz, de origem, como a gente fala, de chão de fábrica. Quando se fala em fábrica, para mim, não é só a produção, é o local de trabalho, é o banco, é o funcionário bancário, é o funcionário aqui do Congresso, é o servidor, é o trabalhador da área rural e, por isso, nós não podemos deixar de trazer este debate à tribuna.

Lembro aqui tantos que lutaram, que suaram a camisa, que contribuíram para que este momento bonito do País acontecesse e, neste momento, infelizmente, sou obrigado a dizer, e dizia hoje para companheiros do meu próprio partido, que faltou sensibilidade política sobre esse tema. Agora, é natural que tenhamos uma ampla mobilização, que vai começar já nesta sexta-feira e vai se estender até o fim do ano, para mudar esse quadro, porque ninguém vai proibir que o Congresso possa colocar no Orçamento o que ele entende adequado para uma política de aumentos reais para os aposentados.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Só quero me associar a V. Exª, porque eu também não entendi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Até agora não entendi.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Porque Lei de Diretrizes Orçamentárias... Era uma intenção ali, era uma sinalização. Isso não significaria dizer que no Orçamento de 2012 ia ter ou não ter.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Da mesma forma que o veto não muda nada; pode ter ou não ter uma política de valorização.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Você está coberto de razão.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Eu fico, às vezes, achando que talvez a ideia de alguém, alguém muito mais inteligente do que a gente, que diga o seguinte: "Ah, precisamos passar um recado de firmeza..." Só pode ser, mas um recado contrário às centrais sindicais, ao movimento de aposentados. Então, a gente aprendeu com a história que não adianta

acenar só para um lado, que nós temos que ter... E é um Governo novo. Então, eu, como V. Exª, não entendo, acho que cria uma confusão, cria um ruído, e isso não ajuda em nada. Não tem efeito concreto, prático algum. V. Exª é o lutador dessa causa, dessa bandeira, mas eu queria aqui me posicionar como Senador dessa base do Governo, que tem muita fé no Governo da Presidenta Dilma, mas achando que, pontualmente aqui, houve um equívoco que vai trazer ruídos, e não é bom criar esse tipo de ruídos. Então, eu queria me associar a V. Exª. Falava sobre uma entrevista muito firme e muito boa da Presidenta Dilma na revista *Carta Capital*, deste final de semana, com fantásticas posições sobre a crise econômica, um entendimento da crise de 2008 que foi a crise da desregulamentação do mercado financeiro para os desafios de agora. Agora, eu acho, concretamente nesse ponto, que houve um equívoco que vai trazer desgastes políticos ao Governo, por isso eu faço este aparte e me associo a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Lindbergh...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA. Fora do microfone.) – Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vou só avançar um pouquinho mais e vou passar o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

Hoje, pela manhã, mediante a reação do movimento sindical, da Cobap e das entidades dos aposentados, fizemos uma reunião aqui no Senado, com a presença de sindicalistas, da Cobap e da Anfip, e fechamos um calendário, que eu vou aqui listar rapidamente: 1º – vamos marcar uma audiência com o Governo para discutir a questão, ou seja, o reajuste dos aposentados; 2º – já, nesta sexta-feira, teremos uma audiência pública na Assembleia Estadual de Minas Gerais, onde vamos discutir a situação do Estatuto do Motorista e a situação dos aposentados, ou seja, a Previdência; 3º – Acertamos também, para o dia 1º de setembro, uma audiência pública aqui no Senado para discutir o reajuste dos aposentados e o fim do fator; 4º – No dia 22 de setembro, no Auditório Petrônio Portella, mais de mil dirigentes sindicais do Brasil, todos organizados pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, vão discutir a defesa da CLT e da previdência pública; 5º – Senador Lindbergh, no dia 6 de outubro, estaremos na cidade de Volta Redonda – V. Exª sabe da força dos aposentados em Volta Redonda –, num grande evento organizado por eles e confirmado hoje, para debater essa questão de hoje. Também no dia 6, à noite, estaremos na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, onde o tema a ser discutido será exatamente esse; 6º – Do dia 20 ao dia 23 outubro, estaremos em Goiás para o grande Congresso Nacional dos Aposentados e Pensionistas; 7º – Também assumimos o compromisso de fazer um esforço sobre-humano para aprovarmos, ainda neste ano, uma política de reajuste real para os aposentados a vigorar a partir de 1º de janeiro, evitando que, em janeiro – o reajuste do salário mínimo de 13% a 14% já está assegurado –, o aposentado receba somente 6%; 8º – Faremos também uma grande mobilização pelo fim do voto secreto, porque eu não entendo o voto secreto aqui no Parlamento – estou aqui há 25 anos.

Na Assembleia do meu Estado, o Rio Grande do Sul, não há voto secreto. Nas Câmaras de Vereadores que eu conheço, na maioria, não há voto secreto. No Supremo não há voto secreto. Os Ministros expõem ali contra ou a favor e pronto. Por que aqui nós temos que apreciar ainda vetos secretamente ou escolher uma autoridade secretamente? Não consigo entender. Então, entendo que o movimento sindical deve, sim, assumir uma campanha nacional para acabar com o voto secreto. Senador Pedro Taques, permita que eu diga isto: quando o voto é aberto, o Parlamentar vota de acordo com o apelo popular, mas, quando o voto é secreto, como na questão de um veto, ele se posiciona contra o projeto. Isso não é possível! Nesse período em que estou aqui, nós apreciamos mais de cinco mil vetos. Sabem quantos derrubamos sem o apoio do Executivo? Vejam que passaram muitos governos. Nenhum. Então, está provado que não funciona o tal voto secreto.

Sr. Presidente, termino cumprimentando todos que estiveram conosco aqui hoje: o Warley, da Cobap; o Floriano, da Anfip;...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou dar um aparte a V. Exª.

O Robson, da Federação de Minas; o Moacyr, da Federação do Rio Grande do Sul; e os sindicalistas.

Senador Flexa Ribeiro, eu concedo um aparte a V. Exª, para que eu possa, depois, concluir o meu pronunciamento. Eu só vou registrar dois documentos.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, V. Exª traz à tribuna hoje aquilo que nos tomou de surpresa com relação ao veto da Presidenta Dilma ao artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, do reajuste dos aposentados. O Brasil inteiro sabe da sua luta em favor não só dos aposentados, como dos trabalhadores da ativa. Tivemos um embate aqui, na legislatura passada, com o reajuste do salário mínimo, com a extinção do fator previdenciário. Foram batalhas memoráveis, e, ao final, não conseguimos a vitória total, mas avançamos bastante...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E aqui aprovamos todas.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Aqui, sim, mas,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Lá na Câmara.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – ...lamentavelmente, àquela altura, a vontade do Governo não se fazia de forma tão contundente como hoje. Nós ainda tínhamos uma possibilidade de aprovar o que era justo. Nós não queríamos nada que não fosse justo para aqueles, Senador Pedro Taques, que tanto lutaram pelo nosso Brasil, pelo desenvolvimento, e hoje são colocados como se fossem uma maçã que já deu o seu suco ou uma laranja que deu o seu suco e é descartada. O Senador Lindbergh disse, há pouco, que não entendia o motivo e que não mudava nada o fato de ter vetado ou que era intenção. Mas muda sim, Senador Lindbergh, muda algo para o qual a Nação brasileira precisa estar atenta. Mostra a vontade política deste Governo de não atender àqueles que, como V. Exª tão bem defende, já deram uma vida inteira de trabalho pelo nosso Brasil. Ou seja, àquela altura, quando nós conseguimos aquele reajuste além do percentual que o Governo dizia que era o máximo aceitável, nós fomos, capitaneados por V. Exª – eu tive a alegria e a honra de participar de todo esse processo –, e tivemos uma reunião dura na Câmara Federal, Senador Pedro Taques, com o Líder Deputado Vaccarezza, que dizia que não haveria possibilidade. Isso demonstrou, na verdade, que foi dado o aumento, não no valor que queríamos, mas o valor de consenso, acima do que o Governo permitia ou autorizaria, e não aconteceu nada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foi de 80% do PIB.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Não aconteceu nada. Quer dizer, prova de que era possível conceder aquele aumento aos aposentados e pensionistas. Da mesma forma, coloca-se um processo de terrorismo em relação às contas públicas, em relação à Previdência. Todos os dias, vemos manchetes nos jornais de desvio de recursos públicos, de obras superfaturadas, de má gestão dos recursos públicos, de que não há qualidade nos gastos. Se o Governo tivesse o cuidado de gerir esses recursos, sobrariam valores suficientes para atender aos aposentados. Vamos continuar na luta, Senador Paim. V. Exª é o nosso comandante, mas tenho certeza de que todos os Senadores estarão ao seu lado, para que possamos mostrar ao Governo que é possível, sim, conceder e de forma justa. Lutamos tanto, Senador Pedro Taques, e o Governo nos fez aprovar aqui uma regra matemática, inclusive, de reajuste do mínimo. Nós não queríamos a regra, porque queríamos ter a oportunidade de negociar. O Governo da época, o Presidente Lula, que se esqueceu da sua fase de trabalhador, não queria a livre negociação, engessou o cálculo, e agora teremos, como foi dito, o índice, conhecido por todos nós, de reajuste do salário mínimo para 2012 de pouco mais de 13, bem acima da inflação. Espero, Senador Paim, que não venha um movimento do Governo para alterar, achando que também é sustentável, em função da inflação, o aumento, que é acumulado, pois trata-se de uma regra matemática aprovada por indicação do Governo. Parabéns! Conte conosco nessa luta em favor dos menos favorecidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, se V. Exª me permitir, para concluir, fazer rápidas considerações.

Assim mesmo, eu me movimentei no dia de hoje e recebi informações do Ministério do Planejamento e da Casa Civil de que o veto ocorreu por uma questão técnica, mas que o Governo abrirá a negociação para que, na peça orçamentária, esteja contemplado, então, o reajuste dos aposentados.

É um bom sinal. Sou daqueles que nunca joga a toalha, que nunca diz que está derrotado por antecipação, e faremos a mobilização com esse objetivo.

Quanto à questão específica do salário mínimo, sou obrigado a dizer que viajei o Brasil na construção dessa proposta. E eu não queria, Senador Flexa Ribeiro – respeito quem pensa diferente –, que fossem quatro anos. Eu queria que fosse até 2023, como havíamos acertado com o Presidente Lula. Porque, em 2023, pelo nosso cálculo, a manter essa política salarial que eu defendo, o salário mínimo poderá chegar ao salário mínimo do Canadá ou dos Estados Unidos, mais ou menos US$1 mil.

Então, na questão do salário mínimo, o Brasil está muito bem servido, muito bem atendido, porque é uma política que vai garantir, agora em janeiro, um reajuste em torno de 14%, mais precisamente 13,5%. Mas onde está a minha preocupação? Com o aposentado, porque esse poderá receber menos que a metade do que foi assegurado ao salário mínimo.

Por isso que eu ainda estou esperançoso que a gente consiga dialogar e, na peça orçamentária, construir uma redação que garanta o aumento real para o aposentado ganhar mais que o mínimo. E estamos falando dos primos pobres da Previdência. Aqueles que ganham, em tese, algo que não ultrapassa a R$2 mil, R$2,5 mil. Porque ninguém, com o fator, se aposenta com R$3,650 mil, que seria o teto da Previdência.

Estamos falando de em torno de 99% que recebe, na verdade, abaixo de R$2 mil e um pouco mais de R$545, porque quem ganha R$600 já ganha mais que o salário mínimo e não será contemplado se nós não mudarmos a regra.

Mas, por fim, Sr. Presidente, eu quero só registrar dois documentos. Hoje nós tivemos aqui, em Brasília, a Marcha das Margaridas. Milhares de mulheres do campo e da floresta hoje fizeram aqui um grande movimento. O que elas querem é conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena. O que elas querem é um Brasil sem pobreza, sem fome, sem preconceito e sem violência contra as mulheres. Essas bravas mulheres também lutam pelo desenvolvimento sustentável, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

Por isso que eu também tenho que dizer, Sr. Presidente, que saiu no jornal uma proposta, para mim totalmente irracional, que é pior que o fator. Se algum técnico está pensando em mandar para cá, vai ser derrotado, porque tem que ser emenda constitucional. A proposta é de mudar o tempo mínimo de contribuição da mulher de 30 para 37 anos. Ora! E do homem mudaria de 35 para 42, portanto, 7 anos a mais. Então, não precisa mudar com o fator. Seria um absurdo!

E quero dizer que essas mulheres do Brasil, e tenho certeza com a sensibilidade da Presidenta Dilma, não vão permitir um absurdo como esse. Pelo contrário, nós temos que assegurar que quem está no sistema se aposenta com 35 anos de contribuição, o homem, e com 30, a mulher, e com uma regra de transição.

Queria que V. Exª registrasse nos Anais da Casa este documento: "Margaridas em Marcha. 100 mil nas ruas. Margaridas na luta por: Desenvolvimento sustentável com justiça autonomia, igualdade e liberdade."

Por fim, Sr. Presidente – vou usar os últimos dois minutos –, quero registrar esse grande movimento nacional, inclusive com paralisação, da CNTE: "Lei do Piso é Constitucional". Já está garantido pelo Supremo Tribunal Federal. E o que eles querem, com esse movimento nacional, é que os Municípios e os Estados cumpram o que nós aqui aprovamos, o Presidente Lula sancionou e o Supremo reafirmou: o piso constitucional para todos os professores. E é por isso que aqui eles dizem: "Governadores e Prefeitos devem cumprir a Lei já!" "O que você deve saber para garantir a correta aplicação do piso do magistério." Eles falam, inclusive, numa grande paralisação, Sr. Presidente.

Hoje é o dia de mobilização, mas a paralisação foi convocada pela CNTE, em diversos Estados, sindicatos preparam assembleias e outras atividades.

A lei do piso sancionada em 2008, por Lula, é um dos avanços mais importantes no caminho da valorização da educação. Por meio dela, ficou determinado que nenhum professor da rede pública, com formação de nível médio e carga horária de 40 horas semanais, poderia ganhar o correspondente, na época, a R$950,00 – hoje, devido à inflação, seria um pouco mais. O valor do piso corrigido para 2011 – hoje – equivale a R$1.597,87. Esse é o piso assegurado pelo Supremo Tribunal Federal.

Peço a V. Exª que considere, na íntegra, os meus pronunciamentos.

Agradeço Senador Pedro Taques, a tolerância de V. Exª, e lembro, já conversei com V. Exª, do grande debate que teremos sobre impunidade e corrupção, na próxima terça-feira às 8h30. V Exª é um dos signatários, junto com Pedro Simon, Cristovam Buarque e tantos outros, do requerimento apresentado na Comissão de Direitos Humanos. E informo que eu já remeti para toda sociedade civil organizada, como Presidente da Comissão, convite para esse evento.

Parabéns a V. Exª!

SEGUEM, NA INTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Pronunciamento sobre o veto da Presidente Dilma à emenda da LDO que previa reajuste real as aposentadorias e pensões.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o veto à emenda apresentada à LDO, de nossa autoria, que garantia reajuste real as aposentadorias e pensões, foi a pauta das maiores agências de notícias do país.

Uma verdadeira bomba para todos os idosos que aguardavam com ansiedade por esse reajuste, pois, foram no total 95 vetos, com 32 justificativas. Algo inédito em matéria de cortes da LDO.

De quase uma centena de vetos, eu quero destacar:

A inclusão do parágrafo 3º do art. 48 previa que seriam:

> ... "assegurados na Lei Orçamentária os recursos necessários ao atendimento da política de ganhos reais aplicáveis às aposentadorias e pensões do Regime Geral da Previdência Social a ser definido em articulação com as centrais sindicais e com representantes das organizações de aposentados"
>
> O Ministério do Planejamento publicou uma nota para explicar o quê, no meu entendimento, é inexplicável.

Justifica a nota:

> ..." O veto ao § 3º do artigo 48 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012 diz respeito à inadequação de sua alocação nesta LDO porque regra diferente das mencionadas teria que ser quantificada e discutida previamente para que seus efeitos pudessem ser estimados e seus recursos, garantidos."

A falta de tempo hábil para discussão não se justifica, pois foi instituído no início deste ano, pelo Ministério da Previdência, um Grupo de Trabalho formado por:

– Centrais Sindicais;

– representantes de aposentados e pensionistas;

– e governo que reunia-se de forma permanente para debater questões previdenciárias.

Ademais, Srªs e Srs. Senadores, a própria Constituição Federal determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deva compreender "as metas e prioridades da administração pública federal" e ainda, "orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual".

É justamente isso que pretendia o dispositivo vetado, portanto, coerente com os preceitos legais e constitucionais e plenamente adequado.

Estranha-me o fato de que a mesma Lei possa prever mais de R$ 18 bilhões de reais em renúncias previdenciárias, mas não possa conter previsão de reajustes para as aposentadorias e pensões, sob pretexto de que não existem recursos suficientes para pagamento dos benefício.

Estranha-me também que das receitas previdenciárias possam sair 20% da Desvinculação de Recursos da União – DRU. Estou falando de um montante equivalente a R$ 45.8 bilhões, somente em 2010 (dados da ANFIP).

E mais, a MP 540/2011, recentemente editada, estabelece diversos incentivos fiscais que abrem mão de receitas previdenciárias beneficiando diversos setores empresariais.

Não há como aceitar a justificativa de falta de recursos para implementação de uma política de ganho real às aposentadorias e pensões acima do valor do salário mínimo!

Graças às decisões acertadas da equipe econômica ao longo dos últimos 15 anos a economia brasileira tem obtido resultados muito positivos.

Segundo dados da ANFIP "a Seguridade Social apresentou em 2010 um saldo muito expressivo. As receitas superaram as despesas em R$ 58 bilhões."

Resultado do crescimento econômico, que acabou por ressoar favoravelmente na arrecadação do Governo.

A sociedade brasileira precisa empunhar a bandeira da Seguridade, precisa se apropriar de seus direitos e exigir o que é seu.

Temos que preservar o orçamento da Seguridade, pois as fontes de financiamento são importantes para a promoção de políticas públicas e de gastos sociais necessários à redução das desigualdades.

Digo isso porque acredito no sistema de seguro social do Brasil, e acredito na nossa Previdência.

Mas acima de tudo, estou com você, trabalhador aposentado, que agora me escuta.

Você que lutou, suou a camisa, contribuiu para o desenvolvimento do nosso país merece usufruir de um descanso com dignidade.

Faltou sensibilidade política! Acredito ainda em uma articulação política entre Congresso, Governo, Centrais e entidades dos aposentados, como a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), que possa garantir um reajuste real a todos aposentados e pensionistas na Lei Orçamentária Anual.

Hoje pela manhã já estive reunido com a Executiva da COBAP, mais precisamente com seu presidente, Warley, com o vice– presidente Moacyr, com o presidente da Federação de Aposentados de Minas Gerais, Robson de Souza Bitencourt, e com o Floriano da Fundação ANFIP.

Agendamos o seguinte calendário de mobilização:

1º – marcar uma audiência com o Governo para discutir esta questão, ou seja, o reajuste dos aposentados

2º – realizaremos uma audiência pública nesta sexta-feira, dia 19, na Assembléia de Minas Gerais, onde vamos discutir o estatuto do Motorista e a Previdência.

3º – marcaremos uma audiência para o próximo dia 1º de setembro para discutir reajuste dos aposentados, desoneração da folha e fim do fator previdenciário.

4º – participaremos dia 22 de setembro, no auditório Petrônio Portella, com mais de mil dirigentes, de uma grande audiência, promovida pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, para discutir a defesa da Consolidação das Leis Trabalhistas e da previdência pública.

5º – de 20 a 23 de outubro realizaremos um congresso nacional dos aposentados e pensionistas promovido pela COBAP

6º – faremos todos os esforços para que, antes do final do ano, seja aprovada uma política de reajuste para aposentados e pensionistas a entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012. Inclusive garantindo recursos do orçamento.

7º – faremos também uma grande mobilização pelo fim do voto secreto, porque na hora da votação os Parlamentares mudam de opinião como do dia para a noite.

Como tenho dito, Brasília só atende as demandas dos trabalhadores e aposentados se ouvirem as batidas dos tambores nas ruas. É isso que faremos!!!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Registro sobre a Marcha das Margaridas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje é, de fato, um dia especial. Estamos em plena Marcha das Margaridas!!!

Mulheres de todo o Brasil, trabalhadoras do campo e da floresta, mulheres trabalhadoras das cidades estão em marcha.

As mulheres do campo e da floresta querem conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena.

Elas querem um Brasil sem pobreza, sem fome, sem preconceito e sem violência contra as mulheres.

Essas bravas mulheres também lutam por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

Na história da Marcha das Margaridas, iniciada em 2000, havia um forte caráter de denúncia contra o projeto neoliberal, mas elas também apresentaram uma pauta de reivindicações para negociação com o governo.

Elas afirmam que grande parte dessas demandas voltou a fazer parte das marchas seguintes (2003 e 2007), durante o Governo Lula, período em que, segundo elas, foram obtidas as maiores conquistas.

Pois eu digo a vocês, minhas caras margaridas, venham e façam acontecer. Nós recebemos vocês de braços e corações abertos.

Sejam bem vindas. Eu quero cantar com vocês o seu canto:

Olha Brasília está florida
Estão chegando as decididas
Olha Brasília está florida
É o querer, é o querer das Margaridas

Somos de todos os novelos
De todo tipo de cabelo
Grandes, miúdas, bem erguidas
Somos nós as Margaridas
Nós que viemos sempre suando
Este país alimentando
Estamos aqui para relembrar
Este país tem que mudar

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Registro sobre a paralisação dos professores, em todo o Brasil, pelo piso nacional, Carreira e PNE.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje é um dia de mobilização nacional. Os professores de escolas públicas de todo o país estão parando suas atividades nesta terça-feira para pedir o cumprimento da lei que estabelece um piso salarial para a categoria.

A paralisação foi convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e, em diversos estados, os sindicatos locais prepararam assembleias e outras atividades de mobilização.

A Lei do Piso, sancionada em 2008 pelo Presidente Lula, é um dos avanços mais importantes no caminho pela valorização da educação.

Por meio dela ficou determinado que nenhum professor da rede pública com formação de nível médio e carga horária de 40 horas semanais poderia ganhar menos do que R$ 950. O valor do piso corrigido para 2011, segundo a CNTE, equivale a R$ 1.597,87.

Todos sabem que, naquela época, cinco governadores entraram com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade da legislação.

Pois bem, este ano o STF decidiu pela legalidade do dispositivo. Desde então, professores de diferentes estados entraram em greve reivindicando a aplicação da lei.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, o CPERS organizou uma paralisação para o dia 19, sexta-feira, que será realizada no Gigantinho, às 17:00hs.

É isso aí, minha gente!!!

Os professores convidam a todos para o Lançamento do Movimento em Defesa da Educação Pública, Posse da Diretoria Estadual e dos Núcleos.

Sr. Presidente, quero pedir para o Brasil inteiro, que está acompanhando esse momento, que lance mão do conceito de justiça e abrace essa causa, esse movimento que os professores estão fazendo.

O movimento é justo, é necessário e se eles não agirem assim, vão ficar a vida inteira mendigando o reconhecimento de uma profissão que, por si só, deveria ser muito bem remunerada e respeitada.

E todo mundo está cansado de saber disso. Os governantes sabem, os empresários sabem, os banqueiros sabem, a sociedade inteira sabe que "a escolaridade" é quesito dos mais importantes na hora da contratação. Ela é ponto de partida.

E, de onde ela vem?...

Pois bem, meus caros educadores e educadoras, eu apoio completamente o movimento de vocês. Espero que ele seja abraçado pelo Brasil inteiro e que a justiça seja feita.

Pois, como diz o presidente da CNTE, Roberto Leão, "É uma teimosia e um descaso dos gestores em

cumprir essa lei, o que caracteriza falta de respeito com o educador. Prefeitos e governadores estão ensinando a população a desrespeitar a lei quando não cumprem ou buscam subterfúgios para não cumprir".

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Cyro Miranda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Parabéns, Senador Paulo Paim!

V. Exª será atendido nos termos regimentais.

Passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias, por cessão do Senador Cyro Miranda.

V. Exª terá o tempo regimental, Senador.

Posteriormente, falará o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, confesso, Sr. Presidente, que estou desolado com o assassinato brutal e covarde da juíza Patrícia Acioli. Vinte um tiros a atingiram em frente à sua casa. Seus dois filhos, entrando na adolescência, ouviram as rajadas e jamais esquecerão.

E nós? Ouvimos? Ouvimos os 21 ecos do ponto final imposto a uma história de vida exemplar?

E nós? Esqueceremos? Esqueceremos o sacrifício de uma jovem extraordinária, mártir da Justiça brasileira? Será essa morte mais uma entre tantas registradas nas estatísticas oficiais?

Como não poderemos reparar o irreparável, o que nos resta fazer? O que ainda está ao nosso alcance, Sr. Presidente Senador Pedro Taques?

Creio que seja meu dever, nosso dever, ouvir esses 21 tiros, escutar o que eles nos dizem para jamais esquecer, para render homenagem à memória da juíza Patrícia Acioli, para preservar sua memória e honrar sua luta, levando-a adiante. Cabe aos que compartilhamos os ideais de Patrícia, aos que nos comovemos e nos solidarizamos com sua família, cabe aos que estamos comprometidos com as causas mais elementares da justiça transformar a derrota em vitória, o retrocesso em avanço, a tragédia em marco histórico, em ponto de mutação que irradia a energia para um recomeço.

Com esse espírito, tentei escutar sob cada um dos 21 estampidos a voz de Patrícia, a voz da mulher de fibra que não emudecerá, e as lições que talvez sejam o seu legado, porque podem ser deduzidas de sua linha de conduta.

(Lição 1) Para construir um país é preciso olhar para a frente e acreditar, confiar, não perder a esperança. Essa tese me foi suscitada pela juventude de Patrícia, uma heroína precoce. Tudo em sua biografia remete ao futuro: ela era movida pela confiança, que se alimentava antes na esperança do que no diagnóstico realista do presente. A juíza Patrícia demonstrou até o fim plena confiança na possibilidade de construção de uma ordem social justa, que lhe permitisse transitar sozinha, dirigindo seu próprio automóvel, em segurança. Ela vivia esse futuro desejado para antecipá-lo, tornando-o real em suas ações e, assim, ajudando a construí-lo como uma profecia virtuosa que se autocumpre.

(Lição 2) Olhar para a frente não pode ser apenas um ato de vontade sem lastro no passado, sem base de sustentação que atribua consistência aos compromissos com o futuro, aos passos em direção ao futuro. Isso vale para os indivíduos e as sociedades. A psicologia e a psicanálise demonstraram que não é saudável negar o passado mesmo que as intenções sejam evitar o sofrimento e construir um futuro positivo. Para que um trauma seja superado, é preciso fazer o luto. Caso contrário, a realidade negada e o sofrimento recalcado retornam sob formas patológicas e desestruturantes. Para construir o futuro, é necessário olhar o passado nos olhos, ainda que o preço a pagar seja doloroso. A juíza Patrícia Acioli, mesmo sendo conhecida pela compaixão, sabia ser rigorosa na cobrança de responsabilidades. Ou seja, ela nos ensinou a olhar para trás. Nunca se negou a examinar o passado e fazer o balanço das feridas.

(Lição 3) Encarando o passado, a juíza Patrícia Acioli sempre julgou com equilíbrio, sem impulsos vingativos, mas nunca renunciou ao rigor quando julgava, apontando responsabilidades. Ela nos mostrou que rigor e compaixão podem conviver, assim como a admissão da verdade com a vontade de restaurar laços e cooperar.

(Lição 4) As teses anteriores funcionam como premissas para uma primeira conclusão, de consequências importantes para a política brasileira: sem o momento de verdade, não pode haver reconciliação efetiva, produtiva, saudável. Como também nos ensinaram o ex-presidente Nelson Mandela e o Rev. Desmond Tutu: verdade e reconciliação são as pedras de toque de uma transição democrática completa e consistente. Faltando uma delas, o edifício desmorona.

(Lição 5) Patrícia Acioli era de uma geração que chegou à vida adulta, ingressou no mundo profissional quando a Constituição de 1988 estava sendo elaborada e promulgada. Enquanto operadora do Direito, defensora pública e depois juíza criminal, era filha da Constituição. Beneficiou-se das conquistas democráticas, às quais sempre foi fiel em sua prática institucional. Sua vida como juíza não pode ser contemplada senão nos marcos dessa moldura. O Estado democrático de

direito não representou, portanto, uma circunstância ou uma escolha eventual, passível de substituição e adaptações. Nada disso. O Estado democrático de direito foi a segunda natureza de sua história profissional, a essência de seu compromisso com a carreira jurídica, o fundamento e o horizonte normativo e valorativo de seu engajamento. Mais uma lição: a democracia não é uma acomodação oportunista provisória ou um movimento tático, mas um engajamento estratégico, permanente, existencial e profissional, ético e político.

(Lição 6) – A insatisfação contínua de Patrícia com a realidade com que se defrontava refletia sua visão prática e seu relacionamento com o Estado democrático de direito. A democracia não é uma panaceia, nem uma realidade estática, mas um processo sempre aberto e que demarca os limites em que os conflitos devem ser vividos, para que conduzam a superações sucessivas das deficiências porventura identificadas na realização dos valores constitucionais, e não ao sacrifício das conquistas e de suas condições de possibilidade.

(Lição 7) – Deduzimos outro ensinamento implícito da juíza Patrícia Acioli, ao contrastarmos sua valorização das leis e da institucionalidade jurídica – amplamente expressa em seu desempenho – com sua vigorosa insatisfação, manifestada na luta incansável e corajosa contra a brutalidade de alguns policiais, contra a violência do Estado, e também traduzida em sua dedicação às causas dos mais pobres, daqueles que são mais vulneráveis a injustiças: a desigualdade no acesso à Justiça é uma das mais infames manifestações da desigualdade, em nossa sociedade. Combatê-la é dever de todo democrata.

(Lição 8) – Outra lição implicada em sua sistemática recusa a resignar-se com as injustiças presentes nas práticas dos agentes estatais: a transição democrática brasileira não provocou um deslocamento entre o Estado e a sociedade, por fazer o primeiro mudar em um ritmo que a sociedade não acompanhou. Ao contrário, o processo deu-se de um modo tal que estratos internos ao Estado não acompanharam o ritmo e a direção que marcaram as mudanças de outros estratos seus e da sociedade.

(Lição 9) – Devemos ouvir a voz emudecida da juíza Patrícia e extrair a lição subjacente a seu esforço generoso e destemido de reprimir e condenar a brutalidade de setores das polícias, as execuções extra-judiciais, rasgando as máscaras dos "autos de resistência", e devemos atentar para a mensagem que ela nos envia por meio de seu combate a máfias e milícias, nas quais agentes públicos se envolvem em atividades corruptas, lesivas ao interesse público e violentas. Ela parece nos dizer: há algo de podre no reino da democracia brasileira; há cadáveres no armário e crimes ocultos, e uma corrente venenosa debaixo das construções maravilhosas de que nos orgulhamos – e com razão o fazemos, porque elas são de fato maravilhosas. O que, entretanto, não as impede de abrigar o avesso da ordem que elas edificaram e que, honradamente, simbolizam.

Não se trata de armação ardilosa, voluntária, golpista. Não se trata de um jogo consciente e perverso. As duas coisas são inteiramente verdadeiras, e esta contradição é o dilema que nos desafia: a transição política nos proporcionou o estado democrático de direito, mas, por algum motivo que resta investigar, nos legou também, sub-repticiamente, seu antídoto, sua negação, uma dinâmica contagiosa que se alastra ante nossos olhos, mas sem que a identifiquemos, sem que a compreendamos, sem que reconheçamos sua gravidade, sem que tomemos atitudes compatíveis com o risco que ela representa para a saúde da democracia.

Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Lindbergh, são 21 horas e 43 minutos. Eu fico a imaginar, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu fico a imaginar essa magistrada, que não conheci, mas ela representa milhões de brasileiros que querem servir ao Estado. Eu fico imaginando essa magistrada estudando cinco anos de faculdade, cinco anos, com o sonho, tendo por objetivo passar num concurso. Termina a faculdade, com certeza deve ter sido excelente aluna – eu li alguma coisa sobre isso. Eu fico imaginando essa magistrada estudando para concurso, como milhões de brasileiros fazem, perdendo finais de semana, tudo, no sentido de servir à Pátria. Pátria significa terra que amamos. Ela poderia trilhar outro caminho, mas ela quis servir à Pátria, porque um juiz, no instante em que ele decide, ele está decidindo em nome do Estado. Por isso, nos mandados, está escrito assim: o Estado-juiz. Fico imaginando essa magistrada prestando esse concurso, primeira fase, segunda, terceira fase. A prova oral. Fico imaginando essa magistrada, como milhões de brasileiros, milhares que prestam concurso para a magistratura, aguardando ansiosa o resultado para servir à Pátria. Ela passa em um concurso, toma posse, vai para uma comarca, a de pequena repercussão, e começa a servir à Pátria. Essa magistrada, ao que consta, eu não a conhecia, mas li isso pela imprensa, sempre destemida, exercia a sua atribuição constitucional. E ela, magistrada, segundo consta, buscava aquelas varas da Justiça estadual do Rio de Janeiro, que tinham aqueles processos mais dificultosos, com maior poder de gravidade. Você julgar policiais corruptos, policiais violentos, policiais que praticam crimes contra a integridade do cidadão

é uma tarefa árdua. Fico imaginando essa magistrada decidindo, para defender a sociedade, enquanto seus filhos estavam voltando da escola, a preocupação dessa magistrada com seus filhos. E fico imaginando essa magistrada voltando para a sua casa às 21h45min. Essa magistrada com medo, com receio de ser morta. Fico imaginando os filhos dessa magistrada sem a possibilidade de ter uma vida normal. Fico imaginando o dia em que essa magistrada recebeu vinte e um tiros, aquele dia, aquela madrugada, 11 de agosto. Dia da criação dos cursos jurídicos no Brasil, dia a partir do qual passamos a ter duas faculdades de direito no Brasil, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e a Faculdade de Direito de Recife, em Pernambuco. Aí fico imaginando, Sr. Senador que aqui orgulha o Estado do Rio de Janeiro, o que a família dessa magistrada está a pensar, na omissão do Estado em dar segurança em quem queria e sempre serviu ao Estado. No momento em que um magistrado, um servidor público, seja federal, estadual ou municipal, no momento em que é atingido por um disparo, no momento em que é violado na sua integridade física, Sr. Presidente, é o próprio Estado que está a perecer. Essa magistrada representa os servidores públicos do Brasil, que são maltratados de várias maneiras. No dia, no final do mês de abril – e já encerro, Sr. Presidente – houve aqui no Senado da República uma audiência pública promovida pelo Senador Paulo Paim, em que nós discutimos ali ameaças a magistrados, membros do Ministério Público, fiscais do Trabalho, auditores da Receita Federal. Fiscais do Trabalho eu poderia citar três que foram mortos em Unaí, aqui em Minas Gerais; poderia citar o auditor da Receita Federal que foi morto no Estado de Roraima, em Boa Vista, o Auditor Nestor. Poderia citar de cabeça aqui 21 magistrados, o número de disparos que esta magistrada sofreu, que estão a perecer em razão das ameaças. Dr. Julier Sebastião da Silva, em Mato Grosso; Dr. Pedro Francisco, que presidiu o júri do ex-Deputado Federal Hildebrando Pascoal. Eu poderia citar outros magistrados e membros do MP. Só quem já passou por ameaça em razão do exercício da sua função sabe a dificuldade que essa magistrada passou. Em razão dessa audiência, no início do mês de maio apresentamos aqui, no Senado da República, o Projeto de Lei 276, que cria um tipo penal de quadrilha ou bando para aquele que viola o serviço público e comete crimes contra magistrados, membros do MP, auditores da Receita, oficiais de Justiça, policiais que estão a investigar a prática de crimes. Esse projeto será relatado pelo Senador Demóstenes na data de amanhã na CCJ. Isso resolve o problema? Não resolve o problema, mas é o início da defesa do servidor público. Um cidadão, quando morre, quando é vítima de homicídio, não interessa a sua função. Ele é importante. Ele é importante! Não interessa a sua função. Agora, o servidor público está a exercer a função do Estado. Por isso nós devemos, amanhã, debater esse tipo de crime. Senador representante do Estado do Rio de Janeiro, Senador Lindbergh, que os brasileiros todos conhecem em razão de sua atuação histórica, V. Exª está fazendo um discurso também histórico na defesa de uma cidadã de bem. Parabéns pela sua fala.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques, parabéns a V. Exª, que vai colocar um projeto de sua autoria que fala sobre esse tema, amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça. Sabe V. Exª que tenho a honra de ter trabalhando em meu gabinete o Professor Luiz Eduardo Soares, que foi Secretário Nacional de Segurança Pública, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro. Esse texto, com essas reflexões, foi feito pelo Luiz Eduardo Soares, que, volto a dizer, tenho um grande orgulho de tê-lo trabalhando em meu gabinete. Mas o Professor Luiz Eduardo fez esse texto tão emocionado e tão profundo que, quando a minha equipe me mostrou, eu também senti a força desse texto. Escolhi este momento para falar porque é o momento em que a gente tem mais calma. Esse texto traz uma reflexão tão aprofundada e tão emocionada também do exemplo de uma pessoa, de uma brasileira que deixa grandes lições para a gente e que remete a tudo que nos levou ao início, a nos fazer entrar na nossa militância política desde garoto.

Então, eu fiz questão de falar do Luiz Eduardo Soares, porque foi ele que costurou e a parte de poesia é toda dele. Ele é uma pessoa de quem tenho muito orgulho de ser companheiro de trabalho, pela sua sensibilidade, ao mesmo tempo profundidade e sensibilidade. De forma que eu volto aqui, Senador Flexa Ribeiro, a essa 10ª lição.

(Lição 10) A juíza Patrícia Acioli, por intermédio de sua obstinação civilizatória, levantou o véu e nos revelou o que resistimos a admitir: o antídoto, o veneno, a negação, o avesso do estado democrático de direito é a violência perpetrada por estratos do próprio aparelho de Estado contra a cidadania, contra a Constituição.

(Lição 11) Nenhum país moderno, das dimensões e da complexidade do Brasil, está imune à violência policial, muito menos à infestação por máfias e outras formas de crime organizado. Por que, então, estabelecer conexões entre episódios criminosos e as condições em que se realizou a transição democrática brasileira? Primeiro: fenômenos semelhantes podem ter causas distintas sem cujo conhecimento as terapias não funcionam. Ou seja, terapias análogas nem sempre obtêm o mesmo resultado, mesmo que os alvos sejam similares. Segundo: não basta que os fenômenos

sejam semelhantes; é preciso examinar a escala em que ocorrem, porque a quantidade altera a qualidade e pode refletir condições bastante diferentes. A vida e a morte de Patrícia nos ensinam: anos de trabalho dedicados a casos que continuaram se acumulando, sem nenhuma atitude definitiva do Estado e da sociedade. Houve 8.708 autos de resistência entre 2003 e 2010, inclusive no Estado do Rio de Janeiro. Portanto, 8.708 pessoas foram mortas pelas polícias. Não se sabe quantas foram sumariamente executadas, mas os pesquisadores suspeitam que a maioria. Por fim, 21 tiros no tórax e na face da juíza: a assinatura corriqueira de milícias e grupos de extermínio, vangloriando-se da impunidade. Um estrato do Estado contra outro.

A legalidade constitucional encarnada na toga, vestida por uma mulher notável, entra em confronto com a arrogância armada da brutalidade desmedida. Os números do Rio e do Brasil situam a problemática da violência policial em patamar absolutamente excepcional.

Quero saudar o Senador Randolfe, mas mais do que o Senador Randolfe, o grande companheiro deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo.

A singularidade do caso brasileiro remete a uma pluralidade de causas, entre elas a forma pela qual transitamos, no Brasil, da ditadura para a democracia. Destaco esse ponto porque ele costuma ser negligenciado.

(Lição 12) Há outro aspecto importante que distingue a situação do nosso País, face à violência policial verificada e face à incidência do crime organizado (isto é, aquele crime do qual participam agentes públicos, pois é essa a definição técnica de crime organizado) em outras partes do mundo. De novo, quem nos esclarece sobre essa questão é a *performance* pública da juíza Patrícia. A insistência com que ela, em suas sentenças e suas atitudes, conclamava as autoridades a assumirem suas responsabilidades diante do descalabro, diante do descontrole das polícias, foi eloqüente: o que diferencia o caso nacional é a indiferença do Poder Público à traição de que é vítima, quando seus agentes cometem crimes contra a cidadania, em particular, quando aqueles aos quais se incumbe defender a vida, os direitos e a segurança pública fazem o contrário, invertendo seu dever e seu mandato constitucional.

(Lição 13) Consideremos um exemplo recente para que não pareça que estou divagando. Sigo uma inspiração da juíza, cuja prática foi a contraprova da tendência predominante. Sua postura, pela excepcionalidade, confirma a regra. Em Nova Iguaçu, no dia 20 de junho deste ano, uma criança foi morta por policiais. Seu nome era Juan Moraes e seus pais tiveram de ingressar no programa de proteção às testemunhas, porque denunciaram os assassinos de seu filho. Por justiça e pela verdade, arriscaram a vida e sacrificaram a vida que levavam. No dia 6 de julho, uma autoridade da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro declarou à mídia que, a partir daquele momento, as mortes de civis em supostos confrontos com policiais passariam a se investigadas, inclusive com participação da perícia. Todos os cidadãos sensatos ficaram perplexos. A polícia informava que passaria a cumprir seu dever. Em outras palavras: a polícia confessava que não cumpria seu dever.

Mencionei o caso trágico de Juan, mas não estamos falando de um episódio. Repito o número escandaloso: foram 8.708 mortes, [Senador Randolfe, em oito anos], somente no Estado do Rio de Janeiro. A tese demonstrada é a seguinte: a indiferença não é uma inclinação eventual de uma ou outra autoridade. Pelo contrário, a indiferença constitui um padrão e corresponde, portanto, a uma política institucional. Ainda que ela se reproduza por força da inércia de culturas corporativas, a continuidade não seria possível se não houvesse ampla omissão e cumplicidade de distintos estratos.

(Lição 14) Patrícia Acioli nos conduz a duas grandes interrogações: qual a raiz histórica dessa assombrosa realidade, em que vemos estratos do Estado inteiramente descolados do discurso oficial, da norma legal, do compromisso constitucionalmente atribuído às instituições responsáveis? A persistência de Patrícia, que resistia, chocando-se contra a insistência de setores das instituições policiais em preservar padrões comportamentais, cognitivos e valorativos herdados do passado autoritário, gera um atrito, cuja incandescência acende a luz da razão e suscita uma tese: essa herança cultural passou incólume pelas mudanças promovidas pela transição democrática.

Certamente, a cultura profissional de que falamos (com seus componentes cognitivos, simbólicos, identitários, emocionais, valorativos, comportamentais) não nasceu na ditadura, mas deve a ela sua qualificação, no sentido negativo da palavra. O regime oriundo do Golpe de 64 absorveu acriticamente e modernizou o pior de nossas tradições autoritárias, racistas e violentas, que jamais haviam sido, na esfera policial, confrontadas diretamente, mesmo na democracia de 1945. Como chama a atenção a professora Sandra Helena de Sousa, a transição democrática que culminou com a promulgação da Carta de 1988 tampouco passou a limpo esse anacronismo, o que acabou por retificá-lo e convertê-lo em perverso atavismo institucional.

(Lição 15) A segunda interrogação deixa as raízes de lado e nos devolve aos dias de hoje: por que essa realidade assombrosa, mesmo tendo atravessado praticamente incólume o período das reformas institu-

cionais, nos anos 1980, persiste, atualmente, em um Brasil tão profundamente diferente?

A história profissional da juíza Patrícia Acioli, mais uma vez, pelo efeito do contraste, ilumina a resposta: aspectos importantes da antiga cultura policial e alguns procedimentos arcaicos perduram porque são parcialmente compatíveis com determinadas expectativas e com certos valores da sociedade e razoavelmente funcionais. Observe-se que a funcionalidade não é completa pois restam contradições, sobram resíduos, produzem externalidades, problemas e disfuncionalidades. Ou seja, geram-se efeitos negativos para todos, inclusive para os segmentos sociais referidos e para o exercício do poder do Estado.

(Lição 16) A tese que acabo de expor recoloca uma questão que já havia sido tratada, permitindo uma correção que enriquece e precisa a afirmação anterior: não só os estratos internos ao Estado se descolaram e não acompanharam o ritmo e a direção que marcaram as mudanças de outros estratos seus e da sociedade. O mesmo é válido para certos estratos sociais, no plano da cultura política e dos valores cívicos.

(Lição 17) As duas respostas (a raiz história e a funcionalidade parcial) se complementam e, superpostas, conduzem a mais uma tese: a transição política brasileira, ao excluir qualquer procedimento que valorizasse a restauração da verdade relativamente aos crimes do Estado, fundou o pacto de reconstrução unilateralmente na reconciliação, submetendo a memória dos fatos dolorosos ao regime da negação.

A pura e simples negação equivale ao recalque e enseja a continuidade destrutiva da experiência traumática, o que vale para vítimas e algozes. O regime da negação afetou a cultura cívica, produziu efeitos sobre a cultura política e se estendeu para o conjunto do aparato repressivo da ditadura, alcançando, portanto, a problemática das polícias e das respectivas culturas institucionais.

(Lição 18) Não desconstituir moralmente os crimes do passado em um ritual de passagem, política e simbolicamente poderoso, implicou também não questionar com radicalidade moral os procedimentos policiais padrão.

Tudo se agrava quando se tem presente que tais procedimentos, consagrados e modernizados pela ditadura de 1964, a antecederam – ou seja, estão profundamente arraigados.

(Lição 19) Desse conjunto de reflexões, suscitadas pela trajetória exemplar da Juíza Patrícia Acioli, surgem duas recomendações. A primeira: a comissão da verdade que a Presidenta Dilma, em entrevista [agora no final de semana, uma belíssima entrevista] à ultima edição da revista *Carta Capital*, reiterou estar determinada a constituir, essa comissão deverá desempenhar não só um papel decisivo no que diz respeito ao restabelecimento da história real do Brasil, como também um papel estratégico para nosso futuro. A comissão da verdade poderá assumir o compromisso de inundar o Estado, em todos os seus estratos, em todas as suas instituições, com o espírito e a convicção de que "nunca mais" nosso País vai tolerar o intolerável, resignar-se a conviver com o inaceitável. Nunca mais! Nunca mais a barbárie. Foi esse o brado que ecoou na voz de Patrícia, em cada um de seus atos: "nunca mais." Torturas, execuções extrajudiciais, grupos de extermínio, crimes perpetrados por agentes do Estado sob a cobertura da pusilanimidade: "nunca mais." Esse nunca mais convertido em valor deve se transformar em modelo de orientação de comportamentos. E deve infiltrar-se nos estratos sociais que resistem aos valores democráticos, legalistas e humanistas.

(Lição 20) A segunda recomendação se refere aos mecanismos de controle da atividade policial. Parte substancial da insegurança pública é provocada por agentes do Estado. Sendo assim, sem prejuízo da necessidade de prevenirmos e reduzirmos a enorme violência praticada pela sociedade, impõe-se uma ação urgente e concertada das mais diferentes agências do Estado nacional, em suas diversas instâncias, para submeter a violência de seus agentes ao controle constitucional e democrático.

(Lição 21) A última lição, a lição 21. Foram 21 tiros. Se os policiais brasileiros são desvalorizados, profissionalmente, se recebem salários indignos e formação inadequada, se trabalham em condições precárias e arriscadas, se atuam em estruturas organizacionais que inibem em vez de potencializar suas capacidades, temos de lhes oferecer alternativas e perspectivas de mudança. Pessoalmente, estou investindo nesse caminho. Entretanto, nada justifica que adiemos o confronto com essa questão dolorosa: precisamos aprimorar as instituições encarregadas da distribuição da justiça, em especial a polícia. É preciso olhar menos para os desvios de conduta individuais e mais para os padrões institucionalizados e as responsabilidades superiores nas instituições e no governo.

Assim como o calvário de Maria da Penha estimulou a luta das mulheres contra a violência, espero que o sacrifício de Patrícia Acioli nos inspire e nos mobilize. É o mínimo que lhe devemos para honrar a sua memória.

Muito obrigado.

Agradeço ao Senador Pedro Taques e ao Senador Flexa Ribeiro pela tolerância em relação ao tema.

Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. Flexa Ribeiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Parabéns, Senador Lindbergh, pela sua fala. Nós sabemos que a consequência da morte dessa magistrada decorre de uma causa que ainda não resolvemos, que é paz sem justiça. Nós precisamos de paz, mas também precisamos de justiça. Essa justiça de transição será trazida pela Comissão da Verdade, como bem V. Exª disse. Temos de respeitar o aparelho policial, mas precisamos repensar o aparelho policial. Parabéns.

Falará agora o Senador Flexa Ribeiro. V. Exª terá o tempo regimental.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Taques; Senador Lindbergh, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu quero prestar minha solidariedade à família da Juíza Patrícia Acioli, barbaramente assassinada no último dia 11, no Rio de Janeiro. Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e quero parabenizar o aparte do Senador Pedro Taques, que fizeram ver toda a sociedade brasileira que é preciso, sim, que essas pessoas que dedicam suas vidas a fazer justiça, a trazer justiça tenham, pelo menos, aquilo que é o mínimo: segurança do Estado para o exercício da sua profissão.

O que vimos no Rio de Janeiro, lamentavelmente, foi que a segurança – pelo que eu li, Senador Pedro Taques –, que há tempos lhe foi dada, também lhe foi tirada. E isso acabou nesse bárbaro crime.

Quero prestar minha solidariedade à família enlutada, aos Magistrados do Rio de Janeiro, para que eles não percam a coragem de enfrentar o crime organizado, porque tenho certeza absoluta de que o bem vencerá o mal. É preciso que haja brasileiros e brasileiras como a juíza Patrícia Acioli. E como aqui foi muito bem colocado por V. Exª, no seu pronunciamento, é lamentável que tenhamos que estar debatendo um assunto tão pesado e tão grave como esse, da tribuna do Senado Federal.

Venho hoje, Senador Pedro Taques, que preside a sessão, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, já no adiantado da hora, 22h09, mas a TV Senado e a Rádio Senado têm um papel fundamental na divulgação do trabalho parlamentar. Tenho certeza absoluta de que, no meu Estado, nos locais mais longínquos, temos paraenses nos assistindo e nos ouvindo com o intuito de acompanharem exatamente a defesa dos interesses do nosso Estado.

Ainda há pouco, na minha bancada, acionando o *Twitter*, estava trocando mensagens com amigos que estão lá, que estavam e estão nos aguardando para ouvir o nosso pronunciamento. E o faço hoje com uma alegria muito grande.

Hoje a Presidenta Dilma, numa cerimônia no Palácio do Planalto, autorizou a instalação de mais quatro universidades no nosso País, dentre elas, mais uma universidade federal no meu Estado do Pará. Senador Pedro Taques, é a quarta universidade federal no Estado do Pará. Nós temos a Universidade Federal do Pará, a mais antiga, já com 50 anos de instalada; temos a UFRA, que é da área de agronomia, instalada há três anos; tivemos, em 2010, ano passado, a instalação da Universidade Federal do Oeste do Pará, e temos hoje, autorizada pela Presidenta, a instalação, por desmembramento da UFPA, de mais uma Universidade Federal do sul e sudeste do Pará, com sede em Marabá, no meu Estado.

E venho, com alegria, fazer este registro de um fato bastante, eu diria, importante na minha atuação parlamentar. Logo que cheguei aqui, nos idos de 2005, apresentei dois projetos, criando exatamente duas novas universidades federais no meu Estado: uma para o oeste do Estado, outra para o sul e sudeste do Estado. E me empenhei como Parlamentar para que houvesse a aprovação desses dois projetos, pela importância que essas instituições teriam no desenvolvimento dessas regiões no meu Estado, levando ciência, tecnologia, inovação, conhecimento, que, sem sombra de dúvida, é a base do desenvolvimento humano e também econômico de qualquer região.

Lá atrás, nós tivemos o andamento dos dois projetos. Eu lembro que, em onze meses, já em 2007, nós tivemos os projetos aprovados aqui, no Senado Federal, e encaminhados à Câmara Federal. No caso específico da universidade do sul e sudeste do Pará, ele foi apresentado em 11 de julho de 2006, levou o número PLS nº 215/06 e, como eu disse, foi aprovado em junho de 2007.

Na Câmara Federal, Senador Pedro Taques, existe uma recomendação aos Relatores, Recomendação nº 1, de 2001, uma súmula da Câmara Federal, de que esses projetos de criação de instituições passem a ter caráter autorizativo. Não é que eles não sejam aprovados, eles são aprovados, mas, como eles criam despesas para o Executivo, a Câmara, então, encaminha ao Executivo uma apreciação dos projetos com caráter autorizativo, para que os projetos de lei sejam enviados pelo Executivo ao Congresso, criando essas instituições. E assim aconteceu com os dois projetos.

Em 2008, o então Presidente Lula encaminhou ao Congresso, em 25 de fevereiro de 2008, o PL nº 2.879, de 2008, que efetivava a criação da Ufopa. Naquela altura, eu vim à tribuna e disse à então Governadora do Estado, a Governadora Ana Júlia Carepa, que ela, sendo do Partido do Presidente Lula, poderia ter solicitado... Ele criou, naquela altura, catorze universidades novas e poderia ter dado ao Pará as duas universidades e não só uma. A então Governadora, que não quis se empenhar na criação das duas, optou pela Universidade Federal do Pará e não pelas duas, deixando a do sul e sudeste sem obter a autorização de instalação.

Nós encaminhamos aqui, no Senado, o projeto da Ufopa, que ficou na Câmara Federal, na gaveta do Deputado Pedro Eugênio, do PT de Pernambuco, durante nove meses. Por nove meses, o projeto ficou engavetado, e não houve, por parte da governadora, pelo menos uma ligação para ele dizendo: "Olha, meu companheiro de partido, libere o projeto da Ufopa". Perdemos um ano. Nós poderíamos ter instalado a universidade em 2009, mas só o fizemos em 2010. Perdemos mais um ano da Ufopa.

Quando o projeto da Universidade Federal do Oeste do Pará voltou para o Senado, em 22 dias nós o aprovamos aqui, o que propiciou, no dia 5 de novembro de 2010, ao Vice-Presidente, querido e saudoso amigo José Alencar, sancionar a proposta, quando efetivamente foi criada a Universidade Federal do Oeste do Pará.

Nós estamos no mesmo processo agora. Quero aqui agradecer à Presidenta Dilma pela inclusão desse pedido nosso, lá de 2006, dando ao sul e ao sudeste do Pará um instrumento de desenvolvimento, que será a nova universidade federal do sul e sudeste do meu Estado.

Espero que, tão logo o projeto do Governo seja encaminhado à Câmara Federal, não haja nenhum retardamento na sua aprovação e tenho certeza absoluta de que, chegando ao Senado, nós teremos o mesmo empenho de, num curto prazo de tempo, também aprová-lo para que ele seja sancionado ainda neste ano de 2011.

Esse é um compromisso que eu quero assumir com os meus amigos do sul e sudeste do meu Estado, o Estado do Pará. Se depender do Senador Flexa Ribeiro e, tenho certeza, de todos os Parlamentares da nossa bancada – temos que estar atentos na Câmara Federal para a tramitação do projeto –, nós teremos, ainda este ano, sancionada a universidade do sul e sudeste do meu Estado.

Fiz esse resgate, Senador Pedro Taques, por uma razão muito simples. Dizem que quando o filho é bonito tem muitos pais, tem pai de todo tipo. Lá no meu Estado todo mundo foi pai da Universidade Federal do Oeste do Pará tão logo ela foi sancionada e instalada e agora de novo com a universidade do sul e sudeste do meu Estado. Tive a informação de que na cerimônia da Presidenta Dilma, a quem quero agradecer inclusive o convite para que eu estivesse lá presente – e não fui por uma razão de foro íntimo... Não estive lá, mas a ex-Governadora estava. Hoje o Deputado Federal Cláudio Puty, àquela altura chefe do gabinete civil, também se dizendo pai, já agora, da universidade do sul e sudeste do Pará.

Os Anais do Congresso Nacional não deixam dúvidas com relação a isso. Aqueles que se dizem autores terão que ter o registro nos Anais do projeto por eles apresentado.

A ex-Governadora Ana Júlia foi colega nossa aqui no Senado, passou conosco quatro anos, poderia ter feito o projeto. Não o fez. Como Governadora poderia ter lutado pela implantação das duas. Não o fez. Agora nós temos – ao final e pela vontade da Presidenta – autorizada a apresentação do projeto para a criação do sul e sudeste.

Ainda este ano – e é importante que o povo do Pará saiba –, lá no dia 22 de março, estivemos numa reunião no MEC com o Reitor da Universidade Federal do Pará, Carlos Maneschy, e fomos recebidos pelo Secretário da Educação Superior do Ministério da Educação, Dr. Luiz Cláudio Costa. O que nós fomos fazer lá com outros Parlamentares da bancada? Três ou quatro estiveram lá conosco. Fomos assistir à entrega pelo Reitor Maneschy do projeto de criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, por desmembramento da Universidade Federal do Pará. O Dr. Luiz Carlos Costa, naquela altura, classificou o projeto de criação da Universidade do Sul e Sudeste do Pará como de alta relevância social e de excelente qualificação técnica. Esse ato, no dia 22 de março, culmina hoje, dia 16 de agosto, com a autorização, por parte do Governo Federal, do projeto para a criação da Universidade do Sul e Sudeste do Pará.

Quero aqui parabenizar todos os amigos da região do Pará. Esse projeto beneficiará mais de trinta Municípios que fazem parte dessa mesorregião do meu Estado.

Quero agradecer a todos os meus colegas de bancada que, junto comigo, lutaram para que pudéssemos aqui ter hoje essa autorização do Executivo para essa instalação.

Vamos continuar a luta, ela não termina. Até hoje, a Universidade Federal do Oeste do Pará está sendo implantada, e de forma até acelerada. Tivemos algumas

dificuldades, no ano passado, quanto a recursos, mas isso, com a bancada atuando junto ao Governo Federal e ao MEC, foi solucionado e a universidade está caminhando como caminhará, com certeza absoluta, a Universidade do Sul e Sudeste do Pará.

O Governador Simão Jatene estará, esta semana, em Marabá, com o governo itinerante. Como no oeste, levará sua sede para Marabá. Lá ele deve ter lançado ou lançará a instalação de uma faculdade de medicina, em Marabá, como fez em Santarém. Em seu primeiro governo, ele instalou a Faculdade de Medicina, que estará, proximamente, formando a primeira turma. Ele fará o anúncio da instalação de uma faculdade de Medicina em Marabá, que estará ligada à Universidade Estadual do Pará, mais um instrumento de desenvolvimento para aquela região.

Ao finalizar, quero também registrar que, além da Universidade do Sul e Sudeste do Pará, a Presidenta Dilma autorizou a instalação de institutos federais, institutos tecnológicos. Serão agraciados cinco Municípios no meu Estado: Ananindeua, Parauapebas, Paragominas, Óbidos e Cametá. São cinco Municípios que terão novos centros tecnológicos, institutos tecnológicos, que formarão mão de obra para o desenvolvimento do nosso Estado.

Também foi anunciada a construção de uma escola de educação profissional, que será um campus do Instituto Federal do Pará, em Marabá.

Todos esses anúncios terão que ser recebidos com muita festa no meu Estado, porque, realmente, é pela educação é que nós vamos conseguir formar a geração futura e vamos ter condições de desenvolver com maior velocidade, por inteiro, o Estado do Pará.

Eu quero, ao finalizar, agradecer, Senador Pedro Taques, V. Exª que tinha um compromisso externo aqui no Senado, mas que atendeu à solicitação para que eu pudesse fazer ao final, 22 horas e 25 minutos, esse pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Flexa Ribeiro, não existe compromisso maior do que cumprir a Constituição. Parabéns pela sua fala.

Em Mato Grosso, existe um ditado que diz o seguinte: depois da onça morta, muitos querem tirar fotografia. Foi o que ocorreu com V. Exª nesse caso na faculdade. V. Exª revela que é um Senador atento, e a questão da educação se apresenta como prioridade para o seu mandato. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, DE 2011

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer a obrigatoriedade de apresentação de atestado de acuidade visual para a efetivação de matrícula no ensino fundamental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

"Art. 32. .....

.....

§ 6º É obrigatória a apresentação de atestado de acuidade visual para a efetivação de matrícula no ensino fundamental." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no ano letivo subsequente ao de sua publicação.

Justificação

Os problemas de acuidade visual constituem condições de elevada prevalência na nossa população escolar.

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, esses problemas atingem cerca de 5% dos pré-escolares brasileiros, razão pela qual a realização de exames de triagem de problemas de acuidade visual é recomendada pelas Diretrizes Básicas em Saúde Escolar, da Sociedade Brasileira de Pediatria e da Associação Brasileira de Saúde Escolar.

O ingresso nessa etapa da educação formal – o ensino fundamental – é o momento adequado para a detecção e a correção oportunas de problemas dessa natureza, com reflexos positivos não só sobre o rendimento escolar como também sobre outros aspectos da vida das crianças afetadas.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio dos ilustres Parlamentares na aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Vide Adin 3324-7, de 2005
vide Decreto nº 3.860, de 2011
Vide Lei nº 12.061, de 2009

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Do Ensino Fundamental

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:~~

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Paulo Renato Souza.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 23-12-1996

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 484, DE 2011

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre os crimes de calúnia, difamação e injúria praticados na rede mundial de computadores – INTERNET.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Altere-se o **caput** do art. 138, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que passará a ter a seguinte redação:

"Calúnia

Art. 138. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime, inclusive por meio das redes sociais presentes na rede mundial de computadores – INTERNET:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

....." (NR)

Art. 2º Altere-se o **caput** do art. 139, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que passará a ter a seguinte redação:

"Difamação

Art. 139. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação, inclusive por meio das redes sociais presentes na rede mundial de computadores – INTERNET:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

....." (NR)

Art. 3º Altere-se o **caput** do art. 140, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que passará a ter a seguinte redação:

"Injúria

Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, inclusive por meio das redes sociais presentes na rede mundial de computadores – INTERNET :

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.

....." (NR)

Justificação

Tornou-se fato corriqueiro fazer uso das redes sociais presentes na INTERNET para ofender a honra alheia.

A cada dia, multiplicam-se os processos na justiça de pessoas que foram caluniadas, difamadas e injuriadas, em comunidades do **Orkut, Facebook**, entre outras redes sociais.

Isso ocorre, em parte, pela facilidade e pela falta de restrições impostas as redes sociais, além também, da alta popularidade que as mesmas adquiriram ao longo dos anos.

Geralmente, nesses casos, há pedidos da justiça para remoção dessas comunidades. Contudo, a questão vai além da simples remoção exigindo do Estado a tutela da honra das pessoas vítimas dessa ação.

Com o objetivo de adaptar a nossa legislação penal a esta questão tão atual, espero merecer o apoio dos ilustres senadores desta respeitada Casa legislativa

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Amorim.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

.....

CAPÍTULO V
Dos Crimes contra a Honra

Calúnia

Art. 138. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º É punível a calúnia contra os mortos.

Exceção da verdade

§ 3º Admite-se a prova da verdade, salvo:

I – se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;

II – se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº I do art. 141;

III – se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Difamação

Art. 139. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Exceção da verdade

Parágrafo único. A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

Injúria

Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I – quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II – no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena – reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997)

Disposições comuns

Art. 141. As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

I – contra o Presidente da República, ou contra chefe de governo estrangeiro;

II – contra funcionário público, em razão de suas funções;

III – na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.

IV – contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria. (Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003)

Parágrafo único. Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, aplica-se a pena em dobro.

Exclusão do crime

Art. 142. Não constituem injúria ou difamação punível:

I – a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador;

II – a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar;

III – o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício.

Parágrafo único. Nos casos dos nºs I e III, responde pela injúria ou pela difamação quem lhe dá publicidade.

Retratação

Art. 143. O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena.

Art. 144. Se, de referências, alusões ou frases, se infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julga ofendido pode pedir explicações em juízo. Aquele que

se recusa a dá-las ou, a critério do juiz, não as dá satisfatórias, responde pela ofensa.

Art. 145. Nos crimes previstos neste Capítulo somente se procede mediante queixa, salvo quando, no caso do art. 140, § 2º, da violência resulta lesão corporal.

Parágrafo único. Procede-se mediante requisição do Ministro da Justiça, no caso do inciso I do **caput** do art. 141 deste Código, e mediante representação do ofendido, no caso do inciso II do mesmo artigo, bem como no caso do § 3º do art. 140 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 12.033. de 2009)

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A Senhora Presidente da República adotou, em 12 de agosto de 2011, e publicou, no dia 15 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 542, de 2011**, que "Dispõe sobre alterações nos limites do Parque Nacional Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque Nacional da Mapinguari e dá outras providências."

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	**Suplentes**
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV)	
Renan Calheiros	Paulo Davim
Francisco Dornelles	Vital do Rêgo
Eduardo Amorim	Ana Amélia
Sérgio Petecão	Eduardo Braga
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Humberto Costa	Marcelo Crivella
Acir Gurgacz	Lindbergh Farias
Antonio Carlos Valadares	Cristovam Buarque
Inácio Arruda	Lídice da Mata
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)	
Alvaro Dias	Aloysio Nunes Ferreira
Demóstenes Torres	Jayme Campos
PTB	
Gim Argello	João Vicente Claudino
PR	
Magno Malta	Clésio Andrade
***PSOL**	
Marinor Brito	

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares	**Suplentes**
PT	
Paulo Teixeira	Henrique Fontana
Arlindo Chinaglia	Artur Bruno
PMDB	
Henrique Eduardo Alves	Almeida Lima
Teresa Surita	Antônio Andrade
Bloco (PSB/PTB/PCdoB)	
Ana Arraes	Osmar Júnior
Jovair Arantes	Givaldo Carimbão
PSDB	
Duarte Nogueira	Otavio Leite
PP	
Aguinaldo Ribeiro	José Otávio Germano
DEM	
Antonio Carlos Magalhães Neto	Pauderney Avelino
Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)	
Lincoln Portela	José Rocha
PDT	
Giovanni Queiroz	André Figueiredo
Bloco (PV/PPS)	
Sarney Filho	Rubens Bueno
***PSOL**	
Chico Alencar	Ivan Valente

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no **DO**: 15-8-2011
– Designação da Comissão: 16-8-2011(SF)
– Instalação da Comissão: 17-8-2011
– Emendas: até 21-8-2011 (6 dias após a publicação)
– Prazo na Comissão: 15-8-2011 a 28-8-2011 (14º dia)

– Remessa do processo à CD: 28-8-2011
– Prazo na CD: de 29-8-2011 a 11-9-2011 (15º ao 28º dia)
– Recebimento previsto no SF: 11-9-2011
– Prazo no SF: de 12-9-2011 a 25-9-2011 (42º dia)
– Se modificado, devolução à CD: 25-9-2011
– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 26-9-2011 a 28-9-2011 (43º ao 45º dia)
– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 29-9-2011 (46º dia)
– Prazo final no Congresso: 13-10-2011

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, na belíssima cidade histórica de Paraty, no litoral do Estado do Rio de Janeiro, acontece, desde 2003, a Festa Literária Internacional de Paraty, ou FLIP, como é mais conhecido este evento anual que já figura entre os principais festivais literários do mundo.

A edição de 2011, que aconteceu de 6 a 10 de julho, foi realizada, uma vez mais, pela Associação Casa Azul, entidade que se dedica a contribuir na solução dos problemas de infraestrutura urbana de Paraty – uma cidade que está sempre às voltas com os desafios impostos pelo pesado fluxo turístico, combinados com a necessidade de preservar o riquíssimo e delicado patrimônio histórico, natural e cultural do lugar.

Em sua nona edição, a FLIP voltou a contar com alguns dos principais nomes nacionais e internacionais da literatura, do jornalismo, do cinema, das artes plásticas, dos estudos sociais, da crítica literária, das histórias em quadrinhos – enfim, a FLIP extrapola as fronteiras rígidas da literatura e recebe, durante os cinco dias de duração da festa, representantes de todas as artes, de todo o mundo.

A conferência de abertura contou com a brilhante participação de um de nossos maiores intelectuais vivos: o professor, crítico literário e ensaísta Antonio Candido.

Aos 93 anos, Antonio Candido é um verdadeiro monumento da inteligência brasileira. Sua erudição, sua sensibilidade, seu poder de análise e sua facilidade em comunicar de forma simples os pensamentos mais sofisticados são algumas das características que o destacam em nosso meio acadêmico.

Ao lado do escritor e compositor José Miguel Wisnik, o professor Antonio Candido compartilhou com a audiência as memórias, as reflexões e os diálogos que resultaram de sua relação pessoal e literária com o escritor Oswald de Andrade, ícone do nosso modernismo e um dos principais autores da literatura brasileira.

Idealizador da antropofagia, um dos conceitos-chave da estética modernista no Brasil, Oswald de Andrade foi o principal homenageado da FLIP 2011. Sua vida e suas obras foram discutidas e celebradas em vários encontros – como, por exemplo, o que reuniu, no dia 10, Eduardo Sterzi e João César de Castro Rocha, dois estudiosos da obra de Oswald, que discutiram o papel da antropofagia na formação de nossa identidade nacional.

Também em torno da obra de Oswald de Andrade foi concebido o show de abertura, que reuniu Elza Soares, José Miguel Wisnik e Celso Sim numa apresentação concebida com base nos poemas de Mistérios gozosos, de Oswald.

Outros destaques da feira foram o escritor norte-americano James Ellroy, autor de romances policiais; o jornalista e quadrinista Joe Sacco, autor de premiados documentários em forma de quadrinhos, nos quais denuncia a opressão e as injustiças em regiões conflituosas como os Bálcãs e a Palestina; a poeta inglesa Carol Ann Duffy; o músico e ativista britânico David Byrne, defensor da bicicleta como parte fundamental da solução dos problemas urbanísticos das grandes cidades; e os escritores brasileiros Paulo Henriques Britto, Ignácio de Loyola Brandão, Contardo Calligaris e João Ubaldo Ribeiro, além de muitos outros.

Meus cumprimentos, portanto, aos organizadores e participantes da Festa Literária Internacional de Paraty de 2011, por esse belíssimo evento que confirma a FLIP como um dos mais conceituados encontros literários realizados atualmente no mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Não havendo mais oradores inscritos, 22 horas e 26 minutos, declaro encerrada a sessão, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complemen-

tar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.*

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475,de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do* caput *e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

(Pendente de:

– leitura do parecer da CCJ;

– emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

(Pendente de:

– leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;

– emissão de parecer da CRE.)

4

SUBEMENDA Nº 1-CCJ À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011

(Aprovado calendário especial de tramitação da matéria)

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Subemenda nº 1-CCJ à Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.*

Parecer sob nº 773, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

6

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 231, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: *ad hoc* Senador Paulo Paim, CDH)

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Constituição de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004
(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

11
REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

12
REQUERIMENTO Nº 918, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 918, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (licitações de serviços de publicidade e propaganda).*

13
REQUERIMENTO Nº 919, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 919, de 2011, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29, de 2007; e 40, de 2011, por regularem matérias correlatas (fim das coligações nas eleições proporcionais).*

14
REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, Ge-*

neral Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 26 minutos.)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS, ROTAS E RESPONSÁVEIS, NO PERÍODO DE 2003 E 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 226, DE 2011

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião realizada em 01 de julho de 2011, às dez horas e quinze minutos, no Plenário Ruy Araújo da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas à Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.950 – Parque Dez, Manaus/AM sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença da Senhora Senadora Marinor Brito. Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Ângela Portela e Paulo Davim. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a participação dos seguintes palestrantes: Deputada Conceição Sampaio, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas; Dr. Carlos Lélio Lauria Ferreira, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos; Desembargador Sabino Sá Silva Marques, Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; Dr. Alexandre Senra, Procurador Regional do Direito do Cidadão/PRDC, da Procuradoria da República no Estado do Amazonas; Dra. Sara Pirangy, Promotora de Justiça e Gerente da PROVITA/AM – PGJ/AM; Dr. Jorsinei Dourado do Nascimento, Procurador Chefe da Procuradoria do Trabalho e Ministério Público do Trabalho no Estado do Amazonas; Dra. Neide Alves Alvarenga, Secretária Executiva Adjunta, representando a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, Delegado Roberto de Jesus Câmara da Costa, representando a Superintendência Regional da Polícia Federal do Estado do Amazonas; Irmã Marie Henriqueta Cavalcante, Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz da CNBB Norte II; Dra. Linda Gláucia, Delegada Titular da Delegacia de Proteção a Crianças e o Adolescente, representando o Delgado Geral de Polícial Civil do Estado no Amazonas; Dra. Fabiana Salvador Reis, representando o Superintendente Regionadoda Polícia Rodoviária Federal no Estado do Amazonas; Dra. Catarina Saldanha Torres, Delegada Titular da Delegacia de Ordem Política e Social; Dra. Michelle Vitória Custódio, Diretora do Departamento Estadual de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça no Estado do Amazonas; Dra. Graça Prola, Secretária Executiva de Estado, representando a Secretaria de Assistencia Social no Estado do Amazonas e Vereadora Lúcia Antony, representando a Câmara Municipal de Manaus.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Bom dia a todos e a todas!

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo do Amazonas, declaro aberta esta audiência pública com o objetivo de investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, atendendo ao Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senado Federal.

Esta é a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Convido, neste momento, para compor a Mesa, a Exma Srª Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente da CPI. Convido a Exma Srª Senadora Marinor Brito, Relatora da CPI. Convido o Exmo Sr. Dr. Carlos Lélio Lauria Ferreira, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, representando, neste ato, o Governo do Estado do Amazonas. Convido o Exmo Sr. Deputado Washington Régis, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa Legislativa.

Composta a primeira Mesa de autoridades, quero, em nome do Presidente desta Casa, Deputado Ricardo Nicolau, primeiro, saudar todos e todas e agradecer à nossa Senadora Vanessa Grazziotin por proporcionar ao Amazonas uma discussão extremamente importante. Tratar do tráfico de pessoas é para nós o momento de um debate extremamente importante. Temos casos no Amazonas, Senadora Vanessa, e V. Exª muito bem os conhece, como o da pequena Shara Ruana, que, há quase uma década, está desaparecida, apesar de todo o empenho, que reconhecemos, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, mas não temos nenhuma informação a respeito dessa menina.

Portanto, sintam-se muito bem-vindos e bem-vindas. Para a Assembléia do Amazonas é mais um motivo, Senadora, de satisfação, de orgulho em saber que nós, como representantes do povo do Amazonas, temos a oportunidade de debater um problema tão importante, para que tenhamos, realmente, políticas

públicas que possam combater o tráfico em todo o Estado brasileiro.

Quero passar, neste momento, a Presidência desta Mesa à Senadora do Amazonas Vanessa Grazziotin.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 7ª reunião da Comissão. (*Pausa*.)

Não havendo nenhuma manifestação em contrário, então, consideramos a ata aprovada.

Conforme a pauta, hoje, estamos aqui, na cidade de Manaus, Deputada Conceição Sampaio, e só gostaria de fazer uma retificação: estamos aqui cumprindo a determinação do requerimento apresentado pela nossa Senadora Marinor Brito para que a CPI se deslocasse de Brasília e viesse a Manaus. Então, estamos, aqui, cumprindo uma deliberação, já, de reunião anterior, para a realização de audiência pública.

Acompanhando a mim, que presido, com muita dedicação, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e à nossa Senadora Marinor, que é a nossa Relatora, que se tem dedicado, apesar do volume de trabalho no Senado, de forma quase que integral ao trabalho desta Comissão, acompanham-nos também, pelo Senado da República, o Dr. José Augusto Panisset Santana, que é o Secretário da CPI, os Consultores Legislativos que aqui estão, Dr. Tiago Ivo Odon e Susane Guida de Souza Galindo, assim como os Assessores Parlamentares Verner de Miranda Pereira e Georgina Tolosa Galvão, e Marcia Anita Sprandel, que é Assessora Técnica, além dos representantes da TV Senado, que também estão registrando o conteúdo desta nossa audiência pública: Paulo Emílio Xavier, Thiago Tibúrcio, Carlos Moura e João Gil.

Então, agradecemos a todos que nos acompanham, auxiliando-nos nos trabalhos desta CPI.

Eu gostaria, com a permissão da nossa Presidente Conceição Sampaio, através de quem agradeço a disponibilidade e a colaboração da Assembléia Legislativa, que fossem transmitidos ao Presidente Ricardo Nicolau não apenas os nossos agradecimentos, mas os agradecimentos do próprio Presidente do Senado, Senador José Sarney, por essa ajuda inestimável, não apenas da cessão do local, mas do prestígio e da ajuda que nos deram, do amparo técnico para a realização desta reunião.

Convido, para compor a Mesa conosco, a Vereadora Lúcia Antony, que também preside, na Câmara Municipal, a Comissão de Mulheres.

Vereadora Lúcia Antony. (*Palmas*.)

Aí, teremos na Mesa os três Parlamentos: municipal, aqui da cidade de Manaus; estadual, com a presença honrosa da nossa Vice-Presidenta, Deputada Conceição Sampaio, e do nosso Deputado Régis; e o Senado, e também o representante, Dr. Sérgio Lauria.

Antes de passar a formar a nossa primeira Mesa, e a gente vai já explicar a metodologia, porque o nosso objetivo, aqui no Estado do Amazonas, será o mesmo objetivo em vários outros Estados a que nós iremos, antes de passar a convidar as pessoas que comporão a nossa Mesa, eu gostaria de, em breves palavras, falar um pouco acerca desta CPI.

Primeiro, a CPI foi a primeira CPI instalada, nesta Legislatura, no Senado Federal e partiu de uma propositura da Senadora Marinor Brito, que é Senadora pelo PSOL do Estado do Pará, que teve o apoio unânime – unânime, não digo nem majoritário, mas unânime – de todas as Srªs e Srs. Senadores.

O tráfico de humanos não é um assunto de grande visibilidade no Brasil. Não é.

Nós nos deparamos com esse problema quando a imprensa brasileira ou a mídia internacional mostra um fato que envolva uma ou mais pessoas que foram traficadas para ter extração de órgãos, ou para o trabalho sexual, ou para o trabalho forçado, escravo. Então, é assim que nós detectamos o problema.

É um problema que não é do Brasil. É um problema do mundo e que entrelaça todas as nações, das mais pobres, menos desenvolvidas, às mais ricas.

O Brasil vive esse problema não apenas como um País que envia pessoas, mas que recebe pessoas também, principalmente dos países vizinhos. Recebe pessoas que atuam no trabalho forçoso ou que são exploradas sexualmente, enfim.

Essa é uma preocupação internacional, tanto que aqui, conforme nós vimos, nossa CPI tem um período, em que nós vamos trabalhar numa investigação, e ela se baseia, também, na Convenção de Palermo, que é uma convenção internacional que determina que todos os países enfrentem, da melhor forma, da forma mais eficaz, esse problema.

No ano de 2005, salvo engano, o Presidente Lula determinou a elaboração de uma Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas, e isso derivou o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O primeiro passo, o primeiro período do Plano foi concluído em 2010; agora, entramos em uma segunda fase.

A Senadora Marinor, com a sensibilidade que tem, sugeriu à Comissão para que a gente possa colaborar com o País. E quando a gente fala "colaborar com o País" é colaborar com o Poder Público e colaborar com a sociedade, porque esse é um problema trabalhado pelo Governo, mas, principalmente – e a Senadora falará –, trabalhado pelas Organizações não Governamentais. Então, depois de uma série de audiências públicas que tivemos em Brasília, ouvindo técnicos – eu já citei a presença da Drª Márcia Anita, que é uma estudiosa, uma dedicada a esse problema, nos ajuda muito, e já participou conosco de audiência pública em Brasília, aliás, mais de uma, e está nos ajudando muito – e, como disse, o nosso objetivo é ajudar o Brasil. E aí precisamos dar mais visibilidade a esse tipo de crime que, no geral, é detectado quando outro crime é investigado. Quando se investiga exploração sexual percebe-se, descobre-se que aquela exploração se deu porque uma pessoa foi vitima de tráfico. E, no tráfico, diferentemente do sequestro, as pessoas são enganadas, são ludibriadas. E não há uma campanha, não há uma política mais efetiva no Brasil, apesar de termos um plano e de já termos iniciado esse enfrentamento, mas não há uma política que mostre à sociedade a gravidade desse crime.

Também estamos detectando que a legislação brasileira é muito omissa nesse aspecto, é muito omissa.

Vamos, sem dúvida alguma, ao final e ao cabo dos nossos trabalhos, propor mudanças na legislação e, com uma bagagem de uma CPI, a gente terá condições de aprovar com mais facilidade e agilidade no Parlamento brasileiro.

Então, ditas essas primeiras palavras, antes de convidar os presentes, vamos dividir em duas mesas porque queremos ouvir dos nossos convidados não só os dados em relação a esse crime no Brasil, no caso, aqui no Estado do Amazonas, mas a impressão de cada uma das autoridades, as suas ideias, as suas sugestões, o que fazer e como fazer para melhorar esse enfrentamento.

Passo a palavra à Senadora Marinor, que é a nossa Relatora e é a pessoa que mais tem de falar, porque, afinal de contas, ela tem uma grande responsabilidade às mãos, que é a elaboração do nosso relatório.

Gostaria de comunicar e agradecer a presença do Deputado David Almeida. Muito obrigada, pela presença Deputado, obrigada mesmo.

Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas.

Como a Senadora Vanessa falou, sou Senadora pelo Partido Socialismo Liberdade, o PSOL do Estado do Pará, e estou muito honrada em ser recebida aqui na capital do Estado com tanto carinho, com tanto acolhimento. Desde ontem que eu estou na cidade. Chegamos bem tarde. Ontem, passei por três Estados brasileiros, bati o meu recorde, mas vim com muita vontade de ouvir a sociedade amazonense.

Quero agradecer, em primeiro lugar, a nossa companheira Vanessa, que atendeu ao nosso chamado. Como ela disse, a CPI foi aprovada por unanimidade, pois consegui coletar assinaturas suficientes para instalá-la no Senado Federal. Assim, fiz o convite à Senadora para presidir esta CPI, no que ela atendeu de pronto, dizendo que estava à disposição em ajudar no que fosse necessário, ela sabe dessa realidade. Nós sabemos as dificuldades que o Brasil, em especial a Amazônia, o nosso Estado, e ela se referia ao Estado do Amazonas, tem no enfrentamento desse crime, que ainda não está tipificado, mas que para nós é um crime. Esperamos em breve poder tipificá-lo. E se puder fazer alguma coisa para ajudar nesse enfrentamento eu o farei. Então quero aqui agradecer. Eu já fiz esse agradecimento nas audiências que realizamos no Senado, mas não poderia, Vanessa, deixar de fazê-lo aqui no Estado que a colocou no Senado Federal, no Estado que depositou em V. Exª a esperança de contribuir para os avanços, de ajudar no enfrentamento das violações de direitos. Então, muito obrigada pela oportunidade de estar compartilhando com V. Exª esse trabalho da CPI.

Eu queria agradecer, obviamente, através da Deputada Conceição Sampaio, e a Senadora Vanessa já o fez, à Presidência da Assembléia Legislativa do Estado. Eu queria agradecer a presença do Secretário de Estado de Justiça, Dr. Carlos Lélio Lauria Ferreira, que está presente aqui, representando o Governador do Amazonas. Eu queria agradecer a presença do Deputado Washington Regis, que preside a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia.

Nós sabemos que Brasil afora as comissões que mais trabalham no Parlamento brasileiro, que têm mais demandas, infelizmente, porque há muita violação de direitos humanos, são as comissões de direitos humanos. E esperamos mesmo contar com essa comissão, porque Manaus não foi escolhida à toa. Manaus, como Belém, como Rondônia, como Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, está em um leque de cidades de Estados brasileiros que historicamente têm características culturais e geográficas e tiveram planos de desenvolvimento voltados aqui para a Amazônia que favoreceram em grande maneira, pela concentração de migração, o tráfico de seres humanos aqui nesta região.

Nós temos denúncias já formalizadas desde 2003, quando a CPMI do Congresso Nacional investigou a violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes

e veio para a Amazônia, denunciadas várias rotas de tráfico aqui na região, do Amazonas para a Venezuela, Colômbia, Guiana Francesa, Suriname, Holanda; do Acre, Bolívia, Venezuela e Peru; do Pará, Suriname, Holanda, Guiana Francesa, Alemanha, Espanha; de Roraima, Venezuela, Guiana Francesa, Holanda e Suriname; do Tocantins, Espanha, Amapá, Suriname e Guiana; do Amapá, Guiana Francesa, Venezuela, Rondônia, Bolívia e Espanha; dentre outras.

Nesse crime, segundo a UnB em pesquisas recentes sobre o tráfico internacional de humanos, as redes de traficantes estão arrecadando no mundo cerca de 32 bilhões por ano à custa da vulnerabilidade social do povo, à custa da falta de políticas públicas, da ausência do Estado, e às vezes até da conivência do Estado com os traficantes, com a fragilidade da ação do que deveria ser a rede de proteção, que está por vários motivos fragilizada, seja pela falta de estrutura, de investimento do Estado, seja pela falta de pessoal, seja pela falta de qualificação especializada, seja mesmo pela negligência de parte dos que atuam nessa rede.

Embora identifiquemos esse problema, sabemos também e não podemos deixar de valorizar o esforço de muitos profissionais que atuam nessas redes e que se dedicam, mesmo sem estrutura, ao enfrentamento do tráfico. E se tem algum indício, se tem algum registro oficial, se tem algum acúmulo neste País, a gente deve muito mais a esses profissionais dedicados, espalhados Brasil afora, do que propriamente a uma ação direta do Estado.

Eu não queria, Senadora Vanessa, passar para a próxima etapa sem fazer um registro que para nós é muito especial. Nós ouvimos, algumas semanas atrás, além da Polícia Federal, a Secretaria de Justiça, o Ministério da Justiça e outras entidades não governamentais. Ouvimos também alguns núcleos já existentes, e são poucos existentes no Brasil, são apenas oito núcleos existentes no Brasil, de enfrentamento ao tráfico. Mas nós ouvimos algumas ONGs e algumas pessoas que são muito dedicadas a esse trabalho. E eu queria registrar com muito carinho a presença de uma pessoa que para nós aqui na Amazônia, para nós no Pará, é muito importante, é muito cara para os que lutam pelos direitos humanos, que é a Irmã Henriqueta, da CNBB, que inclusive realizou, na semana passada, junto com outras instituições, um belíssimo seminário sobre o tráfico humano na capital do Estado do Pará. E que está ameaçada de morte, como muitos outros. E aqui eu queria pedir, neste momento, a atenção da nossa Senadora Vanessa para que nos ajude a fortalecer o pedido na Justiça brasileira de proteção à Irmã Henriqueta. Muitos aqui na Amazônia têm tombado, ameaçados de morte, e no dia seguinte se concretiza o crime. E nós não queremos ver nem a Irmã Henriqueta nem lutador nenhum dos direitos humanos tendo sua vida ameaçada. Porque, graças a eles, muitas meninas e muitos meninos têm sido protegidos desse crime.

Então, eu queria dizer a vocês que a nossa vinda aqui – ao concluir meus agradecimentos – é para ouvir as autoridades. Nós queremos saber do Estado do Amazonas quais são as dificuldades existentes aqui na região, por que as rotas continuam aumentando, por que a vulnerabilidade social continua grande, cada órgão e a rede e em que momento vocês identificam as fragilidades dessa rede. Porque nós podemos fazer. Nós queremos também ouvir, e talvez não seja neste momento, talvez a gente tenha que levar até Brasília, em oitivas separadas, algumas vítimas do tráfico. Porque esta é uma demanda à nossa CPI: que a gente acrescente o olhar das vítimas do tráfico humano. Nós queremos também botar o dedo na ferida, porque está mais do que comprovado nas CPIs existentes, Deputados, que antecederam a esta, que tem muitas autoridades envolvidas, tem muito, muitas pessoas da elite, que têm poder econômico, que continuam sendo um braço forte ou sendo responsáveis, em muitas regiões brasileiras, e na Amazônia não é diferente, pela continuação e pelo aumento do tráfico de pessoas e da exploração sexual de crianças e adolescentes e de outros matizes que se entremeiam no tráfico de pessoas. Então, nós vamos botar o dedo na ferida, todos os dias, através do *site*, do *link* que foi feito no *site* do Senado, nós estamos recebendo denúncias. Nós queremos estimular a sociedade amazonense, a sociedade brasileira a denunciar. A denunciar. Vamos tentar garantir a proteção dos denunciantes, mas nós queremos botar o dedo na ferida, porque um dos grandes problemas do tráfico humano, não só no Brasil, mas no mundo, é a impunidade.

Se esta CPI puder contribuir para a identificação de pessoas, puder contribuir para o acompanhamento dos processos que estão em curso na Polícia Federal, nos Ministérios Públicos, nas delegacias onde eles foram denunciados, nós vamos fazê-lo. Nós viemos aqui para isso. Nós aqui estamos de peito aberto para receber as contribuições, mas nós viemos aqui exercer o nosso papel constitucional de investigar e de tomar as devidas providências. Eu espero apresentar um relatório com resultados concretos, que nos ajudem a virar essa página crítica na história do povo brasileiro. Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Marinor. Parabéns por suas colocações.

Como a Senadora Marinor bem disse, esta CPI é extremamente necessária, porque não temos da-

dos mais sistematizados cuja origem seja o próprio Estado do Amazonas. Todos os dados que chegaram até a CPI, pelo menos até o momento – nós fizemos uma série de requerimentos de informações –, são oriundos de uma pesquisa nacional sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes, realizada no ano de 2002. As rotas, a Senadora já as colocou. O problema que nós temos é que é uma rota não somente internacional. Ela também envolve alguns Estados, a partir, principalmente, da cidade de Manaus. Salvador, Recife, Fortaleza, Rio de Janeiro, Porto Velho, Belém, Parintins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Roraima, enfim, são Estados que, de acordo com os casos já relatados e detectados em pesquisas, envolvem a cidade de Manaus e o Estado como um todo.

Acaba de chegar, Senadora Marinor, o Presidente da Assembléia Legislativa. *(Palmas.)*

Eu convido à Mesa o Deputado Ricardo Nicolau. Já fizemos o agradecimento a V. Exª. Agora, já estamos numa reunião do Senado aqui na Assembléia Legislativa. Portanto, passamos a palavra a V. Exª, Deputado Ricardo Nicolau. Já fizemos – repetimos – os agradecimentos à Assembléia Legislativa não apenas pela cedência do tempo, mas também por nos garantir todo o apoio técnico necessário.

O SR. RICARDO NICOLAU (PRP – AM) – Srª Senadora Vanessa Grazziotin, Deputada Conceição Sampaio, na pessoa de quem cumprimento a todos da Mesa, a Relatora da CPI, minhas senhoras, meus senhores. Para a Assembléia Legislativa é extremamente importante – e isso tem sido constante, uma parceria até com a ex-Deputada e Senadora Vanessa Grazziotin – trazer as discussões importantes do País.

Esta discussão é extremamente importante porque no Amazonas nós somos vítimas também de tráfico de pessoas, de mulheres. No Amazonas existem garimpos, existem vários setores que recrutam essas pessoas para o tráfico. E é muito importante que o Senado da República possa discutir isso nos Estados, possa conhecer, possa conversar com as autoridades locais para que, juntos, possam buscar alternativas, alternativas que venham a melhorar e diminuir esse crime que é cometido com as pessoas. Poder discutir com as polícias, poder discutir com o Judiciário.

E aqui vejo o Desembargador Sabino, vejo o nosso Juiz Jorsenildo e vejo membros da Secretaria de Justiça, o Dr. Lélio Lauria, que agora é procurador. É muito importante a união de forças, que sociedade e autoridades possam estar unidas, possam participar, porque só assim nós vamos conseguir ver um caminho diferente e identificar aquelas pessoas que se utilizam desses crimes para benefícios financeiros, benefícios próprios.

Então, Senadora Vanessa, para a Assembléia Legislativa é um prazer. É um prazer, e estamos à disposição porque isso é muito importante para o nosso Estado, e a Assembléia Legislativa estará sempre pronta para discutir, para apoiar e para estar ao lado desses temas importantes que V. Exª tem trazido para a Assembléia Legislativa e para o Estado do Amazonas.

Muito obrigado a todos, e contem conosco. Contem conosco, porque esse tema, Senadora, é um tema extremamente importante, e que muitas vezes deixamos de discutir e deixamos de atuar. E a vinda das senhoras aqui faz com que isso receba um novo oxigênio, e que todos nós possamos olhar e agir. Possamos olhar, agir e, acima de tudo, buscar a integração das autoridades e da sociedade para que juntos possamos combater esse mal que assola o nosso País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, mais uma vez, Deputado Ricardo Nicolau. Seria um prazer que V. Exª compusesse a mesa conosco.

Peço a compreensão das nossas demais autoridades que compõem a mesa, Deputado Washington Régis, Vereadora Lúcia Antony, Secretário Lélio Lauria, porque vamos, de imediato, formar a primeira mesa. Nós nos organizamos aqui da seguinte forma: temos muitos convidados – vou nominá-los a partir de agora –, e eles falarão em três blocos. Estamos pensando em fazer três blocos, mesmo porque na mesa não cabem todos.

Podemos até deixar o debate para o final, o debate mais geral, porque é nosso interesse também abrir para quem tiver interesse poder falar. E a Relatora trouxe aqui um rol de questionamentos, de perguntas a todos os convidados e as convidadas. Mas, desde já, agradeço, então, ao Dr. Carlos Lélio Lauria, que está aqui; a Drª Michelle Vitória Custódio, que dirige o Departamento Estadual de Direitos Humanos; o Delegado da Polícia Federal, Dr. Roberto de Jesus Câmara da Costa, que representa a Superintendência da Polícia Federal no Estado do Amazonas; o Dr. Sérgio; o Dr. Alexandre Senra, que é Procurador Regional do Direito do Cidadão, da Procuradoria da República do Estado do Amazonas; a Irmã Marie Henriqueta Cavalcante, que coordena a Comissão de Justiça e Paz da CNBB Norte 2; a Drª Linda Gláucia, que representa o Delegado Geral de Polícia do Estado do Amazonas, e aqui está ela, que é Delegada Titular da Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente; a Drª Catarina Saldanha Torres, representando o Delegado Geral da Polícia Civil do Amazonas; a Drª Neide Alves Almeida Alvarenga, que representa o Secretário Zulmar Pimentel, ela que é Secretária-Executiva Adjunta da Secretaria de Se-

gurança Pública do Estado do Amazonas; a Vereadora Socorro, que está para chegar; a Vereadora Lúcia Antony, que aqui está – agradecemos a presença –; também a Drª Fabiana Salvador Reis, representando o Sr. Rafael Aquino Soares, que é Superintendente da Polícia Rodoviária. Agradecemos a presença do Sr. Gláucio Casacurta, representando também o Sr. Rafael, que é Superintendente da Polícia Rodoviária; a Drª Sandra Pirangi, que é Promotora de Justiça da PGJ do Amazonas; conforme já nominado pelo nosso Presidente, o Dr. Jorsinei Dourado do Nascimento, que é Procurador-Chefe da Procuradoria do Trabalho no Estado do Amazonas; o Desembargador Sabino também, que está conosco; a Graça Prola – já mencionei – representando a Secretaria de Ação Social; a Profª Isis, que é presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. E aqui temos representantes de sindicatos; o pesquisador do INPA Dr. Antonio Carlos Marques de Souza. No decorrer da audiência, vamos nominando.

Então, a primeira Mesa a gente já compõe. Acho que tem cadeiras suficientes. Fazemos a Mesa. Convidamos a que representantes da assembléia permaneçam e o Dr. Lélio Lauria que está na primeira Mesa; a Vereadora Lúcia Antony e o Deputado Washington vão para lá; Presidente Ricardo Nicolau e Dr. Lélio Lauria já fazem parte da Mesa.

Convido o Dr. Sabino para compor a Mesa conosco, Sabino da Silva Marques, Desembargador, que aqui representa o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – muito obrigada pela presença, Dr. Sabino.

Convido o Exmº Sr. Alexandre Senra, Procurador Regional do Direito do Cidadão, da Procuradoria da República do Estado do Amazonas, aqui representando o Ministério Público Federal.

Peço desculpas porque eu a nominei como Sandra, porque assim era que estava, mas convido a Drª Sara Pirangy – desculpa, Sara –, Promotora de Justiça e Gerente da PROVITA, do Ministério Público do Estado do Amazonas – muito obrigada por aceitar o nosso convite.

Convido o Dr. Jorsinei Dourado do Nascimento, Procurador Chefe da Procuradoria do Trabalho do Estado do Amazonas e Ministério Público do Trabalho no Estado do Amazonas.

Convido ainda a Drª Neide Alves Alvarenga, que representa o Secretário de Segurança Pública, Dr. Zulmar.

Os demais convidados, que nominamos aqui, a gente vai chamando, conforme façamos a conclusão dessa primeira Mesa.

Poderemos começar, Senadora Marinor, ouvindo o Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Amazonas, que neste ato representa o Governador do Estado Omar Aziz, a quem quero também, em nome da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, agradecer por todo o apoio que deu para a realização desta reunião aqui no Estado do Amazonas, inclusive colocou à disposição todos os órgãos de segurança, direitos humanos, secretaria social, para que nos ajudem no levantamento desse problema que, infelizmente, acomete tantas famílias brasileiras e amazonenses.

Dr. Sérgio Lauria, nós estamos aqui fazendo um acordo para que o tempo gire em torno de dez minutos. Isso porque essa é a primeira fase. As senhoras e os senhores vão falar e, na sequência, teremos uma série de questionamentos e perguntas.

Dr. Lélio Lauria, com a palavra.

O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA – Bom dia a todos. Vou procurar, na medida do possível, usar os dez minutos, até menos, tentar ser bem objetivo.

Primeiro, cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin e agradecê-la por me chamar duas vezes de Sérgio Lauria. É meu irmão e meu melhor amigo, e fico muito honrado por isso. Isso é porque a Vanessa lecionou comigo desde 1984.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PC do B – AM) – É exatamente, é porque nos conhecemos antes do que conheço o Sérgio. Então, como aqui está tudo cheio de regras, foi talvez por isso.

Dr. Sérgio Lauria – permita-me; vou descontar o tempo aqui – foi Procurador-Geral da República aqui no Estado do Amazonas; nos deixou, está no Estado de São Paulo cumprindo também uma grande tarefa do Ministério Público Federal.

Desculpe-me, Secretário.

O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA – Só peço que desconte do meu tempo essa intervenção. Mas aqui foram confundidos também meu amigo Jorsinei com o irmão dele, a Conceição Sampaio com a Socorro Sampaio. Enfim, espero que não haja só confusão nos números sobre tráfico de seres humanos.

Eu queria cumprimentar a Senadora Marinor Brito...

O SR. RICARDO NICOLAU (PRP – AM) – Lélio...

O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA – Pois não.

O SR. RICARDO NICOLAU (PRP – AM) – Tenho que pedir desculpa também, porque confundi Jorsinei com Jorsenildo, que é irmão dele, que é juiz. Isso faz parte do Parlamento. Chamei a Senadora de Deputada.

O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA – Só prometo não confundir a Vanessa com o Eron. Isso certamente não ocorrerá.

Mas hoje é sexta-feira, Presidente, e eu queria cumprimentar a minha eterna e antiga amiga e enaltecer o trabalho da CPI. Cumprimento a Senadora Marinor

Brito, em nome do Governador Omar Aziz, agradecendo a presença da CPI aqui. E cumprimento os demais membros da Mesa, na pessoa do presidente da Assembléia, Deputado Ricardo Nicolau – espero não ter confundido seu nome com Luiz Fernando Nicolau.

Bem, como dizia uma antigo professor meu, vou procurar resumir sem omitir. Antes de tudo, queria informar que aqui está presente a Michelle Custódio, diretora do nosso Departamento Estadual de Direitos Humanos, que tem feito um belíssimo trabalho aqui quanto a essa questão do tráfico e escravatura de seres humanos.

Senadora Vanessa, conversava ainda há pouco com o Deputado Ricardo Nicolau que essa prática perversa, nefasta, do tráfico de seres humanos, chamado tráfico de pessoas, difere do tráfico de drogas, por exemplo, no que diz respeito à falta de estrutura que o Estado tem de combate. Nós temos um sistema policial e um sistema de Justiça criminal que não consegue enfrentar essa questão e, naturalmente, os aliciadores, os agenciadores, os traficantes, que têm a finalidade da exploração sexual, do trabalho escravo, da adoção internacional ilegal e, sobretudo, do tráfico de órgãos; uma facilidade muito grande e daí a impunidade no que diz respeito à estruturação do Estado brasileiro no combate a essa prática tão nefasta.

Eu digo sempre, Senadora Vanessa, que as CPIs têm um papel muito importante quando discutem essas questões. Lembro-me da CPI do sistema prisional que, se não provocou mudanças legislativas profundas no Brasil, pelo menos fez com que houvesse uma mudança de postura no enfrentamento da crise do sistema penitenciário brasileiro, ao ponto de o País ter sido denunciado pela própria CPI do sistema prisional na Corte Interamericana de Direitos Humanos, cuja audiência foi em Washington no ano passado.

Creio, Senadora Marinor, que a senhora como relatora, na visita a todos os Estados, já tem pelo menos um diagnóstico dessas informações referentes ao tráfico de seres humanos.

Nós temos e fizemos, aqui no Estado do Amazonas, Senadora Vanessa, um encontro em 2004 da FIPE, que é a Federação Internacional Penal e Penitenciária. Um dos temas discutidos foi exatamente o tráfico e escravatura de seres humanos, e lá nós tivemos, veja, em 2004, várias proposições, e essa é a ideia – vejo ali a Graça Prola, uma grande lutadora no enfrentamento dessa questão.

Temos de sair, pelo menos, dessa audiência pública com algumas propostas concretas, porque é um crime clandestino – falava para o Deputado Ricardo Nicolau. Logo, é diferente da criminalidade comum do tráfico de entorpecentes, por exemplo, em que você tem números, pelo menos, para trabalhar. Para se traçar uma política pública você precisa de números confiáveis, e lá, já em 2004, havia proposta, Senadora Marinor, de se elaborar um banco de dados com informações confiáveis a respeitos das rotas nacionais, internacionais, das vítimas desse tipo de crime. Essa é uma das grandes dificuldades para se enfrentar essa questão, porque temos, nessa clandestinidade também, o temor dessas pessoas, não só vítimas, como testemunhas, em levar ao conhecimento das autoridades a prática tão nefasta.

Proponho, já nesse curto espaço – não sei quanto tempo me resta, mas procurarei ser bem disciplinado; devem faltar cinco minutos –, além desse banco de dados, o incentivo de campanhas publicitárias de prevenção, porque sabemos que o diagnóstico é importante, mas fundamental também é delinear ações integradas de todos esses órgãos que estão aqui, não só de repressão, Senadora Vanessa. Nós não precisamos só de repressão, até porque estamos trabalhando praticamente no escuro pois não temos essas informações. Mas, sobretudo, de prevenção por meio de orientação à população exatamente com essas campanhas publicitárias que já vêm sendo feitas.

Aqui no Amazonas, depois a Michele vai se manifestar, vai mostrar a implantação de enfrentamento ao tráfico de seres humanos, com postos avançados, por exemplo, na Ceasa. Já temos esse posto avançado. Pretendemos implantar mais treze postos avançados no interior do Estado logo de início. Temos uma rede de parceiros, a Secretaria de Assistência Social, a SNPH, enfim, o próprio Judiciário, o Ministério Público, do qual faço parte.

Uma das propostas, Senadora Vanessa – e este é o papel fundamental do Senado Federal –, é a contribuição dos programas sociais das embaixadas, exatamente para conter a escravidão desses seres humanos. Por exemplo, por meio das relações de trabalho ilícito, da exploração sexual e da imigração ilegal. As embaixadas podem ser fundamentais nisso. Os traficantes se valem exatamente dessa precária distribuição de renda e da miséria existente especialmente aqui na nossa região amazônica.

É preciso também que se faça – e esta é uma proposta que faço nesta primeira fala, não sei se vou ter outra oportunidade, então faço logo – o acompanhamento dessas adoções de crianças nos processos internacionais por agentes do corpo diplomático. E eu acho que aí o Senado Federal poderá ter um papel fundamental nessa questão.

Em 2004, Senadora Vanessa, nós fizemos uma proposição, por exemplo, de estabelecimento de uma política de compensação financeira para as vítimas

do tráfico de seres humanos. Isso naturalmente não foi adiante.

Temos, e aqui vejo a minha colega de Ministério Público Sara Pirangi, de ter um sólido programa de proteção às testemunhas que colaborem com a Justiça no processo de repressão aos infratores desse crime, que estão sempre conectados com a execução do tráfico de seres humanos. Então, é preciso que seja fortalecido o PROVITA, no que diz respeito à proteção a vítimas e testemunhas.

Tem de haver também atuação incisiva do Poder Público no confronto com os agenciadores. Isso é natural nos vários casos que tivemos no Brasil. E aqui me dirijo exatamente à figura do meu querido amigo desembargador Sabino Marques, o esforço do Poder Judiciário para por fim à impunidade desses aliciadores e proprietários que fomentam trabalho escravo em muitas regiões da América Latina. Eu dizia isso, inclusive, para a TV Senado ontem.

Principalmente, Senadora Marinor, acho que temos que estimular a criação de um fórum permanente para prevenção e erradicação do trabalho infantil na América Latina. Repito: um fórum permanente, não só ações individuais para toda essa questão.

Teria muito mais questões a abordar aqui, mas vou ser fiel ao aviso de que tenho só dez minutos. Se ainda tenho algum tempo, o Governador Omar Aziz, o governo do Estado juntamente com o Ministério da Justiça tem um plano, e a Secretaria de Segurança Pública, aqui muito bem representada, pode falar sobre a questão das fronteiras. Temos que ter ações de proteção das fronteiras, e aí temos que incluir o tráfico dos seres humanos, sobretudo quando se sabe que essas regiões são muito vulneráveis e um atrativo principalmente para esses traficantes e aliciadores, especialmente no que diz respeito à exploração sexual.

O governo do Estado traçou um plano, salvo engano foi divulgado ontem pelo secretário Zulmar e toda sua equipe, para a proteção das fronteiras. E lá, nesse plano do Governo do Estado, está a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos também, com várias ações. Entre essas ações, a preocupação com a vulnerabilidade dessas fronteiras no que diz respeito à possibilidade desta prática nefasta, que é o tráfico de seres humanos.

Vou encerrar por aqui, acho que até antes do tempo, exatamente em respeito à possibilidade de outros colegas se manifestarem aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Secretário. Nós vamos... V. Sª vai ter a possibilidade de novas participações porque, depois que todos os membros da Mesa fizerem suas exposições iniciais – e por isso que o tempo não é o tempo que sabemos necessário para expor um tempo tão complexo –, depois que todos o fizerem, vamos fazer as perguntas e questionamentos, e quem estiver participando da reunião e quiser encaminhar à Mesa alguns questionamentos poderemos receber também.

Quero pedir desculpas e convidar logo para fazer parte desta primeira Mesa o Delegado Roberto de Jesus Câmara da Costa, que aqui, neste ato, representa a Superintendência da Polícia Federal.

Seja bem-vindo e muito obrigada! Agradecemos a resposta ao convite.

E, na sequência, passamos a palavra ao Desembargador Dr. Sabino, para que possa fazer também as suas considerações iniciais.

Desembargador.

O SR. SABINO SÁ SILVA MARQUES – Bom dia a todos e a todas!

Srª Senadora Vanessa Grazziotin, peço permissão para me valer já dos cumprimentos feitos pelo Dr. Lélio e por V. Exª também, nominando todos os que atenderam esse convite. Peço, portanto, esta permissão, quebrando, assim, o protocolo, para fazer as devidas saudações, especialmente à Senadora que se encontra ao meu lado, Marinor.

Não é demais dizer que essa disposição, essa coragem, no momento em que o País enfrenta todas essas situações de descompasso, de desmantelo, e não sendo aquele ser carola, mas para aquele que tem a consciência do que é o ser humano e aquilo que o espera, não é de estranhar que tudo isso seja previsível e com a sua devida solução.

Então, para esse crime cujo enfrentamento se busca, já foi colocado, com todas as letras, o que devemos fazer, faço lembrar quando, um ano atrás, assumi essa função de Desembargador, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e ali conclamei todos os segmentos da sociedade a se empenharem naquilo que diz respeito às pessoas.

É bem verdade que o Poder Judiciário – e aqui faço minhas as palavras do Dr. Lélio – faz um esforço tremendo para resolver algumas questões. Não vou, de maneira nenhuma, aqui silenciar nem escurecer alguns senões que eu poderia produzir muito mais. Entretanto, nós, seres humanos que somos, cidadãos que somos, que contribuímos nesse aspecto pecuniário para que este País tenha o seu caminhar, temos e devemos esse direito de também participar, de também colaborar.

E, aí, a propósito, vem exatamente a questão desse crime clandestino, que é exatamente este de se-

dução, sedução nesse aspecto, que algumas pessoas realmente são inteira e desavisadamente enganadas.

Outras – desculpem-me –, outras não sabem, e aí, a situação esbarra nesse problema crônico deste nosso País. E não se diga que é por trezentos, quatrocentos, quinhentos anos de atraso, porque nós não fomos inteiramente encaminhados, não digo civilizados, mas com aqueles encaminhamentos, pelo citadino que é de Portugal, que é da França, que é da Holanda. As piores espécies vieram para cá e eu creio que somos até felizes nesse aspecto de termos o resultado que temos, brasileiros que já marcaram sua história. Então, digo que somos felizes nesse aspecto.

O Judiciário está aí a fazer a sua tarefa, com todo esse esforço, e eu dizia que há um ano, quando assumi como Desembargador, coloquei uma frase, não no meu discurso, mas apenas algumas questões para reflexão. O Judiciário é um gigante, mas também está agonizando porque tem o seu calcanhar de Aquiles. Fui objeto de telefonema, abordamento do próprio Tribunal, pelas ruas... O que significa que tem esse calcanhar de Aquiles? É exatamente nesse ponto. Nós precisamos que essa parceria esteja lado a lado, deixar de lado algumas situações em que, sem sombra de dúvida, há o remanchar, o resistir. Para não querer atender, criou-se uma figura no aspecto de ser marajá, ter mordomia. São coisas que a página está sendo virada, as pessoas acompanham. Hoje em dia, temos uma situação muito diferente daquela de antes, quando muitos ostentaram. Esse é o calcanhar de Aquiles. Nós precisamos dessa parceria, desse lado a lado, de todo mundo empenhado nessa história. Aí teremos esse combate efetivo, essa situação, como colocou o Dr. Lélio, de impunidade, como colocou a Senadora Grazziotin e como colocou a Senadora Marinor. A impunidade é que incentiva, é que alavanca aquilo. Sempre foi assim, sempre tem o jeitinho brasileiro.

Finalizo dizendo que o Judiciário está aí a fazer o seu papel. Estou aqui, independentemente da indicação do Presidente para representar o Tribunal, estou aqui como cidadão que também contribui nesse aspecto pecuniário, pois pago e pago muito, nesse aspecto de pagar tributos para o nosso País, e tenho, portanto, essa minha partícula de responsabilidade e colocar nesse sinalagma. Assim como o Estado me cobra, eu também tenho o direito de cobrar dele. Mas o ponto central está exatamente nesse informar, nesse educar, que as pessoas tomem conhecimento... Sempre digo que trabalhamos, segunda-feira, sessão que varia entre 9 horas, 14 horas, 14 horas e 30 minutos, com todos os órgãos fracionados do Tribunal funcionando. Terça-feira o Tribunal Pleno também funciona nessa variação. Quarta-feira, Câmara reunida. Eu sempre digo em plenário que isso não deve ficar simplesmente aqui nessas quatro paredes. Tem que ir para fora, para que as pessoas tomem conhecimento e comecem a rasgar a cortina em relação a alguns entendimentos, a alguns pensamentos que há inteiramente desvirtuados em relação ao que é o papel do Judiciário.

Então, estou aqui em dois papéis, magistrado que sou e cidadão que sou, com essa disposição de colaborar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Sabino, Desembargador, que aqui representa o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Passamos, imediatamente, a palavra ao Dr. Dr. Alexandre Senra, que aqui representa o Ministério Público Federal, sendo Procurador Regional de Direito do Cidadão da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.

Com a palavra o Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE SENRA – Senadora Vanessa Grazziotin, Presidenta da CPI que apura o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, Senadora Marinor Brito, Relatora da CPI, na pessoa de quem me permito cumprimentar todos os presentes, é uma imensa satisfação da minha parte, não apenas como membro do Ministério Público no Amazonas, mas também como cidadão, fazer parte deste debate e aproveitar este ensejo para trazer as dificuldades que o Ministério Público Federal enfrenta no combate a essa prática tão perversa.

Eu imagino que, num primeiro momento, a primeira definição que devemos ter para compreender de fato a dimensão do problema é entender o que é o tráfico de pessoas, e nessa linha acho importante o registro de que o tráfico de pessoas, nos termos em que definido no Protocolo de Palermo, compreende tráfico de pessoas para fins sexuais, de trabalhos forçados ou para remoção de órgãos.

E é importante também consignar que nesse Protocolo, que foi promulgado pelo Brasil, a exploração incluirá no mínimo essas finalidades. Ou seja, isso é um parâmetro mínimo para que os países signatários desse Protocolo reprimam condutas do gênero.

Bom, nessa linha, o Ministério Público Federal atua em duas frentes: na frente preventiva e na frente repressiva. A frente preventiva é a que toca mais de perto a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, que no Estado do Amazonas é por mim representada.

O papel do Ministério Público Federal nessa frente preventiva consiste, basicamente, em atuar como um catalisador social, em contribuir para com a sociedade para que haja uma mobilização em torno dessa

temática, para que a sociedade não se omita e que as informações a respeito desse crime cheguem aos órgãos competentes.

Já na vertente repressiva, o papel do Ministério Público Federal gira, basicamente, em torno da esfera penal. É por meio da ação penal que se vai buscar a responsabilização criminal dos agentes aliciadores e todas aquelas pessoas que estejam envolvidas na cadeia do tráfico.

Agora, eu acho que seria interessante, desde já, também, sobretudo para o Ministério Público, que eu pontuasse quais são as dificuldades que o órgão tem em atuar nessas duas frentes.

Bom, na frente preventiva, uma das dificuldades que eu elenquei aqui seria o fato da situação socioeconômica dessas pessoas aliciadas e da baixa escolaridade delas, que é um problema social, mas que acaba viabilizando, tornando essas pessoas mais suscetíveis às ofertas que, prometidamente, pelo menos, são de ganhos fáceis.

Outro problema é a clandestinidade, mas o que é uma característica própria ao tráfico – não teríamos como exigir que ele não fosse clandestino –, mas, sobretudo, e nessa vertente é que imagino que a gente pode atuar, a omissão das vítimas. As vítimas muitas vezes são omissas como decorrência de elas próprias não se compreenderem, não se aceitarem como vítimas, numa decorrência de um pacto perverso que existe entre explorador e vítima em que a vítima muitas vezes o vê como um benfeitor. Isso ocorre sobretudo nos casos de tráfico sexual quando a viagem é frustrada, ou seja, quando a vítima não chega a sair do Brasil, no caso do tráfico internacional. Como a vítima não chegou a sair do Brasil, ela foi iludida, muitas vezes, pelas promessas de ganhos fáceis e acredita que, de fato, quando chegasse ao território estrangeiro, obteria aqueles ganhos. Então, no entender dela, o Estado, que já foi omisso uma vez negando a ela condições econômicas, sociais e de escolaridade mínimas para que ela exercesse sua dignidade, num segundo momento atua repressivamente, impedindo que ela tente galgar uma melhora de vida no exterior.

Nessa linha, são importantes as iniciativas de informação à população. E eu achei muito interessante também o que a Senadora Marinor colocou – salvo engano, foi a Senadora Marinor –, que a Comissão teria interesse em ouvir vítimas. Isso é algo importantíssimo. Agora, na outra frente, há que se relevar a intimidade dessas vítimas, e um imenso problema decorrente disso é o julgamento social que recai sobre essas vítimas, até porque parcela dessas vítimas de fato já exerce a prostituição no território nacional e sabe que, eventualmente, depor perante uma CPI vai gerar uma repulsa social por parte de pessoas que não sabem que essa é a atividade dela e, inclusive, ela ficaria, de certa forma, queimada no mercado dela. Afinal de contas, essa cadeia de aliciadores, sem dúvida alguma, tem ramificações também com as casas que exploram a prostituição em território nacional.

Passando já para a vertente repressiva. Um primeiro problema com que o Ministério Público Federal se depara é com relação à tipificação dessas condutas. O Protocolo de Palermo, como eu registrei, prevê a obrigação para que os países signatários criminalizem, ao menos, tráfico de pessoas para fins sexuais, de trabalhos forçados e remoção de órgãos.

O tráfico de pessoas para fins sexuais encontra-se previsto hoje no art. 231 do Código Penal. Ocorre que o tráfico de pessoas para fins de trabalhos forçados não encontra uma tipificação expressa, da mesma forma que essa primeira modalidade. Para se adequar esse tráfico para fins de trabalhos forçados à tipicidade penal, muitas vezes, nós recorremos aos arts. 206 e 207 do Código Penal.

O art. 206 do Código Penal trata especificamente do aliciamento para fins de emigração, cujo tipo acho que convém citar: "Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro". Esse é um tipo por demais insuficiente para combater o tráfico, na medida em que exige o elemento normativo fraude e a pena é de um a três anos de detenção, ou seja, uma pena que, ainda que fixada no máximo, como o delito não é praticado mediante violência ou grave ameaça, permite a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito. É uma pena muito branda.

E, por fim, quanto à situação do tráfico para fins de remoção de órgãos, a tipificação que mais de perto toca a essa prática é aquela prevista nos arts. 15 e 16 da Lei dos Transplantes, a 9.434, de 1997.

O art. 15 diz: "Comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano: [...] reclusão de três a oito anos, e multa [...]".

E o art. 16: "Realizar transplante ou enxerto utilizando tecidos, órgãos ou partes do corpo humano de que se tem ciência terem sido obtidos em desacordo com os dispositivos desta Lei: [...] reclusão, de um a seis anos [...]".

Ou seja, a descrição não é exatamente o tráfico de pessoas. Importaria muito aos órgãos de repressão que houvesse uma definição típica que abarcasse essas três modalidades em atenção à orientação constante do Protocolo de Palermo.

Ainda na vertente repressiva – e ainda tenho dois minutos – outra dificuldade é na obtenção de provas. Em razão do que eu falei quando eu estava abordando

a atuação preventiva desse pacto perverso existente entre aliciador e aliciado, entre a compreensão da própria vítima que não se vê enquanto tal, isso gera uma série de dificuldades no transcorrer da instrução processual penal, na medida em que se vai ouvir muitas vezes a vítima, ou como testemunha uma pessoa que exerce a prostituição em território nacional, e ela, mais do que ser omissa, consigna que, em verdade, o aliciador é um benfeitor, é alguém que surge na vida delas não só com a promessa mas conferindo, de fato, a oportunidade de ganhos substancialmente mais elevados.

Por fim, ainda nessa atuação repressiva, é necessária uma sensibilização dos agentes públicos quanto à problemática. O tráfico de pessoas é uma problemática que não desperta tanta repercussão social. Ela desperta clamor social. Sempre que a mídia chama a atenção para o fato, a sociedade se sensibiliza, mas os efeitos decorrentes diretamente dela são sentidos de forma muito mais grave pela própria vítima do que pela sociedade em si.

E ainda nessa linha de sensibilizar os agentes públicos, é necessário também que eles sejam qualificados em maneiras de abordagem e de formas de tratamento dessa vítima.

Preliminarmente, eram as considerações que eu tinha para fazer, colocando-me, desde já, à disposição para futuros debates e esclarecimentos.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada a V. Sª, Dr. Alexandre, pela colaboração que nos dá.

Certamente, nós vamos, sim, requisitá-lo durante os questionamentos, e não só, como diz a Senadora Marinor, nossa Relatora. Preparem-se, que hoje não vamos sair tão cedo daqui. Pela lista de perguntas que ela já tem preparada, vamos longe.

Passo a palavra agora à Senadora. Pode usar aqui.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não é para assustar, Senadora, porque algumas perguntas da minha lista já estão sendo respondidas A gente vai fazendo uma mediação aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Está certo.

Convido para fazer uso da palavra, para fazer sua exposição, a Drª Sara Pirangy, que é do Ministério Público Estadual, que é Procuradora, Promotora de Justiça e Gerente do PROVITA, no Estado do Amazonas.

Seria importante se tivéssemos um microfone sem fio. Já tem. Está ótimo.

Com a palavra V. Exª, Drª Sara.

A SRA. SARA PIRANGY – Meu bom dia a todos e a todas. Falo representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Cruz. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa. Infelizmente, a Deputada Conceição Sampaio não se encontra, mas eu gostaria de cumprimentá-la, embora ela esteja ausente, porque tenho, em relação a ela, um orgulho muito grande, pois, numa época, já há bastante tempo, fui professora de alfabetização dela. Então, tenho muito orgulho quando a encontro. Digo a ela que já naquela época ela demonstrava que era uma moça muito inteligente, porque estudava numa escola muito humilde e já demonstrava uma altivez própria daquelas pessoas que não vão se conformar com sua situação inicial.

Em relação à situação do tráfico de pessoas, eu acredito que, no meu caso, seja desnecessário abordar outras questões, porque já estão sendo abordadas pelos demais colegas. Em relação à questão do Ministério Público, são praticados todos aqueles atos já tradicionais pelos nossos colegas do interior, por aquela preocupação, principalmente por aqueles que trabalham mais próximos das fronteiras, com aquelas atividades que são aquelas atividades fins do Ministério Público Estadual.

Eu gostaria de me ater ao Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas como uma ferramenta extremamente interessante para o combate a esse tipo de crime. Por quê? Porque, numa primeira hora, embora não tenhamos, no momento, nenhum usuário que seja oriundo, vítima desse tipo de crime, nós já estivemos em situações em que recebemos pessoas – algumas apreendidas – e foi evitada a saída delas e elas estiveram no programa e, enquanto estiveram no programa, conseguiram se sentir seguras para fazer suas colocações.

No caso do Amazonas, temos uma peculiaridade. Talvez por isso o Dr. Carlos Lélio tenha sido tão generoso ao elogiar o programa. É porque no programa do Amazonas nós temos um colega do Ministério Público, que no caso sou eu, que faço essa parte, que sou a parte externa do programa, a face externa, aquele membro do programa de proteção que não precisa se esconder, porque, como trabalhamos com mudança de domicílio, com uma equipe técnica que não pode ser revelada a todo tempo, em alguns outros Estados nós temos essa dificuldade. No Amazonas, nós temos uma face externa. Então, é muito fácil que qualquer colega do Ministério Público Federal, do interior, da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente, qualquer membro da sociedade possa procurar diretamente o Ministério Público para fazer a sua colocação, o seu pedido de proteção, sem que haja aquele protocolo que ocorre em outros Estados, onde a equipe técnica precisa ficar um pouco recuada. Então, há certa dificuldade para que seja feito contato com essas pessoas.

O Ministério Público do Amazonas apresenta essa ferramenta, porque, numa primeira hora, é muito fácil mencionar os meios convencionais de proteção, aqueles que todos nós conhecemos, como pedir ajuda da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Federal, mas nós nem sempre temos local para abrigamento dessas pessoas, porque elas, quase sempre, não vêm só. Ela tem um filhinho pequeno, que ela deixou aqui, quando ela foi para outro país; ela tem a mãe, ela tem o pai; ela não aceita ficar abrigada em um local onde não possam estar os seus demais familiares.

Aí, entra o Programa Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Nós temos feito aqui o que podemos, mas poderíamos fazer muito mais. Então, a minha colocação aqui é para que o olhar da CPI se volte à grande importância do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, porque é um mecanismo que encoraja a pessoa que está numa situação de vulnerabilidade, para que ela se sinta à vontade para falar, porque ela sabe que, depois, ela não vai ter de ficar andando, ela vai sair do Estado, ela vai ser estimulada a começar outra vida num outro local.

Vamos todos falar aqui sobre sugestões. Já falamos sobre a tipificação, a dificuldade de tipificar plenamente as condutas, mas a minha colocação é no sentido de que a comissão volte o seu olhar para a importância do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – e familiares -, para que possamos ter um fortalecimento desse programa e para que essas pessoas possam utilizar esse mecanismo como um mecanismo eficiente no combate à criminalidade organizada, que é o caso do tráfico de pessoas, seja para que fim.

Fico muito agradecida e me coloco à disposição para algumas outras explicações.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Drª Sarah, que aqui representa o Ministério Público do Estado do Amazonas.

Passamos a palavra agora ao Dr. Jorsinei Dourado do Nascimento, que é o Procurador-Chefe da Procuradoria do Trabalho no Estado do Amazonas.

O SR. JORSINEI DOURADO DO NASCIMENTO – Inicialmente, bom-dia.

Peço licença, primeiramente, à Senadora Vanessa Grazziotin, à Senadora Marinor Brito e ao Presidente desta Casa, para cumprimentar todos os demais membros que compõem esta mesa. Também quero fazer uma manifestação inicial em relação ao Desembargador Sabino.

Senhoras e senhores, fala-se muito em Procuradoria Regional do Trabalho, mas, em razão da dificuldade de nomenclatura, vou me posicionar como membro do Ministério Público do Trabalho aqui, no Estado de Amazonas, e no Estado de Roraima, a exemplo dos outros colegas que me antecederam, que fazem parte também do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual. Aqui, represento o Ministério Público do Trabalho nesses dois Estados.

Ao falar de tráfico de pessoas, de seres humanos, passamos, obrigatoriamente, como foi bem colocado pelo Dr. Alexandre, pelo Protocolo de Palermo, de 2000. Como ele bem colocou, especificamente, esse protocolo define o que vem a ser o tráfico de pessoas. O Brasil ratificou e adotou esse protocolo, mas, na visão do Ministério Público do Trabalho, não é só ele que legitima uma atuação e que exige do Estado brasileiro uma atuação no combate principalmente dessas questões. Nós temos também convenções da Organização Internacional do Trabalho que tratam dessa questão, sobretudo quando verificamos o tráfico de pessoas para fins de trabalho forçado, como também para fins de exploração sexual, sobretudo de menores e adolescentes. Nesse último caso, falo especificamente da Convenção 182 da OIT, que reputa e repudia como uma das piores formas de trabalho infantil a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Aproveito também, para não me alongar muito, a excelente explanação do Dr. Alexandre quanto à questão da tipificação, mas acrescentaria que, em relação ao trabalho forçado, no caso do tráfico de pessoas para essa finalidade, não teríamos tão somente, no entender do Ministério Público do Trabalho, os arts. 206 e 207 do Código Penal, mas o próprio art. 149, que tipifica como uma redução à condição análoga de escravo a pessoa que é submetida à condição de trabalho forçado, que é uma das formas de tráfico de pessoas, como também a questão do trabalho infantil, como ele já colocou.

Esses dois pontos, esses dois destinos, esses dois tipos de tráfico de pessoas vêm também perpassando pela atuação do Ministério Público do Trabalho, não sob o aspecto penal ou criminal, mas sob o aspecto cível, sob uma questão de reparação civil. Como eu já disse, as convenções da OIT reputam tanto o trabalho forçado quanto a exploração sexual de crianças e adolescentes como formas de trabalho ilícito e, sendo trabalho ilícito, também ensejaria uma atuação do Ministério Público do Trabalho.

Aí, temos tido várias atuações nessas duas searas, sobretudo no trabalho escravo, inclusive aqui, no Estado do Amazonas, exigindo não só uma regularização daquele meio ambiente de trabalho a que o trabalhador está submetido e também o ajuizamento de ações civis públicas visando à obtenção de indenizações por danos morais individuais, porque estamos

tratando de um direito indisponível, mas também por danos morais coletivos, já que qualquer atentado, qualquer situação que exponha o trabalhador a uma situação aviltante, degradante, forçada, contra sua vontade, gera também impacto a valores da nossa sociedade, valores esses que estão realmente consubstanciados na própria Constituição da República, como o valor social do trabalho e a dignidade da pessoa humana, que são valores que estão prescritos na própria Constituição como fundamentos da nossa República. Então, na medida em que uma pessoa é submetida a uma condição análoga de escravo, essa pessoa é explorada sexualmente, sobretudo a criança, isso não gera um problema tão somente para aquela pessoa, mas traz um problema social para todo o Estado brasileiro. Daí o porquê de se falar em dano moral coletivo.

Aqui, no Estado do Amazonas, temos esses dois problemas: trabalho escravo e trabalho infantil. Vou trazer aqui principalmente a questão do trabalho escravo, apesar de, na questão de tráfico de pessoas, ser o trabalho escravo a segunda pior forma de tráfico de pessoas. A primeira é a exploração sexual e os números dizem isso. Como foi trazido, quase 80% do tráfico de pessoas gira em torno da exploração sexual, sobretudo de crianças, e, em segundo lugar, do trabalho escravo.

Aqui, no Estado do Amazonas – e aí eu chamo a atenção dos Parlamentares para esta situação, porque o Estado do Amazonas, muitas vezes, desconhece isso, principalmente os órgãos de fiscalização, porque as áreas onde hoje estão concentradas a exploração de trabalho escravo estão em áreas em que os órgãos de fiscalização do Estado, muitas vezes, não atuam, quem atua são os órgãos de fiscalização sobretudo do Estado de Rondônia.

Então, quando há um problema na região de Lábrea, Boca do Acre, Apuí e Canutama, quem atua é a Polícia Federal do Estado de Rondônia, é a Polícia Rodoviária Federal do Estado de Rondônia, então isso já é uma situação que dificulta um relacionamento entre, por exemplo, o Ministério Público do Trabalho com esses órgãos, porque a dificuldade de contato já é muito grande, pela simples distância, então fazer uma operação, organizar tudo isso torna-se ainda mais difícil.

Então, seria necessário que houvesse uma concentração e um melhor aparelhamento, tanto da Polícia Federal quanto da Polícia Rodoviária Federal, principalmente de material humano e material em termos de equipamentos, para que esses próprios órgãos de fiscalização possam chegar mais rapidamente e ter um contato, uma aproximação maior nessas áreas.

E falo realmente porque, hoje, o Ministério Público do Trabalho tem mais de oitenta procedimentos envolvendo, nessas áreas, questões relacionadas a trabalho escravo, sobretudo na região de Boca do Acre e na região de Lábrea; inclusive, no final do ano passado, tivemos, aqui no Estado do Amazonas, quatro condenações de proprietários por danos morais individuais e coletivos, pela prática de exploração do trabalho escravo. Então, em Lábrea, dois fazendeiros foram condenados pela prática de trabalho escravo.

Isso é uma realidade – e aí eu digo, Senadora, que tive a oportunidade de residir no seu Estado, o Estado do Pará, por dois anos, e à época era Juiz, fiquei dois anos como Juiz naquele Estado, e justamente na cidade de Parauapebas, respondendo por Eldorado de Carajás, Curionópolis e Canaã dos Carajás. Mas também passei por outras regiões, Marabá, e sei da dificuldade.

Não me interprete mal, mas, se nós não tomarmos providências urgentes em relação a essa situação, principalmente em relação a esse avanço que está vindo de Rondônia, do Acre, de Mato Grosso e, em menor proporção, também do Estado do Pará – desculpe-me o que eu vou falar – nós possivelmente vamos transformar o Amazonas, em curto ou a médio espaço de tempo, o que hoje vem passando o Estado do Pará, o Estado de Mato Grosso.

Então, é necessário melhorar a fiscalização, ampliar a fiscalização, mas não basta só isso, penso eu. É necessário que a gente também invista – e aí eu falo invista – em políticas públicas no trabalho preventivo, principalmente em torno de educação, melhores condições de trabalho... O Ministério Público do Trabalho sozinho não vai conseguir resolver isso e nem os órgãos de fiscalização. É necessário que o Estado, e aí eu digo Município, Estado, Ente Federativo e a União invista realmente nessa situação para que mude esse quadro. Trabalhem melhores políticas públicas, campanhas, ações preventivas e, principalmente – aí eu falo aqui diretamente ao Secretário e também aos Parlamentares – é necessário que haja que se criem abrigos; assim como existe hoje o SAMU, que é um sistema de apoio médico padronizado em todo o País, que se crie um sistema de abrigo em todos os Estados, que houvesse esse abrigo. Por quê? Porque hoje, aqui mesmo no Estado do Amazonas, e isso tem sido muito comum no Estado do Pará, há a reincidência de pessoas; pessoas que já foram resgatadas da condição análoga de trabalho de escravo ou que já foram vítimas de exploração sexual em outras fiscalizações foram encontradas na mesma situação. Por quê? Porque, entre ficar naquela situação e passar fome, a pessoa acaba optando por aquela situação degradante, aviltante.

Então, é necessário se criar condições, políticas públicas para resolver essa situação e evitar a reincidência.

Quero dizer que, no aspecto trabalhista, existem condições de já dar um primeiro passo nesse apoio ao trabalhador.

A Lei nº 8.036 que trata do FGTS, no caso de resgate de trabalhadores, seja por exploração sexual, seja por trabalho análogo de escravo, permite que essas pessoas, ainda que numa condição informal e irregular, venham a receber, por um determinado período, o seguro-desemprego, por conta dessa situação aviltante.

Então, são essas situações que eu trago aqui, e, só para finalizar, eu peço desculpas, eu sei que eu já me excedi um pouco no tempo, mas essa questão de trabalho escravo e exploração sexual não é uma questão no Estado do Amazonas tão somente interna. Nós temos questões inter-regionais, principalmente de maranhenses vindo para o Estado do Amazonas; já encontramos pessoas do Sul do País, migrando pelo Estado de Mato Grosso, de Rondônia, também se alojando, mas trago duas outras situações: existe também o tráfico internacional, seja na exploração sexual, seja de crianças que estão sendo levadas do Estado de Roraima para as Guianas, para o Suriname, e também recentemente tivemos o caso de trabalho escravo dos chineses.

Não sei se recordam, mas, no final do ano passado, quatro chineses foram resgatados de uma empresa que recebe incentivos fiscais do modelo Zona Franca de Manaus; que já estavam aqui há vários anos, não sabiam falar a nossa língua, vieram da China, apanhavam com cabo de bambu e comiam carne de cachorro.

Isso é um trabalho forçado, isso é uma redução análoga de escravo que também deve ser coibida. E o Ministério Público do Trabalho, juntamente com a Arquidiocese, está tendo uma preocupação, mas já está fugindo aos nossos controles. E aí reitero a intenção que o Secretário colocou em relação à questão das nossas fronteiras.

Hoje nós estamos com um grande número de haitianos aqui no nosso Estado; mais de mil haitianos estão no nosso Estado e, hoje, tanto o Ministério Público do Trabalho quanto à Arquidiocese estão perdendo o controle, não têm mais condições. E, quanto a essas pessoas que, hoje, ainda estão sendo alocadas no mercado de trabalho, possivelmente nós não teremos mais condições para abrigá-las e certamente essas pessoas poderão ser exploradas sexualmente ou também encaminhadas para o trabalho forçado. E é isso que a gente não quer.

Então, chamo a atenção para essas situações e parabenizo, para finalizar, a atitude da Senadora Vanessa Grazziotin de trazer para o nosso Estado a discussão dessa questão, que é o que hoje ainda representa uma chaga, uma chaga muito pesada, muito cara para o nosso Estado brasileiro. E parabenizar também a Senadora Marinor Brito.

Parabéns.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigado, Dr. Josiney pela sua colaboração, e, antes de passar a palavra a Drª Neide, que aqui representa o Secretário de Segurança do Estado do Amazonas, eu gostaria de solicitar, porque percebo que as intervenções têm tido muito conteúdo e têm se preocupado muito com algumas sugestões.

Óbvio que nós estamos gravando, fazendo as notas taquigráficas, mas seria importante, até para que o relatório pudesse ser fiel com aqueles que estão colaborando, que fosse encaminhado formalmente, por escrito, num papel, tudo isso que está sendo proposto aqui.

Passo a palavra, agora, a Drª Neide Alves Alvarenga.

A SRA. NEIDE ALVES ALVARENGA – Srª Senadora Vanessa Grazziotin, Presidenta da CPI sobre o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, Srª Senadora Marinor Brito, Relatora desta CPI, Secretário de Justiça Carlos Lélio Lauria, em nome de quem cumprimento todas as autoridades desta Mesa.

Quero também cumprimentar as delegadas da Polícia Civil, Drª Graça e Drª Carolina presentes, senhoras e senhores, estou aqui representando o Secretário de Segurança Pública, Dr. Zulmar Pimentel dos Santos, para falar sobre o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil.

Estou aqui também com o estudo da Organização Internacional para as Migrações, OIM, fornecido pelo Diretor Regional do Cone Sul do órgão, que declarou que uma mulher pode ser "vendida" para uma rede de exploração sexual por 100 dólares a 1.600 dólares.

O estudo revela que as vítimas costumam ser mulheres de classe social baixa que vieram de um ambiente de marginalidade com o entorno familiar instável, além de precário nível educacional. Assim, com pequenas possibilidades de trabalho, essas mulheres estão predispostas a migrar e cair em diferentes esquemas.

Formas para atrair.

Pasmem. Normalmente quem atrai são as próprias mulheres, mulheres ligadas de alguma maneira com o âmbito familiar da vítima ou uma vizinha e até mesmo membros da própria família que apresentam

oferta de emprego bem remunerado no exterior ou em seu país, mas longe da família.

Os captadores também recorrem a táticas com a publicação de anúncios nos quais o trabalho a desenvolver não está claramente especificado: testes de elenco para trabalhar no mundo da publicidade ou como modelos e até sequestros.

Nós tivemos um caso no Estado de Tocantins, de onde eu sou egressa. Em Gurupi, nós tivemos muita expedição de passaportes e o delegado que cuidava dessa área começou a proceder a diligências, abriu um inquérito e começou a investigar aquelas pessoas que tiravam passaportes. O que ele fez? Começou a ouvir as pessoas: para onde elas iam. E descobriu-se que elas estavam indo, a maioria, para a Espanha. O que ele fez? Começou o trabalho e procurou, via Interpol, a polícia da Espanha. E fizeram um trabalho conjunto.

No dia em que foi desencadeada a operação no Brasil, desencadeou-se também na Espanha. No Brasil foram presas oito pessoas, homens e mulheres, a maioria mulheres que aliciavam, agenciavam essas mulheres e mandavam para a Espanha. E na Espanha também foram presas outras pessoas que comandavam de lá o tráfico internacional de pessoas.

Então não adianta você ter a vítima, mas não prender quem está por trás, quem está lucrando com isso. E, como disse aqui alguém da mesa, as vítimas são julgadas socialmente do lado negativo e são marginalizadas. Por isso muitas mulheres que entram nessa rede preferem se calar a contar que foram usadas, que tiveram que se prostituir para pagar a passagem aérea, no caso que estou contando, lá na Espanha. O agenciador lá na Espanha segurava o passaporte e obrigava essas mulheres a trabalhar, a se prostituir, a trabalhar em boates – normalmente são subempregos – para se manter naquele país.

Voltando ao Brasil, nós temos uma legislação precária. O Código Penal Brasileiro, no art. 231, prevê o tráfico de mulheres: "Promover ou facilitar a entrada no território nacional de mulher que nele venha a exercer a prostituição ou a saída de mulher que vai exercê-lo no estrangeiro. Pena: três a oito anos".

Quando o tráfico ocorre internamente, normalmente o enquadramento legal é o crime de favorecimento à prostituição, art. 228: "Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone. Pena: dois a cinco anos".

No nosso tipo penal específico para tráfico interno de mulheres, o Brasil deve centrar, se quiser realmente enfrentar o grave problema do tráfico de mulheres. O nosso Código Penal não define como crime o tráfico interno. Esse crime acaba não sendo punido adequadamente e, consequentemente, o Brasil não adotou medidas concretas para punir, prevenir e reprimir o tráfico interno de mulheres.

Como disse o nosso Secretário de Justiça, Dr. Lauria, nós temos condições, sim, de enfrentar esse problema com o Efron, o Enefron. São programas do governo que estamos adequando para atuar.

A SSP, em conjunto com a delegacia da mulher e com a delegacia do menor, tem condições de atuar, de fazer um trabalho bem melhor para enfrentarmos esse problema.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Drª Neide.

V. Sª traz aqui para a CPI alguns relatos de casos objetivos detectados já em pesquisas, mas que mostram o quanto é deprimente esse tipo de crime.

Quando o Dr. Lélio sugere uma ampla campanha no Brasil inteiro é porque nós entendemos que tratando o tráfico de pessoas podemos trabalhar preventivamente, porque o tráfico de pessoas sempre está acompanhado de outro tipo de crime. As pessoas são traficadas para ser exploradas. Então, essas sugestões que as senhoras e os senhores estão nos repassando fortalecem o nosso entendimento de que é preciso pegar mais nas mãos este tema, o tráfico de pessoas, para que possamos, através dele e de uma vez só, coibir uma série de crimes danosos às pessoas.

Para concluir esta nossa primeira fase, eu gostaria de passar a palavra para o representante da Polícia Federal, o Delegado Roberto de Jesus Câmara da Costa.

Informo ainda que a Drª Neide, que acaba de falar, é oriunda da Polícia Federal, mas hoje está na Secretaria de Segurança do Amazonas.

Dr. Roberto, com a palavra.

O SR. ROBERTO DE JESUS CÂMARA DA COSTA – Bom dia, senhores e senhoras. Quero cumprimentar a Mesa, os membros que compõem essa Mesa e parabenizar a iniciativa do Senado em realizar esta CPI.

Sou o Delegado Roberto Câmara. Chefio atualmente a Delegacia de Defesa Institucional. Estou representando aqui a Superintendência da Polícia Federal no Amazonas.

Como já colocado aqui na Mesa, desde 2003, que foi o primeiro olhar para esse problema, a Polícia Federal passou a dar uma atenção e buscar capacitação, sensibilização dos servidores para o combate a esse tipo de crime.

A gente sabe que o tráfico de pessoas se confunde com diversos crimes. Como já foi colocado, é um problema do mundo. Não é um problema aqui do Amazonas ou do Brasil; é um problema mundial.

Fiz algumas anotações em razão das colocações dos colegas. Creio que mais do que relatar as atividades

des que nós temos desempenhado, creio que vou ter muito a responder nos questionários que deverão ser feitos para a Polícia Federal.

Em 2009, houve uma audiência pública na Câmara Municipal. Eu estava assumindo a Delegacia de Defesa Institucional aqui no Amazonas.

Já foi colocada a dificuldade de denúncias chegarem até a Polícia Federal. Muito se fala, há muitos estudos, rotas são identificadas, mas são pouquíssimas as denúncias que chegam até a superintendência. Para poder informar, fiz um levantamento de 2008 até 2011. Em 2008, posso informar que foi instaurado um inquérito policial; em 2009, dois inquéritos policiais; em 2010, quando começamos a ter esse olhar, três inquéritos policiais. Desses três, dois se referem a uma operação desencadeada no ano passado que conseguiu desmantelar uma organização que traficava mulheres de Manaus para Georgetown, na Guiana.

Hoje, já estamos em julho de 2011, não há nenhum inquérito instaurado para apurar esse tipo de crime.

Com relação às dificuldades que temos, para esclarecer um pouco, a Delegacia de Defesa Institucional trata do quê? Ela trata de crimes eleitorais, conflitos agrários, segurança de autoridades e dos crimes envolvendo direitos humanos. Existe uma unidade central em Brasília, aqui representada pela Delegacia de Defesa Institucional.

Quanto aos crimes envolvendo direitos humanos temos: o trabalho escravo; o tráfico internacional de seres humanos; e o crime de pornografia infantil pela Internet, que é o que mais tem demandas, pelo menos na Superintendência, nessa parte que envolve direitos humanos.

Com a titularidade da Delegacia, conseguimos, ao menos, centralizar. Em razão da rotatividade de servidores do Amazonas, especificamente, os inquéritos acabavam ficando nas mãos de diversas autoridades e tínhamos dificuldade de até prestar informações. Costumeiramente, somos demandados a informar quantos inquéritos temos em relação a esse tipo de crime. Conseguimos centralizar, e agora ficou bem mais fácil a pesquisa e até o trato da investigação.

Quanto à nossa fronteira, foi relatado aqui o problema da grande migração de haitianos. A fronteira de Tabatinga é aberta, não há como fechá-la. O Estado do Amazonas faz fronteira com dois países produtores de droga. Com o efetivo já reduzido, sabemos que nenhum órgão aqui terá os recursos ideais – tenho certeza de que nenhum órgão trabalha com os órgãos ideais. Há o problema intenso do tráfico de drogas naquela região, mas não há como cobrar uma atuação de excelência em todas as áreas.

O grande foco, principalmente em Tabatinga, é o tráfico de drogas, que leva e demanda todo o esforço do efetivo daquela unidade.

Sou amazonense também e, portanto, não falo só como representante do Departamento, mas como cidadão.

O colega do Ministério Público do Trabalho colocou a dificuldade da Polícia Federal em algumas ações. Realmente, não tive o cuidado de levantar a questão do trabalho escravo, mas como ele colocou aqui, devo relatar que há um inquérito de 2008; um de 2009; e um de 2010, relacionado ao flagrante realizado na empresa que escravizava chineses.

O grande problema do trabalho escravo ocorre no sul do Amazonas, que é atendido por outra delegacia. Essa é uma questão operacional da Polícia Federal. No Estado do Amazonas, nós temos apenas duas unidades da Polícia Federal. No Pará, que é o Estado da Senadora, como foi colocado, segundo o que levantei, temos, se não me engano, em Marabá, Altamira, Santarém e Redenção, fora Belém. Talvez seja por isso que lá a questão do trabalho escravo venha mais à tona. Nós só temos unidades em Manaus e Tabatinga. Esse problema, essa deturpação deve ser verificada.

No Rio Grande do Sul, existem treze delegacias da Polícia Federal. O Amazonas, embora tenha uma dimensão enorme, possui apenas delegacia em Manaus e em Tabatinga.

Em razão dessa dificuldade operacional, de instruções, de investigação em localidades de difícil acesso, o apoio é repartido. A Superintendência de Rondônia atende ao sul do Amazonas, especialmente Humaitá, Lábrea; o Acre atende a Boca do Acre, porque a dificuldade de locomoção e de recursos para partir de Manaus e realizar essas diligências é imensurável.

Vejo também a dificuldade em relação a uma discussão séria quanto à exploração do tráfico. Precisa haver uma regulação da atividade sexual, independentemente dos valores que tenhamos.

No caso de que tratei pessoalmente. Nele, verificamos que as atividades que elas realizavam em Georgetown são as mesmas que elas realizam em Manaus. Não podemos ficar cegos diante disso. Elas são exploradas. Existem casas de prostituição aqui em Manaus que são conhecidas.

Esta semana, tive contato com o oficial de ligação. A operação, graças a Deus, transcorreu rápido. Chegou a notícia, conseguimos. A notícia chegou em junho de 2010; em agosto de 2010, houve a prisão em flagrante e o cumprimento de quatro mandados de prisão. Então, em dois meses foi verificado.

E mais, vale ressaltar aqui – não poderia esquecer – a integração com o Ministério Público Federal e

a Justiça Federal. Em agosto, houve a autuação em flagrante, o inquérito foi relatado; em dezembro, duas foram condenadas. Tramitou rápido. No momento que chega e os órgãos trabalham em conjunto, creio que realmente o trabalho rende mais.

Devo avalizar as contribuições indicadas pelos colegas quanto ao fortalecimento do PROVITA, que é essencial, ao incremento das ações das Embaixadas no exterior.

Creio que seja isso. Fico à disposição para receber os eventuais questionamentos. (*Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) - Muito obrigada, Dr. Roberto.

Quero cumprimentar todos os nossos convidados que estão à mesa, porque todos foram muito disciplinados com o tempo, ajudando o bom andamento.

O SR. WASHINGTON RÉGIS (PMDB – AM) – Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Deputado Régis.

O SR. WASHINGTON RÉGIS (PMDB – AM) – Senadora, quero comunicar a V. Exª que tenho agora, ao meio dia, uma audiência na Comissão de Saúde, onde estamos intermediando a conversa entre os neurologista que trabalham para o Estado e o Secretário Alecrim, a pedido do Governador, para que possamos ter um número maior de cirurgias realizadas no Estado. O Presidente, Deputado Vicente, pediu que eu não faltasse, para que possamos dar início a essa conversação.

Então, peço licença e parabenizo a senhora e a nossa Senadora, que nos visita. Sejam muito felizes nessa ação, pois isso agride a todos nós e esperamos ter um País mais justo para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) - Deputado Régis, agradecemos a V. Exª, eu e a Senadora Marinor, pela presença.

Antes de passar a palavra ao Presidente da Assembléia Legislativa, que também tem um compromisso agora, para comunicar e agradecer pela presença ao Deputado Fausto Souza, como também ao Deputado José Ricardo, que aqui está.

Passo a palavra ao Deputado Ricardo Nicolau.

O SR. RICARDO NICOLAU (PRP – AM) – Muito obrigado, Senadora Vanessa. Serei muito breve. Peço desculpas aos convidados e agradeço a Senadora Marinor Brito pela presença, Relatora da CPI.

O tema discutido: tráfico sexual, tráfico de órgãos, trabalho escravo, adoção ilegal, é extremamente importante. O Amazonas, como o Brasil como um todo, passa por muitos problemas sociais de oportunidades, problemas de segurança em nossa fronteira, que é muito grande, por isso é muito difícil conter... Há pouca denúncia. Esse é um problema muito sério. O nosso Delegado da Polícia Federal disse que, nos inquéritos que foram instaurados aí, foi preciso fazer um trabalho de conscientização para que as pessoas pudessem denunciar, porque, se não houver a denúncia, não vai haver o inquérito, não vai haver a punição, e o sentimento de impunidade vai ser cada vez maior e o crime cada vez maior. Então, é extremamente importante que haja essa integração. Essa reunião, essa audiência pública busca essa integração dos órgãos para atuar de forma unida e mais eficaz.

Eu queria deixar aqui, para finalizar, uma solicitação. No ano passado, eu era presidente da Comissão de Serviços Públicos e Transportes da Assembléia e nós fizemos uma visita, uma fiscalização para ver as condições de transporte intermunicipal, interestadual e até mesmo para a Venezuela e a Guiana. Nós constatamos ali um problema muito sério que nós alertamos à época, mas eu gostaria de reiterar, que é a questão da fiscalização da saída de menores, a fiscalização aqui na nossa rodoviária. Essa fiscalização, através do Juizado de Menores, estava deixando de buscar a certidão de nascimento, de realmente verificar se era filho, se não era, se era parente. Constatamos que tinha só uma funcionária para atender todo o movimento, Desembargador Sabino, e ela ficava Ali na sala para fazer também os procedimentos de rotina. Comunicamos às empresas que as próprias empresas não estavam fazendo a verificação e menores estavam indo acompanhados, sem nenhuma identificação. E dali vai para outros Estados, como Roraima, dali vai para a Venezuela, vai para a Guiana.

Então, deixo aqui, mais uma vez, essa solicitação para que nós possamos, na nossa rodoviária, que tem ônibus diariamente para a Venezuela e para outros Estados, intensificar esse controle, porque nós já temos muitas dificuldades. Há coisas mais simples que são eficazes também. Então, intensificar a fiscalização no porto, nas saídas do Estado, para que haja essa identificação e diminua ou acabe a saída de pessoas e o tráfico e até de adoção de crianças muito pequenas em outros países.

Muito obrigado a todos. Parabenizo o Senado, as Senadoras, por estarem aqui no Amazonas. Estaremos aqui de braços abertos para recebê-los, quantas vezes forem necessárias, para tratar desses temas tão importantes para o Amazonas, para o Brasil. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado Ricardo Nicolau. Quero aqui apenas reiterar o pedido de que as informações que estejam disponibilizadas para a Assembléia Legislativa e que possam ajudar o trabalho

desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós teremos muito prazer em recebê-las.

Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu acho que a Assembléia Legislativa pode e deve contribuir no enfrentamento das violências, e eu sei que, por parte de alguns Deputados e de algumas Deputadas, há o empenho nesse sentido. Mas eu acho que institucionalizar um disque-denúncia, uma ouvidoria, na Assembléia, estimularia a sociedade a denunciar, ajudaria nessa mobilização social que se faz necessária. Eu estou muito assustada, Deputado, depois do pronunciamento do delegado da Polícia Federal, Dr. Roberto, com a ausência de processos, de inquéritos, de denúncias. Isso aqui é estranho a tudo o que a gente tem de informação aqui no Estado, do Estado e das relações que envolvem o tráfico e desse número de registros.

Eu queria pedir, em nome já da CPI, em meu nome e em nome da Senadora Vanessa, que V. Exª, junto com vossos pares, criassem legalmente aqui, por decreto, como Presidente, que sabe que tem prerrogativas para isso, instalar um disque-denúncia, criar uma página permanente de denúncias na página da Assembléia Legislativa, como nós conseguimos agora, com poucos dias de instalação desta CPI, criar na página do Senado federal. Eu acho que isso tudo pode interagir, porque esse crime não se enfrenta se não for em rede.

O SR. RICARDO NICOLAU (PRP – AM) – Muito obrigado, Senadora. Nós temos aqui, de nossa autoria, o 0800, tem um sistema funcionando, através da Comissão de Direitos da Mulher e do Adolescente. Também temos um programa chamado Chame, que não só está no âmbito da Assembléia como das Câmaras municipais, para receber denúncias tanto de ações contra crianças, adolescentes e mulheres. A sua ideia é extremamente válida e nós vamos providenciar para que, tanto no nosso *site* quanto nas comissões que estão envolvidas com isso, possam haver esse *link* direto e que a gente possa também repassar essas informações – lógico que de forma sigilosa – à Polícia Federal, à Comissão do Senado. Muito obrigado pela sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Obrigada mais uma vez, Presidente, Deputado Ricardo Nicolau.

Antes de passar a palavra para a nossa Relatora, gostaria de dizer que, se os presentes tiverem questionamentos para qualquer um dos que fizeram exposição, a Mesa receberá e fará o questionamento aos nossos convidados e convidadas.

No nosso segundo bloco falarão a Irmã Marie Henriqueta, a Delegada Linda Gláucia, Fabiana Salvador Reis, que representa a Polícia Rodoviária Federal, a Drª Catarina, a Drª Michelle Vitória, a Drª Graça Prola e a Vereadora Lúcia Antony. Então, essas pessoas comporão o nosso segundo bloco.

Passo a palavra, de imediato, para suas perguntas e seus questionamentos, à Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Acho que não só perguntas, mas tentarei interagir com a contribuição de V. Sªs. Aproveito também para agradecer o atendimento imediato de V. Sªs aqui, prestando essa colaboração ao nosso trabalho da CPI.

A gente evidencia, de pronto, pelas falas que existe uma deficiência de recursos humanos em todos os setores. Obviamente que existe, além da deficiência, até por não estar tipificado na legislação o crime de tráfico de pessoas, a falta de preparo histórico das instituições de fazer o enfrentamento. Tanto que a situação vem se repetindo e aumentando cada vez mais, a ponto de a gente evidenciar nas interfaces do crime de tráfico de pessoas, como a questão do trabalho escravo, essa situação muito pertinente que o promotor coloca.

O Estado do Pará não tem mais delegacias apenas porque o Estado decidiu, os governos decidiram. Existe uma mobilização social, uma pressão social grande que tem exigido uma ampliação, uma descentralização do trabalho. É preciso que Estados territorialmente grandes como os nossos, aqui na Amazônia, tenham essa infraestrutura descentralizada, caso contrário não vai, obviamente. E aí é preciso exigir, é preciso colocar nos relatórios a identificação dos problemas.

Eu queria aqui fazer uma referência, no que diz respeito à fala do Dr. Roberto, a uma questão que a gente não pode confundir: a questão do direito à prostituição e do direito à migração, com a situação de exploração sexual, cerceamento de liberdade e a jornada exaustiva desumana que as prostitutas têm quando elas são apropriadas pelos traficantes.

É bom que a gente deixe isso bem claro, que o direto à migração, o direito a exercer a profissão de prostituta elas têm, embora tenham várias teses, vários pensamentos diferentes sobre essa questão que têm sido debatidos em encontros e congressos. Mas a gente tem que ter muito claro o que significa isso.

Bom, eu queria perguntar ao Secretário de Justiça – que eu não vou errar o nome, não corro esse risco de confundir, porque eu não tenho ainda intimidade, não tenho muito conhecimento, embora eu tenha respeito e um carinho muito grande pelo povo amazonense, que acolhe muito bem o povo paraense, há um processo migratório muito grande. Desde quando eu cheguei, estou encontrando conterrâneos meus, até da minha região, lá do Baixo e Médio Amazonas e Tapajós. Esse

direito de migração é um direto consagrado na Constituição, nas convenções.

Mas, uma ausência do Estado, em cada Estado da região amazônica e do País, a falta de estrutura do Estado é definidora para se ter uma ação mais efetiva, é definidora para haver essa inter-relação. E aqui foi bem colocado das dificuldades quando se trata de não ter uma estrutura policial nas fronteiras, acabando por exigir uma relação do Ministério Público ou de outros órgãos com outros Estados. Então, também está muito claro para a gente que essa relação entre os Estados que fazem fronteira e os países que fazem fronteira inexiste, pelas informações que V. Sªs nos trazem. É preocupante, é preciso criar laços, é preciso fazer valer os tratados internacionais.

E a gente queria que fosse identificado por vocês o que é que impede esse relacionamento, em primeiro lugar. Por que é difícil a relação de um Estado para o outro e do Estado do Amazonas com outros países que fazem fronteira? Eu queria que vocês identificassem, porque nós vamos tratar disso no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, vamos tratar disso com as embaixadas, vamos buscar mecanismos para que esses laços se estreitem no enfrentamento desse crime.

Na opinião de V. Sª, Dr. Carlos Lélio, o tráfico de pessoas é mais uma questão de segurança pública ou de direitos humanos? Eu queria saber qual é a opinião do Governo do Estado, como o Estado do Amazonas vê isso. Para nós é importante ter essa definição.

Eu também queria saber desde quando foi instalado o núcleo de enfrentamento do tráfico de pessoas e, para o núcleo, para o Estado e para todos os participantes desta Mesa, queríamos saber quantos casos foram registrados. E vamos pedir, oficialmente, que vocês remetam à CPI todos os casos registrados e em que situação eles se encontram, no processo de investigação, de julgamento, os registros que vocês têm, para que a gente tenha também a possibilidade de mapear o que existe oficialmente registrado.

É possível dizer que o mercado de exploração sexual é uma forma de vida para as mulheres carentes do Amazonas, ou o Estado acha que isso é um problema cultural? A gente está solicitando essa informação.

Ainda para o Dr. Carlos Lélio: Quais os fatos ou evidências foram verificados que possam fundar suas preocupações com relação a processos de adoção internacional por agentes diplomáticos estrangeiros? Com aquele mesmo interesse de tentar encontrar uma saída.

Ao representante da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Ministério Público Federal: tanto o Dr. Lélio quanto o Dr. Alexandre mencionaram a importância de campanhas de prevenção ao tráfico de pessoas. Nós queríamos saber das instituições: Quais têm sido as ações específicas de seus respectivos órgãos para atender essa necessidade?

Vou fazer todas as perguntas e vocês também respondem em bloco, porque acho que isso ajuda.

É possível dizer que, em regra, as vítimas de tráfico de pessoas no Amazonas, seja para fins de exploração sexual, seja laboral, são conhecedoras dos esquemas de tráfico? Em geral, elas têm ciência, mesmo que genérica, das obrigações e condições a que estão sujeitas antes do processo, ou a situação mais frequente é de engano e de surpresa?

É possível apontar, especificamente no Estado do Amazonas, essas causas para o fenômeno do tráfico de pessoas, na opinião de vocês?

Qual é o perfil dos traficantes e aliciadores? São, em sua maioria, pessoas conhecidas das vítimas, amigos e familiares? Há algumas posturas regulares das vítimas de tentar ocultar e preservar a identidade dos traficantes ou aliciadores?

É possível traçar, no âmbito do Estado do Amazonas, um diagnóstico do tráfico de pessoas praticadas contra indígenas? Em que frequência e que forma de recrutamento ocorre?

Bom, eu queria perguntar também para o Dr. Roberto se, entre esses três casos registrados, esses três processos registrados, está um processo recente que tivemos conhecimento pela denúncia no *site* do Senado, inclusive ontem à noite, relacionado com o Dr. José Lauro Rocha da Silva. Em que estágio está esse processo?

Nós queríamos também saber, no caso das pessoas que denunciaram esse processo, se vocês têm alguma situação de proteção já estabelecida aos denunciantes.

Vou parar por aqui, por enquanto, para dar oportunidade aos nossos convidados. São perguntas que podem ser respondidas por todos, a meu ver, porque há muitas coisas que são gerais, que podem contribuir. Se alguém tiver já algum dado de quantitativo, de situações de dificuldades, porque eu achei que faltou um pouco mais, na fala de vocês, explicitar as dificuldades. Os dois aqui do meu lado se prenderam um pouco mais nisso.

Nós ouvimos o relatório da Polícia Federal em Brasília – a Senadora Vanessa se lembra bem disso –, e estão disponibilizados para cada Estado, para tratar desse tema, dois policiais federais. Como está essa relação? Há pedido de mais efetivo? Há previsão de concurso? Há demanda daqui da Superintendência? A gente quer saber qual é a estrutura.

E da Secretaria de Segurança Pública, da estrutura de pessoal que pode estar disponível, qual é

o contingente que pode estar sendo capacitado para atender a essas ações? O que precisaria ter?

Eu vou ter daqui a pouco... Estamos solicitando uma audiência com o Governador do Estado no final da tarde, e tomara dê certo com a agenda dele, porque também queremos levar para ele as demandas. Queremos dizer para ele o que viemos fazer aqui, nos colocando à disposição inclusive para intermediar emenda parlamentar, intermediar abertura de financiamento, de apoios, de aporte financeiro e político, porque não adianta passar por aqui, vir, tecer um monte de críticas e não tentar ajudar a melhorar a estrutura para que o enfrentamento seja feito com mais resolutividade.

Por enquanto é isso, Senadora Vanessa.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senadora Marinor. Também vou fazer alguns pouquíssimos questionamentos e aproveitar para que possa fazer uma rodada com esses convidados, porque em seguida ouviremos os demais.

Eu perguntaria ao Secretário de Direitos Humanos do Estado do Amazonas, assim como à representante, a Subsecretária de Segurança aqui do Amazonas se, na opinião do senhor e da senhora, esse tipo de crime acontece mais na capital, ou seja, numa grande cidade, ou se é um crime que tem uma maior ocorrência no interior do Estado. E qual é a participação dos Municípios, do Poder Público municipal no enfrentamento desse problema?

Perguntaria também aos dois qual a opinião dos senhores – principalmente o Dr. Lélio que está há mais tempo; a Drª Neide está há pouquíssimo tempo aqui no Estado do Amazonas à frente dessa função, e talvez o Dr. Lélio tenha mais condições de falar porque já vem do governo anterior – sobre quais foram os avanços detectados aqui no Estado do Amazonas, os avanços práticos que puderam ser percebidos em relação ao Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, plano que foi estabelecido, cuja primeira etapa se encerrou no ano de 2010. Que impacto esse plano teve para o Estado do Amazonas?

Perguntaria ainda ao Secretário, aos representantes do Amazonas...

Eu poderia deixar essa pergunta. Acho que na segunda Mesa vamos ter mais o pessoal que trabalha na linha de frente. Então, vou deixar essas perguntas para a segunda oportunidade.

Gostaria de perguntar também sobre a parceira do Estado do Amazonas, dos órgãos de segurança pública, de direitos humanos, assim como sobre a parceria dos órgãos federais que atuam no Estado do Amazonas – a Polícia Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal. Que parcerias temos com os países que fazem fronteira com o nosso Estado? Eu não diria com o Brasil, mas pelo menos com o Amazonas. Se há um encontro regular entre esses no sentido de fazer uma verificação, de fazer uma análise em relação a esse tipo de crime.

Por fim, pergunto a quem queira responder – todos falaram a respeito da legislação –, mas acho que para nós da CPI seria muito importante: a legislação brasileira é suficiente para o enfrentamento do tráfico de pessoas? Ou a legislação brasileira é insuficiente, é precária, no enfrentamento desse crime? E, se for a segunda alternativa, quais são as sugestões que os senhores dariam para o aperfeiçoamento da legislação brasileira quanto ao enfrentamento desse problema do tráfico de pessoas?

Era isso.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA)– Em relação à questão da oitiva das vítimas, a gente queria deixar claro e estimular a sociedade a estimular as vítimas a nos procurarem. Estamos buscando, junto com algumas entidades da sociedade civil, identificar algumas vítimas e já organizar um processo de oitiva, com todos os cuidados legais e humanos de não expô-las, de não criar nenhum tipo de constrangimento. Inclusive a nossa ideia, para proteger mais as vítimas, é levá-las para serem ouvidas em Brasília, para evitar exposição pública, para evitar um debate como esse. Nós não queremos revitimizar ninguém, não queremos que elas sejam mais ameaçadas ainda do que já estão sendo por estarem vitimadas ou por já terem recebido ameaças de que, se denunciarem... E é claro que isso existe. Está aí o número pequeno de denúncias feitas, segundo o Dr. Roberto, de formalização de denúncias à Polícia Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Quem gostaria de iniciar? (*Pausa.*)

Dr. Lélio, pois não. V. Sª tem a palavra.

O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA – Prometo ser bem objetivo nas respostas, talvez sendo até omisso em alguns dados, mas certamente isso será complementado pela Michelle quando ela se manifestar.

Segurança pública e direitos humanos – pergunta da Senadora Marinor. Fazer segurança pública significa, em linhas gerais, proteger a sociedade e respeitar os direitos humanos. Logo, não se pode optar por uma ou outra. Essa questão do tráfico é uma questão de segurança pública e de direitos humanos, e assim o Governo do Estado do Amazonas encara a questão, porque não se pode fazer opção nesse assunto. Ela é uma questão de segurança pública e também de direitos humanos, porque é proteger a sociedade com respeito aos direitos humanos fundamentais.

Como está o núcleo de enfrentamento ao tráfico de seres humanos na Secretaria? Ele está aprovado,

está na fase de aquisição de materiais, licitação para aquisição desses materiais. Esperamos já nos próximos dias... – hoje mesmo tem uma comissão reunida na Secretaria de Justiça para tratar dessa questão. Logo, bem avançada.

Perguntou-se também sobre essa questão da responsabilidade dos entes federativos. Conversava com a Senadora Vanessa aqui, inclusive desrespeitando a sua fala, Senadora Marinor. Enquanto a senhora falava, eu dizia à Senadora Vanessa que uma das grandes dificuldades que temos – e aqui mesmo nesta audiência pública, salvo a minha amiga vereadora, Lúcia Antony; não temos, salvo engano, um representante do Município de Manaus. Sem o Município, não conseguiremos nada.

A senhora vai sentir essa mesma dificuldade e vai outra proposta objetiva para a CPI do tráfico de seres humanos: que, em todas as audiências públicas, tenha um representante com nível de decisão do Município. Vou dar um exemplo prático. Estou dizendo que em todas as audiências públicas é preciso... E o José Ricardo, como grande Deputado sabe que, sem o Município, não podemos fazer praticamente nada.

Vou dar um exemplo prático. Nós, agora mesmo, estamos com grande dificuldade de instalar um posto avançado aqui na cidade de Manaus, porque o Município que detém a titularidade do imóvel alega que não pode ceder aquele espaço para implantação de um posto avançado. Essa questão tem que ser tratada sob a ótica dos direitos humanos; logo, uma questão de Estado. Não é do governo do Estado de amazonas; é uma questão de Estado e por isto me manifestei logo na abertura desta CPI aqui na cidade de Manaus, porque vejo com muita esperança os resultados desta CPI, Senadora Marinor e Senadora Vanessa, porque ela tem o poder de sugerir, de mudar posturas e legislação. Para não me alongar muito, acho que tem que haver esta integração da União; já temos com a Secretaria Nacional de Justiça, pelo menos a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, o Governo do Amazonas tem essa parceria muito forte com os Estados e principalmente com os Municípios. Se não tiver aqui um representante do Município para decidir algumas questões nós não vamos avançar em quase nada.

Vou tentar me manifestar sobre quase todas as perguntas, não tirando...

A Senadora Vanessa lembrou bem: aqui não está a FUNAI. Aprendi uma coisa na vida: cada macaco na sua árvore. Prefiro que essa questão seja expressada por especialistas. Vou falar do que conheço, mas entendo que é uma questão grave, muito grave e tem que ser abordada com a presença da FUNAI, em respeito à especialidade de cada questão.

Foi feita uma pergunta quanto à exploração sexual, se ela é um mercado sexual... Ela é tudo. O tráfico de seres humanos, a exploração sexual é apenas uma, talvez uma das maiores finalidades do tráfico de seres humanos e tem que ser encarada dessa forma e combatida. Tem que ter medidas repressivas e de prevenção, principalmente, como foi falado aqui.

Quanto a adoção internacional, a senhora perguntou o que poderia ser feito. Eu fiz essa proposta porque isso foi discutido aqui no Amazonas em 2004 com vários países. A CPI pode propor isto, uma fiscalização mais rigorosa dos cartórios. Assim como a COAFI faz no sistema financeiro, assim como a Receita Federal faz com os cartórios, que têm que informar aquisição de bens imóveis, para essa fiscalização nós temos que ter uma atitude agora muito forte no que diz respeito ao acompanhamento da adoção dessas crianças, principalmente a adoção internacional porque aí está exatamente a figura da finalidade do tráfico de seres humanos. As vítimas são conhecedoras da prática? Eu diria que é uma questão cultural, sim. Isso foi falado por vários colegas aqui da mesa, deve ser abordado já na manifestação dos que ainda vão falar. Certamente elas são conhecedoras, mas o grande problema é aquela ingenuidade que têm algumas vítimas de achar que essa é uma prática natural, assim como ocorre na pedofilia, na violência doméstica. Essas pessoas conhecem sim alguns casos, mas não conhecem em profundidade essa questão e a gravidade que têm.

Para não me alongar muito, as causas desse fenômeno, temos, sim. Como foi proposto, vamos elaborar com a Michele, com toda a equipe da secretaria, mesmo sendo discutido aqui, vamos encaminhar um documento com todas essas propostas e esse diagnóstico da secretaria. Perfil dos aliciadores, temos, sim. É um trabalho que a Michele vai apresentar depois, temos um perfil já traçado tanto de traficantes, empregadores, consumidores, investidores, transportadores, informantes, servidores públicos corruptos que atuam nessa área, aliciadores, guias, cobradores, especialistas e pessoal de apoio nessa prática nefasta, lavadores de dinheiro – e essa é uma questão em que a Polícia Federal nesse momento está com um evento muito importante, e participei na terça feira, quanto à lavagem de dinheiro aqui – e a questão dos seguranças que são imigrantes ilegais que mantêm a ordem durante o transporte das vítimas. Todo esse perfil, nós já temos diagnosticado e vamos passar para a CPI.

A Senadora Vanessa faz um questionamento se o crime ocorre mais na capital ou no interior. Essa é uma questão que a gente sabe muito bem pelo volume: isso ocorre certamente mais na capital. No interior do Estado ocorre provavelmente com a mesma frequên-

cia, só que a clandestinidade é maior. Aqui na capital temos a possibilidade de implantar esses postos avançados e estamos engatinhando ainda nesse combate, mas certamente no interior do Estado isso ocorre de forma mais clandestina.

Responsabilidade dos Municípios. A Senadora Vanessa levantou a bola exatamente para que, como falei no inicio, cobre a responsabilidade dos Municípios. Assim como na execução da pena no sistema prisional os Municípios lavaram as mãos quanto a responsabilidade pelos presos que estão nesses Municípios, o crime foi lá mas o preso é mandado para a capital. Também ocorre no que diz respeito ao tráfico humano; como citei o exemplo, é preciso que os Municípios façam a cessão desses imóveis para que a gente possa implantar no tráfico de seres humanos. A proposta concreta que faço à CPI é que no seu relatório, ou antes até do final dos trabalhos, advirta a confederação nacional dos Municípios, são salvo engano 5.563 ou 5.564 municípios, que faça a orientação dos Municípios nas suas reuniões do direcionamento para participação dos Municípios nessa questão.

Os avanços no Amazonas são práticos do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas? Sim, temos vários avanços, a criação do núcleo de enfrentamento, a implantação desses postos avançados, a criação do disque-denúncia, mas eu queria e vou deixar para o final para fazer justiça para responder a última pergunta: qual a parceria dos órgãos com países internacionais? Eu queria deixar bem claro que sem a participação da nossa amiga Graça Prola, que talvez seja uma das maiores especialistas com a Michele, aqui no Estado do Amazonas sobre essa questão na Secretaria de Assistência Social, nós não teríamos feito nada. Ela certamente vai se manifestar. A parceria com esses órgãos. Acabei de receber informação da Michele de que fizemos a oitava reunião da rede de parceiros no enfrentamento ao tráfico de seres humanos e tem já um compromisso do Peru na participação dessa rede e certamente vai ser o primeiro país e vamos estender isso a outros países. Foi muito bem lembrado pela Senadora Marinor.

Espero ter pelo menos pincelado algumas dessas questões. Certamente serei complementado pela Michele. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada pela participação, Dr. Lélio.

Agora, a nossa secretária adjunta Neide.

A SRA. NEIDE ALVES ALVARENGA – Senhora Senadora, em relação aos questionamentos da Senadora Marinor Brito deixo o assunto, o diagnóstico sobre o tráfico humano no Estado a cargo da nossa delegada de polícia Drª Linda Gláucia, que, com maiores e melhores elementos, poderá explanar sobre o assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O Ministério Público do Trabalho agora.

O SR. JORSINEI DOURADO DO NASCIMENTO – Muito bem, Senadora. Inicialmente, com relação ao perfil dos traficantes. O que a gente tem constatado nas operações é que a gente não consegue pegar o grande mentor; geralmente nós nos deparamos que a figura do gato, o intermediário, que normalmente tem uma condição vamos dizer uma condição social um pouco melhor do que aquele que está sendo traficado, explorado. E eu estou falando especificamente do trabalho escravo. A gente tem se deparado com essa situação.

Quanto à questão dos índios, nós já recebemos denúncias de envolvimento de vítimas indígenas sendo submetidas a essa situação, mas durante as investigações nós não conseguimos constatar essa exploração. Recebemos denúncias, mas não conseguimos apurar nada nesse sentido.

Sigilo dos denunciantes.

Noventa e cinco por cento dos procedimentos que são instaurados no âmbito do Ministério Público do Trabalho decorrem de uma iniciativa pró-ativa do próprio Ministério Público; poucas são as denúncias que chegam até o Ministério Público do Trabalho. Então, nós, de acordo com o trabalho de mapeamento, inclusive cito o apoio do SIPAM e do IBAMA também, onde tem foco de queimadas, avanço de madeireiras. A gente tem ido até esses locais e constatado essa situação, sobretudo, de trabalho análogo ao de escravo. Eu sempre digo que aqui no interior do Estado do Amazonas há uma dificuldade muito grande em relação a esse trabalho análogo ao de escravo principalmente porque está relacionado com a exploração da madeira, com o desmatamento. A exploração da madeira gera a madeireira e, muitas vezes, leva à carvoaria. Nessas atividades, além do trabalho aviltante, também há muitas crianças trabalhando. Manicoré é um exemplo disso. Aqui nas olarias, do outro lado do rio, na estrada de Iranduba, também na região que vai para Itacoatiara, temos as pedreiras, os areais, perto da estrada de Itacoatiara. Normalmente são constatadas essas situações por meio de uma atitude pró-ativa, inclusive no âmbito do Ministério Público do Trabalho, de operações com a participação de membros de outros Estados e contando com o apoio da Polícia Federal e também do Ministério do Trabalho e Emprego.

Por que eu digo que é com o apoio de colegas de outras regiões? Porque hoje o Ministério Público do Trabalho tem no Estado do Amazonas apenas onze membros, que cuidam de todo o Estado, com sua sede em Manaus. Então, hoje... Não sei se V. Exª conhece

o nosso Estado muito bem. Só para deixá-lo a par da situação: há locais em que passamos cerca de 20 a 23 dias para chegar ao Município, de barco. Outras vezes, se formos de avião, temos de passar por dois, três Estados, como ocorre, por exemplo, no caso de Boca do Acre. A situação é bem complicada.

É por isso que eu digo que os investimentos, principalmente na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal devem ser ampliados porque o custo de uma passagem aérea de Manaus para essas localidades, muitas vezes, equivale, mais ou menos, a cinco viagens em operações em outros Estados. Então, o custo de um policial aqui, muitas vezes, é cinco vezes o valor que se gastaria em outra região. Então, os investimentos também têm de levar em consideração essa peculiaridade.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O senhor me permite, para não ter de voltar?

Dois pontos. Primeiro, eu queria saber o que implicou esse último contingenciamento do Governo Federal, dos 50 bilhões, em relação ao trabalho de vocês. Há a questão do concurso público.

Segundo, a outra questão é relativa a todos os relatórios de CPIs que antecederam a esta. Os dados das ONGs que pesquisam essa questão na Amazônia dão conta do trabalho infanto-juvenil doméstico, da migração no próprio Estado. Gostaria de saber se existem, oficialmente, registros disso. Essa é uma realidade vista a olhos nus. Nas residências das pessoas mais abastadas, com poder econômico mais alto, é comum haver uma menina trabalhando de babá, de doméstica. Vocês têm registros oficiais disso? O que tem sido feito nesse sentido?

O SR. JORSINEI DOURADO DO NASCIMENTO – Dando continuidade e respondendo à pergunta de V. Exª, em relação às pessoas, no caso às adolescentes, que fazem trabalho doméstico, não temos registro específico, mas existe um fenômeno comum. Tenho trinta anos – não vou dizer apenas trinta anos –, mas desde pequeno escuto dizerem que aqui na cidade tem aquela figura "Esse aqui, o Fulano, é meu afilhado". Trazem o adolescente do interior, que fica ali na casa a pretexto de estar cuidando dele, como se fosse a figura do padrinho e a do afilhado, naquela idéia de que está dando-lhe educação. Na verdade, a pessoa está sendo submetida a uma situação de exploração no trabalho doméstico. Isso é muito comum aqui. É claro que há exceções, mas a regra realmente é a exploração do trabalho infantil, seja como babá, ou até mesmo para atividades domésticas de modo geral, serviços gerais.

Em relação à primeira pergunta, que é a questão do impacto do contingenciamento, eu digo o seguinte: para o Ministério Público do Trabalho, como temos um orçamento específico, isso, diretamente, refletiu, mas em razão da independência financeiro-orçamentária, nós tivemos certa liberdade quanto a isso. Porém, o Ministério Público do Trabalho depende de outros órgãos – aí falo especificamente da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do IBAMA, que são órgãos federais, – para realização de suas operações. Eu não sei como foi o impacto nesses órgãos. O que posso dizer é que quando nós pedimos apoio, existe não uma dificuldade, mas uma justificativa no sentido de que nesses órgãos está faltando dinheiro. Eles estão com dificuldade financeira para custear diárias, para fazer essas operações de modo geral em termos de equipamentos e, sobretudo, para manter esses policiais durante a operação, inclusive, a gente tem até o costume de buscar o apoio dentro do Ministério Público em relação a essas pessoas quando do apoio nas operações, seja na questão de segurança, seja mesmo no apoio da elaboração de provas.

Quanto aos números – o Ministério Público do Trabalho, como eu disse –, eu não os tenho exatamente, mas são mais de oitenta inquéritos civis que temos hoje tramitando aqui no Estado do Amazonas, relativos a trabalho escravo e quatro procedimentos envolvendo exploração sexual de menores. Desses oitenta inquéritos, nós já obtivemos, no aspecto cível, ou melhor, não criminal, que é a atuação do Ministério Público do Trabalho, quatro condenações civis no âmbito da Justiça do Trabalho, na região de Boca do Acre, e uma condenação criminal – isso, acho, o Dr. Alexandre deve comentar – na Justiça Federal, que foi o caso dos chineses, que, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, ensejou a elaboração de um termo de ajustamento de conduta. Esse termo, somado aos demais, chega, aproximadamente, a vinte termos de ajustamento de conduta firmados pelo Ministério Público do Trabalho com o objetivo, primeiro, de regularizar o ambiente de trabalho quando isso é possível, porque em se tratando de trabalho degradante é muito difícil resgatar isso e também na imposição de danos morais individuais e danos morais coletivos, como eu disse na minha primeira fala.

Parcerias.

Parcerias com órgãos internos...

Inclusive Dr. Alexandre faz parte disso, estamos entabulando, estamos em vias de tratativas. Desde o ano passado a gente está tentando constituir um grupo de trabalho para combater o trabalho escravo no Estado do Amazonas, que será composto – essa é a nossa intenção – pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército Brasileiro, Marinha e

Aeronáutica. Além do apoio do SIPAM e do IBAMA. O SIPAM consegue mapear, por imagens, e saber onde estão os focos de queimadas, e o IBAMA também, com suas operações, tem como prestar essas informações. Todos, como se pode ver...

Seria interessante também – aproveito e faço o convite – a própria Secretaria de Estado de Justiça e a Secretaria de Segurança Pública darem um apoio. Só para não esquecer, a Polícia Militar Ambiental do Estado do Amazonas também já foi chamada para as tratativas porque ela tem seus braços, praticamente em todo o Estado do Amazonas; portanto é um braço forte e está ligada a esse foco do desmatamento, onde a gente encontra a situação de trabalho escravo.

A legislação é suficiente?

Só para complementar, parcerias internacionais, infelizmente não as temos. O Ministério Público do Trabalho não as tem, até por que – penso eu – em nível regional não teríamos atribuição nem competência para tanto.

A legislação é suficiente?

Penso que hoje nós temos instrumentos legais, sim, para enquadramento dos vários tipos de tráfico de pessoas.

Aí vou dizer uma coisa: no ano passado, participei, em Brasília, inclusive com a presença do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, lá na Procuradoria da República do Fórum Internacional de Combate ao Trabalho Escravo. Quem estava lá representando o Senado era o Senador José Nery e também a Senadora da bancada ruralista, esqueci o nome dela, é a... Senadora Kátia Abreu, que é da bancada ruralista. E lá, o grande ponto que verificamos é a dificuldade de se dar um entendimento ou uma interpretação ao que venha ser especificamente o trabalho escravo, o que significa trabalho escravo, porque a lei fala de trabalho forçado. O que vem a ser trabalho forçado? Fala em jornada exaustiva. O que é jornada exaustiva?

E aí vou dizer, Dr. Câmara, a gente já teve outras oportunidades, isso está mudando, é claro, mas dificultou muito nos anos passados, a atuação da Polícia Federal, e aí eu digo também ao Ministério Público Federal, no aspecto criminal, essa dificuldade de enquadramento, de interpretação do que vem a ser redução análoga de escravo, do que é um aliciamento, do que é uma servidão por dívida. Apesar de o Ministério Público do Trabalho já ter atuado no aspecto cível, mas esse enquadramento para fins criminais, onde tem a aplicação da penalidade, é muito difícil. É claro que digo que está mudando. E digo que está mudando por quê?

Em uma das primeiras decisões, e muito boa, por sinal, lá do Estado do Pará, do seu Estado, Senadora Marinor, de um juiz federal de Marabá, foram proferidas 29 sentenças, condenando as pessoas ao trabalho escravo. Ele fez uma interpretação muito boa, muito interessante, do que vem a ser a diferença entre trabalho escravo e uma mera irregularidade trabalhista, porque a gente também não pode misturar a falta de carteira de trabalho com trabalho escravo, que tem todo um conjunto: falta de instalações sanitárias, carne estragada, falta de água potável, enfim, condições que levam ao aviltamento do trabalhador.

Esse entendimento atual é fez com que nós nos libertássemos daquela ideia de que trabalho escravo está associado à figura do trabalho forçado tão-somente, ou seja, aquela pessoa que é presa e não consegue se libertar do seu trabalho. Hoje, existe a figura do trabalho forçado, mas também a figura do trabalho degradante na modalidade do trabalho escravo, porque hoje o foco, o fundamento para o enquadramento não mais é a violação da liberdade, mas sim a violação da dignidade da pessoa humana, que é muito mais ampla que o simples conceito de liberdade.

Políticas públicas, como disse, realmente há uma carência muito grande delas. Tenho que reconhecer o trabalho da Secretaria de Justiça, principalmente do Secretário Lélio, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Michele, mais operacional, nos postos avançados. A gente tem acompanhado. Claro que isso precisa ser espraiado para todo o Estado. Está muito concentrado ainda aqui na nossa cidade, mas o Estado é muito grande. E o grande foco, penso eu, de ocorrências, em termos proporcionais, porque não tenho como comparar capital e interior, está no interior. Por quê? Porque o Estado não se faz presente nessas áreas e, onde não há presença de Estado, a situação perde o controle. Então, penso eu que o interior precisa ser mais bem assistido, inclusive com os trabalhos que estão sendo feitos aqui e encaminhados. E é necessária, como foi colocado pelo Secretário, a participação.

Encerro essa minha fala dizendo que o Ministério Público do Trabalho, sobretudo no aspecto preventivo, seja no combate ao trabalho escravo, seja também no combate à exploração sexual infantil, tem desenvolvido trabalhos de prevenção, como elaboração de vídeos institucionais, inclusive no próprio site do Ministério Público. Em outros Estados, conseguimos o apoio da Rede Globo, e já conseguimos de outras afiliadas, para divulgar isso em horários nobres, pelo menos uma vez por dia, para dar conhecimento à sociedade em relação a isso. Aqui, no Estado do Amazonas, ainda estamos trabalhando junto com as emissoras para tentar colocar esse vídeo institucional. Há também *folders*, sobretudo a cartilha, que a gente chama a Cartilha do MPT na escola, em que a gente vem não só com o objetivo de capacitar os professores no sentido da necessidade

de que a criança tem que estudar, de que a criança tem que brincar e de que a criança não tem que trabalhar. Criança que trabalha tem prejuízo na sua formação psicológica, na sua formação moral. Portanto, ela tem que estudar e brincar também. Temos também coordenadorias nacionais onde são realizadas essas operações a que me referi anteriormente.

E digo, ressaltando, para finalizar, que o Ministério Público tem um projeto de sucesso no Estado do Mato Grosso do Sul e agora está iniciando no Estado do Maranhão, que é o projeto Resgatando a Cidadania, especificamente voltado para as pessoas que são vítimas de exploração sexual e de trabalho escravo. Esse trabalho não conta ainda com apoio de financiamento público. Parte de um apoio da Pastoral da Terra, que é uma instituição fundamental nesse trabalho, que é quem passa as informações para o órgão ministerial, e de apoio de entidades como SESI, SENAI, justamente não só para retirar pessoa daquela situação, mas dotar de condições para que ela possa se libertar efetivamente e ter cidadania. Cidadania de que forma? Com educação, com trabalho, com capacitação profissional.

Trago aqui, e desculpe a expressão, e vou "vender esse peixe". Para que esse projeto ganhe vôos mais altos, é necessário que a gente tenha a participação do Poder Público, porque é um projeto muito bom, como já disse. Pelo menos o Estado do Mato Grosso do Sul e o Estado do Maranhão, que é um grande fornecedor de mão de obra escrava, estão começando a diminuir esses índices por quê? Estamos evitando a reincidência.

Acredito que eu tenha respondido às perguntas relacionadas ao Ministério Público do Trabalho e me coloco à disposição para outros esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Marinor Brito – PSOL – PA) – Agradecemos e passamos a palavra ao Dr. Alexandre.

O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA – Senadora, permita-me fazer somente um registro. Falei sobre a necessidade da participação dos Municípios. Acabei de receber informação da Michele de que aqui estão presentes também as Secretárias Municipais de Coari e a de Parintins.

A SRA. PRESIDENTA (Marinor Brito – PSOL – PA) – Sejam bem-vindas.

Alexandre.

O SR. ALEXANDRE SENRA – Obrigado, Senadora, tentarei responder a todas as indagações. E, por favor, ao final, se subsistir algumas não atendidas, peço encarecidamente que repita.

Quanto a primeira delas: quais ações e se existem ações específicas que o MPF vem desempenhando preventivamente no combate ao tráfico de pessoas?

Bom, atento á Portaria da Secretaria Nacional de Justiça, que estabeleceu diretrizes para o funcionamento dos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas e tendo em vista que esse núcleo já se encontra estruturado no Estado do Amazonas, no ano passado, o Ministério Público Federal promoveu uma audiência pública tendo por objeto a discussão do assunto.

Passando ao segundo ponto: se vítimas sabem o que vão fazer quando são vítimas desses aliciadores?

Via de regra, a experiência que o Ministério Público Federal tem nos casos que vem atuando, as vítimas sabem que atividades vão ser desempenhadas, por exemplo, tráfico para fins de exploração sexual, sabem que vão se prostituir no exterior. O engano reside exatamente no fato das condições de trabalho e, sobretudo, de jornadas e remuneração. A ilusão e o engodo giram em torno das condições de trabalho.

As causas do problema são as mais diversas, mas, sobretudo, são de natureza sócio-econômica e escolaridade. Isso se infere do próprio perfil das vítimas, tendo em vista que pertencem à camada mais pobre da sociedade e com baixa escolaridade. Sendo que o perfil dos aliciadores normalmente existe uma catarse, certa identificação entre aliciadores e vítimas ao menos no que toca ao tráfico internacional para fins de exploração sexual, ou seja, os aliciadores normalmente consistem em mulheres que em oportunidades anteriores foram ao exterior para esse fim, e se prostituíram por quê? Porque elas vendem de forma mais autorizada do que qualquer outra a promessa de que as condições de trabalho são boas. Quando em verdade não são. Na verdade, a cadeia se estrutura no fato de essas aliciadoras também receberem por estarem recrutando novas meninas.

Apenas para pontuar essa colocação que estou fazendo, no ano passado, existiram dois casos emblemáticos aqui no Estado. Um deles, acho que ambos foram referidos pela Mesa, era atinente ao tráfico para fins de exploração sexual, que foi a denominada Operação Dama de Ouro da Polícia Federal. Nessa situação, entre os aliciadores havia especificamente uma mulher que, em oportunidade anterior, tinha ido ao exterior para exercer a prostituição, ou seja, independentemente da presença dos outros aliciadores. Imagino eu que maior credibilidade ao discurso se confere àquela pessoa que, num primeiro momento, foi vítima e que agora está reproduzindo essa prática de tráfico internacional para fins sexuais falando que é uma boa. Até porque normalmente essa pessoa, esse aliciador se insere, ou ao menos já se inseriu, na mesma camada de instrução, de escolaridade e socioeconômica das vítimas que passa a recrutar.

A postura das vítimas, conforme indagado pela Senadora Marinor, se elas querem ocultar ainda esse ciclo, essa cadeia viciosa ou não, de fato, infelizmente a realidade com a qual a gente se depara é que elas querem ocultar isso, sim. Sobretudo porque, delineado esse primeiro perfil que majoritariamente as vítimas já exercem a prostituição em território nacional, especificamente com relação ao tráfico para fins sexuais, e pretendem se manter nesse mercado no âmbito do território nacional, elas têm o receio de estar denunciando essa cadeia.

Com relação à questão de se existe envolvimento de indígenas no tráfico internacional de pessoas, eu não disponho dessa informação, ou seja, não há como eu discriminar se, dentre os casos levantados, algum envolve indígenas, razão pela qual não vou me pronunciar quanto ao tema.

Com relação ao caso de José Lauro Rocha da Silva, salvo engano, ele encontra-se sendo investigado em inquérito policial que não foi ainda relatado e que não foi distribuído para a minha pessoa. Consta que está sendo conduzido por um delegado de Polícia Federal e que as baixas estão sendo determinadas por outro membro do Ministério Público. O do José Lauro Rocha da Silva, se não me engano, envolvendo tráfico internacional de pessoas para fins sexuais, envolve o território dos Estados Unidos. Já foi relatado? Acabei de receber a informação do delegado de que esse caso já foi relatado, mas eu, de fato, não sei com qual dos procuradores se encontra.

Agora, passo às indagações da Senadora Vanessa Grazziotin. Depois retorno para mais algumas colocações a respeito das indagações da Senadora Marinor, só para eu tentar esgotar, na sequência, os temas.

Perguntaram se a legislação brasileira é suficiente ou não. Como eu enfatizei, acho que uma das principais dificuldades atuais dos órgãos de repressão gira em torno da tutela fragmentária que a nossa legislação confere a esse tema, ou seja, ao tráfico.

Apesar de o Protocolo de Palermo dispor como uma cadeia unificada o tráfico de pessoas, ou seja, abordar conjuntamente o tráfico para fins de exploração sexual, o tráfico para fins de remoção de órgão, o tráfico para fins de trabalhos forçados ou em condições degradantes, na legislação nacional, a gente precisa recorrer a diversos tipos penais distintos para promover esse enquadramento. A gente se depara com algumas dificuldades, ou seja, o tráfico para fins de exploração sexual atualmente já está regulamentado no art. 231 do Código Penal. Já o tráfico para fins de exploração de trabalhos forçados, além dos tipos a que eu tinha referido na primeira explanação, como o Dr. Jorsinei bem colocou, existe ainda a possibilidade de capitulação dessas condutas como sequestro ou cárcere privado. E há ainda a configuração da quadrilha: a gente precisa discriminar qual crime essa quadrilha está praticando. Quadrilha em si é a reunião de pessoas com o objetivo de praticar crime. Então não é possível que o Ministério Público capitule um grupo de cinco pessoas, por exemplo, como formação de quadrilha se esse grupo tiver por fundamento uma prática que não esteja prevista na legislação como crime, mas apenas no Protocolo de Palermo. A gente precisa configurar a quadrilha e, para o próprio crime de quadrilha estar tipificado, discriminar que crime da legislação pátria a essa quadrilha estava praticando.

Bom, ainda como decorrência dessa dificuldade de tipificação, de adequação dessas condutas à legislação penal pátria, isso acaba resultando numa dificuldade para o próprio levantamento de dados. Eu levantei aqui, por exemplo, que, ao menos nos casos mais emblemáticos, atualmente existe um procedimento investigatório criminal no Ministério Público Federal, frente ao que levantei dos dados do sistema do MPF, um inquérito policial em fase de diligências, uma ação penal sem instrução iniciada, que ainda está em fase de citação dos réus, e duas ações penais em curso. Essas duas ações penais em curso são aquelas referentes à operação que foi deflagrada no ano passado, Dama de Ouro. E em relação a ambas já houve sentença parcialmente condenatória, tendo o Ministério Público Federal recorrido com o fim de elevar a pena, sobretudo porque os juízes de primeiro grau substituíram as penas privativas de liberdade por restritivas de direito, entendendo o Ministério Público Federal que a gravidade do fato não compactuava com essa substituição. Houve ainda uma sentença absolutória transitada em julgado.

É importante enfatizar que esse dado se refere especificamente ao tráfico de pessoas e que é difícil o próprio levantamento de dados em decorrência dessa fragmentação de tipos legais, ou seja, não há como a gente digitar um parâmetro tráfico de pessoas e conseguir um resultado que espelhe todos os casos que, de acordo com o Protocolo de Palermo, se subsumam àquela discrição típica de tráfico internacional de pessoas, porque, para isso, a gente precisaria fazer um levantamento de todos os casos de aliciamento de trabalhadores, de todos os casos de sequestro, de cárcere privado e aí viria um número infindável de feitos que não teriam relação direta com o objeto da CPI.

Passando desse ponto, o ponto seguinte é se existem termos de cooperação ou encontros de esforços com outros países. Com relação a esse tema, termos de cooperação deverão ser tratados junto à Procuradoria-Geral da República, razão pela qual não

disponho dessa informação, sendo certo que o Ministério Público Federal no Amazonas, como Procuradoria da República no Estado, não tem atribuição para firmar esses termos de cooperação. Sem prejuízo disso, frente a casos pontuais, não tem havido dificuldades de interlocução com outros órgãos.

Agora, se essa prática de tráfico ocorre mais na capital ou no interior, à luz dos casos que vêm passando pelo Ministério Público Federal, a gente se depara quase que com exclusividade com casos que envolvem tráfico de pessoas na capital, o que acho um péssimo sinal. Não é crível a gente entender que, na capital, ou seja, onde as instituições se fazem mais presentes, onde as condições sociais não são tão graves como no interior, onde a escolaridade não é tão baixa como no interior, o terreno seja mais fértil para esse tipo de prática. Acho que isso aí é um indicativo bastante pessimista de que, acima de tudo, o Estado não se tem feito presente no interior e essas práticas não têm sido noticiadas à autoridade competente.

Só para ilustrar, o Ministério Público Federal conta com dez procuradores no Estado do Amazonas para responder por todas as questões, sendo que a parte de direitos do cidadão do Estado compete unicamente a um membro, que tem que trabalhar diante dos direitos do cidadão, envolvendo saúde, educação, tráfico de pessoas e outra série de questões.

Deixe-me ver se faltou alguma indagação. Sim, queria só fazer mais algumas colocações. Dos dois casos emblemáticos que foram levantados a respeito da Operação Dama de Ouro, envolvendo o tráfico de mulheres para a Guiana Inglesa e o trabalho escravo que foi constatado numa empresa aqui do Município de Manaus, nessa Operação Dama de Ouro, por ocasião da prisão em flagrante de duas mulheres que estariam sendo levadas para território estrangeiro – inclusive, eu me fiz presente numa das audiências de instrução desse processo –, eu me deparei com um quadro onde as vítimas relutam muito em juízo em depor contra aquela cadeia de exploração de pessoas, e não é, muitas vezes, porque elas tenham receio. Para as vítimas que não conseguiram ao menos, na ótica das vítimas que tiveram frustrado o seu intento de sair do País, aquele traficante ainda é um benfeitor. O Estado, como coloquei na primeira vez, foi quem inviabilizou esse intuito delas e, como a Senadora Marinor Brito bem colocou, o importante é a gente conseguir traçar essa divisória entre a exploração, o tráfico de pessoas para fins sexuais e o que, de fato, são as rotas migratórias, a autonomia da vontade da pessoa se prostituir, da pessoa fazer isso daí em território nacional ou no exterior. Não pode haver discriminação.

O outro caso, o da empresa SIFEC, e não há problema em citar, até porque foi amplamente divulgado na mídia, à época, é com relação ao tráfico de pessoas que estava ocorrendo no âmbito do Município de Manaus. Foram identificado dentro dessa empresa trabalhadores chineses mantidos em condição análoga à de escravo. É um caso bastante emblemático porque, diversamente de casos que geralmente despertam perversidades e dificuldades de atuação, envolvendo condições degradantes de trabalho por jornadas exaustivas, existia muito bem caracterizada a redução à condição análoga de escravos, porque os trabalhadores eram mantidos em cárcere privado, submetidos a castigos corporais, caso tentassem fugir, privados de água e comida, tanto assim que eram obrigados a comer carne de cachorro. Esse caso não é um caso que espelha a dificuldade de nenhum dos órgãos em coibir essa prática. A gente está diante da dificuldade que tem em atuar em casos em que não está tão evidente assim a redução à condição análoga de escrava, ou seja, como a gente deve compreender as condições degradantes de trabalho à luz da realidade local? No caso do tráfico de mulheres, como é que a gente deve compreender esse tráfico, se vítima tiver anuído? A que ponto que a gente pode admitir que ela preste o seu consentimento e que esse consentimento seja válido, se ela está inserida em condição de vulnerabilidade, em uma deficiência econômica?

De todo exposto, ainda que a gente venha a atuar nesses casos mais graves, é necessário que a sociedade nos traga as informações. Como bem colocado por todos aqui, não é mistério nenhum que o Estado não se pode fazer presente em todos os lugares ao mesmo tempo. Então, ele conta necessariamente com a participação da sociedade civil.

Por hora, eram essas minhas colocações.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Agradecemos ao senhor, Dr. Alexandre, pela colaboração.

A Senadora Marinor, que é a nossa Relatora, já fez a solicitação, mas vamos formalizar para que a gente possa ter cópia desses pouquíssimos, que é algo que nos chamou muito a atenção, inquéritos, dos processos que estão em curso para que a gente tenha conhecimento de como as coisas funcionam.

Quero dizer que concordo com V. Sª. Da capital vêm as denúncias. Temos notícias, não exatamente no Amazonas, mas na região amazônica, de que principalmente o interior tem sido um alvo muito frequente desse tipo de ação, e isso não nos chega ao conhecimento.

Passo a palavra ao Dr. Roberto que representa a Polícia Federal.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senadora, eu gostaria de incluir para o Dr. Roberto também, quando ele for se manifestar, mais um item. Se puder nos situar, é o processo penal ao qual responde o norte-americano Richard Wayne Schair, que também responde a uma investigação criminal nos Estados Unidos. Queria que ele pudesse me situar nesses dois, se tiver como me ajudar.

O SR. ROBERTO DE JESUS CÂMARA DA COSTA – Bem, fiz algumas anotações para tentar atender a todas as requisições.

Inicialmente, quero esclarecer que, talvez, me tenham interpretado mal, pois a Polícia Federal não tem essa visão de que deve combater a prostituição. A gente tem esse cuidado de que a gente deve atuar especialmente na exploração das pessoas que são utilizadas no ramo da atividade sexual.

Coloquei essa questão principalmente para que a sociedade, pela sua sensibilidade, torne esse problema realmente visível. É difícil a gente convencer a sociedade de que deve denunciar essa exploração se na esquina da Zona Leste a gente vê crianças oferecendo seus corpos.

Com relação á tipificação legal, creio que os colegas entraram bem no tema. Há a tipificação referente ao tráfico internacional e também ao tráfico interno de pessoas para o fim de exploração sexual. A gente vê no trabalho escravo uma definição mais clara, limitada para o enquadramento dos casos.

Com relação a campanhas de prevenção, o que a Polícia Federal faz, por ocasião das expedições de passaportes, é entregar folhetos que noticiem esse tipo de crime. A gente sabe que o alcance é bem limitado porque a vítima, quando vai tirar o passaporte, já está aliciada, já está convencida e não vai revelar ali que está sendo utilizada. Esse tipo de campanha é mais para informar a sociedade de que o problema existe, a fim de que todos tenham conhecimento.

Concordo na íntegra com o que foi colocado a respeito do conhecimento das vítimas. Em regra, elas sabem que vão para a atividade de exploração sexual e o que ocorre realmente é com relação às condições de trabalho que não são as oferecidas. Vou citar a operação Dama de Ouro, intitulada com esse nome exatamente por isso. Não por causa do convencimento, do aliciamento das mulheres. Era pintada uma situação de que iria ganhar dinheiro, iria ganhar vantagens econômicas que, de fato, não se concretizavam no local da atuação das vítimas.

Com relação às causas também foi colocada a vulnerabilidade, a condição econômica e social das vítimas. No perfil desses aliciadores, pelos casos que temos, pelos casos em que atuamos, verificamos realmente a situação de pessoas que passaram por esse tipo de situação, que fizeram viagem, que tiveram algum retorno e que, agora, convidam outras pessoas, informando que seria bom, que seria uma vantagem, que, por vezes, não se concretiza.

A questão dos indígenas. Falei que não há casos ainda nesse ano. Há uma requisição que ontem estava na minha mesa que cita algumas situações que podem ser. A gente vai iniciar uma investigação e pode ser que haja alguma situação de tráfico de crianças indígenas, senão para o exterior, pelo menos para outras unidades da Federação.

Cumpre esclarecer que inquérito não significa que ocorreu. A gente apura a notícia e, em vários dos casos, a gente não configura realmente que tenha ocorrido crime e, nos que se configura, a gente faz o indiciamento para o Ministério Público Federal formar a opinião.

Com relação ao caso de que foram solicitadas informações, é o mesmo caso. As duas pessoas citadas se referem ao mesmo caso. Eu não conduzi a investigação, mas tenho conhecimento. Por ocasião da remoção do colega, da autoridade policial que presidiu todas as investigações, ele me passou para que eu finalizasse. Corre em segredo de Justiça, mas vou lhe falar no fato. O fato era sobre agências de turismo que financiavam pacotes para pesca. Pessoas dos Estados Unidos viriam para o Amazonas, especialmente para o interior do Estado, Autazes e Barcelos, e não somente praticavam a pesca esportiva. Foi caracterizada situação de exploração sexual de mulheres inclusive menores de idade. Basicamente isso envolve esse inquérito perguntado pela Relatora. O inquérito foi relatado com indiciamento, creio, de quatro ou cinco pessoas. Foi relatado em julho de 2010 para apreciação do Ministério Público Federal. Não tenho conhecimento se virou ação penal. Não retornou para cumprimento de diligências. A última informação que tenho...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O senhor sabe localizar onde está agora o inquérito?

O SR. ROBERTO DE JESUS CÂMARA DA COSTA – Se não está no Ministério Público Federal, há uma ação penal.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pois não, eu vou querer saber e, respeitando o sigilo de Justiça, vou antecipadamente solicitar, pela CPI, acesso aos autos, tudo o que tem, porque a CPI vai acompanhar o andamento desses processos.

O SR. ROBERTO DE JESUS CÂMARA DA COSTA– Só para fazer um casamento com a informação dada pelo delegado, diante do levantamento que eu tinha feito no âmbito do Ministério Público Federal a respeito de ações penais em curso, é provável que

essa investigação tenha se convertido na ação penal que eu mencionei, cuja instrução processual penal não tinha sido iniciada ainda, ou seja, uma ação que estaria em fase de citação dos envolvidos, mas de fato desconheço até o número desse processo.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu tenho o número dos dois.

O SR. ROBERTO DE JESUS CÂMARA DA COSTA – É porque ele não está realmente nessa lista. É o que foi colocado com relação à dificuldade de enquadramento. O enquadramento não é de tráfico internacional. Não houve pessoas que vieram para cá serem exploradas. É o que a gente denomina turismo sexual: pessoas vêm para cá e exploram mulheres da cidade. Isso não se enquadra especificamente no tipo penal do tráfico internacional de seres humanos. Em que pese, pela autoridade do Presidente, foi feita a analogia com a questão do tráfico interno, pelo fato de algumas das mulheres serem levadas de Manaus, por meio de lanchas, para o interior do Estado, o que deu para caracterizar como tráfico interno, vinculando a competência da Justiça Federal em razão da transnacionalidade do fato. Ainda nesse caso, posso relatar a dificuldade de acesso às evidências, pois o crime ocorre em embarcações no meio dos rios amazônicos, escondidos, o que torna difícil de levantar elementos para caracterizar a exploração ali. Em que pesem todas as dificuldades de colaboração das vítimas, foram encontrados, mediante instrumento de busca e apreensão, elementos que, no entendimento da Polícia Federal, caracterizavam a ocorrência do crime.

O colega colocou também a respeito da colaboração das vítimas. A pergunta da Senadora foi sobre o apoio às vítimas referentes a esse caso. Como foi colocado, elas não querem. Já sofreram bastante violência e muitas delas querem esquecer o fato. Quando são chamadas, é uma dificuldade. Esse caso específico deu repercussão nacional e internacional. A Embaixada americana veio a Manaus – e acompanhei esse caso –, fez reunião com a Polícia Federal e com o Ministério Público Federal.

Acredito que seja de fato desse caso que deve estar se iniciando a ação penal, porque ainda hoje me ligam perguntando a respeito desse fato, denunciantes. No caso, parece que havia uma concorrência no ramo da pesca esportiva e o denunciante tem bastante interesse. Liga e tem até informações. Segundo informou, houve já denúncia do Ministério Público e deve estar em andamento.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Agora tem mais uma que vai ficar no pé das autoridades aqui.

O SR. ROBERTO DE JESUS CÂMARA DA COSTA – Com relação à restrição orçamentária, realmente está bem difícil o trabalho da Polícia Federal este ano. Devo confessar que está difícil. Os recursos estão escassos. Temos feito reduções drásticas. Pelo que tenho conhecimento – não tenho autoridade para falar, mas a gente acompanha, vivencia –, para as diárias, o dinheiro do ano já encerrou ou tem bem pouco para encerrar. Não deve dar mais um mês. Isso dificulta as operações em andamento da Polícia Federal e até do setor. Então, atingiu de fato o desenvolvimento do trabalho como um todo na Superintendência do Amazonas. Como todos sabem, já é difícil a locomoção a outros Municípios, a instrução de inquéritos.

Essa restrição também ocasionou a falta de perspectiva de concurso público. Havia programação de concurso público no primeiro semestre. Estamos encerrando o primeiro semestre e não abriu. Creio que não abrirá este ano. E o que vemos é a redução do quadro do efetivo da Superintendência do Amazonas, inclusive com algumas remoções para outros Estados. Então, o recurso humano, que já é reduzido, está cada vez menor aqui no Estado.

Como coloquei, na delegacia, existem cinco, seis agentes para tratar de condução de presos, cumprimento de mandato de prisão, instrução de 300 inquéritos policiais, sendo que eu tenho 100 e o outro colega tem 180, segurança de autoridades, conflitos indígenas, quando aparecem, conflitos agrários. Então, sempre tem colegas que estão viajando, dois ou três. É difícil estabelecer o que é prioridade. A gente tenta saber o que não é prioridade. Conflito agrário, quando acontece, é caso imediato. Conflito indígena também tem que ter uma atuação imediata. Questão de segurança de autoridade, se a autoridade requisitar segurança, temos que fazer e temos que fazer com excelência. Realmente, é grave a questão dos recursos humanos da Superintendência.

Com relação a pedido de número de casos, seria interessante delimitar o período, até para a gente tentar um aprofundamento na busca desses casos que são afetos e acabam se relacionando com o tráfico de pessoas. A Polícia Federal tem agora um sistema cartorário, que facilita a pesquisa, o levantamento desse tipo de dados.

Bem, se faltou algo, peço que a Senadora coloque para eu complementar.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Obrigada.

Então, a senadora Vanessa está dando uma entrevista aqui atrás, considero que essa etapa esteja respondida. De algumas necessidades que estão demandadas ainda para nós, vamos fazer os pedidos oficiais, através de ofícios da CPI, para podermos re-

ceber das autoridades a complementação dos dados e das informações que vocês nos trouxeram.

Quero agradecer imensamente a cortesia, o desprendimento de vocês de estarem até este momento aqui com a gente. Foram muitas perguntas respondidas, tenho certeza, dentro das possibilidades e da competência de cada um dos que estão aqui.

Quero, agradecendo a presença de vocês, desfazer essa etapa da Mesa, e dizer que a Comissão de Direitos Humanos do Senado, a CPI, a Presidência dos Direitos da Infância e Adolescência, a qual eu presido, a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão do Trabalho Escravo, de que eu sou integrante, estão à inteira disposição de vocês para auxiliar, interagir, facilitar, abrir caminhos para que o trabalho seja feito da melhor forma possível pelas instituições, pelos servidores públicos que atuam com vocês. Agradeço neste momento.

Os nossos telefones, e-mail, contatos pessoais vão ficar à inteira disposição de todos vocês, de todas vocês. Tendo qualquer novidade, qualquer possibilidade de voltar a fazer interlocução com vocês, a gente deixa essa canal aberto de ida e vinda.

Muito obrigada!

Agradecemos e vamos passar aqui à Senadora Vanessa, para fazer a convocação; o convite, aliás, porque isso não é uma convocação. Ainda não fizemos nenhuma convocação. Temos certeza de que vamos fazer, mas por enquanto são convites, para que a gente possa dar prosseguimento à segunda etapa do nosso trabalho de hoje.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senadora, que já fez os agradecimentos. Eu apenas reforço os agradecimentos ao Dr. Alexandre, à Drª Sara, ao Delegado Roberto, à Drª Neide, enfim, ao Dr. Jorsinei e ao meu querido amigo Lélio, porque não é o Sérgio, é o Lélio. Obrigada. A gente convida, se os senhores e as senhoras puderem, para que continuem conosco.

Convidamos, sem qualquer intervalo, para compor a mesa, a Irmã Marie Henriqueta Cavalcante, que é Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz da CNBB Norte II. Irmã Marie, muito obrigada pela presença. Ela veio lá de Belém para estar conosco na audiência do dia de hoje.

Convidamos a Srª Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, que aqui representa o Delegado Geral de Polícia Civil do Estado do Amazonas, Drª Linda Gláucia, para compor a mesa conosco.

Convido a Srª Fabiana Salvador Reis, representante do Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal do Estado do Amazonas. E a gente pede desculpa, porque só ontem chegou na Polícia Rodoviária Federal o convite para estar aqui. Mas eles estão sendo representados e nós agradecemos imensamente.

Convido a Drª Catarina Saldanha Torres, que é Delegada Titular da Delegacia de Ordem Política e Social.

Convido ainda a Drª Graça Prola, que é Secretária Executiva de Estado, que nesse ato representa a Secretaria de Assistência Social do Estado do Amazonas.

E convido, por fim, a Vereadora Lúcia Antony, aqui da cidade de Manaus, para que tome assento conosco.

Eu quero pedir desculpas, em meu nome e da Senadora Marinor, por não ter comunicado às autoridades num momento anterior, mas comunico agora e agradeço a presença da Secretária Municipal Extraordinária da Mulher e dos Direitos Humanos de Coari, Drª Geralda, que está conosco aqui. Muito obrigada. Envie nossos abraços ao Prefeito Arnaldo Mitouso.

Agradeço a presença da representante da Secretaria do Estado de Educação do Amazonas, Drª Graça Passos; da representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, no Amazonas, Srª Isabel Pereira; do representante da Conferência dos Religiosos do Brasil, regional do Amazonas; do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; do SINTEAM, que é o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas; da União Brasileira de Mulheres; e da Articulação de Mulheres do Amazonas.

Estando composta a mesa, nós estamos aqui com um intervalo não oficial – oficioso – mas a gente compreende. E eu gostaria de passar a palavra, de imediato, à Irmã Marie Henriqueta, para que possa fazer as suas colocações. E o período é o mesmo da mesa anterior, em torno de dez minutos.

Ah! Desculpa. Eu estou aqui porque pulou a lista. Olha, Drª Michelle, não fui eu que pulei, não. É porque eles mesmos não digitaram aqui. Mas eu chamo... Não. Fui eu que pulei. Desculpa. Inclusive, nós falamos aqui no intervalo forçado também que ela que teria muitos dados. O Dr. Lélio, nosso Secretário, falou muito a respeito. Então, venha para a mesa conosco, Drª Michelle.

Drª Michelle é a Diretora do Departamento Estadual de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça no Estado do Amazonas. Muito obrigada, Michelle.

A Drª Michelle sempre participa conosco em várias atividades em Brasília e tem um trabalho fantástico, principalmente com as minorias aqui no Estado do Amazonas. Muito obrigada e desculpa, Drª Michelle.

Pois não, Irmã Marie.

A SRA. MARIE HENRIQUETA CAVALCANTE – Alô, alô.

Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa da Senadora Vanessa eu cumprimento as demais mulheres

presentes nesta mesa. Finalmente agora somente mulheres. E mulheres corajosas aqui do meu Estado.

Antes de mais nada, eu queria dizer que é uma alegria muito grande partilhar com vocês aqui do Estado do Amazonas esse momento, porque eu também tenho a alegria de ser amazonense, apesar de estar há muitos anos, desde 1978, fora do meu estado. Mas eu sempre digo o seguinte: a minha luta no Estado do Pará é uma luta árdua, cheia de boa vontade. Sou apaixonada pelo Estado do Pará e pelos desafios que o mesmo apresenta. E por me sentir bem no meio do povo paraense. Mas jamais negarei as minhas origens e tenho orgulho de dizer que sou amazonense, filha, ainda, de um município chamado Eirunepé.

Eu estou aqui hoje, com vocês, talvez até para partilhar mais do que para fazer qualquer outra proposta, por desconhecer hoje a nossa realidade aqui do Estado. Mas para partilhar um pouco do trabalho que nós fazemos no Estado do Pará, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, onde eu trabalho coordenando a Comissão de Justiça e Paz.

Desde 2008, um dos eixos de ação do nosso trabalho é o enfrentamento da exploração de crianças e adolescentes e do tráfico de pessoas. Escutando cada representante da mesa anterior atentamente, eu observava o seguinte: os nossos problemas são bem parecidos. As mazelas são bem parecidas. E cheguei à seguinte conclusão: o quanto nós temos que fazer para que a nossa população na Amazônia possa viver com mais tranquilidade, com mais dignidade? Isso só será possível quando todas as competências desses nossos estados assumirem o que precisa ser assumido.

Aqui eu me reporto ao Estado do Pará. Um dos selos do nosso estado – aqui eu me aproprio também a dizer: o nosso estado – é justamente o selo da cultura da impunidade, que leva com muita facilidade essas redes criminosas a atuar com tanta largueza, com tanta liberdade, fazendo da vida das nossas crianças e adolescentes, dos nossos homens e mulheres mercadoria fácil, barata.

Hoje, quando eu me disponho a trabalhar no Estado do Pará, percorrendo especificamente a região do Marajó, confronto-me com uma realidade que me custa muito dizer para vocês. É a realidade da facilidade, da esperteza, da inteligência, da capacidade estratégica que essas redes criminosas têm para atuar com tanta facilidade, com tanto poderio, com tanta liberdade. Nós, que estamos nos esforçando para defender essas vidas vulneráveis e indefesas, não chegamos a ter a mesma integridade como eles têm.

Hoje, no Estado do Pará, a rede que explora sexualmente as nossas crianças e adolescentes está interligada a mais duas redes criminosas. Eu falo isso com muita propriedade. Falo, porque vou para a base; falo porque as enfrento; falo porque estou em contato direto com quem é vítima dessas redes. Mas é a capacidade de interligação da rede que explora sexualmente as nossas meninas estão interligadas mais duas redes criminosas, que é o trafico de pessoas e o tráfico de drogas.

E o delegado da Polícia Federal, quando ele fazia o seu relato, quero parabenizá-lo pela sua tranquilidade e transparência; mas confesso que me deu uma grande tristeza, quando eu lhe escutava, porque os dados estatísticos que o Senhor traz são tão pequenos e me fizeram confirmar, delegado, que a nossa sociedade, tanto a do Estado do Pará, como a do Estado do Amazonas, precisa superar o que nós chamamos de tolerância, a tolerância desses crimes. A nossa sociedade precisa superar o silêncio. É por isso que as pessoas não denunciam, gente; não denunciam porque tem medo; não denunciam porque, muitas vezes, não confiam, não confiam nas próprias autoridades.

E hoje, no nosso trabalho, na CNBB, uma das nossas grandes parceiras tem sido justamente a Polícia Federal. Quantas vítimas chegam comigo e dizem: "Irmã Henriqueta, eu não quero denunciar direto para a polícia, porque tenho medo da polícia. Eu quero denunciar aqui, para a Senhora." E depois de todo um trabalho de sensibilização, de aprofundamento da necessidade da denúncia, as pessoas se disponibilizam e a Policia Federal, quantas vezes, se disponibiliza também a ir ao nosso encontro para atender essa vítima ou essa família que quer denunciar.

Então, eu gostaria assim de dizer que é preciso – eu acho –, pelo pouco que escutei, dizer que nós precisamos ajudar a sociedade a sair desse estado de tolerância. E aí me surpreendeu – e eu dizia para a minha prima, que está presente: "Estou surpresa com um auditório vazio, em uma audiência de tamanha importância. Então, é preciso que a sociedade tenha capacidade de superar a tolerância, romper com o silêncio. E nós, que estamos nesse serviço de enfrentamento desses crimes, precisamos nos organizar mais, para que essa população possa também confiar e denunciar com tranquilidade.

Eu gostaria apenas de deixar registrado aqui, da minha passagem pelo meu Estado, que hoje nós estamos, no Estado do Pará, com um número... Eu não vou dar os dados estatísticos, porque acredito que eu possa dar errado. Em cada reunião do programa de proteção para defensores de direitos humanos que temos hoje, no Estado do Pará,

Há muitas pessoas que nós aprovamos, porque eu faço parte da coordenação do programa, mas também estou incluída hoje no programa.

Há alguns meses, eram 13 defensores dos direitos humanos que estavam sem proteção. É bom que saibamos que enfrentar essas redes criminosas requer coragem, porque, para enfrentar, é preciso se disponibilizar inclusive para sofrer as consequências que essas redes criminosas poderão nos trazer.

E hoje eu me encontro em uma situação muito delicada. Enquanto eu estava sentada aqui, recebi várias ligações da população do Marajó, solicitando a minha presença na Ilha do Marajó. Na segunda-feira, eu deveria, mas, até o momento, vou dizer para vocês que eu não vou viajar para o Marajó, porque, no momento, estou achando que recuar vai ser a forma estratégica e inteligente para eu continuar vivendo um pouco mais.

E hoje eu me sinto numa situação de vulnerabilidade. E eu gostaria de aproveitar a presença das duas Senadoras e dizer que é preciso exigir que esses programas de proteção sejam qualificados, que eles possam dar conta, porque, na verdade, nenhum dos programas de proteção do Estado do Pará está funcionando, por falta de recurso, para que eles possam, de fato, dar tranquilidade para as vítimas e para nós, defensores de direitos humanos.

Hoje, no Estado do Pará, o atual governo do Estado do Pará não está sequer dando a menor importância para os defensores que, de fato, precisam continuar o seu trabalho, mas que não têm nenhuma garantia, porque, o tempo inteiro, ele vem alegando que não tem servidores disponíveis, que não tem recurso disponível. E nós estamos expostos, quase na certeza de que não vamos poder continuar vivendo, e que, a qualquer momento, as nossas vidas poderão ser tombadas, como muitas já foram, naquele Estado, e até hoje não aconteceu nada, absolutamente nada.

Então, eu gostaria de registrar essa questão da proteção e dizer da importância e da necessidade que há para nós, da sociedade civil, que estamos nos disponibilizando e somando na qualidade de vida da nossa população, possamos trabalhar com mais tranquilidade, principalmente nós que já estamos ameaçados.

Obrigada. Eu gostaria também de dizer que hoje eu me orgulho, viu, Senadora Vanessa, de termos uma Senadora, como a Marinor, que nos dá segurança num Estado marcado por tantas mazelas, por tantos desafios.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nós conversávamos aqui, enquanto a Senhora falava, Irmã Henriqueta, que vamos encaminhar novamente o pedido para o Ministério da Justiça para a proteção de Vossa Senhoria, o que já foi feito, por iniciativa da Senadora Marinor Brito, na Comissão de Direitos Humanos. Nós repetiremos o pedido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, entendendo que o trabalho que a Senhora desenvolve é muito importante e vem auxiliar o trabalho da Polícia Federal e do Brasil, da segurança. Portanto, quem se dispõe a desenvolver esse tipo de trabalho, tem de receber do Estado brasileiro a proteção necessária para que possa continuar contribuindo.

Muito obrigada, irmã.

Senadora Marinor, ela fazia uma observação de que estamos em uma Mesa feminina, genuinamente feminina, 100%. Isso é muito importante. É uma excelente sinalização. A Mesa anterior tinha uma grande maioria de homens. Tinha maioria de homens. Enfim...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – A TV Senado precisa registrar isso. A TV Senado precisa registrar de ponta a ponta isso.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Passo a palavra agora à Delegada titular da Delegacia de Proteção a Crianças e Adolescentes, que representa o Delegado Geral da Polícia Civil no Estado do Amazonas. Passo a palavra à Delegada Linda.

A SRA. LINDA GLÁUCIA – Boa tarde!

Senadora Vanessa, Senadora Marinor, cumprimento todas vocês, em nome dessa Mesa, em nome da Casa que se faz presente, em nome do Delegado Geral da Polícia Civil.

Sou Delegada da Delegacia de Proteção a Crianças e Adolescentes há cinco anos, a qual me dedico e em que realmente faço fazer valer o dever que me foi atribuído: proteger essas crianças e adolescentes que se encontram em uma vulnerabilidade muito grande não só em relação à exploração sexual, mas também, em seus próprios domicílios, são maltratadas, vitimizadas de várias formas.

Irmã Henriqueta, a senhora nos falou a respeito de pessoas que a procuram a fim de trazer denúncias. Sofro o mesmo problema do meu colega Delegado da Polícia Federal, Delegado Câmara. As denúncias chegam a alguns órgãos, mas, quando chegam à Polícia, que é para a gente desenvolver o nosso trabalho de combate e de proteção, de fazer valer seus direitos, de levar ao conhecimento da Justiça, elas simplesmente negam. Elas negam, o que dificulta o nosso trabalho. Já recebi várias denúncias. Já fizemos abordagem em alguns barcos, mas, quando nos deparamos com as adolescentes, elas simplesmente dizem que não, que é mentira, que isso não acontece, que estão indo porque querem conhecer tal cidade, que estão indo porque querem visitar colegas. Assim, vão dando proteção a esse aliciador.

Não pensem que a Polícia está toda comprometida e que ela não acredita. Não é isso! Lhes digo que fazemos aqui um trabalho em que com certeza a socie-

dade confia e acredita. A sociedade confia e acredita na Polícia Civil e na Polícia Federal, porque eu e o colega Câmara, várias vezes, já fizemos alguns trabalhos e há um comprometimento muito grande nosso. Aqui acho que toda população, nossa sociedade pode provar isso. Não temos denúncias de corrupção, pelo menos nas nossas Delegacias, o de as vítimas se sentirem desassistidas. Várias vezes inclusive já procurei a Drª Sara Pirangi para fazer inserir nos programas de proteção à testemunha essas pessoas que nos procuram.

O difícil está na tipificação. Na maioria das vezes essa forma, como bem colocou o colega, de ela encontrar o aliciador como um benfeitor coloca o Estado, aí, sim, como ruim. A Polícia? A Polícia não presta, porque está deixando de dar a ela a oportunidade de viver melhores dias, melhores momentos, até que elas possam mandar, remeter dinheiro para a família, dar um sustento para a sua família. O que elas dizem para a gente? "Sim, doutora, o que a senhora vai me dar? Abrigo. E minha família como fica?" Então, a Polícia e o Estado passam a ser vistos de uma forma ruim, como o lado ruim; o lado bom é o agenciador, que vai proporcionar a ela e à família dela outra vida. Então, é muito difícil.

É muito interessante se falar. A gente vê essas coisas acontecendo. Mas, quando chegam às Delegacias, elas recuam, e ainda vão dizer mais: vão dizer que não queriam estar lá, que foram obrigadas. Mas é mentira! Tudo...

Desculpe, como a senhora, tem várias aqui, como a irmã falou, e é verdade.

E ficamos nós com os inquéritos comprometidos. Não instauramos.

A realidade do Delegado Câmara não é diferente da minha. Trabalho com os crimes intermunicipais dentro do Estado do Amazonas. Ainda assim, sabendo das notícias que acontecem no nosso interior, fico infelizmente de braços atados, sem muito poder fazer, porque jogam para a Polícia, para a gente, uma responsabilidade que não podemos assumir. "Sim, a senhora vai me tirar e agora? Quem vai me dar o pão?" Então, é muito difícil.

Tenham certeza de que estamos comprometidos com a causa, tentando combater.

Agora temos também outra situação que agrava a identificação desses adolescentes quando estão sendo explorados sexualmente. Peço ao colega a quem apresentei um trabalho para ver se a gente consegue falar sobre... Aqui, o tráfico humano...

(Próximo, por favor.)

Temos um artigo, já foi falado aqui, sobre o tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual. A legislação vem combatendo esse tipo de crime. Sabemos disso. Todos conhecemos. Mas, em contrapartida, nos apresenta outro artigo. Temos um caso de aumento de pena quando a vítima é menor. A lei, então, se torna mais severa quando o juiz vai aplicar essa pena. Mas temos uma coisa que dificulta nosso trabalho: o ECA. O ECA nos diz o seguinte:

Deixe-me ver se consigo ler. Tem como aproximar um pouco mais? *(Pausa.)*

O senhor enxerga melhor do que eu, Senador. *(Risos.)*

Nenhuma criança... *(Pausa.)*

O que ele quis dizer aí é que nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca desacompanhada dos pais e sem autorização judicial. Deixa de fora o adolescente. Ela diz o quê? Criança é até 12 anos, gente. Dos 12 aos 18, esse adolescente pode viajar no território nacional sem ser questionado, sem ter nenhum tipo de fiscalização sobre ele. Se assim fizermos, poderemos responder por um crime de abuso de autoridade ou de constrangimento ilegal. Por que digo isso? Percebemos no aeroporto que a Polícia Federal se faz presente, mas, quando a adolescente, Senadora, compra uma passagem para ir para Santa Catarina, se tiver com 14 anos, ela pode. Quem está pagando essa passagem para ela?

Nesses encontros de que a gente participa, sempre digo que a gente está nadando contra a maré, porque a gente fica falando desses temas muito recorrentes, mas a gente não vai no que pode dar suporte para combater, que é a própria legislação. Estive em Boa Vista falando sobre crianças e adolescentes desaparecidos e questionei. Levanto esta bandeira: por que não se altera o ECA? Porque tenho certeza de que aquele pai que comprou uma passagem para o seu filho que é adolescente não vai se opor a ir a um Juizado para dar uma autorização para seu filho viajar. Não vai! Lá ventilam: "Mas, doutora, e o direito de ir e vir?" Mas como direito de ir e vir de um adolescente que não trabalha? O menor aprendiz é aos 14 anos. Ele tem que ter uma autorização dos pais. Ele viaja sem autorização, Senadora. Como vamos combater?

Por exemplo, agora, no festival folclórico de Parintins, tive uma preocupação muito grande e me manifestei até a esta Casa para que pudéssemos fazer algum tipo de trabalho para que impedisse a saída desses adolescentes da cidade ou das cidades próximas de Parintins, porque são muitas fugas. Lá, sabemos que há muita exploração sexual.

Falamos ainda há pouco sobre fiscalização. Como vamos fiscalizar se a lei diz que adolescente pode viajar? Que poder tenho eu, como Delegada de Polícia, que poder tem o Conselho Tutelar de tirar criança

de dentro de barco, de dentro de avião, de dentro de ônibus... Desculpem, criança, não. É adolescente desacompanhado dos pais. Qual o poder que temos?

Conversava com a Juíza Drª Encarnação, na época em que ela estava respondendo pelo juizado do menor infrator, quando ela disse: "Doutora, vou baixar uma portaria. Vou proibir." Não, não pode. Infelizmente a lei diz que, nesse tipo de situação, ela não tem competência para legislar, para baixar portaria sobre isso.

Então, vejam, para muitos, pode ser uma novidade o adolescente poder viajar, mas, para nós, que estamos lá trabalhando, para do Dr. Câmara, para ele resolver se a adolescente está sendo levada... Como eu, perdi um garoto. Perdi esse garoto, por quê? Com 16 anos, ele foi trabalhar em uma boate em Florianópolis. Quando chegou lá, trocaram o nome dele, e eu perdi o menino. Não sei onde está esse menino. Porque aqui ele teve essa facilitação de sair, porque a lei não o proíbe. E quem comprou a passagem para ele?

Eu entendo que, antes de falarmos de políticas públicas, dos órgãos que não estão fiscalizando... E nós percebemos realmente que isso acontece, mas deixam de fiscalizar, muitas vezes, por falta de um amparo legal. É difícil? É, mas não é impossível. A Senadora sabe que, juntamente com a Senadora Marinor, pode propor uma alteração, para aí, sim, dar-nos condições, enquanto Polícia, enquanto órgão fiscalizador, de chegar perto do adolescente e não deixá-lo sair de perto de seus pais. Se não, continuaremos fazendo um trabalho que não dará resultado algum. Porque os agenciadores, os aliciadores sabem dessa fragilidade da lei. E eles vão comprar as passagens e vão prometer mundos e fundos para os nossos adolescentes. As nossas crianças têm um amparo maior. Os adolescentes, para saírem do território nacional, precisam, sim, da autorização da mãe e do pai, mas, para ficarem dentro do nosso território, eles não precisam.

Por isso peço que seja revista a situação do ECA, pois, neste momento, ele não contribuiu para a proteção do adolescente.

Vou chamar de professor, porque ele foi meu professor, ele falou sobre a fiscalização de drogas e de armas, que é bem maior. Quando estive em Boa Vista, eu verifiquei isso, nós já temos as fronteiras, e pasmem, são feitas as fiscalizações nos carros, mas o que é fiscalizado? Drogas e armas. As adolescentes saem e eles não se preocupam em saber se aquela adolescente tem uma autorização ou se tem algum vínculo com as pessoas que estão dentro do veículo. Eu disse: eu não acredito! É o descaso mesmo, é a facilidade que as pessoas que estão ali, com esse poder de fiscalizar...Porque aí, sim, sendo área fronteiriça, ele pode exigir essa autorização, ele já tem como fazer esse adolescente não sair do território nacional. Mas eles fazem vista grossa, dá muito trabalho ficar pegando certidão de nascimento ou autorização. E só se preocupam com a droga e com as armas, deixando nossos adolescentes vulneráveis nessas fronteiras. Isso foi dito pelas pessoas que trabalham lá, no momento em que eu me revoltei.

Se todo mundo sabe o problema, vamos combatê-lo. Nós estamos lá. A Polícia Militar dá apoio à Polícia Federal. A Polícia Federal não faz esse trabalho de fiscalização sozinha. A Polícia Militar estava trabalhando e, naquele momento – eu não consigo ficar quieta –, manifestei-me, porque é inaceitável verificarem-se armas e drogas e não verificarem a documentação dos adolescentes e das crianças.

Foi feita uma pergunta à secretária de segurança sobre como a Polícia Civil está se comportando em relação aos crimes que estão acontecendo no nosso interior. Todo mundo vê, todo mundo sabe que existem, ainda há pouco conversávamos aqui. O complicado é pegar tudo isso e transformar num inquérito policial, fazer com que a vítima denuncie e acredite que pode mudar, que a melhor forma de ganhar dinheiro não é essa. Ela fica com uma visão distorcida da coisa, de que é melhor e mais fácil ser explorada sexualmente do que estudar, trabalhar. É complicado.

Diante dessa situação, e como as coisas chegam muito... Como delegacia de proteção, nossa delegacia tem atuação em todo o Estado, muitas denúncias chegam até a mim, mas é muito complicado. A delegacia sair daqui. Nós temos várias delegacias nos Municípios, que eu faço o contato e peço ao delegado para se manifestar. Mas, vejam, uma coisa é uma delegacia especializada, onde trabalhamos sabemos até identificar quando o adolescente está mentindo, porque é o nosso dia a dia. Só fazemos contatos telefônicos, às vezes não conseguimos, e perdemos a oportunidade de fazer um ótimo trabalho.

Conversei com o Secretário de Segurança, falei da nossa dificuldade. Eu penso no nosso interior abandonado realmente, penso que podemos ser mais presentes enquanto Polícia, Polícia Civil. Precisamos fazer nossas investigações coibindo esse tipo de coisa, mas presentes. E ele pediu que eu fizesse um projeto para tentar tornar a coisa mais dinâmica, seja eu indo, seja as delegacias todas...

Sou titular da delegacia. Na delegacia especializada, eu tenho uma atribuição aqui na capital, aonde todas as denúncias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual ou qualquer outro crime vão para a delegacia para eu apurar e instaurar os procedimentos pertinentes. Mas também temos uma atribuição em todo o Estado do Amazonas, quando os colegas precisam de

alguma orientação recorrem a nós, que tentamos dar um suporte para eles. Só que é um suporte que nem aqui mesmo na capital nós temos. Contamos sempre com o apoio das outras unidades. Mostrei essa dificuldade para o Secretário de Segurança, e ele pediu para eu apresentar um projeto para tornar essa dinâmica maior no interior, fazendo o interior participar.

Nós temos esses festivais, Senadora. Eu estive no festival, e eu vou para trabalhar em razão da atuação da delegacia de proteção. Nós percebemos, mas é complicado fazer algo, se não tiver uma denúncia, uma investigação mais aprofundada, com interceptações telefônicas, com todos os meios e recursos disponíveis para uma investigação. Se formos contar só com o depoimento da vítima, não vamos conseguir muita coisa. Porque a vítima nunca vai estar do nosso lado. É impressionante. Ela vai estar sempre do lado do aliciador. E nós que temos que ter meios de provas suficientes para dizer: não, você não está entendendo o que está acontecendo. Você está sendo enganada, você está sendo usada.

É do conhecimento do Secretário de Segurança, é da minha preocupação com o interior, eu quero fazer um trabalho mais efetivo, mais presente, para que essas crianças e adolescentes não se sintam desassistidos.

Eu apresentei aquele trabalho devido a minha preocupação com o ECA, não entendo como o ECA diz que adolescente pode – eu sempre brinco, desculpe-me a forma como vou falar – ir e vir de qualquer jeito, num vai e volta, para cima e para baixo, sem ser abordado, sem ser fiscalizado, sem ter que voltar para sua casa. Ele pode. Fica muito difícil.

Eu já pedi à Deputada Conceição Sampaio que é uma aliada, ela faz um trabalho muito bonito, eu pedi apoio à Casa para tentar conseguir alguma coisa pertinente a esses artigos do ECA que dificultam nosso trabalho nos âmbitos estadual e federal. Ver o que podem fazer para dar resposta a essas CPIs que sempre acontecem, a essas audiências, que são recorrentes, pertinentes a exploração sexual.

Fico à disposição. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Nós agradecemos enormemente, Drª Linda Gláucia. Estamos anotando as sugestões, especialmente em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que V. Sª foi muito contundente, não apenas na fala como também na exemplificação.

Passamos a palavra a Srª Fabiana Salvador Reis, que representa aqui o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Amazonas.

A SRA. FABIANA SALVADOR REIS – Boa tarde. Em seu nome, Senadora Vanessa Grazziotin, cumprimento toda a Mesa.

Assim como a Delegada Linda Gláucia, nós, da Polícia Rodoviária Federal, também encontramos dificuldades em flagrar o crime, a situação de tráfico de seres humanos. Por que há essa diferença bastante grande entre o tráfico de seres humanos e o tráfico de drogas e o tráfico de armas? Porque o objeto do tráfico de drogas e de armas é ilícito e não há problema com uma pessoa com os seus documentos em um veículo. Ela pode estar sendo aliciada para fins de tráfico de pessoas e passar na nossa frente, mas, se tratar de adultos, de mulheres, não de crianças, claro, muito dificilmente isso vai ser flagrado pelos policiais rodoviários federais.

Hoje no Estado nós temos uma malha de aproximadamente três mil quilômetros. São fiscalizados aproximadamente 600 por conta da BR-319, pois trafegamos boa parte em seu trecho. Então, nós atuamos na BR-174, que é Manaus e Boa Vista, e na BR-319, que é Manaus-Porto Velho.

Nós somos – não se choquem! – 55 agentes. Os que trabalham na área operacional são 30. São 30 policiais rodoviários federais em escala de revezamento para fiscalizar e policiar aproximadamente 600 quilômetros de rodovias. Então, por mais esforçados e competentes que sejam esses policiais rodoviários e federais, os senhores não acreditam que esse trabalho é feito de uma maneira suficiente. Não é verdade? Então, um dos problemas da policia rodoviária federal, assim como o de outros órgãos, o de outros representantes de outros órgãos, é de fato a presença do Estado nessas regiões. Temos um leque de distribuição bastante grande e de fato a falta de efetivo ou o efetivo reduzido em alguns postos de fiscalização dificulta e, às vezes, até impede que o trabalho seja realizado.

Em relação ao tráfico de seres humanos, concordei com a Delegada sobre a dificuldade de que nós temos de verificar essa situação nas rodovias e estradas federais.

Na questão dos adolescentes, conversava com a Srª Graça Prola. Um adolescente a partir dos seus 14 anos, a partir dos seus 12 anos pode viajar até Boa Vista, desde que esteja com a sua documentação em dia. Não há muita coisa a se fazer. Se a pessoa tiver uma história muito afiada, muito boa, muito convincente, no questionamento que nós fazemos aos passageiros de ônibus, aos passageiros de veículos de passeio, fica muito difícil para o agente encaminhar a um distrito policial e dizer assim: "Olha, é o sexto sentido que diz que isso é tráfico de pessoas." Ninguém abre um

inquérito por conta do sexto sentido. Não é verdade! Então, há uma dificuldade muito grande.

Outra questão são os aspectos culturais. Aqui no Amazonas é comum, não sei se no Pará também, as crianças virem do interior, trabalhar nas casas das pessoas. Elas dizem que vão estudar, vão ter uma vida melhor, mas, na verdade, não é. São babas muito cedo. Algumas, como noticiado recentemente pela mídia, são exploradas sexualmente ou talvez até abusadas nessas casas de famílias, entre aspas, que as trazem. Então, esbarramos também nesses aspectos culturais em relação ao tráfico de pessoas.

Outro ponto é a questão dos operadores de segurança pública, do preconceito que existe. Já aconteceu de, ao identificarmos uma situação não de tráfico de pessoas, mas de exploração sexual e encaminharmos ao distrito policial a adolescente e o motorista, as pessoas do distrito policial já conhecerem aquela adolescente e terem certo preconceito em relação a ela. Ligam para a mãe, que diz: "Não, tudo bem!" E se revolve dessa maneira. Então, você vê o seu trabalho, as horas que você ficou ali fiscalizando um veículo, verificando uma situação que é ilícita, cairem por terra. Então, o aspecto cultural, o preconceito dos operadores de direito eu acredito que seja muito latente também no Estado. Acredito que na Região Norte como um todo.

Para não vir aqui apenas reclamar e chorar, eu gostaria de expor alguns pontos, algumas sugestões que são importantes para que possamos ser mais eficazes no enfrentamento no tráfico de pessoas.

Equipar as polícias com aparatos tecnológicos que tornem os processos de identificação mais céleres. Por exemplo, a gente não tem um banco de dados de crianças desaparecidas. Como é que se faz lá nas rodovias? Você está trabalhando, vai abrir um catálogo com fotos e olhar de um em um para ver se aquela criança está ali naquele catálogo? Como é que fica? A polícia de Nova Iorque, por exemplo, tem algumas câmeras que fazem esse serviço automaticamente: filmam e buscam no banco de dados; fotografam, captam a imagem e buscam no banco de dados. A polícia brasileira, até onde eu sei, não tem. Não sei se a Polícia Federal tem, mas a Polícia Rodoviária Federal não tem. A falta desses equipamentos dificulta bastante a fiscalização.

Outro ponto é a questão de um sistema unificado entre as polícias e os órgãos de inteligência. Por exemplo, a polícia no âmbito federal consulta um sistema, mas, no âmbito estadual, aquela pessoa não tem mandato de busca e apreensão. Tem só no sistema federal. Então, existe uma diferença de bancos de dados. Há necessidade da unificação dos sistemas de órgãos de polícia e de inteligência. Isto é fundamental para que o serviço policial seja feito com eficiência: ter um serviço de inteligência integrado e eficiente.

Por fim, gostaria de salientar que o tráfico de seres humanos é mais um problema social do que um problema de polícia. Acreditamos, de acordo com o perfil das vítimas de tráfico de pessoas, conforme pesquisa feita pelo Marcos Collares, em 2002, e outras pesquisas regionais, que são pessoas de baixa renda, com baixa escolaridade, algumas já são do mercado profissionais do sexo, mas outras não. Enfim, eu acredito que, se essas pessoas tivessem uma condição de vida melhor, seriam menos vulneráveis. Então, poderíamos pensar, por exemplo, no ensino fundamental. Por que não o ensino fundamental ser um ensino integral? Será que, se essas crianças ficassem mais tempo na escola, nós não teríamos a possibilidade de integrar outros órgãos públicos à educação? Por exemplo, falamos de educação de trânsito, falamos de educação sexual. Poderíamos, então, tratar de outras coisas sem tirar o tempo das crianças da grade escolar. A minha colega ali é professora da SEDUC. Ela sabe do que estou falando. A polícia chega à escola...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) **–** Nós estamos defendendo isso no plano nacional de educação.

A SRA. FABIANA SALVADOR REIS – Nós chegamos à escola e pedimos o horário da professora de matemática para se falar de educação de trânsito. Será que, se a escola fosse de tempo integral, a gente poderia colocar esses temas e, com isso, diminuir a vulnerabilidade das nossas crianças, dos nossos jovens e até mesmo propiciar a eles um futuro melhor e diferente? Existe um profeta bíblico que disse assim: "o povo padece por falta de conhecimento". E a questão do trafico de pessoas está bastante ligado a isso. Muitas vezes a vítima não se reconhece como vítima e as pessoas que são aliciadas desconhecem o que é tráfico de seres humanos, desconhece o que é tráfico de pessoas.

Então, seria muito importante campanhas publicitárias, campanhas informativas em escolas, inclusive há um trabalho do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, quando as pessoas vão tirar o passaporte, a gente conhece também, mas a gente precisava de ações mais abrangentes, não apenas nos aeroportos, mas também em outros lugares, repito, chegando às escolas, aos *shoppings* e a outros lugares. De fato, uma campanha mais abrangente para que as pessoas tomassem conhecimento, tivessem mais acesso às informações do que é tráfico de pessoas. Acredito que também contribuiria bastante, senão para a diminuição do tráfico, pelo menos para o aumento do número de denúncias.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Drª Fabiana, pela colaboração que nós dá.

A senhora já recebeu todos os endereços, e-mails da Comissão? Porque ficou, Senadora Marinor, de se encaminhar dados mais objetivos em relação ao trabalho da Polícia Rodoviária Federal no Amazonas, no que se refere ao tráfico de pessoas.

Passo a palavra a titular da Delegacia de Ordem Política e Social, Drª Catarina, para as fazer as suas observações também.

A SRA. CATARINA SALDANHA TORRES – Boa tarde a todos e a todas, especialmente em nome da Mesa, à Senadora Vanessa Grazziotin e à Senadora Marinor Brito, em nome de quem saúdo as demais integrantes da Mesa, porque, por uma coincidência, aqui, somos todas mulheres. Saúdo também a assembléia, até porque ainda há algumas pessoas, inclusive a irmã dizia do vazio do auditório e que realmente tem de iniciar pela conscientização.

Como disse a Senadora Vanessa, vou fazer algumas observações.

Nós integramos a equipe de segurança pública do Estado. Segundo a Delegada Linda Gláucia, ela está titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, que é justamente o público alvo, é o mais vulnerável como vítima desse tipo de crime. E, quanto à Delegacia Geral, que toma conta das demais unidades policiais, justamente aí se vê uma situação de uma realidade social que acompanha a evolução do mundo, a evolução dos tempos.

Sabemos que, talvez, a visibilidade em relação à ocorrência desse tipo de crime esteja acontecendo hoje, com a informação, com a evolução, com técnicas de informação. Por que a gente diz isso? Porque esse tipo de atitude, pessoas vulneráveis, pessoas aliciadas e pessoas que aliciam em decorrência da necessidade de as pessoas sempre quererem o melhor, de as pessoas quererem ter aquilo que, muitas vezes, pelo esforço próprio de cada ser humano, é encarado com dificuldade, é encarado como um passo muito longo, como uma distância muito grande entre aquele desejo e a possibilidade de ter. A gente percebe, de acordo com o relato da irmã Henriqueta, que não tem outro, e é exatamente esse o retrato, irmã, desse tipo de crime, e a senhora ainda disse que ocorre muito no Pará, não sei aqui. E eu complementaria, não só aqui como também no Pará e em todo o Brasil, e talvez até no mundo. Porque sabemos que muitos estrangeiros são atraídos não só para o nosso Estado, mas para todos os Estados brasileiros exatamente para prostituir as pessoas, para ludibriarem as pessoas, e justamente essa dificuldade de e não poder materializar esse tipo de crime. Sabemos que a nossa lei diz o seguinte: se não há como comprovar, não há materialidade, nós não temos... A Polícia Civil, engessada, não pode tomar nenhuma providência, por quê? Muitas vezes a gente já está sabendo que ali está existindo o crime.

Como disse a Inspetora Fabiana, a gente não pode chegar e dizer "Eu intuí, eu percebi, a minha experiência me diz que está acontecendo esse tipo de crime", porque não há materialidade. De repente essa vítima a gente sabe que está sendo levada a submeter-se à lascívia das pessoas, à ilusão de que vai viajar para ter vantagens, para viver bem, para trabalhar e ganhar dinheiro, para auferir um salário muito além daquilo que ela tem a capacidade técnica de conseguir.

Então, como integrante também da Secretaria, o que podemos observar e dizer? É tentar também evoluir a técnica, a forma, as condições de pessoal, as condições materiais, justamente para acompanhar a evolução desse tipo de crime, para tentar uma forma mais eficaz de combatê-lo, porque a gente sabe que, a cada dia que passa, as pessoas se capacitam mais no sentido de cometer crimes, de iludir outras. No caso daquelas pessoas que são vulneráveis, que não aceitam, que não admitem, que não entendem que são vítimas desse tipo de crime, então, nessa situação, nós, como Segurança Pública, temos, diariamente, de acordo com a evolução, de tentar formas eficazes de combater.

São essas as observações que a gente tem a fazer sobre a Segurança Pública e sobre esse tipo de crime, que se avoluma a cada dia que passa.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Queria agradecer à Delegada Catarina a contribuição.

Estou achando que tudo que está surgindo hoje aqui vai dar-nos muita coisa, vai dar muito trabalho. Mas são colaborações muito importantes, e acho que vamos conseguir fazer uma frente nacional ampla, de enfrentamento contra o tráfico...

A SRA. CATARINA SALDANHA TORRES – Mas é justamente esse o objetivo. Como a irmã observou, hoje o auditório está vazio, mas uma, duas, três pessoas que tenham a intenção de multiplicar, de divulgar e até de persuadir, de orientar é aquela sementinha que todos os dias a gente vai tentando, até que se chegue não a um patamar satisfatório, mas pelo menos ao patamar de tentar evitar que muitas crianças, muitas adolescentes, que são mais vulneráveis ainda, até pelo tipo da intenção...

Agora mesmo, nesta semana, houve uma reportagem numa televisão local, e pudemos observar justamente isto: garotas de 14, 15 e 16 anos, sendo entrevistadas, que diziam assim: "Não, eles preferem as mais novinhas. A gente chega lá..." E elas informa-

ram o preço por uma noite, por uma hora, por duas horas. Elas mesmo diziam: "A gente chega lá e tem de fazer o que eles querem; se faz tudo, é tanto. E a gente chega, faz, acaba ali, pronto, acabou".

Então, é a mercadoria em que se transforma principalmente a adolescente, porque, nesse mercado, para quem já tem mais de 20, o valor já decresce, e não ocorre mais este risco de ser iludida.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Delegada, nós chegamos ao absurdo de detectar no Pará, na CPI que presidi enquanto estava no mandato de Vereadora na capital do Estado, locais que faziam bingo de meninas. A cada cartela preenchida na vertical ou na horizontal, pagando apenas R$5,00, eles podiam escolher a menina para levar para o quarto.

A SRA. CATARINA SALDANHA TORRES – É a miséria humana.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – A gente sabe que a miséria é a grande responsável por essa vulnerabilidade, mas não vamos desistir.

A SRA. CATARINA SALDANHA TORRES – Muito pelo contrário, tem-se de prosseguir.

A SRA. PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Vamos ouvir agora a Drª Michelle Vitória, que é Diretora do Departamento Estadual de Direitos Humanos.

Cadê o microfone? Drª Michelle, está lá na pontinha.

Tão jovem, tão bem-vinda, obrigada pela presença.

A SRA. MICHELLE VITÓRIA CUSTÓDIO – Obrigada pelo elogio.

Bem, em nome da Senadora Marinor Brito, cumprimento todos os integrantes da Mesa, em especial, a minha amiga Graça Prola, que é uma grande parceira, uma pessoa de muita experiência, que, desde o princípio, aderiu a essa frente, expondo toda a política de assistência social para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e proteção às vítimas.

Com relação a vítimas ribeirinhas indígenas, acho que as universidades, tanto a estadual quanto a federal do Amazonas, podem muito contribuir com informações para esta CPI.

Então, como primeira proposta, logo de início, seria interessante solicitar informações principalmente da Universidade Federal do Amazonas, que tem uma pesquisa de autoria da Professora Márcia Oliveira, que fez um levantamento e um estudo de casos concretos, relacionando vítimas dessas populações.

Então, acho que... Márcia Oliveira. Acho que seria uma grande contribuição para o trabalho desta CPI.

Não posso deixar de ratificar as informações apresentadas pela Delegada Linda Gláucia e pela Oficial da Polícia Rodoviária Federal Fabiana Reis. Infelizmente, o ECA foi uma mãe, mas também um padastro.

A questão da idade de livre circulação é uma problemática em nosso Estado, acredito que em todo o Brasil. Ontem mesmo, quando tínhamos a reunião da Rede de Proteção às Vítimas do Tráfico de Pessoas acontecendo, observamos a fala de um Município na assistência social, e recentemente houve a execução do Festival de Parintins.

Durante essa operação, foi-nos informado que 69 menores foram identificadas e apreendidas, saindo de Manaus com direção a Parintins, para a festa de Parintins. E foram apreendidas por quê? Entre as 69, algumas estavam sem qualquer documentação e tinham menos de 12 anos de idade. As que tinham mais de 12 anos não sabiam identificar ou justificar o seu deslocamento até aquele Município. Muitas diziam: "Eu vou porque a minha tia..." ou "Porque a minha prima..." ou "Porque a minha irmã...", "Porque meus parentes estão me esperando...", "Porque vou participar da festa..." Mas, quando eram interrogadas com maior profundidade, começavam a gaguejar e não sabiam dar informações concretas. Então, acredito que essas menores devem ter passado lá pela Delegacia de Proteção ou ter sido encaminhadas ao Conselho Tutelar.

Esse é um fato que infelizmente acontece, com mais intensidade, durante as grandes festas do interior do Amazonas. Levando em consideração isso, nós temos tentado marcar a presença nesses festivais. Estivemos em Parintins pela segunda vez, em 2010 e agora em 2011, com o apoio da Secretaria Municipal de Parintins, e a grande parceria com a SEAS, não só ajudando na campanha de combate à exploração sexual, mas também no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Enquanto direitos humanos, o que a gente tem feito? A articulação entre as instituições, para um trabalho integrado, possibilitando o fortalecimento nas ações e maior visibilidade à problemática. Isso se reflete nas ações que são executadas. Por exemplo, Parintins. No ano passado, conseguimos atingir 55 mil pessoas, o Município de Parintins e a Secretaria de Estado da Assistência Social. Este ano, nós atingimos um público muito maior, porque o número de voluntários articulados no Município de Parintins tende a crescer a cada ano, como vimos.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Doutora, o que significa conseguir atingir 55 mil pessoas?

A SRA. MICHELLE VITÓRIA CUSTÓDIO – Informações diretas, orientações diretas.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada.

A SRA. MICHELLE VITÓRIA CUSTÓDIO – Por essas informações, de acordo com esse material que

a gente vem passando, surgem denúncias que, infelizmente, não são levadas a termo, não são, como a Linda Gláucia falou, as pessoas denunciam, mas têm um grande problema de se dirigirem até os órgãos competentes de investigação para poder fazer desencadear todo o procedimento que vai culminar na responsabilização dos culpados.

Mas a gente tem visto, a cada ano dessas intervenções, dessas abordagens educativas e informativas, um número crescente de interesse nessas informações. Esse é um dado positivo.

Mas não só isso. Continuando a combater o tráfico de pessoas, realizamos, no ano passado, tentando melhorar a qualidade da informação a respeito do tráfico de pessoas, um curso para jornalistas do Município de Manaus, no qual houve a participação de mais de trinta jornalistas. Sensivelmente, até ultrapassaram o tempo no debate, conforme estava previsto na programação. Isso para nós foi um aspecto positivo, tanto que conseguimos ficar o ano passado inteiro na mídia, levando informação, acessando a população sobre o tráfico de pessoas. Mas é claro que esse trabalho não teria essa magnitude se a gente não tivesse a participação de toda a rede que se reúne mensalmente, junto com a Secretaria de Justiça, articulando alternativas de enfrentamento ao tráfico.

Atendendo uma demanda da Secretaria de Justiça também, foi disponibilizado, pela Secretaria de Segurança Pública, um disk regional, um canal de denúncias, para que as pessoas não precisassem ficar limitadas ao Disk-100 ou ao Disk-180, mas que tivessem um contato direto com a polícia local. E a segurança pública disponibilizou no 181 um espaço para receber denúncias referentes ao tráfico de pessoas.

Em 2010, ainda, conseguimos formalizar, junto ao Governo Federal, um convênio com o Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Justiça, sobre um projeto de enfrentamento ao tráfico no Amazonas. Com isso, conseguimos a implantação no Núcleo Estatal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e treze postos avançados no interior, que vão atingir diretamente os Municípios de Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Tefé, Parintins, Coari, Careiro da Várzea, Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, Terminal de Passageiros 2, Terminal Rodoviário, Terminal Hidroviário na Ceasa, Porto de Manaus, e possivelmente a gente atinja o Município de Tabatinga, por conta da tríplice fronteira Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela.

Esse é um projeto ousado. Em nível de Estado, é o projeto mais ousado que se tem. Nos outros Estados, a gente verifica a existência apenas de um posto avançado. Estaremos trabalhando com treze e mais o Porto da Ceasa serão quatorze postos.

Aqui a gente tem a presença da Secretária Municipal da Mulher e Direitos Humanos de Coari, que veio atendendo ao nosso pedido. Estamos em tratativas avançadas para a implantação do posto avançado, para o qual sinalizou positivamente. Também o Município de Parintins, cujo prefeito, durante o festival, nos sinalizou positivamente para a implantação do posto em Parintins. Para nossa surpresa, o Poder Judiciário também encampou a ideia e pretende estar no mesmo espaço que o posto avançado.

Ainda este ano está prevista, durante o mês de setembro, a realização de uma grande campanha no Estado do Amazonas para divulgação das informações sobre tráfico de pessoas, bem como um forte enfrentamento a essa problemática. A identidade visual está sendo produzida. O Secretário já deu o aval inicial e a gente parte agora para a confecção do material, que está muito bom. É um material que mostra a nossa realidade regional, que trabalha as nossas peculiaridades; de fácil compreensão, porque as informações são claras e precisas.

Esse material vai ser publicado em larga escala para ser disponibilizado a todos os Municípios, principalmente que vão atender os postos avançados. E aí a gente espera com isso levar acesso das informações ao Estado do Amazonas como um todo.

Mas, para que a gente possa fazer um trabalho com maior eficiência, também preparamos – isso deve acontecer até o final de dezembro e início de 2012 – um seminário em que serão trabalhados os gestores municipais, estaduais, sociedade civil organizada e iniciativa privada. A gente vai discutir mais amplamente esta temática, tentando trabalhar já um plano estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Logo em seguida, estaremos fazendo uma capacitação que vai atingir aí em torno de 300 pessoas, dessas instituições referidas, para trabalhar diretamente no enfrentamento ao tráfico e na prevenção, como multiplicadores dessas informações.

Inicialmente, a gente tem essas atividades acontecendo em fase de execução. Esperamos que, com esse passo inicial, a gente consiga, junto às instituições que fazem parte da rede de proteção e enfrentamento à vítima, fortalecer o serviço de todos, bem como divulgar todos os serviços que estão disponibilizados à população, bem como os canais de acesso para denúncia e acolhimento e proteção daqueles que querem denunciar. E aí o PROVITA é um programa no Estado do Amazonas que felizmente é sucesso. Não tivemos nenhuma baixa até o momento; é de extrema credibilidade e vem operando, dentro das suas limitações, com bastante qualidade e eficiência. E aí sou uma fã incondicional da Drª Sara, porque é uma pessoa muito humana e que, com muita presteza, sempre

atende as nossas solicitações. É um programa que – aí eu vejo, Senadoras – precisa ser fortalecido cada vez mais, principalmente com um grande incremento no orçamento. Isso porque muitas vezes a gente acaba socorrendo não só os nossos amazonenses como também pessoas de outros Estados que para cá são designadas para que sejam protegidas. Então, é necessário verificar com um pouco mais de calma outros detalhes junto ao programa e incrementar isso.

Vejo também que precisamos fortalecer as redes existentes no Estado do Amazonas. Fortalecer em que sentido? Uma orientação partindo desta CPI aos gestores estaduais e municipais, bem como às ONGs, da sua responsabilidade de estarem presentes às reuniões, de comparecerem, não só para ouvir, como para propor ações de enfrentamento e proteção, porque sabemos que o tráfico de pessoas é uma das consequências que os problemas sociais trazem. Entre eles temos as três modalidades que são extremamente complicadas: exploração sexual, exploração do trabalho escravo e tráfico de órgãos. Temos dados, no relatório nacional, dados concretos referentes a isso no Estado do Amazonas.

Bom, eu fico à disposição para algum questionamento e é isso o que tenho a relatar, por ora.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziottin. Bloco/PCdoB – AM) – Por ora, que em seguida vêm os questionamentos.

Muito obrigada, Drª Michelle, diretora do Departamento Estadual dos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas.

Passo agora a palavra à Drª Graça Prola, secretária-executiva de Estado e que aqui nesta reunião representa também a secretária de Assistência Social do Estado do Amazonas.

Com a palavra a Drª Graça.

A SRA. GRAÇA PROLA – Boa tarde a todas as mulheres que compõem esta Mesa. Quero saudar as duas Senadoras propositoras e participantes desta CPI e quero também, em nome de toda a plenária, saudar a nossa companheira Geralda, secretária de mulheres do Município de Coari.

Começo dizendo que os projetos chamados desenvolvimentistas, pensados para o Estado do Amazonas – a própria Zona Franca de Manaus na época da ditadura, o pólo petrolífero de Coari, o pólo graneleiro de Itacoatiara, que foi antes ou paralelo ao pólo petrolífero de Urucu, em Coari –, eles foram pensados do ponto de vista do crescimento do Estado, mas não levaram em conta os impactos não só do ponto de vista ecológico, mas ambientais, do ponto de vista da relação com o homem, os impactos que trouxeram na nossa vida social.

Eu digo nossa, porque essa população de Manaus sofreu os impactos da própria implantação do modelo Zona Franca, advindos de várias etnias, de várias culturas, para o Estado do Amazonas, especialmente na questão de Manaus. E nós, como população e como estrutura de serviços, realmente não estávamos preparados para absorver esse tipo de modelo que veio rapidamente, a exemplo do Pará com a questão madeireira, com a questão do próprio garimpo e outras, as hidrelétricas que fazem essa devassa, vamos dizer assim, mais social.

Acho que essa não é a grande origem dos problemas, porque já vivíamos alguns problemas inerentes à falta de desenvolvimento e à falta de crescimento. Coari, por exemplo, na época da implantação do pólo, começou a receber cinco mil homens para o trabalho no pólo petrolífero sem nenhuma estrutura municipal que pudesse suportar aqueles homens que chegavam ao Município. Deixavam em Imperatriz, no Maranhão, em São Luís, em Salvador, em outras cidades, no Rio de Janeiro, suas famílias, passavam três meses no Município, faziam uso do sexo, claro, e depois voltavam para os seus Municípios, para as suas cidades, e passavam de 15 a 20 dias.

Vocês não podem imaginar o trabalho que todos nós, que fazemos parte da rede, tivemos para poder, inclusive junto à Petrobras, exigir um código de conduta, porque era verdadeiro: as obras não podiam absorver mão de obra amazônica e do Amazonas e daquela região para os serviços intermediários de escritório, porque a nossa população não tinha, ou não éramos mão de obra qualificada naquele Município. Aí, era preciso que eles importassem essa mão de obra, e era essa mão de obra que consumia o sexo das meninas e dos meninos, vamos dizer assim, dentro daquelas bases de trabalho.

Para tanto e depois de muita luta, nós conseguimos criar um código de conduta com a Petrobras no sentido de garantir que os mateiros, as pessoas que abriam as clareiras, fossem, na verdade, daqui do Estado do Amazonas e que o que fosse possível absorver nos postos de trabalho intermediário fosse garantido aos trabalhadores do Amazonas. E aí o governo do Estado entrou com sua estrutura. O Centro de Educação Tecnológica do Amazonas foi para o Município de Coari, nós tivemos cursos profissionalizantes de pequena duração naquela época no sentido de garantir que também esses postos intermediários pudessem ser ocupados pela população daquele Município especialmente, ou da área de influência do gasoduto Coari-Manaus.

Toda a estrutura, inclusive de saúde do Estado, também foi mobilizada em razão da alta incidência, Senadora, da questão das DST/AIDS para aquele

Município. É o exemplo do pólo petrolífero e que hoje vive certa estabilidade, mas evidentemente deixou um legado do ponto de vista desenvolvimentista, mas também do ponto de vista de sequelas sociais talvez irrecuperáveis.

Itacoatiara foi a mesma coisa com o pólo graneleiro. As meninas do Município sabiam, tinham o calendário dos navios estrangeiros que ancoravam naquele porto a partir da implosão, eu diria, da situação econômica vista por esse viés no Município de Itacoatiara. Da mesma forma como Coari, a cidade se preparou com motéis, com clubes *privé*, para receber isso, mas não se preparou com serviços sociais absolutamente competentes para dar conta desse tipo de demanda através das próprias políticas públicas.

A Zona Franca de Manaus foi a mesma coisa: um quadro que trouxe para nós algumas e grandes marcas, mazelas mesmo.

Somente por volta de 2001/2002 com a PESTRAF, o fenômeno do tráfico humano teve visibilidade, pelo menos para nós, aqui da região Norte. Eu diria, e muito mais especialmente na questão do Amazonas, que a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes tem maior visibilidade já na década de 90, a partir do primeiro plano nacional, do congresso de Natal, do congresso de Estocolmo. O tráfico humano vem ter visibilidade para nós a partir dessa data, porque antes eram apenas notícias de jornal, tanto que a PESTRAF no Estado do Amazonas, e por orientação nacional, tinha que buscar essa questão nas fontes oficiais para poder garantir fidelidade dos dados.

Eu coordenei a pesquisa no Estado do Amazonas, e tivemos aqui a abertura da Polícia Federal que, naquela época, era a única instituição policial que trabalhava a questão do tráfico e, mais especialmente, do tráfico internacional. O tráfico nacional ou as rotas interestaduais ou municipais não eram vistas nem pela Polícia Civil, muitas vezes. Então, a Polícia Federal começa a entrar nesse cenário a partir da pesquisa de tráfico de crianças e mulheres para fins sexuais no Amazonas e aí, no caso, no Brasil.

Ora, é preciso também que a gente compreenda que o tráfico humano não é qualquer crime. Ele envolve, na verdade, uma pequena rede interna, que é a figura do agenciador, aquele que vai em busca, que está nas praças, que está nos mercados e na periferia das cidades buscando, identificando e mapeando homens, mulheres e meninas para entrar nesse mercado, no sentido de render o que está rendendo hoje esse crime, em nível internacional inclusive. Além do agenciador, há o mercador, que não é a mesma pessoa e que não desenvolve as mesmas funções. O mercador é aquele que tem articulação com as organizações oficiais, que vai buscar o passaporte, que vai tirar cédula de identidade, que vai comprar a passagem e garantir que essa moça ou essa menina viaje sem nenhum percalço diante de suas intenções. E há lá na frente, do outro lado, no destino, o receptor, que é aquele que recebe – e aí a gente pode lembrar das imagens dos filmes que a gente vê, é aquilo que acontece mesmo: leva para um lugar, que não é o seu lugar de trabalho, mas o local de moradia provisória, seja em nível nacional ou internacional.

A PESTRAF identificou, na época, cinco rotas. Manaus como passagem para a Venezuela, Manaus como ponto de origem para a Venezuela e, de certa forma, para a área do Caribe, integrando-se com toda a rede de prostituição, porque é um crime que está extremamente ligado ao crime da exploração sexual, lá de Boa Vista, e passando para a Venezuela e Caribe. Identificamos a rota de Manaus via Recife para o norte da Galícia e Manaus via São Paulo para Berlim e outros países da Europa. E já em 2008, numa pequena atualização da PESTRAF que eu fiz – e o delegado da Polícia Federal já registrava –, surgem mais duas rotas novas, Manaus-Holanda e Manaus-Suíça.

Um dado interessante – eu não tenho outras informações, mas deve permanecer – é que a PESTRAF não registrou nenhuma saída de adolescente enquanto vítima do tráfico humano, mas registrou a presença de várias mulheres como vítimas do tráfico humano. Mas algumas dessas mulheres, segundo o depoimento delas mesmas – também fizemos estudos de caso junto com a professora Elenise Scherer, da Universidade Federal do Amazonas, que foi a pesquisadora titular –, saíram com carteira de identidade falsa. Quer dizer, na verdade, o tráfico humano é um crime dentro do grande crime organizado, que envolve a questão policial, a questão... E a materialidade dele é muito difícil para a gente identificar; é desafiante, como diz Henriqueta.

A Senadora perguntava, no início, quais são as dificuldades para o enfrentamento do tráfico humano, seja para adoção, seja para tráfico de órgãos, seja para fins de exploração sexual.

Eu penso que as nossas questões geográficas, que já foram amplamente comentadas aqui, a questão das fronteiras, contribuem de fato e prioritariamente para dificultar o combate e o enfrentamento desse crime – isso está associado, claro, ao pouco efetivo das organizações que têm de dar conta do controle e da proteção nas fronteiras. Elas são, efetivamente, além do pouco efetivo, agravantes para isso. Eu não digo conivência, mas acho que há indiferença em relação ao assunto ainda. Como um forte crime que envolve uma cadeia de situações, ele também faz com que os órgãos responsáveis pelo controle e pela proteção deixem realmente de cumprir o seu papel.

Por exemplo, eu até defendo... Eu não sei, o delegado já foi embora... Anualmente há, na área do Alto Solimões – Tabatinga, Benjamin Constant, Amaturá, Santo Antônio do Icá , uma operação que envolve as três Forças Armadas mais as polícias dos estados e que, via de regra, garante uma certa tranquilidade. A partir daquelas operações, a gente começa a tomar conhecimento e também a adotar providências em relação aos casos que são relatados – não me lembro agora do nome da operação, mas é uma operação muito grande. Se essas operações fossem feitas de forma mais sistemática e não só uma vez por ano, com certeza as nossas fronteiras estariam mais bem garantidas.

Outra dificuldade na questão do crime do tráfico humano é caracterizada pelo silêncio das vítimas. Elas não se sentem vítimas, muitas delas são enganadas mesmo, e é nesse universo que a gente precisa entrar, vencendo as dificuldades, para poder garantir que elas denunciem. Isso, evidentemente, é difícil, porque está dentro do crime organizado.

Acho também, na questão das fronteiras, que temos uma dificuldade de legislação, de cumprimento de legislação. Por exemplo, na fronteira Tabatinga-Letícia – não é fronteira, é aberto –, as meninas de Letícia não saem para ser exploradas nos ambientes de Letícia, que já é Colômbia: elas passam para o Brasil, onde a fiscalização é mais solta ou inexiste. As meninas brasileiras, quando chegam em Letícia e tentam entrar no cassino ou na boate – já é Colômbia –, não têm permissão e imediatamente *la policia,* que está nas ruas de Letícia, devolve-as para Tabatinga, às vezes com segurança, para que voltem para suas famílias. Isso também acontece na fronteira com o Peru.

A outra pergunta é: por que as rotas continuam aumentando? Acho que são é mesma justificativa, Senadora: as rotas aumentam exatamente por essa falta de controle.

E aqui quero fazer um recorte que é de paradigma, que é de doutrina. A culpa não é do Estatuto da Criança e do Adolescente, a culpa não é da lei que garante que a família está em primeiro lugar. Está lá, se não me engano no artigo 95, que é papel da família, da sociedade e do Estado garantir a plena proteção aos meninos e às meninas. Não se trata de dizer que o Estatuto tem de mudar, que tem de penalizar os meninos porque estão viajando sozinhos. Trata-se, na verdade, de garantir e resgatar as competências familiares, algo que nós de um modo geral, trabalhadores sociais, não estamos sabendo fazer. E aí nós precisamos... E haverá quem diga que esse processo de educação para o resgate das competências familiares vai demorar um século e, aí, inúmeros meninos, meninas e mulheres estarão perdidos. Mesmo assim, é preciso que a gente dê prioridade para isso.

E hoje está aí a Política Nacional de Assistência Social garantindo que a matriz do nosso trabalho, longe do clientelismo e do assistencialismo, na verdade, paute-se pelo atendimento e pelo acompanhamento da família, mesmo que nessa família eu tenha apenas um indivíduo que seja viciado em drogas ou que esteja em situação de violência ou em situação de rua. Não importo, o nosso foco tem de ser a família.

Então, nós precisamos garantir a liberdade, que é um direito nosso, é um direito de qualquer ser humano, seja criança, adolescente, idoso ou adulto. Agora, nós precisamos também garantir proteção. E quem dá proteção a esse menino ou a essa menina que vai para Parintins ou que vai para o Rock in Rio no Rio de Janeiro é, em primeiro lugar, a família. Se não for assim, vamos estar absolutamente descumprindo a ordem constitucional, que garante todos aqueles princípios dos direitos humanos. Eu queria fazer esse recorte, até discordando da minha companheira de trabalho Linda Gláucia, que falou com bastante contundência com relação a isso.

Por último, quanto às perguntas que a Senadora fez: quais as fragilidades da rede?

Penso que nós precisamos integrar a rede, precisamos encontrar... E este Governo que está instalado tem clamado pelo trabalho compartilhado, pelo trabalho interfacetado. Que a gente possa trabalhar dentro de uma regra integrada e articulada para evitar dinheiro jogado pelo ralo, para evitar pulverização de esforços e de recursos. E essa fragilidade é a gente não ter cultura do trabalho articulado. Essa é uma das grandes fragilidades.

Outra fragilidade que entendo, na verdade, é a nossa falta eu não diria de sensibilização mas de qualificação, de informação, muitas vezes, para esse trabalho em rede, no sentido de que a gente possa dispor dos serviços efetivamente, para dar conta dessa situação, que não é fácil.

A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos tem estado na ponta desse serviço, na frente desse serviço, tentando colocar os postos avançados para que, a partir dos postos, a gente possa informar não só massivamente a população, mas também de forma qualificada, garantindo uma interlocução adequada no sentido de não coibir a sexualidade das pessoas, de não ferir direito humano individual, mas de garantir proteção e segurança.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito bem, Drª Graça! Muito obrigada pela colaboração.

Por fim, para a gente concluir essa primeira etapa no segundo bloco, Vereadora Lúcia Antony.

A SRA. LÚCIA ANTONY – Eu gostaria de saudar a iniciativa da Senadora Marinor de puxar esta CPI e dizer que fico muito confiante de que esta CPI trará resultados positivos, até porque conheço, há muitos anos, o trabalho, a dedicação e a determinação da Senadora Vanessa Grazziotin, que está presidindo esta Comissão.

Eu gostaria aqui de levantar alguns aspectos que considero importantes neste debate. Aqui já foi levantado que precisamos fazer esta discussão levando em consideração dois aspectos: o aspecto preventivo e o aspecto repressivo.

Aqui muito foram colocadas as dificuldades que o Estado enfrenta hoje para cumprir o seu papel. Mas penso também que existe ainda certa dificuldade de compreender o papel do Estado, as liberdades individuais de cada um, a responsabilidade e o papel da família na sociedade brasileira. Se nós não conseguirmos entender cada um desses aspectos, nenhuma política pública será capaz de resolver o problema.

O que fica claro é que o tráfico de humanos, nos três aspectos abordados – exploração sexual, trabalho escravo e órgãos –, estão ligados a dois fatores, que são a baixa escolaridade e a questão econômica, de pessoas vivendo uma situação precária de trabalho ou desempregadas. Portanto, nós precisamos trabalhar preventivamente, de forma muito decisiva.

Eu, como Vereadora, tenho procurado enxergar um pouco dessa questão na cidade e tenho levantado alguns projetos de lei no sentido justamente de responder, de forma concreta, a isso aí.

A primeira questão é quando se trata do tráfico para exploração sexual. Eu sou militante do Movimento de Mulheres, e nós costumamos fazer o seguinte questionamento. A prostituição foi instituída por uma necessidade de a mulher chegar virgem ao casamento. Hoje, isso não é mais condição; a mulher não precisa mais chegar virgem ao casamento. E por que é que a prostituição não desapareceu? Esse é um questionamento que nós fizemos.

E quando a gente procura responder a isso, a gente chega à conclusão também de que a sexualidade – e aí não é só do povo brasileiro, mas vamos tratar do Brasil – está doente. Não é à toa que cresce o número de abuso sexual das crianças dentro de casa. Portanto, nós precisamos tratar da sexualidade do povo brasileiro.

E como é que se vai resolver essa questão? Criando um consultório terapêutico? Não. Nós vamos enfrentar o problema com educação. E eu apresentei um projeto de lei – que chegou a ser aprovado na Câmara Municipal, na legislatura passada, e depois foi vetado pelo prefeito porque o Município não tem competência para alterar a grade curricular; a gente fez a indicação ao Presidente Lula e estamos agora em fase de também fazer a indicação à Presidenta Dilma – que cria a disciplina de Educação em Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos. Por que isso? Porque nós precisamos educar as nossas crianças, desde pequenininhas, sobre o seu corpo, a sua relação com a natureza, o adoecer, a saúde e também fazer com que, ao chegar à adolescência, possam exercer a sua sexualidade com liberdade e segurança.

Então, nós precisamos encarar esse problema de frente, porque hoje se torna cada vez mais alarmante o número de jovens se prostituindo. E, se hoje formos fazer um levantamento, talvez tenhamos mais homens prostituídos do que mulheres. É preciso atacar esse problema de frente.

Com relação à necessidade de melhorar a escolaridade do nosso povo, muitos têm acesso à escola, mas acabam evadindo-se. Não há atrativo porque não conseguem aprender. Hoje é lei, na cidade de Manaus: toda escola de educação infantil tem de ter a ludoteca, uma ferramenta importante para desenvolver as múltiplas inteligências da criança e investir no aprender. Entendemos que o ensinar precisa ter investimento, e já foi feito. É preciso continuar havendo a formação continuada dos educadores, mas é preciso investir no aprender. Portanto, a ludoteca é uma ferramenta importante, no sentido de garantir às nossas crianças o desenvolvimento da sua inteligência.

Outra questão que entendemos precisa ser perseguida pela sociedade brasileira – e acho que a democracia participativa é importante quando se criam as conferências, quando se criam os conselhos para que a população participe de forma mais efetiva na elaboração e na fiscalização das políticas públicas – é cobrar que as políticas a serem desenvolvidas sejam políticas de Estado e não de Governo. Porque cada governo que entra resolve, muitas vezes, querer fazer uma política completamente nova, o que, normalmente, faz com que não haja continuidade dos trabalhos e se percam pontos importantes que já vinham sendo desenvolvidos. Portanto, é preciso que haja uma cobrança mais efetiva de políticas de Estado, que serão adequadas, que serão atualizadas a cada governo mas que não percam a sua continuidade. Acho que esse é um ponto fundamental.

A outra questão é que, em qualquer política pública, é necessário se criar sempre uma rede. Temos a rede de saúde, temos a rede de assistência social, temos a rede de combate à violência, que precisam ser trabalhadas dessa forma para que haja uma parceria efetiva entre os vários agentes que atuam em cada segmento. Porque, senão, você vai ficar gastando dinheiro em cada secretaria, em cada órgão e acabará

não conseguindo interagir; portanto, não dará conta de fazer um enfrentamento mais geral.

Portanto, eram essas as questões que eu gostaria de levantar. Aqui já foi levantada a questão das leis. Fica claro que as leis são insuficientes. Nós precisamos penalizar, de forma mais efetiva, as pessoas que praticam o tráfico humano. A lei também é ineficiente, fica claro dessa forma. Acho que é preciso fazer um investimento na questão mais repressiva, mas nós precisamos ter um olhar muito especial na prevenção, e a prevenção passa por uma ação ativa do Estado.

Nós não podemos apenas responsabilizar a família. Hoje, quando se fala de responsabilizar a família significa penalizar a mulher, pois, na maioria das vezes, é ela, tenha marido ou não, a responsável pelos filhos e pela educação dos filhos. Então, a sociedade brasileira acaba sendo perversa com a mulher quando passa a penalizar a mulher por todas as mazelas sociais que temos na nossa sociedade.

Portanto, é preciso que haja uma intervenção mais ativa do Estado. É preciso que o Estado reeduque a sociedade, porque nessa questão, particularmente na questão sexual, nós não podemos achar que uma sociedade que tenha a cultura de que sexo é pecado, ou, como diria a minha avó, é uma imoralidade, uma sociedade que tem essa cultura jamais uma família vai tratar, de forma correta, o assunto sexo junto com seus filhos.

Portanto, é preciso mudar essa concepção. É preciso fazer com que, através da educação, o Estado vai fazer a população mudar esse paradigma de que sexo é pecado, de que sexo é uma imoralidade, e que passe, portanto, a tratar a sexualidade de homens e mulheres brasileiros, mas muito mais de homens. É preciso uma ação de Estado, porque a família infelizmente hoje não tem como responder. Precisamos, portanto, ter um Estado mais proativo em todos os aspectos, não só na intervenção da economia, mas, principalmente, na vida social.

Obrigada. *(Palmas)*

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada à Vereadora Lúcia.

Já são quase 15 horas e 30 minutos e estamos desde às 9 horas da manhã. Eu passo a palavra, então, para a nossa Relatora, senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Nós sabemos que atravessar o país, de ponta a ponta, para tentar entender, para tentar reunir informações, reflexões sobre o tráfico de pessoas, não seria tarefa para uma única audiência, para uma hora, para duas horas de trabalho.

Nós vamos ter muitas e muitas horas exaustivas Brasil afora para desmembrar, detalhar mais cada apresentação, cada reflexão trazida aqui, em outros momentos, para que a gente possa ter uma síntese mais qualificada, mais propositiva, para que o Senado contribua, de fato, com o enfrentamento dessa violência.

Eu tinha anotado aqui algumas questões que – acho -, de certa forma, já foram muito bem delineadas com o histórico, didaticamente muito bem apresentado pela Drª Graça, a quem quero parabenizar pela exposição, no que diz respeito à questão de quem cobrar e o que cobrar.

O Ministério da Justiça, no início do ano, publicou uma pesquisa, concluída em 2010, sobre o aumento de homicídios no Brasil. E nós tivemos, de 2009 para 2010, nada mais, nada menos, do que 103% de aumento de homicídios, no Brasil, envolvendo a população jovem e negra.

Se a gente for fazer uma pesquisa hoje, na sociedade brasileira, um plebiscito, alguma consulta popular, dificilmente, pelo que tenho conseguido ouvir Brasil afora, o Estatuto da Criança e do Adolescente não será responsabilizado pelo aumento da criminalidade na juventude.

Estou trazendo esse dado, colaborando com a discussão, para a gente refletir sobre se, de fato, estamos entendendo qual é o papel e a contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente. Até o fato - Drª Gláucia, acho que foi a senhora que utilizou a expressão - de dizer que o Estatuto é mãe e, ao mesmo tempo, é padrasto. Não, foi a Michele quem disse que é padrasto. Quem disse que padrasto é o mau? Estou só usando essa expressão porque a gente, às vezes, reforça alguns tipos de preconceitos. Quem disse que a mãe sempre é boa? Relacionar essa talvez lacuna, ou essa falta de... ou essa omissão legislativa, ou até um problema de interpretação, vamos aqui deixar as duas possibilidades...

Não estou aqui para dizer que a minha interpretação do Estatuto é a mais correta. Mas até o fato de a gente direcionar neste momento para o Estatuto da Criança e do Adolescente, que considero uma das legislações mais avançadas do mundo em relação aos direitos da criança e do adolescente, me parece reduzir um pouco a responsabilidade do Estado brasileiro, concordando com a Vereadora quando ela faz uma cobrança direta ao Estado brasileiro, quando ela faz uma cobrança direta à falta de compromisso do Estado, que se materializa na falta de políticas públicas e que deixa vulnerável, e ninguém está vulnerável ao tráfico ou à prostituição infantojuvenil, inclusive dentro de casa, porque mais de 90% dos casos de abuso sexual de fato acontecem dentro de casa, a troco de nada.

Não é o Estatuto da Criança e do Adolescente que é responsável por isso. É a falta de legislação. Se a gente pudesse afirmar isso com dados científicos, iríamos poder rapidamente fazer logo um confronto porque os policiais brasileiros não na regra, mas muitos policiais brasileiros tratam as crianças, os adolescen-

tes vítimas de prostituição infantojuvenil, como disse aqui a nossa Policial Rodoviária Drª Fabiana, como se elas se prostituíssem, como se elas procurassem. Não é isso! Elas são levadas a isso! Elas são jogadas. As drogas, a prostituição infantojuvenil são as únicas alternativas que têm sido oferecidas de modo geral para crianças e adolescentes no Brasil que estão vivendo em algumas regiões do Estado.

A Irmã Henriqueta falou em aqui da situação do Marajó. Tive o privilégio de conhecer esta região aqui de fronteira porque vim ajudar a mobilizar para o fórum pan-amazônico, na Venezuela. As cidades que foram citadas que eu tive a oportunidade... Inclusive fiz questão de trazer minha filha adolescente, na época, para ela conhecer, para ela saber que existe uma realidade que é muito diferente da que ela vive na capital, na escola, com condições. A gente pode concluir que essas crianças, esses adolescentes não têm muita saída. Aí o papel que vocês estão exercendo aqui... Olha só a importância...

Estou muito feliz com essa vinda aqui a Manaus, porque, com todas as dificuldades, estou vendo uma Mesa e vi uma Mesa anterior de pessoas que demonstram compromisso, que representam um braço do Estado e demonstram compromisso. Ou não é importante, comentávamos aqui com a Henriqueta, reunir com os jornalistas, debater conceitos? Ou não é importante formar um grupo de 300 pessoas, como foi anunciado aqui, para serem capacitadores de outras pessoas envolvendo muitas instituições da sociedade civil e do Estado? Parabéns!

Agora, vocês têm razão. Não tem orçamento. Não tem orçamento para dar o passo seguinte. Falta pessoal.

Aí, Vanessa, uma das minhas intenções, ao solicitar essa CPI, a instalação desta CPI é dar comprovação científica, porque estamos fazendo audiência, ouvindo entidades que estão se baseando em estudos, em pesquisas, em ações concretas, em resultados, e mostrar ao Congresso Nacional, ao Senado Federal que fazer um planejamento de um segundo plano nacional de educação sem fazer um balanço do primeiro, sem saber o que a gente conseguiu resolver de problemas... Instalar um núcleo, apenas um núcleo, no Amazonas, ou mesmo que tenha 14 pólos de desmembramento do trabalho, não vai dar conta, assim como ter um único no Pará, no aeroporto de Val de Cans, como não ter em vários Estados que fazem fronteira aqui com a gente, não vai resolver, não vai ajudar, não vai dar resolutividade.

Estou colocando essas questões porque essa CPI vai ter que tirar consequências desta análise que está sendo trazida, desses esforços que vocês estão fazendo aqui, porque é um esforço, Vereadora, apresentar um projeto de lei, cobrar que a escola tenha outro papel e é também confrontar o antagonismo político que a gente encontra no Parlamento brasileiro, que tenta impedir a discussão sobre a questão da diversidade sexual, como a gente encontrou recentemente, e lamentavelmente a Presidenta da República recuou. Isso é não querer enfrentar a realidade existente, a diversidade, as dificuldades e a complexidade desses problemas. É não reconhecer o papel da escola como um instrumento e como um elemento da rede de proteção absolutamente essencial para dar esse salto de qualidade, para ajudar nesse enfrentamento. É preparar para a vida, mas que vida estamos pensando aqui? Quem são nossos adolescentes e as nossas crianças hoje? Que modelo de família temos hoje? Que estrutura tem essas famílias para não mandar ou para não vender uma criança, como, em Portel, onde uma criança foi vendida por R$500,00. Como fazem falta esses R$500,00! É melhor perder uma do que deixar 10 sem comer por um período.

Então, menos do que fazer perguntas para esta Mesa – porque acho que de certa forma estou bem contemplada, bem animada que daqui vamos avançar na consolidação de um fórum permanente, vamos conseguir unificar mais o trabalho que está sendo feito, vamos puxar e trazer as experiências das universidades, as pesquisas que estão sendo realizadas, porque elas devem nos orientar –, vamos aqui buscar convencer as autoridades, os nossos chefes imediatos e consequentemente os diretores, até chegar ao Governador, ao Prefeito, até chegar a uma discussão.

Não adianta falar em criança, falar em enfrentamento do problema sem ter recursos no orçamento. Nada vai alterar. A gente não vai conseguir fazer um único profissional, seja operador do Direito, seja professor na sala de aula, ter a compreensão de que precisa trabalhar para o enfrentamento desse fenômeno, porque é um fenômeno que hoje se espalha para todos os cantos e de todas as formas.

Estamos tentando e combinamos que vamos também investigar as agências de modelo, as falsas agências de modelo de que temos informações através da SAFERNET, que é uma ONG que atua no combate ao tráfico nas redes sociais, porque o que tem sido vendido para essa... O que essas meninas ouvem? Por que tem tanto menino hoje e a gente nem tem ainda uma tipificação relacionada com o gênero masculino? É como se não existisse menino sendo traficado, é como se não existisse menino na prostituição infanto-juvenil. Isso vem de onde, se não há histórico na prostituição, que é milenar, se não tem história no machismo, que tanto tem conduzido essa relação de opressão com as mulheres? Enfim, eu queria, mais do que perguntar neste momento, dizer que estou muito feliz com a colaboração de vocês.

Acho que nós temos dados. O pedido que eu quero fazer para vocês aqui, em nome da relatoria, em nome

da nossa CPI, é que vocês possam nos ajudar a chegar às vítimas, que vocês possam nos ajudar a chegar às rotas, aos criminosos. Nós estamos um pouco distantes de cada Estado, de cada região, mas nós temos possibilidades e temos poder, inclusive, de mandar prender. A partir das próximas diligências nossas, nós vamos andar com uma equipe de policiais federais, que já foram solicitados, e com promotores de justiça acompanhando a nossa CPI. Talvez em outro momento gente possa voltar aqui ou voltar especificamente para botar a mão nesses que estão soltos, botar a mão nesses que estão violentando essas pessoas que estão vulneráveis.

Queria também, para finalizar a minha participação neste momento, pedir já, e nós vamos formalizar, a todas as instituições que estão aqui que nos passem, a exemplo das anteriores, todos os dados referentes aos casos de tráfico humano a que vocês tenham acesso. Obviamente vamos pedir para os responsáveis diretos; aqui nem todo mundo está respondendo pela pasta. Mas nós vamos precisar desses dados, saber, de fato, à luz, como disse aqui a Drª Graça, mais uma vez, do papel que cada instituição deve exercer no enfrentamento desse crime e se estão conseguindo dar conta de fazer.

A gente precisa, de fato, fazer com que a sociedade também tenha a informação de qual é o papel do policial federal, de qual é o papel do policial civil, do militar, da promotoria, da ouvidoria, qual é o papel do conselho tutelar, qual é o papel da escola, porque essa definição clara de responsabilidades, a soma desses esforços, é que vai nos possibilitar dar alguns passos mais firmes no enfrentamento desse processo.

Então, queria, do fundo do coração, agradecer a receptividade, em nome da relatoria. Nesse caso, a Senadora Vanessa já é da Casa.

Eu acho que nós não temos fronteiras. Culturalmente, acho que a solidariedade tem de ser internacional, não tem que te fronteira. Acho que nós aqui não pelas meninas, não pelos meninos, não pelos homens e pelas mulheres escravizadas do Amazonas; nós estamos aqui pela humanidade. É por isso está aqui conosco a Irmã Santina, que vem ajudar no processo de conscientização das famílias e das crianças, que ela sai do País dela e vem para cá. É por isso que a Irmã Henriqueta não tem fronteiras, é por isso que cada uma de nós se dedica e coloca seu esforço militante, coloca o seu aprendizado.

Aqui, eu e a Vanessa não temos formação nessa área, não atuamos. Quer dizer, temos porque somos educadoras, e a escola tem um papel significativo, mas historicamente a escola tem ficado à margem dessa discussão, mas nós estamos aprendendo com a equipe, nós estamos aprendendo em cada encontro que nós temos. E eu tenho certeza de que Manaus, a capital do Amazonas, hoje dá um passo significativo, que vai ajudar não só o Estado, mas vai ajudar o Brasil no enfrentamento do tráfico de pessoas.

Muito obrigada por todo carinho de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria de ser bem breve. Nós estamos há mais de seis horas aqui, com a Senadora Marinor tendo se ausentado por pouquíssimos momentos, ficando quase que a totalidade do tempo.

Michele?

Pois não, Drª Michele, pode falar.

A SRA. MICHELLE VIÓRIA CUSTÓDIO – Desculpe-me, mas a gente falou tanto em educação e eu não poderia deixar de me posicionar com relação a isso, tendo em vista que a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria Municipal de Educação fazem parte da rede e já estão nesse processo de promoção e enfrentamento conosco no Amazonas. A Professora Graça está aqui representando a SEDUC, a SEMED também faz parte. E a gente, através dessas instituições e também da Universidade do Estado do Amazona, tem conseguido alcançar, e vamos alcançar todos os Municípios do Estado do Amazonas através dos telecentros que estão sendo disponibilizados para as multiplicações, para as capacitações no interior. Nós vamos trabalhar, dentre todo o universo dos direitos humanos, especialmente o tráfico de seres humanos. Então, só para não dizer que o Amazonas não está contribuindo na educação. Está sim. Eu seria omissa se eu não falasse e defendesse essa instituição, porque ela está, desde o princípio, atuante no enfrentamento ao tráfico de seres humanos.

Também quero dizer que eu não entendo o ECA como um retrocesso. Dizer que o problema é a idade de doze anos de idade para poder transitar em todo território do Brasil seria responsabilizar o ECA e, portanto as crianças e adolescentes. Não! Desculpa se não fui clara. O que precisamos é que, dentro desta legislação, sejam cumpridas outras. Por exemplo, a família é responsável, sim, por suas crianças e adolescentes, mas que responsabilização tem sido feita? Não basta só apreender o menor e devolver para os seus pais, mas mostrar para os seus pais que a responsabilidade deles enquanto família tem que ser cumprida, porque senão eu presto assistência, eu faço um resgate, eu dou educação, eu dou saúde, eu dou lazer, mas é ai? Só o Estado realmente não vai conseguir fazer o seu trabalho, se as famílias não forem comprometidas com os seus menores, se essas famílias não tiverem sendo advertidas quanto a sua responsabilidade. E isso é um grande problema.

Nós precisamos ter uma maior efetividade do Poder Judiciário. E aí eu penso dos Conselhos Tutelares mais próximos dessas famílias nessas comunidades, porque só assim conseguimos cumprir o círculo integrado entre as instituições e os esforços entre as

forças, porque senão como vamos pensar? Qual outra alternativa teríamos? E isso é um problema que nos preocupa, sim. Como fazer esses pais se comprometerem, só através da educação, só através da informação? Acredito que isso é fundamental, mas ....

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Permita-me dialogar.

A família tem responsabilidades e a responsabilidade tem que ser cobrada. O que eu coloquei aqui, e quero que a gente permaneça refletindo sobre isso, é quais são as condições que o Estado tem dado para que essas famílias tenham condições. Não vamos entrar aqui na profundidade do que seja isso, porque o modelo de família hoje é assim...

Ontem eu encontrei uma pessoa em Brasília, uma avó que estava fazendo a minha unha, no Senado, faz um bico no Senado. Ela cria quatro netos. Dois são portadores do vírus do HIV. São filhos da filha que morreu. Dois são filhos do filho, que é viciado, que tem dependência química, que está preso. Está lá na Papuda. Imaginem o desespero dessa mulher para dar comida, para dar atendimento de saúde, que está em greve agora lá? O sistema de saúde... Não tem para onde levar as crianças para... Que condições? Estou falando em responsabilizar, sim, mas vamos cobrar do Estado as condições objetivas para que as famílias tenham condições de dar o que é direito da criança e do adolescente: saúde, educação, esporte, lazer. Não é? É nesse sentido.

Acho que nós temos o mesmo entendimento. Foi a forma como cada uma aqui colocou.

A SRA. LINDA GLÁUCIA – Srª Senadora, só um momentinho?

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pois não.

A SRA. LINDA GLÁUCIA – Percebemos, que esses grandes problemas que veem ocorrendo, principalmente no tráfego de crianças e adolescentes, são de famílias desestruturadas. E eu lhe digo que existem famílias que vão lá na Delegacia e dizem: "Doutora, a minha filha fugiu!" Estão preocupadíssimas com a filha e eu não tenho uma resposta para lhe dar. Eu corro para o aeroporto e a menina já viajou. É culpa da família? *(Pausa.)*

É isto que eu peço: uma legislação em que eu possa realmente cobrar dos órgãos competentes a fiscalização, porque a família neste momento não pode ser responsabilizada. Muito tem sido feito para ficar acompanhando a criança, o adolescente, mas nós sabemos também que os aliciadores tem um poder bem maior. São bem mais atrativos do que o que família pode oferecer. Quando eu falo em uma legislação mais rigorosa, eu não estou querendo punir o adolescente. Pelo contrário, ele não vai deixar de viajar. Não! O pai só vai participar um pouco mais e dar uma autorização para ele, já que ele já está pagando a passagem. Se ele paga uma passagem, por que não pode dar uma autorização expressa? É só isso que peço, porque eu sei do desespero das famílias que vão à Delegacia procurar o seu filho e eu não posso devolver. Depois eles dizem que a culpa é da polícia, porque a polícia não foi efetiva ao ponto de localizar. Não tenho como, porque o crime antecede ao meu poder de agir. Quando eu vou tentar localizar o menino, ele já está no Rio Grande do Sul, há dois dias. Quando a mãe percebe a falta do menino, procura em todos os lugares. Nesse meio tempo, o menino telefona dizendo que está na casa do tio, está na casa da prima, está do namorado, mas já está muito longe.

Então, eu não quero cercear o direito de ir e vir. Eu quero sim já que o papai e a mamãe comprou a passagem, autorize. É só isso! Ele vai estar tendo conhecimento de que o seu filho estará viajando e para onde ele está indo.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Drª Linda, agradecemos a Michele também. Como dá para perceber, nós estamos diante de uma boa polêmica, uma polêmica importante.

Quero, ao encerrar os nossos trabalhos, cumprimentar e agradecer também imensamente a disposição da Senadora Marinor. Esse não é um problema novo. É um problema tratado no Brasil e no mundo já há muito tempo. Entretanto desde a edição do último plano da política de enfrentamento é que questões são detectadas, entre elas a pouca visibilidade e a deficiência na legislação brasileira. Se o Estado brasileiro procura enfrentar e não encontrou ainda todos os instrumentos necessários, em grande parte por falta de recursos financeiros, se o Governo, Poder Executivo, procura enfrentar, por outro lado, é importante também que o parlamento brasileiro enfrente esse problema. Eu acho que essa CPI vem em boa hora, porque todos os documentos, estudos, pesquisas que tratam sobre tráfico de humanos apontam a deficiência na legislação. E isso nós vimos unanimemente tanto na primeira quanto na segunda Mesa. E a responsabilidade de trabalhar a legislação brasileira é do parlamento brasileiro. Eu não tenho dúvida nenhuma, Senador, que, ao final do nosso trabalho, vamos ser capazes de convencer o Senado e a Câmara também para aprovar mudanças que certamente nós vamos apresentar, mudanças que não permitam que essa situação seja tratada de forma tão pulverizada como é hoje, pulverizada e muitas vezes nem tratada é. Então, eu cumprimento muito a Senadora Marinor por essa iniciativa.

Segundo, nós ficamos aqui, e aqui está o Delegado da Polícia Federal, um pouco abaladas, abatidas, em relação ao número dos inquéritos, ao número dos processos. Em 2004, por exemplo, tinha-se o registro

de 72 inquéritos no Brasil inteiro, somente. No ano de 1978, foram registrados 11 inquéritos no Brasil inteiro, ou seja, é uma dificuldade dar visibilidade a esse tipo de crime, porque o trabalho forçado dificilmente vem sem que haja tráfico da forma como ele é classificado.

Enfim, são esses dados que nós queremos inverter, porque ele diz: "Olha, não tem inquérito no Amazonas. Então, não tem problema no Amazonas. Não tem inquérito no Brasil, não tem processo. Então, não tem problema no Brasil." Tem, tem muito problema. Quando nós lutamos muito para criar, por exemplo, as delegacias especializadas da mulher, quando nós aprovamos a lei Maria da Penha, é porque nós queríamos dar visibilidade a esse crime, porque o crime da mulher é um crime doméstico. Na maior parte dos casos, a visibilidade é que permite o combate à impunidade, porque, se ele continua invisível, continua impune, e nós com poucos instrumentos, então, para enfrentar.

Eu quero agradecer todos os nossos convidados e as nossas convidadas e eu faço questão de nominar, o Sr. Lélio Lauria, o Desembargador Sabino, o Dr. Alexandre que está entre nós ainda, a Drª Sara, também está aqui entre nós, o Dr. Jorsinei, a Drª Neide, o Delegado Roberto, a Irmã Henriqueta, que aqui está, a Delegada Linda, a Fabiana, da Polícia Rodoviária Federal, a Drª Catarina, a Drª Michele, a Drª Graça Prola, a Vereadora Lúcia e agradecer a todos e todas que compareceram. Um agradecimento especial aos técnicos e consultores do Senado que nos acompanham, ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Ricardo Nicolau, assim como aos funcionários da Assembléia, sobretudo ao pessoal do cerimonial, da segurança, da TV Senado, que esteve conosco durante esse período todo, assim como a Gerência de Eventos, Informática e a Casa Militar daqui. Muito obrigada a todos e ao Governo do Amazonas também. Muito obrigada pela audiência de todos.

Nossa reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico de Pessoas está encerrada. *(Palmas.)* – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 547 DE 2011, COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR, NO PRAZO DE CENTO E OITENTA DIAS, IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO ECAD NA ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO DIREITO AUTORAL, ABUSO DA ORDEM ECONÔMICA E PRÁTICA DE CARTEL NO ARBITRAMENTO DE VALORES DE DIREITO AUTORAL E CONEXOS, O MODELO DE GESTÃO COLETIVA CENTRALIZADA DE DIREITOS AUTORAIS DE EXECUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DA LEI 9.610/98

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 12 de julho de 2011, às catorze horas e cinquenta e sete minutos, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senadores: **Lindbergh Farias (PT-RJ), Lídice da Mata (PSB-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Ciro Nogueira (PP-PI), Sergio Petecão (PMN-AC) e Pedro Taques (PDT-MT)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Vital do Rêgo (PMDB-PB), Demóstenes Torres. (DEM-GO), Aloysio Nunes (PSDB-SP) e João Vicente Claudino (PTB-PI).** Na ocasião foram aprovados os seguintes requerimentos:

001/11	Requer seja convidado Santiago Shuster Vergara, Diretor para América Latina e Caribe da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores – CISAC, para expor sobre gestão coletiva na América Latina com enfoque no Brasil.	Sen. João Vicente Claudino
002/11	Requer seja convidado Luiz Carlos Prestes Filho, consultor do Núcleo de Estudos de Economia da Cultura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro, para expor sobre a importância da gestão coletiva na cadeia produtiva da música.	Sen. João Vicente Claudino
003/11	Requer seja convidado Paulo Rosa, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Discos – ABPD, para expor sobre gestão coletiva na produção fonográfica e sua importância para a classe artística brasileira.	Sen. João Vicente Claudino
004/11	Requer seja convidado José Carlos Costa Netto, Presidente da Associação Brasileira de Direito Autoral – ABDA, para expor sobre a evolução do direito autoral no Brasil.	Sen. João Vicente Claudino
005/11	Requer seja convidado Antônio Carlos Bigonha, Procurador da	Sen. João Vicente

	República e compositor, para expor sobre o Ministério Público e o direito autoral.	Claudino
006/11	Requer seja convidado Tuninho Galante, cantor e compositor, para expor sobre o papel dos artistas na gestão coletiva de direito autoral.	Sen. João Vicente Claudino
007/11	Requer seja convidado Walter Franco, cantor e compositor, para expor sobre o papel dos artistas na gestão coletiva de direito autoral.	Sen. João Vicente Claudino
008/11	Requer seja convidado José Graça Aranha, Diretor Regional da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, para expor sobre o papel do Brasil no cenário internacional.	Sen. João Vicente Claudino
009/11	Requer seja convidada a empresa Directapkf Auditores, responsável pela auditoria de balanço patrimonial e social do ECAD, para expor sobre a apreciação da auditoria nas contas do ECAD.	Sen. João Vicente Claudino
010/11	Requer seja convidado o Ministro Carlos Fernando Mathias de Souza, Reitor da Unilegis, para expor sobre as decisões judiciais e o direito autoral.	Sen. João Vicente Claudino
011/11	Requer seja convidada Silmara Chinelato, Diretora do Instituto de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON, para expor sobre a Lei de Direito Autoral e o papel do ECAD e das associações de gestão coletiva.	Sen. João Vicente Claudino
012/11	Requer seja convidado Roberto Corrêa de Mello, Advogado e Presidente da Associação Brasileira de Música e Artes – ABRAMUS, para expor sobre a gestão coletiva no Brasil.	Sen. João Vicente Claudino
013/11	Requer seja convidada Sandra de Sá, cantora e compositora, para expor sobre o papel dos artistas na gestão coletiva de direito autoral.	Sen. João Vicente Claudino
014/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pelo ECAD os organogramas atualizados que refletem a estrutura da entidade, contendo os nomes dos ocupantes das funções, com seus telefones de contato e e-mails.	Sen. Randolfe Rodrigues
015/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pelo ECAD o seu plano de cargos e salários e/ou acordo coletivo de trabalho vigente registrado no SENALBA – Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social e Orientação e Formação Profissional do Estado do Rio de Janeiro.	Sen. Randolfe Rodrigues
016/11	Requer seja encaminhado a esta CPI pelo ECAD o regulamento de distribuição vigente.	Sen. Randolfe Rodrigues
017/11	Requer seja encaminhado a esta CPI pelo ECAD o regulamento de arrecadação vigente.	Sen. Randolfe Rodrigues
018/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pela SICAM – Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais: 1- Contratos de Representação internacional desde 2001 até a presente data; 2- Estatuto vigente e alterações; 3- Atas das reuniões da Assembléia Geral desde 2001 até a presente data; 4- Balanços e relatórios desde 2001 até a presente data; 5- Relação dos associados pessoas físicas e jurídicas; 6- Relação das Diretorias e respectivos ocupantes desde a fundação da Associação.	Sen. Randolfe Rodrigues
019/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pela ASSIM – Associação de Intérpretes e Músicos: 1- Contratos de Representação internacional desde 2001 até a presente data; 2- Estatuto vigente e alterações; 3- Atas das reuniões da Assembléia Geral desde 2001 até a presente data;	Sen. Randolfe Rodrigues

	4- Balanços e relatórios desde 2001 até a presente data; 5- Relação dos associados pessoas físicas e jurídicas; 6- Relação das Diretorias e respectivos ocupantes desde a fundação da Associação.	
020/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pela ABRAMUS – Associação Brasileira de Música e Artes: 1- Contratos de Representação internacional desde 2001 até a presente data; 2- Estatuto vigente e alterações; 3- Atas das reuniões da Assembléia Geral desde 2001 até a presente data; 4- Balanços e relatórios desde 2001 até a presente data; 5- Relação dos associados pessoas físicas e jurídicas; 6- Relação das Diretorias e respectivos ocupantes desde a fundação da Associação.	Sen. Randolfe Rodrigues
021/11	Requer sejam encaminhadas a esta CPI pelo ECAD cópias dos contratos com empresas de radiodifusão nacionais, contendo, inclusive, as cláusulas que mencionem preços e/ou valores pactuados.	Sen. Randolfe Rodrigues
022/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pelo ECAD os relatórios anuais de atividades no período de 2001 até a presente data.	Sen. Randolfe Rodrigues
023/11	Requer seja encaminhada a esta CPI pelo ECAD a relação de todas as associações que tiveram negado seu ingresso para participar da sua administração, bem como as razões, desde o ano de 2001 até a presente data.	Sen. Randolfe Rodrigues
024/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pela UBC – União Brasileira de Compositores: 1- Contratos de Representação internacional desde 2001 até a presente data; 2- Estatuto vigente e alterações; 3- Atas das reuniões da Assembléia Geral desde 2001 até a presente data; 4- Balanços e relatórios desde 2001 até a presente data; 5- Relação dos associados pessoas físicas e jurídicas; 6- Relação das Diretorias e respectivos ocupantes desde a fundação da Associação.	Sen. Randolfe Rodrigues
025/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pela SOCINPRO – Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais: 1- Contratos de Representação internacional desde 2001 até a presente data; 2- Estatuto vigente e alterações; 3- Atas das reuniões da Assembléia Geral desde 2001 até a presente data; 4- Balanços e relatórios desde 2001 até a presente data; 5- Relação dos associados pessoas físicas e jurídicas; 6- Relação das Diretorias e respectivos ocupantes desde a fundação da Associação.	Sen. Randolfe Rodrigues
026/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pela SBACEM – Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Músicas:	Sen. Randolfe

	1- Contratos de Representação internacional desde 2001 até a presente data; 2- Estatuto vigente e alterações; 3- Atas das reuniões da Assembléia Geral desde 2001 até a presente data; 4- Balanços e relatórios desde 2001 até a presente data; 5- Relação dos associados pessoas físicas e jurídicas; 6- Relação das Diretorias e respectivos ocupantes desde a fundação da Associação.	Rodrigues
027/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pela SADEMBRA – Sociedade Administradora de Direitos de Execução Musical do Brasil: 1- Contratos de Representação internacional desde 2001 até a presente data; 2- Estatuto vigente e alterações; 3- Atas das reuniões da Assembléia Geral desde 2001 até a presente data; 4- Balanços e relatórios desde 2001 até a presente data; 5- Relação dos associados pessoas físicas e jurídicas; 6- Relação das Diretorias e respectivos ocupantes desde a fundação da Associação.	Sen. Randolfe Rodrigues
028/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pela AMAR – Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes: 1- Contratos de Representação internacional desde 2001 até a presente data; 2- Estatuto vigente e alterações; 3- Atas das reuniões da Assembléia Geral desde 2001 até a presente data; 4- Balanços e relatórios desde 2001 até a presente data; 5- Relação dos associados pessoas físicas e jurídicas; 6- Relação das Diretorias e respectivos ocupantes desde a fundação da Associação.	Sen. Randolfe Rodrigues
029/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pela ABRAC – Associação Brasileira de Autores, Compositores, Intérpretes e Músicos: 1- Contratos de Representação internacional desde 2001 até a presente data; 2- Estatuto vigente e alterações; 3- Atas das reuniões da Assembléia Geral desde 2001 até a presente data; 4- Balanços e relatórios desde 2001 até a presente data; 5- Relação dos associados pessoas físicas e jurídicas; 6- Relação das Diretorias e respectivos ocupantes desde a fundação da Associação.	Sen. Randolfe Rodrigues
030/11	Requer sejam encaminhados a esta CPI pelo ECAD os contratos de representação vigentes no Brasil, de sociedades estrangeiras por sociedades brasileiras.	Sen. Randolfe Rodrigues
031/11	Requer sejam encaminhadas a esta CPI pelo ECAD cópias das atas das reuniões da Assembléia Geral da entidade compreendidas no período de 1º de janeiro de 2001 até a presente data, mesmo aquelas que ainda não estiverem finalizadas ou assinadas.	Sen. Randolfe Rodrigues
032/11	Requisita ao Diretor Geral da Polícia Federal cópia de inquéritos e processos que investigam irregularidades no Escritório Central de Distribuição e Arrecadação – ECAD.	Sen. Lindbergh Farias

033/11	Convida para debater o papel do ECAD na gestão coletiva centralizada de diretos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento na Lei nº 9.610/98: 1- Fernanda Abreu, compositora e cantora; 2- Sandra de Sá, compositora e cantora; 3- Frejat, compositor e cantor; 4- Tuninho Galante, compositor e cantor; 5- Antônio Adolfo, compositor e cantor.	Sen. Lindbergh Farias
034/11	Requisita ao Presidente do Tribunal de Contas da União cópia de eventuais processos e procedimentos instalados para investigar irregularidades no ECAD.	Sen. Lindbergh Farias
035/11	Requisita ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo cópia do Relatório Final da CPI que investigou irregularidades no ECAD, bem como cópia de documentos, diligências e depoimentos de autoridades, testemunhas e indiciados.	Sen. Lindbergh Farias
036/11	Requisita ao Presidente da Câmara dos Deputados cópia do Relatório Final da CPI que investigou irregularidades no ECAD, bem como cópia de documentos, diligências e depoimentos de autoridades, testemunhas e indiciados.	Sen. Lindbergh Farias
037/11	Requisita ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul cópia do Relatório Final da CPI que investigou irregularidades no ECAD, bem como cópia de documentos, diligências e depoimentos de autoridades, testemunhas e indiciados.	Sen. Lindbergh Farias
038/11	Requisita ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro cópia de documentos, diligências e depoimentos de autoridades, testemunhas e indiciados colhidos no âmbito da CPI que investiga irregularidades no ECAD.	Sen. Lindbergh Farias
039/11	Convoca Samuel Fahel, ex-gerente jurídico do Escritório Central de Distribuição e Arrecadação – ECAD, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, relativamente às denúncias de apropriação pelo Escritório Central, de valores relativos a verbas de sucumbência que deveriam ter sido repassadas ao corpo jurídico da entidade.	Sen. Lindbergh Farias
040/11	Requisita à Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça cópia do Processo nº 08012.0003745/2010-83, que tem como representado o Escritório Central de Distribuição e Arrecadação – ECAD entre outro.	Sen. Lindbergh Farias
041/11	Requisita ao servidor Yuri Sampaio Capellato Logrado, matrícula nº 1810725, lotado no Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, para assessorar está Comissão.	Sen. Lindbergh Farias
042/11	Convoca os Presidentes das seguintes associações: 1- União Brasileira de Compositores – UBC; 2- Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais – SOCINPRO; 3- Associação Brasileira de Música e Artes – ABRAMUS; 4- Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes – AMAR; 5- Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de	Sen. Lindbergh Farias

	Músicas – SBACEM; 6- Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais – SICAM.	
043/11	Convoca o representante legal da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA, que denunciou o ECAD e seis outras associações à Secretaria de Direto Econômico do Ministério da Justiça por supostas práticas prejudiciais à concorrência.	Sen. Lindbergh Farias
044/11	Convida para debater o papel do ECAD na gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98, as seguintes pessoas: 1- Ronaldo Lemos, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e Coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV DIREITO RIO e do Projeto Creative Commons no Brasil; 2- Alexandre Negreiros, sociólogo e doutorando em Musicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; 3- Daniel Campello Queiroz, Advogado especialista em direitos autorais e sócio-diretor da Up-right, empresa que administra o direito de artistas como Zeca Pagodinho.	Sen. Lindbergh Farias
045/11	Convida o representante do Instituto Brasileiro de Direito ao Consumidor – IDEC, para analisar a atuação do ECAD sobre a perspectiva da defesa dos consumidores.	Sen. Lindbergh Farias
046/11	Convida Vinícius Carvalho, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, relativamente ao processo administrativo por meio do qual a Secretaria de Direito Econômico recomendou a condenação do ECAD e das seis associações representativas dos titulares de direitos autorais que o compõem por práticas prejudiciais à concorrência.	Sen. Lindbergh Farias
047/11	Convida para debater o papel do ECAD na gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98, as seguintes pessoas: 1- Luiz Carlos Prestes Filho, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro; 2- Santiago Shuster Vergara; Diretor para América Latina e Caribe da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores – CISAC; 3- Silmara Chinelato, Procuradora do Estado de São Paulo e Diretora do Instituto de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON; 4- Paulo Rosa, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Discos – ABPD; 5- José Carlos Costa Netto, Presidente da Associação Brasileira de Direito Autoral – ABDA; 6- José Graça Aranha, Diretor Regional da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.	Sen. Lindbergh Farias
048/11	Convoca Milton Coitinho dos Santos, sua procuradora Bárbara de Mello Moreira e Marisa Gandelman, Diretora Executiva da União Brasileira de Compositores – UBC, para prestar depoimento a esta CPI, relativamente às denúncias de recebimento de valores relacionados a direitos autorais pertencentes a outras pessoas.	Sen. Lindbergh Farias
049/11	Convida Glória Braga, Superintendente do Escritório Central, para prestar depoimento a esta CPI, relativamente às denúncias envolvendo o ECAD.	Sen. Lindbergh Farias

050/11	Convoca Mário Henrique Oliveira, Presidente da Associação Átila, para prestar depoimento a esta Comissão.	Sen. Lindbergh Farias
051/11	Requisita ao Escritório Central de Arrecadação – ECAD, cópia de seu anuário referente aos anos de 2001 a 2011.	Sen. Lindbergh Farias
052/11	Convida para debater o papel do ECAD na gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98, as seguinte pessoas: 1- Bruno Lewicki, advogado especialista em direitos autorais; 2- Denis Barbosa, jurista e professor de direitos autorais da PUC-RJ.	Sen. Lindbergh Farias
053/11	Convida para debater o papel do ECAD na gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98, as seguinte pessoas: 1- Ivan Lins, compositor e cantor; 2- Leoni, compositor e cantor; 3- Leo Jaime, compositor e cantor.	Sen. Lindbergh Farias
054/11	Convoca Ozair Carvalho para prestar depoimento a esta CPI acerca do pagamento indevido de direitos autorais a Milton Coitinho dos Santos, bem como pela inclusão de fonogramas na ATIDA-Associação de Titulares de Direito Autoral.	Sen. Randolfe Rodrigues
055/11	Convoca Marcelo de Godoy, Presidente da ASSIM – Associação de Intérpretes e Músicos, para prestar depoimento sobre as diversas denúncias envolvendo o pagamento de direito autoral.	Sen. Randolfe Rodrigues
056/11	Convoca Manoel Alexandre de Oliveira da Silva para prestar depoimento a esta CPI acerca de falsificação de sua assinatura na transferência para outra associação quando da exclusão da ATIDA - Associação de Titulares de Direito Autoral da administração do ECAD.	Sen. Randolfe Rodrigues

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues PSOL -AP) -Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 547, de 2011, destinada a investigar, no prazo de 180 dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD -Escritório Central de Arrecadação e Distribuição -na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e crimes conexos, o modelo de gestão coletiva e centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98. Coloco em votação as atas das reuniões anteriores, solicitando a dispensa da leitura das mesmas. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas. Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos. Passo a palavra, então, ao Sr. Relator desta Comissão, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT -RJ) -Sr. Presidente, vamos fazer hoje uma reunião bem breve, porque é impressionante a quantidade de comissões funcionando ao mesmo tempo. Hoje, pela manhã, tivemos CCJ, CAE, CI. Foram apresentados cinquenta e três requerimentos, alguns do Senador João Vicente Claudino, na verdade treze requerimentos. Uma boa parte foi apresentada pelo Presidente Randolfe Rodrigues e outra parte por este Relator. A minha proposta aqui é aprovar em bloco os cinquenta e três requerimentos. Temos uma pauta de trabalho já divulgada, um plano de trabalho já divulgado na reunião passada. Recebi agora, da Secretaria da Mesa, mais três requerimentos do Senador Randolfe, extrapauta, que quero adicionar aos cinquenta e três, totalizando cinquenta e seis. O trabalho agora que vamos ter é de organizar, em cima do plano de

trabalho, o convite para essas pessoas que constam dos requerimentos. Quero anunciar já o primeiro. Na próxima reunião, em agosto, vamos apresentar todo plano de trabalho, com as pessoas convocadas nas respectivas datas. Mas achei importante que, em cima do plano de trabalho apresentado na semana passada, possamos organizar os convites. Agosto: semana de 1 a 5, realização de audiência para averiguação de denúncias contra ECAD. Quero utilizar aqui o Requerimento nº 39, que convoca Samuel Fahel, e o Requerimento nº 48, que convoca Milton Coutinho dos Santos, sua procuradora, a Srª Bárbara de Melo Moreira, e da Srª Marisa Gandelman Quero anunciar, ainda, que fico aberto a sugestões até a data dessa primeira audiência pública para, se algum Senador assim o quiser, convidar outras pessoas que estão no requerimento para ampliarmos a participação nessa audiência. Anuncio ainda o Requerimento nº 33 -não quero falar de todos os requerimentos porque, como disse, quero uma reunião rápida -em que convidamos artistas com posições diversas: Fernanda Abreu, Sandra de Sá, Frejat, Toninho Galante, Antonio Adolfo. O Requerimento nº 53 convida Ivan Lins, Leoni e Léo Jayme. Sr. Presidente, a reunião hoje é mais para apresentar esses requerimentos, anunciar nossa primeira audiência e os nomes das pessoas convocadas para a primeira audiência. Na primeira reunião de agosto, apresentaremos esse plano de trabalho, especificando, a partir desses requerimentos, as respectivas datas e os nomes das pessoas em cada ma das audiências. De forma que o meu encaminhamento é para que aprovemos os cinquenta e três requerimentos. O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues PSOL -AP) -Muito obrigado, Sr. Relator. Dessa forma, nós, como já foi anunciado pelo Relator, temos na pauta cinquenta e três requerimentos mais três extrapauta, que chegam neste momento à Mesa. Vou colocar rapidamente, em bloco de dez, a apreciação dos requerimentos. Requerimento 01/2011 -Requer seja Requer seja convidado Santiago Shuster Vergara, Diretor para América Latina e Caribe da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT -RJ) -Sr. Presidente, peço dispensa da leitura toda. Já estão aqui os Senadores, a imprensa, podemos divulgar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues PSOL -AP) -Perfeito. Não havendo quem discorde, encaminhamos a sugestão do Senador Relator Lindbergh Farias. Colocamos, então, em apreciação os requerimentos de nºs 01 a 053 da pauta mais os três requerimentos extrapauta, que foram apresentados agora pelo Senador Lindbergh Farias. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.(Pausa.) Aprovados. Aprovados os requerimentos, aprovado o cronograma de trabalho, já aprovados, como disse, os cinquenta e três requerimentos, com convites, convocações e já aprovados alguns requerimentos para a próxima reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, encerramos os trabalhos desta CPI neste período, visto que, quinta-feira, logo após a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, iniciaremos o recesso parlamentar, e a CPI se reunirá novamente logo na primeira semana do mês de agosto, já com a relação das primeiras pessoas convidadas e/ou convocadas para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Concluindo, declaramos aprovados cinqüenta e três requerimentos da pauta, os três extrapauta, de autoria deste Senador Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Convocamos os membros desta CPI para a próxima sessão ordinária na primeira semana de agosto, em que iremos iniciar o cronograma para ouvir as pessoas citadas no conjunto de requerimentos aprovados. Vamos marcar, também de imediato, Sr. Relator, a sessão desta CPI para ouvir as personalidade,s artistas, compositores indicados nos requerimentos de V. Exª, em especial, Srª Fernanda Abreu, Srª Sandra de Sá, Sr. Frejat, Sr. Toninho Galante, Sr. Antonio Adolfo, Sr. Ivan Lins. Quero destacar também a convocação dos Presidentes das Entidades Integrantes do ECAD, da União Brasileira de Compositores, da Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Autorais, da Associação Brasileira de Música e Artes, da Associação de Músicos Arranjadores -Amar, Associação Brasileira de Autores, Sociedade Independente de Compositores, assim como a convocação da Senhora Presidente do ECAD.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT -RJ) -Sr. Presidente, já falei isso, mas apenas para me fazer claro, fica marcada para terça-feira, dia 2, a do recesso, um audiência pública como tínhamos apresentado no plano de trabalho, para averiguação de denúncias contra o ECAD, convocando o Sr. Samuel Fahel, Milton Coutinho dos Santos, sua procuradora, a Srª Bárbara de Melo Moreira, e da Srª Marisa Gandelman. Nesse mesmo dia, apresentaremos todo o cronograma, com as outras datas e outros nomes convidados ou convocados por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues PSOL -AP) -Perfeito, Sr. Relator. Fica, então, convocada nova reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito para o próximo dia 2 de agosto, quando esta Comissão ouvirá as pessoas já citadas, já elencadas pelo Relator. Nessa oportunidade, iniciaremos a série de depoimentos desta CPI. Nada mais havendo a tratar, declaro encer-

rada esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades na atuação do ECAD. – Senador Randolfe Rodrigues, Presidente.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA, DE 2011, COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR, NO PRAZO DE CENTO E OITENTA DIAS, IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO ECAD NA ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO DIREITO AUTORAL, ABUSO DA ORDEM ECONÔMICA E PRÁTICA DE CARTEL NO ARBITRAMENTO DE VALORES DE DIREITO AUTORAL E CONEXOS, O MODELO DE GESTÃO COLETIVA CENTRALIZADA DE DIREITOS AUTORAIS DE EXECUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DA LEI 9.610/98

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 2 de agosto de 2011, às catorze horas e quarenta e sete minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos Senadores: **Lindbergh Farias (PT-RJ), Lídice da Mata (PSBBA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Ciro Nogueira (PP-PI), Aloysio Nunes (PSDB-SP) e João Vicente Claudino (PTB-PI)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Vital do Rêgo (PMDB-PB), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Sergio Petecão (PMN-AC).** Na oportunidade foram realizadas as oitivas do Senhor Samuel Fahel, Ex-gerente jurídico do ECAD; da Senhora Marisa Gandelman, Diretora Executiva da União Brasileira de Compositores -UBC; do Senhor Oscar Simões, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura -ABTA; e dos Professores Doutores, Especialistas em Direito Autoral e Direito da Concorrência, Eleonor Cordovil e Marcos Alberto Bitelli.

SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 547/2011, destinada a investigar, no prazo de 180 dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

Coloco em votação a Ata da 3ª Reunião, solicitando, ao mesmo tempo, a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A Ata está aprovada.

De acordo com a pauta, a presente reunião destina-se às oitivas dos senhores e senhora convocados conforme requerimento aprovado por esta CPI: Sr. Samuel Fahel, ex-gerente jurídico do ECAD; Srª Marisa Gandelman, diretora-executiva da União Brasileira de Compositores (UBC); e o Sr. Alexandre Annenberg, presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA).

Quero esclarecer que o Sr. Alexandre Annenberg, não comparecendo, encaminhou a esta Comissão carta com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Por meio do Ofício nº 34/2011-CPI-ECAD, de 14.07.2011, tivemos a honra de ser convocado por V. Exª para prestar depoimento perante essa Comissão, relativamente às denúncias envolvendo o ECAD, decorrente da aprovação do Requerimento nº 043/11, na 3ª Reunião da CPI-ECAD, realizada no dia 12.7.2011.

Como é do conhecimento de V. Exª, a convocação decorreu da denúncia feita pela Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA, da qual sou o Presidente Executivo, à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE) de práticas prejudiciais à concorrência por parte do ECAD e seis outras associações.

Como não podia deixar de ser, me preparei previamente para a viagem, inclusive comprando a passagem, de modo a comparecer à Audiência Pública de hoje, sem dúvida alguma, de grande importância e do maior interesse do setor de televisão por assinatura.

No entanto, por razões de saúde e por recomendação médica, totalmente alheias à minha vontade, não poderei comparecer à Audiência Pública em questão, o que lamento profundamente e peço desculpas a V. Exª e aos nobres Senadores da Comissão.

Em respeito à Comissão e de modo a procurar não prejudicar os trabalhos de hoje, a ABTA estará presente à Audiência, representada por seu Vice-Presidente Executivo, Sr. Oscar Simões, que estará acompanhado dos Professores Doutores Marcos Alberto Sant'Anna Bitelli e Leonor Cordovil, renoma-

dos especialistas em direito autoral e direito da concorrência, que têm assistido à ABTA nesta questão do ECAD.

Na certeza de contar com a compreensão de V. Exª e dos demais Membros da Comissão, mais uma vez me desculpo pelo não comparecimento na Audiência Pública de hoje, colocando ao inteiro dispor para comparecer em outra oportunidade e de prestar qualquer esclarecimento ou informação adicional a todo o momento.

Atenciosamente, – ***Alexandre Annenberg.*** *Presidente Executivo*

A Presidência da Comissão acatou o ofício encaminhado pelo Sr. Alexandre Annenberg. Então, em sua substituição, vamos convidar para estar aqui na Mesa, na condição de depoente, o Sr. Oscar Simões, vice-presidente executivo da ABTA.

Estavam previstos também os depoimentos do Sr. Milton Coitinho dos Santos e da Srª Bárbara de Mello Moreira, que também encaminharam justificativas a esta Comissão, relatando que, por motivo de saúde, não poderiam estar presentes no dia de hoje. A Comissão já designou nova data para o comparecimento de ambos. Será no próximo dia 11 de agosto que ouviremos o Sr. Milton Coitinho e a Srª Bárbara de Mello Moreira.

Solicito à Secretaria que conduza...

Vamos adotar antes o seguinte procedimento: vamos iniciar com o depoimento da Srª Marisa Gandelman, até por solicitação da própria depoente.

Então, solicito à Secretaria que conduza a convocada, a Srª Marisa Gandelman, até a Mesa.

(A Secretaria conduz a Srª Marisa Gandelman à Mesa).

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Srª Marisa, a senhora dispõe de 20 minutos para utilizar da palavra e, em seguida, responder às questões levantadas pelos Senadores e pelo Relator desta Comissão.

A SRA. MARISA GANDELMAN – Obrigada. Boa tarde a todos. Eu tomei nota das coisas que queria falar, a fim de não perder a linha do raciocínio e ninguém perder tempo, e não faltar informação importante.

Então, primeiro, preparei uma apresentação sobre a minha pessoa, sobre a UBC, como cheguei lá, quando; e depois uma breve explicação sobre o relacionamento entre UBC e ECAD e, depois, o caso específico para o qual fui convocada. Pelo menos assim diz o ofício que recebi do Senador Relator, na forma do requerimento aprovado por esta Comissão.

Eu não poderia deixar de dizer que sou filha de Henrique Gandelman, um dos mais conhecidos advogados militantes na área de direito autoral, e de Salomé Gandelman, uma professora de Música, mestra de grandes músicos e artistas conhecidos. Estudei música desde os cinco anos, me profissionalizei na música muito cedo. Aos treze anos já tinha atividade profissional na música e assim prossegui por muitos anos. Criei meus filhos tocando piano profissionalmente e dando aulas de música em escolas especializadas; meus filhos são artistas, sou de uma família de artistas, meus irmãos, cunhados, filhos, genros, noras, todos são artistas.

Aprendi de ouvido sobre o funcionamento do sistema de proteção aos direitos autorais e dos negócios relacionados às atividades artísticas, mais especificamente, os negócios da música. Minha atuação nessa área foi se expandindo naturalmente, até que fui trabalhar no escritório do meu pai, com quem aprendi efetivamente a pensar a respeito da criação intelectual e a sistematizar o regime jurídico de proteção.

Em 1996, resolvi fazer a Faculdade de Direito, a fim de ampliar a visão e o conhecimento jurídico, mesmo sabendo que a minha intenção não era atuar na área processual, mas seguir nas atividades do escritório Henrique Gandelman, onde representávamos autores e herdeiros de autores ilustres, como Carlos Drummond de Andrade e Heitor Villa-Lobos.

Terminei o Bacharelado em Direito, obtive o título de advogada e optei por continuar o aprimoramento acadêmico. Prossegui com o mestrado em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais – IRI, da PUC Rio; a minha dissertação de Mestrado foi publicada em livro pela Editora Civilização Brasileira, em 2004, com o título *Poder e Conhecimento na Economia Global, o Regime Internacional da Propriedade Intelectual, de suas Origens às Regras de Comércio Atuais.*

Em 2004 fui aceita no Programa de Doutorado do Instituto de Relações Internacionais da PUC Rio; defendi a minha tese em 2008, com o título *A Economia Política do Capitalismo Cognitivo: Desmaterialização do Trabalho, do Valor e do Poder.*

Logo depois da obtenção do título de Doutora, fui convidada pela diretoria da UBC a ocupar o cargo de Diretora-Executiva da Associação.

Comecei a trabalhar no dia 02 de setembro de 2008. Até então, o meu contato com a UBC era constante, porém do ponto de vista do autor ou titular associado. Na qualidade de representante de autores, me cabia solicitar à UBC providências relacionadas às obras dos meus representados. Passei para o outro lado e de lá para cá muitas coisas mudaram na UBC.

A União Brasileira de Compositores é uma associação sem fins lucrativos, cuja finalidade principal é a defesa moral e material dos autores e dos seus interesses relativamente às obras musicais que criam.

Fundada em 22 de junho de 1942, a UBC é a mais antiga das associações de autores e titulares de direitos autorais de música no Brasil. Ainda em 1942, a UBC assinou o seu primeiro contrato de representação recíproca com a sociedade norte-americana ASCAP

A partir daí, a UBC foi crescendo e a sua história está definitivamente relacionada à história do direito autoral no Brasil e da gestão coletiva no mundo.

Uma das seis associações efetivas do ECAD, a UBC representa também as organizações congêneres de quase todos os países do mundo, com algumas poucas exceções. Eu tenho a lista de sociedades à disposição de vocês.

Somos membros efetivos da CISAC, que é a Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores, uma organização não governamental multilateral, formada hoje por 232 associações de autores de todos os tipos de repertório, em 121 países.

Desde junho de 2010, a UBC é membro do quadro diretivo da CISAC, formado por 20 sociedades de autores, escolhidos através de voto, durante sua assembleia geral. O critério de formação do quadro diretivo é regional. Portanto, além de serem contados os votos contra e a favor de cada sociedade candidata, uma vez separados os candidatos votados, verifica-se se o resultado satisfaz o critério regional. Da América do Sul são escolhidas duas sociedades: atualmente UBC e SADAIC, da Argentina ocupam os assentos da América do Sul.

A representação e a atuação pessoal se dão obrigatoriamente através do diretor executivo, ou outro profissional de cargo de direção da sociedade, desde que seja profissional contratado com esta finalidade, devidamente remunerado pelo exercício da sua função e não um membro da diretoria eleita da associação.

A CISAC e suas sociedades membro formam um regime multilateral de gestão coletiva de direitos autorais. Como parte desse conjunto de princípios, normas e regras, em torno dos quais os interesses dos participantes desse regime convergem, ou melhor, como metodologia de realização da cooperação que as sociedades membro buscam, são criados comitês técnicos e de negócios não somente para a discussão e troca de ideias a respeito dos problemas comuns, mas também para uma atuação positiva de criação de regras profissionais e de desenvolvimento de formatos de intercâmbio de dados e informações.

O objeto central da atividade das sociedades de gestão coletiva, hoje, é a tecnologia da informação. As sociedades de autores produzem dados e criam sistemas que fornecem a infraestrutura para que esses dados possam ser utilizados na produção de resultados entregues aos autores, na forma de remuneração pela utilização de suas obras.

Participamos de vários desses comitês técnicos, o que demonstra domínio das ferramentas de intercâmbio de dados e comunicação, já desenvolvidos, e de adoção obrigatória, bem como a capacidade e inteligência para contribuir positivamente nos projetos em andamento, especialmente na área de qualidade e integridade de dados, e de construção de novas bases de dados de arquitetura global.

A UBC figura hoje na lista dos principais pagadores de direitos autorais de algumas das maiores sociedades do mundo, cumpre rigorosamente com todas as obrigações, observa as regras profissionais, tem sistemas, base de dados e infraestrutura de suporte próprios, e capacidade e inteligência para cooperar e ser acreditado plenamente na comunidade internacional da gestão coletiva dos direitos autorais.

Agora, eu gostaria de apresentar, resumidamente, a arquitetura do sistema de gestão coletiva no Brasil, a fim de demonstrar a estrutura do relacionamento entre o ECAD e as associações que compõem o sistema, a metodologia adotada no fluxo de dados, na produção e processamento de informação que baseia a realização da distribuição dos valores arrecadados pelo ECAD, dos mais diversos usuários, a título de remuneração dos direitos de execução pública de todas as obras musicais e fonogramas disponíveis no mercado, sem limite ou discriminação de nacionalidade, nem de território de origem.

De modo geral, a gestão coletiva se realiza em duas etapas: arrecadação e distribuição. A razão de ser da atividade é o autor e sua obra, e o exercício do direito que o autor tem sobre sua obra, bem como de outros titulares de direitos autorais.

O ECAD atua na arrecadação e distribuição. As várias associações que integram o ECAD atuam no relacionamento com autores e demais titulares; no cadastramento dessas pessoas físicas e jurídicas; na documentação e inclusão dos seus respectivos repertórios em nossas bases de dados; exportações dos dados e metadados de seus repertórios para a base de dados usada pelo sistema de distribuição do ECAD.

O ECAD não faz pagamentos diretamente aos titulares de direitos autorais de obras musicais e fonogramas; o ECAD processa a distribuição de acordo com as regras estabelecidas pelas associações e repassa o resultado da distribuição aos titulares através de suas associações. Portanto, o ECAD fornece uma estrutura de sistema que cataloga os dados, proces-

sa informações e é utilizado para distribuir os valores arrecadados, com base na aplicação da regra estabelecida previamente. Nós, as associações, fazemos contato com os titulares ou recebemos pedidos de filiação dos mesmos. Os proponentes ou candidatos assinam formulário de filiação levado à diretoria, no caso da UBC, para confirmação de aceitação. Uma vez aceita a filiação, o nome e demais dados cadastrais são inseridos na base de dados da UBC quando é conferido à extitular um código UBC. A informação a respeito do novo associado, seu nome completo e pseudônimo são inseridos pela UBC na base de dados do ECAD, com o código de identificação que é diferente do código do titular no sistema da UBC. A partir daí, a UBC passa a documentar o repertório do titular.

O autor poderá declarar o seu repertório à UBC, através do preenchimento de um formulário específico que nos será entregue devidamente assinado pelo autor. Com essa declaração de repertório, a obra musical com todos os seus detalhes é inserida na base de dados da UBC e posteriormente é exportada para a base de dados do ECAD.

Quando se trata de uma editora são enviados pacotes eletrônicos contendo metadados de obras. Esses pacotes são exportados eletronicamente em formatos padronizados e utilizados no mundo inteiro.

No caso dos intérpretes eles dependerão da atuação do produtor fonográfico que tem obrigação de gerar um código de SRC, contendo todas as informações relativas às partes interessadas nos rendimentos gerados pela execução pública de cada fonograma que são os titulares de direitos conexos.

O programa para gerar um código é fornecido pelo ECAD através da UBC. Esse código é utilizado no mundo inteiro e é um código ISO. Fornecemos o programa e o produtor insere os dados preenchendo os campos essenciais para que o código seja gerado. Depois de gerado o código, os dados são exportados para a UBC. Na UBC, analisamos os dados, eles são conferidos e inseridos na base de dados do ECAD, através de exportação. Se o produtor fonográfico não gerar o código e não exportá-lo para nossa base de dados, ou se a UBC não fizer a sua parte inserindo o código dos dados relativos a ele na base de dados do ECAD, o intérprete não poderá receber seus rendimentos gerados pela execução pública dos fonogramas contendo a fixação da sua interpretação. Quero dizer que há necessidade de atuação de outras pessoas sempre que, eventualmente, um titular poderá ficar prejudicado se o responsável, o titular, deixar de tomar certas providências.

Conclui-se que a responsabilidade sobre os dados inseridos no sistema do ECAD, tanto no que diz respeito aos titulares, como no que diz respeito ao repertório dos titulares, é das associações. O ECAD utiliza esses dados inseridos pelas associações para processar os valores arrecadados em cada segmento e repassar o resultado às associações em nome dos seus respectivos titulares.

Uma vez dito isso, vou fazer um resumo da fraude que ocorreu na UBC e que vocês todos ouviram falar. Estamos, inclusive, convidados por conta

– eu pessoalmente fui convidada para explicar esse caso em específico.

Em outubro de 2010, o Departamento de Atendimento à UBC recebeu as primeiras denúncias a respeito da *cue sheets* (essa palavra significaficha técnica) da trilha sonora de uma obra audiovisual. É um termo usado no mundo inteiro. Depois se vocês quiserem posso explicar a origem do termo, mas agora não vem ao caso. Então recebemos as primeiras denúncias a respeito de *cue sheets* de filmes cadastrados pela UBC, contendo a participação de um associado de nossa unidade...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A senhora poderia, por gentileza, repetir o termo.

A SRA. MARISA GANDELMAN – *Cue sheets*. É um termo em inglês, é uma história muito interessante. *Cue* é fila. São os músicos enfileirados no tempo em que ainda a televisão não tinha som, etc. É uma história bacana.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Obrigado.

A SRA. MARISA GANDELMAN – Recebemos em outubro de 2010 as primeiras denúncias a respeito de *cue sheets* de filmes cadastrados na UBC contendo a participação de um associado de nossa unidade em Minas Gerais que se filiou com o nome de Milton Coutinho dos Santos. Começaram os questionamentos internos e levantamentos de trilhas cadastradas no nome dele quando ficou demonstrado que todo processo de envio de documentação pelo próprio associado e o processamento dela pela UBC e posterior envio ao ECAD, foi acompanhado todo o tempo por uma série de dúvidas levantadas pelo nosso departamento de documentação. No final de novembro

No final de novembro, depois de aberta uma ocorrência no sistema do ECAD por outra associação com o pedido de bloqueio de todo o repertório cadastrado em nome de Milton Coitinho dos Santos, o gerente de atendimento da UBC informou à responsável pela unidade de Minas Gerais a respeito da necessidade de averiguar a fundo as justificativas do pedido. A gerente da filial de Minas procurou a pessoa que se havia filiado com esse nome, para, mais uma vez, pedir a ele que apresentasse documentação comprobatória, como um

contrato com o produtor do filme ou uma autorização para inserção das obras dele numa trilha, enfim, qualquer tipo de documentação que pudesse comprovar a participação dele ou a inclusão de suas obras nas trilhas dos filmes de que ele reclamava direitos e cujas fichas técnicas o próprio havia apresentado devidamente assinadas, assumindo ele, assim, a responsabilidade sobre a declaração. De acordo com a afirmação do próprio, as fichas técnicas, documento sem o qual ele não poderia receber pagamento de direitos autorais, haviam sido formuladas com base na escuta cronometrada das trilhas, e a escuta havia sido feita a partir de cópias dos filmes disponíveis no mercado.

Apesar de a solicitação ter sido clara e específica quanto à necessidade de apresentar contratos com o produtor do filme e/ou autorização para inclusão de suas obras nas trilhas dos vários filmes documentados por ele, o suposto autor respondeu à solicitação, reafirmando a veracidade de todas as suas declarações e alegando que não seria ele quem teria de comprovar ser autor e, sim, que os outros que alegavam ser falsa a sua declaração teriam de provar que ele não era autor das obras cuja autoria ele reclamava. Ou seja, alegou o suposto autor que seria necessário fazer uma prova negativa de não autoria. Conforme diz a Lei nº 9.610/98, no seu art. 13, autor é aquele que assim declara, colocando seu nome junto à obra, cabendo prova em contrário, presunção até que provem o contrário, presunção em favor daquele que assim declara.

A responsável pelo atendimento do titular manteve o pedido de comprovação e explicou que, diante de uma denúncia como aquela e do bloqueio das obras no sistema do ECAD, a capacidade da UBC de solucionar o conflito era limitada e dependia de documentação comprobatória. Se o autor se recusa a apresentar ou não possui documentação capaz de comprovar a veracidade de suas alegações questionadas por terceiros interessados, o bloqueio se mantém, e as associações ficam sem condição de solucionar o conflito, restando a via judicial para a discussão.

Em dezembro de 2010, o assunto foi abordado em reunião de Asssembleia-Geral do ECAD, quando o gerente de operações da UBC afirmou aos presentes que já havia dado início aos procedimentos internos de análise da documentação e de apuração das eventuais irregularidades.

Em meados de dezembro, todos nos envolvemos nos questionamentos e fizemos ampla pesquisa junto a diretores de cinema e a outros autores das trilhas nas quais o fraudador nos solicitou sua inclusão.

Também em dezembro, foram solicitadas pela Diretoria ao nosso advogado, Dr. Sydney Sanches, providências no sentido de notificar os envolvidos, para que apresentassem suas explicações ou arcassem com a responsabilidade por suas declarações e consequências advindas da alegação de falsidade.

No dia 22 de dezembro de 2010, escrevi uma mensagem a toda a equipe envolvida, para dizer que era lamentável o ocorrido, já que a pesquisa a respeito dos filmes reclamados demonstraria o nome dos verdadeiros autores das trilhas e não mostraria qualquer menção ao nome de Milton Coitinho. Como reação à minha mensagem, todos afirmaram que os nomes dos verdadeiros autores apareciam em todas as fichas técnicas criadas e enviadas pelo suposto autor e que, por essa razão, haviam aceitado a documentação. Ou seja, ele declarava alguns minutos para ele e colocava o nome dos verdadeiros autores das músicas; ele furtava alguns minutos para ele. Acreditaram que, apesar de ele não ser autor da trilha como um todo nem autor de todas as obras incluídas na trilha, nem ter se colocado como co-autor de qualquer das obras que ele mesmo inseriu nas fichas técnicas, isso não significava que ele não pudesse ser autor de algumas obras ocupando minutos de cada uma das trilhas, conforme ele declarava. Ele não tirou dos outros, mas simplesmente pegou um pouquinho para ele.

Solicitei ao responsável pelo Departamento Internacional o levantamento de possíveis créditos gerados no exterior com base nos *cue sheets* enviados pela UBC a fim de indicar as sociedades estrangeiras que deveriam ser avisadas da fraude e suas consequências, deveriam suspender pagamentos e cancelar documentação enviada. Aos outros funcionários da UBC solicitei todas as informações necessárias para que o advogado da UBC pudesse notificar o possível fraudador, no endereço nos Estados Unidos declarado por ele mesmo, assim como sua procuradora Bárbara Mello, na conta de quem todos os pagamentos feitos pela UBC haviam sido depositados, tudo conforme instrumento de procuração assinado e com firma reconhecida. A conta da procuradora existe e os depósitos foram feitos regularmente, como pode ser demonstrado através dos documentos bancários.

No mesmo dia 22 de dezembro, solicitei ao gerente de operações as providências para cancelar todos os *cue sheets* cadastrados na base do ECAD pela UBC a partir das declarações e solicitações do suposto autor, bem como o levantamento dos valores recebidos pela UBC em nome de Milton Coitinho dos Santos e o nosso respectivo percentual de administração – porque a associação recebe um percentual de administração. Havia, naquele momento, em caixa, R$15.982,41 pendentes de pagamento, por estar vencido o prazo de validade da procuração concedida à Bárbara de Mello Moreira para receber em seu lugar.

Relativamente aos valores referentes ao percentual de administração da UBC foi solicitado de pronto o débito ao ECAD.

Foram notificados os envolvidos: aquele que se apresentou como autor e titular dos direitos de autor e conexos cobrados, sua procuradora e uma terceira pessoa que havia sido apresentada como sobrinho que colaborou na elaboração dos *cue sheets.* Nenhum deles apresentou resposta à notificação. Conforme solicitado pela diretoria e em cumprimento aos nossos estatutos, foi instaurada uma comissão interna de sindicância formada pelo Dr. Sidney; o Sr. Marcio Ferreira, gerente de atendimento; e a Srª Daniela Sousa, gerente da filial de Minas Gerais, com a tarefa de produzir um relatório dos fatos e suas conclusões sobre o caso. Tal relatório foi apresentado à diretoria, que, em sua reunião de março de 2011, deliberou pela expulsão do quadro de associados da UBC daquele que se filiou com o nome de Milton Coitinho dos Santos.

Ato contínuo, foram levantados todos os pagamentos efetuados através da procuradora e a soma encontrada (R$112.350,99) mais a quantia bloqueada no caixa da UBC – aqueles R$15 mil, quase R$16 mil, de que eu havia falado –, essa quantia total foi devolvida ao ECAD em abril, para a realização dos necessários ajustes já solicitados por nós, em favor dos autores eventualmente prejudicados pela fraude, demonstrando que a UBC assumiu a responsabilidade pelo prejuízo causado.

Nossa responsabilidade não é criminal, mas, considerando que a documentação aceita e homologada por nós produziu efeitos a partir do momento em que foi cadastrada na base de dados do ECAD, a diretoria da UBC decidiu arcar com o prejuízo causado a todo o sistema da gestão coletiva e buscar compensação junto àquele que atuou de forma criminosa.

Uma vez tomadas as providências definidas pela diretoria da UBC

– notificar os envolvidos, expulsar o falso autor do quadro social, solicitar o débito do percentual de administração e devolver o valor total recebido do ECAD para repasse ao suposto autor –, passamos a discutir internamente as medidas de segurança a serem tomadas para evitar que fraudes voltem a se repetir.

Nossa investigação interna e demais providências estavam em andamento quando a notícia chegou à imprensa de forma escandalosa. A imprensa ignorou o fato, ou nem procurou saber que, quando a história chegou a , a UBC já havia levantado os detalhes, juntado provas e tomado todas as providências acima, contratado um advogado criminal para levar a notícia ao Ministério Público e pedir a abertura de inquérito policial. Para a imprensa, tratava-se de um furo de reportagem a ser disputado a qualquer preço, especialmente por aqueles jornalistas e repórteres que se dedicam quase que exclusivamente à maledicência e ataques a nós todos, associações, ECAD, autores, editores, enfim, toda a comunidade que vive dos direitos autorais de execução pública de música. No entanto, não poderíamos deixar de atender aos jornalistas e dizer a eles tudo que sabíamos sobre a fraude, porque não temos nada a esconder; fomos vítimas de um golpe e, ao mesmo tempo, acusados e crucificados pela imprensa por termos sofrido o golpe.

A imprensa não se interessou e não procurou esclarecer que o golpe em questão envolvia crimes que vão além da arrecadação indevida de direitos autorais. A falsidade envolvida não se limita à falsa declaração de autoria de obras que integram a trilha. A pessoa, ou as pessoas, que cometeu a fraude usou o nome, o CPF e a identidade de alguém que aparentemente não sabia de nada, alega desconhecer por completo a atividade de criação de músicas, de trilhas sonoras e da arrecadação de direitos autorais.

Não obstante a versão vendida pela imprensa e sua displicência de publicar o nome de uma pessoa como um laranja ou um fraudador sem antes procurar saber se havia qualquer envolvimento da pessoa acusada, ou se ela era, na verdade, a primeira vítima dessa historia, enquanto as atenções se voltavam para a promoção de um grande escândalo envolvendo o nome do ECAD, a UBC devolveu o valor total recebido, cancelamos toda a documentação cadastrada na base do ECAD, demos satisfação ao ECAD e demais associações, aos jornalistas e a toda a sociedade em sentido amplo. Contratamos um advogado, entregamos a ele às provas já reunidas; o inquérito policial foi instaurado.

Prosseguimos com as investigações e analise dos processos e fluxo de informação internos sobre recebimento de documentação referente aos titulares associados e ao respectivo repertorio, processamento e produção de dados a serem exportados para o sistema do ECAD.

Em reunião com a equipe de chefes de departamento no final do mês de abril, foram tomadas decisões a respeito de maiores exigências a fim de evitar novas fraudes. Logo ficou definido que, apesar de nunca antes termos recebido documentação feita por um autor desconhecido que alegava ter incluído algumas obras em alguns minutos de trilha de filme, a partir daquele momento só aceitaríamos *cue sheets* vindos do produtor, ou de editores que autorizam a inserção de obras de sua titularidade em trilhas, ou do próprio autor, desde que seja um autor conhecido pela criação de trilhas, cujo nome apareça nos créditos do

filme como autor da trilha e que ele traga uma carta assinada pelo produtor reconhecendo a veracidade da declaração feita pelo próprio autor relativamente à trilha do filme em questão.

A gerente de documentação ponderou que os autores reclamam muito de não contar com a colaboração dos produtores que não fazem os *cue sheets* e não fornecem documentos comprobatórios aos autores, impedindo, assim, os mesmos, de receberem os rendimentos gerados pela execução dos filmes. Alegou também a gerente de documentação que essa providencia poderia não ser eficaz uma vez que um dos *cue sheets* contendo o nome de Milton Coitinho teria sido enviado pela produtora do filme, Globo Filmes.

Esse aspecto chamou a minha atenção e, ao investigar a mensagem que havia sido enviada para o departamento de documentação com o *cue sheet* mencionado, percebi que a mesma havia sido editada, isto é, certamente o *cue sheet* não fora anexado pela produtora na mensagem encaminhada ao departamento de documentação para as providencias de cadastro, levando, dessa forma, toda a equipe ao erro. A partir dai e da leitura da troca de mensagens do suposto Milton Coitinho com a unidade de Minas e com a sede, bem como da observação de detalhes tais como o cuidado em colocar o nome de todos os autores de obras inseridas nas trilhas documentadas por ele, ficou claro que a fraude só poderia ter sido cometida por alguém que conhecia bem os procedimentos relacionados à documentação de trilhas de filmes, o fluxo de informação dentro da UBC, o processo de cadastramento de *cue sheets* na base do ECAD, bem como das sociedades estrangeiras.

Ficou claro que a pessoa que cometeu a fraude não teria conseguido fazer se, alem da expertise no processamento de *cue sheets*, não tivesse acesso privilegiado às informações sobre créditos pendentes por falta de documentação (UP — *unidentífied perforrnances*) no Brasil e no exterior. Concluímos que a fraude só poderia ter sido cometida por alguém com expertise na documentação e cadastramento de *cue sheets*, com acesso à base de dados do ECAD e às bases internacionais, com acesso a informação a respeito de pendências de pagamento de direitos de trilhas de filme, no Brasil e no exterior, reunido a oportunidade – a efetiva existência de créditos pendentes de pagamento – e a coragem para cometer um crime dessa natureza, agravado pelo roubo de identidade de terceiros com finalidade de cometer crime.

Por parecer certa a participação de alguém de dentro da UBC, ou de alguma das outras associações, ou do ECAD, decidimos pesquisar a origem das mensagens recebidas do endereço eletrônico — rniltoncoítinho@yahoo.com.br

— usado pelo fraudador em toda comunicação com a unidade de Minas e com a sede no Rio. A pesquisa demonstrou que a primeira mensagem recebida desse endereço, em 12/08/2008, portanto antes mesmo de eu chegar na UBC, havia sido enviada usando endereço de IP do prédio da UBC no Rio de Janeiro. Os indícios de envolvimento de funcionário da UBC ficaram ainda mais claros. O endereço de IP da UBC foi usado durante um período. A partir de 13/08/20009, os endereços de IP das mensagens recebidas desse endereço apontam provedores de acesso Net e Telemar, que certamente não operam nos Estados Unidos, apesar de ele dizer que estava nos Estados Unidos.

Todos os detalhes da investigação foram encaminhados ao advogado criminal para que ele pudesse informar à Delegacia de Crimes contra a Propriedade Imaterial, no Rio de Janeiro, onde foi aberto o inquérito (745/2011), já concluído.

A delegacia colheu vários depoimentos, inclusive o meu. A cópia do inquérito está à disposição, e agora também colocamos à disposição dos senhores o relatório final do inquérito, que o delegado nos entregou hoje, indiciando os autores do crime. Então, eu dizia aqui que aguardava o relatório do inquérito, mas já temos o relatório do inquérito, onde estão indiciados a Srª Bárbara Mello e o ex-funcionário, e a história está toda contada.

Era isso que eu tinha para explicar, e estou à disposição para as perguntas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Qual era o nome?

A SRA. MARISA GANDELMAN – Do funcionário? Rafael Barbur Côrtes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Srª Marisa.

A SRA. MARISA GANDELMAN – O Dr. Fernando Fragoso entregou o relatório final do inquérito ao relator da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Passamos então às perguntas dos membros da CPI. Iniciamos com o nosso relator. Em seguida, fica facultada à Srª Marisa...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Srª Marisa Gandelman, Srs. Senadores, vou me ater ao motivo da convocação, que foi uma denúncia do jornal *O Globo*, de 25 de abril de 2011, que tratava do recebimento, pelo Sr. Milton Coitinho, de R$130 mil. O Sr. Milton Coitinho foi encontrado, é um motorista de ônibus de Bagé. Afirmou até que não sabia tocar nenhum instrumento, e usaram seus documentos, na hora de registrar as trilhas. Há uma procuradora, que

é a Srª Bárbara de Mello Moreira, que estamos convocando, juntamente com o Sr. Milton Coitinho, para uma próxima audiência, que será no dia 11.

Mas eu queria começar fazendo a seguinte pergunta: a senhora afirmou, no jornal *O Globo* do dia 25 de abril, que o Sr. Milton Coitinho descobriu uma brecha e agiu de má-fé, mas, pelo visto aqui, as conclusões agora são outras; a senhora poderia explicar melhor como funciona o processo de registro de obras na associação que a senhora representa?

Vou até concentrar aqui, para ganhar tempo: qualquer um pode se inscrever como autor de qualquer obra, por uma simples alegação? Já que não é requerido o fonograma da obra registrada e presume-se a autoria pela simples alegação, em algum momento, a União Brasileira de Compositores faz uma checagem do cadastro? Esse sistema não é muito frágil?

Essa é a primeira pergunta.

A SRA. MARISA GANDELMAN – O que eu disse no jornal não foi exatamente isso, quer dizer, a pessoa, se fosse eu mesma, eu não conseguiria fazer o que foi feito. Essa pessoa que descobriu a brecha é uma pessoa de dentro do sistema, como eu disse. Ela tinha uma *expertise*. A documentação de trilha de filme é muito complexa, porque você tem que vir com o título de todas as músicas e a minutagem; depois disso, você tem que, separadamente, fazer um cadastro de cada uma daquelas obras; depois você tem que associar uma coisa com a outra. E depois você precisa ter *login* e senha para entrar no sistema da UBC, porque a gente tem o nosso próprio sistema, e também para entrar no sistema do ECAD. Então, fatalmente tem que ser uma pessoa de dentro.

Então, quando surgiu esse nome e quando eu olhei a história, quando a história chegou até mim, eu procurei meus amigos muito próximos do cinema e perguntei: "Alguém já ouviu falar dessa pessoa?" Porque ou realmente ele seria uma pessoa desconhecida e que tinha alguns minutos no filme, ou então, obrigatoriamente, ele teria que ser uma pessoa de dentro do sistema.

Então, o que estou querendo dizer é o seguinte: não é tão simples assim fazer essa fraude não! Foi uma coisa muito bem construída, por uma pessoa que, quando a gente viu endereço de IP interno, quando eu percebi que havia alguma coisa ali dentro, intuitivamente, eu fiz um raio-X de todos os funcionários da casa, e apontava para ele. Quem era ele? Era o funcionário do Internacional e era o sujeito que se profissionalizou, que se especializou nessa coisa dos *cue sheets*. Ele buscava os *cue sheets* das obras estrangeiras audiovisuais para cadastro no Brasil e também acabou se especializando na busca dos *cue sheets* brasileiros para o ECAD, já também para mandar também para o exterior. Eu falo, aqui no meu depoimento, em oportunidade. Qual é a oportunidade? Ora, houve um tempo em que não havia rendimentos de filmes brasileiros que fosse alguma coisa que chamasse à atenção. Por quê? Porque durante muitos anos houve disputa judicial de pagamento por parte do cinema, durante muito tempo as televisões não privilegiavam o cinema brasileiro. Esse grande rendimento que surgiu é bastante recente, os rendimentos produzidos pela execução das obras audiovisuais nacionais. Então, somente quem estava lá dentro podia ver: olha, tem dinheiro para esse filme, para esse, para esse outro.

Depois é que pude compreender, se é que dá para compreender, que ele tentava, tentava e tentava a documentação do produtor e acabou, vamos dizer, tentado por isso. Como é que a gente vai explicar por que a pessoa fez uma coisa dessas. Estou querendo dizer o seguinte: eu mesma, na qualidade de diretora ali, não sei fazer esse cadastro; precisa realmente de uma *expertise* técnica, e precisa não somente do conhecimento técnico como dessa oportunidade de ver que o dinheiro está ali, e está ali há bastante tempo e ninguém consegue retirá-lo exatamente porque não tem documentação comprobatória.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT -RJ) – Srª Marisa Gandelman, há outra versão dessa história. Está havendo uma CPI também na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e a procuradora do Sr. Milton Coitinho, a Drª Bárbara Moreira, foi escutada pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e afirmou que seu cunhado, o Sr. Rafael Barbur, que trabalhava na UBC do Rio, foi quem a convidou. Também disse lá na Assembléia Legislativa que ela seguiu instruções dele e de outro funcionário da UBC do Rio, chamado Wendel, da área internacional; bem como outra funcionária de Minas Gerais, chamada Daniela. Existem esses funcionários? Que providência a UBC tomou acerca dessas denúncias? Os funcionários estão sendo investigados? A Bárbara Moreira também – não quero tomar muito tempo, pois ainda temos outros dois depoentes – admitiu na CPI da Alerj que recebeu duas vezes: 25 mil e 58 mil. Foi convidada pelo seu cunhado, teve contato com esses funcionários da UBC, tirou 25 e 58 mil; e que após sacar o dinheiro do banco, usando a procuração do Coutinho, retirou o seu percentual e foi, seguindo instruções de funcionários da UBC, levar o dinheiro para o UBC, deixando no balcão com a funcionária chamada Sônia. Existe uma Sônia como funcionária da UBC? Quais foram as providências tomadas? O que está sendo feito, a partir dessa confissão?

A SRA. MARISA GANDELMAN – Bom, a Bárbara não é doutora, é estudante de Direito. A Bárbara, como

ela mesmo disse, é cunhada do Rafael; o Rafael acusa, juntamente com a Bárbara, porque no depoimento que está no inquérito vocês poderão ver que o Rafael diz na delegacia, e o delegado disse para mim que ele confessou, na medida em que ele chegou na delegacia e disse que a Bárbara tinha receio de tirar o dinheiro sozinha e que ele foi junto com ela tirar o dinheiro e que depois ela ficou do lado de fora olhando ele entregar um pacote para a Sônia. Ora, a Sônia é uma telefonista-recepcionista. Como é que alguém pode chegar com um pacote de 50 mil, entregar na mesa da recepção, ir embora e não ter um recibo, não ter nenhuma comprovação e achar que alguém pode acreditar numa história dessas. O Wendel, que ele tenta envolver, deixou de trabalhar na UBC muito antes dele, pouco depois que eu estava lá, não sei exatamente a época; era um funcionário do atendimento, uma pessoa que fazia circulação de documentos. Só que hoje a gente não faz circulação de documentos, subindo e descendo escadas, ou abrindo e fechando porta de elevador. A gente faz circulação de documentos por *e-mail*. Então, ele recebia requisições, mandava para cá, colocava para lá, ou seja, hierarquicamente ele estava abaixo do Rafael; ele nunca... é uma história completamente fantasiosa...

Envolveram até o nome de advogados conhecidos nessa história, como se fosse uma competição para ver quem é que pode ser advogado para receber um pagamento que, óbvio, é uma pessoa para legitimar um recebimentoindevido. Nada além disso. É uma fraude, é um crime de falsidade, estelionato agravado pelo roubo da identidade de uma pessoa inocente. Como é que se rouba uma identidade? Eu não sei, não conheço esse *métier*, como é que faz para roubar identidade, CPF. Eu não sei, mas foi roubado. E isso está tudo escrito aí na conclusão do inquérito.

O depoimento que eu dei na delegacia é um depoimento detalhadíssimo. O Dr. Fragoso tem, o Dr. Sidney tem; a documentação que vocês precisarem está à disposição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Está bom, Srª Marisa Gandelman. Esse é um relatório final de um inquérito que foi fechado ontem, dia 1º de agosto.

Eu quero antecipar que vou convocar o relator da CPI da Assembleia Legislativa do Rio. Eu quero ver o depoimento lá. Quero também chamar o delegado, pois acho que seria importante a presença do delegado aqui, para falar sobre esse inquérito, de forma que houve uma denúncia consistente na Assembleia Legislativa. E agora nós temos esse relatório final que saiu no dia de ontem.

A SRA. MARISA GANDELMAN – Seria interessante ler também

o inquérito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Nós vamos ler também o inquérito. Eu acho que isso aqui tem uma grande serventia: tentar elucidar isso, que pode ser uma forma de a UBC resolver esclarecer todo esse processo.

Mas o fato que eu queria registrar é que houve um depoimento muito duro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Por isso que eu quero escutar também aqui o delegado, Srs. Senadores, porque por mais que esse relatório tenha saído no dia de ontem, pretendo escutar aqui... E nós vamos ler esse relatório, mas adianto aos senhores que vou apresentar um ofício a esta Presidência, convocando o relator da CPI da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, devendo observar o depoimento lá; a Bárbara também vem aqui; o Sr. Milton Coitinho também vem aqui na semana que vem. Mas acho importante que o delegado também venha aqui para falar do seu inquérito.

Encerro, então, as minhas perguntas à Srª Marisa Gandelman. Muito obrigado.

A SRA. MARISA GANDELMAN – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Senador Lindbergh.

Srs. Senadores... Senador Eduardo Suplicy... Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr.

Presidente, eu estava comentando aqui com o nosso colega Senador Vicente Claudino, que não vejo muito sentido nós ficarmos repassando, numa espécie de supervisão, um inquérito policial. Essa não é nossa função, com todo o respeito. Ouvirmos aqui novamente um relator de uma CPI da Assembleia Legislativa do Rio sobre um fato que foi um crime cometido, que foi investigado pela polícia, já há um relatório produzido pelo delegado, que vai ser remetido ao Ministério Público. Enfim, não vejo muito sentido ao Senado da República exercer esse papel de supervisor de um inquérito policial. Em minha opinião, com todo o respeito, meu querido amigo Senador Lindbergh Farias. Não vejo isso como algo que deva merecer a atenção do Senado, uma vez que já está encaminhado pelas vias normais em que se apuram os crimes e se punem os seus autores. Obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio eu quero ser aqui o mais... Eu quero conduzir esse trabalho com a máxima transparência. Ao final de tudo isso, acho que a gente tem que discutir o funcionamento do sistema, do modelo. Eu sinceramente, sendo muito franco aos senhores, só quero afastar uma coisa da minha cabeça, porque esse tipo de coisa, na hipótese, seria muito grave. Houve uma denúncia seriíssima na Assembleia Legislativa do Rio

de Janeiro. Por isso eu quero conversar com esse delegado aqui. Saiu um relatório final na véspera de um depoimento aqui assim, por isso espero e quero afastar – e não estou acusando nada – que não seja uma forma de intimidar a depoente na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Falo porque, para mim, com a maior tranquilidade, me pareceu estranho, e quero afastar isso. Porque seria terrível a pessoa fazer um depoimento e, na véspera do depoimento, aqui... Vou falar isso porque vou querer que o delegado explique aqui. Falo abertamente a todos com o máximo de franqueza possível...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB -SP) – Como é a maneira de o senhor se conduzir. Mas a minha objeção é a seguinte, Senador. Não vejo que isso seja a nossa função. Exercer o controle externo da atividade policial é função do Ministério Público, não é função do Senado da República. Temos outras propostas de CPIs que não andam, como por exemplo a CPI dos Transportes.

Não vejo qual é o resultado que isso possa dar, que possamos extrair daí, se ficarmos apenas nessa história do inquérito policial. Porque não é nossa função. Discutir como se gere coletivamente os direitos autorais no Brasil, para eventualmente aperfeiçoar o sistema, esse é o objetivo, sim, é o objetivo do Senado. Penso que nós perderíamos tempo nessa...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) Senador Aloysio, gostaria de perguntar ao Senador Lindbergh, tendo em conta as suas observações. V. Exª estaria pressupondo que na assembleia legislativa foi feita uma denúncia e houve um inquérito policial, por um delegado, e ali concluído.

V. Exª estaria colocando em dúvida o que lá foi, e por isso, estaríamos, aqui, examinando?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo, quero esclarecer. O objetivo aqui, como relator da CPI, nós elaboramos um plano de trabalho, sendo muito franco, que queremos chegar aofinal de tudo isso, é discutir o sistema. Vamos ter regulação ou não. É isso que nós queremos. Só que a CPI foi chamada em cima de fatos concretos. Nós estamos na primeira etapa que é essa discussão em cima de fatos concretos, são três semanas. A estratégia é a discussão do sistema que vai casar com a discussão da lei de direitos autorais. Esse sistema que está aí só funciona desse jeito no Brasil. Não queremos transformar isso aqui em delegacia de polícia. Não é nosso intuito criar factóides, quero deixar isso muito claro. No caso fui muito claro porque só quero afastar com essa discussão, vou apresentar na próxima semana..., **O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Seu objetivo é chegar a uma discussão mais ampla.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mais ampla. Nesse caso, quero deixar esses requerimentos para a próxima semana. Mas quero deixar em aberto a discussão com o delegado. Vou conversar com os senhores para apresentar o requerimento para a próxima semana, porque na hipótese de haver alguma coisa em represália ao pronunciamento na assembleia legislativa acho que essa não é a melhor forma. Só para afastar isso, vou deixar para apresentar esse requerimento por um motivo de justiça de esclarecimento. Na próxima semana, apresentarei esses requerimentos e discutiremos, inclusive antes de apresentar esse requerimento aos senhores Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senadora já lhe passarei a palavra.

Queria pedir aos Srs. Senadores, acho esclarecida a intenção do Sr. Relator, para nós irmos ao foco, tentarmos retirar da Srª Marisa as contribuições e informações que possam contribuir com o relatório dessa CPI.

Vou passar a palavra ao Senador João Vicente Claudino que está solicitando...

Srª Marisa, por gentileza.

A SRA. MARISA GANDELMAN – Queria dizer ao Senador que a CPI da Alerj começou um pouco antes e no dia em que a Bárbara foi lá, naquele dia, na parte da manhã ela havia recebido a intimação do delegado para comparecer à delegacia, no dia seguinte ou dois dias depois. Ela foi espontaneamente à Alerj. O que se passou lá, o depoimento dela, ficamos sabendo pelos jornais, pois não fomos oficialmente informados. Estou aguardando o dia em que eu possa ir dar o meu depoimento, a minha explicação.

Estou querendo dizer o seguinte: essa história, para qualquer pessoa que não seja do nosso meio, é bastante complexa de entender. Então, a partir do momento em que o advogado levou a notícia ao ministério, instaurar inquérito, a própria delegacia contra crimes materiais, no Rio, está sem sede, são várias dificuldades, não foi tão simples assim. Coincidentemente, o relatório terminou ontem, podia não ter terminado. Podia não ter terminado. O meu depoimento já foi há algum tempo.

Eu quero dizer o seguinte: quanto à CPI da Alerj, a Bárbara foi lá no dia em que ela foi intimada pela delegacia. Posteriormente a isso, a gente não recebeu nenhum aviso, não recebeu a ata e aguarda a oportunidade, pois quero ir lá dar o meu depoimento. Estou absolutamente à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito, Srª Marisa.

Segundo a regra da matemática, a ordem dos fatores não altera o produto. Só iremos inverter a ordem aqui na nossa CPI. Estamos ouvindo primeiro a D. Marisa e, semana que vem, ouviremos a Bárbara e, assim, daremos sequência às pessoas necessárias a serem ouvidas, tal qual foram ouvidas na comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Senador João Vicente.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Senador Randolfe, Relator Senador Lindbergh, eu acho que nós temos uma oportunidade importante. Sei que a criação e a instalação de uma CPI, eu já tinha me manifestado a V. Exª algumas vezes, além de punir ou clarear determinados desvios que haja no sistema, a contribuição importante que temos é aprimorar, aperfeiçoar a dinâmica do direito autoral, a proteção à criação.

Dentro dos fatos que motivaram a CPI, comecei, Senador Lindbergh, Senador Aloysio, até a estudar um pouco direito autoral e de arrecadação, que é complexo. Confesso que tenho que me aprimorar e estudar mais para acompanhar bem a dinâmica. Acho até que, antes de iniciarmos a CPI, teríamos que passar para todos os Senadores desta CPI o formato de tudo isso: de como se forma o sistema, como é arrecadado, como é distribuído, a sistemática da estrutura brasileira dentro da CISAC, da estrutura internacional de todo o Direito Internacional. É um momento importante para que nós possamos dar uma contribuição do Senado. A população brasileira às vezes entende que a CPI não levou a lugar nenhum, porque não prendeu ninguém. Masnão é isso. É importante contribuirmos no aperfeiçoamento da estrutura pública vinculada dentro da sociedade brasileira.

Quanto à questão que também tomei conhecimento desse processo todo que levou à CPI lá na Alerj, só tenho uma curiosidade. Os verdadeiros autores de toda essa produção foram identificados? E, se o foram, foram devidamente pagos?

Queria também, nesse processo de maior conhecimento da estrutura, Drª Marisa, fazer duas perguntas. A primeira: a comparação da política de direito autoral brasileiro em relação aos Estados Unidos, à França, à Inglaterra, a outros países. A segunda: como a OBC faz parte da CISAC, como é visto o Brasil internacionalmente? Quero saber a visão de fora do Brasil em relação ao direito autoral, a gestão coletiva praticada no Brasil e o respeito aos acordos internacionais. Então, primeiro, em relação a esta situação do Milton Coutinho e as outras duas em relação à estrutura do direito autoral brasileiro.

A SRA. MARISA GANDELMAN – Bom, conforme eu expliquei, o nosso fraudador colocou no *cue sheets* o nome de todos os autores das músicas e furtou minutos das músicas dessas pessoas e colocou minutos para ele, cuidadosamente, de forma que, ao final, o total da duração de música fosse igual à duração do filme. Ele chegou, inclusive, ao refino de um determinado momento, pedir para substituir um documento que ele havia mandado anteriormente, porque faltou a música do Roberto Carlos. Então, ele pede: "Por favor, substitua, porque ficou faltando a música do Roberto Carlos, que entra no filme em tal minuto".

Então, ele falou o nome de todas as pessoas. Entende? Foi por aí que a coisa começou a ser pega. Imagine o seguinte: são vários os autores de trilha de um filme, e cada autor pertence a uma associação. Digamos que ele tenha ido lá e listado todas as músicas dos filmes, inclusive as dele. A UBC, então, pega aquele *cue sheets* e o coloca na base do ECAD. Depois, pega as obras dos seus autores, cadastra-as em separado e manda associar o código daquela obra àquele *cue sheets*, dizendo o seguinte: "Tenho interesse em receber pagamento proporcional àqueles minutos". Aí, automaticamente, aqueles outros autores que foram incluídos por ele vão ficar com seus créditos pendentes. Então, estão lá os pagamentos pendentes. Mas, no momento em que a gente cancelou, a gente disse assim: "Essa documentação é criminosa. Portanto, ela é nula, inexistente, e nunca poderia ter existido. Então, ninguém tem mais crédito pendente enquanto não chegar uma nova documentação idônea".

Quanto a isso, fiz uma pergunta ao gerente de distribuição do ECAD: "Dos 24 filmes contendo o nome de Milton Coitinho dos Santos, cujos *cue sheets*, bem como respectivas obras integrantes dos mesmos, foram cadastrados na base de dados do ECAD pela UBC e, posteriormente, cancelados, em razão do reconhecimento pela UBC de terem sido elaborados e declarados fraudulentamente – portanto, são nulos –, quantos e quais constam, hoje, da base de dados do ECAD devidamente validados para utilização no processamento da distribuição?". Ele me responde: "Conforme orientação da Assembleia-Geral do ECAD, os novos cadastros dos filmes contendo o nome de Milton Coitinho deveriam ser auditados e validados pela área de distribuição do ECAD". Qualquer novo *cue sheets* que entrasse desses 24 filmes seria auditado. O que significa isso? Uma pessoa vai parar na frente da câmera, vai olhar o filme, vai ver o documento, vai minutar, vai ver a verdade e a mentira. "Dos 24 filmes, quatro encontram-se devidamente cadastrados e validados. São eles: 'Romance', 'Didi Quer Ser Criança', 'O Homem que Desafiou o Diabo' e 'Polaróides Urbanas'.

Os cadastros audiovisuais de 'A Casa da Mãe Joana', de 'Terra em Transe' e de 'Deus e o Diabo na Terra do Sol' já foram realizados, mas estão em processo de auditoria e validação." Enquanto isso, ninguém recebe. Mas "Didi Quer Ser Criança" recebeu.

Fiz outra pergunta: "Considerando que os valores pagos pelo ECAD à UBC para serem repassados a Milton Coitinho dos Santos [o suposto, já que a gente sabe que não é ele], pelas razões acima, foram integralmente devolvidos, inclusive os valores referentes à taxa de administração da UBC voltando, dessa forma, a compor a verba colocada à disposição da distribuição, quantos e quais filmes foram pagos até o presente momento a quais associações, para repasse aos respectivos titulares? Qual o valor total efetivamente distribuído depois que o dinheiro foi devolvido ao ECAD pela UBC?". Ele me responde: "Até a presente data, dois filmes foram pagos através de ajuste de créditos. São eles: 'Romance' e 'Didi Quer Ser Criança'. As associações que possuem titulares envolvidos nas obras e fonogramas desses audiovisuais são: Abramus, SOCINPRO, Assim e UBC. O total distribuído até agora foi de R$78.461,06, sendo R$3.000,28 distribuídos aos titulares do filme 'Romance", e R$75.440,98, aos titulares do filme 'Didi Quer Ser Criança'. Os repasses dos valores referentes aos filmes 'O Homem que Desafiou o Diabo' e 'Polaróides Urbanas' estão previstos para as próximas distribuições".

O filme "O Homem que Desafiou o Diabo" deu início à questão toda, e, quando veio o *cue sheet* feito pelo próprio produtor da trilha, havia erro, porque ele não é o produtor do filme, mas, sim, o produtor da trilha, e só o produtor do filme tem acesso à finalização. Então, foi refeito, auditado, e está lá pronto para ser redistribuído.

Aí ele faz a seguinte observação: "O valor repassado através de ajuste de crédito para cada audiovisual não corresponde exatamente ao valor pago aos cadastros anteriores [é claro!]. Os novos cadastros apresentam uma composição diferente dos cadastros incorretos [é claro!]. Há alteração na quantidade de obras, na classificação das obras e no tempo de duração musical dos filmes.. Essas diferenças cadastrais geram diferenças nos valores a serem repassados em rubricas do segmento televisão – porque a televisão a gente paga por minutagem. Apenas na distribuição desse cinema é possível distribuir exatamente o mesmo valor repassado anteriormente, por ser uma distribuição direta. Eu tenho xis reais para pagar para o filme tal. Entendeu? Então, a composição por dentro não modificará o valor total. O valor é definido. Então, essa é a situação da primeira pergunta.

A segunda pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Srª Marisa, deixe-me aproveitar a pergunta, se assim me permitir o Senador João Vicente Claudino. Parece-me que o Senador João Vicente, na sua pergunta, pede uma comparação, na avaliação da depoente, do nosso direito autoral com o modelo de direito autoral de outros países.

Permita-me, se o Senador assim o permitir também, contribuir com essa pergunta, incluindo o seguinte: na maioria das democracias liberais na Europa, o sistema de gestão coletiva de direitos é regulado pelo Estado, tem o acompanhamento do Estado. Isso não ocorre no nosso País, isso não ocorre no Brasil. A que a senhora atribui essa razão? Será que é uma relação de maior confiança entre nós, brasileiros, do que entre autores europeus, asiáticos e congêneres? Enfim, pediria uma comparação sua nesse sentido, aproveitando o questionamento pertinente do Senador João Vicente Claudino.

A SRA. MARISA GANDELMAN – Bem, quanto à pergunta do Senador Claudino, comparativamente, eu acho que você não pode olhar o que é hoje. Tudo tem uma razão de ser, e a razão de ser é histórica.

O sistema de gestão coletivo tem origem na França, na França revolucionária, na França do Victor Hugo, e tem a primeira sociedade de autores lá das obras dramáticas, a SACD, que até hoje atua e é membro também do quadro diretivo da CISAC. Então, na Europa, tradicionalmente, a coisa se desenvolveu de uma forma tal que existe apenas uma associação, uma sociedade de autores que lida com cada tipo de repertório. Então você tem a sociedade de obras dramáticas, literárias, audiovisuais, que é a SACD; você tem a SACEM, que tem os direitos de execução pública; existia antes a SDRM, que era para o direito de reprodução de obras musicais; existem sociedades para direitos conexos. Então, cada uma delas tem a sua atuação. Na Inglaterra, a mesma coisa: tem a PRS, a MCPS, tem uma operação conjunta e existe, em separado, outra associação, que é a PPL, que cuida dos direitos conexos. Se você for à Espanha, é o mesmo caso; se você for à Alemanha, é o mesmo caso; se você for à Suíça, é o mesmo caso. Cada uma das sociedades lida com uma natureza de direito diferente, sendo que a tradição é o direito de autor; o direito conexo vem muito posteriormente.

A Convenção de Roma é da década de 60, pós-guerra, e alguns países nem lidam com direitos conexos, como é o caso dos Estados Unidos, em que o Frank Sinatra passou a vida toda dele cantando no rádio, para a felicidade de todos, e não teve direito a receber direitos conexos. Hoje, depois do Digital Millenium Act lá, dos Estados Unidos, eles reconhecem

a possibilidade dessa cobrança apenas nos meios de satélites, nos meios digitais e também para fora dos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, a tradição é outra. Não é a tradição da Europa continental, de direito de autor; é a tradição do *copyright.* Então, todo o sistema jurídico é completamente diferente, não só no *copyright* como no todo, no Common Law. Lá existem então duas associações, a ASCAP e a BMI, sendo que a ASCAP é a primeira, que tem um acordo com a UBC desde 1942, um acordo recíproco. Posteriormente, veio a BMI, dos *broadcasters*. E existe hoje uma terceira pequena, que não é sem fins lucrativos, a CISAC.

A CISAC tem outra natureza.

Então, eles têm lá uma sistemática muito diferente, porque não é livre a passagem. Se o sujeito é da ASCAP ele não consegue se mudar para a BMI, ele fica lá, porque precisa ter a definição do repertório que cada um administra.

Na América Latina, muitos países, quase todos, seguiram essa tradição de uma sociedade para cada tipo de repertório. Aqui no Brasil tem que analisar historicamente. A gente sabe que a primeira associação de autores fundada por Chiquinha Gonzaga no início do século XX, a SBAT, tinha uma atividade ampla das obras dramáticas, obras dramático-musicais e recolhia os direitos musicais, tinha acordos com os compositores; depois, sai de dentro da SBAT o braço musical que é a UBC. Depois, certamente – isso está até escrito no livro 001 de atas da UBC, onde se vê assinaturas de Ary Barroso, Lamartine Babo, Nássara, Ataulfo Alves, etc, compositores que tinham o movimento deles –, surgiu dali a SBACEM e depois foram surgindo outras, até que chegou a uma situação bastante caótica em que não seria possível mais arrecadar porque ninguém poderia dar conta de pedacinhos compartilhados. Essa é a coisa que precisa ser analisada historicamente, para se ver como se chegou a esse ponto. A solução dada no Brasil foi essa cobrança e distribuição centralizada, o que é bom para os usuários, porque eles pagam a uma só pessoa e não tem que ficar enlouquecidos cobrando.

Hoje, está havendo uma movimentação que talvez proponha mudanças no sistema europeu em razão da criação da União Europeia. Aí se precisa analisar também os aspectos política da União Europeia, etc e tal.

Em relação ao Brasil, a UBC, que representa, eu diria, 90% das sociedades estrangeiras, se hoje nós estamos no quadro diretivo da CISAC não há outra razão a não ser o respeito que eles têm pela qualidade do nosso trabalho. A UBC, hoje, figura na lista das dez maiores pagadoras das ASCAP por exemplo. Eles já publicaram isso. A fonte de renda que o Brasil hoje representa como sendo os BRICS é realmente extraordinária. E outra coisa, nós temos um aspecto aqui muito particular, visto com muito interesse pelos estrangeiros, que é o fato de gerirmos os direitos de autores e conexos juntos. O art. 99 fala em obra musical e fonogramas. Então, isso reúne, uma cobrança só para direito de autor e conexo. Isso significa dizer que nós temos uma *expertise* em cruzar informações de obras e gravações que poucas pessoas têm no mundo. No trabalho que está sendo feito hoje pela CISAC, pelas bases de dados globais, a maior dificuldade que se tem no negócio digital é existir informação de gravação e não poder casar essa gravação com uma obra.

Então, concluindo, o nosso sistema, hoje, é muito bem visto. Em relação à pergunta do Senador Randolfe, essa coisa da participação do Estado, para dizer a verdade, eu não conheço bem, teria que antes, preliminarmente, definir que tipo de participação, porque, de tudo que eu convivo, o máximo que eu já escutei é, por exemplo, os suíços dizendo que eles têm diversas associações para vários tipos de direitos e a lei diz que eles têm que combinar para cobrar junto. No Canadá eu sei que periodicamente existem escutas, reuniões para que eventualmente se discuta preços e condições, alguns órgãos talvez mediadores. Isso é o máximo que eu sei. Eu desconheço mesmo. Então, não poderia responder, não foi isso que o Senador disse, da atuação do Estado, não na arrecadação na distribuição. Talvez algum tipo de regulação, mas não conheço nenhuma regulação que seja limitadora ou restritiva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Não é nesse sentido, mas tudo bem. Obrigado, D. Marisa.

Antes de concluirmos o depoimento da D. Marisa – e o Senador Aloysio está lembrando muito bem que temos Ordem do Dia agora –, então, só para concluir... A gente está sob a pressão dos depoimentos que ainda temos de colher e ainda temos a pressão da Ordem do Dia, mas nós, daqui a pouco, teremos de tomar uma decisão em relação aos encaminhamentos que vamos dar.

Mas eu queria, para concluir, ouvir da Srª Marisa, rapidamente, a resposta à seguinte pergunta: o Sr. José Antônio Perdomo Correa é membro da UBC?

A SRA. MARISA GANDELMAN – É diretor superintendente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito.

A que a senhora credita a assinatura do Sr. José Antônio Perdomo Correa na aprovação da ficha de cadastramento do Sr. Milton Coitinho, visto que o art. 11 dos Estatutos da UBC exige, para o ingresso de associado, a sua subscrição por dois outros associados?

As informações que nós temos aqui na CPI é de que a ficha de associação do Sr. Coitinho só teve a assinatura de um sócio.

A SRA. MARISA GANDELMAN – Olha, eu acho que, na verdade, o que eu sei é que nós criamos... Eu não estava lá na UBC, mas o que sei que aconteceu, antes ainda de eu estar lá, é que foi criada uma categoria de sócio administrado, exatamente porque esse sócio não tem certos direitos, como direito a voto. Ele fica ali num período probatório, vamos dizer assim, um período em que ele vai demonstrar que tem uma atividade constante, que ele tem rendimentos; enfim, que ele tem realmente uma vida de compositor.

E, aí, o que eu sei hoje é que, mensalmente, existem reuniões de diretoria, quando então são levados à aprovação da diretoria os nomes daqueles que são administrados para que eles possam passar à categoria efetiva. Isso foi criado justamente porque, durante um período, havia certos impedimentos... Isso são histórias que me contaram; eu não presenciei. Mas havia certos impedimentos, autores que não eram aceitos. Isso, inclusive, gerou muita revolta. Tem muita gente que fala que a UBC recusa associados, e houve inclusive casos levados a Juízo. Isso talvez o advogado saiba melhor que eu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Deixe-me perguntar: há um sistema de verificação contínua na UBC que garanta a regularidade dos que estão associados, que pudesse identificar que o Sr. Coitinho era motorista de ônibus e não tinha nenhum tipo de composição?

A SRA. MARISA GANDELMAN – Não; como ele fraudou... Ele veio com um CPF que, quando você digita o número desse CPF, vai aparecer o nome de Milton Coitinho dos Santos, e ele vinha com uma carteira de identidade que vinha com um número que batia. Entendeu? A documentação dele parecia. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Mas ele entrou na entidade avalizado por sócio da entidade, visto que o que diz o Estatuto da entidade...

A SRA. MARISA GANDELMAN – Não. Veja: ele poderia não ter uma assinatura de um sócio proponente? Poderia, porque foram mudados os estatutos de forma...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pelas informações que temos, só havia uma assinatura e o Estatuto pede duas.

A SRA. MARISA GANDELMAN – Sim; porque foi criada essa categoria de sócio administrado exatamente com essa finalidade.

Agora, é importante dizer um detalhe interessante. Ao longo do processo da fraude, esse fraudador pede filiação na BMI, a associação norte-americana. E eu estive lá por ocasião de um comitê técnico da CISAC. E fui a Nashville e perguntei: como é que vocês receberam? Porque, quando eles recebem o pedido, eles consultam a base IPI, que é uma base global de partes interessadas e vão ver lá: "Ah, esse aqui é da UBC". O que eles fazem então? "Olha, eu recebi um pedido dessa pessoa para ser nosso associado; você poderia liberar os outros territórios?" Aí, a gente diz que não porque já estava pressentindo que ali havia algo estranho.Estive lá e perguntei para a pessoa que recebe os pedidos de filiação: "Como vocês receberam esses pedidos de filiação? "Ora, a gente recebeu como a gente recebe todos os pedidos de filiação: a pessoa entra num *site*, tem lá um formulário de filiação, ele se inscreve, a gente recebe; se ele já é membro de outra associação, ele facilmente vai ser aceito."

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Na filiação do Sr. Coitinho, a senhora não estava na UBC?

A SRA. MARISA GANDELMAN – Na primeira, não. Eu estava entrando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Sim, mas, quando ele se associou, a senhora não estava?

A SRA. MARISA GANDELMAN – Não. Depois ele saiu e voltou, e eu estava. Mas aí não fui eu que... A primeira ficha de filiação dele foi assinada pelo Sr. José Loureiro, morto no dia 1º de abril de 2010, que era o nosso diretor administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – A senhora sabe dizer, então, como é que foi acatada a filiação dele, não contando...

A SRA. MARISA GANDELMAN – Foi assim, dessa forma, com...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Mesmo subvertendo o estatuto?

A SRA. MARISA GANDELMAN – Não. Não é subvertendo o estatuto. Como a gente foi muito criticado, houve muita perseguição em cima da UBC, de que a gente recusava associados, foi deliberado que a gente poderia aceitar nessa categoria administrado, para depois ser aceito como sócio efetivo e ter os direitos de sócio efetivo.

O que eu fiz agora...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Só para entender, Srª Marisa: há uma categoria, que é a categoria administrado...

A SRA. MARISA GANDELMAN – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – ...que prevê receber um sócio somente com uma assinatura, em contra-senso ao que diz o estatuto, que prevê duas assinaturas para acatar o sócio? Ou seja, há duascategorias de sócio? É isso?

A SRA. MARISA GANDELMAN – Há duas categorias de sócio, mas isso está no estatuto. Eu tenho o estatuto aqui, posso lhe mostrar.

Acho muito importante dizer que a gente ouve, nos seminários, que a UBC recusa associados. Criou-se a categoria administrado para evitar esse tipo de coisa. Agora, é importante uma coisa:...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Mas houve a concordância do Sr. José Antônio Perdomo na filiação do Coitinho?

A SRA. MARISA GANDELMAN – Não, na filiação de 2008, que eu saiba, foi o Sr. José Loureiro quem assinou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Segundo a informação que temos, houve a concordância do Sr. José Perdomo. A senhora não teria como responder isso; seria o próprio Perdomo.

A SRA. MARISA GANDELMAN – Não, eu tenho a ficha de filiação; é só procurar a ficha de filiação. Ele esteve na UBC, ele se desligou da UBC, foi para outra associação, e depois voltou para a UBC. Então, ele teve duas fichas de filiação. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – As duas foram somente na categoria administrado?

A SRA. MARISA GANDELMAN – Na categoria administrado, porque ele não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Ambas?

A SRA. MARISA GANDELMAN – Sim, porque ele não poderia ter... Ele não chegou a reunir os requisitos necessários para passar para a categoria de efetivo. Entende? Agora, o que fizemos imediatamente foi o seguinte: a ficha de filiação de um autor desconhecido, mesmo que seja na categoria de administrado, mas uma pessoa que nunca ninguém ouviu falar, que ninguém conhece como tendo música, que não tem um parceiro, que não tem alguém que possa falar por ele, não tem nada, ele vai ter que ir lá pessoalmente assinar ou então mandar a filiação dele com firma reconhecida por autenticidade, porque, se isso tivesse acontecido, certamente ele teria desistido,

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Deixe-me perguntar: hoje, como a UBC pode se prevenir de fraudes como essa?

A SRA. MARISA GANDELMAN – Assim: na entrada. Por exemplo, uma pessoa totalmente desconhecida, que nunca ninguém ouviu falar, que não tem parceiros, que não tem histórico de recebimento de direitos de execução pública, terá que vir à nossa associação ali presente, mostrar qual é a obra dele, qual é a criação dele, para ele poder ser aceito, mesmo na categoria de administrado. Isso significa o seguinte: ele vai ter que ir para outra; se ele vai ser aceito na outra, eu não sei.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Srª Marisa, nós vamos colher os depoimentos da Bárbara, porque o que existe, Senador Aloysio, que tinha falado...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas me permita, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu ingressei agora, fui designado recentemente como membro desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – E seja muito bem-vindo. O senhor ilustra esta CPI.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – O senhor nos dá segurança estando aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado.

Então, eu não estava a par do roteiro aprovado. Daí o meu questionamento. Agora o senhor explicou: trata-se de uma primeira etapa, para poder elucidar, enfim, contribuir para elucidar esse fato concreto, lamentável, para depois discutirmos essa questão com mais...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O que nós queremos mesmo é entrar no debate mais de fundo sobre o sistema, se é necessário ter regulação, ter fiscalização, mas o fato aqui, Srª Marisa, depois de escutar nas próximas semanas a Srª Bárbara... Porque há uma questão aqui também: a falta de critérios transparentes. Essa é outra discussão que haveremos de ter, que teremos de discutir com a direção do ECAD, como ter esses critérios transparentes.

Aqui, de uma parte, da Bárbara, houve o depoimento na Assembleia, ela vem aqui, e ela disse que essa fraude é comandada pela UBC. A UBC cria a fraude. Nesse caso concreto. Um diretor da entidade, da UBC, que fez e esse é procedimento em cima de outros problemas que nós temos com associações. E tem aqui a posição da Drª Marisa, eu fiz aqui, claro, a minha posição e li o relatório do delegado. Quando eu falo que li o relatório do delegado, eu acho que o delegado deveria ter pelo menos investigado as outras opções, ter aberto as outras opções, e vou ver a forma de fazer a convocação ou não, vou conversar com os Srs. Senadores, mas, ao ler o relatório, Senador Aloysio Nunes, a gente vê uma posição unilateral, um relatório simplista, desconsiderando outras opções. Quero deixar isso claro

porque, sinceramente, não me caiu bem a chegada desse relatório. Eu li o relatório aqui, o que a gente não quer é transformar isto aqui em uma delegacia de polícia, mas a gente não pode cometer injustiças contra a nem contra b.

Então, eu gostaria de passar para os outros dois depoimentos. Drª Marisa Gandelman, eu agradeço e se a gente tiver algum fato novo a chama novamente. Se não tiver...

A SRA. MARISA GANDELMAN – Fico à disposição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT -RJ) – ...quero agradecer muito o depoimento de V. Sª e me desculpe essa fala assim um pouco... porque eu, de fato, acho que a gente tem que ter todos os cuidados com todas as partes, porque a gente não quer aqui prejulgar nem um lado nem ooutro. É preciso ter muita cautela, e vou dizer isso na cara do delegado. Esse relatório dele não teve cautela alguma. Vou entrar nisso porque acho que não teve cautela alguma por parte de um delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, e a gente vai discutir isso aqui com ele. Muito obrigado pela presença da senhora.

A SRA. MARISA GANDELMAN – As provas, de qualquer maneira, estão à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AL) – Drª Marisa, obrigado.

Nós vamos dar sequência aos depoimentos da CPI.

Senador Ciro, nosso Vice-Presidente da Comissão, fique à vontade. Se quiser vir para a mesa, fique à vontade.

Bom, vou acatar a sugestão do Senador Lindbergh e vamos chamar, em bloco, os demais depoentes nesta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, eu queria chamar o Sr. Samuel Cordeiro Fahel.

Por favor, solicito à secretaria da comissão para conduzi-lo até aqui.

O Sr. Samuel está acompanhado do Sr. Oscar Vicente Simões e do Sr. Marcos Alberto Bitelli. Sintam-se à vontade.

Vamos convidar também a Srª Leonor Augusta Giovine Cordovil, que está acompanhada agora do Sr. Oscar Vicente Simões, pode vir, por favor; e

o Sr. Marcos Alberto Sant' Anna Bitelli. (*Pausa.*)

Para darmos celeridade, visto que daqui a pouco nós teremos o início da Ordem do Dia também, do Senado Federal, nós vamos adotar, a partir de agora, o seguinte encaminhamento: como é a palavra para um dos depoentes, então nós vamos ouvir o Sr. Samuel; daremos o tempo de 20 minutos para o Sr. Samuel prestar o seu depoimento à CPI e, em seguida, a Srª Leonor. Dedicaremos também o mesmo tempo de 20 minutos à Srª Leonor, que está aqui representando a Associação Brasileira de TVs por Assinaturas, em substituição ao Sr. Alexandre Annemberg.

Como a Srª Leonor está também por designação da Associação Brasileira de TVs por Assinaturas, acompanhada do Sr. Oscar e do Professor Doutor Marcos Alberto, nós vamos dedicar os 20 minutos aos depoimentos e, se vocês quiserem distribuir como acharem melhor esses 20 minutos, fiquem à vontade. Como é o regulamento da CPI dar 20 minutos por depoente; como o depoente convocado era o Sr. Alexandre Annemberg; como a designação foi para a vice-presidente da comissão, a Srª Leonor; e como os senhores a estão acompanhando, nós vamos dar para a depoente 20 minutos, e vocês utilizem os 20 minutos como acharem melhor.

O SR. OSCAR VICENTE SIMÕES (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Ah, perfeito! O Dr. Oscar é que é o vice-presidente. A Drª Leonor e o Dr. Marcos é que são os advogados. Então, peço perdão.

O Dr. Oscar é que terá os 20 minutos. E queira utilizar da melhor forma possível esse tempo. E somente o Dr. Oscar poderá distribuí-lo, ou não. Se o senhor quiser utilizar os 20 minutos, fique à vontade. Se, da mesma forma, quiser distribuí-lo com os outros advogados que o estão acompanhando, fique à vontade também para a utilização dos 20 minutos, em substituição ao Sr. Alexandre Annemberg. E peço desculpas pelo engano desta Presidência.

Bom, e o Dr. Samuel também terá os seus 20 minutos para a sua exposição. Fique à vontade. E a Presidência começa a marcar o seu tempo a partir de agora.

O SR. SAMUEL FAHEL – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator, agradeço o convite, estou aqui presente por dever cívico, numa situação que, obviamente, não me é muito confortável enquanto fui, durante anos, gerente jurídico do ECAD, estar aqui apontado como ex-gerente e, possivelmente, como alguém que estaria por denunciar alguma coisa.

Venho esclarecer aos senhores, aos presentes e às pessoas que têm expectativas para com o meu depoimento, para com a minha fala que não tenho

o propósito de aqui denunciar, de criticar o ECAD. Muito pelo contrário, quando recebi a convocação até fiquei curioso e questionei o porquê desse chamado. Ao ler a fundamentação eu vi que havia uma razão, sobretudo, nobre, não era uma preocupação com os honorários dos advogados, do Samuel e dos demais advogados aqui presentes também, que tinham expectativa de receber pelo seu trabalho. Não, a preocupação

era maior e muito mais nobre. Era com o ingresso desses valores em contas que não chegavam justamente aos titulares, aos autores musicais. Ou seja, à espécie, o clamor. Deixar de pagar aos advogados, segurar os valores arrecadados a título de honorários e reverter para outras pessoas que não os legítimos proprietários desses valores, e que dão aos titulares, às pessoas destinatárias dos serviços do ECAD. Convenceu-me essa fundamentação. Não fosse essa talvez eu estivesse aqui sem saber justamente a razão desse convite e da minha presença. Peço desculpas aos Srs. Senadores mas não venho feliz davida por estar aqui. É uma Casa que sempre atrai os advogados, que sempre atraia quem gosta do Direito. É muito interessante estar aqui ao lado de Senadores jovens e brilhantes que dão um novo rumo a essa importante Casa Legislativa. Mas tenho também de dizer que sofro aqui as limitações éticas, não somente por ter sido funcionário do ECAD, ainda que esteja por reclamar parcelas que faço jus, mas por ter sido confiado em outorga, em procurações, como advogado patrono, e tenho a proibição ética de falar sobre determinadas coisas. Como o meu propósito aqui foi devidamente balizado para falar sobre esses honorários, vou me pronunciar dentro de uma verdadeira baliza, entre os deveres éticos. Não vou aqui levantar suspeição da minha própria pessoa, jamais, mas tenho que esclarecer que sobre a questão dos honorários estou oferecendo demanda judicial contra o ECAD, como imagino que outros advogados prejudicadostambém, portanto submeto isso ao conhecimentos dos Senhores. É importante que isso possa ser aclarado.

Passo, então, ao verdadeiro pronunciamento sobre os fatos, iniciando por dizer que advoguei para o ECAD desde 1993, nunca busquei o ECAD como cliente, muito menos como empregador. Ao contrário, o ECAD bateu as portas do meu escritório. Sempre fui e me orgulho de ser profissional liberal e advogado. O ECAD bateu as portas do meu escritório e me convidou para advogar no interior da Bahia, em 1993. Em 1995, a arrecadação judicial no interior da Bahia, região Sul da Bahia, já era superior a arrecadação do restante da Bahia e obviamente de sua capital. Convidaram-me mais adiante para assumir, também como advogado terceirizado, deixo isso bastante claro, todo o Estado da Bahia. Em 1997, assumi esse convite e advoguei, como advogado terceirizado, e obviamente, como os senhores estão imaginando, percebendo honorários advocatícios pelas causas.

Em 2005, e peço que os senhores cotejem as duas atas e assembleia geral anteriores à minha contratação, se avizinhando do ECAD o contencioso das emissoras de televisão, posto que os contratos estariam por vencer, e o ECAD, até então, jamais teria conseguido receber de uma emissora de televisão aquilo que os autores fixavam, e fixam, em seu regulamento de arrecadação: 2,5% sobre receita bruta dessas operações. Fui convidado especialmente para assumir a gerência jurídica do ECAD, esse contencioso, enfrentar as grandes emissoras de televisão naquilo que o ECAD estava autorizado e determinado por sua assembleia geral.

Cheguei com grandes expectativas e fui convidado especialmente para receber honorários advocatícios. Nunca coloquei um centavo dentro da minha residência, da minha casa que não fosse a título de honorários advocatícios. Nunca ganhei um centavo vendendo um veículo, picolé ou qualquer coisa; fui contratado para receber honorários e aceitei o convite – não posso negar e não preciso negar isso. Exclusivamente confiado no meu direito de receber os honorários advocatícios como também vários advogados a quem tive o prazer a honra de, na gerência jurídica, confiar e contratar para me assessorar e me ajudar na gerência jurídica dessa entidade.

Portanto, durante esse período de cinco anos e meio que passei dentro do ECAD, por favor, não me venham apontar notas em *hotsite*, em sentido contrário; jamais permiti que qualquer pessoa ali dentro, que a superintendente ou qualquer das associações tivessem a expectativa de não remunerar os advogados e o Samuel pelos honorários aos quais ele foi convidado para assumir esse contencioso.

Pois bem, senhores, em 2004, ano que me antecedeu a contratação, a receita judicial, legal do ECAD importou, salvo engano – não sou homem de números – em R$11 milhões. Em 2005, esse valor, iniciando os trabalhos, subiu para R$18 milhões; após, R$40 e R$ 80 milhões, até chegar a R$100 milhões anuais. A área jurídica deu lições de seriedade, de lisura, de ética a toda a empresa. Já fui apontado por muitos dos senhores aqui presentes e pela Srª Glória também como melhor gerente jurídico do ECAD de todos os tempos. Méritos meus talvez, da minha equipe sobretudo, demérito dos que me antecederam. Essa é a realidade.

Em julho – não sou homem de números nem de datas –, de 2010, fizemos um acordo com a Rádio e TV Bandeirantes relativo aos direitos autorais impagos desde, salvo engano, o ano de 2003 desse processo; em mesa de audiência fizemos um acordo judicial, posso dizer aos senhores talvez – talvez não, certamente – o primeiro grande acordo com uma emissora de televisão, cabeça de rede, realizado. Não vou nem dizer que não tenha sido entre quatro paredes não, mas realizado em público porque em audiência, proposta que foi ofertada em mesa de audiência, que

foi submetida à assembleia geral, a audiência judicial ficou sobrestada para que a assembleia geral desse a resposta a essa proposta. Junto a essa proposta foi reclamada a cobrança dos honorários advocatícios para que tivesse essa satisfação nesse momento. A TV Bandeirantes aceitou para não se sujeitar, talvez, a uma fixação pelo próprio juízo e mesmo de audiência esse valor.

Muito antes disso, deixei de dizer, também em assembleia geral do ECAD, já foi levada outra proposta pela Band, o assunto foi discutido em algumas assentadas; em todas elas, foi ratificada a condição de respeito aos honorários advocatícios. Os senhores acreditem, houve até numa das propostas a oferta de apenas 3% por conta dos honorários – oferta pela Band – e lembro das vozes de alguns dos senhores aqui presentes: "Não, não, não, 3% não!". Os advogados fazem juz a seus 10%. A proposta está recusada. Ou seja, jamais se aventou a condição de o ECAD ou qualquer pessoa se apropriar dos honorários dos advogados. O acordo contemplou obviamente os honorários porque já eram parcela de execução e os advogados se sentiram muito desprestigiados com o fato de que, no dia 9 de setembro de 2010, já após cinco, ou seis ou sete dias do depósito da primeira parcela dos honorários, quando apresentamos nessa data – acho que 9 de setembro de 2010 – a solicitação de partilha desses valores. Por quê? Por ordem de lisura. Os valores dos honorários foram depositados em conta do ECAD, porque não seria o Samuel ou qualquer de seus colegas do jurídico a apontar, numa mesa de audiência, uma conta para recebimento desses valores.

Ou seja, valores entraram em conta do ECAD por ordem e por sentido de lealdade, de confiança, por sentido de responsabilidade e lisura. E, em 9 de setembro, solicitada a partilha, passei meses sem qualquer resposta. Cobrei da Superintendente posições. Nunca havia, antes de 2005, deparado-me com a condição de empregado, portanto sempre liberal, e, assim, não ficava muito à vontade para a cobrança renitente junto a minha superior dessas parcelas.

Acometido pela falta de respostas, de posicionamento, por fim recebi a informação de que submeteria aos presidentes de três das associações o pagamento dos honorários, quando, obviamente, perqueri a Srª Superintendente e até afirmei que ela não precisaria, para um ato normal de gestão, para devolver aos advogados o que entrou em sua conta, de qualquer ordem de assembleia geral, senão para não pagar.

De fato, aguardei até dezembro de 2010. Estamos falando aí de meio ano praticamente para ter uma resposta da assembleia geral.

Minutos antes da assembleia geral extraordinária de novembro de 2010, busquei conversar com o Sr. José Antônio Perdomo, pessoa por quem eu tinha sentido de amizade, na recepção do hotel onde ocorreria e ocorreu a assembleia geral de novembro, e coloquei a ele a dificuldade da percepção dos honorários, a minha insatisfação com a falta de resposta e questionei qual a posição que ele me daria quanto à percepção dos honorários. Ele me revelou desconhecer a questão, desconhecer que os valores dos honorários estariam em conta do ECAD. Pedi dele a interferência nesse sentido, ele me disse que, obviamente, o ECAD não deixaria de pagar e de contemplar esses honorários, que não haveria nenhuma quebra na regra, mas que, contudo, só discutiria esse fato com a Superintendente depois que ela compartilhasse com ele os fatos que ela viesse discutir.

Imediatamente, na assembleia de dezembro, ao invés de haver a decisão, a resposta à questão dos honorários, recebi informações, poucas horas antes, de que o que seria discutido na assembleia seria a minha demissão e não o pagamento desses legítimos honorários. Ocorreu que a assembleia geral... E não tenho conhecimento do seu conteúdo, porque fui proibido, na noite anterior, de comparecer a essa assembleia, mas tive a informação de que a assembleia recusaria essa demissão e que ingressaria na discussão dos honorários, atendendo a algumas recomendações da Srª Superintendente e as ponderações e as ideias das associações, que resolveram determinar a partilha de 50% dos valores mediante a assinatura de termo de aditamento ao contrato de trabalho e recibo renunciando a tais diferenças. Temos aqui diversos advogados presentes e todos sabem que não se precisa adjetivar esse ato de absoluta nulidade.

Obviamente que, naquele momento e após esses seis meses de aguardo, todos os advogados que fizeram jus aos honorários assinaram aqueles recibos para não saírem a ver navios, para que não saíssem sem dada receber.

Ato contínuo, na assembleia de janeiro, foram determinadas algumas demissões, e tenho conhecimento de que assembleias seguintes também já determinaram que todos os advogados da gerência jurídica fizessem novos aditamentos a contratos de trabalho, renunciando a 100% dos honorários.

Penso que esses são os fatos que poderia colocar para vocês.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Então, antes mesmo de ouvirmos o próximo depoente, vamos às indagações.

Passo a palavra ao relator para fazer as indagações e questionamentos ao Dr. Samuel.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu vou ser bem direto, até porque nós temos outros depoimentos e temos Ordem do Dia.

A primeira pergunta era sobre o motivo de sua saída do ECAD. Mas o senhor aqui explicou detalhadamente.

Na entrevista ao jornal *O Globo* de 25 de maio de 2011, o senhor afirmou que metade dos honorários recebidos no processo envolvendo a TV Bandeirantes rendeu prêmios ao corpo executivo e aos colaboradores. O corpo executivo são os gerentes, a direção; eu me pergunto quem são esses colaboradores que receberam metade dos honorários que o senhor cita na entrevista.

O SR. SAMUEL FAHEL – Eu agradeço a pergunta, Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Sr. Samuel, só para uma questão de ordem, para nós organizarmos, termos foco e irmos objetivamente às respostas das perguntas, eu vou estabelecer três minutos para a resposta. Lógico que, a Presidência entendendo que é necessário mais tempo para V. Sª, será tolerante para prorrogar a resposta de V. Sª. E peço a V. Sª que, quando as perguntas forem bem objetivas, como é o caso dessa do Senador Lindbergh, V. Sª possa ir direto à resposta. Está bom?

O SR. SAMUEL FAHEL – Ótimo.

Senador Lindbergh, algumas perguntas são, de certa forma, afirmativas, ou seja, eu fui procurado por uma jornalista acerca do fato, não poderia me ocultar e deixar de responder a uma questão dessa gravidade, porque ficariam o Samuel e todo o corpo jurídico, o ex-corpo jurídico, ofendidos, sem resposta, e tive a obrigação de atender à jornalista, muito embora não quisesse, óbvio, que houvesse qualquer publicidade desse fato.

Portanto, eu não disse, de maneira objetiva, qual a destinação desses valores. A pessoa que me perguntou já veio com a resposta, eu assenti, dizendo que ela rendeu premiação, sob a forma de PPR anual de premiação, que seria distribuído, obviamente, entre os executivos e, obviamente, os demais funcionários da empresa. Esses valores entraram numa conta de Receita ECAD, e renderam o superávit da instituição; na verdade, passou-se ao fiel da balança, 2010 não foi um ano excelente, apesar do grande êxito do acordo Band, e foi isso que foi verdadeiramente dito. E o que foi dito, em verdade, eu passei através de um *e-mail*, pode ter até alguma coisa mais forte do que isso, visto por outro ponto de vista, porque coloquei minha insatisfação, mas esse *e-mail* está franqueado...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Samuel, na verdade, estamos falando aqui de R$3,6 milhões. O senhor teria direito a R$7,3 milhões, R$3,6 milhões foram retidos pelo ECAD, e, segundo o senhor nessa entrevista, foi distribuído entre o corpo executivo e colaboradores. Essa já é uma afirmação do senhor sobre o corpo executivo. Eu queria saber quais seriam os colaboradores. Algum representante de associação?

O SR. SAMUEL FAHEL – Não, não, não. A PPR anual do ECAD é distribuída entre todos os colaboradores da instituição. Se um valor excede, digamos, as metas, é distribuído. Esse valor entrou nessas contas. Isso foi o que me foi questionado, e eu sei dizer que esses valores permitiram ou renderam as premiações aos colaboradores. Esse foi o destino dado...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O senhor que foi consultor jurídico: isso fica no balanço do ECAD? Há essas informações: para quem foi, quanto foi para cada um? O senhor foi consultor jurídico de 2005 a 2010.

O SR. SAMUEL FAHEL – Imagino, com certeza, que sim. A área financeira que deve esmiuçar a distribuição desses valores e o seu ingresso dentro do ECAD, mas esclareço: o ECAD – deixem-me falar grosseiramente, porque não sou contador – não tinha um campo para ingresso de honorários advocatícios, esse campo foi descoberto, criado nesse exato momento...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT -RJ) – E surgiu no exato momento da Bandeirantes. Antes não teria aparecido isso?

O SR. SAMUEL FAHEL – O que estou dizendo é que em momento anterior algum, jamais o ECAD se remunerou com os valores dos honorários advocatícios, e lembro, valores que foram pactuados e pagos pela TV Bandeirantes, e pagos e reclamada a quitação, obviamente, a título de honorários advocatícios...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT -RJ) – E é uma soma que não é pequena, são 3,6 milhões. Por isso que se fala em caixa-preta, que têm que aparecer os números; se fala por causa dessas coisas.

Eu queria entender aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Só nesse sentido, Senador Lindbergh, teve alguma informação, o senhor tem alguma informação sobre a distribuição de bônus entre os dirigentes do ECAD de parte de 3,6 milhões?

O SR. SAMUEL FAHEL – Eu imagino que estejamos falando em bônus/premiação com o mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Mas esse bônus/premiação era destinado aos diretores?

O SR. SAMUEL FAHEL – Esse valor entrou como receita ECAD, gerou um superávit – estou fazendo uma leitura de quem está de for, certo? –, havendo um superávit nos termos da formulação de PPR, está em norma coletiva, houve esse excesso de dinheiro, valor que ultrapassou a meta, rendeu um percentual a ser distribuído, de premiação, nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Distribuído entre os...

O SR. SAMUEL FAHEL – Funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Entre os diretores.

O SR. SAMUEL FAHEL – Como houve o alcance da PPR global anual de todos os colaboradores...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Eu não estou conseguindo entender os "colaboradores".

O SR. SAMUEL FAHEL – Os funcionários...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Funcionários do ECAD...

O SR. SAMUEL FAHEL – Funcionários do ECAD. Essa a leitura e a expectativa que eu tenho.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT -RJ) – Prá juntar na pergunta do Senador Randolfe. São várias coisas. Uma coisa... antes de entrar nessa pergunta, ou seja, eu queria fazer a pergunta dois, para o Senador João Vicente, para o Senador Randolfe a gente entender.

Reportagem do dia 28 de maio de 2011, a revista *Época* publicou que a cada processo ganho na Justiça o ECAD distribui um bônus de 1,5% sobre o valor da sentença aos seus advogados, fora o salário recebido mensalmente, ou seja, honorários de sucumbência – nesse caso da Bandeirantes eram 10% – mais 1,5% do valor da sentença vitoriosa, mais o salário para os advogados. Eu quero saber como isso funciona, como funcionava a relação de trabalho, a percepção de honorários, e já entro numa outra pergunta, sem dificultar aqui.

Na entrevista que o senhor concedeu a esse mesmo jornal *O Globo* de 25 de maio, o senhor afirmou que metade dos honorários recebidos no processo envolvendo a TV Bandeirantes rendeu prêmios ao corpo executivo e outros colaboradores. Eu já falei isso.

Em reportagem à revista *Época,* de 25 de maio de 2011, José Antônio Perdomo, Presidente da UBC, atribui a Roberto Mello, Presidente da Abramus, a seguinte frase: "pelo que fiquei sabendo [isso do bônus, não dos honorários de sucumbência, dos bônus de 1,5%] essa já é uma prática há muito tempo corrente no ECAD, inclusive envolvendo advogados até de sociedade."

No caso, o Antônio Perdomo criticava o Roberto Mello, Presidente da Abramus, porque ele teria pedido metade do 1,5% do bônus recebido pelo advogado. Ou seja, tem inclusive uma troca de e-mails disso aqui, e aparece isso aqui.

Então, eu queria entender isso aqui, como é que funciona essa relação de trabalho, a percepção de honorários entre advogados; eu queria entender isso. E se isso é prática comum, porque teve o caso dos honorários de sucumbência aqui, que foi no caso a ECAD que fez essa violência contra os advogados. Mas, pelo que aparece nesse e-mail entre Antônio Perdomo e José Roberto Mello é como se existisse uma cobrança de parte do bônus desse 1,5% que os advogados recebiam. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. SAMUEL FAHEL – Senador, não é que eu tenha ou não tenha esse conhecimento. Essa questão do 1,5% está desconexa, ela não é real, os advogados recebiam os honorários sucumbenciais, ou os honorários resolvidos em acordos de ações na Justiça e sempre foram, como já falei, de percepção exclusiva dos advogados. Essa questão do 1,5% eu não sei qual é a origem da colcha de retalhos de comunicações ou de *e-mails* desencontrados, porque eu não vejo pertinência. Não há...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não tinha um bônus de 1,5% em todo o valor de sentença vitoriosa?

O SR. SAMUEL FAHEL – Não. Em absoluto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Está bom. E quanto a *e-mail*, quanto à participação de... O senhor já havia escutado alguma vez alguma história de que membros pediam, solicitavam uma parte desses honorários para si ou para as suas instituições?

O SR. SAMUEL FAHEL – Não. Mas deixe-me esclarecer: com relação a um desses *e-mails*, após ter sido demitido do ECAD, entrou na minha caixa, eles discutiram, alguém me colocou em cópia, não foi em cópia oculta, eu respondi a um deles, ou sei lá a todos que me excluíssem dessa lista de *e-mails*, e desconsiderei e não busquei maiores discussões, ou me intrometer ou buscar saber o que estava sendo discutido, porque me incomodava.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ainda tem mais duas aqui.

Ainda segundo o jornal *O Globo*, "... a superintendente do ECAD, Glória Braga e seus 7 gerentes, tem direito a uma premiação periódica conhecida como Prêmio por Participação de Resultados..."

O SR. SAMUEL FAHEL – Perfeito. **O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – O senhor falou aí PPR gerencial.

... Essa premiação consiste na divisão proporcional ao salário de 1% do valor que exceder a previsão de arrecadação feita pelo escritório, para cada mês do ano. Quanto maior a arrecadação do ECAD, mais ele excede a sua meta, e maior é o prêmio a ser dividido. A previsão de arrecadação de cada mês é calculada e disposta numa planilha elaborada meses antes do início do exercício fiscal em questão. E-mails internos do ECAD [obtidos pelo O Globo] revelam [e nós temos acesso] que os gerentes do escritório modificaram, foram do prazo, a planilha que serve de base para o cálculo da premiação mensal dos gestores da entidade.

Para receber mais bônus, as planilhas de outubro e novembro apareceram trocadas, em 2007.

Ainda segundo a revista Época, "em 2002, mesmo tendo apresentado déficit em seu balanço anual, o ECAD distribuiu, a título de prêmio, para superintendente, gerente e chefe de sucursais, 500 mil reais".

Pergunta-se: Essa é uma prática comum dentro do ECAD? Quando isso acontece, existe algum tipo de documento que registra que isso é feito? Por alto, o senhor tem como calcular quanto foi distribuído para a Srª Glória Braga e demais diretores do ECAD? Por fim: Nos balanços anuais publicados pelo ECAD, vinham discriminados os valores entregues por meio de bônus, provindos ou de honorários ou de premiações mensais aos advogados e aos diretores?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Só entender uma coisa, Sr. Samuel. Esse bônus e essa premiação que foi distribuída são o que o senhor está chamando de PRPs?

O SR. SAMUEL FAHEL – PPRs. **O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – PPRs,

perdão. É isso que o senhor está chamando de PPRs, esses bônus? **O SR. SAMUEL FAHEL** – Prêmio de Participação de Resultados. **O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Isso. O

senhor falou ainda há pouco que isso é distribuído entre os colaboradores, entre os funcionários.

O SR. SAMUEL FAHEL – Existe a PPR restrita ao corpo executivo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Que é a Glória Braga e seus 7 gerentes.

O SR. SAMUEL FAHEL – Isso. E existe uma PPR relativa anual...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Então nós temos dois bônus.

O SR. SAMUEL FAHEL – Na verdade, nós temos três bônus.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Vamos então, só para nós entendermos, nós temos três bônus: o primeiro bônus é para a direção, é para a cúpula dirigente. Não é isso?

O SR. SAMUEL FAHEL – Tem uma chamada funcional, que é da área. Exemplo: arrecadação, distribuição, jurídico, as demais áreas da empresa, que fixam, semestralmente, metas individuais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Essa é uma PPR funcional?

O SR. SAMUEL FAHEL – Isso. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Vamos lá. O que mais? Tem uma segunda PPR...

O SR. SAMUEL FAHEL – Tem a PPR gerencial que chamamos. Não sei se o senhor leu algum trecho...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Tem a terceira?

O SR. SAMUEL FAHEL – E tem a global anual, que é relativa à *performance* do escritório no exercício.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – E para quem vai essa global?

O SR. SAMUEL FAHEL – Para todos os funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Então os funcionários ganham duas vezes: ganham na primeira, a dos funcionários, e ganham nessa outra, a global?

O SR. SAMUEL FAHEL – Podem ganhar, como os executivos também ganhariam da sua respectiva exclusiva, a gerencial, e também estão contemplados na PPR que diz respeito a toda a meta da empresa; e a global anual que passa a todos os funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Isso é comum? Isso está instituído desde quando? Existe isso desde quando? E aí é a pergunta do Senador Lindbergh.

O SR. SAMUEL FAHEL – Quando eu cheguei no ECAD esse regime já existia e creio que ele seja, de certa forma, comum a várias empresas que buscam fomentar e estimular *performance* a seus funcionários.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Aí não tem regulação nenhuma, não é Senador João Claudino, nem dinheiro para os músicos.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Deixe eu só entender uma coisa. Quer dizer que funcionários tem uma remuneração, diretor tem uma remuneração, tem uma gratificação e, além disso, ainda tem mais uma participação global.

O SR. SAMUEL FAHEL – Participação em resultado, perfeitamente.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Nas empresas privadas diriam que era participação nos lucros. Só que, aqui, não estou encontrando lucro, o

que deveria ser direito de compositor. Permita-me mas é a conclusão que chego. Numa empresa privada seria a participação nos lucros, algo muito parecido. Só que me parece que o ECAD não deveria ser uma empresa privada. Não deveria atuar como empresa privada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Além disso tem a taxa de administração que é de 17%. Tenho a última pergunta a fazer, Randolfe, que é a seguinte. **O SR. SAMUEL FAHEL** – Permita-me dizer, Lindbergh que é esclarecedor. Essa parte, essa preliminar é esclarecedora. **O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Eu preferia que o Sr Samuel estivesse aqui abrindo o coração, mas ele está... Até por entender que o senhor foi gerente jurídico lá está sendo muito objetivo nas suas respostas, está tendo cuidado, mas... Volto a dizer, nós aqui não queremos funcionar como delegacia de polícia, mas ao final de tudo isso tem que surgir um sistema mais transparente que funcione melhor com algum tipo de regulação.

Eu queria fazer a última pergunta dizendo ao senhor o seguinte.

> *"Em assembléia geral do ECAD, realizada em 11 de agosto de 2009, a BDO Trevisan, auditoria que todos conhecem com tradição no mercado, teve o trabalho interrompido após divergências com gestores do ECAD. Cerca de dois meses depois de tentar analisar e validar as contas do ECAD, a Trevisan foi substituída pela Martinelle, cujo trabalho teve alcance restrito. O gerente comercial da Martinelle, ouvido pelo O Globo disse que nada do que foi apurado foi aproveitado. Ainda, segundo o jornal, em entrevista ao Globo, a superintendente Glória Braga teve dificuldade de lembrar o nome da última empresa a auditar as contas do ECAD que arrecadou, no ano passado, 433 milhões de direitos autorais. Os repórteres ajudaram-na, informando que era a empresa Directa."*

O senhor acompanhou a troca de auditorias dentro do ECAD? Por que as empresas BDO Trevisan e Martinelle foram substituídas? Existe alguma acordo com a nova empresa auditora, a Directa?

O SR. SAMUEL FAHEL – Sr. Senador, não tenho conhecimento de qualquer acordo com a nova empresa contratada. Tive algum contato com a empresa Martinelle quando gerente jurídico para a realização dos seus trabalhos, e o que mais...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT -RJ) – Por que a Trevisan saiu?

O SR. SAMUEL FAHEL – Senador, peço desculpas e a compreensão dos senhores, mas tenho aqui o dever de sigilo profissional...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Direito constitucional seu.

O SR. SAMUEL FAHEL – Tenho um professor da matéria, aqui. Estou muito tranquilo em alegar. Penso que a questão foi respondida, superficialmente ou não...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Seu silêncio fala com a gente.

O SR. SAMUEL FAHEL – ...mas foi respondida pelo próprio ECAD.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador João Vicente, o senhor me permite?

Estou particularmente impressionado com o PPR. o senhor sabe me dizer qual é a tributação sobre o PPR? Como era feita essa tributação, como existia pagamento de impostos, afinal todos nós brasileiros temos que pagar impostos sobre tudo. Se havia uma tributação dos PPRs existentes, como era.

O SR. SAMUEL FAHEL – Senador, a Comissão Coletiva de Trabalho prever a apartação dos impostos sobre essas premiações. Isso diz respeito ao último acordo coletivo fixado. Nos anteriores, isso não estava disciplinado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Então a cobrança de impostos não existia.

O SR. SAMUEL FAHEL – Não existia a retenção de impostos na fonte. Permitam-me, Senadores, é algo singular. Vejam só: uma entidade de direito privado sem fins lucrativos que faz a distribuição de um bônus característico de empresas privadas que têm fins lucrativos e que não têm retenção dos impostos na fonte.

Senador João Vicente.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Só para esclarecer um frase que, no início, o Dr. Fahel colocou; só para tirar uma dúvida. Parece que ficou subentendido que, desses recursos, houve um prejuízo financeiro para os autores. Foi assim? Houve esse prejuízo na distribuição dos direitos autorais?

O SR. SAMUEL FAHEL – Não houve, Senador Vicente. Na verdade, eu fiz a leitura da fundamentação da minha convocação, que foi vendo a questão sob esse prisma. Eu quis dizer que julgava muito legítima a convocação, porque eu via a preocupação do desvio, talvez da finalidade, mas, verdadeiramente, o autor não foi diretamente prejudicado. Vi, das razões do Senador Lindbergh, da fundamentação, a espécie de que foi subtraído dos advogados e nada chegou aos autores, aos compositores com relação a esses valores. Quis entender que estivesse pensando o Senador que, se algum valor fosse ficar retirado ao ECAD, que ele tocasse obviamente ao destinatário dos serviços do ECAD, os titulares das obras.

Foi o que entendi da convocação, aí eu quis chamá-la de legítima desse ponto de vista, porque, de

outra maneira, estaria o Samuel aqui por falar apenas do interesse dele próprio e também dos demais advogados que se julgaram prejudicados com a retenção dos honorários, que talvez não fosse uma matéria para ocupar os Senadores.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Só para encerrar, o contrato pela prestação de conta, que o senhor colocou como muito eficiente, do trabalho do serviço prestado dentro do órgão arrecadador ampliar tanto a arrecadação, do fim do desligamento da empresa, deve ter, dentro desse contencioso, gerado uma ação trabalhista do senhor com o ECAD? Existe?

O SR. SAMUEL FAHEL – Senador, não sei se fui claro, fiz questão de esclarecer que estou formulando ação ou ações contra o escritório central. Já tem um escritório constituído para o meu patrocínio, com carga de distribuição das primeiras ações.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB –PI) – Era só um esclarecimento.

O SR. SAMUEL FAHEL – Eu fiz questão de esclarecer no início, mas sem querer levantar aqui nenhum impedimento à minha fala ou nenhuma suspeição, mas esclarecendo o fato, porque entendo que não poderia ser ocultado.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Sr. Samuel, queria só, antes de lhe dispensar, de liberar o senhor de seu depoimento, de lhe fazer ainda algumas perguntas. Não sei se o senhor já respondeu, mas vou reiterar. O senhor sabe dizer para nós qual a influência da superintendência, das gerências nos debates e na definição final, pela assembleia geral, dos parâmetros de negociação, dos valores entre o ECAD e os usuários de obras?

O SR. SAMUEL FAHEL – Senador, estou aqui no afã de contribuir e tomando cuidado para não esbarrar em qualquer limitação ética, mas acredito, respondendo a pergunta, que eu não veria nada a violentar. Aliás, tenho praticamente essa certeza. Cabe ao ECAD obviamente fazer os estudos e apresentar à assembleia geral a solução para esse debate, para essas questões. Portanto, muito embora caiba legitimamente às associações a fixação dos valores e a formulação dos critérios, obviamente que, sem querer fazer menos das associações, quem tem a *expertise* para esclarecer, orientar, sugerir quanto a critérios de arrecadação, desculpem, mas é o ECAD. Cabe aos autores, através das associações. Mas a *expertise*, a competência para fazer os estudos refletirem cabe mais ao ECAD. Portanto, as associações respondem, determinam, mas obviamente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Mas pelo que o senhor acompanhou, as superintendências e gerências cumprem, exercem alguma influência sobre esses valores, sobre o estabelecimento desses valores por parte da assembléia geral? O senhor presenciou isso? O senhor tem notícia disso? O senhor tem informação sobre isso?

O SR. SAMUEL FAHEL – Senador, mais do que isso, como gerente executivo jurídico, também com a colaboração do gerente de arrecadação, inclusive, chegamos a sugerir algumas alterações de critérios de arrecadação, especialmente falando da cobrança sobre estabelecimentos hoteleiros, fazendo proporcionalidade com taxa de ocupação, do que foi chamado pelo Superior Tribunal de Justiça de efetiva utilização. Isso foi explicado. Elaboramos trabalhos e solicitamos pesquisa, à época, a instituto de primeira linha a respeito disso. E isso foi aprovado pela Assembleia-Geral em cima das informações e de um amplo debate, ou seja, as associações decidem, mas, obviamente, decidem sobre as informações que são passadas pelo próprio ECAD.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Entendi.

O SR. SAMUEL FAHEL – Com relação a critérios de distribuição, as associações, notadamente, têm uma ingerência maior. Mas, quanto a critérios de arrecadação, especialmente a força do opinativo do ECAD, penso eu, é superior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Diga-me uma coisa: o ECAD faz a cobrança das chamadas multas educativas. Não é isso? Na atuação por parte da cobrança do direito autoral, existe o instituto da multa educativa, cobrada pelo departamento jurídico do ECAD.

O SR. SAMUEL FAHEL – Senador, desconheço o termo. A Lei nº 9.610, entre as penalidades ao usuário de música que violenta ou que não tenha prévia e expressa autorização, fixa uma multa de vinte vezes o valor do direito autoral devido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. SAMUEL FAHEL – Isso está no art. 109. Essa é uma multa fixada na Lei e que, durante anos, foi reclamada nos Tribunais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pelo não recolhimento do direito autoral?

O SR. SAMUEL FAHEL – Pelo não recolhimento prévio...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito. É dessa multa mesmo que estamos falando.

O SR. SAMUEL FAHEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Então, deixe-me perguntar: o senhor sabe dizer qual a destinação da arrecadação dos valores dessas multas?

O SR. SAMUEL FAHEL – Esses valores integram, digamos, a mesma conta do próprio direito autoral. Esses valores retornam aos titulares da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito. Então, deixe-me entender: na mesma conta que arrecada o direito autoral, são recebidos os recursos dessas chamadas multas educativas?

O SR. SAMUEL FAHEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Há como ser demonstrado o que foi arrecadado de multa e o que foi arrecadado de direito autoral? Isso tem como ser demonstrado, se os valores são recebidos na mesma conta?

O SR. SAMUEL FAHEL – Aqui, obviamente, estamos falando exclusivamente de valores que tiveram ingresso por via judicial, ainda que tenha havido um acordo administrativo sobre uma negociação judicial. Todos os valores que ingressam no ECAD têm a fonte, um depósito bancário, a quitação de um boleto. Nesse boleto, é identificado o acordo, e ele não distingue se "x" é relativo a direito autoral e se "y" é relativo ao pagamento dessa multa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Então, não temos como distinguir isso?

O SR. SAMUEL FAHEL – Poderíamos ir à origem dos fatos, aos acordos judiciais – se estes acordos foram judiciais – que englobaram a multa e observar que ali, talvez, estivesse fixado um valor "x" a título de direito autoral e outro valor "x" a título de multa. Mas nunca houve uma preocupação em distinguir o que seria de um e o que seria de outro, até porque essa multa de vinte vezes não é uma multa pequena e, às vezes, é objeto de uma negociação ou de uma redução, e se chega a um valor global, por conta obviamente da multa, que dá uma condição de barganha superior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – O senhor considera, então, que essa distinção é muito difícil de ocorrer?

O SR. SAMUEL FAHEL – Essa distinção pode estar observada em alguns acordos, mas acho que nunca nenhum dos advogados, nenhuma das pessoas que fizeram esses acordos teve a preocupação de fazer essa distinção, até porque esses valores ingressavam sempre a título de direito autoral, na mesma rubrica, e eram partilhados na mesma razão, indo integralmente aos autores e titulares das obras. Portanto, pelo menos na minha visão e, imagino, na dos que estavam ao meu lado, não havia razão para se distinguir isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Entendi.

Deixe-me passar para outro tempo, já para concluir. Em outubro de 2001, o ECAD recebeu R$19,5 milhões do SBT, referentes a uma ação judicial. O valor deveria ser dividido entre todas as associações, mesmo aquelas associações que então faziam parte do ECAD, mas que estavam fora do órgão no momento da vitória judicial. Era o caso da SADEMBRA, da ANACIN e da Sabem. O ECAD não pagou percentual de direitos das três, dessas três associações. O caso gerou uma ação que tramita hoje na 14ª Vara Cível da comarca do Rio de Janeiro. O que o senhor tem a dizer sobre esse caso?

O SR. SAMUEL FAHEL – Senador, em 2001, eu não estava presente no corpo executivo do ECAD. Era advogado contratado terceirizado na Bahia. Não sou contemporâneo aos fatos e, obviamente que, durante o período na gerência jurídica, acompanhei esse processo; não teria aqui nada a ilustrar ou a contribuir, acredito, nesse desenlace.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito.

Deixe-me perguntar-lhe outra coisa então.

Segundo reportagem da revista *Época*, de 28 de maio de 2011, nos balanços do ECAD de 2008, 2009 e 2010, houve registro de pagamentos para aÁtida. Nesse período, o senhor estava com o ECAD?

O SR. SAMUEL FAHEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito.

Então, nesses balanços, há registro de pagamentos para a Átida, associação de músicos que havia sido excluída do ECAD em 2006. Os valores são respectivamente de R$127 mil, de R$115 mil e de R$110 mil. O presidenteda Átida, o Sr. Mário Henrique de Oliveira, afirmou que a associação não recebeu um centavo desses valores. O senhor tem algum conhecimento desse caso? O senhor sabe para onde foram esses valores? Deixe-me fazer uma soma aqui rapidamente. São R$350 mil.

O SR. SAMUEL FAHEL – Senador, eu não tenho nada a contribuir, porque eu realmente desconheço que tenha havido esses pagamentos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – O senhor estava no ECAD nesse período?

O SR. SAMUEL FAHEL – Estava no ECAD, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – O senhor era assessor jurídico?

O SR. SAMUEL FAHEL – Eu desconheço esse detalhamento de qualquer balanço desses documentos contábeis, porque eles não passam ordinariamente pelas minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – O senhor não teve nenhuma informação sobre esse caso?

O SR. SAMUEL FAHEL – Não, Se tive alguma informação foi coisa que não me fiz perceber e não tenho recordação de nada nesse tocante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito.

E por fim, Sr. Samuel, o senhor produziu um artigo que se encontra disponível na página do ECAD; não é isso? Na Internet. Há um artigo de V. Sª na página do ECAD?

O SR. SAMUEL FAHEL – É possível que sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Sobre a competência do ECAD em instituir os valores que são cobrados pelos direitos patrimoniais decorrentes da utilização das obras intelectuais.

O senhor poderia explicar como são calculados esses valores?

O SR. SAMUEL FAHEL – Eu não compreendi bem a pergunta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Nós temos conhecimento de que há um artigo de V. Sª disponível na página do ECAD. Esse artigo versa sobre a competência do ECAD em instituir valores que são cobrados pelos direitos patrimoniais decorrentes da utilização das obras intelectuais. O senhor poderia explicar como são calculados esses valores?

O SR. SAMUEL FAHEL – Como são fixados esses critérios?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Sim.

O SR. SAMUEL FAHEL – É isso que falamos há pouco. O próprio ECAD faz estudos ou, na verdade, ele recepciona estudos que praticamente herdou, que lá atrás já foram até afiançados ou homologados, quando havia o CNDA, mas cumpre realmente ao ECAD apresentar à Assembleia Geral a formulação desses preços que, em boa parte deles, há uma simetria com critérios internacionais ou pelo menos, senão no percentual, na fórmula, e isso recepcionando a Carta constitucional, que diz que ao autor cabe a apreciação sobre...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Entendi. E o senhor pode me dizer como funcionam os critérios do ECAD para distribuir esses valores para os autores? Como eu sei que o autor A vai receber tanto ou receber tanto; o autor B vai receber tanto ou receber tanto?

O SR. SAMUEL FAHEL – Senador, a gerência jurídica não tinha...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Competência.

O SR. SAMUEL FAHEL – Não tinha participação na comissão de distribuição. Obviamente, eu acompanhava...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Quem tinha?

O SR. SAMUEL FAHEL – A gerência

Obviamente que eu acompanhava a gerência de distribuição, a gerência de TI especialmente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – TI é o que?

O SR. SAMUEL FAHEL – Tecnologia da Informação. Justamente as pessoas das associações que tinham seus representantes junto a essa Comissão eventualmente poderia solicitar ao setor jurídico algum parecer ou alguma manifestação sobre alguma questão pontual, mas isso vinha mais da *expertise* pessoal das associações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pois é. Quem definia o critério, há um fórum, há um conselho, há uma gerência específica, que diz: "Esse autor vai receber isso, esse outro autor vai receber isso."?

O SR. SAMUEL FAHEL – Na verdade, o senhor simplificou a pergunta. Estabelece os critérios. A assembleia geral estabelecia o critério, após os estudos dessa comissão de distribuição. A própria assembleia geral decidia...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Define os critérios e aí essa comissão desses departamentos que o senhor falou faria a distribuição.

O SR. SAMUEL FAHEL – Não. A distribuição é realizada pelo próprio ECAD. O repasse dos valores globais às associações; os critérios são formulados objetivamente em assembleia geral extraordinária, que ocorre a cada 30 dias, mediante voto, deliberação estuda o voto das associações integrantes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Entendi. Perfeito, Sr. Samuel.

Então, não tendo mais perguntas, quero lhe agradecer pelo seu depoimento e pelas informações que o senhor prestou de profunda contribuição aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito no andamento das investigações.

Quero, ato contínuo, passar a palavra ao Dr. Oscar, que está representando aqui o Sr. Alexandre Annemberg, da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura.

Dr. Oscar Simões, fique à vontade, o senhor dispõe de 20 minutos para sua exposição.

O SR. OSCAR SIMÕES – Muito obrigado, Senador. Vamos tentar ser o mais breve possível, entendendo o adiantado da hora.

Antes de mais nada, gostaria de reiterar o nosso agradecimento pela compreensão dos senhores aceitando a substituição do nosso presidente, que esteve impossibilitado. Mais uma vez a gente agradece reiteradamente.

Quero também dizer, em nome da ABTA, que representa os programadores, os operadores, os fornecedores da indústria de TV por assinatura, nós estamos muitos satisfeitos e orgulhosos de termos sido convidados para esta CPI e reiteramos a nossa total e absoluta disponibilidade de cooperar, de cooperar no sentido de que daqui, de fato, se consiga construir um novo modelo de arrecadação baseado principalmente na transparência e na clareza de critérios e que beneficie fundamentalmente o autor – esse é o maior interessado de toda essa discussão aqui.

Eu quero dizer que os associados da ABTA, todos eles – os programadores, os operadores – respeitam profundamente o direito autoral. Entendemos que é legítimo. O que nós temos como discussão e por que achamos isso? Porque é da essência do nosso negócio a produção de conteúdo, a produção de cinema, de música. E nós também somos vítimas, como indústria, de pirataria. A gente sabe o que é não respeitar o direito do outro, a indústria sofre isso, ela tem sido penalizada, e muito, por esse tipo de coisa.

O nosso relacionamento com o órgão arrecadador é de longa data. A gente se relaciona há 15 anos ou mais, talvez. Eu militei na indústria durante seis anos, de 1996 a 2002, me afastei e voltei agora em 2011, a convite, para assumir a vice-presidência da ABTA. E quando eu me afastei da indústria para trabalhar em outros setores da economia, a discussão já existia com o ECAD e ela continua. Não se consegue construir um acordo, não se consegue construir um entendimento. A impressão que fica é a de que o órgão arrecadador se transformou em uma máquina de litígio. Há discussões com todo mundo. E parece que agora entre eles também, entre os associados, entre as empresas. Não se consegue construir um acordo um entendimento. As discussões jurídicas têm sido árduas; existem inúmeras liminares; executivos da indústria da TV pro assinatura sofrendo processos criminais; tentativa de interromper a prestação de serviços. São ações realmente pesadas e muito difíceis. Tivemos até uma discussão – o Dr. Bitelli, lembrava hoje – de que havia uma ordem para desligar um satélite. Ocorre que o satélite fica a 36 mil quilômetros de distância em órbita da Terra. Como é que alguém consegue desligar um satélite?

E é uma situação paradoxal, porque, se, de um lado, nós temos os nossos afiliados que têm todo interesse em encontrar um acordo, em encontrar um entendimento para pagar os autores, a gente não consegue, continua a disputa judicial etc. Qual é o centro dessa discussão? É que nós defendemos um princípio de razoabilidade, ou seja, que o pacto seja razoável. E também defendemos o princípio da proporcionalidade: nós não podemos pagar igualmente para todos os canais, porque eles utilizam música de formas diferentes. Um cabal de notícias tem uma utilização muito menor do que um canal totalmente musical etc. E, quando sofremos a insistência de que o que tem de ser pago é 2,5% do faturamento, isso nos parece desproporcional e, do ponto de vista da indústria, praticamente inaceitável.

E por que é inaceitável, Srs. Senadores? Porque, no faturamento bruto, nós temos a prestação de outros serviços, como conexão à Internet, como a assistência técnica e outros serviços que compõem esse faturamento, onde não existe nada de direito autoral. Essa fração, essa porção do serviço prestado não tem o que contribuir no nosso entendimento.

Para que os senhores tenham uma ordem de grandeza, em números bem gerais, numa escala macro, de cada R$100,00 de receita do setor, cerca de R$30,00 a R$35,00, portanto, de 30% a 35% são destinados a pagar custos de programação. Algo em torno de 40% são impostos dos mais variados: impostos que incidem sobre faturamento, impostos trabalhistas, imposto de renda, enfim. Então, sobra 25% a 30% para as despesas de pessoal, despesas de aluguéis, remuneração de investimentos e todos os outros encargos que as empresas são obrigadas a cumprir mensalmente.

Então, quando defendemos que não é aceitável 2,5% do faturamento, eu gostaria de esclarecer o seguinte: em qualquer organização privada, você tem diversos interessados nessas empresas que são os chamados *stakeholders*, aqueles que têm interesse na empresa. Os clientes têm interesse porque compram um serviço, ele compra um produto dessa empresa; os funcionários têm interesse na empresa porque eles recebem salário, têm um lugar para trabalhar, para prosperar, para crescer; o Governo tem interesse na empresa porque ele recebe impostos; os fornecedores também têm interesse na empresa; e os acionistas também têm interesse porque eles fazem os investimentos e têm a aspiração de um retorno, de uma remuneração do seu investimento. Agora, quem paga a conta sempre é o cliente. No nosso caso, tudo sai do assinante. Concordar com um critério de mais 2,5% certamente isso iria para a conta do assinante.

Para se ter uma idéia de como isso nos parece uma coisa desproporcional e descabida enquanto pretensão, enquanto posição negocial, que tem sido

intransigentemente defendida, é 2,5% em cima do faturamento total. O nosso setor, felizmente, nos últimos anos, tem experimentado um crescimento expressivo, um crescimento significativo, tem aumentado a sua base de assinantes. Cada vez mais milhões de brasileiros têm tido a oportunidade de se beneficiar de um serviço diferenciado, com alta qualidade de conteúdo, com acesso de Internet banda larga, com tudo isso de modernidade que o setor de TV por assinatura traz. Então, estamos crescendo.

O faturamento do setor de TV por assinatura para o ano de 2011, somando todas as operações, mais patrocínio de publicidade e tal, está estimado em R$14 bilhões/ano; 2,55% desse valor significa R$350 milhões. Quer dizer, é uma situação em que a gente fica se perguntando onde é que está a razoabilidade numa proposição como essa.

Então, o setor tem procurado, de todas as maneiras, buscar remédios para isso, seja na esfera privada, seja na esfera pública, valendo-se do que pode. E acho que uma representação feita junto à SDE é a razão principal do nosso convite, e eu me faço acompanhar aqui de dois profissionais que têm tido participação expressiva e apoiado bastante a associação e os seus associados nessa luta, a quem eu gostaria de pedir que complementasse um pouco essa minha introdução aqui, reiterando mais uma vez, Senador, que estamos à disposição para voltar, para comparecer tantas vezes quantas os senhores julgarem necessárias, no sentido de apoiar na construção desse novo modelo que é a nossa esperança.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Fique à vontade.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI – Eu vou dispensar os cumprimentos, se me permitirem.

Eu só queria, de acordo com o avançar do tempo, dizer que, como advogado militante, tenho representado várias das operadoras de televisão por assinatura. Nesses litígios judiciais com o ECAD, o Dr. Samuel foi, pelo menos no passado, opositor em vários processos, um advogado diligente, competente, a quem também cumprimento. E gostaria de lamentar que... Primeiro, cumprimento a CPI, mas acho que o objetivo dessa CPI maior seria a gente descobrir uma eficiência no sistema que beneficiasse os autores e os usuários. A impressão que dá é que, havendo um sistema de intermediação dessa gestão coletiva da forma como está sendo exercida, é cara, é ineficiente, ficam insatisfeitos os que pagam, e muitas vezes ficam insatisfeitos também os que recebem.

No caso da distribuição, não compete aos usuários entrar nessa discussão, porque o usuário para no momento em que ele paga a sociedade de autores por meio do ECAD.

O que a gente tem requerido nos processos e faz parte da representação na SDE que a Drª Leonor defende é justamente o critério de fixação do preço, ou a falta de critério de fixação de preços, porque dá a impressão de que os preços são preços públicos e podem ser fixados de uma forma tributária, quando na verdade são preços privados, que deveriam ser negociados e definidos por meio da sociedade de autores e não pelo ECAD, porque o ECAD não é a quem compete a fixação de preços, e, sim, aos autores, representados pela sociedade.

A prática acabou invertendo o sistema, e o sistema acabou sendo exercido por um monopólio de gestão coletiva que não é previsto na lei, porque

o que é previsto na lei é a gestão coletiva da sociedade de autores, e aí, na conformação do modelo de governança do ECAD, é onde se criou uma distorção nessa tal assembleia, a quem compete fixar o preço.

Para quem ouve de fora, parece que essa assembleia acontece num estádio com milhões de pessoas, mas essa assembleia acontece entre a sociedade que consegue entrar sócia do ECAD, e há barreiras de entrada para o ECAD, previstas no estatuto, que depois os senhores podem analisar, e essas barreiras acabam criando sócios de primeira classe e de segunda classe, que é uma coisa que até o Código Civil e a Constituição deixam meio na dúvida se é possível: uns têm direito a voto, outros não têm; uns podem entrar na sede do órgão, outros não podem sequer entrar na sede do órgão. E o critério de apuração dos votos – e isso é o mais grave – não é proporcional à representatividade da sociedade, mas é proporcional a quanto a sociedade consegue receber do próprio órgão de que ela faz parte. Isso permite, salvo uma informação errônea, que duas sociedades sozinhas consigam definir tanto os critérios de arrecadação quanto de distribuição, ou seja, dois presidentes de entidade sozinhos acabam decidindo a vida de centenas de milhares de autores brasileiros e estrangeiros e também de dezenas e centenas de milhares de usuários.. Parece que há uma democracia nessa definição, mas há uma forma, digamos assim, muito peculiar de se definir esse critério sem conversar com quem vai ter que se pagar. E o modelo brasileiro de arrecadação não guarda nenhuma semelhança e nenhuma razoabilidade, proporcionalidade com critérios notadamente aceitos no mundo todo, especialmente numa televisão por assinatura. E aí a discussão da te-

levisão por assinatura é justamente isso, faturamento bruto não é base de cálculo para nada, nem para imposto, quanto mais para direitos autorais.

Esses processos normalmente acabam se iniciando por ações judiciais truculentas do ECAD, com pedidos de liminares para tirar as empresas fora do ar, etc. e muitas das negociações acabam sendo feitas embaixo do risco do corte dos seus serviços. As empresas têm obrigações com os seus assinantes e tem obrigações com a Anatel etc., e acabam sendo premidas, quase numa chantagem, a ter que aceitar as condições. Infelizmente, eu, inclusive, liderei junto com Annenberg, nosso digno presidente, uma negociação coletiva que integrava 100% da base das operadoras de televisão por assinatura, apresentando critérios razoáveis, onde todos passariam a aderir ao sistema, junto com a sociedade do autor, e lamentavelmente o ECAD sempre diz: "nós podemos negociar tudo, só não podemos negociar a base de cálculo e a alíquota. Ou seja,

o resto podemos negociar."

A negociação é zero, não há flexibilidade, e o que a gente percebe é que há um interesse em que os litígios se somem porque sobre esses litígios incidem juros, correção monetária, honorários advocatícios etc. Então, quando entra uma conta, se a empresa não quebra quando paga a conta, entra uma bolada e todo mundo consegue atingir metas.

Eu acho que o erro da arrecadação de direito autoral é ter meta. Tem que se arrecadar o que é devido e o ECAD não deveria cobrar um percentual sobre o faturamento do que ele recebe, porque se ele é uma sociedade sem fins coletivos, ele gera um custo de transação para os próprios autores, como ele cobra 22,5% do que ele arrecada, o que transforma ele, na verdade, em uma empresa com fins lucrativos, até distribuindo isso para os seus executivos. Nesse aspecto houve então a representação da ABTA perante a SDE, a Drª Leonor vai falar, e a representação foi processada, o processo tem 5.000 páginas – e é importante que a Comissão conheça esse processo – e já há uma conclusão sobre a qual ela irá falar. Muito obrigado.

A SRA. LEONOR CORDOVIL – Bom, boa tarde, agradecendo, me apresento bem rapidamente. O meu escritório representa a ABTA perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Nós levamos a representação e estamos discutindo com a SDE desde o início do ano passado esse assunto. Recentemente tivemos a grata surpresa de lermos o parecer da SDE, que é um parecer muito extenso, ele tem mais de 100 páginas e conclui exatamente da mesma forma como havíamos pensado; que as associações seriam as competentes para fixar valores de forma separada, cada associação tem que fixar

o seu valor, o ECAD só arrecada e distribui. Esse seria um primeiro entendimento.

O segundo. Há uma fixação de preços abusiva, como já foi ressaltada aqui diversas, de preços que não têm coerência com a realidade, de preços que realmente não interessa o conteúdo musical embarcado ou não tem nenhuma discussão relacionada à música. Para a gente o mais importante seria a discussão da transparência. Até como o Sr. Samuel comentou aqui, o ECAD faz estudos, o que já é estranho, e nos traz um valor que a gente não consegue explicar, ninguém consegue saber 2.55 saiu de onde? Essa seria a idéia.

Acho que isso já foi falado, mas só para complementar um ponto, a gente achou bastante interessante que desde o início desse processo nós temos recebido o apoio de muitas partes da sociedade brasileira. Isso só traz para a gente a certeza do que temos feito, da investigação que tem sido conduzida pela SDE, nós recebemos diversos e-mails de sociedades que foram expulsas do ECAD, nós recebemos e-mails de autores, recebemos vários e-mails de artistas que não recebem e que tentaram ter um pouquinho mais de participação no sistema e não conseguiram, e a recebe e-mails de outros usuários como hospitais, cinemas, televisão aberta, sou seja, parece que tem toda uma sociedade interessada em discutir esse assunto, uma sociedade que não consegue entender, nas suas diversas esferas, o porquê dos valores que são fixados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Acho que os senhores foram bem claros ao falarem da representação à Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça. Inclusive, o Secretário Vinicius estará aqui na próxima oitiva, no dia 11 de agosto, em que vamos ter, ao mesmo tempo, depoimento da Bárbara, do Milton e do Secretário. Vamos dividir em dois momentos, mas vamos ter o depoimento do Secretário.

Pelo que eu entendi, os senhores acham que há um interesse em levar a disputa para o campo judicial?

Eu queria perguntar aos senhores quanto é que os senhores da TV por assinatura têm pago por ano? Quanto é que vocês têm cobrado e quanto éque têm pago por ano? É uma pergunta aqui objetiva.

Os senhores, pelo que entendi, acham que existe uma estrutura que está ganhando com essa – pelo que ouvi aqui do depoimento do Samuel, no caso da *Bandeirantes,* você tem a metade dos recursos dividi-

dos entre os diretores e colaboradores –, os senhores acham que existe uma linha, dentro dessa estrutura, que prefere, ao invés de posições acordadas, levar sempre o embate para o campo judicial? Eu já escutei os senhores falando isso, mas eu queria confirmar.

Eu queria, também, que os senhores falassem como é no mundo o percentual sobre o faturamento, que é muito alto. Então, como é isso no mundo? Outras experiências, outros países.

Poderiam começar a responder...

O SR. MARCOS ALBERTO BITELLI – Há 18 anos que milito em casos relacionados à disputa judicial do ECAD, não só de televisão por assinatura, mas também de cinema aberta. Eu confesso ao senhor que nunca consegui um consenso para chegar a um acordo com o ECAD. Os acordos são sempre na conta da liquidação, na fase de execução, para parcelamento de dívidas. Quer dizer, o ECAD prefere receber, depois de muito tempo, de um usuário só o valor que ele definiu unilateralmente na sua tabela, do que trazer para o sistema de gestão coletiva da sociedade todo o segmento de mercado, por valores razoáveis.

Eu me lembro que há mais de 12 anos eu tive uma reunião no ECAD, representando a Federação Nacional das Empresas de Exibição e os Distribuidores, para a gente tentar um acordo, onde a gente queria que a base de cálculo fosse o valor do filme, o valor que se paga pelo filme, e não foi possível. Com o Annemberg também tentamos um acordo coletivo, e não foi possível. Os únicos acordos que consegui, como advogado, foram na fase de execução para parcelamento de dívidas e pagamento de honorários.

Quer dizer, não posso dizer que a estrutura seja montada para isso, mas a minha prática – e acho que são dezenas de processos que eu milito – é que o modelo é o do litígio até ao fim. E, muitas vezes, em prejuízo de pequenas empresas, pequenas salas de cinema que já fecharam, e que acabam... **A SRA. LEONOR CORDOVIL** – Dos próprios autores que não recebem. Não é?

O SR. MARCOS ALBERTO BITELLI – Isso. Dos próprios autores que não recebem. E todos poderiam estar recebendo antecipadamente esse dinheiro de uma forma razoável.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Deixa eu te fazer uma pergunta nesse sentido. Na verdade, na decorrência desse sentido – vou utilizar esse termo: Os senhores, a senhora, têm conhecimento se existe discriminação dos valores que são pagos ao ECAD? Porque tem um conjunto de valores: taxa administrativa; os valores repassados aos autores; as multas, que já foi falado aqui, há uma discriminação, têm conhecimento disso? Sabem como, é separado o pagamento dessas taxas?

O SR. MARCOS ALBERTO BITELLI – Na distribuição nós não temos acesso; só quando o Paiva vai lá, a gente faz o cheque e acabou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Ainda sobre essa questão da taxa administrativa e do que é pago de direito autoral. Eu suponho que a associação, as TVs por assinaturas tenham sim, embora tenham tido litígios judiciais, mas têm tido o pagamento desses valores, têm tido uma periodicidade do pagamento desses valores.

Não há uma resposta de como seria ou como será a utilização desses valores por parte do ECAD? Como é distribuído e como tem sido aocorrência desses pagamentos. É feito sempre numa mesma conta bancária, em contas bancárias distintas?

O SR. MARCOS ALBERTO BITELLI – Veja Senador, no caso da televisão por assinatura, há um critério que o ECAD definiu em uma assembléia que não faz parte do regulamento, mas há um critério de distribuição onde ele pondera duas receitas que recebeu no passado de um acordo realizado com a NET e com a SKY em 2000. Esse foi o único pagamento que me recordo, e mais a DIRECTV que foi feito. Esse acordo dividia em 5 gêneros os canais dos nossos clientes: esportes, entretenimento, música, etc., – aliás esse era o critério que a ABTA propunha para o pagamento. Esse critério cumpria o modelo da ASCAP de ponderação americana representada pela UBC, o critério de ponderação por intensidade da música por gênero de canal.

Para a televisão por assinatura existe uma metodologia que não faz parte do regulamento por distribuição, mas que foi aprovado numa assembléia – juntamos até a ata nesse processo, onde havia a criação de 5 gêneros de canais e a distribuição do dinheiro que foi pago pela NET e pela SKY foi feita com base nesses tipos de canais porque pressupõe-se intensidade de músicas diferentes. Esse inclusive é o critério que a ABTA propugna que as operadoras paguem o direito autoral ponderado, também. A televisão por assinatura funciona assim. Mas se o senhor quiser toda a regra, no próprio site do ECAD existe como é, em tese, definida a distribuição dos direitos autorais. Eles têm uma regra definida por eles com relação à distribuição. Se ela é cumprida e como, não temos essa informação, porque isso é **interna corporis**, mas o modelo de distribuição eles têm definido publicamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – E os preços que são cobrados, os senhores têm conhecimento?

O SR. MARCOS ALBERTO BITELLI – Essa é a briga porque ninguém sabe da onde nasceu o número. Uns falam que a cabala, outros falam que por sorteio, lance...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Esse inclusive é um dos pontos que está na investigação na investigação.

A SRA. LEONOR CORDOVIL – Isso, inclusive V. Exªs vão ver... Sei que foi requisitada a cópia do processo e lá estão as atas da reunião da assembléia geral do ECAD. Tudo o que conseguimos saber é que o valor será 2.55. Não tem muita explicação... **O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT -RJ) – Não sabe de onde saiu, de onde surgiu... **A SRA. LEONOR CORDOVIL –** Não, esse é o nosso grande mistério.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT -RJ) – Tem inclusive uma tabela: 2,5 para TV por assinatura, veiculação em hotel tem outro percentual, TV aberta tem outro percentual, assim por diante.

A SRA. LEONOR CORDOVIL – Isso.

O SR. MARCOS ALBERTO BITELLI – O senhor tocou num ponto, se me permite, o outro depoente mencionou que o jurídico tinha sugerido a alteração da tabela de hotéis. As únicas tabelas que convém ser alteradas é quando o Judiciário manda alterar. Essa é a grande causa do litígio. O ECAD só concordou em mudar o critério de cobrança de hotéis e motéis quando o STJ praticamente simulou a matéria, dizendo que não poderia ser cobrado pelo total de número de quartos do hotel e sim o número de quartos de hotel vezes a taxa de ocupação média. Isso daí o ECAD acabou incorporando de tanto perder no Judiciário.

Então qualquer mudança no critério de cobrança feita pela sociedade dentro do ECAD só vai acontecer no dia em que for simulado na justiça a alteração desse critério ou por um órgão de controle externo. Como não existe nenhum órgão de controle externo, acaba sendo o Judiciário ou, agora, talvez o CADE. Infelizmente, para chegar a esse ponto, depois de tantos anos, está claro que não há interesse da sociedade, nem do ECAD em negociar critérios diferentes da fixação lateral a ponto de que a única alteração feita na área do ECAD no método de arrecadação é aquela que o STJ simulou feita pelos hotéis. Agora, quanto os hotéis perderam até se fixar essa jurisprudência? Quantos cinemas, quantas operadoras perderam. É lamentável isso. No final, quem está perdendo é o autor que fica sem receber.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Encerrando, nessa investigação da Secretaria de Direitos Econômicos há dois fatos e três denúncias sendo investigadas. Há um segundo fato que eu queria que os senhores comentassem que é o fato de que o autor que quiser ser remunerado pelo ECAD terá que se associar apenas a uma das associações de autores previamente credenciadas junto ao ECAD, caso contrário, o autor não receberá do ECAD a título de exploração econômica de sua obra.

Há duas denúncias que eu queria que os senhores comentassem. A primeira refere-se à conduta praticada pelo ECAD, de dificultar o credenciamento de novas associações à estrutura do ECAD. Para tanto, o ECAD estipulou regras quantitativas abusivas bastante rígidas quanto ao tamanho e ao volume de operações que qualquer associação de autores deva possuir caso queira ser credenciado junto ao ECAD. Tais requisitos, que são rígidos, estão positivados no regulamento, no estatuto do ECAD, estão assim redigidos, como condição necessária ao credenciamento de nova associação efetiva junto ao ECAD: exigência de comprovação de titularidade sobre bens intelectuais em quantidade equivalente ou superior a 20% da média administrada por associações componentes do ECAD; manutenção de representação permanente em pelo menos dois Estados, além da sede da sociedade; ter quadro social igual ou superior a 20% da média de filiados das associações efetivas integrantes do CADE.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – É mais fácil criar partido político do que... barreiras de entrada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E tem outra coisa, uma nova associação somente poderá ser credenciada junto ao ECAD se as associações já credenciadas aprovarem o ingresso da nova associação.

Sabe que teve esse inquérito da Secretaria de Direito Econômico e já está no CADE, não é? Estamos em um processo bem adiantado. Queria que os senhores comentassem e, por mim, estou satisfeito. Agradeço a presença dos senhores aqui nesta tarde de hoje.

O SR. MARCOS ALBERTO BITELLI – Nessa questão do estatuto, V. Exª até leu uma parte dele, existem duas classes de associados: a classe das sociedades administradas e a classe das sociedades efetivas. Então tem sociedade que não é efetiva e tem sociedade que é efetiva. Para se tornar uma sociedade efetiva, para pleitear isso, primeiro a pessoa tem que submeter isso ao ECAD. Mas, para a submissão da filiação da sua associação, ela tem que comprovar, para ser uma administrada, que ela administra 10%

dos titulares e, para ser uma efetiva, 20%, o que se torna uma prática impossível, porque o senhor teria que convencer autores a saírem da sociedade que eles estão e ficarem sem receber nada durante um tempo até que conseguissem juntar 20% ou 10% para poderem entrar no ECAD. Entrar em uma sociedade com 10% significa não ter direito nenhum, porque não há direito a voto. Então, seis sociedades têm direito a voto e três ou quatro não têm. Essas seis, que são as administradas – é até interessante! –, se mantivessem 20% cada uma, já daria 120%, o que significa que essa regra só vale para quem está fora, porque, para quem está dentro, eles não têm 20%, porque 20% para cada um dá 120% mais quatro ou três administradas 10%, 150%. Então eles conseguem representar 150% do universo do poder de mercado do repertório da música. Portanto essa regra praticamente inibe isso.

E, ao mesmo tempo, a segunda regra que faz com que o direito ao voto não seja mais proporcional à representação *per capita* e sim ao quanto se consegue cobrar da própria entidade coletiva, faz com que os autores comecem uma consolidação. Os autores começa a migrar para aquela sociedade que é mais eficiente. Por quê? Porque a sociedade passa a ter mais voto. E como a sociedade faz para ser eficiente? Aí começa uma questão complexa da influência que a sociedade precisa ter dentro do ECAD sob pena de não conseguir receber. Cria-se um círculo complexo, onde as coisas, para funcionarem, necessitam realmente de uma pressão que não é democrática nem razoável para que se atinja o resultado.

Esse é um dos motivos por que a fixação dos preço é tão discutida. E discutida onde? Em juízo. Na ausência de um órgão regulador externo para abalizar ou mediar isso, como painéis, como acontece na Suíça ou em outros países, a própria ASCAP, que é representada pelo UBC, que domina 90% do repertório internacional, desde 1938 já era subordinada a sanções da agência *antitrust* americana. Esse assunto de *antitrust* de cartelização, de monopólio etc. já é uma discussão antiga na sociedade de autores. No Brasil, ela demorou muito para acontecer. Felizmente, a nossa Secretaria de Direito Econômico e o CADE vão conseguir analisar esse assunto agora, mas, no exterior, esse é um assunto antigo. A própria ASCAP já é referência em vários casos, como o de ter de fazer licenças diferentes, não só licenças cobertores. Aqui, no Brasil, um usuário é obrigado a contratar com todas as sociedades. Se eu tenho um bar e um restaurante, por que preciso contratar com as dez ou com as nove? De repente, quero tocar a repertório de uma só; eu poderia fazer o acordo com uma só e escolher um repertório limitado. Então, essas licenças chamadas *blanquet licenses* ou licenças cobertores já são motivo de análise contra a ASCAP nos Estados Unidos há muitos anos. Na Espanha, aconteceu a mesma coisa.

Felizmente, esta CPI acontece em momento oportuno, na revisão da Lei do Direito Autoral, com a participação da SDE nesse processo, que é uma participação também nova.

Está claro aqui que o ECAD tem quase uma atividade empresarial de distribuição de lucro. Talvez, até a não incidência de impostos sobre a parcela de serviços do ECAD seja estranha, porque os 22,5% que ele fatura sobre o bruto são quase o resultado da empresa, que, inclusive, é isenta de impostos, porque, em tese, é uma associação sem fins lucrativos. Se ela não tivesse fins lucrativos, o correto, talvez, não fosse cobrar um percentual dos autores, mas, sim, fazer um rateio de quanto custou a sociedade para gerir aqueles direitos durante o ano e dividir o custo, que, certamente, seria muito menor do que 22,5%. Se a televisão por assinatura pagasse, se a tevê aberta pagasse, se o cinema pagasse, o faturamento do ECAD aumentaria muito, e o custo de cobrança seria o mesmo, porque, para gerir cinco ou seis contratos, não é preciso tanta gente. É diferente de fiscalizar um casamento, uma festa, um estabelecimento comercial. Aqui, há algo em torno de dez, quinze empresas; no cinema, são mais dez, quinze empresas; na televisão, são mais dez, quinze empresas. Isso se resolve por meio de sistema de *software*, não é preciso haver fiscais na rua. E a gente não consegue ganhar eficiência, mesmo propondo a entrada no sistema.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E o sistema de *software*? Fale sobre isso.

O SR. MARCOS ALBERTO BITELLI – Esse sistema...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Será que a gente poderia fazer um sistema mais objetivo?

O SR. MARCOS ALBERTO BITELLI – É muito simples, porque essa gestão já acontece. O ECAD já tem *softwares* extremamente eficientes. As empresas de televisão têm a gestão das obras que elas executam, e, em todas as obras que são executadas, existe um controle. O Senador Suplicy não gostou do termo *music cue sheet*, mas essa é uma lista de músicas. Todomundo sabe, na obra audiovisual, qual é a música que está embarcada. É só informar automaticamente a obra que se tocou, que já se sabe qual é a música

que existe ali dentro e qual é a minutagem. As televisões abertas, por exemplo, pagam às outras associações de diretos de sincronização, que são as editoras, música por música. Geram um relatório todo mês e o entregam para as editoras, que fazem a gestão dos direitos de sincronização, que são direitos diferentes do direito de comunicação pública. São geradas essas listagens mensalmente.

Esse sistema de se criar um bolo – há um bolo que entra e um bolo que sai –, se não há pertinência de incidência na hora em que se cobra e se a regra de distribuição também é uma regra autorial, gera essas distorções. No século XXI, com tanta tecnologia, não é possível que a gente ainda precise trabalhar com base em fundos! Toda vez em que se cria um fundo, fica difícil de se gerir – isso é natural –, especialmente quando se trata de um fundo que não tem supervisão externa. Vejo que essa é a dificuldade do sistema. Seria muito importante que todos, autores, sociedades e usuários, estivessem imbuídos num sistema de criar eficiência, porque isso vai reduzir o custo. Reduzindo-se o custo, os autores terão seu dinheiro de forma mais rápida, mais efetiva, e, ao mesmo tempo, os usuários pagarão, porque todos pagarão. Hoje, o modelo é o de que poucos pagam por todos, quando, na verdade, se todos pagassem – este é um jargão antigo da parte tributária –, a carga tributária seria alta.

Até devolvo a provocação: "Quanto a televisão por assinatura paga?". Na verdade, vamos fazer o contrário: se se dividir o que a televisão por assinatura paga por 2,5% do que recebe, não se chega a 2,5%, mas a muito menos. A carga nominal é de 2,55%, mas a carga efetiva deve ser de 0,1%. Por quê? Porque há um litígio há quinze anos sobre esse assunto. Então, o autor, às vezes, já morreu e não vai ver o dinheiro, porque não se chegou a um consenso em torno do valor real. "Ah, não vamos abrir mão da carga nominal na cobrança do direito autoral!" Essa carga nominal é uma carga fictícia, porque ninguém recebe 2,55% do segmento. Na verdade, recebe de quem consegue ser condenado, liquidado, penhorado.

O acordo da TV Bandeirantes aconteceu na véspera de uma penhora *on-line.* Não foi um acordo numa audiência na fase de instrução do processo. O processo era de 2003.

Então, só nos estertores é que alguém se rende. Por quê? Porque a cobrança é abusiva. Se não fosse abusiva, evidentemente, não haveria esse litígio, especialmente no setor de audiovisual. No setor de audiovisual, que envolve cinema, televisão por assinatura e televisão aberta, esse litígio é maior. Por quê? Porque o setor de audiovisual não é setor de música; ele é setor de audiovisual, a música está embarcada no conteúdo. Ninguém liga um canal da NET, da TVA ou da Sky para ouvir a música que está num filme. A pessoa liga para ver o filme; a música que vai tocar é trilha sonora. É diferente de sonorização ambiental e rádio, que trabalham com a música como insumo. Essas questões estão abertas para definição. O Judiciário tem evoluído, mas muito lentamente, como é natural do Judiciário. A falta de controle externo é outro problema. Teria que mudar a legislação. A SDE é o órgão que está se mexendo agora nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Muito obrigado, Dr. Marcos.

Há uma pergunta que me parece, Senador Lindbergh, que será constante para todos os depoimentos que virão. Eu acho que uma das contribuições da CPI é conseguir responder aquela primeira pergunta que fiz ainda há pouco ao Dr. Marcos, sobre quais são os critérios que definem os preços a serem cobrados para execução da obra, onde eram definidos os critérios de preços. Essa é uma pergunta fundamental para ser respondida. Eu espero que as associações que integram o ECAD ou o ECAD possam claramente nos responder esses critérios, quando vierem aqui à CPI.

Eu queria agradecer ao Dr. Oscar o seu comparecimento, à Drª Leonor, ao Dr. Marcos. Com certeza, deveremos nos encontrar outras vezes, porque a ideia é também debatermos o modelo de direito autoral, e a contribuição de V. Sªs aqui mostrou que esse é um debate que será necessárioser travado por esta CPI. É um debate que não é novo neste País. Aliás, é um debate que vem desde a Lei nº 9.610 e que me parece que tem o interesse do Estado brasileiro, tem o interesse dos compositores, tem o interesse de todos e da CPI, a fim de que ele seja encaminhado e seja levado a cabo.

Eu queria agradecer a presença dos senhores e da senhora a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Encerrados esses depoimentos, nós encerramos os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, não sem antes acertar com os seus membros que a nossa próxima reunião será na quinta-feira, dia 11 de agosto, às 13 horas – não será às 14 horas –, quando ouviremos o Sr. Milton Coitinho, a Srª Bárbara de Mello Moreira e o Sr. Vinícius Carvalho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o ECAD. – Senador **Randolfe Rodrigues**, Presidente.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 47 minutos.)

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Artigo 13 e 43, I, do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
341-M	Mozarildo Cavalcanti	43, I	09.08	Licença Saúde
342-M	Zeze Perrella	13	16.08	Atividade Parlamentar
343-M	Fernando Collor	13	16.08	Atividade Parlamentar

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
16/08/2011
terça-feira

11h **Cerimônia de Anúncio da Expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica**
Salão Nobre, 2° andar do Palácio do Planalto

16h **Ordem do Dia**
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (5)
RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011
Instalação: 27/04/2011
Prazo final: 06/09/2011
Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) (3)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (3)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (3)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)	

Notas:
*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (9)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (9)

Leitura: 17/05/2011
Instalação: 28/06/2011
Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (11)	
Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (6)
Lídice da Mata (PSB-BA) (6)	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) (6)	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (4)	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) (4)
Ciro Nogueira (PP-PI) (4)	2. Geovani Borges (PMDB-AP) (4)
Sérgio Petecão (PMN-AC) (4)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) (5)	1. VAGO (7,8)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) (3)	1. Gim Argello (DF) (3)

Notas:
1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 6133033514
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)
Senador Anibal Diniz (PT) (2)
Senador Jorge Viana (PT) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Sérgio Petecão (PMN) (4)
Senador Gilvam Borges (PMDB) (3,5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:
1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (7)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (7)
RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (7)

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011
Instalação: 04/05/2011
Prazo final: 14/08/2011
Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (8)	
Senador Jorge Viana (PT) (4)	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT) (4)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) (4)
Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) (4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) (3)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (3)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) (3)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (3)	3. Senador Benedito de Lira (PP) (6)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (3)	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) (1)
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor (2)	1. Senador Armando Monteiro (2)

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Senador Lindbergh Farias (PT) (3)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)
Senador Jorge Viana (PT) (7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) (6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (5)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (5)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (5)

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011
Instalação: 05/07/2011
Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)
Senador Lindbergh Farias (PT) (3)
Senador Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (1)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Jayme Campos (DEM) (4)

Notas:
1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO
Telefone(s): 6133033511
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) (1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO (1)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:
1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 61 33034638
E-mail: sscepi@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 7

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (14)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. VAGO (11)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) (7)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) (4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) (12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (2)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) (5)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Marta Suplicy (PT)	
José Pimentel (PT)	1 Acir Gurgacz (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Luiz Henrique (PMDB)	1 Romero Jucá (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
	1 Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (4)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Gleisi Hoffmann (PT) (5)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2)	1. Armando Monteiro (PTB) (1,3)

Notas:
1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) (7)
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO (8)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino (1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) (3)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (2)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO (1)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
2. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
3. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)
RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
4. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amelia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (24)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (10)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (10)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (10,11)
Jorge Viana (PT) (7)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) (20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) (8)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) (2,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) (3,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) (4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) (13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,16)
Renan Calheiros (PMDB) (21)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (14)
Demóstenes Torres (DEM) (19)	4. José Agripino (DEM) (18)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (6)
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (9)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o obejtivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (2)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (3)

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)
Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Vital do Rêgo (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)
Benedito de Lira (PP) (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (18)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) (14)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) (12)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO (2)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) (11)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (4)	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO (16)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) (8)	5. Demóstenes Torres (DEM) (9)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (15)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) (9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) (1)	1. João Vicente Claudino (2)
PSOL	
Randolfe Rodrigues (5)	1. Lindbergh Farias (PT) (5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB.
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (3)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (1,2,3)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) (2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1,3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Cristovam Buarque (PDT) (4,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (5,7)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO (2)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (14)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO (15)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) (11)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (8,10)
Eduardo Amorim (PSC) (1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (5,9)	1. VAGO (7)
VAGO (6)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (2)	1.
Gim Argello (12)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:
1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) (1)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:
1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (8)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) (4)
VAGO (6)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:
1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (7)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) (5)	4. VAGO (2,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)	1. Cyro Miranda (PSDB) (1)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) (3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) (6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) (2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) (5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (11)	
Wellington Dias (PT) (2)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. VAGO (8)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (3)
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) (9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (6)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO (7)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) (5)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) (4)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
VAGO (2)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
VAGO (12)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) (6)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (7)
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) (4)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) (7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO (6)	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*******. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO (2)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 27/06/2011

Notas:
1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (8)

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) (1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) (5)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (6)
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) (2)
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
Marinor Brito (PA) (4)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (13)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) (5)
PT
Jorge Viana (AC) (7)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (10)
PTB
Armando Monteiro (PE) (9)
DEM
José Agripino (RN) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (11)
PP
Reditario Cassol (RO) (15)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (12)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (4)
PSOL
Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (14)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (3)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (6)

Atualização: 14/07/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº s 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (15)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (14)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) (7)
PT
Ana Rita (ES) (9)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (10)
PTB
João Vicente Claudino (PI) (11)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Blairo Maggi (MT) (12)
PP
Ana Amélia (RS) (6)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (5)
PSOL
Marinor Brito (PA) (16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (3)

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (14)

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) (7)
PT
Jorge Viana (AC) (9)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Gim Argello (DF) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ciro Nogueira (PI) (5)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (15)
PSB
Lídice da Mata (BA) (13)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS
PMN

Sérgio Petecão (AC) (6)
PV
Paulo Davim (RN) (2)

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	**PRESIDENTE** José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	**1º SECRETÁRIO** Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	**2º SECRETÁRIO** João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	**3º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	**4º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO[1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira[3]
Antonio Carlos Mendes Thame[2]	Luiz Nishimori[3]
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja[3]
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes[4]
Mandetta	
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PMN / PSC / PV)**	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria **(PSDB / DEM)**	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.07.2011)

1- Designados pelo Ato n° 28 do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 13 de julho de 2011.
2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) [1]
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) [2]	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL) [3]
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:
1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.
2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (**PSDB / DEM)**	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL [1]	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



Edição de hoje: 572 páginas
OS: 2011/14192